

# **APOCALIPSE DE JOÃO**

## **COMENTÁRIO ESPERANÇA**

autor

**Adolf Pohl**

**Editora Evangélica Esperança**

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pohl, Adolf

Apocalipse de João I: comentário esperança / Adolf Pohl; tradução Werner Fuchs. -- Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2001.

Título do original: Die Offenbarung des Johannes 1. Teil.

Bibliografia.

ISBN 85-86249-48-3 Brochura

ISBN 85-86249-47-5 Capa dura

1. Bíblia. N.T. Apocalipse - Comentários I.Título.

01-0270 CDD-228.07

Pohl, Adolf

Apocalipse de João II: comentário esperança / Adolf Pohl; tradução Werner Fuchs. -- Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2001.

Título do original: Die Offenbarung des Johannes 2. Teil.

Bibliografia.

ISBN 85-86249-49-1 Brochura

ISBN 85-86249-20-5 Capa dura

1. Bíblia. N.T. Apocalipse - Comentários I.Título.

01-0533 CDD-228.07

Índice para catálogo sistemático:

1. Apocalipse: Comentários 228.07

*Título dos Originais em Alemão:*

Die Offenbarung des Johannes 1. Teil - Die Offenbarung des Johannes 2. Teil

Copyright © 1969 R. Brockhaus Verlag  
Wuppertal, Alemanha

*Capa*

Luciana Marinho

*Revisão*  
Doris Körber

*Supervisão editorial e de produção*  
Walter Feckingham

*1ª edição brasileira*  
Março de 2001

*Editoração eletrônica*  
Mánoel A. Feckingham

*Impressão e acabamento*  
Imprensa da Fé

Publicado no Brasil com a devida autorização e com todos os direitos reservados pela

Editora Evangélica Esperança  
Rua Aviador Vicente Wolski, 353  
82510-420 - Curitiba - PR  
Fone: (41) 3022-3390 / Fax: (41) 3256-3662  
E-mail: [eee@esperanca-editora.com.br](mailto:eee@esperanca-editora.com.br)  
[www.esperanca-editora.com.br](http://www.esperanca-editora.com.br)

É proibida a reprodução total ou parcial sem permissão escrita dos editores.

O texto bíblico utilizado, com a devida autorização, é a versão Almeida Revista e Atualizada (RA) 2ª edição, da Sociedade Bíblica do Brasil, São Paulo, 1997.

# *Sumário*

*ORIENTAÇÕES PARA O USUÁRIO DA SÉRIE DE COMENTÁRIOS*

*ÍNDICE DE ABREVIATURAS*

*PREFÁCIO DO AUTOR*

*INTRODUÇÃO À LITERATURA*

## **QUESTÕES INTRODUTÓRIAS**

- A. Adorar – mas quem?
- B. A província romana da Ásia
- C. João
- D. História contemporânea, Antigo Testamento, Apocalipsismo
- E. Eis que venho sem demora!
- F. Não seles as palavras!
- G. Apocalipse de Jesus Cristo
- H. A estrutura do Apocalipse

## **COMENTÁRIO**

### **I. O PREFÁCIO DO APOCALIPSE 1.1-8**

- 1. A Abertura do livro, 1.1-3
- 2. Proêmio semelhante ao de uma carta, 1.4-8

### **II. A INCUMBÊNCIA DE JOÃO 1.9-20**

- 1. As circunstâncias, 1.9
- 2. A voz do anjo, 1.10,11
- 3. A visão do Senhor, 1.12-16
- 4. A voz do Senhor, 1.17-20

### **III. AS MENSAGENS ÀS IGREJAS 2.1–3.22**

1. À igreja em Éfeso, 2.1-7
2. À igreja em Esmirna, 2.8-11
3. À igreja em Pérgamo, 2.12-17
4. À igreja em Tiatira, 2.18-29
5. À igreja em Sardes, 3.1-6
6. À igreja em Filadélfia, 3.7-13
7. À igreja em Laodicéia, 3.14-22

#### **IV. DEUS E O CORDEIRO SOBRE O TRONO 4.1–5.14**

1. A preparação da visão, 4.1,2a
2. O trono e o Entronizado, 4.2b,3
3. Os arredores do trono, 4.4-8a
4. A veneração de Deus, 4.8b-11
5. O rolo do livro selado, 5.1-5
6. A instalação do Cordeiro no poder, 5.6,7
7. A adoração do Cordeiro, 5.8-14

#### **V. A ABERTURA DOS SELOS PELO CORDEIRO 6.1–8.1**

1. O primeiro Selo (Primeiro Cavaleiro), 6.1,2
2. O segundo Selo (Segundo Cavaleiro), 6.3,4
3. O terceiro Selo (Terceiro Cavaleiro), 6.5,6
4. O quarto Selo (Quarto Cavaleiro), 6.7,8
5. O quinto Selo, 6.9-11
6. O sexto selo, 6.12-17

Peça intermediária: O povo de Deus no começo e depois da tribulação, 7.1-17

A. O selamento antes da grande tribulação, 7.1-8

B. O estar de pé perante o trono após a grande tribulação, 7.9-17

7. O sétimo selo, 8.1

#### **VI. OS TOQUES DE TROMBETA DOS SETE ANJOS 8.2–11.19**

1. Prelúdio no céu: As orações dos santos, 8.2-6
2. O primeiro toque de trombeta, 8.7
3. O segundo toque de trombeta, 8.8,9
4. O terceiro toque de trombeta, 8.10,11
5. O quarto toque de trombeta, 8.12
6. O anúncio dos três ais e o quinto toque de trombeta (O primeiro ai), 8.13–9.12
7. O anúncio dos dois ais seguintes e o sexto toque de trombeta (O segundo ai), 9.13-21

Grande peça intermediária na série de trombetas, 10.1–11.13

A. O fortalecimento de João para continuar o serviço profético, 10.1-11

B. A caminhada das testemunhas de Jesus rumo ao fim dos tempos, 11.1-13

8. O anúncio do terceiro ai e o sétimo toque de trombeta, 11.14-19

#### **VII. primeiro apêndice às visões das trombetas: O DRAGÃO E SUA LUTA 12.1–13.18**

1. A tentativa do dragão de aniquilar Deus e seu Messias, 12.1-6
2. O juízo de Miguel sobre o dragão, 12.7-12
3. A ira do dragão deposto contra a mulher, 12.13-17a
4. Surge do mar a besta autorizada pelo dragão, 12.17b–13.4
5. A atuação da besta, 13.5-8
6. Palavra de exortação à igreja, 13.9,10
7. Surge da terra a besta que apoiará a primeira besta, 13.11,12
8. A atuação da segunda besta, 13.13-17

9. Palavra de exortação à igreja, 13.18

## **VIII. segundo apêndice às visões das trombetas: OS ABRIGADOS JUNTO DO CORDEIRO: CENTO E QUARENTA E QUATRO MIL 14.1-5**

## **IX. terceiro apêndice às visões das trombetas: O SURGIMENTO DO JUIZ EM MEIOS AOS SEUS ANJOS 14.6-20**

1. O primeiro anjo, 14.6,7
2. O segundo anjo, 14.8
3. O terceiro anjo, 14.9-11
4. Exortação à igreja, 14.12,13
5. A manifestação do Filho do Homem (e o quarto anjo), 14.14-16
6. A lagaragem da terra (o quinto e o sexto anjo), 14.17-20

## **X. O DERRAMAMENTO DAS TAÇAS PELOS SETE ANJOS 15.1-16.21**

1. Cena preliminar no céu: O cântico dos vencedores, 15.1-8
2. A transição e a primeira taça, 16.1,2
3. A segunda taça, 16.3
4. A terceira taça e dois louvores vindos do céu, 16.4-7
5. A quarta taça, 16.8,9
6. A quinta taça, 16.10,11
7. A sexta taça, 16.12-14,16
8. Uma exclamação intercalada, 16.15
9. A sétima taça, 16.17-21

## **XI. primeiro apêndice às visões das taças: O JUÍZO SOBRE A PROSTITUTA BABILÔNIA 17.1-19.10**

1. O anúncio da visão, 17.1,2
2. O surgimento da prostituta Babilônia, 17.3-6a
3. A interpretação do anjo: o fim da besta, 17.6b-11
4. O fim dos dez chifres da besta, 17.12-14
5. O fim da prostituta, 17.15-18
6. Profecia de destruição sobre a Babilônia por meio do anjo forte, 18.1-3
7. Palavra de exortação de um segundo anjo ao povo de Deus na Babilônia, 18.4,5
8. Solicitação divina aos executores do juízo, 18.6-8
9. Lamentos dos reis pela destruição da Babilônia, 18.9,10
10. O lamento dos comerciantes pela destruição da Babilônia, 18.11-17a
11. Lamento dos homens da navegação, 18.17b-19
12. Estímulo para que a igreja rejubile, 18.20
13. Os sinais de juízo do terceiro anjo e sua explicação, 18.21-24
14. Triunfo no céu, 19.1-8
15. A conclusão da visão, 19.9,10

## **XII. segundo apêndice às visões das taças: A ABERTURA DO CÉU (a parusia) 19.11-21.8**

1. A aparição de Jesus como Juiz, 19.11-16
2. O juízo definitivo sobre a besta e seu profeta, 19.17-21
3. A manifestação da igreja de testemunhas com Cristo, 20.1-6
4. O juízo definitivo sobre Satanás, 20.7-10
5. O juízo definitivo sobre as pessoas, 20.11-15
6. O novo mundo, 21.1-8

### **XIII. terceiro apêndice às visões das taças: A NOIVA DO CORDEIRO A NOVA JERUSALÉM 21.9–22.5**

1. Introdução da nova visão, 21.9,10
2. O aspecto geral da cidade, 21.11-14
3. Suas formas e medidas, 21.15-17
4. Os materiais de construção, 21.18-21
5. O interior da cidade, 21.22,23
6. A vida dos povos sob a luz da cidade, 21.24-27
7. O trono de Deus no meio da cidade, 22.1-5

### **XIV. epílogo: A PALAVRA FINAL DO APOCALIPSE 22.6-21**

1. A autoridade do livro, 22.6-9
2. A atualidade do livro, 22.10-17
3. A validade canônica do livro, 22.18-20
4. Encerramento de cunho epistolar, 22.21

#### **EXCURSOS**

- |            |   |
|------------|---|
| EXCURSO 1  | A estrutura e a doutrina das mensagens às igrejas   |
| EXCURSO 2  | A vitória do Cordeiro   |
| EXCURSO 3  | A visão dos Selos em suas correlações   |
| EXCURSO 4  | O cavaleiro branco como anticristo  |
| EXCURSO 5  | As visões das trombetas em suas correlações   |
| EXCURSO 6  | Quanto à interpretação do flagelo da quinta trombeta  |
| EXCURSO 7  | Os três anos e meio, os quarenta e dois meses, e os mil duzentos e sessenta dias nos cap. 11,12 |
| EXCURSO 8  | A soberania de Deus como tema do Apocalipse   |
| EXCURSO 9  | O material da ciência das religiões em Ap 12  |
| EXCURSO 10 | Miguel em Ap 12.7   |
| EXCURSO 11 | O anticristo e Ap 13  |
| EXCURSO 12 | Quanto à interpretação dos seiscentos e sessenta e seis   |
| EXCURSO 13 | A ira de Deus   |
| EXCURSO 14 | A interpretação dos sete “reis” de Ap 17.9-11   |
| EXCURSO 15 | Os lamentos sobre a destruição da Babilônia em Ap 18.9-19                                       |
| EXCURSO 16 | Quanto à interpretação do número mil em Ap 20   |
| EXCURSO 17 | Expectativa do milênio fora da fé cristã  |
| EXCURSO 18 | Ap 20.1-6 na interpretação cristã   |
| EXCURSO 19 | O lago (“charco”) de fogo – perdição eterna?  |
| EXCURSO 20 | Quanto à interpretação da visão da Nova Jerusalém   |

#### **ORIENTAÇÕES**

#### **PARA O USUÁRIO DA SÉRIE DE COMENTÁRIOS**

##### **Com referência ao texto bíblico:**

O texto de Apocalipse está impresso em negrito. Repetições do trecho que está sendo tratado também estão impressas em negrito. O itálico só foi usado para esclarecer dando ênfase.

##### **Com referência aos textos paralelos:**

A citação abundante de textos bíblicos paralelos é intencional. Para o seu registro foi reservada uma coluna à margem.

##### **Com referência aos manuscritos:**

Para as variantes mais importantes do texto, geralmente identificadas nas notas, foram usados os sinais abaixo, que carecem de explicação:

**TM** O texto hebraico do Antigo Testamento (o assim-chamado “Texto Massorético”). A transmissão exata do texto do Antigo Testamento era muito importante para os estudiosos judaicos. A partir do século II ela tornou-se uma ciência específica nas assim-chamadas “escolas massoréticas” (massora = transmissão). Originalmente o texto hebraico consistia só de consoantes; a partir do século VI os massoretas acrescentaram sinais vocálicos na forma de pontos e traços debaixo da palavra.

Manuscritos importantes do texto massorético:

Manuscrito: redigido em: pela escola de:

*Códice do Cairo* (C) 895 Moisés ben Asher

*Códice da sinagoga de Aleppo* depois de 900 Moisés ben Asher

(provavelmente destruído por um incêndio)

*Códice de São Petersburgo* 1008 Moisés ben Asher

*Códice nº 3 de Erfurt* século XI Ben Naftali

*Códice de Reuchlin* 1105 Ben Naftali

**Qumran** Os textos de Qumran. Os manuscritos encontrados em Qumran, em sua maioria, datam de antes de Cristo, portanto, são mais ou menos 1.000 anos mais antigos que os mencionados acima. Não existem entre eles textos completos do **AT**. Manuscritos importantes são:

- O texto de Isaías
- O comentário de Habacuque

**Sam** O Pentateuco samaritano. Os samaritanos preservaram os cinco livros da lei, em hebraico antigo. Seus manuscritos remontam a um texto muito antigo.

**Targum** A tradução oral do texto hebraico da Bíblia para o aramaico, no culto na sinagoga (dado que muitos judeus já não entendiam mais hebraico), levou no século III ao registro escrito no assim-chamado Targum (= tradução). Estas traduções são, muitas vezes, bastante livres e precisam ser usadas com cuidado.

**LXX** A tradução mais antiga do **AT** para o grego é chamada de “Septuaginta” (**LXX** = setenta), por causa da história tradicional da sua origem. Diz a história que ela foi traduzida por 72 estudiosos judeus por ordem do rei Ptolomeu Filadelfo, em 200 a.C., em Alexandria. A **LXX** é uma coletânea de traduções. Os trechos mais antigos, que incluem o Pentateuco, datam do século III a.C., provavelmente do Egito. Como esta tradução remonta a um texto hebraico anterior ao dos massoretas, ela é um auxílio importante para todos os trabalhos no texto do **AT**.

**Outras** Ocasionalmente recorre-se a outras traduções do **AT**. Estas têm menos valor para a pesquisa de texto, por serem ou traduções do grego (provavelmente da **LXX**), ou pelo menos fortemente influenciadas por ela (o que é o caso da Vulgata):

- Latina antiga por volta do ano 150
- Vulgata (tradução latina de Jerônimo) a partir do ano 390
- Copta séculos III-IV
- Etíope século IV

## ÍNDICE DE ABREVIATURAS

### I. Abreviaturas gerais

AT Antigo Testamento

cf. confira

col. coluna

gr grego

hbr hebraico

km quilômetros

lat latim

LXX Septuaginta

NT Novo Testamento  
par texto paralelo  
p. ex. por exemplo  
pág. página(s)  
qi questões introdutórias  
TM Texto Massorético  
v. versículo(s)  
vol. volume

## II. Abreviaturas de livros

ATD *Altes Testament Deutsch*  
AThANT *Abhandlungen zur Theologie des Alten und Neuen Testaments*  
BDR *Grammatik des ntl. Griechisch*, Blass/Debrunner/Rehkopf  
BHH *Biblisch-historisches Handwörterbuch*  
Bill *Kommentar zum Neuen Testament aus Talmud und Midrasch*, H. L. Strack, P. Billerbeck  
Bl-De *Grammatik des ntst Griechisch*, 9ª edição, 1954, Blass-Debrunner  
CE *Comentário Esperança*  
EKK *Evangelisch-katolisch Kommentar zum Neuen Testament*  
EWNT *Exegetisches Wörterbuch zum NT*  
HThK *Herders Theologischer Kommentar*  
KEK *Kritisch-exegetischer Kommentar über das Neue Testament*  
Ki-ThW *Kittel: Theologisches Wörterbuch*  
KNT *Kommentar zum NT*  
LzB *Lexikon zur Bibel*, organizado por Fritz Rienecker  
NTD *Das Neue Testament Deutsch*  
Radm *Neutestl. Grammatik*, 1925, 2ª edição, Rademacher  
TBLNT *Theologisches Begriffslexikon zum NT*  
ThWAT *Theologisches Wörterbuch zum Alten Testament*  
ThWNT *Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament*  
TRE *Theologisches Realenzyklopädie*  
W-B *Griechisch-deutsches Wörterbuch zu den Schriften des Neuen Testaments und der frühchristlichen Literatur*, Walter Bauer, editado por Kurt e Barbara Aland  
WStB *Wuppertaler Studienbibel*  
WUNT *Wissenschaftliche Untersuchungen zum Neuen Testament*  
ZNW *Zeitschrift für neutestamentliche Wissenschaft*

## III. Abreviaturas das versões bíblicas usadas

O texto adotado neste comentário é a tradução de João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada no Brasil, 2ª ed. (RA), SBB, São Paulo, 1997. Quando se fez uso de outras versões, elas são assim identificadas:

RC Almeida, Revista e Corrigida, 1998.  
NVI Nova Versão Internacional, 1994.  
BJ Bíblia de Jerusalém, 1987.  
BLH Bíblia na Linguagem de Hoje, 1998.  
BV Bíblia Viva, 1981.  
VFL Versão Fácil de Ler, 1999.  
TEB Tradução Ecumênica da Bíblia, 1995.

## IV. Abreviaturas dos livros da Bíblia

### ANTIGO TESTAMENTO

Gn Gênesis  
Êx Êxodo  
Lv Levítico  
Nm Números  
Dt Deuteronômio

Js Josué  
Jz Juízes  
Rt Rute  
1Sm 1Samuel  
2Sm 2Samuel  
1Rs 1Reis  
2Rs 2Reis  
1Cr 1Crônicas  
2Cr 2Crônicas  
Ed Esdras  
Ne Neemias  
Et Ester  
Jó Jó  
Sl Salmos  
Pv Provérbios  
Ec Eclesiastes  
Ct Cântico dos Cânticos  
Is Isaías  
Jr Jeremias  
Lm Lamentações de Jeremias  
Ez Ezequiel  
Dn Daniel  
Os Oséias  
Jl Joel  
Am Amós  
Ob Obadias  
Jn Jonas  
Mq Miquéias  
Na Naum  
Hc Habacuque  
Sf Sofonias  
Ag Ageu  
Zc Zacarias  
Ml Malaquias

*NOVO TESTAMENTO*

Mt Mateus  
Mc Marcos  
Lc Lucas  
Jo João  
At Atos  
Rm Romanos  
1Co 1Coríntios  
2Co 2Coríntios  
Gl Gálatas  
Ef Efésios  
Fp Filipenses  
Cl Colossenses  
1Te 1Tessalonicenses  
2Te 2Tessalonicenses  
1Tm 1Timóteo  
2Tm 2Timóteo  
Tt Tito  
Fm Filemom  
Hb Hebreus  
Tg Tiago



1Pe	1Pedro
2Pe	2Pedro
1Jo	1João
2Jo	2João
3Jo	3João
Jd	Judas
Ap	Apocalipse

## *PREFÁCIO DO AUTOR*

Podemos considerar significativa uma pequena curiosidade da estatística de palavras do Apocalipse de João: em menos de cada dez palavras, o livro traz o termo de adição “e”, pelo qual o fio narrativo e a inflexão da voz jamais são rompidos. Pelo contrário, faz com que continuamente o anterior seja alçado ao subsequente. Assim, o Apocalipse constitui um único escrito ardente e contagiante, ao qual os primeiros destinatários deviam expor-se num consistente serviço a Deus. Nenhum escrito no Novo Testamento requer tão intensamente que seja ouvido em uma seqüência contínua. Daí resultam, para um comentário, mais referências a textos posteriores e anteriores do que comumente, bem como maior necessidade de estabelecer visões panorâmicas e ligações. Um leitor que aplica o comentário com demasiada especificidade a um texto recortado, ou que o consulta apenas para um interesse singular, facilmente comete equívocos.

A tão necessária seção sobre a estrutura geral da carta, está inserida abaixo, no item *H*. Quando apresentamos nossas traduções próprias do texto, em estreita adesão à estrutura do texto grego, é exigida bastante flexibilidade do nosso senso lingüístico. Contudo, no âmbito de um comentário é útil permitir a percepção exata da concepção do texto que foi tomada como base.

Quando me pergunto se houve algum fio condutor que me orientou durante o trabalho, deparo-me com a circunstância de que a incumbência me foi dada no ano em que guardei luto por meu pai, quando este partira para a eternidade. Em uma inesquecível concentração joanina ele nos testemunhou de Cristo, passando agora, após silenciar, a falar com marcante eloqüência. O juízo preliminar do presente comentário é que o Senhor Jesus Cristo nos foi colocado por Deus como sabedoria que abarca tudo.

A redação foi acompanhada por um ouvido cada vez mais apreensivo para com os rumores do mundo atual. Ao lidarmos com o Apocalipse, importa que coloquemos em xeque nossa própria compreensão do presente e que talvez a deixemos ser inteiramente reestruturada.

Pude perceber, desde os primeiros contatos, uma verdadeira coragem de fé por parte do editor da Wuppertaler Studienbibel, Dr. Werner de Boor, e do publicador, Sr. R. Brockhaus. Realmente ajudaram-me mais que um autor poderia esperar. Também meu irmão, Helmut Pohl, revisou de bom grado todo o manuscrito, aconselhando-me em inúmeros detalhes. A todos eles desejo agradecer de coração.

Buckow, janeiro de 1969  
Adolf Pohl

## *INTRODUÇÃO À LITERATURA*

Com muito maior freqüência que o presente comentário permite notar, o autor teve de ponderar qual das possíveis interpretações de um versículo ou trecho deveria ser adotada. Contudo, em algumas passagens pareceu-lhe benéfico permitir que o leitor percebesse em que direção as tentativas para avançar foram feitas e que motivos eventualmente o trouxeram de volta e o remeteram para outro caminho. Nestas ocasiões, aparecem preponderantemente os nomes de outros comentaristas, cujas obras podem ser encontradas na lista abaixo em ordem alfabética. Ela se limita à literatura em língua alemã do presente século, deixando quase totalmente de lado o sem-número de escritos breves e ensaios, impossíveis de serem levados em conta.

Contudo, mesmo quando fizemos referência expressa à opinião de outros comentaristas, nem sempre foi possível expor pensamentos divergentes com todas as nuances e justificativas, valorizando-as da forma cabível. Em todas as ocasiões pudemos oferecer apenas uma breve orientação em diversas direções. Nossa consideração constante foi o âmbito da igreja e o que poderia estar latente na sua realidade.

Ademais, a listagem subsequente também visa arrolar títulos aos quais o comentário não se refere expressamente, mas que, sob determinados aspectos, são recomendados às pessoas interessadas para a leitura. Estes aspectos serão explicados a seguir.

Para as *questões introdutórias* em geral, são recomendáveis, dentre as obras mais recentes, por sua forma ponderada, as obras de W. Michaelis e A. Wikenhauser (católico). Um complemento estimulante é oferecido por M. Albertz. Especificamente sobre o apocalipsismo do judaísmo tardio nos instrui D. S. Russell. Cf. ainda os trechos citados de G. von Rad, Bill e sobretudo em J. Moltmann. Devemos a P. Riessler uma edição prática em língua alemã dos apocalipses judaicos, com breves explicações. Uma tradução ao alemão dos textos de apocalipses cristãos com

introdução pormenorizada é oferecida, *p. ex.*, por E. Hennecke. No que se refere à situação contemporânea sempre vale a pena ler a obra de W. Foerster. E. Stauffer retrata, de maneira um tanto jornalística, mas com extremo suspense, as correlações do Apocalipse com o culto ao imperador.

H. Berkhof nos prestou um serviço urgentemente necessário e muito valioso com seu livrinho sobre a visão da história. Seus enfoques deveriam ser ouvidos, examinados e complementados.

Ao contrário da pesquisa científica no ramo, a *interpretação geral* do Apocalipse produziu muitos novos comentários nas últimas décadas.

A interpretação fortemente *histórica*, com o cunho de “história do reino”, obteve novos defensores em G. Stokmann e K. Hartenstein. Uma interpretação marcadamente ligada à história universal, que relembra J. A. Bengel, é executada com grande afinco por H. Kobs (adventista).

A leitura *escatológica*, que relaciona os textos essenciais do livro a um tempo que também para nós ainda é futuro, sim, posterior ao arrebatamento da igreja, é defendida de diferentes formas por G. K. Brinke, E. Dönges, K. Merz e H. H. Janzen. De forma própria expõe-na também H. Langenberg em seus escritos. O livro peculiar de B. Philbert será apreciado de modo especial na abordagem do cap. 9.

O venerável A. Schlatter estava comprometido com uma interpretação unilateralmente *contemporânea*. Aliás, ele dificilmente nos satisfaz no que diz respeito à doutrina acerca das últimas coisas. Assemelha-se a ele neste aspecto o comentário de J. Behm, que encontra no Apocalipse “verdades eternas numa forma condicionada pela época”.

A comparação *histórico-religiosa* predomina em E. Lohse (o próprio Lohse prefere, para designar este tipo de leitura, o conceito “história da tradição”).

Finalmente, encontramos tentativas, entre as quais se situa o presente comentário de interpretar o Apocalipse decididamente a partir do acervo confessional geral do cristianismo. Nem a história universal nem a da igreja, nem o mundo contemporâneo nem o judaísmo ou as religiões circundantes constituem, conforme estes exegetas, o contexto determinante no qual este livro vive, respira e fala, mas o evangelho do Cristo crucificado e ressuscitado. O Apocalipse de João é essencialmente um livro cristão, pelo que se abre caminho para uma interpretação apropriada, até em aspectos metodológicos. C. Brütsch cunhou, para este caminho, a expressão “forma de interpretação *crisológica*” (*pág.* 119).

Nesse sentido trabalharam muitos comentaristas capazes. Infelizmente, por causa do volume reduzido de suas obras, foram-lhes impostas, de maneira consistente, sensíveis limitações. Não era possível expor da forma desejável diante do leitor as explicações pormenorizadas de termos, formulações e frases que obviamente antecederam essas obras. O leitor ficaria desde já confrontado com os resultados, com as verdades-chave e com as grandes linhas.

Tais comentários recomendáveis, contudo demasiado breves, são, *p. ex.*, os de M. Rissi, B. H. Forck e C. Brütsch. Este último, porém, acrescenta um epílogo merecedor de atenção, sobre algumas questões introdutórias. Rissi traça linhas dignas de nota até os tempos de hoje. Através do conhecimento sólido da história geral e cultural, por meio de uma excelente linguagem e muitas referências de alta sensibilidade, destaca-se H. Lilje. Equilibrado e instrutivo é o comentário católico de A. Wikenhauser. H. Frey escreveu com ardor e rica carga bíblica, porém tende a simplificações.

Há décadas a pesquisa *científica* não contribui com um comentário completo. Há alguns anos foi anunciada, na série “Kritisch-exegetischer Kommentar über das Neue Testament” [KEK], uma elaboração de K. G. Kuhn. Em decorrência dessa lacuna, temos de recorrer a trabalhos mais antigos. No início do século, W. Bousset explicou o Apocalipse nos parâmetros e limites da escola histórico-religiosa (respectivamente, da história da tradição), um trabalho que, contudo, acabou com muitas hipóteses inúteis, sobretudo de cunho crítico-literário, de seus predecessores. Isso constituiu um grande progresso. Depois da I Guerra Mundial veio a lume a obra de T. Zahn, altamente erudito, fiel à Bíblia, mas também teimoso. Além disso, surgiu a obra de E. Lohmeyer, que ainda hoje é essencial no que se refere à estrutura do Apocalipse. Em termos metodológicos, ele seguiu novamente a linha de Bousset, embora com outros resultados no conteúdo. Finalmente, cabe citar o comentário de W. Hadorn, que tentou acolher comedidamente as justificadas preocupações da pesquisa do mundo contemporâneo e da sociologia das religiões, mas sobretudo situar o caráter cristão do Apocalipse devidamente no centro. O livro, escrito e impresso de forma acessível, também pode ser recomendado a leitores que não possuem conhecimento da língua grega. – Desse tempo é oriundo também o comentário de Strack-Billerbeck, que é menos um comentário no sentido usual, mas quase que unicamente uma coletânea de paralelos judaicos, justapostos versículo por versículo ao texto bíblico.

Em contrapartida, os cientistas do ramo apresentaram nas últimas décadas monografias promissoras sobre o Apocalipse. Cumpre mencionar com gratidão especial os trabalhos de T. Holtz e M. Rissi, além dos de H. Bietenhard, G. Bornkamm, L. Goppelt, R. Halver, H.-P. Müller, A. Satake, A. Schlatter, H. Schlier e C. Schneider.

Para dados estatísticos, usou-se com gratidão R. Morgenthaler, *Statistik des neutestamentlichen Wortschatzes* [Estatística do Vocabulário Neotestamentário], Frankfurt, 1958. Nesta obra encontram-se não somente tabelas, das quais se pode depreender quantas vezes um vocábulo grego aparece em cada escrito no NT, mas, *p. ex.*, também quais vocábulos eles preferem. Uma “palavra preferencial” ocorre quando um termo aparece com singular freqüência num escrito em comparação com outros escritos e em proporção ao seu próprio volume. Destaco o exemplo do Prefácio ao presente comentário: num acervo total de cerca de 140.000 palavras o NT contém 8.947 ocorrências do “e”. Dentre

elas, apenas no Apocalipse, com 9.884 palavras, distribuem-se 1.117 referências (cf. [pág. 167](#); na tabela à [pág. 108](#) há um erro de impressão), i. é, para 100 palavras de texto aparece mais de 11 vezes o “e”. Essa é a mais alta ocorrência média do [NT](#). Fora do Apocalipse, a média está em torno de seis por cento. Naturalmente, por várias razões, essas estatísticas requerem uma utilização muito cautelosa.

Como compêndios de consulta, recorri sobretudo ao *Theologisches Wörterbuch [ThWNT]* de Kittel, à 3ª ed. da *Die Religion in Geschichte und Gegenwart [RGG<sup>3</sup>]*, ao *Lexikon zur Bibel [Léxico Bíblico]*, de Rienecker (5ª ed.), ao *Wörterbuch zum Neuen Testament [Dicionário do Novo Testamento]* de Bauer (5ª ed.) e, nos volumes publicados, ao *Begriffslexikon zum Neuen Testament [Léxico do Novo Testamento]* de Coenen-Beyreuther-Bietenhard.

A análise dos últimos capítulos do Apocalipse levou à discussão pertinente com a escola da *reconciliação universal*. Para isso, tínhamos à disposição, além dos livros de M. Rissi (já mencionados), as obras substanciais e exaustivas de W. Michaelis e H. Schumacher.

## Bibliografia

- ALBERTZ, M. Die Botschaft des Neuen Testamentes, vol. I, tomo 2: Die Entstehung des apostolischen Schriftkanons. Zollikon-Zurique: 1952, [pág. 334-370](#).
- BEHM, J. Die Offenbarung des Johannes. 5ª ed. Göttingen: 1949.
- BENGEL, J. A. Gnomon, vol. II, tomo II: Briefe und Offenbarung. Traduzido ao alemão por C. F. Werner. 6ª ed. Berlim: 1952.
- BERKHOF, H. Der Sinn der Geschichte: Christus. Göttingen e Zurique: 1962.
- BIETENHARD, H. Das Tausendjährige Reich. 2ª ed. Zurique: 1955.
- idem. Die himmlische Welt im Urchristentum und Spätjudentum. Tübingen: 1951.
- BORNKAMM, G. Die Komposition der apokalyptischen Visionen in der Offenbarung Johannis (in: Studien zu Antike und Urchristentum, coletânea de ensaios, vol. II). 2ª ed. Munique: 1963.
- BOUSSET, W. Die Offenbarung Johannis (Kritisch-exegetischer Kommentar über das Neue Testament, seção 16). 6ª ed. Göttingen: 1906.
- BRINKE, G. R. Skizzen über die Offenbarung. 2ª ed. Berna: 1947.
- Brütsch, C. Die Offenbarung Jesus Christi (Zürcher Bücherkommentare). Zurique: 1955.
- DÖNGES, E. Was bald geschehen muss. 3ª ed. Dillenburg: 1959.
- FOERSTER, W. Neutestamentliche Zeitgeschichte, vol. II: Das Römische Weltreich zur Zeit des Neuen Testaments. 2ª ed. Hamburgo: 1961.
- FORCK, B. H. Die Offenbarung des Johannes (Bibelhilfe für die Gemeinde). Kassel: 1964.
- FREY, H. Das Ziel aller Dinge. 3ª ed. Stuttgart: 1962.
- GOPPELT, L. Heilsoffenbarung und Geschichte nach der Offenbarung. Em: Theologische Literaturzeitung, 1977, col. 513-522.
- HADORN, W. Die Offenbarung des Johannes (Theologischer Handkommentar zum Neuen Testament, vol. XVIII). Leipzig: 1929.
- HALVER, R. Der Mythos im letzten Buch der Bibel, Eine Untersuchung der Bildersprache der Johannes-Offenbarung (Theologische Forschung 32). Hamburgo: 1964.
- HARTENSTEIN, K. Der wiederkommende Herr. 3ª ed. Stuttgart: 1954.
- HENNECKE, E. (ed. por W. Schneemelcher) Neutestamentliche Apokryphen in deutscher Übersetzung, vol. II, Apostolisches, Apokalypsen und Verwandtes. 3ª ed. Tübingen: 1964.
- HOLTZ, T. Die Christologie der Apokalypse des Johannes (Texte und Untersuchungen zur Geschichte der altchristlichen Literatur, vol. 85). Berlim: 1962.
- JANZEN, H. H. Und ich sah... 2ª ed. Darmstadt: 1964.
- KOBS, H. Die Offenbarung des Johannes. Hamburg: 1968.
- LANGENBERG, H. Schlüssel zum Verständnis der Apokalypse, partes I e II. Metzingen: 1956/57.
- LILJE, H. Das letzte Buch der Bibel (Die urchristliche Botschaft). 7ª ed. Hamburgo: 1961.
- LOHMEYER, E. Die Offenbarung des Johannes (Handbuch zum Neuen Testament, vol. XVI). 2ª ed. Tübingen: 1953.
- LOHSE, E. Die Offenbarung des Johannes (Das Neue Testament Deutsch, vol. XI), nova revisão. Göttingen: 1960.

MERZ, K. Was in Kürze geschehen soll. Lahr-Dinglingen: 1951.

MICHAELIS, W. Einleitung in das Neue Testament. 3ª ed. Berna: 1961.

idem, Versöhnung des Alls, Die frohe Botschaft von der Gnade Gottes. Gümlingen: 1950.

MOLTMANN, J. Theologie der Hoffnung (Beiträge zur evangelischen Theologie, vol. XXXVIII). 3ª ed. Munique 1965, pág. 120-124.

MÜLLER, H.-P. Die Plagen der Apokalypse, Eine formgeschichtliche Untersuchung. Em: Zeitschrift für die Neutestamentliche Wissenschaft. 1960, pág. 268-278.

PHILBERTH, B. Christliche Prophetie und Nuklearenergie. 5ª ed. Wuppertal: 1964.

RAD, G. von. Theologie des Alten Testamentes, vol. II: Die Theologie der prophetischen Überlieferung Israels, 4ª ed. Munique 1965, pág. 314-321.

RIESSLER, P. Altjüdisches Schrifttum ausserhalb der Bibel. Augsburg: 1928.

RISSI, M. Alpha und Omega, Eine Deutung der Johannesoffenbarung. Basiléia: 1966.

Idem. Die Zukunft der Welt, Eine exegetische Studie über Johannesoffenbarung 19,11 bis 22,15. Basiléia: 1966.

Idem. Was ist und was geschehen soll danach. Die Zeit- und Geschichtsauffassung der Offenbarung des Johannes (Abhandlungen zur Theologie des Alten und Neuen Testamentes, vol. 46). Zurique: 1965.

RUSSELL, D. S. Zwischen den Testamenten (Neukirchner Studienbücher, vol. 1). Neukirchen: 1962.

SATAKE, A. Die Gemeindeordnung in der Johannesapokalypse (Wissenschaftliche Monographien zum Alten und Neuen Testament, vol. XXI). Neukirchen: 1966.

SCHLATTER, A. Das Alte Testament in der johanneischen Apokalypse (Beiträge zur Förderung christlicher Theologie, vol. XVI,VI). Gütersloh: 1912.

Idem. Die Offenbarung des Johannes (Erläuterungen zum Neuen Testament, vol. X), 36º 40º milhar. Stuttgart: 1965.

SCHLIER, H. Zum Verständnis der Geschichte nach der Offenbarung, e Vom Antichristen. Ambos os ensaios em: Die Zeit der Kirche. 4ª ed. Freiburg: 1966.

SCHNEIDER, C. Die Erlebnisechtheit der Apokalypse des Johannes. Leipzig: 1930.

SCHUMACHER, H. Das biblische Zeugnis von der Versöhnung des Alls. Stuttgart: 1959.

Idem. Das tausendjährige Königreich Christi auf Erden. Stuttgart: 1964.

STAUFFER, E. Christus und die Caesaren. 6ª ed. Hamburgo: 1964.

STOKMANN, G. Reichsgeschichtliche Auslegung der Offenbarung des Johannes. 3ª ed. Gütersloh: 1923.

STRACK, H. L. & BILLERBECK, P. Kommentar zum Neuen Testament aus Talmud und Midrasch; vol. III, pág. 788-858 (comentário); vol. IV, pág. 799-1015 (excursos “Diese Welt, die Tage des Messias und die zukünftige Welt” e “Vorzeichen und Berechnung der Tage des Messias”), 4ª ed. Munique: 1965.

WIKENHAUSER, A. Die Offenbarung des Johannes. 3ª ed. Regensburg: 1959.

Idem. Einleitung in das Neue Testament. 5ª ed. Freiburg: 1963.

ZAHN, T. Die Offenbarung des Johannes. 2 seções. Leipzig/Erlangen: 1924 e 1926.

Referências de literatura adicional, consultada ocasionalmente, encontram-se nas respectivas passagens nas notas de rodapé.

## QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

Acaso o Espírito Santo sopra somente onde içamos as grandes velas de nossos conhecimentos do mundo contemporâneo? Será que um leitor da Bíblia precisa primeiro peregrinar por todas as questões históricas de um livro bíblico, tendo-as corretamente na memória, para que Deus possa falar com ele? Não, na igreja e também na vida de cada membro da comunidade sempre deverá haver espaço para um entendimento direto, de certa maneira ingênuo da Bíblia. Cristãos que durante a vida toda se inseriram na Bíblia pela leitura e vivência, às vezes são capazes de captar e aplicar à atualidade um trecho de maneira tão direta que vale a pena que toda a igreja preste atenção, inclusive seus membros com formação lingüística e histórica. Até vale a pena quando equívocos exteriores estão ligados a essas

contribuições. Isso é difícil de explicar a quem não convive na igreja, e não precisa ser explicado por ninguém ao que conhece estes diálogos em torno da Bíblia.

Entretanto, é uma questão totalmente diferente se este uso da Bíblia na igreja deve ocupar *todos* os espaços, sendo o único a determinar o rumo. Em breve, a situação de uma comunidade ficaria deplorável se ninguém mais se transportasse, paciente e meticulosamente, às condições dos tempos bíblicos.

Jesus Cristo é hoje o mesmo como ontem (Hb 13.8), a saber, no primeiro século, quando apareceu às primeiras testemunhas. Por isso, quando o Espírito Santo deseja tornar Cristo presente para nós hoje, ele trabalha recorrendo a este “ontem” do primeiro século. É também por isso que a sede espiritual por experiência atual de Cristo se associa necessariamente ao estudo histórico dos testemunhos bíblicos. Neste processo, o leitor não se sente importunado ou retido desnecessariamente pela referência histórica do texto, ou seja, pela sua influência sobre as condições das comunidades daquele tempo. Pois é justamente a essas comunidades do primeiro século que ele tenciona chegar, a fim de posicionar-se com elas diante do Cristo de “ontem”, que certamente será “o mesmo hoje”.

Sem dúvida, um estudo assim evidenciará que várias afirmações de uma compreensão singela da Bíblia são insustentáveis. Porém, na esfera espiritual, a correção não intimida. Sem sentimentos de inferioridade, um continua servindo com sua dádiva de percepção imediata e o outro, que talvez tivesse de corrigi-lo, continua dando-lhe ouvidos com coração agradecido. É assim que no corpo da igreja se ajustam os dons para a glorificação de Jesus Cristo.

Nesse sentido, portanto, é que o trabalho intelectual da igreja com a Escritura Sagrada também inclui a visão histórica, a saber, as assim chamadas questões introdutórias. Para tanto, reiteramos que essa obrigação não pesa igualitariamente sobre todos os leitores da Bíblia. Naturalmente nem todos podem avançar de forma idêntica neste tipo de estudo. É diferente a proporção de tempo, energias e recursos disponíveis. Porém, como em muitas outras coisas necessárias da vida comunitária, vigora também nesta situação o serviço vicário de alguns por todos.

Sempre deveria haver alguns membros que, em benefício do todo, se aprofundam exaustivamente nas correlações exteriores e internas dos escritos bíblicos, a fim de captar a localização delas “no ontem”, bem como o Cristo “de ontem”. À medida que isso for bem sucedido, também se estará servindo ao Cristo “de hoje” e ao seu testemunho atual, porque ele é o mesmo ontem, hoje e eternamente (Hb 13.8).

O presente comentário almeja ter leitores que concordem com essa tarefa árdua, contra a qual talvez haja inicialmente uma aversão. Ao expormos as Questões Introdutórias (qi), numeramos as unidades temáticas continuamente, de maneira que referências retroativas durante o comentário possam ser facilmente seguidas.

## **A. Adorar – mas quem?**

### *Motivo e época de redação do livro*

1. Uma constatação meramente relativa à estatística terminológica deverá desencadear a busca pelo motivo do Apocalipse. Neste escrito, cuja extensão perfaz aproximadamente a décima quarta parte do Novo Testamento, a palavra “adorar” ocorre nada menos do que 24 vezes, enquanto em todo o resto do Novo Testamento aparece apenas mais 35 vezes. Termos do mesmo grupo semântico, como “glorificar”, “agradecer”, “louvar”, “dar honras”, “receber honra”, “servir a Deus”, “clamar a Deus” e, no mais, a grande quantidade de hinos e orações reforçam a impressão de que o objetivo do livro é a adoração.

2. Será que está falando o representante de um movimento litúrgico? Não é de admirar que exegetas repetidamente ponderem se João talvez não teria escolhido as formas de uma liturgia do incipiente cristianismo como recurso artístico, de estilo, para reproduzir a sua mensagem. Contudo, essa leitura torna-se questionável pelo fato de que no livro não apenas oram a comunidade ou os anjos, mas “todos os habitantes da terra” (Ap 13.4,8). A *humanidade* ora – não obstante todas as tensões que a dilaceram. Não há os que oram contrapostos aos que não o fazem, mas há pessoas que oram contra outras que também oram. Naturalmente o Apocalipse também conhece o contraste entre doutrina e doutrina (Ap 2.14), profetismo e profetismo (Ap 2.20) ou testemunho e testemunho (Ap 13.14), porém no cap. 13, onde o conflito chega à culminância, onde ambos os lados se tornam fundamentais no sentido último, acaba-se a argüição e a réplica – todo mundo ora! “Adorá-la-ão (a besta) todos os que habitam sobre a terra, aqueles cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida do Cordeiro” (Ap 13.8). Em contraposição, os “santos”, que são repetidamente visualizados multidão que louva a Deus, negam adoração à besta e rumam ao martírio. O quanto o choque entre pessoas adoradoras constitui o cerne do livro mostra-se, depois desse auge, nos tremores que repercutem nos capítulos subsequentes (Ap 14.9,11; 15.2; 16.2,6,10; 17.6; 19.20; 20.4). No cap. 13, descortina-se a cena para a qual se encaminha o livro e que ele continua circunscrevendo até o final.

3. A humanidade ora! Essa visão, no entanto, também poderia ter a intenção de expressar que em todos os tempos as pessoas têm um tipo ou uma distorção de religião, que evidentemente não suportam não ser tomadas por algo e não se curvar profundamente diante de algo, ainda que discordem sobre onde e diante de quem devem adorar. No entanto, o Apocalipse não visa dar uma declaração de validade tão supra-temporal. O choque acima mencionado, entre os diferentes adoradores, começa nitidamente em uma determinada hora. O profeta o anuncia em Ap 14.13 como estando iminente: “Bem-aventurados os mortos que, *desde agora*, morrem no Senhor”. Ainda existe calma. Porém, não é



sosego para dormir, mas calmaria antes da tempestade, estremecendo desde já com os leves presságios do que virá. Em Pérgamo o sangue de mártires já correu algumas vezes e João foi recentemente banido para a ilha de Patmos. O futuro próximo trará uma luta de vida ou morte, a “hora da provação que há de vir sobre o mundo inteiro” (Ap 3.10), a “grande tribulação” (Ap 7.14).

No entanto, em relação a que época e que episódio tudo isso visa ser interpretado? Acaso em relação ao ano 2.000? De modo algum podemos trazer este livro de tal maneira para a nossa realidade que o tiramos das comunidades que foram interpeladas naquele tempo. Porventura não depreciaremos João e sua mensagem se lhe imputamos que teria escrito para além das cabeças dos seus contemporâneos e que nada do que liam para si na verdade se referia a eles? Com toda a certeza a palavra profética também se alonga para além daquela época (cf. qj 60), mas a interpretação do Apocalipse forçosamente fracassará se sua importância para os primeiros destinatários for negligenciada. Resta, pois, responder à pergunta: o que estava em jogo naquele tempo? Através do que surgiu uma tensão assim e que descarga João anunciou?

A pesquisa volta-se intensamente para uma antiga afirmação acerca do tempo de redação. O Pai da Igreja Ireneo, que viveu na Ásia Menor ainda na primeira metade do século II, tornando-se mais tarde bispo de Lyon, pressupôs, em seu escrito *Contra os Hereges*, que o Apocalipse era de conhecimento geral: “Na verdade, não faz muito tempo que ele foi recebido em visão, foi quase ainda no tempo em que vivemos, pelo final do governo de Domiciano” (Domiciano governou do ano 81 ao 96). Essa afirmação mais antiga sobre a época da redação, à qual em breve se seguiram muitos testemunhos convergentes, não permaneceu sem contestação. Também intérpretes mais recentes tentam estabelecer uma proximidade direta, ou pelo menos mais intensa, com a perseguição aos cristãos em Roma sob Nero, no ano 64. Contudo, essa perseguição não aconteceu por motivos religiosos. Nero foi movido por motivos pessoais, quando tentou desviar de si mesmo para os cristãos a suspeita de ter causado o incêndio de Roma. Além do mais, por mais duradoura que sua crueldade ficasse gravada na memória, a perseguição desencadeada por ele teve apenas importância localmente limitada.

Justamente quando preservamos a adoração como sendo o tema do Apocalipse, somos quase que imperiosamente remetidos, em concordância com Ireneo, à situação vigente tal como existiu, p. ex., a partir do ano 90, sob Domiciano, pois foi ele o primeiro imperador que, desde o ano 86, reivindicou de todas as formas e genericamente aquilo que pertence a Deus (Mt 22.21), ou seja, a veneração de sua pessoa como deus. Com isso, porém, o cristianismo forçosamente se tornou uma das religiões proibidas, inimiga do Estado, por causa de sua observância rígida do Primeiro Mandamento. Estava dado, assim, o pressuposto para as grandes perseguições nos próximos dois séculos. Desse momento em diante, os cristãos estavam em insegurança legal. Cada um deles podia perder sumariamente, por causa de sua fé, os bens e a vida. Tão logo houvesse acusador, não faltaria juiz.

É verdade que sempre houve, desde que existiam os césores, um certo culto ao imperador. Nas primeiras décadas depois de Cristo também desencadearam-se algumas perseguições localmente limitadas a cristãos. Contudo, o vidente de Patmos viu armar-se uma situação totalmente nova ligada ao novo culto estatal, preparando a igreja para ela.

4. O desenvolvimento do culto ao imperador não pode ser descrito aqui com detalhes. Porém, o estágio decisivo pelo qual o culto passava, bem como o próprio Domiciano, deveriam estar diante de nossos olhos durante o comentário.

“Na proporção em que podemos subentender, ao contrário de sua predisposição natural, foi rapinador (somente) por necessidade e sanguinário por temor”, julga o historiador romano contemporâneo Suetônio a respeito de Domiciano. De fato foi-lhe atestado um começo nada mau, pois assumiu o Império numa época catastrófica: cuidadosa jurisprudência, rigorosas providências contra corrupção e difamação, medidas econômicas proveitosas, popularidade no exército e bem-sucedida política externa.

Contudo, quando, depois da solidificação externa, começou a atacar os problemas internos do gigantesco Império, ameaçado por sinais de decadência, a situação deve ter ultrapassado sua capacidade, ou ele passou por uma inexplicável mudança em sua natureza. Em todo caso, as opiniões sobre a época final de sua vida – aproximadamente depois do ano 93 – são arrasadoras. Luxuosas festas da corte, procissões, espetáculos circenses, caçadas de animais, promoções esportivas com ricas premiações de louros, marchas triunfais e edificações de construções pomposas aconteciam de mãos dadas com métodos de arrecadação forçada de verbas cada vez mais duros e ordinários. Ele condenava pessoas com base na mais simples acusação, a fim de poder confiscar a sua fortuna. Tudo isso lhe acarretou mais inimigos. Não é totalmente sem razão que foi possuído por uma mania de perseguição. Um exército de espíões servia à segurança do Imperador. Por causa do medo diante de inimigos de dentro e de fora – sobretudo no Leste do Império – ele reforçava cada vez mais as medidas de terror e tornou-se doentamente desconfiado. Causou a morte de sua amante, colocou sua mulher na lista negra e deu fim aos mais íntimos colaboradores. Nesse processo desenvolveu uma predileção por formas cruéis de execução. Teve êxito em dismantelar conspirações e destruir revoltas com incrível regularidade. Em 18 de setembro de 96, sua esposa mandou um velho escravo assassiná-lo no quarto de dormir. O Império respirou aliviado. O senado decidiu maldizer solenemente sua memória, excluir seu nome de todos os escritos honoríficos, bem como destruir suas estátuas e seus altares. A posteridade chamava-o de cão sanguinário, besta do inferno, que permanece em sua caverna lambendo sangue. Falava do “semblante arrogante” do tirano.

5. Para os leitores da Bíblia, assusta sobretudo o grau de endeusamento que o imperador reclamava para si. No ano 86 determinou, como primeiro imperador romano, ser oficialmente chamado de “Deus, o Senhor”. Seu palácio era considerado um santuário, seu trono uma sede divina. Até a cadeira vazia do seu trono deveria receber reverência durante a sua ausência. Nas festas imperiais, todos tinham de comparecer vestidos de branco. Quando ele aparecia, com a coroa dourada sobre a cabeça, as massas se extasiavam e explodiam em aclamações a César. O burburinho das vozes transformava-se em coros de fala rítmica. Poetas da corte providenciavam textos lisonjeiros: “Eis, esse é deus, aí está ele, instituído pelo pai no céu para governar com plenos poderes numa terra feliz!” Até mesmo animais participavam das honrarias. Papagaios treinados exclamavam: “*Ave Caesar!*” Missivas imperiais começavam com: “O Senhor nosso Deus decreta”, e as sentenças de morte: “Aprove ao Senhor nosso Deus em sua misericórdia...” (quanto ao culto ao imperador, cf. ainda [qi 12](#)).

6. Já mencionamos que Domiciano entrou na história não por último devido à sua nova linha de frente contra os cristãos. Duas circunstâncias exerceram uma função nesta questão. Por um lado, as comunidades cristãs haviam se disseminado de maneira incomum, pelo que chamaram a atenção. O evangelho penetrou até em círculos governantes, na corte imperial e mesmo na família do imperador (cf. também [qi 14](#)). Isso já constituía um motivo para que a questão dos cristãos se apresentasse de forma nova para o Estado. Por outro lado, entretanto os cristãos haviam se separado claramente do judaísmo. Com isso, retiraram-se da proteção que o judaísmo significava para eles. Pois enquanto as autoridades consideravam as comunidades cristãs somente uma seita judaica, elas não eram atingidas pela proibição geral de fundar novas associações no Império Romano. Ocorre que havia sido concedida uma exceção às sinagogas judaicas. Até aquele tempo era possível que em toda parte se congregassem comunidades cristãs sem contestação pelo Estado. Tão logo, porém, os cristãos brigaram com os judeus, havia a ameaça de um conflito com o Estado. Essa situação concretizava-se com clareza cada vez mais perceptível. Domiciano entendeu o cristianismo como um movimento próprio de alcance mundial, cuja importância superava o judaísmo. Considerou-o como um movimento contra a razão de estado, a saber, contra o culto ao imperador. Em decorrência, deu início à investida geral do Estado romano contra o cristianismo.

7. No ano de 95, Domiciano executou os pais de seus filhos adotivos e sucessores ao trono, Clemente e Domitila, por causa de tendência a costumes judaicos, por ateísmo e crime de lesa-majestade. Há certos indícios de que eles eram cristãos. Também são conhecidos os nomes de dois soldados cristãos, decapitados por ele. A primeira carta de Clemente, que provavelmente foi redigida em Roma no mesmo ano, confirma que ali estavam sendo tomadas medidas contra cristãos. A já referida carta de Plínio informa acerca de pessoas inquiridas na Ásia Menor, que asseguravam que há vinte anos já haviam renegado a Cristo. Também este dado aponta para processos contra cristãos sob Domiciano. A situação se aguçou. Em seu último ano de vida (ano 96), Domiciano teria mandado trazer dois cristãos da Palestina, inquirindo-os de modo especialmente desconfiado, porque eram parentes de Jesus. Quando reconheceu que eram inofensivos, limitou-se a ridicularizá-los. Logo estava claro que no final de seu mandato Domiciano passou ao ataque contra os cristãos (cf. ainda [qi 20](#)).

Na próxima seção, quando nos debruçarmos sobre a região destinatária do Apocalipse, tornar-se-á mais uma vez evidente o quanto os últimos anos do governo de Domiciano servem de pano de fundo para esse livro.

## **B. A província romana da Ásia**

### *Os destinatários do livro*

8. De acordo com [Ap 1.4](#), o Apocalipse foi enviado para a “Ásia”. Essa designação ocorre dezoito vezes no Novo Testamento. Contudo não coincide com o atual conceito Ásia. Mesmo comparada com a atual Ásia Menor, tratava-se naquele tempo apenas de uma Ásia pequeníssima, abrangendo tão somente a terça parte ocidental da atual Turquia. A maior distância entre as sete cidades mencionadas, a saber entre Pérgamo e Laodiceia, corresponde aproximadamente à linha reta entre Brasília e Goiânia (225 [km](#)). Portanto, no Apocalipse a “Ásia” sempre representa uma das muitas regiões administrativas romanas. É por isso que o presente comentário usa regularmente “província da Ásia”.

9. Hoje aquele território constitui uma região bastante retirada das vias principais, é um canto do mundo. Conhecedores da Antigüidade nos ensinam, porém, que naquele tempo representava o centro cultural do mundo, superando até mesmo Roma ou Atenas. Considerando que isso pesa na importância do Apocalipse, detalhes tornam-se interessantes.

Essa província tinha uma grandiosa história. Já por volta de 900 a.C. a tribo grega dos iônios, ativa e de mente muito aberta, ocupou a região, fundando rapidamente cidades florescentes na orla marítima e na beira dos rios. Nem sempre nos séculos seguintes puderam dominar também o interior. Numerosas vezes tiveram de abrir mão de sua autonomia política, mas intelectual e culturalmente, e também economicamente, em geral eram superiores aos que os haviam derrotado. Em suas cidades, e não na terra-mãe da Grécia, encontrava-se o berço da filosofia grega, um fenômeno único patenteado na história da humanidade, sem a qual a civilização de hoje não seria imaginável. Além disso, a região desenvolveu-se pelo cultivo de árvores frutíferas e vinhedos, por indústrias artesanais e sobretudo pelo comércio, vindo a ser uma mina de ouro. Graças à sua localização natural, os portos se tornaram locais de troca

comercial entre Oriente e Ocidente. Isso propiciou um horizonte incomum, favoreceu as ciências, a arte e a religião. Não se deve ignorar o reverso: este território era cobiçado. Muitas vezes os proprietários se alternaram. Sucederam-se os domínios frígio, lídio, persa, macedônio e, por fim, o romano. Cada troca significava uma nova chegada de povos, línguas, costumes e cultos. Resumindo-se o quadro, o resultado é um verdadeiro crisol, uma paleta de aquarela com todas as cores.

Roma não precisou conquistar essa província. Em 133 a.C., Atalo III, o último rei de Pérgamo, legou seu reino em testamento aos romanos. Por isso, a província não foi submetida a uma administração militar, mas civil, com um procônsul. Com satisfação os romanos se eximiam de uma administração direta, porque a província estava sendo governada de forma suficientemente rígida a favor deles. Assim a terra continuou a florescer. A capital Éfeso em breve contava com 250.000 habitantes. Laodicéia tinha bancos de fama mundial, quase todas as cidades apresentavam indústrias rentáveis. Nos portos amontoavam-se no cais depósitos de vários andares, e no meio dos atracadouros flutuava um exército de mastros de navios de todas as bandeiras. Idiomas estrangeiros misturavam-se entre a língua local. Trajes de todas as nações apresentavam-se ao olhar.

10. A província não somente era lugar de intercâmbio de mercadorias, mas também de cultos religiosos, que avançavam sobretudo do Leste para o Oeste. Havia entre eles também cultos à natureza, que remetem os cientistas das religiões vivamente aos cultos sírios a Baal, que também são nossos conhecidos do Antigo Testamento. Este dado deverá ser retomado quando interpretarmos os cap. 2 e 3. Pelo menos perfila-se a extraordinária fertilidade religiosa dessa região e de seus habitantes. Em toda parte há centros de culto e milagres, construídos com mármore deslumbrante em estilo arrojado, e rodeados da correspondente atividade romeira e das lides comerciais correlatas. Não por último essa província era considerada a mais culta e nobre do Império. Podia exibir florescentes instituições de educação, famosas bibliotecas e autoridades mais moderadas e esclarecidas. Se houve algum lugar no mundo para isto, foi aqui o berço da intelectualidade e leveza gregas, da alegria de viver e da capacidade de realização. Cf. Reicke-Rost, *Bibl.-Hist. Handwörterbuch*, também *Religion in Geschichte e Gegenwart* (RGG).

11. Em decorrência, a província da Ásia revela-se como um reduto do “helenismo”. Com essa expressão designa-se o grandioso movimento cultural daquele tempo. Ele começou sua marcha vitoriosa sob Alexandre Magno (356-323 a.C.), que no entanto também deu continuidade a um legado persa, de modo que, com certa razão, poderia ser designado igualmente de “orientalismo”. “Helenismo” significa na verdade “natureza grega”, e não permite reconhecer desde logo do que se trata. Num paralelismo flagrante com manifestações atuais, tratava-se de uma unificação crescente da humanidade de todos os continentes nas maiores unidades possíveis, e isso às custas da peculiaridade étnica, racial, lingüística, política, social e religiosa. A humanidade toda devia tornar-se *um* povo. O audacioso programa de fusão do Oriente e do Ocidente, no entanto, não traz de modo totalmente injusto o nome do pequeno povo helênico, porque essas pessoas criaram a conciliação entre os grupos de interesse. Não apenas porque a terra-mãe grega constituía o limiar entre Leste e Oeste, situada no meio dos mares que interligam os povos – e que este tipo de pessoas evidenciava uma rara lucidez e intelectualidade aberta. Os gregos estavam literalmente presentes em todo o mundo conhecido daquele tempo. Ao redor de todo o mar Mediterrâneo e do mar Negro, mesmo no lago de Genesaré (cf. Mt 4.25; Mc 5.20; 7.31) havia cidades gregas. Pela rota do âmbar e por sobre os Balcãs os comerciantes gregos praticavam o comércio com a costa do mar Báltico, com a África central através do Egito, com a Índia através da Mesopotâmia. Em todo lugar adquiriam novo conhecimento, penetravam-no e transmitiam-no de forma organizada. Com os gregos, a humanidade chegou pela primeira vez ao pensamento científico. Eles desenvolveram a primeira escrita fonética e forneceram a língua franca mundial daquele tempo, o “*koinê*”, na qual também foi redigido o Novo Testamento. Dessa maneira imprimiram sua marca intelectual na emergente cultura global internacional. O conceito do helenismo aparece a cada pessoa que se familiariza com a época do Novo Testamento.

12. Um exemplo dessa helenização é também o desenvolvimento do culto ao imperador – com o que o Apocalipse retorna ao centro de nossa linha de pensamento. Há muito que o Oriente conhecia a veneração divina de soberanos, sobretudo no Egito, onde o rei era considerado como um deus desde o nascimento e independentemente de sua posição de poder. Lentamente e contra a pertinaz resistência da mentalidade ocidental, democrática, os costumes palacianos orientais penetraram no Ocidente. A província da Ásia marcou o ritmo desse processo. São de lá os mais antigos monumentos com inscrições que possuímos sobre essa nova religiosidade política.

As cidades da província competiam entre si pela magnânima permissão do senado romano para edificar um templo em honra a Roma e ao imperador. Pérgamo conquistou o privilégio já sob Augusto (30 a.C.-14), Esmirna sob Tibério (14-37), Éfeso sob Cláudio (41-54). Com o novo culto estavam relacionadas cerimônias regulares e luxuosas, que não podiam ser subestimadas como fator econômico.

Então chegou Domiciano (81-96), e Éfeso ganhou a corrida contra todas as cidades. Em breve ela ostentava o nome honorífico de “cidade imperial, guardiã do templo de César”. Recebeu uma imagem colossal do imperador em tamanho quatro vezes maior que o natural. Foram erigidos altares ao “divino soberano único e eminente imperador Domiciano”.



Pesquisadores austríacos escavaram partes da destrozada imagem da graça, do templo, do altar principal e gigantescos candelabros, que forneciam luz às festas culturais. Por ocasião de cada abertura do templo ao imperador numa cidade, tomava posse também um grupo de sacerdotes imperiais. Seu sumo sacerdote era ao mesmo tempo a personalidade política de confiança de Roma na província e um bom guardião para verificar se a fidelidade dos súditos também se comprovava numa ativa participação no culto ao imperador. Pode-se provar e é bem imaginável que essas equipes de sacerdotes se destacavam especialmente nas perseguições aos cristãos.

13. Um retrospecto permite que constatem que nesta província o evangelho atingiu o ser humano em seu estado mais desenvolvido, não subdesenvolvido nem contido num horizonte estreito. Ali as pessoas haviam descoberto o que significa ser humano, demonstrando-o de modo impressionante. Aquele ser humano era a “pessoa moderna” com sensação elevada da vida, no auge de sua época, portadora e representante de seu tempo. Quando João, portanto, envia sua mensagem às comunidades na província da Ásia, ele tem de considerar que elas não vivem entre pessoas provincianas, mas entre cidadãos esclarecidos, seguros de si, numa época áurea.

14. Com essas observações chegamos à história da missão nestas terras. João não foi o primeiro que testemunhou o evangelho ali. Já Paulo concentrara ali seus esforços, seguindo uma orientação expressa de Deus. Durante três anos ele atuou em Éfeso, mais que em outros locais. As comunidades dessa província receberam cartas de Paulo (Colossos, Éfeso, Laodicéia), de Pedro (1Pe 1.1), de João (missivas do Apocalipse) e, no início do século II, de Inácio, que faleceu como mártir pouco depois do ano 110 (a Éfeso, Magnésia, Trales, Filadélfia e Esmirna). Por conseguinte, encontrava-se aqui obviamente não apenas um ponto de concentração do mundo gentílico, mas também do cristianismo. Éfeso havia substituído Jerusalém e Antioquia como centros cristãos. Roma ainda não havia emergido. Neste meio tempo, o movimento cristão não se expandira tanto em nenhuma outra área do Império romano. De acordo com a carta de Plínio, o número de cristãos havia se tornado tão grande que os templos gentílicos já se esvaziavam; conforme a 2ª carta de Clemente, ele superava o número de judeus.

15. Na província, portanto, o conflito entre a igreja e o mundo em redor era conduzido de uma maneira válida e notável para todo o Império. João o percebe, motivo pelo qual repetidamente conclama a cristandade toda com as palavras: “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas” (Ap 2.7,11,17). No final desse trecho mencionaremos ainda as linhas mestras dessa controvérsia, sem antecipar a exegese detalhada.

Uma pessoa que escreve a erudição em suas bandeiras – isso o indivíduo helenista na província da Ásia havia feito – sempre tem orgulho de possuir entendimento. Ou seja, também havia compreensão pelo cristianismo (cf. At 19.31!). Apesar de alguns percalços, cujas causas específicas cabe investigar, a atitude das sete cidades, conforme Ap 2,3, era de tolerância. Contudo também se esperava por compreensão! Por que os cristãos por sua vez não se deveriam abrir também para a posição oposta? Portanto, quem quiser ser um cristão, que o seja e permaneça, porém que seja um cristão correto, a saber, um cristão compreensível! Isso significa que a tribulação ainda não se apresentava com trajes anticristãos, mas falsamente cristãos. Essa sedução falsamente cristã, por isso, constitui também o tema permanente das mensagens às comunidades: cautela com falsos apóstolos (Ap 2.2), falsos judeus (Ap 2.9; 3.9), falsos profetas (Ap 2.20), vida aparente (Ap 3.1) e riqueza aparente (Ap 3.17)!

Não por último João traz, neste aspecto, “revelação” através daquele que tem uma “espada afiada de dois gumes” e “olhos como chama de fogo” (Ap 2,12.18). Ele perpassa toda a aparência e revela o que é. Por amor ao mundo que a envolve, a comunidade não pode tornar-se uma igreja de aparências.

### C. João

#### *O autor do livro*

16. Alguns leitores talvez considerem supérflua a pergunta sobre quem era o João mencionado como remetente em Ap 1.1,4,9 e 22.8. Até o presente eles não tiveram nenhuma dúvida de que se trata do apóstolo João, o “velho”, um dos Doze, o filho de Zebedeu. Também a presente interpretação defende que em Ap 1.1 é indicada a autoria por João, o filho de Zebedeu. Não obstante, essa posição permanece no nível da suposição. O simples fato de que o testemunho próprio do livro cita o nome sem qualquer especificação mais clara dá espaço para a indagação qual é o João que está por trás desse nome amplamente recorrente.

17. Há sobretudo duas constatações que causam dificuldades. Apesar de que, pelo vocabulário e estilo, o Apocalipse pertence inequivocamente ao campo dos demais escritos joaninos, ao mesmo tempo diferenças evidentes causam dúvidas sobre uma autoria da mesma pessoa. Isso vale em segundo lugar também para o universo intelectual. Apesar da frequência com que o comentário pode apontar para paralelos úteis entre o evangelho de João e as cartas dele por um lado, e o Apocalipse por outro, não há como negar diferenças de conceitos e linguagem.

18. Por que deveríamos, apesar disso, continuar defendendo a autoria do filho de Zebedeu?

A meu ver, a favor dessa tese há o fato de que após sua redação o Apocalipse rapidamente alcançou grande disseminação. Quando damos ouvidos aos testemunhos freqüentes e positivos da Ásia Menor, Gália, África, Egito,

Itália e Síria, parece que no início do século II os cristãos não leram nenhum outro livro do Novo Testamento com tanto afinco como este. Todas as listas canônicas mais antigas do século II arrolam este livro.

Além deste fato, considere-se o segundo aspecto: desde o começo a obra foi lida com a maior naturalidade como obra do filho de Zebedeu. Como, afinal, o livro de um João desconhecido qualquer teria alcançado tamanho eco? Como um equívoco da questão da autoria poderia ter-se espalhado com tanta rapidez na província da Ásia? Milhares de fiéis sabiam da deportação do “velho” do seu meio para a ilha de Patmos (a idade avançada de João em Éfeso está comprovada com segurança). Ou ignoravam totalmente este acontecimento, e neste caso ninguém seria capaz de simulá-lo falsamente diante deles. Por volta do ano 170 surge um pequeno grupo eclesiástico, os chamados “álogos”, que combatem a autoria tradicional por razões dogmáticas. O conteúdo do Apocalipse não se enquadra em sua fé de conotação filosófica. Para retirar a base da autoridade do livro, bem como de seus adversários, que se apoiavam no Apocalipse, eles afirmam que o autor seria (justamente!) Querinto, o adversário de João em Éfeso. No século seguinte, Dionísio de Alexandria (em torno do ano 250), sucessor intelectual desse grupo, mas ao mesmo tempo portador de novos argumentos de crítica literária, defende a opinião de que talvez tenha vivido em Éfeso ainda um segundo João, o qual poderia ser cogitado como autor. Outros cem anos mais tarde, em torno de 340, Eusébio transforma a suposição em certeza: sim, havia em Éfeso ainda outro “presbítero” João, que é o autor do Apocalipse.

Todos estes homens não esconderam seu desconforto com o conteúdo do livro, mas encontravam-se num aperto diante da autoria apostólica. Não podiam atacar o apóstolo. Em decorrência, criaram para si um segundo João, ao qual atribuíram, então, a obra. Com isso, o livro estava liberado para ataques! Pouco tempo depois, já por volta do ano 150, quase toda a igreja do Oriente afastou-se do Apocalipse e de toda a literatura apocalíptica restante de origem judaica e cristã. Somente no século VII a resistência cedeu.

19. Também na igreja do Ocidente, que inicialmente não esposou a reserva tão precoce da igreja do Oriente, em breve teve-se pouca compreensão para com essa mensagem. Promovida a religião estatal e com esplêndidas relações com o Imperador, a igreja oficial tinha os pés firmes neste mundo. De que servia, pois, um livro que exclama catorze ais sobre este mundo e culmina na súplica: “Vem, Senhor Jesus”? Apesar disso, o livro não foi simplesmente deixado de lado, mas lhe foi dada uma nova interpretação (cf. [qi 56](#)).

Deveríamos deixar como estão as dificuldades acima aludidas ([qi 17](#)), que decididamente devem ser levadas a sério no que diz respeito à autoria de João, filho de Zebedeu. A tradição antiga fala com voz alta demais para que pudesse ser ignorada, e é tão digna de crédito que não a deveríamos descartar facilmente.

20. Quando se aceita como autor o discípulo do Senhor, talvez também pudesse se dar ouvidos à seguinte tradição. Tertuliano informa, por volta de 200, que o imperador Domiciano mandara trazer para Roma, no começo da época da perseguição, não somente aqueles dois parentes de Jesus (cf. [qi 7](#)), mas também a última testemunha ocular do tempo de vida de Jesus, João, o “velho”, que liderava as igrejas da província da Ásia a partir de Éfeso. Em Roma, o imperador teria mandado inquirir e torturar o apóstolo (a tradição fala de mergulhar em óleo fervente) e depois banir para Patmos. Se essa notícia for correta, haveria uma amarga experiência pessoal de Roma por trás da descrição do Apocalipse acerca da cidade das sete colinas com seu luxo insano e sua obsessão tentadora, com vaidade e vícios, com terror e derramamento de sangue, e com toda a sua maturidade para o juízo ([Ap 17](#)).

## **D. História contemporânea, Antigo Testamento, Apocalipsismo**

### *O ambiente cultural do livro*

21. As três seções anteriores sobre motivo, destinatários e autor do livro já elaboraram a estreita sensibilidade do Apocalipse com os acontecimentos públicos e também com a vida cultural de seus dias. Em primeiro lugar, trata-se de um autêntico escrito situacional, como também as cartas de Paulo. Em contraposição às cartas de Paulo, porém, acresce que aqui o acontecimento mundial é tomado como tema. Com tanto maior intensidade os acontecimentos e a mentalidade do mundo em redor se espelharão nas páginas do Apocalipse. Nele são incessantemente focalizados termos, conceitos e idéias do contexto helenista (cf. ainda [qi 25](#)).

22. É característica de João a autoridade com que ele combina os acontecimentos e o contexto da época com o Antigo Testamento. De forma crepitantemente atual, ele fala com uma linguagem tão saturada de termos bíblicos que uma estatística dificilmente consegue captá-los, um fato que não ocorre em nenhum outro livro do [NT](#). Essa forma de “estilo sagrado” poderia ser em parte decorrente inconscientemente de uma forte ligação incomum com a palavra do Antigo Testamento. Obviamente também existe uma afinidade claramente fundamentada com o Antigo Testamento. Faz parte dela a preferência pelos profetas Ezequiel, Daniel e Zacarias, com estes escritos principais que colocam o acontecimento universal sob a luz do reino de Deus. João insere-se na linha deles de maneira bem consciente e com autoconsciência profética.

23. Há mais uma surpresa. Por mais que o Antigo Testamento perpetre o Apocalipse, o autor não obstante evita a citação expressa. Jamais João usa a introdução como a carta aos Hebreus ou Mateus: “Como está escrito”. Acaso cita

sem fórmula de citação? Isso tampouco explicita os fatos. Uma cuidadosa comparação mostra que, apesar de toda a sua ligação com o Antigo Testamento, João preserva a sua independência. Audaciosamente as palavras proféticas são abreviadas, completadas, acopladas ou mescladas a outras. Apesar da copiosidade de ressonâncias surgiu algo novo. O Apocalipse, portanto, não repete meramente o profetismo do AT. Como João poderia reiterar profecias pré-cristãs depois de Cristo, como se o Consumador ainda não tivesse chegado! Sem dúvida o profetismo ainda não chegou ao seu último cumprimento. Ele ainda aponta para frente. Porém ele já passou por um *estágio* de cumprimento, pelo estágio decisivo, e traz agora em sua testa o sinal da continuação de seu curso. Cumpre valorizar essa profecia marcada pela revelação de Cristo. É assim que também se explica a curiosa atmosfera do livro com sua proximidade e simultânea distância do Antigo Testamento.

Afinal, cumprimento é mais que a respectiva profecia, assim como a árvore é mais que sua semente. Nesta consciência todos os apóstolos que viram, apalpam e ouviram o cumprimento em Jesus Cristo posicionaram-se diante do Antigo Testamento. Nesta autoridade eles podem utilizar as velhas palavras com uma liberdade que causa surpresa em cada pessoa que não capta nada da altitude, profundidade, do comprimento e da largura da revelação de Cristo.

24. Faz parte do contexto cultural a que o Apocalipse dirige sua mensagem, por fim, também o assim chamado apocalipsismo.

Involuntariamente foi o último livro da Bíblia que forneceu o nome para este movimento. O termo grego *apokálypsis* (revelação) aparece em [Ap 1.1](#), onde é introduzido no linguajar como designação de livro. Mais tarde os pesquisadores relacionaram essa designação com um gênero bem determinado de literatura. Hoje são chamados de “apocalipses” cerca de 30 escritos do período do século II a.C. até o século II. A atitude religiosa e o universo mental correspondentes são chamados de “apocalipsismo judaico tardio”.

Mais da metade desses escritos ainda é oriunda do judaísmo. Contudo, quando próximo do final do século I o judaísmo rejeitou o apocalipsismo com todas as letras, o movimento encontrou um abrigo no cristianismo, experimentando ali um novo auge entre os anos 100 e 150. O próprio Novo Testamento, porém, denota uma forte familiaridade do cristianismo primitivo com essa literatura. O indício mais claro está registrado em [Jd 14-16](#), onde “Enoque” é citado. A passagem não pode ser lida, como se esperaria, no Antigo Testamento, mas sim no extenso livro apocalíptico de Enoque (1.9), o qual nos foi preservado. De acordo com alguns Pais da Igreja, os acontecimentos referidos em [Jd 9](#) provêm da obra *Ascensão de Moisés*, do qual no entanto atualmente se conhecem apenas fragmentos. O mesmo vale para os nomes Janes e Jambres em [2Tm 3.8](#). É possível que [Hb 11.37](#) se refira à *Ascensão de Isaías*, uma obra apocalíptica que já sofreu uma revisão cristã, e que narra em 5.11 como Isaías foi serrado ao meio. Seria possível multiplicarmos os exemplos. Quanto melhor conhecêssemos a literatura apocalíptica, tanto mais nítidas seriam para nós as semelhanças de linguagem, terminologia e concepções. Encontramos, [p. ex.](#), no NT blocos “apocalípticos” homogêneos, como, [p. ex.](#), [Mc 13](#) e seus paralelos, [Lc 17.20-37](#); [1Ts 4.15-17](#); [1Co 15.20-28](#); [2Ts 2.1-12](#); [2Pe 3.10-13](#) e sobretudo o livro do Apocalipse.

25. No primeiro instante, essa realidade pode causar confusão. Será mesmo que o apocalipsismo é o “colo materno” da proclamação do primeiro cristianismo ou um de seus ramos? Contudo, comunhão de linguagem e idéias não devem ser interpretadas, sem maior averiguação, como comunhão doutrinária. Também poderia significar oposição doutrinária. Não apenas o intercâmbio amigável torna a linguagem e os raciocínios semelhantes. Disputas acirradas muitas vezes levam ao mesmo resultado. O Novo Testamento oferece múltiplos exemplos disso. Nas cartas de Paulo aparecem palavras de ordem e frases daqueles que ele tenta superar. De certo modo ele lhes tira as armas, retira sua armadura, e as torna úteis para o triunfo do evangelho. Também neste caso poderíamos falar de “dependência”, mais precisamente de uma dependência negativa. Temos de contar com a possibilidade de que o pensamento e a fala do primeiro cristianismo se formaram negativamente diante do apocalipsismo judaico tardio. Quem quiser avaliar essa questão, terá de adquirir primeiramente uma visão panorâmica sobre essa literatura.

26. O apocalipsismo incendiou-se acima de tudo na segunda metade do século II a.C., quando após um tempo de política religiosa tolerante novos soberanos promoveram intensamente e em parte de forma brutal a helenização na Palestina (cf. [qj 11](#)). Para os fiéis entre os judeus irrompeu um tempo de aflição interior e exterior. Por um lado, constatavam como fruto dessa helenização uma secularização irrefreável de seu povo. Com braços de polvo, o espírito mundano tentava apoderar-se dos fiéis. Por outro lado, acrescentavam-se perseguições, opressão, terror e martírio, com os quais o rei Antíoco IV respondia, exasperado, às atitudes de resistência.

Nesse tempo obscuro, porém, também havia círculos judeus na Palestina que não percebiam a desgraça e que não eram afligidos pela aflição, porque sabiam adaptar-se. Escaparam para a superficialidade. Estavam dispostos a colaborar, a aceitar cargos, formando aos poucos o judaísmo oficial. Contudo, entre suas fileiras não se encontrarão os apocalípticos. As características destes últimos são as reuniões secretas e a mentalidade de retirada. O hiato entre a Bíblia e a realidade pesa de forma torturante sobre eles.

No cativeiro babilônico, os profetas haviam anunciado coisas grandiosas ao povo: nova aceitação por Deus, maravilhosa condução para a pátria e restauração do povo. Que foi feito disso? O retorno à pátria aconteceu, mas

muitos judeus preferiram ficar no estrangeiro. A situação dos retornados era precária. Havia um pouco de reconstrução e muitos destroços, miséria econômica, insegurança política, escárnio dos vizinhos e refluxo religioso. Será realmente que isso foi tudo? Como a palavra de Deus continuaria sendo verdadeira? De que modo o Seu braço, apesar de tudo, governaria o mundo? Onde se desenrolaria agora a história da Sua salvação?

Eram essas as indagações do apocalipsismo, é para elas que ele buscava uma resposta. Seu ponto de partida, portanto, é o suplício das promessas não cumpridas. Entretanto, o movimento vinculou-se a uma fé nova e inabalável na veracidade de Deus. Assim, os apocalípticos visavam continuar a tradição dos profetas. Nesta perspectiva eles colidiam frontalmente, como outrora os profetas, com os poderes dominantes, com sacerdotes e escribas, com o judaísmo oficial.

A sua boa intenção, porém, não impediu que eles se afastassem consideravelmente do profetismo bíblico. Também haviam sido marcados intelectualmente por gerações de dominação estrangeira, sobretudo no período persa (558-331 a.C.). Não conseguiram escapar nem mesmo da helenização. Na prática, temos de contar com alienações. Essa circunstância levou alguns pesquisadores do apocalipsismo a falarem de um contraste incisivo com o profetismo, de sorte que “apocalipsismo” adquiriu uma conotação pejorativa. Entretanto, seria satisfatório avaliar movimentos cabalmente pelo seu aspecto final e por suas degenerações, ao invés de pelo seu ponto de partida e pela sua intenção? Como haveremos de mostrar, não existe uma ruptura profunda com o profetismo.

27. Imediatamente, determinados deslocamentos de ênfase resultaram da nova situação. Os profetas ainda falavam ao povo de modo intensamente missionário e o convocaram uma última vez ao arrependimento. Aos olhos dos apocalípticos, essa última chance tinha passado. O povo como um todo se afastara definitivamente de Deus e não podia mais ser atingido. Em decorrência, dirigem-se em tom consolador ao pequeno círculo dos fiéis. Agora a mensagem é: não esperem mais por uma virada através do arrependimento geral do povo. Pelo contrário, a situação piora cada vez mais! O mundo é mau, a vida é dura. Resta esperar tão somente por uma coisa: pelo despedaçamento de todo o mundo pela intervenção de Deus e pela irrupção de um novo mundo. Feliz aquele que preservar sua fé até aquela hora!

Talvez os profetas teriam falado de forma semelhante numa situação idêntica. Sem dúvida encontram-se entre eles enfoques correspondentes. Isaías já fala da firme decisão por um aniquilamento (Is 28.22). Jeremias tem de anunciar juízo inevitável. Não há mais futuro para o povo nem possibilidade de intercessão perante Deus. Não existe mais salvação no âmbito da antiga aliança. Sim, o ideário apocalíptico pode ser remontado em grandes extensões ao Antigo Testamento. Inversamente, os livros proféticos apresentam unidades “apocalípticas”, p. ex., Is 24–47, Zc 9–14, Jl 2,3. Poderíamos chamar o profeta Ezequiel de “pai do apocalipsismo”. Seus seguidores intelectuais são Ageu e Zacarias.

28. Em que consistia a essência doutrinária desse movimento? Um pensamento básico é: “O Altíssimo não criou apenas *um* mundo, mas dois deles”. Note-se bem que ambos já *foram* criados, também o mundo futuro. Ainda que oculto, o éon vindouro já está presente. Ambas as realidades agora estão lutando entre si. O éon presente está rendido às trevas e não tem mais salvação. Está caindo cada vez mais no abismo. Resta um único consolo: ele não dura infinitamente, mas tem um prazo. Quando sua perdição alcançar o ponto culminante e sua impiedade se tornar completamente ímpia, então ele chegará, simultaneamente, ao alvo e ao término. Então estará maduro para o juízo. Portanto, do desespero do mundo acende-se uma esperança viva. As aflições que se sofre exteriormente são entendidas como as “dores de parto” do novo. Por isso despertam ardente expectativa imediata pelo éon vindouro.

Dessa maneira, torna-se possível confiar novamente na consumação divina da história. Naturalmente isso é impossível quando se tem uma visão superficial. Neste caso, constata-se apenas o oposto. É preciso visão em profundidade! Há necessidade de luz sobre os “mistérios” da história. É necessário obter revelação sobre o plano básico, de acordo com o qual tudo acontece e tem de acontecer.

29. A partir desse princípio é possível entender as peculiaridades do apocalipsismo. Um exemplo explicitará a primeira característica. Jeremias havia anunciado ao povo deportado para a Babilônia o fim do castigo após setenta anos de cativeiro (Jr 25.11; 29.10). Entrementes, o simples fato do retorno já estava realizado. Depois da volta, porém, como mencionamos acima, apresentou-se uma decepção após a outra. Será que a palavra de Deus fora ilusória? Não, pois o profeta não falara de 70 anos, mas de 70 *semanas* de anos, ou seja, de 490 anos (Dn 9.24). Essa forma de lidar com um sentido oculto é típica para o apocalipsismo. Ele usa copiosos números simbólicos, animais, constelações, nomes, medidas, tempos e cores. Este tipo de simbolismo a princípio também era familiar aos profetas do AT, mas agora assume proporções imensuráveis.

30. Além disso, o interesse político nacional recuara diante do interesse pela história universal. O Messias davídico quase não tinha mais importância. Foi dito adeus ao anseio de recuperar poder político perdido. É bem verdade que o caminho da salvação passa por Israel, mas acima de tudo ela tem abrangência mundial e está acima de um povo. Ademais, a preocupação séria com os mistérios da história levou a um senso histórico evoluído. Mais ainda: o olhar não fitava apenas a humanidade e o mundo das nações. Todas as criaturas criadas por Deus, o cosmos, com astros, céus e terra, foram incluídos no sofrimento e no juízo, na esperança e na nova criação, para a glorificação de Deus.



Isso sem dúvida aconteceu com a autoridade da fé em Deus, assim como habitou também nos profetas. Deus não desiste de sua criação. Sua redenção não é mais estreita que a criação. Sim, de certa maneira é magnífico que os círculos apocalípticos não se retiraram, em seus tempos sombrios, para a “vida interior” nem se tornaram estreitos, mas sim cada vez mais universais.

31. A característica mais questionável pode ser acertadamente descrita como segue: o plano de Deus, do qual falavam os profetas, tornou-se o deus Plano, pois entre os apocalípticos o Plano governa com mão férrea e onipotente. Pessoas e potências podem fazer e deixar de fazer o que bem entenderem. Quem conhece o Plano encara tudo com paciência estóica. Ele conhece o desenvolvimento programático da história global de Adão até a restauração do paraíso. Ele conhece os tempos, intervalos e números por revelação. O que atinge o coração de outros (injustiça, pecado e miséria) atinge apenas o seu cérebro. O lugar da compaixão é tomado pelo cálculo. De fato, o apocalipsismo é um assunto para quem é hábil no cálculo mental. Para os profetas, no entanto, a paciência, a longanimidade e o arrependimento ainda tinham grande importância. Deus presta atenção ao comportamento das pessoas e corresponde a ele de modo extremamente vivo. Ele surpreende através de sua graça soberana. Joga no desespero pessoas que calcularam para si segurança absoluta. No ponto de vista apocalíptico, essa história viva é paralisada. Em vez de esperar pelo inesperado, ele já sabe tudo o que virá. Não há como ignorar a influência filosófica (cf. [qj 43 e 46](#)).

32. Por fim, mais um ponto marcante: os autores dos escritos apocalípticos não se dão a conhecer, escrevendo sob o nome de uma pessoa importante do passado. Os títulos são, entre outros: “Testamento de Adão”, “Apocalipse de Abraão”, de Moisés, de Elias, de Baruque, Enoque etc. O apocalíptico se transportava ao tempo deles, há muito transcorrido, para proclamar em seu nome acontecimentos do tempo atual, como se fosse algo ainda futuro. Será que o objetivo era granjear, dessa maneira sub-reptícia, reconhecimento e autoridade? Por maior que seja a estranheza que um procedimento assim possa causar em nós hoje, não podemos declará-lo como sendo fraudulento.

É mais apropriado considerar que em tempos perigosos não raro é preciso falar de forma camuflada. Lembremos que os apocalípticos se opunham aos poderosos e se debruçavam com afincado sobre a sua ruína. Acima de tudo, porém, o Antigo Testamento já delineia o conceito de um “personagem prolongado” (cf. [2Rs 2.9](#) e [Nm 11.16,17](#)). Discípulos vinham a público no espírito e no lugar de seu mestre e tomavam providências para que não se tornasse uma grandeza do passado. Como sua mensagem havia permanecido importante, eles a traduziam para sua própria realidade. Em decorrência, seguiam em espírito e na tradição, [p. ex.](#), a Moisés, e podiam afirmar: Moisés declara!

33. Essa visão panorâmica teve por objetivo ajudar a esclarecer a relação do Apocalipse do [NT](#) com o apocalipsismo judaico. Com certeza trata-se de uma relação estreita, mas também fragmentada. Isso fica evidente em muitos pontos. Várias vezes o comentário oferecerá oportunidades para realçar essas linhas. Agora acrescentaremos apenas breves destaques:

João não recorre nem ao pseudônimo nem ao deslocamento artificial à época antiga. Ele cita claramente nome do autor, lugar e tempo da redação, bem como o grupo destinatário. Foi assim que procederam também os profetas. Seu livro não é produto de um gabinete de estudos como muitos apocalipses do judaísmo. Ele não se devota ao interesse especulativo, que periodiza e enquadra tudo num sistema que vai da proto-história até o fim dos tempos. O livro é um modelo de cuidado pastoral concreto do primeiro cristianismo. Pode-se abusar dele para fins de especulação e calculismo, porém ele próprio não traz nenhuma especulação. Utiliza números, mas não um esquema perfeito de números cabais. Oferece figuras do futuro, mas não um quadro ilustrado do futuro.

O que, por fim, tornaria imperdoável uma equiparação de nosso Apocalipse com o apocalipsismo judaico tardio é o papel que desempenha o Messias crucificado e ressuscitado no Apocalipse. Não apenas porque o apocalipsismo não conhece este Messias, mas também porque o Messias, do qual ele fala ocasionalmente, aparece – quando muito – somente no final, como um personagem extremamente passivo. No nosso Apocalipse, porém, desde [Ap 1.1](#) Jesus Cristo é aquele que age. Por trás de tudo encontra-se o evangelho de sua morte e ressurreição. Não é meramente um apêndice externo do livro, mas o molda desde a raiz. Com suas chagas, ele é, em primeiro e em último lugar, “aquele que é, que era, e que virá”. Que faria o apocalipsismo clássico com isso? Neste ponto abre-se um abismo intransponível: no apocalipsismo judaico tardio falta Jesus Cristo, e no apocalipsismo do [NT](#) falta o deus Plano.

Entretanto, um ponto muito central ainda ficou de fora das considerações. É sobre ele que se debruça a seção seguinte:

## **E. Eis que venho sem demora!**

### *A expectativa imediata do livro*

34. O “em breve” escatológico é o lastro de todo o Apocalipse. Ao comentarmos [Ap 1.1](#) apresentaremos as passagens em que ocorre o tópico “em breve”. Além disso, uma simples olhada na concordância permite sentir que a expectativa imediata tem muito pouco a ver com uma exacerbação temporária e circunstancial e que ela está profundamente alicerçada nas bases bíblicas. De antemão pode-se levar em conta que nos homens de Deus essa convicção sempre sofria influências das peculiaridades da sua vida pessoal íntima, pois também eles não podem ser

imaginados sem sua natureza humana. Dentro deles formavam-se sentimentos involuntários, acompanhados de suspeitas meramente pessoais. Entretanto, continua decisivo a questão se eles deixavam estes fenômenos colaterais ocupar o centro de sua proclamação, se os colocavam na linha de frente dos seus pensamentos e se comprometiam seus ouvintes com eles ou não. Neste caso teriam se tornado falsos profetas. Um profeta não é responsável por tudo que o aflige, mas sim pelo que faz ou deixa de fazer com isso.

35. Em Israel surgiram profetas porque houve uma aliança rompida. É desse ponto que temos de partir. Outrora Deus presenteara Israel com sua parceria. A expressão dessa comunhão era a lei. No fundo, cada mandamento dessa lei na verdade se refere à oferta: Eu sou e quero ser tudo para você (Eu sou o Senhor teu Deus), agora seja fiel também a mim! Não lance mão da “auto-ajuda” (adultério, assassinato, roubo etc.) ou de deuses adicionais (feitiçaria, superstição). Isso é proibido a você! Viva agora de todo o seu coração e de toda a sua alma para o seu Deus!

Profundamente comprometido com este espírito, o conde de Zinzendorf cantou: “Aqui nos tens a todos nós para as ordens que nos deres! Quanto mais ordenares, maiores serão nossas vitórias. Pois ordens tuas são promessas que nos levam a quebrar todas essas obstruções.”

Em sua vida, porém, Israel alçou-se acima desses mandamentos e da oferta de Deus contida neles. Não levou a sério a declaração de amor de Deus: Deus é inofensivo, seus mandamentos são inócuos, as promessas são inócuas, o pecado é inofensivo. Nada acontecerá depois disso! (cf. [Sl 50.16-21](#); [Is 5.18,19](#); [Sf 1.12](#)).

Os profetas encetavam sua pregação nesse equívoco fatal acerca de Deus: não se enganem, Deus não permite que se zombe dele! Se Israel quebrar a lei, tornar-se-á eficaz o lado contrário da lei. Mandamentos muito antigos já estão expressamente ligados a este lado contrário: “Não tomarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão, porque o Senhor não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão”. A punição acontece de imediato. Ela aparece imediatamente ao lado da quebra da aliança. Fugir do amor de Deus e correr para dentro de seu castigo formam uma unidade.

A essa altura, na realidade já nos encontramos diante do berço da expectativa imediata. Ela flui da proclamação de um Deus que justamente não é inofensivo. Deus é Deus! No mesmo instante em que um profeta no povo rebelde Israel era tomado por este entendimento, ele também se punha a clamar: o dia (da vingança) do Senhor é pontual. Arrependam-se nesta última hora! Alguns profetas nem sequer viam mais essa possibilidade do arrependimento. Já estava tudo perdido. Pois tão certa como era a palavra de Deus, este povo estava destinado à morte. O dia da ira já era fato iminente, sem íterim para um arrependimento.

36. A expectativa imediata, portanto, está totalmente imbuída do anúncio de Deus pelos profetas. O castigo está próximo porque Deus é Deus. Essa iminência originalmente era uma proximidade objetiva. Naturalmente a proximidade temporal não pode afastar-se integralmente dessas afirmações. Ela se mostra à margem. Teologia bíblica é teologia da história. Deus se revela no tempo e no espaço do ser humano. Só que a margem não pode engolir o centro. O eixo profético, o testemunho da santidade de Deus como força para o arrependimento, não pode ser amassado para tornar-se uma cronologia sagrada.

A pergunta sobre a hora permanece à margem, aberta, modificável e adiável. Neste ponto Deus reserva algo para si e sua majestade. Não compete aos humanos saber o tempo e a hora. Eles não recebem em mãos um cronograma fixo, segundo o qual pudessem dizer a Deus qual a próxima medida a tomar. Tão logo, porém, uma pessoa acredite que pode operar com um plano assim, este é estraçalhado pela palavra excelsa: para Deus, um dia é como mil anos e mil anos são como um dia. O ser humano precisa se satisfazer com o fato de que Deus faz tudo muito bem no seu tempo (cf. [Is 60.22](#)). Contudo, Deus o faz realmente, e o fará dentro do tempo. É por isso que a questão do tempo precisa permanecer presente como silenciosa guardiã. Ela impede que o profetismo se torne uma filosofia.

37. Uma peça central da expectativa profética imediata é o discurso do “dia do Senhor” e de suas correlações. A expressão ocorre em [Is 2.12](#); [13.6,9](#); [22.5](#); [34.8](#); [Jr 46.10](#); [Ez 7.19](#); [13.5](#); [30.3](#); [Jl 1.15](#); [2.1,11,31](#); [3.14](#); [Am 5.18-20](#); [Ob 15](#); [Sf 1.7,8,14-18](#); [Zc 14.1](#). – Em todas as situações, este dia é um dia de luta, no qual Iahweh finalmente se impõe a seus inimigos. Observemos elementos recorrentes. Primeiramente há o grito de guerra: “O dia do Senhor está próximo!” Trata-se de levantar da vida confortável, colocar a armadura e reunir-se em torno da bandeira. Portanto, este é o lugar vivencial do “perto”: não é um convite ao calculismo, mas à mobilização. Do lado oposto, a consequência é o pânico do terror de Iahweh. As mãos fraquejam, os corações desanimam, a resistência desfalece. As pessoas correm de um lado ao outro como doidos cegos. Depois acontecem maravilhosos fenômenos colaterais: a terra treme, estrelas se apagam, o céu se enrola, trevas e trovão aterrorizam. Agora, na batalha de destruição, desata-se a fúria da espada, o rugido e o clamor. O banho de sangue que se segue é comparado com uma festa de abate ([Jr 46.10](#), conforme a tradução de Menge). O vencedor é determinado com terrível rapidez. Ele passa por cima dos adversários, de modo que nem sequer conseguem defender-se. Ninguém escapa de sua superioridade absoluta. Ninguém pode detê-lo. Finalmente, o profeta descreve a devastação que fica para trás: as cidades estão em ruínas, a terra é habitada por animais ferozes. A vitória é total.

O primeiro a falar desse “dia do Senhor” foi o profeta Amós, mas ele já o pressupõe como algo conhecido. Pelo que parece, ele tem diante dos olhos as expedições militares dos primórdios de Israel. Agora faz-se uma ponte entre essa época e o fim dos tempos (cf. [Is 9.4](#); [28.21](#)). Contudo, nesta narrativa, o profeta inverte tudo. As guerras de Deus

na história passada se dirigiram sempre contra os gentios. Para Israel, eram dias de redenção e festa, cheios de luz e alegria! Agora Amós choca seus concidadãos: ele é para vocês (israelitas!), dia de trevas e *não* de luz! (Am 5.18). Israel aparece agora ao lado daqueles com quem Deus acerta contas. Israel está entre os rebeldes. Dessa maneira, o dia de Deus é expandido pelos profetas: num mundo decaído, entre gentios e israelitas, Deus restabelece sua soberania absoluta.

Quando o último profeta da antiga aliança, João Batista, retoma a expectativa profética imediata, ele a despe de seus aspectos bélicos, sem perder em seriedade: “já está posto o machado à raiz das árvores” (Lc 3.9). Ou seja, a raiz ficou exposta. O lenhador se posiciona de pernas abertas e encosta com o fio de seu machado no lugar em que desferirá o corte. Por um instante ele se concentra. O machado “está posto” no lugar escolhido. No próximo instante o lenhador o erguerá e arremeterá com máxima rapidez contra o tronco. Ninguém sabe quanto tempo durará o instante antes do golpe. Outras ilustrações da expectativa imediata falam da proximidade do dia da colheita, que vem sobre o cereal maduro, ou da data do julgamento, para o qual já foi divulgada a convocação, ou da proximidade do raiar da manhã, que surge com especial rapidez e surpresa no Oriente.

Dessas ilustrações pode-se aprender muito sobre a expectativa imediata bíblica. A iminência da expedição de conquista, da colheita do cereal, da derrubada da árvore, do prazo do julgamento ou do romper da aurora constitui primordialmente uma definição da situação, não um dado de interesse cronológico. A proclamação dessa proximidade comunica uma decisão tomada por Deus: Ele não deixará mais que as coisas corram de forma indefinida, mas intervirá. Ele já está preparando tudo. Ele providenciará a purificação, não como ato segundo, mas como ato primeiro. Seria pena se perdêssemos essa profundidade metafórica e abandonássemos este espaço de imaginação profética! Seria superficial se a expectativa imediata fosse prensada dentro de um cronograma e não fosse concretizada numa vida vigilante, numa vida para Deus e Cristo.

O Senhor está perto! significa: desobediência é loucura. Vivemos ameaçados diante de Deus, totalmente sem segurança, com o telhado aberto, constantemente abertos para a interrupção pelo juízo. Por sobre o presente o futuro de Deus já paira como uma parede ameaçadora que desabarà a qualquer momento.

38. Com a expectativa imediata apocalíptica é diferente. A pergunta sobre tempo tornou-se a questão principal e o centro dos apocalipses. Ao apocalíptico são exibidas, p. ex., tabelas ou livros celestiais, que contêm todos os dados até a última geração. Nestas tabelas ele recebe instrução sobre o plano geral, da criação à restauração. Tudo transcorre em períodos homogêneos. Nada de novo, nada de diferente pode ocorrer, nem da parte de Deus nem da dos humanos. O plano está feito, não há mais decisões a tomar (cf. q1 31).

No entanto, como defendessem planos diferentes, os apocalípticos sempre viviam em discórdia. Um defendia o decurso do mundo em doze, o outro em dez semanas. Também era muito popular, pela semelhança com a semana da criação, o conceito de sete dias com mil anos cada. Por fim havia o esquema de duas vezes 2.500 anos, entre os quais está Moisés, como centro e auge.

39. Em consequência, as épocas eram “percorridas”, como um trem que percorre, fielmente ao roteiro e horário, estação após estação. Por isso, impunha-se por si mesma a pergunta: onde nos encontramos agora? Em que estação ou entre quais estações? É agora que o coração do apocalíptico começa a vibrar! Isso tornou-se sua verdadeira ocupação: descobrir sua própria localização e, a partir dela, calcular o fim, o prazo para o início do tempo messiânico! Dessa atividade resultava uma expectativa imediata. Quando um apocalipse descrevia os períodos já transcorridos, tinha à disposição muito material, muitos nomes e detalhes, de maneira que ele podia retratar o passado com toda a amplitude. Dessa forma produzia-se, em direção ao passado, a impressão de um percurso longo. Em contrapartida, para descrever o período futuro havia falta de material. Neste caso, podia-se arriscar somente alusões e falar unicamente em símbolos e fórmulas. Por isso formava-se, para o trecho ainda a ser percorrido, a impressão da brevidade. Mil anos adiante pareciam ser como um dia. Sem exceção, os apocalipses geravam a impressão de que já se estava no final da história. É flagrante que isso tem pouco a ver com a expectativa imediata *profética*.

40. Muito divulgado era o esquema das semanas mundiais. Segundo ele, a história começou com dois milênios de tempo sem lei. A eles seguiram-se dois milênios sob a lei e depois período idêntico como “dias do Messias”, nos quais o reino israelita restaurado exercia o predomínio entre as nações do mundo. Naturalmente, os “dias do Messias”, conforme outros cálculos, duravam apenas 1.000, 400, 100, 70 ou 40 anos. Aos “dias do Messias” sucedia o sábado do mundo, o tempo da consumação. Somente este tempo parcial aparece no último livro da Bíblia, embora com divergências nos pormenores.

De acordo com um cálculo antigo da sinagoga, a criação aconteceu no ano 3.760 a.C. Nesta contagem, os “dias do Messias” deveriam ter começado 240 anos depois de Cristo. Foi assim que muitos judeus o esperaram. Apesar da decepção, ficaram firmes nesta certeza, porque diziam a si mesmos: o tempo do Messias de fato começou no ano 240, só que o Messias não pôde manifestar-se abertamente por causa dos pecados de Israel. Está nas próprias mãos de Israel que ele apareça hoje ou amanhã ou num dia qualquer: se Israel se arrepender unânime e profundamente, o Messias virá!

41. Estes cálculos ocuparam os judeus no século II a.C. e tiveram seu auge no tempo de Jesus e do cristianismo primitivo (165 a.C. ao ano 90). A cada vez, novos prazos eram proclamados com certeza máxima. Mesmo decepções não puderam interromper este processo. Alguns judeus sensatos vociferavam: “Que sejam dispersas pelo vento as ossadas dos que calculam o fim!” A participação no mundo futuro era negada aos que faziam as contas. Em vão! Uma febre havia se apoderado de amplos círculos, “em incessantes cultos dia e noite” (At 26.7 [tradução do autor]). Um bom número de palavras de Jesus tornam-se claras diante desse pano de fundo. Também seus parceiros de diálogo e seus discípulos eram atingidos por essas idéias.

42. Sem dúvida o legado profético foi distorcido na expectativa apocalíptica imediata. O tempo dos judeus na Babilônia e sobretudo os séculos sob domínio persa haviam deixado marcas. O pensamento helenista infiltrou-se. Dessa maneira, a mensagem bíblica foi “agendada”, tornou-se sem vida e filosófica. Também para nós é difícil acompanhar o pensamento bíblico, porque também a nossa formação intelectual remonta essencialmente ao helenismo.

Todo cálculo contém uma oposição à vigilância. Quem pode ou acredita poder calcular a hora em que o ladrão vier assaltar, regula o despertador e vai dormir. Contudo, quem não souber a hora, estará vigiando todas as horas. Essa é a vontade de Deus. “Deus ocultou diante de nós o dia, para que vigiemos todos os dias” (Agostinho).

43. O material da expectativa imediata cristã sobre o grupo semântico “em breve” ou “próximo” foi listado no comentário a Ap 1.1. Outras passagens contêm um “já” ou “imediatamente” escatológicos. Ou falam do “pequeno tempo” que ainda durará, do “último tempo” ou da “hora” e atestam de forma diversa que o fim está iminente. Também as parábolas de Jesus sobre a vigilância cabem neste contexto. Nenhum escrito do NT se exclui dessa expectativa. Aguardar o fim constitui o fundo natural de todo falar, pensar e querer, sustentando integralmente os textos.

44. Ao mesmo tempo, a expectativa imediata do NT encontra-se em luta com o ponto de vista apocalíptico. Expressões como “o tempo e a hora” ou “o dia e a hora” (Mc 13.32; Mt 24.36; 24.50; 25.13 e par., At 1.7) dão-nos a impressão de serem fórmulas recolhidas do contexto, alusões ao calculismo do apocalipsismo. Sobre elas é emitido um julgamento arrasador: “A respeito daquele dia ou da hora ninguém sabe” (Mc 13.32). O acréscimo da afirmação “nem os anjos no céu” possivelmente se volte contra a supervalorização dos anjos apocalípticos, que supostamente sabem dar aulas tão excelentes sobre o plano da salvação (cf. qj 38). Os cálculos lesam a honra de Deus (At 1.7). Mc 13.35 rebaixa sensivelmente o valor da doutrina dos indícios. Parceiros de diálogo influenciados pelo apocalipsismo são bruscamente rejeitados em Lc 17.20-23: “O domínio de Deus não vem de forma que se possa calculá-lo” (tradução do autor). Essa é a resposta à questão axial do apocalipsismo: “Quando virá o reino de Deus?” Essa pergunta é levantada em Mc 13.4 e respondida com a advertência contra os sedutores.

Muitas afirmações dos evangelhos são como uma sangria salutar para os que foram assaltados pela febre apocalíptica: “Não se deixem seduzir!” (Mc 13.5) “Não acreditem neles!” (Mc 13.21) “Ainda não é o fim!” (Mc 13.7) e freqüentes afirmações similares. Outros textos voltam-se novamente contra o equívoco de que o fim seria protelado (p. ex., Mt 24.48). Em Lc 18.4,7,8 são combinados, à semelhança de Is 60.22, o comprimento e a brevidade. Contudo, todas as declarações se unem na investida contra qualquer cálculo, seja ele de curto ou de longo prazo, ou contra o apocalipsismo. É o que também ocorre nas cartas. Leiamos 2Ts 2.2,3 ou as palavras contundentes contra as “fábulas judaicas” (Tt 1.14; cf. 1Tm 1.3,4; 4.7; 2Tm 4.4). O texto de 2Pe 3.8,9 serve nitidamente para desfazer esquemas: nem Deus conhece a pressão de uma cronologia (v. 8a), nem nós temos uma folga de tempo (v. 8b).

45. De fato aconteceu uma demora dos acontecimentos que foi surpreendente para os cristãos. É muito provável que Paulo contava com uma chegada rápida do Senhor (1Co 7.25-31). Contudo, como essa expectativa temporal não havia sido elevada a dogma, como não se tornou uma bandeira em torno da qual se congregava a igreja, a protelação também não devia causar uma decepção que abalasse os fundamentos. Obviamente a demora estimulou as reflexões, o que continuará fazendo. Na referida passagem de 2Pe, porém, confessa-se que é o amor de Deus aos pecadores que dilata o prazo do tempo de graça. E este não é um consolo posterior gerado pelo embaraço. No fundo, a igreja já começou sua caminhada sob este aspecto (At 1.6-8).

46. Para as comunidades cristãs, os passos iam, como para os profetas e ao contrário do apocalipsismo, não de um ponto do programa ao outro, mas de revelação em revelação. O relacionamento entre uma pessoa e outra pode prender-se a um esquema e tornar-se sem vida, não porém a relação entre Deus e o ser humano. Sob certas circunstâncias Deus altera seus planos (Jr 18.7,8), lamenta um castigo (Jl 2.13), chora pela nossa recusa que nos fecha contra sua boa vontade (Mt 23.37-39), permanece na sua bondade “se permaneceres em sua bondade” e aceita novamente “se eles não permanecerem na incredulidade” (Rm 11.22,23). De que outra forma, afinal, Deus seria santo e misericordioso? De que outro modo seria ele o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo? Simplesmente não se pode expressar com que seriedade o grande Deus atende ao nosso chamar e crer, de modo que por meio deles sejam transportadas montanhas e movimentados céus e inferno. Porém, ele reage com a mesma determinação – Senhor, tem



piedade de nós! – à mais leve rebelião de nosso coração. As celebridades humanas não têm mais tempo para cuidar de quaisquer minúcias. Seus funcionários as protegem cuidadosamente contra toda importunação, para que possam canalizar sua energia a aspectos prioritários. Contudo, a magnitude de Deus é incomparavelmente maior e, por isso, totalmente diferente. Sua altura, profundidade, extensão e largura abrange também as coisas mínimas. Sua atenção sobre o vôo do pardal não o distrai da condução dos éons. Ele faz surgir e refluir dilúvios e também seca as lágrimas das viúvas e dos órfãos. Será mesmo que deveríamos temer pela sua grandeza, quando ele dá valor ao pequeno? E pela sua vontade, quando humanos têm o direito de querer algo? Não, neste caso estaríamos pensando de forma muito parva, muito humana, demasiado humana, a respeito de sua magnitude e soberania.

47. Contudo, não basta descrever a expectativa imediata cristã em seu contraste com a expectativa apocalíptica e como prolongamento da profética. Também é preciso explicitar a diferença e o novo enfoque essencial diante do legado profético, pois a potenciação e o aguçamento no Novo Testamento são inquestionáveis. Um pequeno mas significativo indício deste fato é a maneira como no Novo Testamento palavras do AT são complementadas. Daniel diz, *p. ex.*, (conforme a LXX): “O que deverá acontecer”. João acrescenta: “que *em breve* devem acontecer” (Ap 1.1; 22.6). Em Is 40.10 lemos: “Eis que o Senhor Deus virá”, e em Ap 22.7 e 22.12 é dito de forma notória: “Venho *logo*” (BLH). Paulo destaca em 2Co 6.2, contra Is 49.8: “eis, *agora*, o tempo sobremodo oportuno”. E Pedro amplia, em comparação com Jl 2.1-5: “Acontecerá *nos últimos dias*” (At 2.17).

48. Como fonte originária da expectativa imediata profética reconhecíamos a proclamação profética de Deus no contexto da quebra da aliança por Israel. A expectativa imediata apocalíptica, por sua vez, foi gerada de modo singular a partir da aflição exterior e interior do povo. O que foi adicionado agora? O que determinou a nova percepção histórica das comunidades cristãs? Há uma palavra do Senhor Jesus Cristo, segundo a qual a partir de um determinado momento foram removidos certos entraves e começou a desenrolar-se a história do fim: “eu vos declaro que, desde agora, vereis o Filho do Homem assentado à direita do Todo-Poderoso e vindo sobre as nuvens do céu” (Mt 26.64). Tecnicamente, este “desde agora” é Sexta-Feira da Paixão e Páscoa. Foi a compreensão do alcance desses três dias incomparáveis que desencadeou a descoberta cristã: “os fins dos séculos têm chegado” (1Co 10.11). Este “dia” de Jesus ativou os eventos escatológicos, e o velho mundo entrou nos seus últimos dias. “De agora em diante” ele estava sob a sentença: julgado! e sob o lema: aprazado! Ao mesmo tempo, porém, o novo tempo tem início com Sexta-Feira da Paixão e Páscoa. As testemunhas da Páscoa não quiseram afirmar menos que isso. Podemos entendê-las muito bem se considerarmos que pela doutrina judaico-bíblica o novo éon começa com a ressurreição dos mortos. Portanto, se ouviram, viram, contemplaram e apalpam novamente o Crucificado e Morto como o Vivo, então encontraram o novo éon já no meio do presente éon. Conseqüentemente, sua notícia da Páscoa significa fim e virada de todas as coisas.

Expusemos o lugar do qual brota a expectativa imediata do primeiro cristianismo. Com os últimos dias de Jesus começam os últimos dias do mundo, por mais longos que ainda possam tornar-se. No fundo não haverá novos avanços.

49. No presente contexto merece maior atenção uma observação nos relatos que os evangelhos trazem acerca dos últimos dias de Jesus. Os capítulos da Paixão e Páscoa não apenas seguem formalmente os discursos escatológicos de Jesus, mas constituem, em toda a extensão, uma boa parte do cumprimento desses discursos. Em Mc 13 lemos acerca da necessidade de vigilância nos últimos tempos, do barulho de armas, da traição por pessoas chegadas. No Getsêmani, estes sintomas se tornam agudos. São prenunciados detenção e inquéritos, falsos profetas, mas igualmente o maravilhoso apoio do Espírito em inquéritos, blasfêmias terríveis, avanços da injustiça e grandes tribulações. Tudo isso retorna nos capítulos da Paixão. Jesus teve de experimentá-lo. Também a fome, o terremoto, o abalo dos corpos celestes, o testemunho entre os gentios, as “dores de parto” e a abreviação do sofrimento encontram correlações nos capítulos da Paixão. Nos episódios da Páscoa fala-se, seguindo Mc 13.26,27, de anjos e de seu envio a todo o mundo.

Tudo isso, porém, não é o suficiente. Em At tem início uma nova rodada do cumprimento. Ali lemos novamente de detenção e inquérito, apoio do Espírito e tribulação, de testemunho e martírio, terremotos, falsos profetas, infidelidade no círculo mais íntimo etc. Portanto, pode-se falar, com João, de três formas da “vinda” do Senhor exaltado:

50. *Primeiro* Jesus “vem” (Jo 20.19,24,26; 21.13) em poder e majestade, com seus bens e feitos régios, aos “alguns” de Mc 9.1; 13.30. Este significado é próprio das *aparições da Páscoa*.

Em *segundo* lugar, o Senhor “vem” através do “Espírito da verdade” aos que lhe pertencem (Jo 14.18,23,28; 15.26; 16.7,8,13). Essa vinda refere-se à igreja toda no *tempo da missão*. O Exaltado produz iluminação, certeza, oração, comprovação da culpa, arrependimento, frutos e dons. Aqui vale a palavra do antigo hino: “Ele vem ainda hoje”.

*Finalmente*, ele “vem”, conforme Ap 1.7, visivelmente, para *todos*, no fim do fim.

Em decorrência, desde a Páscoa encontramos-nos no fim desdobrado. Sob essa luz explicam-se as estranhas palavras que não distinguem entre presente e futuro, nas quais as coisas dizem respeito simultaneamente ao tempo atual e vindouro: “Vem a hora e já é agora” (Jo 4.23; 5.25; 16.32). Ou: “o espírito do anticristo, a respeito do qual tendes ouvido que vem e, presentemente, já está no mundo” (1Jo 2.18; 4.3). Assim fala também Paulo em 2Ts 2.6,7: o

adversário tem de vir, mas “o mistério da iniquidade já opera”. No fundo, pois, está havendo *um* grande final, *uma* grande vinda, *um* grande dia de Páscoa. Do raiar da manhã até o cair da tarde: de manhã o Senhor aparece a alguns, no decorrer do dia mostra-se repetidamente a diversas pessoas e no entardecer vêm-no todos.

Sua vinda sempre está associada a indícios e sinais concomitantes típicos. Desde a Páscoa, *p. ex.*, determinados fenômenos percorrem a história em diversas ondas, sempre renovadas. Dessa maneira, os cristãos são despertados para a vinda do Senhor, sem que já possam divisar se estão sendo carregados pela crista de uma onda intermediária, à qual se seguirá uma vazante, ou se já foram alçados pela última onda, que arrebenta na praia da nova criação.

Sob essas circunstâncias, somos reticentes em afirmar que houve uma profunda decepção na expectativa imediata do primeiro cristianismo. Aqueles fiéis, afinal, experimentaram a vinda do Senhor: no Espírito Santo, em poder e glória, em muitos sinais e milagres! Somente aquele para quem essas palavras são cortina de ruído e fumaça, falará de uma gigantesca decepção das primeiras testemunhas.

51. Para finalizar, resta-nos constatar a considerável distância entre a expectativa imediata profética e a cristã primitiva. “Muitos profetas e reis quiseram ver o que vedes e não viram; e ouvir o que ouvis e não o ouviram”, diz o Senhor a seus discípulos [Lc 10.24]. Sob a luz do Senhor, toda a expectativa imediata na antiga aliança não passa de ver e saudar “de longe” (Hb 11.13).

Como no apocalipsismo judaico, uma certa data na expectativa imediata do cristianismo primitivo é sumamente importante e constantemente rodeada pelos sentidos e pensamentos. Essa data, porém, surpreendentemente não se situa à frente dos cristãos, mas atrás dos que aguardam. São os dias da Sexta-Feira da Paixão e da Páscoa. Com estes dias já irrompeu o “dia da salvação” (2Co 6.2). Aquilo que ainda precisa ser esperado não é, como no judaísmo, a ressurreição dos mortos como tal, mas unicamente a sua consumação. Porque desde a Páscoa ela começou com as “primícias”, Cristo (1Co 15.23,24). Conseqüentemente, o mundo já tem o seu fim atrás de si. Isso é sumamente inédito e alheio a todas as formas de concepções judaicas.

52. Quando essa nova compreensão cristocêntrica da expectativa imediata for compreendida, também se responde apropriadamente à pergunta de como a espera viva pelo Senhor podia arrefecer. O Apocalipse, a carta aos Hebreus e a segunda carta de Pedro pressupõem com singular clareza essa redução da esperança. Isso não aconteceu justamente porque o prazo havia passado e a igreja se havia enganado nas contas. Tão fácil como para o apocalipsismo judaico é comprovar cálculos e prazos, tão difícil este empreendimento se torna para nós diante das fontes do primeiro cristianismo. Na igreja cristã, a expectativa imediata enfraqueceu muito mais quando os dias de Jesus se descoloriram, quando eles não constituíam mais grandes feitos de Deus, quando eles – embora sendo o fim e a virada de todos os acontecimentos – voltaram a fazer parte da própria corrente de eventos históricos, e quando Jesus Cristo – embora sendo um como nenhum outro e o único para todos – tornou-se um entre muitos. Sexta-Feira da Paixão e Páscoa perfazem a fonte de toda a expectativa imediata cristã. Cortando-se a fonte, seca-se o rio. É por isso que aqueles escritos do NT que lutam contra este esfriamento da esperança no fundo nada mais são que nova proclamação, em concentração máxima, do Crucificado e Ressuscitado. Quando essa fé estiver novamente em vigor, a esperança também voltará a ser viva. Se Deus nos deu Cristo, “não nos dará graciosamente com ele todas as coisas” (Rm 8.32)?

## **F. Não seles as palavras!**

### *A interpretação do livro*

53. Depois de redigido, o Apocalipse deveria alcançar imediatamente os cultos das igrejas na província da Ásia. Além delas, seu lugar é em todos os púlpitos e todas as cátedras cristãs (cf. o exposto sobre Ap 1.3,4). A instrução em Ap 22.10 mais uma vez afirma expressamente: este livro visa ser explicado – para todos. Como essa ordem foi cumprida?

O quadro é muito contraditório. Como mencionamos na qj 18, há indícios referentes ao século II de uma extraordinária divulgação e popularidade do Apocalipse. No decorrer da história da igreja repetidamente gigantescos impulsos partiram dele. Arte e poesia encontraram neste livro um tema inesgotável. Grandes organismos e movimentos cristãos foram cunhados por este livro amado com paixão. Johann Albrecht Bengel (1687-1752) transformou-o no livro principal dos devotos da metade seguinte do século e em tema constante no Pietismo até hoje. Sim, provavelmente o livro foi lido e interpretado mais que todos os demais escritos do NT.

54. Contudo, cumpre retratar também o outro lado. Já no século II manifestaram-se alguns oponentes. Depois, a maior parte da igreja Oriental deixou o livro completamente de lado durante séculos. No Ocidente ele também causou mal-estar (qj 18, 19). Mesmo os três Reformadores agiram como seus padraos. O “Testamento de Setembro” de Lutero, do ano de 1522, que com razão é considerado presente de Deus ao povo alemão, infelizmente contém em seu prefácio um veredicto assustador acerca do Apocalipse, de que “nele Cristo não é nem ensinado nem reconhecido”. Edições posteriores moderaram a contundência. Contudo, a edição de 1689 ainda traz o Apocalipse fora da listagem e sem numeração de páginas, ou seja, como uma espécie de apêndice, não como livro bíblico de valor pleno. Zwinglio opina, de forma pejorativa, na Disputa de Berna, em 1528: “Do Apocalipse não aceito nenhum testemunho, porque não é nenhum livro bíblico”. Calvino simplesmente o ignorou em sua explanação da Bíblia. A atitude fria e reservada dura até os dias atuais.

55. Onde estão as raízes das razões para tanto? Já no século II o medo diante de entusiasmo real ou aparente exerceu um papel importante. A posição de Lutero também tem de ser vista em relação à sua luta contra os “entusiastas”, que se muniam assiduamente de versículos do Apocalipse. Mas o medo tira a objetividade. Parece que já em **1Ts 5.19-21** Paulo se dirige contra o curto-circuito do medo diante do “Espírito”: “Não apagueis o Espírito!”

56. Outra razão reside na aliança com o poder do Estado. Quando a igreja se tornou igreja estatal romana, passou a valer o ditado: “Canto o refrão de quem me dá o pão”. Com essa situação não combinava o “refrão” do Apocalipse, no qual o Império aparece como a “besta” e Roma como a “prostituta” montada nela. Não é de se admirar que o historiador eclesiástico e grande admirador da aliança com o Império, Eusébio, fale do livro com desprezo. A obra nunca deixará de causar espécie a um cristianismo farto e em harmonia com o mundo (cf. **qi 19**).

57. Bengel afirma a respeito de **Ap 5.4**: “O Apocalipse não foi escrito sem lágrimas, e tampouco é compreendido sem lágrimas”. Com essa afirmação, ele aborda uma questão de princípio em qualquer interpretação da Escritura, a saber, a questão da sintonia com a situação. Algumas partes da Bíblia permanecem cerradas por séculos, até que um novo momento histórico abra os olhos da igreja cristã. Mesmo aos olhos de um leitor individual, pode ainda não estar na vez de determinado livro agir. Quem não tiver relação com o sofrimento, dificilmente terá percepção para a profundidade e a força do Apocalipse, que na verdade é preparação para o sofrimento.

58. Finalmente, os leitores e exegetas se sentem incapazes diante da plenitude quase indecifrável de figuras do Apocalipse. Será que o proveito prático edificante, que apesar de tudo poderá ser obtido no final, vale a pena diante do esforço que consome a interpretação daquele que provavelmente é o mais difícil dos livros bíblicos? Por mais popular que o livro possa ter sido na primeira virada do século na província da Ásia, quando se compreendia de imediato as alusões veladas (cf. nota **43**) e se ficava como que fascinado por elas, fato é que *nós* não vivemos na província da Ásia daquele tempo!

O exegeta realmente poderá ficar desanimado diante da tarefa. Por um lado, incide sobre sua cabeça uma multidão de detalhes que parecem caóticos, quando é preciso posicionar-se em relação a cada um deles. Por outro lado, porém, ele tem de manter em cada detalhe a visão das leis gerais da estrutura do todo. Não pode nem chegar perto demais nem permanecer longe demais. Um livro tão rico em conteúdo e profundo em seus compartimentos requer muito tempo, boa memória e concentração por longo tempo. Ainda assim, mesmo com essas premissas, as interpretações divergem. Qual delas é a certa? É amargo observar os pais da fé brigarem entre si.

59. A grosso modo, pode-se distinguir quatro formas de interpretação. Os comentários *de cunho histórico* (interpretações da história mundial, eclesiástica ou do reino de Deus) têm como seu primeiro representante o comentário ao Apocalipse, que nos foi preservado, de Vitorino de Petau (falecido 303). Um exemplo típico dos efeitos maléficos dessa forma de interpretação foi proporcionado pelo honroso J. A. Bengel (cf. **qi 53**). Ele considerou o Apocalipse um esboço profético da história mundial desde Cristo. Por isso, em sua “Explicação do Apocalipse de João”, ele deduz o seguinte: “É verdade que um conhecimento da história eclesiástica e mundial antiga e recente não constitui nem de longe o todo da interpretação, mas apesar disso é imprescindível para os que visam fornecer uma interpretação verdadeira da profecia”. De forma contínua, Bengel coloca ao lado de cada unidade do Apocalipse os dados da história universal que segundo a sua opinião combinavam com ela. Assim, os trechos da Bíblia falavam para ele de forma velada, **p. ex.**, de Carlos Magno, dos valdenses, de Lutero ou Spener. Inúmeros exegetas seguiram o caminho de Bengel, embora parte deles fosse mais cautelosa, considerando como prenunciados apenas “pontos de virada principais” (“interpretação da história do reino”), **p. ex.**, a Reforma, a Contra-reforma, o Iluminismo e a crítica à Bíblia ou também a I Guerra Mundial. Uma lista dessas interpretações dos séculos II ao XX, para as quais grandes e pequenos expoentes contribuíram seriamente, encheria um livro grosso.

Por mais cativante e popular que seja este método, temos de afastar-nos dele por princípio. É verdade que o Apocalipse concede, no sentido de **2Pe 1.19**, “luz no caminho” pelos séculos afora. Ele o ilumina, mas ele não é o caminho. Ele não narra de forma cifrada a história mundial. Suas 49 visões não são de qualquer forma alusões aos eventos políticos, eclesiásticos, culturais ou espirituais dos próximos 2.000 anos.

A exposição com base na história decorrida e em curso obrigatoriamente causa confusão já pelo fato de que o conhecimento histórico dos intérpretes sempre permanece incompleto. Se Bengel tivesse tido o nosso conhecimento histórico atual, jamais teria fixado o começo do reino dos mil anos para o dia 18 de junho de 1837 (ele viveu cem anos antes). Toda a sua construção teria de ser deslocada! Cada novo evento maior poderia tornar necessária uma nova interpretação geral do Apocalipse.

Sobretudo é fato que as interpretações de cunho histórico dificilmente conseguem escapar da tentação de fazer cálculos, uma vez que se lhes impõe a busca por um ponto próprio de referência histórica. Por isso acontece com demasiada predileção que os números simbólicos são tomados como valores de cálculo, o que na realidade já constitui uma violência ao texto. O próprio Bengel publicou diversos prazos do fim dos tempos. Ao todo, nos séculos passados calculou-se e proclamou-se cerca de 200 dessas datas. O apocalipsismo judaico tardio está vivo (cf. **qi 41**)! Como será

possível chegar a uma interpretação unânime com este modo de trabalho? Por isso acontecem brigas e decepções, e o conceito do Apocalipse sofre grande dano.

60. Provavelmente nenhuma das formas de interpretação subseqüentes é *a* chave, mas sim *uma* das chaves, desde que não reclame para si o direito exclusivo.

A interpretação a partir da história *contemporânea* leva a sério o fato de que o Apocalipse, assim como, *p. ex.*, também as cartas de Paulo, precisa ser entendido como genuíno escrito de ocasião. Não há mais necessidade de expor aqui a validade desse enfoque nem sua grande utilidade.

Não obstante, desde o Iluminismo a interpretação a partir da história contemporânea surgiu de uma forma que deve ser examinada. Segundo ela, João teria escrito *apenas* sobre cerca de dez anos no final do primeiro século. Em vista do iminente culto ao imperador, ele profetizou a ruína do Império Romano pela volta de Jesus Cristo. Seria este o sentido singelo do “em breve” de *Ap 1.1* etc. Acontece que o Império Romano somente desapareceu séculos mais tarde, e não através da volta de Cristo. Analisado sobriamente, portanto, o Apocalipse seria um grande equívoco, mas um equívoco com proveito para a edificação. Conteria pérolas da devoção e poesia, continuando, por isso, a ser reverenciado e também digno dessa reverência.

Falta a essa visão todo o acesso ao profetismo bíblico. Jamais o profetismo bíblico deteve-se na prisão de uma única situação. Ele sempre viveu nas correlações gerais da soberania de Deus. João também não estava isolado de qualquer outra situação na sua realidade. O motivo pelo qual não foi capaz de falar de maneira tão concreta àquelas igrejas na província da Ásia não era porque desconsiderou todas as demais igrejas e épocas, mas o inverso: a partir do contexto geral da igreja de Jesus Cristo entre ascensão e volta de Cristo, ele traz luz também àquele período e àquela hora.

Exemplificando: a Roma daquele tempo claramente tinha as características da “Babilônia”. Isso, porém, não significa que “Babilônia”, este antiqüíssimo conceito da proclamação bíblica, se resume a Roma, mas tão-somente indica que Roma tinha traços anticristãos e escatológicos. Por isso, “Babilônia” também não submergiu com Roma e por isso o Apocalipse continua pregando sem prejuízos acerca da “Babilônia”, até hoje.

Os sacerdotes imperiais daquele tempo tinham traços nítidos de “falsos profetas”. Mais uma vez, isso não significa que João tinha em vista somente estes sacerdotes e que apenas eles fossem o “falso profeta”. Significa unicamente que eles *também* o eram. Desde Balaão, o “falso profeta” igualmente faz parte dos conceitos de proclamação no povo de Deus.

João certamente profetizou *também*, mas não *exclusivamente* sobre aquela uma década, mas sobre duas décadas, séculos ou milênios – ele ignorava o espaço de tempo tanto quanto nós (cf. *qi 44*). Afinal, ele profetizou para o tempo da igreja, que desde a Páscoa se encontra no fim desdobrado (cf. *qi 50*). Para essa igreja vale, durante todo o tempo de sua existência, o “em breve” profético. O “em breve” profético a acompanha por todo o trajeto, estabelece-se de momento a momento para cumprimentos prévios, e novamente sai de cena até que suceda o último cumprimento.

A interpretação exclusivamente histórico-contemporânea é passível do mesmo veredicto que as interpretações de cunho histórico. Da forma arbitrária com que lida com *Ap 17.9-11* pode-se depreender como seu método é alheio ao objeto. Aqui a série de imperadores romanos precisa ser enquadrada a qualquer custo! Por que algo tão fácil não deveria ser possível, se João realmente tivesse tido essa intenção? Porém não foi essa a idéia que ele quis expressar!

61. A explicação *escatológica* ensina que, já a partir do cap. 2, ou pelo menos do cap. 4 em diante, o livro se refere ao tempo *após* o arrebatamento da igreja (eventualmente incluindo-se alguns dos anos anteriores a ele). Até aquela hora, portanto, abre-se uma imensa lacuna, sobre a qual o Apocalipse silencia. A rigor, o livro não se destina às gerações que se encontram nesta lacuna, exceto como ensinamento acerca de questões sobre o plano de salvação. Essa era a forma de interpretação do católico F. Ribera, no ano de 1591. Seu objetivo era tirar o chão debaixo dos pés dos protestantes, que desde Lutero e de conformidade com sua doutrina sobre a igreja, teimosamente relacionavam a “Babilônia” no cap. 13 ao papa (“O papa é o verdadeiro anticristo”, Artigos de Esmalcalde, 4). Por isso, ele afirmou que o livro estava descrevendo apenas os últimos três anos e meio antes da volta do Senhor. Diversas variantes dessas idéias penetraram também em círculos pietistas. Deve-se dar as boas-vindas ao afastamento que essa interpretação trouxe da leitura a partir da história mundial e à seriedade com que trata a escatologia como tal. Infelizmente, porém, a escatologia não é compreendida segundo os termos do *NT*. De acordo com o Novo Testamento, encontramos-nos no fim desde Sexta-Feira de Paixão, Páscoa e Pentecostes (*qi 48*). Na medida em que essa interpretação “escatológica” ignora o caráter escatológico do tempo atual, ela retira do livro sua atualidade para a igreja de hoje e o sela, contra a vontade dele próprio (*Ap 22.10*), para muitas gerações.

62. A interpretação de cunho *religioso geral* pode ser combinada com todas as demais interpretações, mas também pode aparecer de maneira bem extremada. Neste caso, o Apocalipse não contém nem profecias autênticas para o tempo de João, nem para a época posterior, nem para o fim do fim. O aspecto profético é válido apenas como um invólucro, a ser retirado em torno do verdadeiro cerne, a saber, a instrução religiosa atemporal a respeito de fidelidade, arrependimento, esperança, oração, coragem para sofrer etc. O Apocalipse naturalmente combina este incentivo genérico para a devoção com muitos documentos religiosos daquela época. Por isso, estes exegetas gostam de apontar



paralelos de mitologias babilônicas, tradições persas, seitas mandéias, bem como da astrologia helenista. Estudos comparativos da história das religiões são úteis como tais, quando não dissolvem justamente aquilo sem o qual sequer existiria o Apocalipse do Novo Testamento, a saber, sua característica cristã.

## **G. Apocalipse de Jesus Cristo** *A característica cristã do livro*

63. Estimulante e instrutiva é uma comparação entre o Apocalipse e o apocalipsismo judaico tardio, no que se refere ao papel do anjo interpretador. Nos 22 capítulos do Apocalipse este anjo aparece algo como quinze vezes, porém apenas em duas passagens ele fornece uma interpretação detalhada (em [Ap 7.13-17](#) e [17.7-18](#)). A título de comparação, foram transcritas a seguir as passagens do começo do apocalipse grego de Baruque:

- 1.3 Então vi um dos anjos do Senhor, como se aproxima e diz [...]
- 1.6 Calei-me. Então ele me disse [...]
- 1.8 Então falou-me o anjo dos poderes [...]
- 2.1 Então ele me tomou e me levou [...]
- 2.2 Então ele me tomou [...] E me disse [...]
- 2.3 Ele me mostrou [...]
- 2.4 Disse ao anjo [...]
- 2.5 Então o anjo me diz [...] então o anjo me disse [...]
- 2.7 Ele me disse [...]
- 3.1 Em seguida o anjo me tomou [...] Ele me mostrou [...] E falou [...]
- 3.2 Então entramos [...]
- 3.3 Ali ele me mostrou [...]
- 3.4 Então perguntei ao anjo [...]
- 3.5 Ele falou [...]

O texto continua assim por todos os 17 capítulos. O vidente tem um permanente intérprete ao seu lado. Nada se torna claro para ele sem a explicação daquele. Conduzido pela mão dele, vai tropeçando, como um grande leigo, pelas visões. Em contraposição, o papel do anjo intérprete no Apocalipse do **NT** limita-se a um auxílio ocasional, i. é, não mostra algo fundamentalmente novo e estranho ao depositário e às comunidades destinatárias. No fundo, o revelador tem diante de si pessoas “esclarecidas”, iluminadas, sabedoras, plenas do Espírito e iniciadas. Involuntariamente surgem em nossa mente as palavras de [1Jo 2.20,21,27](#): “E vós possuíis unção que vem do Santo e todos tendes conhecimento. Não vos escrevi porque não saibais a verdade; antes, porque a sabeis [...] a unção que dele recebestes permanece em vós, e não tendes necessidade de que alguém vos ensine”.

A partir de seu fundamento de fé a igreja possui as premissas para entender essas visões. Deveriam ser para ela transparentes, iluminadas e eloqüentes, pois, afinal, é “Apocalipse de Jesus Cristo”. Como conhece o Cristo de ontem (Sexta-Feira da Paixão, Páscoa e Ascensão) e o Cristo de hoje (no Espírito Santo), no fundo ela também já conhece o Cristo de amanhã. Pois o Vindouro é o que veio!

Em consequência, cumpre desvendar o Apocalipse à luz do que foi revelado, ou seja, a partir do evangelho. O *nosso* anjo intérprete é o evangelho! Este evangelho do Crucificado que ressuscitou deseja tomar a igreja pela mão e lhe explicar, versículo por versículo, o presente e o futuro.

64. “Evangelho” entende-se aqui como aquilo de que o Novo Testamento testemunha. A tarefa de uma leitura do Apocalipse condizente com o evangelho significa, pois, em termos práticos, interpretá-lo dentro de sua contextualização neotestamentária. João deseja ser auscultado e entendido lado a lado com as demais testemunhas apostólicas, como “irmão e companheiro” ([Ap 1.9](#)) de todas elas. Ele pressupõe o testemunho conjunto delas para o seu testemunho. Seu escrito, em termos de conteúdo, não se afasta da esfera dos escritos delas. Suas convicções básicas são justamente as do cristianismo primitivo. Por isso, fora com expectativas estranhas ao evangelho diante desse livro! Fora também com uma especialização estreitamente bitolada no Apocalipse, que negligencia outras partes da Escritura! Não é à toa que o Apocalipse é o *último* escrito no nosso Novo Testamento; e não se deveria ler um livro de trás para frente.

65. É óbvio que no contexto do todo da Escritura João persegue o seu tema próprio, fazendo-o com força e concentração incomparáveis: o Cristo vindouro! Essa vinda não acontecerá novamente “em fraldas”, mas “com as nuvens”, não mais para solucionar a questão da culpa, mas a do poder, não mais para criar uma igreja, mas um novo céu e uma nova terra. Trata-se da implantação da soberania absoluta de Deus em todos os ambientes. Contudo, isso tudo acontece sobre o chão da decisão conquistada no Gólgota, a saber, por intermédio do “Cordeiro”.

Notemos bem, este tema não é novo para o Novo Testamento. A realidade da igreja de hoje talvez seja diferente. A vida de muitos cristãos tornou-se vazia porque ela não conhece mais alvos que suplantem a ela própria, nem grandes

esperanças e nem grandes compromissos, motivo pelo qual também ignora a paz que é maior que todo o entendimento.

## H. A estrutura do Apocalipse

O Apocalipse de João não se assemelha a uma emissão vulcânica de massas informes, mas lembra uma arquitetura de finos segmentos. Ele até dá a impressão de ser sistematicamente construído. Ao redigir o seu escrito, João tinha um controle integral de si mesmo. Não parece que lhe tenha sucedido nenhuma frase irrefletida, nenhuma expressão aleatória. Em parte ele enumera ou agrupa os seus itens, assinala com exatidão uma importante mudança de cenário, apõe títulos em blocos maiores e trabalha com os recursos da homofonia estilística ou do contraste metafórico. Ele chama atenção quando um personagem ou uma voz aparece já pela segunda vez, ou antecipa material posterior de forma clara. Seu grego causa uma impressão tão peculiar e segura de si como pode ser encontrado em grandes artistas que formam sua própria linguagem.

Não considerar esses itens formais em João significaria dar-lhe atenção somente com um ouvido e ainda entender erroneamente aquela parte que se ouviu. Em nenhum outro livro da Bíblia há uma interferência tão profunda como neste, sobretudo da busca pela concepção geral na interpretação de questões isoladas. Dessa maneira, não é cabível que simplesmente se capote para dentro da interpretação a partir de um lado aleatório qualquer, ao invés de disciplinadamente assumir a posição inicial que se forma no quadro da concepção global diante de cada trecho isolado. Uma interpretação do Apocalipse de João, que não se envolve seriamente no diálogo sobre sua estrutura, dificilmente poderá ser levada a sério.

Até hoje esse diálogo foi penoso, mas não infrutífero. Nem tudo continua sujeito à dúvida. O livro possui uma moldura e, dentro dela, duas partes principais. Fazem parte da moldura os primeiros oito e os últimos dezesseis versículos. Na realidade trata-se de um moldura dupla: à abertura do livro em [Ap 1.1-3](#) soma-se ainda um proêmio, semelhante ao de uma carta, em [Ap 1.4-8](#). De forma análoga acontece no final do livro, em [Ap 22.6-20](#), seguido por um voto de bênção ([Ap 22.21](#)), da forma como freqüentemente são concluídas as cartas no NT.

Após a introdução, João informa sobre sua incumbência ([Ap 1.9-20](#)). Ela desemboca na indicação das duas partes principais: primeiro, o que é, e segundo, o que tem de acontecer depois disso.

Os capítulos 2 e 3 abordam o que é, ou seja, o diagnóstico da realidade atual das igrejas daquele tempo. A subdivisão desses capítulos é feita pelas sete missivas às igrejas. As dificuldades referem-se à segunda parte principal, que é a propriamente escatológica, de [Ap 4.1-22.5](#). Como ela está estruturada?

Hadorn escreve, à [pág. 4](#), que o fato de que os quatro blocos maiores do livro, a saber, as mensagens às comunidades, bem como as visões dos selos, das trombetas e das taças, estão organizados pela subdivisão em sete, leva à suposição de que também o restante estaria articulado conforme este princípio. Isso de fato seria o caso, e poderia ser claramente reconhecido. Essa clareza, no entanto, não ostenta bases tão sólidas quando olhamos com mais precisão. Na verdade, Lohmeyer elevou o número sete a princípio formal, que domina o Apocalipse “em todas as suas partes grandes e pequenas”. De acordo com ele, os capítulos de [Ap 4.1](#) a [21.5](#) contêm sete vezes sete figuras. Em parte ele ainda encontra sete estrofes dentro de cada figura, cada uma das quais com sete linhas. Essa subdivisão num sem-número de grandezas de setes, porém, parece um pouco artificial e arbitrária.

É preferível que não nos envolvamos com a suposição de Hadorn, mas retornemos mais uma vez ao fato observado por ele, e muito antes dele, de que, na parte principal de [Ap 4.1-22.5](#), as séries de selos, trombetas e taças chamam atenção porque João mesmo as enumerou de um a sete. Além do mais, todas as três possuem um preâmbulo e, por fim, são regularmente interrompidas entre a sexta e sétima visão. Desse modo, descobrimos já dentro da segunda parte principal três grandes unidades: o bloco dos selos, em [Ap 4.1-8.1](#), o das trombetas em [Ap 8.2-11.19](#), e o das taças em [Ap 15.1-16.21](#).

As séries de sete, portanto, acumulam, com preâmbulo e peça intermediária, consideráveis quantias de materiais. Será que o material restante (i. é, [Ap 12-14](#) e [17.1-22.5](#)) deve ser entendido independentemente deles?

Começando pelo mais fácil: o fato de que o trecho de [Ap 17.1-22.5](#) deve ser lido de uma forma ou outra como apêndice às visões das taças que o antecedem resulta do simples fato de que a mensagem de [Ap 17.1-19.10](#) e [21.9-22.5](#) é comunicada expressamente por um anjo das taças. Na peça do meio, [Ap 19.11-21.8](#), falta uma indicação semelhante, mas não há dúvida que seu conteúdo também se liga à série das taças, sobretudo à sexta visão das taças. A exegese detalhada mostra com clareza que essas unidades representam uma espécie de excursão, ou seja, exposições complementares sobre temas que as visões das taças forneceram.

Qual é a situação dos cap. 12-14? Será que encontraremos também para eles um nexa não artificial em relação à série anterior, ou será que os grandiosos capítulos centrais do livro aparecem totalmente independentes?

Também no presente caso há indícios de ligações. Em [Ap 11.7](#), [p. ex.](#), deparamo-nos com a passagem da “besta que surge do abismo”, que carece absolutamente de explicação. A besta “guerreará contra elas e as vencerá e matará”. Sem dúvida os cap. 12 e 13 constituem um retrato ampliado justamente desse personagem e desses acontecimentos. Também as indicações de quarenta e dois meses, um mil duzentos e sessenta dias ou três anos e meio, nos cap. 12 e 13, encaixam-se com [Ap 11.2,3,9](#). Por fim, prolonga-se nos cap. 12 e 13 a série das constantes referências à redenção de Israel do poder de faraó, que já caracterizam o bloco das trombetas.

Do que expusemos até aqui resulta a visão esquemática das [pág. 54-55](#). Obviamente o esboço ainda fica devendo uma resposta à importante pergunta que vem sendo rolada desde os primeiros séculos: qual é a ligação interior de conteúdo entre as séries de sete? Será que uma série traz uma continuação da outra em linha reta ou será que repete os mesmos eventos meramente sob novo aspecto? É flagrante que qualquer decisão sobre essa questão interfere profundamente na interpretação.

A concepção linear (“teoria da sucessão”) é defendida entre os pesquisadores mais novos, [p. ex.](#), por Hadorn. Segundo ela, uma única linha perpassa o livro. Cada visão dá continuação cronológica à anterior. A partir do acontecimento da última abertura do selo desenvolve-se a série de julgamentos pelas trombetas, e o último som de trombeta libera a sucessão dos juízos das taças, que agora levam até o ponto final da história mundial.

Segundo este entendimento, o fim do mundo somente pode estar no final do livro. Visões em capítulos anteriores *tem de* ser obrigatoriamente interpretadas em sentido diferente. Também indícios em capítulos anteriores, que apontam para circunstâncias do juízo final, têm de ser referidos a acontecimentos *semelhantes* ao juízo final. Provavelmente também se constata várias voltas de Jesus, uma vez para um, outra vez para outro grupo humano. Igualmente multiplica-se o número de ressurreições. Além da primeira e segunda ressurreições nos [cap. 20](#) existe bem antes, no âmbito da história, uma ressurreição, qual seja, a descrita em [Ap 11.11](#).

Uma interpretação poderia *começar* na teoria da sucessão, mas deveria detectar em si mesma os lugares em que está começando a causar violências exegéticas, e então abandonar imediatamente a teoria inicial. A meu ver, [Ap 5.13](#) já trata de um acontecimento último. O sexto selo com certeza já conduz ao limiar da parusia ([Ap 6.12-17](#)), e o sétimo selo a pressupõe. A visão intermediária do [cap. 7](#) ocorre integralmente sob o signo da vitória definitiva e coincide em parte com a exposição nos [cap. 21 e 22](#). Outros textos que tratam do fim da história mas não estão posicionados no final do livro são: [Ap 11.11-13,15-19; 14.6-20; 16.16-21](#) etc.

A antiquíssima teoria da recapitulação aborda as três séries de sete com uma compreensão completamente diferente. Ela pressupõe que a história é por demais multi-segmentada e profunda para que pudesse ser exposta com um único traço. Pelo contrário, para isso são necessários repetidos impulsos novos. T. Flügge escreve, [p. ex.](#): “O Apocalipse visa espalhar diante de nós todos os processos antes da volta de Jesus, assim como se desenrolam na natureza, na história, na igreja e entre as nações. Uma descrição tão abrangente, porém, não pode ser apresentada num único fluxo. Por isso João precisa começar diversas vezes, a fim de explicitar a história do fim em cada uma dessas esferas da vida.” Flügge encontra quatro passadas: os [cap. 6,7](#) mostram a evolução espiritual, os [cap. 8-11](#) as intervenções de Deus nos últimos tempos, os [cap. 12-16](#) as guerras conduzidas por Satanás, e os [cap. 17-19](#) mostram a evolução mundana popular. “Esses quatro quadros apresentam eventos simultâneos. Em decorrência, para que se obtenha um quadro completo desse acontecimento múltiplo, é preciso ver continuamente estes quatro cenários em conjunto, porque cada um dos quatro descreve o mesmo período de tempo, visto a partir de diferentes pontos de referência.”

Com essa perspectiva, o comentarista naturalmente pode explicar de maneira singularmente satisfatória as flagrantes imbricações ou repetições no Apocalipse. Quando o vidente passa várias vezes pelo mesmo itinerário, ainda que o veja sob outro ângulo, é bem provável que haja pontos de contato.

No entanto, também a teoria da recapitulação é uma teoria, e não deve fazer o exegeta em nós adormecer. Rissi, [p. ex.](#), chama atenção para o fato de que a série das taças não repete *toda* a época do fim. É verdade que apresenta sete pragas, como as séries dos selos e das trombetas, mas o preâmbulo, que tem o objetivo de nos deixar sintonizados, começa expressamente em [Ap 15.1](#): “Vi no céu outro sinal, grande e admirável – sete anjos, que tinham sete flagelos, e precisamente os *últimos*, pois com eles foi consumada a ira de Deus” (tradução do autor). Enquanto os juízos através dos selos claramente começam com a exaltação do Cordeiro, perpassando, portanto, todo o tempo escatológico da Páscoa e da Ascensão até a volta de Jesus Cristo com poder e glória, os juízos das taças começam somente na fase final desse período.

Esse exemplo mostra que também o simples esquema das repetições sofre uma quebra. Nas três séries, João não apresenta três cortes transversais idênticos através da história. Quem parece dar a melhor explicação da sua maneira de apresentação é Rissi: “Essa peculiaridade de estilo e raciocínio do Apocalipse faz recordar fortemente o evangelho e as cartas de João. Um traço básico do pensamento joanino é o pensamento meditativo em grandes círculos de idéias”. O movimento retilíneo para frente é seguidamente interrompido e mudado de direção numa forma surpreendente. O tema não é atravessado, mas circundado, sendo que para isso se produzem esforços e impulsos renovados. Estes círculos podem ampliar-se em forma de material novo, mas depois voltam a submergir no que já foi exposto, para somente mais tarde se concentrar integralmente no novo objeto. Somente quem não se inserir num raciocínio visionário e circundante assim falará, pois, de uma “desordem enigmática” neste livro.

A estes círculos móveis de pensamentos deve-se igualmente a dificuldade eventual de se alcançar unanimidade acerca da estruturação dos trechos. Sem um motivo perceptível, João pode alternar o pensamento de uma coisa para outra. Talvez nos ajude a figura da espiral, que não conhece degraus em seu aclave, ou seja, que não sobe ao nível superior por meio de *passos*, mas de *voltas*.

Cumprir manter ligadas a observação de um estilo meditativo em João com a constatação que fizemos no começo sobre a arquitetura refinada desse livro. A dimensão meditativa de forma alguma parece ter em João o sentido de algo

sonhador ou diluído. Seu ser natural encontrava-se sob a disciplina do Espírito Santo. “Os espíritos dos profetas estão sujeitos aos próprios profetas” (1Co 14.32).

### *Esquema da Estrutura do Apocalipse*

Prefácio: Abertura do livro, 1.1-3

Proêmio semelhante ao de uma carta, 1.4-8

A incumbência de João, 1.9-20

### **O QUE É**

As sete

**Mensagens às Igrejas**

2.1–3.21

### **O QUE TEM DE ACONTECER**

Preâmbulo: Deus e o Cordeiro no trono, 4.1–5.14

Os sete

Selos

6.1-17 e 8.1

Peça intermediária: 7.1-17

Preâmbulo: As orações dos santos, 8.2-5

As sete

Trombetas

8.6–9.21 e 11.14-19

Grande peça intermediária: 10.1–11.13

Três apêndices: 12.1–13.18

14.1-5

14.6-20

Preâmbulo: O novo cântico dos vitoriosos, 15.1-8

As sete

Taças

16.1-14 e cap. 16–20

Exclamação intermediária: 16.15

Três apêndices: 17.1–19.10

19.11–21.8

21.9–22.5

Epílogo: Encerramento do livro, 22.6-20

Voto final de bênção, semelhante ao de uma carta, 22.21

# **COMENTÁRIO**

## **I. O PREFÁCIO DO APOCALIPSE**

### **1.1-8**

#### **1. A Abertura do livro, 1.1-3**



- <sup>1</sup> **Revelação de Jesus Cristo, que Deus lhe deu para mostrar aos seus servos as coisas que em breve devem acontecer e que ele (Jesus), enviando por intermédio do seu anjo, notificou**  
 (“designou”) **ao seu servo João,**  
<sup>2</sup> **o qual atestou a palavra de Deus e o testemunho de Jesus Cristo, quanto a tudo o que viu.**  
<sup>3</sup> **Bem-aventurados aqueles que lêem e aqueles que ouvem as palavras da profecia e guardam as coisas nela escritas, pois o tempo está próximo.**

A presente abertura liga-se estreita e significativamente às introduções dos livros dos profetas do AT. Tanto lá como aqui ocorrem os mesmos elementos: primeiro uma breve palavra como título. No AT é dito, p. ex.: esta é a palavra (a visão ou o oráculo) do Senhor. Seguem-se, em frases secundárias, os dados do surgimento (autor, destinatários, época). No final, é emitida uma saudação de abertura como, p. ex., em Jl 1.2,3; Is 1.2; Mq 1.2. Com esta abertura, João deixa claro de antemão onde ele deseja ser enquadrado, a saber, na série dos profetas bíblicos. Ele reivindica autoridade bíblica imediata para a sua palavra, não apenas em Ap 22.18,19. Tanto mais pensativos nos deixa o fato de que até o nosso século este livro foi descartado por grandes contingentes do cristianismo como menos cristão e extra-bíblico ou questionável de uma forma ou outra, sendo mantido afastado do culto e do estudo exegético (Introdução, q1 54).

A elevada pretensão profética que João anuncia já pelo estilo de sua abertura está em estreita relação com a circunstância de que as igrejas na província da Ásia daquele tempo se encontravam na mais acirrada controvérsia com a sinagoga judaica (Ap 2.9; 3.9; 11.8). O judaísmo oficial certamente reconhecia os profetas do passado – enfeitava os seus túmulos (Mt 23.29-32) – e ensinava o retorno do profetismo no futuro messiânico. Contudo, não admitia nenhum profetismo no seu tempo *presente* (1Macabeus 4.46; 9.27; 14.41). Então aparecem os cristãos: aqui há profecia! Com isso, afirmava-se nada menos que o Messias se havia manifestado e que eles próprios representavam a igreja messiânica do fim dos tempos. E ainda: que todos os judeus que não se achegassem agora à igreja cristã estavam se separando do verdadeiro Israel. Desta maneira radical, João estabelecia os limites em todos os seus escritos, sobretudo no Apocalipse.

O enquadramento do livro entre o profetismo bíblico anuncia que o Senhor Jesus Cristo não é simplesmente o fim do profetismo (p. ex., segundo Hb 1.1), mas ao mesmo tempo constitui seu recomeço em novo nível e com nova força. Como primogênito dentre os mortos ele é em pessoa uma profecia ímpar em direção ao novo mundo de Deus. Crer nele significa: agora todas as promessas de Deus tornaram-se aguardáveis através de Cristo. Igreja de Cristo é igreja de profetas. De acordo com Ap 11.7 até o sentido de sua existência reside nesta verdade.

Em sentido mais restrito, o profeta é na igreja o segundo servidor mais importante depois do apóstolo. Ambos servem ao Senhor Jesus Cristo, mas em perspectivas diferentes. Poderíamos formular a situação assim: o apóstolo tem por objeto o *evangelho*. A grande ênfase reside no “Cristo ontem”, na sua atuação, sua paixão e ressurreição. A direção desta mensagem dirige-se, em termos missionários, para fora. O objeto do profeta, no entanto, é a *revelação*, tendo como ênfase maior o “Cristo hoje e eternamente”, ou seja, “o que é e o que deverá acontecer depois” (Ap 1.19). Nesta proclamação, o profeta se dirige primordialmente à própria igreja, a qual ele precisa erguer e preparar.

No começo encontram-se, portanto, não os profetas, mas os apóstolos, e toda revelação tem de ser examinada no evangelho. “Falem apenas dois ou três, e os outros julguem (o que disseram)” (1Co 14.29). “Tendo, porém, diferentes dons segundo a graça que nos foi dada: se profecia, seja segundo a proporção da fé” (Rm 12.6). O fato de que Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e para toda a eternidade (Hb 13.8) tem de ser comprovado no profetismo. Em todas as direções, ele se alicerça conscienciosamente sobre o fundamento apostólico, mas não além do mesmo. Do contrário seria profecia mentirosa. Também o livro profético do NT se atém cabalmente à planta básica do evangelho, devendo ser encarado e tratado nesta perspectiva.

Uma vez que a incumbência do livro é a profecia, vale para ele a regra de se ater a este ministério (Rm 12.6; 1Pe 4.15). E para o leitor vale a regra de que não se deve perguntar ao livro a respeito das mais diversas questões, deduzindo as mais variadas coisas a partir do que deixa de dizer. Não acrescentar nada, não diminuir nada!

Os três versículos da abertura do livro retornam quase literalmente no seu encerramento. Estas afirmações circundam a mensagem toda como se fossem uma moldura.

**1 Revelação de Jesus Cristo.** Revelação pressupõe um mistério. O mistério pode ser a visão essencialmente *divina* das coisas. Neste caso, é inacessível aos humanos. Para eles, não é evidente nem flagrante, tampouco pode ser inferido de forma lógica a partir de tudo o que sabem em geral. Os humanos podem apenas permitir que lhes seja anunciado. De resto, o mistério na Bíblia possui a característica da maior simplicidade, de modo que uma criança a entenda. Um plano secreto guardado numa gaveta e cercado de adivinhações, uma vez publicado, pode revelar-se como a coisa mais límpida do mundo. A dificuldade dos mistérios divinos, portanto, reside em outro ponto: o ser humano *não deixa* que se lhe diga nada. Ele não crê no que se publica.

A quinta-essência dos “mistérios” de Deus é o evangelho do Senhor crucificado e ressuscitado, “em quem (em Jesus) todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento estão ocultos” (Cl 2.2,3).

Um dia os mistérios de Deus serão manifestos. A visão que Deus tem dos fatos conquistará aceitação pública. Então as coisas brilharão diante dos olhos de todos, assim como Deus os vê desde sempre. A luz de Cristo surge, e todos os sóis e estrelas empalidecem. Mas antes que Deus traga a irrupção desta revelação derradeira, ele concede revelação profética: antevisão para alguns, acerca da visão final para todos. Por que Deus faz isso? Por amizade: “Porque o Pai ama ao Filho, e lhe mostra tudo o que faz” (Jo 5.20). Então o Filho dirige-se a seus discípulos: “Um servo não sabe o que faz o seu senhor. Contudo a vós tenho dito que sois amigos... Tenho vos dado a conhecer isso, para que permaneçais (no que virá)” (Jo 15,15.16 [tradução do autor]; cf. Gn 18.17; Sl 103.7; 25.14; Am 3.7). É neste sentido que o livro do Apocalipse constitui uma antecipação para a igreja acerca do derradeiro. A igreja não deve tropeçar nas coisas penúltimas, seu candeeiro deve brilhar até o fim.

Chama a atenção que João não utiliza o conceito da “revelação” para qualquer uma das visões subseqüentes. Ele evita a formação plural “revelações” que, em geral, era usual no primeiro cristianismo (p. ex., 2Co 12.7). “Revelação” aparece pela primeira vez em João como designação de um livro (q1 24). Ele também se distingue dos profetas do AT por causa desta peculiaridade. Apesar de toda a consonância, na realidade não há um som idêntico. Seu livro não é um livro de revelações entre outros tantos, mas sim *a* revelação, a saber, a síntese de todas as profecias bíblicas.

Agora, as grandes autoridades expõem-se atrás desta reivindicação: o livro é revelação **de Jesus Cristo, que Deus lhe deu**. O próprio Senhor está por trás deste livro e por trás de sua mensagem. Naturalmente a fonte da mensagem está situada mais nas origens. Cristo a recebeu de Deus. É assim que também conhecemos Jesus no evangelho de João: “Porque eu não tenho falado por mim mesmo, mas o Pai, que me enviou, este me tem prescrito o que dizer e o que anunciar... As coisas, pois, que eu falo, como o Pai me tem dito, assim falo” (Jo 12.49,50). Nos bastidores do livro, portanto, encontra-se Deus. Além da introdução em Ap 1.8, ele faz uso da palavra bem no final (Ap 21.5-8). Em contraposição, Jesus ocupa o primeiro plano do primeiro ao último versículo. Ele é o plenipotenciário, a quem Deus incumbiu de tudo.

Faz parte da tarefa de Jesus Cristo **mostrar aos seus servos as coisas que em breve devem acontecer**. Os destinatários do livro recebem aqui e em Ap 2.20; 22.3 o designativo de “servos de Jesus”. Esta é uma expressão abreviada de “seus servos, os *profetas*” (Ap 10.7; 11.18; 22.6 em semelhança com o uso idiomático no AT, p. ex., em 2Rs 17.23). Os destinatários, em decorrência, são uma multidão de profetas. Contudo, em que se está pensando? Acaso a expressão visa um grupo com dons proféticos dentro da igreja? Esta suposição desencaminha, como Ap 1.4 evidenciará. Para João, toda a igreja é igreja de profetas. Todos os que verdadeiramente possuem o “testemunho de Jesus” têm o espírito da profecia. “O testemunho de Jesus é o espírito da profecia” (Ap 19.10).

A esta igreja Jesus deve **mostrar as coisas que em breve devem acontecer** (cf. v. 19 e Ap 4.1). Com isso, fica delineado o conteúdo do livro. O Apocalipse vem a ser o único escrito do NT que tem como tema os acontecimentos em toda a sua extensão, ou seja, a história. É por isso que ele merece atenção justamente no nosso século, i. é, numa época em que se destaca com nitidez cada vez mais forte a unidade dos acontecimentos mundiais, assim como também se torna universal a consciência de que estamos envolvidos numa história conjunta, de abrangência mundial. Cada vez menos pessoas conseguem ignorar totalmente a política.

Também a igreja do Senhor Jesus Cristo percebe que está inserida neste horizonte e questiona seu envio e a possibilidade de continuar sendo igreja no fluxo das grandes evoluções, face aos enigmas da história. Em tais épocas não se deve falar à comunidade apenas sobre a igreja. Pelo contrário, cumpre dirigir o olhar, pela graça profética, também ao que a envolve e ao que se acerca dela: à história.

A primeira e última declaração sobre a história é que ela se encontra sob um **devem**, motivo pelo qual é um acontecimento dirigido. Contudo, *quem* está segurando as rédeas neste caso, e que tipo de “devem” é este? Os gregos também gostavam de falar de uma obrigatoriedade que perpassa todas as coisas, de uma força de destino impessoal, inescapável e inalterável do mundo, à qual se dobram até os deuses. De acordo com esta idéia, no fundo a história é a natureza. Transcorre sob leis naturais. Ao que o compreende resta tão somente o fatalismo: aceitar mudo e com o mínimo possível de emoção interior aquilo que acontece.

Pessoas ou deuses podem dobrar-se – Deus, porém, não se curva. Ele permanece fiel a si próprio e à sua palavra. Na verdade, parece que a história saiu dos bons trilhos de Deus, porém a palavra profética ilumina suas associações: dirigida pela glória de Deus e rendida a seus pés. Fazer a humanidade e a criação retornarem e trazê-las ao lar celestial constitui o conteúdo do Apocalipse.

Evidentemente a vida do Senhor Jesus Cristo foi um ponto especial de irrupção deste “devem” escatológico, desta soberania de Deus que coloca nos eixos. A ocorrência da palavrinha “devem” nos evangelhos é digna de nota, bem como sua acumulação nos contextos da Semana Santa. Aquele que pende da cruz é a parte da humanidade em que Deus voltou totalmente à soberania. Com esta vida, morte e ressurreição começa o tempo da consumação (q1 48). Ele, o Obediente, não repousa enquanto toda a criação não for, mais cedo ou mais tarde, voluntária ou involuntariamente, arrastada para dentro do movimento de obediência, e não tiver sido trazida de joelhos diante do trono de Deus e do Cordeiro. O Cordeiro sacrificado é executor do “deve” divino (cf. cap. 5).

Uma característica do poder divino é a natureza súbita da ação pela qual Deus intervém. Isso se dará **em breve** (“com rapidez”), intempestivamente, em marcha acelerada. Constantemente aparecem pessoas praticamente levadas de roldão por revelações de Deus: “de repente, veio do céu um som, como de um vento impetuoso” (At 2.2). Ao lado dos pastores “subitamente, apareceu com o anjo uma multidão da milícia celestial” (Lc 2.13), e Paulo “foi subitamente rodeado por uma luz do céu” (At 9.3 [tradução do autor]). Desta maneira se revela a dimensão senhoril e gloriosa de Deus. Ele toma a liberdade e simplesmente lança mão das suas oportunidades, sem depender de desenvolvimentos e evoluções intramundanos. Diz o poeta: “Envergonhando o teu pesar, imprevisivelmente há de chegar.”

E **ele** (Jesus)... **notificou** (“tornou pública”) a revelação. A obra foi comunicada a João por “demonstração” (cf. nota 92) e da proclamação ou indicação. Enquanto a primeira expressão (*deiknymi*) é usada mais em relação à comunicação falada, a segunda, mais rara (*semaíno*), refere-se nitidamente a sinais. Esta menção reticente da transmissão por sinais deixa claro que a revelação não constitui uma exceção de 1Co 13.12. Por mais que se vislumbre algo na revelação, ainda não se está vendo “face a face”, porém apenas se conhece “em parte”. “Através de um espelho numa palavra obscura”, de modo que ainda restam mistérios (Ap 10.4). Também João em Patmos sem dúvida podia crer integralmente no Senhor, porém não reconhecê-lo totalmente. O reconhecer fica para trás quando comparado com o crer. A “unidade da fé e do conhecimento” ainda pertence ao futuro (Ef 4.13). A fé de hoje não se decepcionará com o fato de que o conhecer “face a face” (cf. Ap 22.4) somente é viável no futuro. A presente observação poderá servir de orientação para o leitor do Apocalipse que está curioso por obter conhecimento, assim como também aquele que está tentado a resignar: aqui, o ‘querer conhecer’ é humilhado e ao mesmo tempo o ‘poder crer’ é encorajado.

Jesus torna manifesta a revelação, **enviando por intermédio do seu anjo**. Assim como um rei possui sua corte, assim o Senhor exaltado têm à disposição anjos. Os anjos aparecem na manhã da Páscoa e nos instantes de sua vida na terra em que aparece o brilho de sua majestade (nascimento, vitória sobre o tentador no deserto, Getsêmani). Onde os anjos estão presentes, o Senhor aparece em glória e age como rei. Nossa imitação um pouco trôpega do texto original visa fazer sentir o quanto o próprio Cristo permanece sendo aquele que age, e quão pouco o anjo representa alguém que fica passivamente nos bastidores. O Senhor está diretamente presente, e apesar disso anjos estão ao seu dispor, deste modo destacando a sua majestade.

O primeiro versículo do livro percorreu a trajetória pela qual a mensagem do livro se aproxima: Deus – Jesus Cristo – anjo. Finalmente é citada uma quarta estação e, desta forma, uma quarta autoridade: Jesus entregou a revelação **ao seu servo João**. Há pouco, “servo” era para todos os membros da igreja. Pois todos eles são profetas, assim como também são chamados de sacerdotes, testemunhas, santos ou irmãos. Agora, porém, torna-se claro que entre os “servos” há também um servo singular (cf. nota 85). A extraordinária relação de confiança entre João e seu Senhor expressa-

se aqui no pronome possessivo: *seu* servo (que também pode ser encontrado em Gn 15.3). Esta relação foi fundada por revelação especial. Na verdade vigora a condição de irmãos, que se destaca de forma tão convincente em Ap 1.9, mas ela vigora mediante a preservação de encaminhamentos singulares. Há *os* servos e *o* servo, assim como existem *os* discípulos e *o* discípulo “a quem o Senhor amava” (Jo 13.23).

A menção de João sem aposto (também nos v. 4,9 e em Ap 22.8) depõe em favor da autoria pelo apóstolo, que foi um dos Doze. Naquele tempo o nome próprio João era freqüente. Contudo, qual era o João que podia apresentar-se ao cristianismo com este nome, abrindo mão de qualquer definição mais específica? Quem só precisava dizer: “Eu, João” (Ap 1.9), e todos sabiam de quem se tratava? O caso do discípulo do Senhor era único. Era simplesmente *o* João. Com esta auto-apresentação singela e não obstante enfática também nos deparamos nas cartas do João: “o presbítero” (2Jo e 3Jo) e simplesmente “*eu*” (1Jo).

- 2 Portanto, este João **atestou a palavra de Deus e o testemunho de Jesus Cristo**. De acordo com o costume literário de sua época, ele fala do escrito que está redigindo naquele instante na forma do pretérito. Aquilo que ele “atestou” é chamado de “a palavra de Deus e o testemunho de Jesus Cristo”. Esta é outra característica do livro. Frequentemente os profetas do AT denominaram sua mensagem de “palavra de Deus”, contudo João combina com esta expressão venerável uma outra: “testemunho de Jesus Cristo”. Neste ponto já se anuncia o dítano que é significativo para toda a mensagem do Apocalipse: Deus e o Cordeiro (cf. o comentário a Ap 5.13).

João entrega seu testemunho de maneira integral: **tudo o que viu**. O verbo “ver” ocorre mais de cinquenta vezes no Apocalipse. Segundo o antigo linguajar profético, ele inclui “ouvir”. Constitui um termo técnico para o recebimento de uma revelação profética propriamente dita, razão pela qual no tempo antigo os profetas eram chamados de “videntes”. O vidente tinha de ser um bom ouvinte, pois Deus costuma mostrar seus sinais acompanhados de palavras interpretativas. Por meio delas ele dirige o olhar e o entendimento do profeta, assim como também a transmissão da mensagem.

No final da abertura do livro ressoa a primeira das sete bem-aventuranças do Apocalipse. A igreja dos ouvintes é um comunhão de salvação a ser bem-aventurada. Sua atenção ao que é dito a preservará (cf. o comentário a Ap 3.10). Bem-aventuranças bíblicas não nasceram a partir da introspeção, mas incendeiam-se no contraste. Na província da Ásia apregoavam-se felicidades estrangeiras, às quais a igreja corria o risco de se submeter, como as mensagens às igrejas deixam transparecer. Deste modo a bem-aventurança do apóstolo se choca com as palavras de ordem contrárias, as promessas mentirosas e ilusões de felicidade.

- 3 **Bem-aventurados aqueles que lêem (em público) e aqueles que ouvem as palavras da profecia**. Neste momento lançamos uma olhada sobre a igreja reunida. O “leitor” (conforme traduz Lutero) é o preletor público. Naquele tempo, para muitos membros da igreja esta modalidade constituía a única possibilidade de conhecer a Sagrada Escritura. A leitura pública é pressuposta em muitas ocasiões (Ap 2.7,11,17,29; 3.6,13,22; 13.9; 22.17,18). O Apocalipse pode ser lido em voz alta em aproximadamente uma hora e quinze minutos, ao contrário de muitos apocalipses judaicos extremamente longos.

João espera que, quando comunicada às pessoas, sua mensagem seja confirmada por Deus, o Revelador, e por Cristo, o Mediador: “Bem-aventurados” (“Felizes” [BLH]) são o leitor e os ouvintes! Por trás de João estão a boca de Jesus e a boca de Deus. Ele não escreve para a leitura em particular ou para círculos especiais, mas para comunidades e sua audiência pública.

Eles devem guardar **as coisas nela escritas**. Este cumprimento é um cuidado muito especial que, numa concentração dedicada, está dirigido à própria causa. Bem-aventurado é quem abre os olhos para a palavra profética, quem aguça o ouvido, afia a reflexão, dispõe as emoções, enrijece a vontade e reúne paciência para ela. Guardar – neste ponto haveria muito a perder: tudo!

A bem-aventurança é fundamentada por uma exclamação a respeito da proximidade da salvação: **pois o tempo está próximo**. Também esta exclamação acerca da salvação faz parte da moldura e do teor do livro (Ap 22.10). Cada frase tem a intenção de servir à mensagem do fim próximo dos tempos. “Tempo” define aqui uma determinada *hora*. Deus faz cortes no curso do tempo, define prazos e cria oportunidades. Estas horas de Deus são os pontos de guinada e recomeço da história. Quando é usado, como no presente texto, sem maiores definições, “o tempo” representa o prazo para a implantação final do domínio de Deus (cf. Ap 11.18).

A expectativa escatológica imediata não era para os primeiros cristãos uma condição passageira de superaquecimento religioso. Sua existência é encarada seriamente ainda no primeiro século, agora em vias de terminar, como também em todos os séculos subseqüentes. Em todos os casos, somente os de fora falam de “decepção” (2Pe 3.3ss).

## 2. Proêmio semelhante ao de uma carta, 1.4-8

- <sup>4</sup> **João, às sete igrejas que se encontram na** (província da) **Ásia, graça e paz a vós outros, da parte daquele** (cujo nome é o) **que é, que era e que há de vir, da parte dos sete Espíritos que se acham diante do seu trono**
- <sup>5</sup> **e da parte de Jesus Cristo, (que é) a Fiel Testemunha, o Primogênito dos mortos e o Soberano dos reis da terra. Àquele que nos ama, e, pelo seu sangue, nos libertou dos nossos pecados,**
- <sup>6</sup> **e nos constituiu reino, sacerdotes para o seu Deus e Pai, a ele (cabe) a glória e o domínio (até) pelos séculos dos séculos. Amém!**
- <sup>7</sup> **Eis que vem com as nuvens, e todo olho o verá, até quantos o traspassaram. E todas as tribos da terra se lamentarão sobre ele. Certamente. Amém!**
- <sup>8</sup> **Eu sou o Alfa e Ômega, diz o Senhor Deus, aquele que é, que era e que há de vir, o Todo-Poderoso.**

O Apocalipse tem uma dupla introdução. À abertura semelhante à de um livro, com uma conotação típica do AT, segue-se agora uma introdução própria de uma carta, à maneira do NT. Também o encerramento do livro (a partir de Ap 22.6) inegavelmente evidencia outra vez o elemento de uma carta no v. 21.

- 4 João, às sete igrejas que se encontram na** (província da) **Ásia**. A província da Ásia foi abordada exaustivamente nas qí 8-15. Cabe gravar as sete igrejas nominalmente citadas em Ap 1.11 definitivamente como primeiras destinatárias do Apocalipse, e o livro foi proclamado de pleno direito precisamente nas reuniões destas igrejas locais. Ao mesmo tempo, porém, há diversas razões a favor do argumento de que no presente texto o número sete não é apenas portador de um valor numérico, mas também simbólico. Naquele tempo, sete podia significar simplesmente plenitude, singularmente a plenitude sagrada, a saber a perfeição intencionada e ordenada por Deus. Disso resulta que João enfocou, além dos primeiros destinatários, um grupo maior de receptores, a saber, todas as igrejas na província, que se viam envolvidas nos mesmos conflitos (uma circunstância que, por decorrência, valia para a totalidade do cristianismo na região do Mediterrâneo!). A tentação, que naquele tempo cercava as comunidades cristãos na forma do culto ao imperador, da apostasia do Senhor de todos os senhores (Ap 1.5) e da prostração diante de senhores menores, assedia a igreja de Jesus Cristo em todas as épocas e em todos os continentes. Logo, as sete igrejas nominalmente citadas são representantes de todos nós. O chamado: “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas”, bem como a bem-aventurança: “Bem-aventurados aqueles que lêem (publicamente) e aqueles que ouvem as palavras da profecia e guardam as coisas nela escritas” visam ser ouvidas até hoje (cf. também qí 13 e 15).

**Graça e paz a vós outros.** Esta saudação de abertura aparece em muitos escritos do NT. Neste aspecto, João está sintonizado com os demais apóstolos. Contudo, a continuação possui características próprias: ... **da parte daquele** (cujo nome é) **que é, que era e que há de vir**. A expressão remonta à autodesignação de Deus em Êx 3.14. Lá consta três vezes “Eu sou quem sou” (BLH), o que o judaísmo posterior gostava de relacionar com os três tempos: Deus era, é e será. Entretanto, cumpre observarmos duas modificações:

Em primeiro lugar, no fundo o presente texto não está falando e pensando em três, mas sim em dois tempos (como também em Ap 1.8; 1.17,18; 21.6 e 22.13; diferente é em Ap 4.8; cf. Hb 13.8). Isso sucede semelhantemente a Isaías 41.4; 44.6; 48.12: a afirmação do presente tem a preferência! Deus proclama com majestade: “Eu sou!” Diante dele os ídolos, diante dos quais Israel se curvava, são “ninguéns” (cf. Jr 18.15; Jn 2.9; Sl 31.7). Não possuem existência própria. Os profetas ironizavam em todos os detalhes que os ídolos somente existem enquanto houver trouxas que acreditam neles (cf. Is 44.[6-8] 9-20; especialmente o v. 19). Portanto, o “Eu sou” de Deus tem um conteúdo grave e é extremamente agressivo. Na primeira vez ele é contraposto de modo vitorioso e

arrasador ao Faraó no Egito, depois no livro de Isaías contra os grandes reis da Babilônia, agora contra Roma e as pretensões de seus imperadores-deuses. Em cada uma destas ocasiões Deus intervém na situação do seu povo intimidado com esta auto-apresentação onipotente: Eu estou presente de forma inabalável! – Em seguida, este testemunho é explicado pelo esquema de dois tempos. “Eu sou” alcança o tempo atrás e diante de si, ele abarca a história do universo como seu iniciador e consumidor, como o “Todo-Poderoso”, conforme é formulado também em Ap 1.8; 4.8; 11.17. Tudo o que há entre começo e fim está sob o Seu poder, porque Ele tem todo o poder. É capaz de enfrentar todos os tempos e todas as circunstâncias. Nenhuma época o encontra constrangido, inseguro, sem saída ou fraco. Em consequência, o voto de graça e paz não é proferido em nome de um Deus filosófico atemporal e distante do mundo, mas sim no nome do SENHOR poderoso sobre a história.

Igualmente se faz frente à especulação judaica tardia e grega acerca de Deus, não dizendo que Ele *será*, mas que Ele *virá*, sim, que Ele está vindo. Isso corresponde à proclamação do AT e dos profetas a respeito de Deus. Ele não repousa como uma estátua em seu lugar, permanecendo inerte diante de nossas observações. Não, movido pela aflição do mundo e pela santidade de seu nome, Ele abandona o seu lugar e entra no nosso lugar. Por consequência, os homens da Bíblia não vasculhavam os horizontes em busca de um Deus “lá longe”. Numa apaixonada expectativa imediata, eles anunciaram aquele que está vindo. Sob este nome foi proclamado também Jesus de Nazaré (p. ex., Mc 1.7), e na pessoa dele as pessoas repetidamente se deparavam com o Deus vivo, que está vindo até nós. Em muitos cristãos a vinda de Deus até nós foi reprimida por outra idéia, a saber, de que nós um dia chegaremos até Deus.

- 5 Entretanto, graça e paz provêm igualmente dos sete espíritos. Em Ap 4.5, estes sete espíritos são equiparados a sete tochas, em Ap 5.6 aos sete olhos do Cordeiro. Em Ap 3.1 afirma-se: Jesus “tem os sete Espíritos de Deus”. Acaso trata-se de entes angelicais, talvez dos sete anjos do trono, de Ap 8.2? Há muitos argumentos contra a interpretação de serem anjos. No presente livro os anjos jamais são designados de “espíritos”. Tampouco são os causadores de graça e paz. Como “conservos” (Ap 22.9) eles apenas poderiam intermediar. Além disso, os sete Espíritos não são mencionados, nos cap. 4 e 5, entre os adoradores, embora todos os anjos e entes criados sem exceção se ajoelhem. Finalmente, o fato de que aqui se trata de uma solene saudação de abertura leva a esperar que no que se segue ouviremos de Deus, do Espírito Santo e de Jesus Cristo (nesta ordem também em 1Pe 1.2, cf. 2Ts 2.13,14). Que fariam anjos entre o Pai e o Filho?

Por isso os “sete Espíritos” do presente texto provavelmente não devem ser interpretados como um grupo de anjos, mas como a plenitude (cf. nota 113) do *único* Espírito (Ef 4.4), que foi dado às sete igrejas locais, i. é, à igreja toda. Nenhuma igreja local está sem a sua voz e forças, nem mesmo Laodicéia.

A respeito do Espírito de Deus que atua em figuras múltiplas consta que ele **se acha diante do seu trono**. Esta afirmação expressa a posição de serviço. Conforme Ap 4.5 ele presta serviço ao trono, iluminando e glorificando o que está sentado no trono. De acordo com Ap 5.6 ele é um enviado a todas as igrejas e conforme Ap 3.1 ele é aquele por meio do qual Jesus age. É assim que também Jo 14–16 ensina acerca do “Consolador”: Ele é enviado (Jo 15.26; 14.26; 16.7), está a serviço de Jesus nas igrejas (Jo 16.13,14) e glorifica Jesus como Deus (Jo 16.14). Uma vez que a saudação às sete igrejas é emitida em nome deste Espírito, “graça e paz” não vêm a ser pálidas banalidades. “Graça e paz” do Espírito Santo significa que as igrejas, na situação aflitiva em que se encontram, podem corresponder à sua vocação. A plenitude dos efeitos do Espírito Santo é derramada sobre a multidão de problemas da igreja e de seus membros.

A saudação de abertura, portanto, está sob o número três: Deus, Espírito Santo, Cristo. Contudo, a pessoa de Cristo, por sua vez, é iluminada de três maneiras e mais uma vez glorificada de três formas com vistas à sua obra na igreja. Quem esperar afirmações fundamentais para a obra toda diante desta eloquência súbita não estará no caminho errado.

**E da parte de Jesus Cristo, a Fiel Testemunha.** Ao criar aqui e em Ap 3.14 o predado de Cristo “testemunha”, João não está pensando somente em que o Senhor defendeu a verdade de Deus pela palavra (assim é o entendimento em 1Tm 6.13 e Jo 18.37). O conceito de testemunha é aprofundado. Ele contém o empenho com a palavra e com a vida. A testemunha (em grego, *mártys*) é, no nosso livro, a testemunha de sangue. Foi com esta acepção que mais tarde o termo grego penetrou no linguajar geral, a saber, como “mártir”. Também aqui evoca-se a morte de Jesus.

Característica da testemunha é a fidelidade. À testemunha fiel contrapõem-se as falsas testemunhas. Isto é esboçado pelos capítulos sobre a Paixão nos evangelhos. As testemunhas falsas, contratadas, na história da Paixão falavam em nome do Israel renegado. Israel devia dar testemunho *a favor* de Deus (Is 43.9-13; 44.6-11), ou seja, também a favor do Deus de Cristo. Esta era a vocação deste povo. Contudo testemunhou contra Deus e seu Ungido junto com os gentios. Cristo, em contraposição, foi o único que permaneceu obediente e fiel “até à morte e morte de cruz” (Fp 2.8). Assim ele representou o verdadeiro Israel, ainda que fosse executado como suposto blasfemo contra Deus. Os verdadeiros blasfemos, no entanto, são evidenciados como sendo os que zombaram de Cristo. Enquanto blasfemos de Cristo, os judeus se colocaram do lado dos gentios, deixando de ser, por isso, judeus segundo a eleição (cf. Ap 2.9; 3.9).

Através do primeiro predicação Jesus foi definido, portanto, em sua relação com Deus. Contudo, assim como em Fp 2.6-11 sua soberania sobre todas as coisas para Deus decorre da sua morte, assim também acontece agora. O predicação seguinte atesta sua soberania sobre a igreja, e o terceiro, seu domínio sobre o mundo:

**E o Primogênito dos mortos.** Esta designação não é nenhuma criação própria de João. Também em Rm 8.29; Cl 1.15,18; Hb 1.6 ele é chamado de “primogênito” (de modo análogo em 1Co 15.20). Ser o primeiro nascido significava direito de domínio (Gn 49.3; Sl 89.27), e especificamente sobre os irmãos que nasceram depois. Em decorrência, esta designação posiciona o Exaltado em relação com a igreja (cf. Rm 8.29: “entre muitos irmãos”). Em que está alicerçada a primogenitura de Jesus Cristo? O acréscimo “**dos mortos**” aponta para a Páscoa. As angústias da morte foram as dores de parto (At 2.24). A nova vida de Cristo não tem mais a morte à sua frente, mas sim atrás de si. É o começo de uma nova criação sem morte. Enquanto toda a outra vida deve tributo à morte, sabemos que, “havendo Cristo ressuscitado dentre os mortos, já não morre; a morte já não tem domínio sobre ele... quanto a viver, vive para Deus” (Rm 6.9,10). A maneira como isso vale para a igreja será tratado em Ap 2.8-11.

Entretanto, a nova vida não constitui uma “vida inerte” que permanece em si própria ou entre os “irmãos”, como Rm 8.29. Conforme Cl 1.15 Cristo é também o “primogênito de toda a criação”. O primeiro cristianismo não permitiu que este horizonte mais amplo lhe fosse obstruído. Também João transcende o círculo mais estreito: **e o Soberano dos reis da terra!** Com esta afirmação de João, que no mais gosta de designar Satanás como o “príncipe deste mundo” (Jo 12.31; 14.30; 16.11), o Ressuscitado entra numa profunda rivalidade com os dominadores deste mundo. Em última análise, porém, ele não luta “contra o sangue e a carne, e sim contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal, nas regiões celestes” (cf. Ef 6.12). Estes poderes, no entanto, dispõem de ferramentas imanentes e humanas. Não apenas Cristo está preparando para si um corpo, um órgão da sua vontade na terra. As ferramentas que o adversário de Cristo escolheu para si e pelas quais ele foi reconhecido como seu rei maior, são os “reis sobre a terra”. Em consonância com o Sl 2.2 eles repetidamente aparecem como inimigos de Deus e de Cristo, p. ex., em Is 24.21; Ap 6.15; 17.2,18; 18.3,9; 19.19; 21.24. Sua hostilidade incendiou-se (Sl 2.1) quando o Messias foi instalado como o Rei maior (Sl 2.6). Deste modo eles se tornaram cativos do “príncipe deste mundo” e passaram a ser vassalos do grande antagonista de Jesus Cristo. Agora estão sob o encanto da “mulher” (Ap 17.18) e no séquito da “besta” (Ap 19.19).

Diante deste pano de fundo, a designação de Cristo como “Soberano dos reis da terra” contém um programa fascinante. É o programa da Ascensão e o programa do presente livro: o Crucificado, que foi ressuscitado dentre os mortos, governa “até que haja posto todos os inimigos debaixo dos pés” (1Co 15.25; cf. Sl 110.1). Um por um, e um após o outro, ele supera os poderes, derruba-os de seus tronos e força-os a caírem de joelhos. “O último inimigo a ser destruído é a morte” (1Co 15.26). Enquanto se encaminha nesta direção, ele saúda a sua igreja com graça e paz.

Dissiparam-se os sons da saudação de abertura da parte do Deus Todo-Poderoso, do Espírito que age inesgotavelmente, e de Jesus Cristo, a quem a Sexta-Feira da Paixão, a Páscoa e a Ascensão iluminam de três maneiras. Contudo, João não pode finalizar deste modo a abertura de cunho epistolar. Um Deus assim e uma saudação destas não podem ficar sem eco. Assim, João se torna o porta-voz da igreja que responde, e se eleva numa doxologia (glorificação solene). Neste louvor ele se atém estreitamente à tríplice definição de Jesus Cristo. Complementa-a desdobrando sua tríplice obra especificamente na igreja.

**Aquele que nos ama.** No presente texto, amor não é o amor de Deus pelo mundo todo, como, p ex., em Jo 3.16, mas amor *preferencial*, ou seja, é um sinônimo de eleição. Entretanto, este amor que elege em última análise aponta para todos: os eleitos foram escolhidos dentre todos em favor de todos (cf. v. 6). A quem se dirigiu essa eleição? “A nós, a nós, a nós!” ouve-se três vezes neste texto. Quem pode compreendê-lo? Será que os cristãos realmente aparecem neste mundo como os amados de Deus? Não deveriam ser mais perfeitos, mais adornados, mais admirados? Na realidade, naquele tempo combatia-se a idéia de que fossem amados de Deus (cf. o exposto sobre Ap 3.9). Quem, afinal, consegue entender que “Deus escolhe o que não é nada” (1Co 1.26-29)? Sem deixar de levar a sério essas questões – agora chegou o momento em que o leitor precisa aderir à adoração.

O evangelho de João interpreta o amor de Jesus a seus discípulos a partir da Sexta-Feira da Paixão. Em Jo 13.1, o incipiente relato da Paixão é colocado sob o título: “tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até ao fim”. De modo similar Paulo vê a correlação entre o amor de Jesus e sacrifício (Gl 2.20; Ef 5.2,25). Aqui, porém, expressa-se a durabilidade deste amor. O amor com o qual ele nos *amou*, está presente.

Ele nos *ama*. Sem sofrer mudança, ele está diante da comunidade como aquele que a ama. Ele também ama até mesmo Laodicéia (Ap 3.19). Ele ama aos que disciplina. Sim, ele nos ama! Todos nós temos o direito de fazer coro à oração da doxologia.

A obra de Jesus em nós é explicada mais:

**E, pelo seu sangue, nos libertou dos nossos pecados.** Desde a noite pascal no Egito, remissão e sangue formam um conjunto. Lá também pode-se localizar o modelo originário daquilo que na Bíblia significa “remissão”: comprar de volta os prisioneiros da terra estranha, à qual não pertencem, que sempre os escravizará e explorará. Isso era o Egito para o povo de Israel. No entanto, o verdadeiro proprietário, o Deus de Abraão, Isaque e Jacó, finalmente faz valer os seus direitos sobre este povo e, na noite pascal, o redime com mão poderosa para a aliança com ele e para que lhe sirva.

Em lugar de “do Egito” afirma-se aqui: “dos nossos pecados”. Com isso fica esboçado o âmbito do poder escravizador. O conceito do pecado será ilustrado nos cap. 2 e 3. Na província da Ásia que florescia em termos econômicos e culturais, nem sempre se identificava o pecado como o escravocrata. A sentença do evangelho deve ter repercutido nos ouvidos de forma rebelde, como uma voz de um mundo diferente: “todo o que comete pecado é escravo do pecado!” (Jo 8.34). Somente quem se tornou livre do pecado por intermédio do Senhor Jesus Cristo reconhece realmente o que ele é.

Como, porém, escravos do pecado poderão pessoalmente fazer algo por sua libertação? Pois em cada impulso e em cada movimento eles são novamente prisioneiros do pecado, agem como pecadores e, em consequência, movem-se mais profundamente para dentro do pecado, assim como no passado Israel, quanto mais começava a pensar em sua liberdade, caía de modo cada vez mais desesperador debaixo do jugo egípcio. Ou o que escravos teriam para dar em troca de sua liberdade? Deus é o único que pode libertar, e até isso somente à suas custas. Foi o que sucedeu na noite pascal! Não era noite escura apenas exteriormente. Do ponto de vista do ser humano, há uma escuridão da redenção assim como também existe uma escuridão da criação. Em ambos os casos – criação e redenção já são paralelizados no AT – aquilo que mais atinge o ser humano é o menos claro para ele. Por isso ele também é o menos capacitado para afirmar algo sobre aquilo que mais o atinge, a não ser que lhe seja dito.

Difícilmente se poderá falar da redenção de maneira mais pertinente do que na linguagem sacrificial: “Ele nos remiu por seu sangue”. Para o povo de Israel no Egito, a abertura para a liberdade e para o serviço a Deus consistiu numa abertura sangrenta, ensangüentada por um sangue que não era seu (Êx 12.22). Essa é a experiência originária inesquecível deste povo. A experiência originária do povo da nova aliança é a escuridão da redenção na Sexta-Feira da Paixão. Novamente vigas ensangüentadas e a confissão: “Pelo sangue de Jesus temos liberdade” (Hb 10.19 [tradução do autor]), “para servir ao Deus vivo” (Hb 9.14).

A recorrente identificação do “sangue de Cristo” com a morte de Cristo não condiz com o NT. Em primeiro lugar, o discurso de que ele derrama o seu sangue retira de sua morte a conotação passiva. Mas ele não somente morreu como o Cordeiro, mas também atuou como sacerdote nesta morte. Em segundo lugar, o “sangue de Cristo” abarca, além da morte que ficou para trás, também sua contínua e presente intervenção em favor dos pecadores. Ele *permanece* como o grande personagem sacrificial



e o Sumo Sacerdote sobre o mundo atual, uma verdade que jamais será anunciada de modo intenso demais neste mundo.

- 6 Amados, libertados! Contudo, isso ainda não é tudo. Cumpre chegar à harmonia trídica da obra de Jesus: **e nos constituiu reino, sacerdotes para o seu Deus e Pai**. Somente neste ponto é que o amor chega ao alvo, somente aqui a redenção alcança seu sentido. A igreja não foi amada e libertada para nada. A obra da redenção abrange mais que isso: culpa nossa – clemência dele! Ela continua: aptos para o serviço! O amor recebido e aclamado não pode ser privatizado. Está em jogo o serviço a Deus. A expressão precisa mais uma vez ser contraposta ao Egito, à dominação do pecado, ao qual se prestava serviço de escravo no passado. Agora o povo resgatado está livre para o seu novo e, apesar disso, legítimo proprietário, para Deus. Servir-lhe não é trabalho escravo, pois, afinal, ele é “seu Pai”, o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, cujo sangue é enaltecido. Não pode ser diferente: esta redenção cria um povo sacerdotal.

Nessas considerações João está nova e profundamente enraizado no AT. No Sinai, na hora em que propriamente se tornou um povo, Israel ouviu as palavras (Êx 19.6): “vós me sereis reino de sacerdotes”. Ao que parece não há uma ênfase especial em “reino”. No contexto, este termo não é outra coisa senão um substitutivo para “povo”, “Estado” ou “nação”. Este Estado deveria assumir o papel de um Estado sacerdotal na série dos demais países. É nisso que reside a ênfase. A diferença em relação aos outros povos não reside na relação de propriedade em si. No fundo todos os povos são povos de Deus. Anteriormente é dito com clareza: “Toda a terra é minha”. Com a eleição de Israel Deus não abre mão das demais nações. O Criador não abandona a sua criação. Essa instalação como povo de Deus singular acontece não em detrimento, mas precisamente em benefício das nações do mundo. Israel deve buscar e encontrar sua razão de ser no âmbito da família dos povos no serviço sacerdotal, não na dominação, conquista, posse e liderança, como outras nações. Portanto, desta formulação não se deve depreender uma vocação dupla, de maneira que ao lado do serviço sacerdotal seria imperioso anunciar um segundo aspecto, o reinado de Israel ou da igreja. Pelo contrário, a formulação em Êx 19.6, repetida literalmente aqui, visa ser sintetizada: reino sacerdotal, sendo que a ênfase recai sobre “sacerdotes” enquanto algo novo e singular. A comparação com passagens como Is 61.6 tão somente o confirma.

De acordo com este versículo, quem é o povo de sacerdotes da terra? São as sete igrejas na Ásia e todas as comunidades com as quais João se une ao dizer: a nós, a nós, a nós! Com isso atingimos o processo fundamental do NT: Israel foi representado unicamente ainda por Jesus. Um título de Israel após o outro deposita-se sobre essa única frente: Ele é o Filho amado, ele é o Servo obediente, a Testemunha fiel, o Profeta etc. Contudo, dentro deste verdadeiro Israel na figura do Cristo crucificado e ressuscitado nascem pessoas, a saber, judeus e gentios. Em seu corpo eles se tornam *um só* corpo (Ef 2.16), *um só* templo, *um só* povo de sacerdotes. Fora deste Jesus não existe povo de Deus, mas “nele” cada um faz parte dele. Nele agora também comunidades gentílico-cristãs recebem títulos de Israel. Não que os gentios convertidos assumissem o lugar de Israel (cf. notas 90 e 320), mas “em Cristo” eles agora pertencem ao verdadeiro Israel. – Também o evangelho de João traz consistentemente o motivo dos que crêem em Cristo como sendo o verdadeiro Israel.

Em que consiste a tarefa do sacerdote? Por um lado ele se encontra diante de Deus como quem ora. Repetidamente a igreja é retratada no Apocalipse como igreja que ora e louva. Em Ap 1.20 sua natureza é explicitada pela figura do candeeiro do Templo. Este utensílio não pode ilustrar o serviço missionário para fora (como a imagem das estrelas), visto que não era visível fora do templo. Não, o candeeiro queimava diante de Deus. “O Pai procura adoradores que o adoram em espírito e em verdade” (Jo 4.23,24). Ele busca resposta à sua glória. A igreja é a parte da humanidade que já agora responde a Deus. Suas orações pertencem às coisas mais relevantes do nosso tempo. Por meio delas a igreja se posiciona responsavelmente na história, como Ap 8.3-5 há de mostrar. E o Senhor promete as “obras maiores” (Jo 14.12-14) em resposta às orações dos discípulos. Quando a igreja esquece essa sua posição em relação a Deus, ela se torna irrelevante e supérflua. Na próxima oportunidade ela é deixada de lado, e nenhuma mão se moverá em sua defesa (Ap 2.4,5).

Também queremos indicar já agora o outro lado do serviço sacerdotal: a igreja é porta-voz de Deus perante as pessoas. Ela está colocada ao lado das pessoas como testemunha e profetiza. Também essa linha perpassa o Apocalipse: não negar, mas apegar-se ao nome de Jesus, vencer pela palavra do testemunho! Grande é sua tentação de silenciar, de deturpar a verdade e até de amaldiçoar em vez de falar sacerdotalmente como porta-voz de Deus, até mesmo no caso extremo (Ap 2.10b).

Assim como a igreja tem de permanecer diante de Deus com sua oração, assim ela também tem de permanecer diante das pessoas com o seu testemunho, se quiser continuar sendo igreja. Ela somente será invencível se não se subtrair a ambas as tarefas.

Foi, portanto, para isso que o “rei dos reis” **constituiu** a igreja: a saber, para ser sacerdotisa. Ele também poderia ter investido seu poder em algo diferente. Não o fez e não o faz, às vezes para o desgosto do seu povo. Extraordinariamente importante e digna de reflexão geral é neste contexto a atitude de Jesus perante Pilatos conforme Jo 18,19. O açoitado não usa o menor gesto ou movimento para exercer pressão e subir no trono do poderoso, saindo de seu papel. Ele está sendo impelido para a cruz, para ser exaltado naquele local e para ser rei desde a cruz, como testemunha da verdade (Jo 18,37). Que papel poderão desempenhar, então, aqueles que são da verdade e ouvem a sua voz?

Da tríplice experiência espiritual: amados, libertados e chamados, eleva-se agora a verdadeira doxologia: **a ele (cabe) a glória e o domínio**. O leitor da Bíblia recorda-se do papel importante que as doxologias desempenham no último livro da Bíblia. Repetidamente Deus e o Cordeiro são enaltecidos, lá no céu e no futuro. Tanto mais deve-se considerar que já na terra e no próprio presente se louva a Deus. Essa doxologia ainda se eleva com a voz frágil de uma pequena minoria, a igreja. Contudo a igreja sabe que um dia seu canto será o louvor do mundo inteiro. Ela canta como precursora o cântico do futuro. A criação toda se unirá em coro, e finalmente será tributada toda a honra a Jesus (Ap 5.13,14).

Naquele tempo era possível conceder glória e domínio a Jesus somente se fossem tirados do imperador, pois ambas as expressões ocorrem comprovadamente em cânticos de louvor a César (qi 5). Diante deste pano de fundo, a adoração de Cristo representava ao mesmo tempo uma rejeição ao imperador e, por isso, um desafio e um risco. Isso valia tanto para João, que anotou essas palavras na ilha de Patmos, quanto também para os leitores públicos nas cidades e das comunidades que diziam Amém a elas. Talvez o mundo em redor não compreendesse este processo de imediato, mas o interpretasse como assunto meramente interno das comunidades. Porém, ouvidos estranhos podiam tornar-se altamente sensíveis por meio de qualquer circunstância. De repente depreendiam desta adoração e destas confissões de fé a profunda descrença diante das grandezas que recebiam veneração em todo o redor. Assim, uma veneração chocava-se contra a outra (qi 1-2). Quem adora a Cristo precisa contar com conseqüências de longo alcance. Contudo, quem não o adora também sofrerá conseqüências. Nunca orar ou não orar é somente um assunto de foro íntimo. Quem ora logo também será porta-voz de Deus perante os humanos e terá de prestar contas sobre isso.

Honra e poder competem a Jesus **pelos séculos dos séculos. Amém!** Essa expressão quer dizer literalmente: até as épocas de todas as épocas, até toda a eternidade. Da eternidade de Deus começaram a falar os profetas, quando as guerras de extermínio no século VI a.C. se precipitaram sobre Israel. Com essa expressão eles se referiam à fidelidade inalterável de Deus para com sua obra, que prevalece como um quebra-mar em todas as tempestades que Deus faz cair sobre a maré dos tempos. Quando tudo vacila e desaba, permanecem a graça e a paz da parte dele, e a glória e o poder para ele. A igreja pode lançar âncoras neste fundo de fidelidade de Deus. É sobre essa base que ela afirma **Amém**.

Esse “Amém” é repetido e até intensificado no final do versículo seguinte: sim, Amém! (veja o comentário correspondente). Numa inegável emoção repercute agora o tema do livro inteiro. Torna-se, evidente, porém, que ele se volta para o futuro e se vira dos amados para os inimigos:

- 7 **Eis que vem com as nuvens.** Ainda que essas palavras de Dn 7.13 tivessem uma grande importância no pensamento do primeiro cristianismo, o versículo não é simplesmente transcrito. O profeta de Patmos, cheio do Espírito, seria o último a atuar apenas como mero copista (cf. qi 23). Não há como observar com cuidado suficiente a incorporação de material do AT em correlações próprias. No presente ponto (mas não no v. 13) João deixa de citar o “Filho do homem” de Dn 7.13. No livro de Daniel o Filho do Homem é um personagem totalmente sem traços de juiz, que sequer chega a ver os seus inimigos, mas tão somente comparece para a recepção solene. Como veremos, de forma alguma é este o sentido no presente versículo. Trata-se agora justamente da condenação dos inimigos na vinda de Cristo (cf. Ap 14.14-20). Igualmente foi deixada fora, em comparação com Daniel, a observação de que “nas nuvens” representa as nuvens “do céu”. João é impelido menos pelo interesse pelas origens que pela característica do poder inerente à vinda. As nuvens servem como insígnia do poder. Ele vem com as nuvens, i. é, “com grande poder e glória”, como é desdobrado em Mt 24.30. A vinda com as nuvens se contrapõe à sua vinda de outrora nas fraldas, cujo significado simbólico

foi igualmente destacado (Lc 2.12). Não é correta a canção natalina alemã que afirma que o menino Jesus vem “de novo a cada ano”. Todas as fórmulas natalinas de um menino Jesus humildezinho e gracioso são tagareladas diante de um presépio vazio. Nosso livro arde acerca de uma proclamação totalmente diversa de Cristo. Ele está em vias de chegar. Sim, porém com as nuvens! Afinal, Cristo não vem a Deus como o Filho do Homem em Daniel, à sala do trono celestial, mas para o mundo humano. Tudo isso é proclamado com certeza máxima, como se já estivesse em andamento: Vejam! Vejam!

De imediato João funde este acorde inicial de Daniel com elementos de Zc 12.10-14: **e todo olho o verá**. Este “ver” não é o de Ap 22.3,4: “Os seus servos contemplarão a sua face, e na sua fronte está o nome dele”, ou de Mt 5.8: “Bem-aventurados os limpos de coração, porque verão a Deus”. Não é olhar e contemplar até fartar-se, mas olhar apavoradamente, sendo obrigado a presenciar aquilo diante do qual a pessoa gostaria de esconder-se (cf. Ap 11.11,12; 6.15-17; Lc 23.30). Refere-se a todos os olhos: os sonolentos, os zombeteiros, os atrevidos e os polidos. Eles o verão, sem serem desviados nem interrompidos, a ele, somente a ele.

Um provérbio define: “Quem não quer ouvir, sofre as conseqüências”. João diz: quem não quer ouvir, tem de ver (com pavor). Inúmeras vezes ele convida para ouvir. Ouvir é característica do tempo da graça. Deus fala. Significa graça quando a cada vez há um “pregador” no culto. Diante disso, ver (para os que não estão dispostos a ouvir) significa a interrupção da pregação e da graça. Então não há mais necessidade de pregação alguma. Afinal, todos os olhos estão vendo. Isso significa: fim do debate, chega de alegações e desculpas. Num mesmo momento todos caem de joelhos diante da verdade e glória daquele que veio.

Nosso Senhor, portanto, dispõe de um instrumento de poder simples, porém eficaz, para comprovar a culpa dos seres humanos. Basta que se mostre a eles. Ele usou este meio no começo de nossa era, a saber, na Páscoa, quando a questão era conquistar um grupo de testemunhas. Os discípulos estavam completamente desfalecidos na fé. Descartaram como lendas os primeiros rumores da ressurreição. Foi aí que o Senhor da glória se mostrou a um círculo restrito. Desta forma, “ver” desempenhou um papel decisivo nas histórias da Páscoa. É possível comprovar que naquela situação ninguém que não tivesse visto veio a crer. No fim do tempo da graça Deus utilizará o mesmo meio, ainda que sob outras premissas. Nosso tempo situa-se entre ver os primórdios e ver o final. “Ele foi visto!” e “Todos o verão!” – estes constituem os dois testemunhos entre os quais nós somos convocados à fé.

**Até quantos o traspassaram** hão de vê-lo. Inequivocamente João relaciona este traspassamento com o golpe de lança (Jo 19.37). Obviamente o dado histórico é que foi somente um único, um soldado romano, que desferiu o golpe de lança. Na presente exposição, no entanto, todas as ações hostis a Cristo concentram-se neste um corte de lança. O mundo inteiro está com a mão na lança. Saulo de Tarso não foi o último que, na sua ingenuidade, caiu ao chão como que atingido por um raio, ouvindo a acusação de Jesus: “Saulo, Saulo, por que *me* persegues?”.

**E todas as tribos da terra se lamentarão sobre ele**. Em Ap 18.9-19 encontra-se o texto deste “lamento” de forma mais pormenorizada. “E clamaram, prantearam e lamentaram, dizendo: Ai! Ai!” Entre eles encontram-se novamente os “reis da terra” (v. 5). Contudo, junto com eles clamam as nações que os seguiram. De forma alguma este é o tipo de arrependimento com o qual se alegram os anjos no céu. Sem podermos abordar todos os detalhes do juízo divino, com seus altos e baixos, nesta passagem, cabe-nos deixar claro que João não está descrevendo nenhum clima de conversão, nem derramamento da graça nem renovação espiritual. A locução “todas as tribos”, que agora ainda é reforçada pelo acréscimo de “todos os olhos”, faz lembrar as expressões “todos os joelhos” e “toda língua” em Fp 2. Com essa lembrança formamos também a perspectiva correta para o presente versículo: desde o v. 5 unicamente Jesus Cristo e seu caminho estão no centro do campo de visão, como em Fp 2.6-11. Este Senhor da Sexta-Feira da Paixão, da Páscoa e da Ascensão aproxima-se com poder irresistível. Todo o mundo o reverencia, quer com júbilo ou com ranger de dentes, quer com o v. 6 ou com o v. 7, quer hoje, quer amanhã. Contudo, não se pode alterar mais nada na superioridade e invencibilidade do nome de Jesus “pelos séculos dos séculos”. É para isso que a igreja diz **“Certamente. Amém!”**

Essa confirmação solene e a simultânea declaração de fidelidade à palavra de Deus anterior por parte da igreja ouvinte já eram praticadas no culto da sinagoga judaica. É importante que o ser humano não engula a palavra de Deus sem nenhum eco, mas que seja iniciado um diálogo, uma

comunhão eloqüente entre Deus e a pessoa. A teologia bíblica da palavra não significa que Deus possui um impulso unilateral de falar, que produz palavras ininterruptamente e que incessantemente quer fazer-se ouvir apenas a si mesmo, diante do que o ouvinte pudesse facilmente fazer o papel de peixe morto. Não, ela abrange claramente também a resposta e o Amém do ouvinte. Quando Deus fala ele é, ao mesmo tempo, todo ouvidos, auscultando o interior da comunidade de ouvintes, para saber se alguém lhe responde. Quando se faz ouvir, então, o Amém como voto de confiança e declaração de fidelidade, ele não se cobre de silêncio, mas volta a falar num novo nível. O diálogo agora está em andamento, levando de um Amém ao outro, de graça a graça, de clareza a clareza.

O cristianismo primitivo deu nova compreensão e conteúdo cristão ao Amém da sinagoga. De acordo com ele, a palavra de Deus não somente *acontece* em Cristo, mas através dele essa palavra *obtem* também uma resposta por parte das pessoas. Cristo é, ao mesmo tempo, tanto a plenitude das promessas quanto o Amém a todas as promessas de Deus (2Co 1.20a; Ap 3.14). Desta maneira estabelece-se o diálogo e, pela mediação deste Jesus, cada vez mais pessoas podem entrar na comunhão com o Pai e com o Filho (1Jo 1.3). “Por intermédio dele também nós pronunciamos o Amém, para o louvor de Deus” (2Co 1.20b [tradução do autor]). Nosso Amém vive, portanto, do Amém dele. A fidelidade dele (Ap 1.5) nos torna fiéis. A pessoa que ora promete essa fidelidade por meio de seu sim e Amém. Ela quer confiar no que ouviu, apostando tudo nisso. A palavra ouvida não deve permanecer em sua pequena vida apenas como mero somido, mas tornar-se uma realidade amada, louvada, vivida e que se expande para todo o mundo.

- 8 Finalmente o prefácio do Apocalipse culmina num versículo, cujo locutor é o próprio Deus (ocasião idêntica apenas em Ap 21.5-8): **Eu sou o Alfa e Ômega, diz o Senhor Deus, aquele que é, que era e que há de vir, o Todo-Poderoso.** Ambas as metades do versículo correm de forma paralela, começando sempre com a chegada poderosa da presença de Deus e desenvolvendo-a no esquema dos dois tempos, com o qual já nos ocupamos no v. 4. Em Ap 22.13 ouve-se uma palavra muito semelhante da boca de Jesus. Essa concomitância de Jesus Cristo com Deus o Senhor até nos mais elevados nomes e honras não surpreende João. Cristo representa a Deus de forma cabal. Deus constituiu Cristo como plenipotenciário em todos os aspectos (Jo 3.35). João, portanto, complementa a frase paulina “Deus *estava* em Cristo” (2Co 5.19): Ele está e estará em Cristo. Quando ouvimos isso e o guardamos num coração singelo e bom, é possível começar a explicação do livro.

## II. A INCUMBÊNCIA DE JOÃO

### 1.9-20

#### 1. As circunstâncias, 1.9

<sup>9</sup> **Eu, João, irmão vosso e companheiro na tribulação, no reino e na perseverança, em Jesus, achei-me na ilha chamada Patmos, por causa da palavra de Deus e do testemunho de Jesus.**

- 9 Ainda sob a repercussão do “Eu” divino no v. 8, apresenta-se agora diante da igreja o “eu” do profeta: **Eu, João.** Está longe dele a falsa modéstia. Ele tem consciência de ser voz de Deus e, neste aspecto, não permite que nada e ninguém se sobressaia a ele. Contudo, esta condição de porta-voz de Deus não anula em nenhum instante a condição de irmão: **irmão vosso e companheiro.** No AT era possível que vocações levassem ao isolamento intenso (sobretudo Jr 15.20; 20.4,7), a uma categoria de profetas que se distinguiam até na vestimenta e na conduta da vida. Na nova aliança, porém, todos os membros em conjunto formam a igreja profética (cf. o exposto sobre Ap 1.1). Cada um é uma voz à sua maneira. Vocações especiais, como atestada agora por João, nada mais fazem do que inserir a pessoa com maior profundidade dentro desta igreja. Elas não tornam alguém uma pessoa destacada, mas sim, inserida. Como é vergonhoso quando aquele a quem foi confiado algo especial de imediato torna-se um irmão pior, que se enaltece por causa da alta revelação (cf. 2Co 12.17). Pedro, p. ex., obteve uma certa função decisiva, mas não uma posição-chave. Ele se apresentava “com os onze” (At 1.14).

Ao lado do nome bíblico antigo de irmão, o qual manifesta a comunhão de fé, apresenta-se uma expressão mais objetiva: **companheiro.** A causa em comum é definida de três maneiras: **na tribulação, no reino e na perseverança, em Jesus** (ou: “na perseverança pela vinda de Jesus”).

O termo do meio encobre os outros dois. O NT fala às vezes do **reino** de Deus (p. ex., Mt 12.28; 21.31; 21.43), às vezes do reino de Jesus Cristo (p. ex., Mt 13.41; 16.28; Lc 1.33; Jo 18.36), sem que estivessem sendo apregoados dois reinos diferentes: é a mesma soberania de ambos (Ef 5.5; Ap 12.10). Não se pode tratar do senhorio de Deus sem falar de Cristo, e sem falar de Cristo não se pode falar do senhorio de Deus.

Essencialmente está em jogo neste reino que Deus seja rei. A exclamação: “Deus é rei!” corre por todo o AT até o último livro da Bíblia (Ap 11.17; 19.6). Neste percurso, a condição de Deus como rei passou por uma história agitada e por isso também por diferentes configurações. Dados decisivos desta história no passado são a Sexta-Feira da Paixão e a Páscoa, e no futuro a volta de Cristo com glória. Entre essas datas, o reino desenvolve-se sobretudo na forma da proclamação do evangelho. Ele informa todos os povos a respeito do poder do amor, que se revela em Jesus, e chama à obediência da fé. É por isso que Lucas, de forma singular, traz “reino” e “evangelho” de maneira especialmente próxima (Lc 4.43; 8.1; 16.16; At 8.12; cf. também Lc 18.29 com Mc 10.29 e Mt 19.29).

Portanto, João e as igrejas na província da Ásia participam desta configuração atual do reino. Não é por acaso que ele fala, no mesmo instante, da palavra de Deus e do testemunho de Jesus. Em decorrência, sua participação conjunta no reino consiste de sua “comunhão no evangelho”, como Paulo poderia expressá-lo (Fp 1.5; 1Co 9.23).

Essa participação provoca imediatamente uma comunhão na **tribulação**. Já no AT grego este termo (*thlipsis*) constitui, de modo predominante, uma expressão para as aflições do povo de Deus. No NT ele é usado quase que exclusivamente para os sofrimentos do Messias e do povo messiânico. Mt 24 aborda estes sofrimentos de forma mais exaustiva. Eles aumentam passo a passo: os v. 4-8 descrevem o “princípio das dores”, os v. 9-14 os “tormentos” na forma de perseguições aos discípulos, os v. 15-28 a “grande tribulação” como o auge, e os v. 29-31 os episódios “após a tribulação”.

As perseguições aos discípulos desencadeiam traição e apostasia na igreja (Mt 24.10-12), mas também comunhão de sofrimento e aprovação da fraternidade. É por isso que João está enfatizando a irmandade. Há pouco começara uma onda de tribulações que o levava pessoalmente ao banimento. As medidas parecem ter vitimado somente alguns, porém todos os cristãos estavam ameaçados, tão certo como participavam do evangelho do reino de Cristo. Era esse o laço que unia o escritor e os ouvintes. João o traz à memória deles.

Outro aspecto comum decorrente do serviço ao evangelho ou ao reino é a **perseverança, em Jesus** (ou: “o aguardar a Jesus”), porque a condição de rei por parte de Deus e do seu Cristo hoje ainda não possui uma forma final. A vontade de Deus na terra como nos céus ainda não está sendo realizada, todos os joelhos ainda não estão se dobrando diante de Cristo, a morte, o sofrimento, o clamor e a dor ainda exercem seu domínio, assim como ainda estão diante de nós promessas de algo muito melhor, de uma glória imensurável. É por isso que a igreja não pode conformar-se com a realidade existente. Apesar de toda sua mansidão, ela está fundamentalmente insatisfeita com a situação, ela está buscando uma cidade futura (cf. Hb 13.14). A ressurreição de Jesus dentre os mortos e o dom do Espírito Santo despertam nela uma incontável certeza e alegria prévia. Com a cabeça lançada para a frente ela se encontra no presente, esticada para o futuro do Senhor, interessada no avanço do tempo e ansiando pela transformação do presente mundo. O Apocalipse destaca fortemente este elemento da doutrina sobre a igreja: inegavelmente, a sua expectativa de Jesus pertence à sua lembrança de Jesus e também à presença de Jesus. Através desta espera a igreja se evidencia como noiva (Ap 22.17), e essa condição de noiva é inerente à sua essência. Uma das razões principais das mensagens dos cap. 2 e 3 foi o desfalecimento da espera por Jesus nas sete igrejas, bem como a alienação de sua essência, ligada a este desfalecimento.

À auto-apresentação João acrescenta uma breve recordação de seu estado pessoal. Dispensavam-se maiores detalhes a este respeito, porque o assunto dificilmente era ignorado pelos que foram interpelados naquele tempo: **achei-me na ilha chamada Patmos, por causa da palavra de Deus e do testemunho de Jesus**. A ilha, pertencente ao arquipélago das Esporades, situada aproximadamente na altura de Mileto, não é exatamente pequena, com 32 quilômetros quadrados, porém inóspita, por causa das rochas escarpadas e da constituição do solo, sendo praticamente desabitada naquele tempo. Deve-se dar crédito à sugestão do Pai da Igreja Tertuliano, de que a detenção de João tinha um formato ameno, caracterizando-se talvez como uma espécie de prisão

preventiva. Afinal, João tinha condições de redigir uma extensa mensagem e designar emissários. As autoridades moderadas (q1 10) não tinham interesse em exacerbar a situação, contudo, não era conveniente que o apóstolo ancião exercesse uma influência direta nas igrejas para a evolução desejada por eles fosse atingida. Com o banimento do apóstolo, porém, conseguiram o resultado exatamente oposto.

## 2. A voz do anjo, 1.10,11

- <sup>10</sup> **Achei-me em espírito, no dia do Senhor, e ouvi, por detrás de mim, grande voz, como de trombeta,**  
<sup>11</sup> **dizendo: O que vês escreve em livro e manda às sete igrejas: Éfeso, Esmirna, Pérgamo, Tiatira, Sardes, Filadélfia e Laodiceia.**

- 10** As duas visões principais do livro são destacadas desde já pela introdução especialmente minuciosa e solene (aqui e em Ap 4.2): **Achei-me em espírito**. No presente texto, o Filho do Homem, que é o Senhor e Juiz da igreja, está prestes a aparecer. Em Ap 4.2 começa a contemplação de Deus, o Senhor e Juiz de todo o mundo.

O que acontece com o profeta não é descrito em parâmetros psicológicos. Neste caso deveriam ocorrer conceitos muito diferentes. Deve-se partir do pressuposto de que João estava para ser capacitado para efetuar olhares perspicazes sobre o sentido da história, ou seja, o “devem” de Ap 1.1. Como ser humano de carne e sangue, ele não depreendia nenhum sentido da história. Pessoas estão continuamente passando por experiências cujo sentido não conhecem ou sobre cujo sentido se enganam. Um acontecimento, do qual elas desfrutam com prazer, poderia ser parte de uma história de desgraça, ou outro, no qual sofrem imensamente, poderia na verdade ser integrante de uma história de salvação. Também neste contexto vigora a regra de que carne e sangue não podem ver o reino de Deus. Por isso o profeta experimenta que está sendo arrancado de todas as inibições e percalços pessoais para dentro da esfera do Espírito de Deus, muito acima de sensações subjetivas. Do alto se vê mais. “O Espírito a todas as coisas perscruta, até mesmo as profundezas de Deus” (1Co 2.10).

Isso aconteceu com João em Patmos **no dia do Senhor**. Na Bíblia é somente no presente versículo que aparece essa designação de dia, ao passo que é cada vez mais freqüente na literatura cristã imediatamente posterior ao NT. É usada unanimemente como designação cristã do primeiro dia da semana, como recordação da ressurreição do Senhor. Como dia da ressurreição e como oitavo dia ele na verdade também aponta para a nova criação no grande dia vindouro de Deus. Seguramente uma mera indicação de calendário não teria tido importância suficiente para João. Ao citar o domingo ele destacou uma dupla relação. Por um lado era o dia da reunião, no qual sabia que as igrejas do continente estavam reunidas para adorar o Ressuscitado. Por outro lado era o dia da esperança, que dirigia seus sentidos para a consumação e a renovação do mundo.

**E ouvi, por detrás de mim, grande voz.** A visão começa com uma audição (experiência auditiva). De trás (cf. Ez 3.12) surpreende-o uma voz. Ela não tem nada a ver com suas próprias vozes, expectativas e esforços. O profeta é arrancado da sua realidade própria e colocado dentro do que Deus é. “O Senhor... desperta-me o ouvido para que eu ouça como os eruditos” (Is 50.4). A voz tem uma potência **como de trombeta**. O som – trata-se de um instrumento para dar sinais, com um ou no máximo dois tons – deve ter sido mais volumoso que belo: áspero, penetrante, estrondoso. Ele foi comparado ao trovão, ao berro de um burro ou ao rugido de um leão. Trata-se de um som difícil de descrever, sobrenatural e assustador.

- 11** A voz celestial desconhecida falou: **O que vês escreve em livro**. João não podia transmitir as visões oralmente aos destinatários. Contudo, essa justificativa para a ordem de escrever ainda não é suficiente. Ocasionalmente profetas do AT já haviam anotado a sua mensagem por escrito, a fim de assinalar sua importância singular (p. ex., Jr 36; Hc 2.2). Dando sua palavra por escrito, Deus se compromete. Ele compromete os ouvintes: Eu te dei tudo por escrito! Essa palavra vale. Ela vigora além do instante. Ela também vale para outros que não estão presentes aqui e agora. Ela compromete de forma geral.

Cabe abordar aqui a diferença entre a profecia cristã em geral e essa palavra profética. Já em Ap 1.1 transpareceu, e será sublinhado em Ap 11.1-13, que João podia considerar toda a comunidade



como profética. Apesar disso, conforme Ap 1.3, reservou para o seu livro uma posição singular. Essa reivindicação é justificada por sua vocação peculiar em Patmos. Ela foi iniciada de imediato com uma ordem de escrever (v. 11) e, em seu ponto culminante, foi mais uma vez coroada por intermédio desta ordem de escrever (v. 19). Essa ordem repercute em todo o livro (Ap 2.1,8,12; 3.1,7,14; 10.4; 14.13; 19.9; 21.5). Corresponde-lhe a menção enfática de que essa profecia tem o formato de um livro (Ap 1.11; 22.7,9,10,18,19). Portanto, o ato de escrever ocupa de tal modo o centro que evidentemente possui importância teológica. Eleva esta profecia a uma categoria normativa para toda a profecia cristã no futuro. É preciso que de agora em diante nos movamos nos parâmetros aqui delineados, i. é, todos os profetas depois deste profeta encontram-se na tradição dele. Ele próprio, porém, funda tradição. Neste sentido é que vigora a sua incumbência: escreve! Obviamente também profetas cristãos posteriores e mesmo atuais poderão anotar suas palavras por razões práticas, mas jamais se tornarão profetas da Escritura em sentido teológico através disso.

**E manda(-o) às sete igrejas: Éfeso, Esmirna, Pérgamo, Tiatira, Sardes, Filadélfia e Laodiceia.** Essas cidades eram sedes administrativas e já por isso áreas de concentração do culto ao imperador. A listagem segue o roteiro postal da capital Éfeso para o Norte até Pérgamo, depois para o interior e novamente para o Sul, um trajeto de aproximadamente 400 km. Já abordamos no comentário a Ap 1.4 o sentido simbólico do número sete: além das comunidades locais arroladas, João reivindica atenção de todas as igrejas de todos os lugares e épocas.

### 3. A visão do Senhor, 1.12-16

- <sup>12</sup> **Voltei-me para ver quem falava comigo e, voltado, vi sete candeeiros de ouro**  
<sup>13</sup> **e, no meio dos candeeiros, um semelhante a filho de homem, com vestes talares e cingido, à altura do peito, com uma cinta de ouro.**  
<sup>14</sup> **A sua cabeça e cabelos eram brancos como alva lã, como neve; os olhos, como chama de fogo;**  
<sup>15</sup> **os pés, semelhantes ao bronze polido, como que refinado numa fornalha; a voz, como voz de muitas águas.**  
<sup>16</sup> **Tinha na mão direita sete estrelas, e da boca saía-lhe uma afiada espada de dois gumes. O seu rosto brilhava como o sol na sua força.**

É recomendável que não insiramos a interpretação dos v. 17-20 de antemão no comentário deste trecho. Ainda estamos tratando da parte muda, não interpretada, da visão. Com palavras tateantes João a descreve ora com o vocabulário da aparição do anjo de Dn 10.5,6, ora com palavras da aparição do Filho do Homem em Dn 7.13, e finalmente também com recordações da aparição de Deus em Dn 7.9. Acrescem-se reflexos de Ez 1,9,11,12. Que vê ele, pois? Um anjo, Cristo ou Deus? Certeza plena será obtida unicamente pela voz do Senhor.

Entretanto, apesar de que a figura não falava, não era muda. “Quando eu a vi”, João declara mais tarde, “caí a seus pés como morto” (v. 17). Nesta figura cada detalhe, cada peça de roupa falava. No Oriente a roupa é muito mais uma forma de expressão que entre nós, e o sentido dos orientais pela eloquência das vestimentas é fortemente desenvolvido. O que alguém usa, isso ele é. É por isso que no NT vestir-se, despir-se, cobrir, estar vestido ou estar nu tem tanta importância (cf. “estar em Cristo”). Em consequência, descreve-se peça por peça, para que o leitor observe peça por peça.

- 12 Voltei-me para ver quem falava comigo e, voltado, vi sete candeeiros de ouro.** O resultado não corresponde à intenção do profeta, de que ao voltar-se poderia perceber o portador da voz fortíssima. Ao invés disso, ele contempla sete candeeiros dourados. Dificilmente é possível afastar a associação imaginária com o candelabro de sete braços de Êx 25.31-40 (cf. Zc 4.2). Após a destruição de Jerusalém, ele se tornou o símbolo reconhecido em geral do judaísmo e aparece em numerosos alto-relevos, em lâmpadas judaicas, em entalhes de ossos e marfim, em calçamentos de mosaico, em esquifes e em paredes. Contudo, ao mesmo tempo este ponto de referência do AT se funde com outro contemporâneo. Arqueólogos escavaram perto de Éfeso gigantescos estandartes de luz (cf. Stauffer, *Christus und die Caesaren*, pág. 183). É possível que certa vez rodeassem a imagem do imperador em festividades culturais. Em decorrência, trata-se aqui de sete estandartes de luz isolados, colocados em círculo ou em semicírculo, dos quais conforme Ap 2.5 um podia ser retirado. Contudo, no meio deles não está o imperador. Outra pessoa ocupa o seu lugar e reclama a sua honra:

- 13 E, no meio dos candeeiros, um semelhante a filho de homem, com vestes talaes** (“uma longa túnica”). Difícilmente pode-se deixar de notar a reticência com que é retratado aquilo que foi visto (cf. nota 153). “Filho de homem” aqui não é um título, como tantas vezes nos evangelhos, mas a cautelosa tentativa de descrever o personagem com ajuda de Dn 7.13. Ele usa um traje longo esvoaçante, que deixa livre apenas os pés (v. 15). Essa menção poderia fazer lembrar novamente o anjo de Dn 10.5. Contudo, tampouco este constitui um paralelo exato. É escolhido um termo que pode ser usado para o traje oficial do sumo sacerdote (Êx 25.7; 28.4,31; 29.5; Eclesiástico 45.8). Do mesmo modo, ao contrário de Dn 10.5, este personagem não está cingido pelos quadris, mas **cingido, à altura do peito, com uma cinta de ouro**. Assim o esvoaçar das pregas da toga permanece desobstruído, e intensifica-se a impressão de pompa e tranqüilidade. O escritor judaico Flávio Josefo informa sobre o cinto dourado e, de modo geral, sobre a plenitude de outro no traje do sumo sacerdote.
- 14,15** Entretanto, conforme os versículos seguintes, não se trata aqui de um sumo sacerdote em geral, mas, de modo bem destacado, da sua função de juiz: **A sua cabeça e cabelos eram brancos como alva lã, como neve; os olhos, como chama de fogo**. Novamente temos elementos do quadro do juiz divino de Dn 7.9. Segundo essa passagem, o branco é paráfrase de uma natureza de luz celestial. **Os olhos, como chama de fogo; os pés, semelhantes ao bronze polido** (“incandescente”), **como que refinado numa fornalha**. Ap 2.18; 19.12 mostram em seus respectivos contextos que os olhos flamejantes e os pés ardentes são elementos da função judicial: trata-se do olhar de juiz que perscruta e consome a tudo com sua luz, bem como do ardor destruidor do Senhor da justiça que deposita seu pé sobre o inimigo vencido. A palavra rara “bronze incandescente” deve trazer à memória antes o elemento do fogo que a tonalidade da cor: onde estes pés pisam, restam cinzas. Os pés eram postos sobre a nuca de derrotados e culpados! **E a voz, como voz de muitas águas**. Forma similar possuem as afirmações nas manifestações de Deus em Ez 1.24; 43.2. Em geral é atribuída a Deus uma voz de trovão, porém trovão e tempestade estão imbricados (cf. também Ap 14.2; 19.6). Contra essa voz não há voz da terra que possa impor-se. No seu juízo desfalecem palavras humanas. Ela detém a última palavra e é a única a ter razão.
- 16** Depois o olhar do vidente cai sobre a direita do juiz e dominador divino. Essa é sua mão de ação, com a qual age e governa. Sobre o que ele governa, e a que se refere seu poder de jurisdição? **Tinha na mão direita sete estrelas**. O AT não oferece paralelos a essas estrelas e seu número de sete. Em contrapartida, era comum naquele tempo falar da constelação das sete estrelas (Ursa Menor ou Ursa Maior), ou agrupavam-se o sol, a lua e cinco planetas. O conceito deve ter sido popular, pois moedas mostram o imperador com as sete estrelas acima de sua mão, i. é, na pose de soberano mundial. De acordo com uma crença muito difundida, os astros eram deuses e dirigiam o destino. Quem as tinha na mão era o maior de todos. Em decorrência, João está vendo, em todo caso, alguém maior que todos. Contudo, o mistério das sete estrelas é desfeito somente no v. 20 (cf. também Ap 2.1).
- E da boca saía-lhe uma afiada espada de dois gumes**. De forma bem genérica, a espada pode ser uma figura para palavras mortais (Sl 57.5; Pv 5.4; 12.18). Das palavras da boca de Deus se vive (Mt 4.4), mas elas também podem matar como uma espada (Jr 49.2; Ap 2.12,16; 19.15,21). O adendo **da boca** alerta para que não nos imaginemos transportados para um campo de batalha, onde a espada é conduzida com a mão, mas sim ao tribunal. É lá que se profere a sentença judicial, e precisamente sem contestação (cf. a aplicação em Ap 2.12-17).
- Depois que foram descritos, a respeito da figura, no v. 13, o traje, no v. 14 o rosto, o cabelo e o olhar, no v. 15 os pés e a voz, e no v. 16a a mão e a boca, segue-se o resumo: “E seu aspecto (geral) – como brilha o sol em seu poder” (tradução do autor). A comparação com o sol é um antigo símbolo de vitória (Jz 5.31; Mt 13.43). Depois da noite escura, sobe radiante – por volta do sol do meio dia – a vitória final de Deus. – Em consequência, João vê no meio dos candeeiros um personagem luminoso. Tudo nele brilha e supera ainda a luz dos candeeiros.
- O aspecto característico da imagem é o judicial. Isso é confirmado pelo desdobramento nos cap. 2 e 3, cuja fonte originária é constituída pela presente visão. Ela fala do olhar do juiz e do pé do juiz (Ap 2.18), da espada do juiz (Ap 2.16), da argüição legal (Ap 3.2), da perscrutação dos corações e rins e da retribuição segundo as obras (Ap 2.23), de derrubar o candeeiro (Ap 2.5), de cuspir (Ap 3.16), de convencer (Ap 3.19) e, no geral, do inquérito judicial, da advertência, exortação, ameaça e recompensa (cf. EXCURSO 1).

Sem dúvida, conforme Ap 3.19, tudo isso acontece por amor. No ponto de vista acima de tudo permanece Ap 1.5: “(Ele) nos ama”. Trata-se de um juízo num tempo pronunciado de graça, e ainda não do juízo final conforme Ap 20.11-14. Contudo, João ainda não pode depreender tudo isso da aparição muda do juiz.

#### 4. A voz do Senhor, 1.17-20

- <sup>17</sup> Quando o vi, caí a seus pés como morto. Porém ele pôs sobre mim a mão direita, dizendo:  
<sup>18</sup> Não temas; eu sou o primeiro e o último  
e aquele que vive; estive morto, mas eis que estou vivo pelos séculos dos séculos e tenho as  
chaves da morte e do inferno.  
<sup>19</sup> Escreve, pois, as coisas que viste, e as que são, e as que hão de acontecer depois destas.  
<sup>20</sup> Quanto ao mistério das sete estrelas que viste na minha mão direita e aos sete candeeiros  
de ouro, as sete estrelas são os anjos das sete igrejas, e os sete candeeiros são as sete igrejas.

**17,18** Não é para adorar que João cai ao chão: **quando o vi, caí a seus pés como morto**. Foi assim que também se precipitaram ao chão Moisés, Isaías, Ezequiel, Daniel, Pedro e Paulo. Em todos os caso trata-se da incompatibilidade entre Deus e ser humano, entre céu e terra. Os da terra ricocheteiam de volta e cambaleiam ao chão. Deus “habita em luz inacessível” (1Tm 6.16).

Contudo, não é obrigatória a suposição de que João teria caído por terra porque já tivesse reconhecido a Cristo. Pelo contrário, ela é antes inverossímil.

O que ele viu foi para ele uma aparição ainda anônima, celestial-judicial. P. ex., a espada que sai da boca, a voz nada humana ou os pés em brasa não o lembram em absoluto da figura familiar de Jesus, assim como o conheceu na Palestina. Em decorrência, a palavra de interpretação aconteceu porque era realmente necessária. Porém, quando o Senhor se deu a conhecer, João se ergueu novamente. Agora ele podia suportar o aspecto judicial: afinal, é Jesus de Nazaré, que morreu por nós, que vive por nós e ora em favor de nós junto do Pai. A exclamação: “É o Senhor!” (Jo 21.7) o torna de novo capaz de viver e servir.

Antes da auto-apresentação propriamente dita sucede um gesto eloquente: **Porém ele pôs sobre mim a mão direita**. Isso significa vivificar (Dn 10.10; 8.18; Mt 17.7), clemência e aceitação (Mc 1.44; Mt 14.31), mas também bênção para o serviço. **Dizendo: Não temas!** Era o que ecoava em muitas revelações de Deus (p. ex., Is 7.4). E também os discípulos haviam ouvido este som muitas vezes da boca do Senhor (Jo 6.20; Mt 14.27; Mc 6.50; Lc 24.39). Este é o jeito de falar com pessoas atemorizadas, não com atrevidos. Existe um temor que Deus demanda, mas também outro medo que ele não quer. Ele não quer o temor de que ele não seria outra coisa senão alguém que esmaga tudo. Ou seja, deseja um temor que provém de um coração que é pequeno demais para o bem que Deus pode e quer realizar. Contudo, ele tem à disposição somente pessoas com corações muito pequenos, pois o coração de ninguém seria capaz de apreender a bondade dele! Por isso, a palavra repercute através da história da salvação: não temas!

Muitas vezes “não temas!” é a palavra introdutória de consolo para uma subsequente autoproclamação de Deus com declaração de redenção (Gn 26.24; 46.3; Is 41.10,13,14; 43.1,5; 44.2; 54.4; Jr 30.10; 46.27). Em consonância, segue-se também aqui uma palavra do “Eu sou”, desenvolvida por duas linhas de três elementos. A primeira linha: **eu (o) sou o primeiro e o último e aquele que vive**. Conforme Ap 1.8; 21.6 e de acordo com Is 44.6; 48.12, o Primeiro e o Último é o próprio Deus. O mesmo vale para a designação “o que vive” (Ap 4.9,10; 10.6; 15.7; Js 3.10; Dt 32.40; Sl 42.2; 84.3; Dn 4.31; 12.7; Os 1.10; 1Ts 1.9; etc.). Nestas designações Deus é enaltecido como vitorioso sobre o último e maior inimigo, a morte (cf. também o comentário a Ap 4.9,10). Tanto mais ele é superior a seus inimigos penúltimos. Este desdobramento do “Eu sou” exclui expressamente que João pudesse ter visto, p. ex., conforme Dn 10.5, um anjo. Trata-se, portanto, de uma aparição de Deus? Este mal-entendido é o que a segunda série de três elementos visa excluir:

**Estive morto, mas eis que estou vivo pelos séculos dos séculos e tenho as chaves da morte e do inferno** (“Hades” [BJ, TEB]). Essa segunda linha não retira nada da primeira. Preserva-se a plena divindade que João viu na visão. Contudo, de certo modo acrescenta-se mais alguma coisa: a humanidade de Jesus. Esta segunda série espelha nitidamente sua trajetória terrena.

Evoca-se o processo histórico de sua morte e proclama-se sua condição de vivo como sendo um milagre: eis o milagre da Páscoa! Em decorrência, João não viu a divindade do Pai. Não se dissipam as diferenças entre o Pai e o Filho exaltado. Jamais o Filho desloca o Pai, pois neste caso ele não seria mais o Filho verdadeiro, obediente. O estado de Filho sempre inclui a obediência de Filho. Portanto, está claro que João teve uma visão de Cristo.

Da morte e ressurreição de Jesus Cristo vem a consequência: **e tenho as chaves da morte e do inferno** (“Hades”). O Pai lhe conferiu o poder das chaves para todos os recintos (cf. Mt 28.18). Por conseguinte, o Filho possui uma soberania ilimitada, que em ponto algum se transforma em impotência. Em contraposição, como se tornavam impotentes e nulos o poder do imperador e o culto ao imperador em vista da morte! E como também todo o fascínio cultural fracassa diante da questão da morte! A morte é vitoriosa sobre todo o progresso. Contudo, vitorioso sobre a morte e, assim, verdadeiro Senhor é e permanece sendo Jesus Cristo.

De acordo com Ap 3.7 o Senhor Jesus Cristo possui as chaves da casa de Davi, i. é, da cidade espiritual de Davi, a nova Jerusalém, o mundo da salvação de Deus. Agora, porém, João está estendido diante dele como um morto, sendo por isso uma figura da igreja que ainda progride pelas profundezas da grande tribulação até a morte martirial (Ap 2.10). Com vistas a essa situação ela recebe o consolo de que mesmo em escuridão extrema (Ap 6.9,10) ela está na esfera do poder do amor. Seu Senhor não somente possui a chave do céu, mas também do Hades.

Esse é, pois, o Senhor que declara João livre do medo. Ele realmente liberta de qualquer temor. Por isso, como no passado, Moisés, Isaías ou Pedro, também agora o agraciado torna-se um servo:

**19 Escreve, pois, as coisas que viste, tanto as que são, e as que hão de acontecer depois destas.**

Essa ordem de escrever completa a ordem do v. 11, que depositava a ênfase nos destinatários, no tocante ao conteúdo. O conteúdo é desmembrado em presente (cap. 2 e 3) e futuro (cap. 4-22). Em Ap 4.1 começa claramente a segunda parte, concernente ao futuro, e Ap 21.6 anuncia o alvo a que ele chegará. De acordo com Ap 1.1, a ênfase maior está neste desenvolvimento futuro, contado a partir daqueles dias. Contudo não pode faltar o escrutínio da atualidade da igreja, porque ela já contém o germen do futuro. “O mistério da iniquidade já opera” (2Ts 2.7). Sob este enfoque as igrejas têm de reconhecer aquilo que é, para serem aprovadas naquilo que virá.

**20 Ao contrário do apocalipsismo judaico, o passado é desconsiderado (qi 38-40). João não tem interesse em enquadrar toda a história da salvação (e toda a Bíblia) num só esquema. À auto-explicação de Jesus Cristo ainda segue-se no último versículo uma interpretação de dois objetos que contêm um mistério importante: o mistério das sete estrelas que viste na minha mão direita e aos sete candeeiros de ouro. Pelo que se evidencia, essas duas coisas significam algo diferente do que se poderia deduzir delas. Qual é o seu sentido oculto?**

Naquele tempo se interpretavam os sete candeeiros dourados como sendo o judaísmo (cf. o exposto sobre o v. 12). Leitores de hoje dificilmente podem compreender o desafio que residia na frase: **os sete candeeiros são as sete igrejas**, a saber as igrejas compostas na grande maioria de gentios cristãos na província da Ásia. Precisamente naquele tempo elas eram intimidadas por um forte grupo judaico (Ap 2.9; 3.9), e a intervenção das autoridades contra elas no contexto deste conflito era iminente (Ap 2.10). Pois o conflito com os judeus significava para as comunidades cristãs a perda do suporte jurídico diante do estado (qi 6). Diante dessas perspectivas os cristãos realmente podiam tornar-se inseguros. Será que não deveriam, enfim, recuar em sua reivindicação, estabelecendo assim a paz entre judeus e gentios? Diante de uma fuga desse tipo o Apocalipse constata por princípio que “vocês são o candeeiro de ouro, vocês são o povo messiânico, vocês foram eleitos, libertados e transformados em sacerdotes de Deus no mundo” (Ap 1.5,6)!

Para a explicação das sete estrelas não existe nenhuma interpretação que seja satisfatória em todos os aspectos: **as sete estrelas são os anjos das sete igrejas**.

Quem são os “anjos das igrejas”? Seriam eles *determinados membros da igreja*? Originalmente “anjo” designa o mensageiro, e justamente também o mensageiro humano (Ag 1.13; Is 44.26; 2Cr 30.15; Mt 2.7; Mc 1.2; Mt 11.10; Lc 9.52; 7.24; Tg 2.25). Na sinagoga judaica havia um líder ou dirigente para cada celebração, chamado de “mensageiro da congregação”, o qual ficava diante da comunidade, como está pressuposto em Ap 1.3. Ou deveríamos pensar no dirigente permanente ou em outra personalidade com autoridade espiritual? Dn 12.3 por acaso não compara os “mestres” com estrelas fulgurantes?

No entanto, essa explicação de que seriam personagens isolados nas igrejas locais suscita dúvidas. Apesar da grande frequência com que o Apocalipse fala de anjos (67 vezes!), em *nenhuma* ocorrência anjos são entendidos como seres humanos. Este uso terminológico na verdade é alheio à literatura apocalíptica. Além disso, as missivas às igrejas seriam reinterpretadas contra seus versículos introdutórios e contra os ditos regulares de gravação (“Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às *igrejas*”), bem como contra a apostrofação com “vós” em Ap 2.24,25, para se tornarem interpelações pastorais a pessoas individuais. Isso levaria a exegese a dificuldades que não são de pequena monta. P. ex., que significaria, então, em Ap 2.5, a ameaça a determinado membro da igreja em Éfeso: “venho a ti e moverei do seu lugar o teu candeeiro, caso não te arrependas”? De acordo com Ap 1.20 não há dúvida de que este candeeiro é a igreja em Éfeso. No caso, a impenitência do bispo seria castigada com a rejeição da igreja toda. Poderia ser este o sentido? Um peso especialmente grande, porém, possui o argumento que A. Schlatter destacou: simplesmente não condiz com o NT que tamanha responsabilidade pelo padrão espiritual da igreja seja depositada sobre uma pessoa isolada, como ocorreria, neste caso, nos cap. 2 e 3. Será mesmo que se pode encarregar *um único* membro de *tudo*: pregação, serviço diaconal, discernimento dos espíritos, fazer penitência, exercer disciplina na igreja, permanecer fiel?

Outros intérpretes identificam o “anjo da igreja” com um verdadeiro ente angelical. Nesta acepção, a idéia do anjo da guarda vem em socorro da explicação. Daniel fala de “guardiães” ou “(anjos) príncipes” para povos inteiros (Dn 12.1; 10.13,20,21; cf. Dn 4.13,17,23). Em consonância, imaginar-se-ia aqui anjos que seriam responsáveis cada um por uma comunidade local, comunicando elogio, crítica ou promessa. Devido à situação séria, as igrejas não estariam sendo interpeladas diretamente. Afinal, não se trata de um apelo a energias humanas. É necessário que se movam forças celestiais.

Mesmo quando, apesar de certas dificuldades na exegese de detalhes, nos imbuirmos desta tentativa de explicação, não desvanece um mal-estar, pois desta maneira resultaria que o Senhor celestial dirigiria uma mensagem a entes celestiais. Essa mensagem, porém, ele estaria ditando a um ser humano na terra, com a medida de que a remetesse às sete cidades. Falta lógica a este raciocínio. Além disso, tanto no judaísmo como também no cristianismo não há comprovações de anjos incumbidos de igrejas locais.

Qualquer explicação satisfatória de “anjo da igreja” tem de fazer justiça a dois fatos: em primeiro lugar, os “anjos” são *destinatários* da mensagem, endereçados por João e interpelados pelo Senhor e pelo Espírito. O texto não os expõe como porta-vozes espirituais. Interpretações que invertem essa realidade já começam pelo avesso. Em segundo lugar, o texto obriga a pressupor que os destinatários dos cap. 2 e 3 são idênticos aos destinatários do livro todo e devem ser situados nas sete igrejas da província da Ásia. É assim que o declaram os v. 4,11. Também os ditos de gravação e o oráculo do vencedor o pressupõem. É o que se depreende de um sem-número de detalhes. Os cap. 2 e 3 não contêm nem conselho pastoral individualizado nem cartas celestiais, e sim mensagens a igrejas.

Por essa razão o presente comentário se alinha a um terceiro grupo de exegetas: os “anjos” são *figuras* puramente *simbólicas*, como aliás também os candeeiros na visão de Cristo em Ap 1.12-16 ou as bestas, os objetos e personagens em outras visões. Como muitas vezes no AT e nas demais religiões, eles aparecem como estrelas (cf. o comentário a Ap 9.1). Em consequência, não se deve encontrar a explicação do v. 20 na tese de que as estrelas são explicadas como sendo anjos – isso era comum e não constituía “mistério” – mas no sentido de que estes anjos-estrela representavam *igrejas*.

Portanto, na visão de Ap 1.12-16 a questão é duas vezes a igreja, tanto nas estrelas quanto nos candeeiros. Duas vezes sete pontos de luz representam as comunidades. Era como uma pintura que desde já se mostra duas vezes. Na figura dos candeeiros as igrejas aparecem como as que Cristo mantém brilhando enquanto doador do óleo (cf. Zc 4.2,3; Ap 11.4) e que estão diante dele como objetos de seu cuidado e amor (Ap 1.5,6). Essa é a igreja em sua maneira de ser voltada para Cristo, como oradora e na comunhão com Cristo: ele anda no meio delas (Ap 2.1). Na figura das estrelas, afixadas no firmamento do cosmos, a igreja está voltada para o mundo ao seu redor. “Resplandeceis como luzeiros (estrelas) no mundo” (Fp 2.15; Mt 5.14; Ef 5.8). Essas estrelas aparecem dentro (Ap 1.16; 2.1) ou sobre (Ap 1.20) a mão de Jesus. Ele age através delas. Estão à disposição dele e lhe servem como mensageiros e testemunhas.

Assim a visão está explicada: como também sugere o teor da frase, o “mistério” do v. 20 é *um único* mistério. Ele é a realidade *única* da igreja sob dois aspectos, diante de uma só realidade do

Senhor. Ele é a igreja sob o indicativo (afirmação) e o imperativo (incumbência) de seu Senhor, recebendo e agindo, em figuras da esfera do ambiente do santuário e do firmamento cósmico. Representa o mistério do fim dos tempos essa igreja que ora e confessa a sua fé, na relação com seu Senhor, ou inversamente: este Senhor universal crucificado e ressuscitado e que está vindo, na relação com sua igreja de judeus e gentios. Ele a preservará para si naquilo que há de acontecer e a enviará para si ao mundo. A proporção com que é levada a sério repetidamente causará surpresa à igreja e, um dia, igualmente surpreenderá o mundo inteiro.

Neste quadro, aparecem em primeiro plano o Senhor enquanto Juiz e a igreja enquanto julgada. Ela é a parte da humanidade na qual o juízo começa mais cedo (1Pe 4.17). Naturalmente trata-se de um juízo de clemência (Ap 3.19) que protege da ira vindoura.

### **III. AS MENSAGENS ÀS IGREJAS**

#### **2.1–3.22**

Como o Apocalipse todo, seu segundo e terceiro capítulos constituem de forma especial documentos do cuidado pastoral comunitário do cristianismo primitivo. Isso não exclui a validade da obra para séculos posteriores, mas por causa dessas abordagens muito concretas de questões eclesiais locais daqueles dias, a interpretação de hoje não raramente terá de limitar-se, no que se refere a determinados pormenores, a conjeturas e aproximações.

Por outro lado esse bloco tão vinculado ao lugar e à época igualmente contém rudimentos de todos os grandes temas do livro que estão acima do tempo e da situação. Não há nada de importante nos capítulos seguintes que já não tivesse sido indicado nesses dois capítulos.

Portanto, encontram-se no começo da obra o aconselhamento concreto e a sintonia objetiva. Não deveríamos contornar, mas sim acompanhar esse começo. Àquele que não se deixa envolver seriamente por esses dois capítulos iniciais tampouco se podem recomendar os seguintes. É por isso que o leitor não deve embarcar num lugar qualquer do Apocalipse que seja “interessante” para ele. Não caia como predador sobre os trechos escatológicos, mas adentre o livro como alguém atingido e assustado por um susto santo, como humilhado e corrigido, a saber, passando pela porta estreita das mensagens às igrejas.

#### **EXCURSO 1**

##### **A estrutura e a doutrina das mensagens às igrejas**

As mensagens às igrejas apresentam, combinada à sintonia pastoral com o colorido quadro cotidiano das igrejas daquele tempo, não somente uma doutrina homogênea, mas também uma surpreendente simetria na estrutura exterior.

##### *a. Destinatários e ordem para escrever*

##### *b. Auto-apresentação do emitente da mensagem*

A abertura regular “Estas coisas diz...” lembra tanto as introduções proféticas a oráculos de Deus (Jr 2.1; 6.16,22; Ez 3.11; etc.; cf. At 21.11) quanto também o estilo majestoso dos decretos imperiais daquele tempo, que podiam igualmente ter como conteúdo fidelidade e infidelidade, recompensa e castigo (cf. q1 5).

Quase todas as auto-apresentações associam-se a um motivo do cap. 1, que é elevado e desenvolvido como tema da mensagem subsequente.

##### *c. Inquérito judicial*

A introdução típica dessa parte, “conheço as tuas obras” falta tão somente em Ap 2.9,13, onde alguns manuscritos acrescentam de forma coerente (cf. o texto de Lutero anterior à revisão de 1956). “Obras” não significam apenas atos isolados, nem tampouco a atuação em geral, mas o fruto vital das comunidades propriamente dito. “Obras” inclui, p. ex., também a fê (Ap 2.19), a perseverança e o suportar (Ap 2.2), a sonolência (Ap 3.2), bem como diversas disposições espirituais (Ap 3.8,15).

“Conheço” introduz o resultado de um exame (Ap 2.2; 3.1), cf. o conhecimento a partir dos frutos, em Mt 7.16-21. O juiz examinou a “árvore” e agora está por dentro da questão, conhece-a de forma



abrangente e pormenorizada. “Vinde comigo e vede um homem que me disse tudo quanto tenho feito. Será este, porventura, o Cristo?!” (Jo 4.29; cf. Jo 1.48; 2.24,25; 6.70 e 2Tm 2.19). Ao conhecimento de Jesus contrapõe-se o desconhecimento da igreja local (Ap 3.17). O sentido das mensagens é desfazer o descompasso maléfico entre o que Jesus sabe e a opinião da igreja sobre si mesma. Tenta-se alcançar isso de forma tal que a opinião da comunidade adira ao conhecimento do seu Senhor! As comunidades não devem continuar vivendo na irrealidade. “Diante de ti puseste as nossas iniquidades e, sob a luz do teu rosto, os nossos pecados ocultos” (Sl 90.8)!

O inquérito judicial contém *acusação* e *elogio*. A acusação é introduzida em Ap 2.4,14,20 por intermédio da formulação típica “tenho contra ti”. De acordo com Mt 5.23 ela significa: apresentar-se como adversário no processo. No AT Deus frequentemente fala contra o seu povo como adversário litigioso. Aqui Cristo o faz em relação à sua igreja. O contraste disso aparece em Rm 8.31-34: “Deus está a favor de nós”, porque Cristo intercede por nós. Por isso o triunfo no processo: quem será contra nós! Entretanto, nas mensagens às comunidades o defensor passa para a acusação! Então a inversão do triunfo de Rm 8 também é pertinente: quem será a nosso favor, quando Cristo estiver contra nós? Quem, então, ainda poderá nos socorrer? Que ainda nos acalmará? Somente uma única pessoa: o próprio Jesus! Diante de Jesus somente podemos fugir para Jesus. Diante da acusação por causa de nossas obras somente há salvação nas obras dele.

Mesmo igrejas acusadas recebem um louvor. Apenas Laodicéia obtém somente críticas, assim como Esmirna e Filadélfia ouvem somente elogios. Mesmo quando o Senhor não consegue externar nenhum louvor, ele ainda assim declara expressamente o seu amor (Ap 3.19). A nenhuma das igrejas ele fala acerca da sua ira.

#### *d. Chamado ao arrependimento, respectivamente palavra de exortação com promessa*

Os *chamados ao arrependimento* não são emitidos aleatoriamente para todos, mas endereçados unicamente às cinco igrejas criticadas. Cuidado pastoral tampouco significa que se diz tudo o que se sabe, mas somente o que é necessário e útil, e fazendo-o com amor. Em conseqüência, tudo se subordina ao cuidado espiritual. As igrejas apenas elogiadas não obtêm um chamado ao arrependimento, mas em troca uma *palavra de exortação* (Ap 2.10; 3.11; e a parcela fiel de Tiatira, em Ap 2.25), pois também elas ainda estão a caminho. “Aquele, pois, que pensa estar em pé veja que não caia” (1Co 10.12). De acordo com as mensagens às igrejas, não é toda comunidade que tem de fazer penitência, mas todas elas têm de lutar e vencer.

*Arrepende-se* significa, conforme Ap 16.9,11; 9.20: de joelhos, dar honras a Deus, depois de afastar-se de outros senhores diante dos quais se estava ajoelhado. Arrependimento, portanto, é definido da mesma forma como em 1Ts 1.9: afastar-se dos ídolos e chegar-se a Deus! Quem ainda se ajoelha diante de ídolos e lhes concede a honra é um rebelde contra Deus e está em pé de guerra com ele (Ap 2.16). No concernente à força do arrependimento, o encerramento do NT coincide com o seu começo. De acordo com Mt 3.2 nos arrependemos *porque* o reino de Deus está próximo.

Arrependimento não é um ato interesseiro, para que o reino de Deus venha. Pelo contrário, é ato decorrente. Não abrimos as venezianas para que o sol brilhe, mas porque ele brilha.

É isso que acontece nas mensagens às igrejas: arrependimento acontece sob a pregação de Cristo. Anuncia-se o Cristo de ontem: lembra-te e arrepende-te (Ap 2.5; 3.3). Proclama-se o Cristo de hoje: com amor ele está diante da porta e bate: “Arrepende-te” (Ap 3.19,20). Anuncia-se o Cristo vindouro: “Eu venho, arrepende-te” (Ap 2.5,16; 3.3).

A força para o arrependimento depende da proclamação de Cristo. Quando ela define, o arrependimento, mesmo na melhor das intenções, não passa de mera encenação.

A palavra do arrependimento sempre vem acompanhada da *palavra de advertência* para o caso da impenitência (Ap 2.5,16,21,22; 3.3,16). O correspondente positivo é o oráculo para o vencedor. Sempre há conseqüências. O chamado ao arrependimento jamais retorna vazio.

Na maioria das vezes a palavra de advertência é introduzida com: “Mas se não” (cf. Lc 13.9). Nessa fórmula aparece a possibilidade negativa. O NT leva o perigo da apostasia a sério (Hb 6.4-6; 10.26-31). O tom é terminante: se não, então não! Então não será possível de outro jeito. Não somos “salvos de qualquer maneira”. Nem Deus nem o pecado são inofensivos.

As conseqüências prometidas são introduzidas diversas vezes pelas palavras: “Eu venho a ti” ou “sobre ti” (Ap 2.5,16; 3.3). Essa formulação assinala o lado hostil e assustador da sua vinda, diferente do elemento consolador: “Venho sem demora!” (Ap 3.11).

#### *e. Ditos de gravação*

Todos os ditos de gravação, literalmente idênticos (Ap 2.7,11,17,29; 3.6,13,22), contêm a palavra “igrejas” no plural, ao contrário das ordens para que o vidente escreva. Por conseguinte, regularmente generalizam a mensagem para além da realidade local. – Seu chamado: “ouça!” pressupõe duas coisas:

O Espírito fala às igrejas! Isso não é um contraste com a fala de Cristo após as auto-apresentações, mas está em acordo com a doutrina joanina do Espírito Santo. De certa forma, o Espírito é o “outro Cristo” (Jo 14.16 – afinal, também Cristo é um “Consolador” conforme 1Jo 2.1). Nele, portanto, a igreja depara-se novamente com Cristo. Ele torna “vivas” as palavras de Cristo (Jo 6.63), mas de si mesmo não traz palavras novas (Jo 14.26; 16.13).

O Espírito realiza sua obra de Consolador de duas maneiras, tanto nos discursos de despedida quanto também nas missivas às comunidades: ele julga e ergue. Julga as igrejas, nas mensagens, através de acusação, chamado ao arrependimento e palavra de advertência, mas também julga o mundo, desmascarando-o como nicolaítas, balaamitas e Jezabel, cf. Jo 16.8-11. Por outro lado, ele anima a comunidade pelo elogio, pela palavra de exortação e pela promessa de vitória, sobretudo pelas auto-apresentações de Cristo (conforme Jo 16.14, é o Espírito que glorifica a Cristo!). Faz recordar o Cristo de ontem (Jo 14.26) e o Cristo vindouro (Jo 16.13). Assim, a memória daquele que veio e a vigilância em relação àquele que está vindo se encontra nas mensagens às igrejas. Pelo fato de julgar e animar, ele é o “Espírito da verdade” (Jo 14.17; 16.13). Ele conduz para toda a verdade sobre Cristo, assim como leva o ser humano para diante de Cristo.

De acordo com Jo 14.17,22, assim como de acordo com os ditos de gravação, o Espírito fala enfaticamente às igrejas, e somente a elas. Tão logo ele fala a uma pessoa, ela já não é mais cega e ignorante. Porém ele fala a todas as igrejas, também a Laodicéia. Nenhuma igreja se encontra, em suas reuniões, desprovida do falar do Espírito. Na prática, isso é uma marca da igreja ou uma característica de que está sendo amada (Ap 3.19). É por isso que são benditos os visitantes de reuniões de comunidades em que o Apocalipse é lido em voz alta. Obviamente nem tudo que é falado no âmbito da congregação é voz do Espírito. É preciso examinar (Ap 2.2; 1Jo 4.1).

A segunda premissa de “Ouça!” nos ditos de gravação é o fato de que a comunidade recebeu “um ouvido” (= sentido da audição), tal como outrora havia sido prometido a Israel (Dt 29.4). Essa é a dupla ação do Senhor: ele cria tanto o ouvinte quanto a palavra. Ele não gera nenhuma fala sem que alguém entenda, e nenhuma capacidade de ouvir sem que alguém fale. No milagre das línguas e da audição em Jerusalém, At 2 proclama de maneira significativa e programática essa ação perfeita no começo da era da igreja. Somente quando estão juntos esses dois aspectos fazem da igreja uma igreja. Ouvidos capazes de ouvir a voz de Deus, portanto, são igualmente características da igreja. “Quem é de Deus ouve as palavras de Deus” (Jo 8.47; 10.27; 18.37).

O Espírito fala às igrejas, e a igreja tem ouvidos para ouvir. Essas duas dádivas presenteadas por Deus levam a uma responsabilidade intensificada: ouça! Quem tiver um ouvido, também deve ser todo ouvidos e apegar-se “com mais firmeza, às verdades ouvidas” (Hb 2.1). Muitas vezes, o NT adverte apontando para o povo da aliança, que se endureceu (Ez 2.4-7; 3.4-10; Hb 3.7-11). Em analogia, a igreja, mesmo tendo um ouvido e não sendo surda, poderia ser *como* surda, e mesmo não sendo mundo, poderia ser *como* o mundo. E quem for surdo, em breve também será surdo-mudo. Dessa maneira a oração e o testemunho definham.

Os ditos de gravação dirigem-se contra esse perigo de uma igreja que se afunda na surdez. São palavras de despertamento por graça, um Efatá (Mc 7.34). Cada igreja recebeu seu Efatá.

#### *f. Oráculo do vencedor*

Os oráculos do vencedor encontram-se de certo modo contrapostos às palavras de advertência, de sorte que no instante do chamado ao arrependimento as comunidades se encontram entre promessa e advertência, entre vida e morte. Independentemente da decisão tomada, de uma forma ou outra ela trará conseqüências de longo e profundo alcance. É nessa estonteante tensão que os ditos de gravação ecoam todas as vezes.

Cada igreja, portanto, recebe um oráculo do vencedor (Ap 2.7,11,17,26; 3.5,12,21) e tem condições de vencer. Esse é o parágrafo primeiro do aconselhamento pastoral cristão. Há esperança para cada um. Cada pessoa pode “ser mais que vencedor por meio daquele que nos amou” (Rm 8.37).

“Vencer” é termo preferido de João (ele é responsável por 24 das aproximadamente 30 ocorrências no NT). Por um lado, ele menciona *ter* vencido, a vitória consumada pelo Senhor Jesus Cristo (Jo 16.33; Ap 3.21; 5.5), da qual os fiéis já participam hoje (1Jo 2.13,14; 4.4; 5.4,5). Contrastando com isso, em quatro passagens (além dos sete oráculos do vencedor) ele fala de uma vitória ainda por chegar (Ap 12.11; 15.2; 17.14; 21.7).

Ou seja, a vitória consumada de fato ainda não está consumada? O que ainda falta? Na verdade, a vitória de Cristo e a vitória de fé da igreja já foram consumados, porém ainda não celebradas. Há refregas após a vitória, que contestam a vitória. Evidentemente, isso é difícil de compreender para a igreja e leva a duas conclusões equivocadas:

Se a vitória está consumada, podemos festejar imediatamente! Desta forma, são realizadas absurdas festas no campo de batalha, sem que se dê atenção às investidas traiçoeiras de Satanás. Esses festejos equivocados repetidamente causam graves perdas espirituais. Na Sexta-Feira da Paixão se ouviu: “Está consumado!” (Jo 19.30), todavia ainda não: “Tudo está feito!” (Ap 21.6). Até lá a vitória do Cordeiro ainda tem inimigos ativos, se bem que já derrotados.

Outra falha está na conclusão: se a vitória ainda não pode ser festejada, então ainda não foi consumada! O calor da tribulação causa espécie (1Pe 4.12) e seduz a duvidar da vitória consumada na Sexta-Feira da Paixão. A afirmação correta deve ser: justamente porque a vitória de Cristo deve ser levada tão a sério, a luta é tão acalorada e tão pertinaz.

Cumpra enfatizar, para melhor compreender João: a vitória que ainda falta não melhora de forma alguma a vitória já conquistada pelo Cordeiro. A vitória no final não é uma nova vitória, mas nada mais que a vitória do começo. Contudo, agora é uma vitória carregada pelas aflições e conservada com fidelidade. Do mesmo modo, os vencedores no final são os mesmos que estavam sob a cruz. Eles venceram “pelo sangue do Cordeiro”.

Agora finalmente largam a armadura, encostam a espada na parede e se deitam à mesa. E o Senhor novamente se cingirá, andará de um ao outro, e os servirá (Lc 12.37, que é, conforme Bengel, a maior promessa da Sagrada Escritura). Todos os oráculos do vencedor falam dessa comunhão perfeita com Cristo. Isso se dá em figuras sempre renovadas, sempre mais audaciosas.

Os *prêmios* colocados são introduzidos com “Eu darei”. Também nas festividades imperiais eram anunciadas recompensas. O príncipe desse mundo tem algo a oferecer: “Tudo isto te darei se, prostrado, me adorares” (Mt 4.9). Os prêmios anunciados por Jesus Cristo dão impressão de serem exagerados. Não estão em nenhuma proporção com a “realização” e, por isso, não serão “recompensa”, mas graça, uma graça que transcende todos os conceitos, da parte daquele que ama (Ap 1.6).

## 1. À igreja em Éfeso, 2.1-7

- <sup>1</sup> **Ao anjo da igreja em Éfeso escreve: Estas coisas diz aquele que conserva na mão direita as sete estrelas e que anda no meio dos sete candeeiros de ouro:**
- <sup>2</sup> **Conheço as tuas obras, tanto o teu labor como a tua perseverança, e que não podes suportar homens maus, e que puseste à prova os que a si mesmos se declaram apóstolos e não são, e os achaste mentirosos;**
- <sup>3</sup> **e tens perseverança, e suportaste provas por causa do meu nome, e não te deixaste esmorecer.**
- <sup>4</sup> **Tenho, porém, contra ti que abandonaste o teu primeiro amor.**
- <sup>5</sup> **Lembra-te, pois, de onde caíste, arrepende-te e volta à prática das primeiras obras; e, se não, venho a ti e moverei do seu lugar o teu candeeiro, caso não te arrependas.**
- <sup>6</sup> **Tens, contudo, a teu favor que odeias as obras dos nicolaítas, as quais eu também odeio.**
- <sup>7</sup> **Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas: Ao vencedor, dar-lhe-ei que se alimente da árvore da vida que se encontra no paraíso de Deus.**

A auto-apresentação do edito da mensagem (cf. EXCURSO 1b) retoma Ap 1.13,16. Nesse ínterim, o mistério das estrelas e dos candelabros foi interpretado, em Ap 1.20, como referente à igreja num aspecto duplo. No segundo aspecto, na figura dos candeeiros, permanece a presente mensagem à igreja (v. 5).

- 1 O Senhor **anda no meio dos sete candeeiros de ouro**. A posição central significa mais do que indicação de lugar, a saber, posição-chave. Como Sumo Sacerdote (Ap 1.13) ele abastece as lâmpadas com óleo (cf. Zc 4.2). A fonte de luz é Ele, e não elas. Fica igualmente sugerido o tema da purificação dos candeeiros, ou seja, a autoridade do Senhor como Juiz (Ap 2.5).

A novidade em comparação com Ap 1.13 é que o Senhor *anda* no meio das igrejas. Em Lv 26.12; Dt 23.14 o AT fala de Deus andando entre seu povo. Esses paralelos dos primórdios de Israel dificilmente podem ser ignorados, muito menos, porém, a passagem da proto-história da humanidade, a saber, Gn 3.8. Nesse episódio, a expressão torna-se bem translúcida. Ela assinala a comunhão paradisíaca entre Deus e as pessoas. Visto que no oráculo do vencedor realmente aparece o termo “paraíso” (v. 7), cumpre ficar de olho na questão, se o trecho todo é ou não orientado, no fundo, por Gn 2,3.

O inquérito judicial (EXCURSO *1c*) investiga da vida eclesial em Éfeso sob o ponto de vista da tríade: “trabalho – perseverança – amor”. As duas primeiras áreas merecem elogios. A igreja, que não é mais jovem, leva avante a obra. Não se tornou negligente neste meio tempo. Seu Senhor sabe que ela continua trabalhando sem se agastar. É digno de nota que o termo “labor” – “trabalhar”, que tinha a conotação do trabalho duríssimo ou esforço árduo, tornou-se termo técnico para o trabalho missionário cristão (p. ex., 1Ts 1.3; 2.9; 5.12 e aproximadamente outras 20 vezes; também em Ap 14.13).

Em conexão com esse ponto volta-se a falar da perseverança pela vinda de Jesus, muito semelhante a Ap 1.9, onde o conceito foi analisado extensamente. Ali combinava-se tribulação e perseverança, aqui são a labuta missionária e a perseverança, no v. 3 suportar a cruz e perseverar, em Ap 2.19 ação de serviço e perseverança, em Ap 13.10 fé que confessa e persevera, e em Ap 14.12 obediência de fé e perseverança. As referências nos mostram com que intensidade a expectativa de Cristo determina o comportamento atual. Nem se fala de escapar para o futuro! As tarefas do cotidiano são atacadas de forma mais esperançosa justamente na proporção da intensidade com que se aguarda transformações divinas. A antiga palavra profética de Is 40.31 vale dupla e triplamente à luz da expectativa cristã imediata: “os que esperam no Senhor renovam as suas forças, sobem com asas como águias, correm e não se cansam, caminham e não se fatigam”. Quem não tem esperança, em breve tampouco estará correndo. Permanece onde está e aceita o que aparece no momento. Faz as pazes com o hoje: “comamos e bebamos, que amanhã morreremos” (1Co 15.32).

- 2 Como um exemplo dessa energia que fluía da esperança para a vida eclesial em Éfeso, o Senhor menciona a força de superar criticamente manifestações da atualidade: **não podes suportar homens maus, e que puseste à prova os que a si mesmos se declaram apóstolos e não são, e os achaste mentirosos**. Obviamente essas pessoas não se apresentavam de antemão como os “maus”. Pelo contrário, alegavam experiências espirituais extraordinárias, usurpando, por isso, autoridade apostólica, ou seja, autoridade fundamental. Seus ouvintes pareciam ter todos os motivos para se submeterem à reivindicação de liderança por parte deles. A opinião geral lhes era favorável.
- 3 Tanto mais digna de reconhecimento é a atitude da comunidade em Éfeso, que segundo 2Co 11.3,4,13-15; Gl 1.6-9; 1Ts 5.20,21 e 1Jo 4.1-3 costumava submeter os apóstolos à prova. Na medida em que a igreja aguardava a vinda de Cristo, tudo o que era atual se tornava provisório e questionável, por mais que se agigantasse diante dela. “*Examinai tudo!*” (1Ts 5.21 [RC]). Quanto mais sensacional algo se mostrava, tanto mais a igreja se sentia impelida para uma implacável crítica cristã: qual é a posição que vocês dão a Jesus enquanto Palavra encarnada e Crucificado, o portador do nome acima de todos os nomes, ao qual se dobrarão todos os joelhos? Essa verificação era incômoda para os examinados. Vingavam-se trazendo sofrimento aos fiéis. Sim, **tens perseverança, e suportaste por causa do meu nome** (“por amor do meu nome”). Será que nesse ponto é realmente necessário ser tão perseverante? É certo manter essa posição estreita? Não seria possível deixar as coisas correrem um pouco soltas? Quantas vezes uma solução assim deve ter se oferecido! Mas depois de um demorado e tortuoso processo de seleção, constata-se acerca de Éfeso: **não te deixaste esmorecer**.

Somente no fim dessa prova conflituosa flamejam diante dos olhos de todos os termos-chave que subitamente estabelecem a relação com Gn 3: **homens maus, e que puseste à prova... e os achaste mentirosos**. Aqui, maldade não é simplesmente uma flagrante maldade moral, mas uma incredulidade difícil de ser perscrutada. Os hereges elevaram-se a uma alta espiritualidade por meio de mentiras. Era por isso que se repetia Gn 3. Lá, nos primeiros começos (Jo 8.44), Satanás já era o

chefe dos mentirosos, apresentando-se como aparente teólogo. Suas vítimas são aparentes filhos de Deus, assim como Jesus acusa os judeus, cujo verdadeiro pai não é Deus, mas o diabo. Assim, a igreja em Éfeso enfrentou a astúcia satânica nesses mentirosos.

Desde o começo, Satanás não apenas é o mentiroso, mas também o homicida, ou seja, desde Gn 3.4. Astúcia ou violência, sedução ou perseguição são seus dois caminhos para o mesmo alvo: apagar a vida e destruir o paraíso. O ser humano deve decair de Deus como a folha cai da árvore, e secar. Todas as comunidades têm a ver de uma ou outra maneira com essa serpente e com sua tentação do cristianismo aparente ou a perseguição anticristã. Já em Mt 24.9-11 o Senhor declarou aos discípulos: “Sereis perseguidos e sereis enganados”. Quando o inimigo não obtém sucesso fácil pela hostilidade aberta, ele tenta usar a aparência da fraternidade. Entretanto, independentemente se a perseguição é com violência ou com “benefício”, o alvo inalterado é causar a queda.

Nesse ponto, cabe fixar uma preocupação fundamental do livro: pelo fato de que por trás do ato violento como também do ludíbrio tentador está o mesmo, Satanás, também é possível que de repente ele troque uma tática por outra. E de fato trocará! Numa visão geral, a tolerância ainda predominava nas sete cidades. Como profeta, porém, João anuncia a virada da brutalidade. A história se repete: os mesmos lábios que exclamaram Hosana, gritaram certa vez os coros falados: Fora, fora! (Jo 19.15). O mesmo Pilatos, que por três vezes tentou libertar Jesus, entrega-o por fim aos algozes. As comunidades na província da Ásia experimentariam situações semelhantes. O Apocalipse era preparação para o martírio. Sua profecia se cumpriu. E pelo fato de que depois isso realmente aconteceu, o livro experimentou uma divulgação extraordinária. João havia revelado de modo pertinente o que é e o que será: é sedução, será perseguição! O v. 6 dará ocasião para abordar os movimentos de tentação na província mais de perto. Agora, a partir da mesma justiça que constatou e deixou valer ponto por ponto o que era digno de louvor, segue-se uma implacável acusação (EXCURSO 1c). A tríade *trabalho – perseverança – amor* (cf. o exposto sobre Ap 2.1) em Éfeso não está mais incólume. A terceira coluna – o amor – está se esmigalhando. Já 1Co 13 abordou uma cisão entre serviço prático e amor. Por meio dela tudo perde seu valor, inclusive o louvável “ódio” ao mal no v. 6.

- 4 Alguns comentários exegéticos constataram aqui a crítica de que Éfeso teria negligenciado o primeiro amor, i. é, a instituição da ceia de amor do cristianismo primitivo e, conseqüentemente, a assistência aos pobres. Na igreja, o aspecto social teria sofrido em favor do aspecto dogmático (v. 2,3). A situação teria evoluído para a mal-afamada atitude correta e ativa sem amor. A idéia é preciosa e poderia ser escorada com Mt 7.21-24. Contudo, será mesmo que é referida aqui?

Para outros, o “primeiro amor” é o amor da noiva, ou seja, uma singular intimidade e ligação com Cristo, o noivo (cf. Ap 22.17). Nesse contexto lamenta-se que a expectativa da volta de Cristo está enfraquecendo em Éfeso e aduzem-se paralelos como Os 2.9,17; Ez 16.43. Entretanto, no contexto das mensagens às igrejas é mais plausível que seja o amor ao amigo (Ap 3.19,20; cf. Jo 15.15; também as passagens joaninas do amor do discípulo estão distantes da figura de uma relação de noivos; Jo 16.27; 21.15-17). Será que, conforme tudo o que constatamos até aqui acerca desse texto, não estaria se falando da comunhão paradisíaca, do amor dos tempos originários? Assim como a humanidade vivia na condição originária com Deus, assim também a igreja vivia com seu Senhor. Naquela época, quando a igreja veio a existir pelas grandes ações de criação da parte de Deus em Jesus Cristo, nascida do amor crucificado e ressuscitado, e despertada para corresponder com amor (1Jo 4.10 “amou primeiro”) – isso era “paraíso”.

A igreja em Éfeso havia abandonado o primeiro amor, não como um ato de rejeição, e sim de esquecimento (v. 2,3). Assim como se empenhava com disposição pelo presente e pelo futuro (v. 2,3), assim sofria de um esquecimento perigoso do seu tempo inicial e originário. Ela defendia algo dos hereges que ela própria não possuía mais de forma viva. Examina a outros e exige: não há outro evangelho! Examina-te a ti mesma! (cf. 3.17; Rm 2.17-21). Tu mesma não vives mais no que é originário e essencial, motivo pelo qual tua vida é infrutífera e irrelevante. Teu próprio candeeiro poderia ser retirado (Jo 15.5-8).

Permanecer no primeiro amor não deve ser confundido com ficar parado no começo, o que de antemão excluiria qualquer crescimento. O Senhor quer progresso sobre o chão do começo (Ap 2.19), i. é, sobre o fundamento, não porém afastando-se da base inicial. Isso seria apostasia. A apostasia gosta de exibir-se como progresso. Essa constatação conduz novamente ao tema da aparência, da mentira e da sedução. Essa aparência de exceder o Cristo crucificado e ressuscitado (cf.

1Co!) faz parte da natureza anticristã. As pessoas presumem ter há muito tempo aquilo que ele trouxe. Contudo, para um suposto avanço, o “primeiro amor”, o vínculo originário ao próprio Cristo, aparece como empecilho.

Esse primeiro amor esfriará em muitos (cf. Mt 24.12). No centro da fé cristã manifesta-se a morte por congelamento. O testemunho de Cristo torna-se algo apenas formal (2Tm 3.5).

Esse desvio evolui para um fenômeno geral, de maneira que a igreja tem dificuldades em se afirmar. No entanto, ela *tem* de se afirmar nessa questão. Por amor à sua incumbência ela não pode fazer parte da massa e tornar-se igreja de aparência. É essa a sua verdadeira luta: perseverar até o fim (Mt 24.13), permanecer no “primeiro amor” até os tempos derradeiros.

Em seus últimos dias, o sofrimento do Senhor Jesus Cristo foi um paradigma para o sofrimento dos últimos tempos do mundo (q1 49). Em muitos o amor originário esfriou. Seus discípulos o abandonaram. A injustiça alastrou-se. Uma enxurrada de egoísmo, discórdia, traição, difamação, mentira e crueldade ameaçava arrastá-lo consigo. “Tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até ao fim” (Jo 13.1).

Cabe interpretar ainda, na presente e em muitas outras passagens das missivas às igrejas, a interpelação com o tu. Ela visa o tu da igreja, prefigurado em inúmeros textos do AT (p. ex., Is 43.1). Trata-se de culpa da igreja, juízo sobre a igreja, arrependimento da igreja e vitória da igreja. Quando precisamos admitir a culpa da igreja, às vezes nos tornamos ainda mais orgulhosos e obstinados do que quando temos de confessar culpa individual. O que há de mais tenebroso do que a comunhão do pecado! Ela se vinga em pecados individuais. As misteriosas bancarotas individuais nem são tão enigmáticas assim. Elas acusam a comunhão. Por isso, a disciplina eclesial somente pode ser defendida sob 1Co 12.26: “se um membro sofre, todos sofrem com ele”.

- 5 A palavra de arrependimento e advertência (EXCURSO *Id*) começa: **Lembra-te!** Também em Is 43.26; 44.21; 46.8,9 ela se encontra em estreita ligação com apelos ao arrependimento. Não se trata de um retrospecto saudoso. Quem reconhece que em sua vida a linha da bênção se parte, que o fio espiritual se rompe e que o avanço genuíno pára deve lembrar-se das iniciativas de Deus e tomar uma nova decisão a favor delas. O passado precisa tornar-se novamente um presente vivo. Não basta saber *que* é preciso arrepender-se. Pelo contrário, cabe perguntar *para onde* precisamos retornar. Para o ponto do qual nos desviamos! É por isso que o arrependimento frutífero sempre consiste em “lembrar-se”. Retornar para um lugar qualquer nos levaria tão somente a novos descaminhos.

A igreja não está sendo convocada a frequentemente fazer uma análise de seu pecado. Não está sendo dito: lembra-te em que situação caíste, mas **de onde caíste**. Conforme Ap 3.3, evoca-se aqui o tempo em que houve despertamento para a fé, quando Deus criou a igreja em Éfeso por intermédio de sua palavra. É provável que a menção da queda faça novamente alusão a Gn 3.

Ao mesmo tempo, essas recordações do estado originário da igreja são, para quem tem ouvidos, confirmações de que o Senhor, por sua parte, ainda é o mesmo hoje como naqueles dias. É por isso que a igreja pode voltar a ser a mesma. A infidelidade que se intrometeu não deve ter alcançado a anulação de tudo o que o foi antes. O Senhor ainda não está riscando ninguém, mas está sublinhando. Aquele que chama é fiel, continua chamando (1Ts 5.24) e ainda está amando (Ap 1.5). Também a igreja deve sublinhar sua conversão mais uma vez através do arrependimento.

**Arrepende-te e volta à prática das primeiras obras.** Ainda não está presente o conceito do arrependimento incessante e que preenche a vida toda. Não arrependimento, e depois repetidamente arrependimento, mas arrependimento e depois frutos do arrependimento (Mt 3.8), a saber, as primeiras obras! São as obras que se realizam a partir da comunhão restabelecida com Cristo (Jo 15.1-8). É por isso que em Ap 2.26 são chamadas de “minhas obras”.

Mas **se não**, anuncia-se terminantemente, **venho a ti e moverei do seu lugar o teu candeeiro** (cf. EXCURSO *Id*). Quando Éfeso considerar de onde decaiu, reconhecerá que interiormente já traiu e desperdiçou seu lugar entre os sete candelabros. Seu estandarte de luz já se apagou, a comunhão do “primeiro amor” com Cristo já foi abandonada. Se houver arrependimento, tudo se torna novo. Do contrário, porém, o Senhor traz à luz o que é (Ap 1.19). Finalmente a igreja seria reconhecida também exteriormente como não-mais-igreja (Mt 5.12-16). Essa expulsão poderia evocar novamente Gn 3.24. O v. 7 conduzirá expressamente de volta àquele capítulo do AT.

- 6 Depois dessas palavras assustadoras, transparece mais uma vez um tom de reconhecimento, como se a justiça do juiz estivesse preocupada por ter ignorado um aspecto atenuante: **Tens, contudo, a teu favor que odeias as obras dos nicolaítas.**



Essas pessoas não são caracterizadas, mas apenas citadas e condenadas. Acaso a frase posterior deveria remeter ao v. 2, conferindo um nome adicional àqueles apóstolos falsos?

- 7 Quanto aos ditos de gravação cf. EXCURSO *Ie*, quanto ao oráculo do vencedor cf. EXCURSO *If*. Ao vencedor o Senhor promete dar uma comida, ou seja, uma ceia de vitória: **dar-lhe-ei que se alimente**. Para entender esse aspecto é preciso permanecer atento ao contexto: vencedores são aqueles que superam a tentação nicolaíta em nome de Jesus. Os nicolaítas (nota 193), afinal, também davam de comer, embora fosse carne maléfica, a saber, “carne sacrificada a ídolos”. No Oriente, porém, comer em conjunto é um gesto de comunhão e reconciliação. O convite de participar de refeições culturais do contexto gentílico visava a paz entre as comunidades e o paganismo. Uma paz podre e traiçoeira no meio do campo de batalha! A comunidade que se assentasse para tais celebrações com certeza seria devorada em pouco tempo. E o profeta os viu sentados despreocupadamente diante de sua última refeição!

O comportamento oposto, a rejeição dessa tentação, era expressa de forma figurada pela vigilância, pelo jejum, pelo uso da armadura e pela luta até que o Senhor venha e, por seu turno, convide para a refeição. Então há alimentação para a vida, **da árvore da vida que se encontra no paraíso de Deus**. Essa palavra remete nitidamente a Gn 2.9; 3.22,24 e encerra um trecho que em quase cada versículo denotava uma relação implícita com aqueles capítulos do AT.

Para os autores bíblicos, “paraíso” era um estrangeirismo (oriundo do persa). Naquele idioma designava um parque artificial cercado, como os grandes reis persas os mandavam instalar. Somente filhos do rei e pessoal da corte tinham acesso. Conforme Gn 2, o ser humano foi criado fora do paraíso. Tinha permissão de viver nele não por força de direito de nascimento, mas por pura benevolência de Deus. Conseqüentemente, viver no paraíso e fruir de seus frutos significa comunhão clemente com o Senhor do paraíso. A quebra dessa comunhão acarreta imperiosamente a expulsão do jardim de Deus.

Ezequiel (36.35) foi o primeiro a anunciar para o fim dos tempos um retorno dos tempos originários e do paraíso, uma idéia que obteve eco não somente no judaísmo, mas muito além dele entre as nações. O discurso de uma era de ouro, de circunstâncias paradisíacas, espelha o anseio da humanidade, que tem consciência de que não está mais em casa.

Finalmente, é instrutiva uma comparação com Ap 22.2,3. Aqui a árvore da vida se encontra no jardim, lá está situada na cidade. Aqui seus frutos são utilizados para satisfazer a igreja (provavelmente essa a acepção vem em consonância com Ez 47.12), lá suas folhas servem para sarar as nações. Aqui o tema é comunhão com Deus, lá o culto a Deus. João, portanto, não aplica mecanicamente a ilustração da árvore da vida, mas seleciona cuidadosamente pontos de comparação, para inseri-los no sentido do respectivo contexto. Para a comunidade em Éfeso, a questão do serviço não sofria nenhuma dificuldade (v. 2,3), ao contrário da comunhão com seu Criador e Redentor. Para este seu ponto mais necessitado ela agora obtém a promessa: comunhão perfeita com Deus em Jesus Cristo. Com essa promessa, o v. 7 retorna ao v. 1, a saber, à idéia do paraíso. Assim como lá Cristo instaura o paraíso por intermédio de seu andar entre as igrejas, assim ele consuma essa comunhão após o oráculo do vencedor, dando de comer da árvore da vida, da qual a humanidade havia sido proibida de comer até agora.

## 2. À igreja em Esmirna, 2.8-11

- <sup>8</sup> **Ao anjo (cf. nota 179) da igreja de Esmirna (cf. nota 180) escreve: Estas coisas diz o primeiro e o último, que esteve morto e tornou a viver:**
- <sup>9</sup> **Conheço a tua tribulação, a tua pobreza (mas tu és rico) e a blasfêmia dos que a si mesmos se declaram judeus e não são, sendo, antes, sinagoga de Satanás.**
- <sup>10</sup> **Não temas as coisas que tens de sofrer. Eis que o diabo está para lançar em prisão alguns dentre vós, para serdes postos à prova, e tereis tribulação de dez dias. Sê fiel até à morte, e dar-te-ei a coroa da vida.**
- <sup>11</sup> **Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas: O vencedor de nenhum modo sofrerá dano da segunda morte.**

- 8 Quanto à indicação do destinatário e à ordem para escrever, cf. EXCURSO *Ia*. Em relação à auto-apresentação (EXCURSO *Ib*) deve-se conferir com Ap 1.17,18. Sobre tudo a segunda dupla de

conceitos, que abrange a Sexta-Feira da Paixão até a Páscoa, orienta para o entendimento da mensagem seguinte. Até no oráculo do vencedor a missiva gira em torno do tema de morte e vida, expondo a trajetória da igreja de Esmirna com base no itinerário percorrido por Jesus. Enquanto a cidade de Esmirna, florescente centro portuário e comercial, não perdia em quase nada para Éfeso, sendo supostamente uma das mais lindas cidades da Antigüidade, a igreja de Esmirna apresentava um quadro especialmente precário. Justamente num ambiente assim, a tribulação permanente a provocava: é assim a igreja de Deus? Por essa razão, ao lhe ser anunciado que o seu aspecto coincidia intensamente com a aparência do Senhor, estava sendo consolada de um modo especial.

O inquérito judicial (EXCURSO 1c) não contém nenhuma repreensão. Traz ela, portanto, elogio por boas obras? Ao que parece, porém, a igreja não realiza nada. Ela tão-somente existe e sofre a ação de terceiros. A lei da ação reside integralmente no adversário, que a aflige, rouba e difama. Com palavras de Rm 8.36, os cristãos em Esmirna são “considerados como ovelhas que vão para o matadouro”.

- 9 Sobre essa situação o Senhor exaltado diz: **Conheço**. Ele conhece essa situação a partir de sua própria experiência, motivo pelo qual compreende a sua igreja. Existe uma noite em que não se pode agir, mas somente sofrer. Durante os dias da Paixão de Cristo a lei da ação igualmente passou para os seus adversários. Ele atestou a seus perseguidores: “Esta, porém, é a vossa hora e o poder das trevas” (Lc 22.53), e a Pilatos: “Tens poder sobre mim” (Jo 19.11 [tradução do autor]). Aconteceram os momentos em que silenciou diante das pessoas e estava amarrado à cruz. Nem sequer podia unir as mãos, e muito menos impô-las a alguém. Entretanto, como foi poderoso a sua ação pelo sofrimento! Quanta ação na Paixão! Ele exclama: “Está consumado!” A igreja em Esmirna uniu-se estreitamente a esse Senhor na paixão *dele*. Formam-se nítidos paralelos por meio de três conceitos:

A **tribulação** (cf. o comentário a Ap 1,9), desdobrada nos v. 9b,10, recorda ao leitor as “aflições de Cristo” (Cl 1.24), e a **pobreza**, a “pobreza dele” (2Co 8.9) no NT. De acordo com o comentário seguinte: **mas tu és rico!** deve ter-se tratado de pobreza material, talvez como manifestação colateral da tribulação (cf. Hb 10.34). Com demasiada facilidade, porém, a pobreza provoca danos espirituais. O termo grego (*ptochéia*) praticamente desenha diante de nós a imagem do mendigo agachado. Arisco e espantado, o pobre incomoda ao seu próximo. O judaísmo o desprezava, considerando-o como amaldiçoado por Deus. Nesse ponto insere-se o terceiro conceito: **blasfêmia** (“difamações”, “calúnia” [BV]). A pobreza torna a igreja questionável perante os judeus. Devem ser vistas no mesmo contexto as blasfêmias que Jesus teve de suportar: Lc 22.64,65; 23.39; Mc 15.29; Mt 27.39. Como uma figura tão deplorável combina com a verdade de que é amada por Deus?

No Apocalipse, o conceito da difamação, em geral muito amplo, aparece muito aguçado (Ap 2.9; 13.1,5,6; 16.9,11,21; 17.3): a soberania do Cordeiro é recusada consciente e desdenhosamente. Dessa maneira, o conceito adquire uma coloração anticristã. Ele caracteriza o antagonista satânico e seus asseclas desde a Paixão de Cristo; no presente caso, aqueles **que a si mesmos se declaram judeus**. Na província da Ásia vivia um contingente judeu antigo e influente. Quando essas cidades notoriamente se tornaram região de sucesso da missão cristã, incendiou-se a inimizade. Foram judeus que causaram a primeira e talvez também a segunda prisão de Paulo pelos romanos. Acerca de um ódio singular dos judeus contra os cristãos em Esmirna informa o historiador eclesiástico Eusébio. Parece ter-se desencadeado uma luta acirrada em torno do verdadeiro portador do nome honorífico “judeu” (cf. Rm 2.28,29) entre a sinagoga e os cristãos. Quem é verdadeiramente “judeu”, ou seja, eleito e enviado de Deus? Quem é povo de Deus, ou quem é povo de Deus na aparência, mas na verdade instrumento de Satanás?

O posicionamento perante o Eleito, Cristo, é decisivo; quando se testemunha ou blasfema a Cristo. Quem difama Cristo ou o degrada naqueles que o confessam promove a obra de Satanás e guerreia as guerras de Satanás (Ap 12.17), faz parte dos rebeldes do Sl 2, que se insurgem contra o Ungido. Com base nesse critério é proferida aqui a sentença por parte do Senhor exaltado contra os judeus daquela localidade: eles **não são, sendo, antes, sinagoga de Satanás**. À negação do nome de judeu corresponde a terrível definição pelo nome de Satanás. No evangelho de João é aplicado o mesmo parâmetro. Como os judeus assassinaram Jesus (Jo 8.37) e tentam matar seus discípulos (Jo 16.2), não têm mais a Abraão como pai – nesse linguajar “ter como pai” significa “ser discípulo dele” –, mas ao diabo. Pois odiar e matar é satânico, do mesmo modo que mentir e seduzir, atitudes que estavam em primeiro plano na mensagem a Éfeso (cf. o exposto sobre Ap 2.2). Em decorrência, muda-se o nome da sinagoga com a mesma justificativa que em Ap 11.8 o de Jerusalém.

**10** Ao elogio segue-se a palavra de exortação (EXCURSO *Id*), que abrange um anúncio de sofrimento e uma promessa. Com a expressão **não temas** João passa adiante o que ele próprio recebeu em Ap 1.17. A locução **as coisas que tens de sofrer** torna a avivar a memória dos relatos da Paixão. Cerca de vinte vezes fala-se neles do sofrimento de Jesus, às vezes combinados com a menção de que o Filho do Homem haveria de sofrer entre gentios (p. ex., Mt 20.19). Isto clareia a profundidade do sofrimento como um relâmpago: o homem de Deus nas mãos dos gentios! Sofrer entre irmãos pode ser entendido como medida de disciplina. É mais fácil imaginá-lo como um instrumento de Deus. Contudo, os ímpios certamente são instrumentos de Satanás. Nas mãos deles estamos inteiramente abandonados por Deus. “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (Sl 22.1). Esse é o cerne do sofrimento: o devoto parece estar desacreditado, seus críticos confirmados. Escarnecem: “O teu Deus, onde está?” (Sl 42.3). O próprio Jesus foi submetido a esse padrão: pelo menos no último instante ele deveria descer da cruz romana, se quisesse ser o amado Filho de Deus (cf. Mt 27.40-43). Contudo: “Estive morto” (v. 8).

Na verdade Deus não o rejeitou, mas o amou ininterruptamente, ainda que o tenha sacrificado. Pois unicamente por ser o Amado ele podia ser oferecido em sacrifício. Contudo, onde é sacrificado o amado, o amor se oculta. Isso é a Sexta-Feira da Paixão: não ausência, mas antes ocultação do amor de Deus, de maneira que as verdadeiras correlações não se tornam visíveis.

De Esmirna espera-se uma trajetória semelhante: **Eis que o diabo está para lançar em prisão alguns dentre vós**. O aprisionamento anunciado pressupõe a intromissão das autoridades gentílicas, em si desinteressadas. Como no caso de Jesus, quando os judeus não conseguem realizar suas intenções sem a autoridade gentílica. No entanto, sabem como fazer valer sua considerável influência, aliando-se com os gentios contra os cristãos. Isso confirma para a comunidade a impressão de que a sinagoga não é povo de Deus.

Como no v. 9, reconhece-se também aqui o **diabo** como o verdadeiro causador. Os perseguidores são pessoas seduzidas e carecem da intercessão (como em Lc 23.34).

Vistas de um bastião mais elevado, as detenções acontecem **para serdes postos à prova**. O termo grego para tentação pode ser vertido para o termo de raiz latina: “sereis sujeitos a experimentos”. P. ex., experimenta-se com um equipamento técnico, a fim de descobrir sua capacidade de produção em todos os sentidos. De forma análoga, a igreja em Esmirna está prestes a ser levada à banca de testes. Deverá ser testada a sua fidelidade. É esse o significado das tribulações. Também Cristo foi submetido a essas provas em sua trajetória (Lc 22.28,40; Hb 2.18; 4.15), as quais o colocaram na tensão máxima exterior e interior (Jo 12.27; Mt 26.38).

Também Esmirna recebe seu Getsêmani. **E tereis tribulação de (“durante”) dez dias**. A indicação de tempo faz recordar Dn 1.12,14, onde ela é expressão clara de um prazo breve (de forma similar em Gn 24.55; Nm 11.19; Jz 6.2-6). As tribulações são delimitadas por Deus. Apesar de entregue a gentios ou a Satanás, o Crucificado ainda assim estava nas mãos de Deus. Entregou seu espírito nas mãos de Deus! Deus é fiel, mesmo quando permite que seus amados sofram (1Co 10.13). Ele supervisiona o “experimento”. É por isso que esse parece ser moderado (Rm 8.18; 1Pe 5.10). – Para o historiador, nem a presente passagem nem Ap 2.13 formam o quadro de uma perseguição generalizada e fundamental dos cristãos, e nem para este momento nem para o futuro próximo. O mundo em redor é até tolerante com os judeus, o que no entanto não exclui uma repentina irrupção de violências por parte do povo em geral (cf. o exposto sobre Ap 2.3).

Não temas! Esse era o título da primeira metade do versículo. Independentemente do caminho que a igreja tiver de seguir, ela o andarà atrás de Jesus e em conjunto com ele. Jesus se apresentou a ela como aquele que está vivo, i. é, como santo contemporâneo dela. Nesse ponto reside a profunda diferença entre o caminho de Cristo e a caminhada dos cristãos: ele o percorreu em solidão extrema. Ninguém foi capaz de vigiar com ele. Ninguém podia compreendê-lo e dizer-lhe: “Eu sei!” Mas ninguém mais precisa passar pela solidão última. Para os seguidores de Jesus sempre será, mesmo em caso extremo, a “a comunhão dos seus (de Cristo) sofrimentos” (Fp 3.10). Por isso, não temas!

A segunda parte do versículo leva adiante: **Sê fiel até à morte**. Aqui a fidelidade seguramente é outra vez a fidelidade da língua de Ap 1.5. Sê uma testemunha fiel! No NT não é fiel simplesmente aquele que permanece na fé até a hora de sua morte, mas o que continua sendo missionário, o que não somente tem a fé mas que a testemunha inabalavelmente.

É improvável que o martírio esteja sendo anunciado para a comunidade toda. Porém a fidelidade que conta com todas as possibilidades está em jogo para a comunidade toda. Há de ser revelado se é

exigido o sacrifício extremo de alguém. Cada um é conclamado a ser fiel e a preferir morrer a negar a Jesus.

Jesus tornou-se “obediente até à morte” (Fp 2.8). Contudo a continuação daquele texto diz: pela cruz até a coroa. Também essa linha foi traçada para a igreja em Esmirna: **e dar-te-ei a coroa da vida**. Nas cidades da província florescia a prática de competições festivas, nas quais eram concedidas coroas de vitória. Três referências do NT tratam da coroa do mártir. Ele é o prêmio pela vitória na tribulação e provação. A vitória não consiste em conquistas e sucessos, mas no fato de que o provado não “cai”: não decai da fidelidade da testemunha (cf. 3.11; 12.11), nem do amor (Tg 1.12), nem da fé (2Tm 4.8).

Dentre todas as sete igrejas, a igreja em Esmirna é a que está mais fortemente situada nesse horizonte do martírio. Versículo após versículo são estabelecidos os paralelos com a Paixão de seu Senhor. Contudo, o Senhor torna translúcida a algema férrea do sofrimento, e atrás dela expande-se o horizonte da ressurreição e **da vida**. Esmirna é na verdade candidata à vida, não à morte. É aqui que reside a ajuda para ela. O aspecto perigoso do sofrimento reside na iminente atrofia e torcedura da alma. Pobreza facilmente torna alguém miserável, ser odiado leva a odiar, ser fustigado torna ladino. Sofrimento é um poder hostil (Ap 21.4). Por isso o Senhor Jesus Cristo não morreu tranqüilo e disposto como Sócrates. “Para aparar os efeitos perigosos do sofrimento para a igreja, a missiva lhe anuncia: não obstante toda a cruz, vocês estão trilhando um caminho positivo e correndo para os braços de um bom Senhor, que é o príncipe da vida e coroará vocês com vida.”

- 11** Novamente ressoam os ditos de gravação (EXCURSO *1e*): **Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas**. Cada comunidade tem necessidade de um sopro especial do Espírito de Deus. Para Éfeso foi dito: “Retornem ao estado originário do primeiro amor!” Agora prevalece a visão até o horizonte de vida do estado final. Considerem-se todos os dias como candidatos à vida. Sob tribulação, pobreza e difamação, permaneçam positivos! Gloriem-se até das tribulações (Rm 5.3), porque assinalam para vocês a comunhão com Cristo.

O oráculo do vencedor (EXCURSO *1f*) sublinha enfaticamente esse tema (nota 195). A **segunda morte** (Ap 20.6,14; 21.8) não é uma repetição da primeira, pois conforme Ap 20.14 a primeira morte é lançada para dentro da segunda. Da primeira morte afirma-se em Ap 21.4: “Ela não existe mais”, e quatro versículos adiante sobre a segunda morte: “Ela arde com fogo e enxofre”. Em decorrência, a segunda morte também é uma morte diferente, a saber, uma morte sem a subsequente ressurreição. Pelo fato de que o vencedor não sofrerá mais nada da segunda morte forma-se um paralelo com o Senhor Jesus. Também ele está cabalmente livre do poder da morte: “Sabemos que Cristo foi ressuscitado e nunca mais morrerá, pois a morte não tem mais poder sobre ele. Pois, quanto a ter morrido, de uma vez para sempre morreu para o pecado” (Rm 6.9,10 [BLH]). Nenhuma segunda morte para Cristo! Para ele a morte está morta, e a vida é realmente vida, sem uma margem de morte. Assim, a igreja na via da cruz está a caminho para a vida verdadeira, para dentro da claridade total.

### 3. À igreja em Pérgamo, 2.12-17

- <sup>12</sup> **Ao anjo** (cf. nota 179) **da igreja em Pérgamo** (cf. nota 180) **escreve: Estas coisas diz aquele que tem a espada afiada de dois gumes:**
- <sup>13</sup> **Conheço o lugar em que habitas, onde está o trono de Satanás, e que conservas o meu nome e não negaste a minha fé, ainda nos dias de Antipas, minha testemunha, meu fiel, o qual foi morto entre vós, onde Satanás habita.**
- <sup>14</sup> **Tenho, todavia, contra ti algumas coisas** (menores), **pois que tens aí os que sustentam a doutrina de Balaão, o qual ensinava a Balaque a armar ciladas diante dos filhos de Israel para comerem coisas sacrificadas aos ídolos e praticarem a prostituição.**
- <sup>15</sup> **Outrossim, também tu tens os que da mesma forma sustentam a doutrina dos nicolaítas.**
- <sup>16</sup> **Portanto, arrepende-te; e, se não, venho a ti sem demora e contra eles pelejarei com a espada da minha boca.**
- <sup>17</sup> **Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas: Ao vencedor, dar-lhe-ei do maná escondido, bem como lhe darei uma pedrinha branca, e sobre essa pedrinha escrito um nome novo, o qual ninguém conhece, exceto aquele que o recebe.**

- 12 Quanto à indicação dos destinatários e à ordem para escrever, cf. EXCURSO 1a. A auto-apresentação do edito da mensagem (EXCURSO 1b) retoma Ap 1.16. Determinará ela novamente o rumo da mensagem seguinte?

A auto-apresentação é tão breve que nada desvia dela, permanecendo unicamente um ponto central: a espada afiada de dois gumes. Nem mesmo se repete de Ap 1.16 que ela sai da boca do Juiz (o que ocorre, porém, no v. 16). Tudo concorre para uma nitidez contundente. Todas as tentativas de obscurecimento são traspassadas por esse Juiz, todas as misturas e borrões são discernidos. Como tema da mensagem podemos esperar: contra a mistura!

Essa espada é referida expressamente no v. 16 aos balaamitas, respectivamente aos nicolaítas. Várias vezes, a espada desempenhou um papel importante nas histórias de Balaão (Nm 22.23,31; 31.8; Js 13.22). Desse modo, delineia-se um quadro: esta missiva à igreja aborda a perigosa mistura do povo de Deus, tendo como pano de fundo a tribulação de Israel em sua época no deserto (cf. nota 193).

No v. 13, o inquérito judicial (EXCURSO 1c) traz um grande elogio.

- 13 **Conheço o lugar em que habitas.** Contra as expectativas, o Senhor não começa, como tantas vezes, com a atuação da igreja, mas com o seu lugar de moradia. Entretanto, como o lugar de atuação é importante para a atuação em si de uma pessoa (cf. o significado fundamental do “lugar”, nota 192)! Cristo não julga ignorando o poder das circunstâncias e da atmosfera. A igreja em Pérgamo vive num conjunto habitacional com Satanás. Como poderá viver aí como uma igreja?

Todas as cidades citadas eram áreas de influência de Satanás (Ap 2.9,24; 3.9). Contudo, Pérgamo era o **trono de Satanás**, centro da estratégia satânica. Qual era a razão dessa leitura profética? Visto que no Apocalipse o trono de Deus constitui a imagem central, estaremos lidando aqui com a figura contrária decisiva.

Será que se faz alusão ao fato de que o procurador romano residia nessa antiga cidade real (enquanto sua sede administrativa situava-se na capital daquele tempo, Éfeso)? Ou deve-se lembrar que já em 29 a.C. um templo fora dedicado ao imperador romano Augusto em Pérgamo, como local mais antigo e mais importante do culto ao imperador que vinha se alastrando? Ou será que Pérgamo se destacava como cidade do primeiro martírio (v. 13) na província? Ou será essa afirmação causada já pelo aspecto exterior, a saber, que o olhar era atraído para o gigantesco e imponente altar a Zeus, visível de longe a uma altura de 300 metros acima da cidade, e uma das sete maravilhas mundiais da Antigüidade? Contudo, é igualmente plausível a relação com o florescente culto à serpente salvadora (*Asklepios – Soter*), que naquela época mantinha duzentos santuários no mundo inteiro, e cuja sede central era representada por Pérgamo. Ainda hoje pode-se visitar uma piscina de mármore que fazia parte da atividade balneária e curativa. Mais tarde, atuou ali Galeno, o médico mais famoso da Antigüidade. Peregrinavam para lá enfermos de todo o mundo, e transmitiam-se anedotas e títulos (p. ex., salvador) que evocam os evangelhos. Os cristãos podiam perceber muitas dessas coisas como uma imitação diabólica de seu Salvador. Sobretudo a confecção e a adoração da serpente impelia o pensamento bíblico diretamente para a lembrança de Satanás. Finalmente, também a arte e a ciência experimentaram pontos altos nesse local. Recordemos o sistema de bibliotecas, igualmente o couro especialmente fino para a escrita, desenvolvido e produzido ali, que levou o nome da cidade ao mundo ao ser chamado de “pergaminho”.

Diante de todo esse quadro, recomenda-se não relacionar “trono de Satanás” com determinados prédios, mas antes com a cidade inteira, na qual os membros da comunidade viviam dispersos. Estava em questão algo ligado à atmosfera, a Pérgamo enquanto centro helenista em sua totalidade impressionante, com tudo o que dela irradiava em termos religiosos, culturais e políticos de forma tão atordoadora. Entretanto, quem diz helenismo, diz fusão (qi 11). A comunidade vivia no centro de um forno de fundição.

Considerando isso, o pensamento retorna à história de Balaão. Quem lê aqueles capítulos do AT sente como ele estremece diante da consciência de um ataque geral de Satanás ao povo de Deus. Está em jogo ser ou não ser. Ao mesmo tempo, um segundo paralelo merece ser preservado: Israel caiu nessa prova imediatamente após uma série de vitórias (Nm 21.21-35). Esse aspecto abriga uma tática do inimigo: ele espera pela tendência para a leviandade por parte do vitorioso. Também à igreja em Pérgamo se atesta uma vitória recentemente conquistada:

**Conservas o meu nome** (“Manténs firme o meu nome”). O termo “conservar” é demasiado inexpressivo. A questão era apegar-se com toda a força e agarrar-se com unhas e dentes. Algo estava

para ser arrancado da igreja (cf. Ap 2.25; 3.11). Convidava-se para soltar. Uma onda de perseguição passou por cima da comunidade. A luta girava em torno do nome Jesus.

Como tantas vezes no NT, a controvérsia com o ambiente inflamava-se nesse nome (Mt 10.22; 19.29; 24.9; Jo 15.21; At 5.41; 9.16; 21.13; 15.26; 1Pe 4.14; Ap 3.8): no choque com o culto à serpente poderia ter sido o nome do Salvador (cf. acima), contra o culto ao imperador mais tarde o nome de Senhor, diante do judaísmo a designação de Jesus como Messias ou Filho de Deus. Todos esses títulos são entendidos na confissão cristã como “nome acima de todo o nome”, elevando Jesus sobre todas as grandezas e solicitando ao imperador e aos deuses para que “se dobrem” (Fp 2.9,10). Muitas vezes o mundo em redor era magnânimo e teria tolerado a veneração de Jesus, se paralelamente pudesse ter prosseguido com a veneração de outros senhores e salvadores. Contudo, elevar esse Jesus como o único e verdadeiro Senhor e Salvador representava, enfim, o estopim, tão logo essa demanda era entendida. O mundo humilhado então se amotinava contra o nome Jesus e exigia da igreja que revogasse essa confissão.

As frases seguintes ampliam a impressão obtida.

**E não negaste a minha fé** (“E não negaste a fidelidade para comigo”). A acepção mais singela de “negar” é dizer não quando perguntado. Seu oposto é “confessar”: dizer sim diante de uma declaração (ambas as expressões em Jo 1.20). Conseqüentemente, havia em Pérgamo discussões duras e pressão maciça para que se renunciasse à fidelidade ao Senhor Jesus. Contudo, a igreja foi aprovada **ainda nos dias de Antipas, minha testemunha, meu fiel, o qual foi morto entre vós, onde Satanás habita**. Entrementes ficaram para trás os dias difíceis, repletos de trevas satânicas. Toda a comunidade havia se tornado o foco de ataques públicos, contudo Antipas foi a única vítima. Ele recebe o mesmo título de Jesus Cristo em Ap 1.5. Nisso expressa-se a estreita união de destinos. O Senhor o atrai para bem perto de si.

Quanto ao aspecto exterior do episódio, apenas se podem levantar suposições. T. Zahn associa a menção expressa de Satanás no presente texto ao culto à serpente. Talvez naquela exata oportunidade se realizasse em Pérgamo uma festa em honra dessa “salvadora mundial”. Confluíam peregrinos da província toda. As ruas, pelas quais se movia a procissão, estavam lotadas, num clima extremamente tenso. Então Antipas, conhecido como cristão, é notado e encarado como espectador crítico. O mero silêncio já pode ser eloquente! Ele é desafiado, mas permanece firme até a morte. Parece que se tornou vítima do fanatismo. Nada denota uma perseguição planejada e um processo judicial.

- 14 Entretanto, mesmo contra essa igreja, que naquele tempo não se deixou intimidar, que saiu aprovada de uma grave pressão, dirige-se agora a acusação de seu Senhor (EXCURSO 1c): **Tenho, todavia, contra ti algumas coisas** (“Tenho, contudo, contra ti uma ‘*ninharia*’” [tradução do autor]). O ponto a criticar é tudo menos insignificante e no v. 16 seguem-se tons extremamente ásperos, de modo que não se pode falar de repreensão leve. Por isso, recomenda-se colocar “ninharia” entre aspas. É uma suposta ninharia. Por trás de tudo está a conversa dos balaamitas: convenhamos, não devemos dar tiros de canhão em passarinhos! Na verdade, porém, essas supostas questões insignificantes punham em risco toda a aprovação e determinação da igreja.

O conselho que Balaão deu ao rei Balaque (Nm 31.16; 25.1-3) consistia de algo “insignificante” quando comparado à preparação de uma batalha de campo: “convida-os a participarem no culto aos ídolos (e para a imoralidade comum nessas ocasiões)! Não lhes envies um grande exército, mas pequenas donzelas!” Trata-se, portanto, de uma ninharia no sentido de uma armadilha. “Tens entre ti alguns daqueles que se apegam à doutrina de Balaão, que ensinou Balaque a **armar ciladas diante dos** (‘seduzir os’) **filhos de Israel** (para a apostasia,) **para comerem coisas** (‘carne’ [cf. TEB, BJ]) **sacrificadas aos ídolos e praticarem a prostituição** (‘imoralidade’)”.

É doloroso que também no presente contexto tenhamos de encontrar o conceito “apegar-se”, do v. 13 (como igualmente no v. 15): nas duas vezes fala-se de agarrar persistentemente, uma vez, porém, em relação ao nome de Jesus, outra vez em relação ao conselho de Balaão. Esses dois tipos de apego pareciam ser conciliáveis em Pérgamo. Contudo a espada do Senhor intervém. Não são conciliáveis!

O consumo de carne sacrificada a ídolos refere-se a refeições no contexto de cultos gentílicos. As próprias divindades que doavam a carne dos animais que lhes haviam sido ofertados eram consideradas senhores da mesa. Dessa maneira, os participantes usufruíam da comunhão com os deuses (cf. 1Co 10.20). Ao mesmo tempo, essas celebrações significavam auges e compromissos sociais. Era difícil ficar de fora quando os parentes ou conhecidos convidavam. Paulo já se defrontara com esse problema (p. ex., 1Co 8–10). A princípio, a carne era para ele uma questão neutra, contudo



seria possível consumi-la “em si”? Como fica o contexto? Assim que é ingerida em honra aos deuses, a carne recebe uma marca negativa, e então vale: “fugi da idolatria” (1Co 10.14).

Favorecidas por comilanças e alto consumo de vinho, essas refeições degeneravam para orgias descontroladas e imorais. Mais importante, porém, é a religiosidade que estava por trás, que dominava todos os cultos do Oriente Médio e, assim, o contexto de Israel, a saber, o endeusamento das forças naturais e sensuais. A terra era considerada a deusa-mãe. Ela se torna fértil quando o jovem deus do céu, denominado de Baal, semeia sobre ela suas chuvas. No culto, esse matrimônio de deuses é celebrado, encenado e imitado em forma de “casamentos sagrados” em honra a Baal. Os profetas do AT e também João irreverentemente chamavam esses cultos aos deuses de **imoralidade**. Em Corinto, de acordo com Estrabo (geógrafo e escritor grego, falecido no ano 20) teria havido mil prostitutas sacrais permanentes. Esse costume também penetrou em Israel: 1Rs 14.23,24; 15.12; 22.47; Dt 23.18,19; Jr 2.20; 3.2,6; Os 4.12-14; conforme 2Rs 23.7, também uma vez no Templo de Jerusalém. Ez 23 constitui uma inflamada acusação contra o pecado de Israel.

Os cultos da Ásia Menor tinham uma flagrante semelhança com os cultos sírios e palestinos, de modo que João foi compreendido sem dificuldades quando relacionava palavras do AT com a situação das sete cidades. Um dos deuses preferidos do helenismo era Dionísio, em cujo serviço as pessoas se entregavam em êxtase à natureza e aos impulsos vitais. Especificamente na Ásia Menor, o objeto de veneração era a “grande mãe Cibele”. Ela é a “Diana” ou “Ártemis” dos efésios de At 19.24-35, que como deusa da fertilidade era retratada com muitos seios.

Obviamente a participação em tais cultos também solapava a moral na vida extra-religiosa. O ser humano grego tendia, até em seus mais nobres expoentes, para grande tolerância em relação à incontinência sexual. Paulo teve de enfrentar esse espírito no âmbito da comunidade, no qual se via a liberalidade sexual como prova da superioridade cristã (1Co 5.1). No mundo helenista, a imoralidade estava incrivelmente divulgada em todas as suas formas, a ponto de João vislumbrar a cidade da Babilônia, símbolo da humanidade civilizada daquele tempo, como “mãe da prostituição” (Ap 17.5).

Conseqüentemente, a expressão “praticar a imoralidade” incide sobre uma situação multi-segmentada. Ela significa aderir a cultos gentílicos, ou seja, decair de Deus, romper o “matrimônio” com ele. Esse adultério intelectual muitas vezes degenerava literalmente para a devassidão. O Primeiro Mandamento, que adverte contra outros deuses, está implicitamente ligado ao Sexto Mandamento, que adverte contra outras mulheres. Fidelidade é indivisível, tanto faz se é em relação a Deus ou à própria esposa. Essa “imoralidade” de sentido abrangente havia se aninhado na comunidade de Pérgamo de maneira especialmente firme e atrevida. Em Éfeso falou-se tão somente das “obras” dessa gente. Aqui se informa sobre a sua doutrina e sua atividade de doutrinação. Talvez resida nisso o avanço da prática pessoal para a justificação e propaganda públicas. Fazem escola e têm alunos.

Que faz a igreja? **Tu tens os que da mesma forma sustentam** (“se apegam” “seguem” [RC]) é uma expressão totalmente neutra, não revelando nenhuma tomada de partido. Não se pode dizer, como em relação a Éfeso: “Tens, contudo, a teu favor que odeias as obras dos nicolaítas” (Ap 2.6), nem como dos cristãos em Tiatira: “Tu os toleras” (Ap 2.20). Em Pérgamo, esses dois grupos e essas duas correntes de proclamação caminham simplesmente lado a lado. Contudo, essa neutralidade dentro da igreja constitui justamente o ponto de acusação contra a igreja em Pérgamo, que para fora testemunha de maneira tão corajosa. Como os mesmos homens ficaram calados, estranhamente calados! Isso é infidelidade na essência. A força para testemunhar ficou paralisada e foi interrompida num determinado ponto. Havia algo dentro deles que se entendia com os balaamitas e que tinha o efeito de um corpo estranho na sua relação com Jesus.

Afinal, o melhor esconderijo para a infidelidade é entre os que são fiéis. Ali ninguém a espera, nem mesmo a maioria dos próprios fiéis. O Senhor exaltado, porém, traz à luz o que está oculto. Sua espada não perdeu o fio. Com cortes seguros ele dissecou o foco da infidelidade. Também o mais fiel de todos deve examinar-se. “Aquele, pois, que pensa estar em pé veja que não caia”. Satanás é sobremodo astuto, e Jesus declara: “Habitas junto do trono de Satanás”.

- 15 O aspecto totalmente inesperado que aparece nessa revelação, bem como a profunda dor sobre ele, reside no tom da palavra final de acusação: **Outrossim, também tu tens os que da mesma forma sustentam** (“se apegam”) **a doutrina dos nicolaítas**. Ou os nicolaítas representam um segundo grupo ao lado dos balaamitas de cunho mais judaico (nota 193), ou o autor está dizendo: assim como

Balaque tinha o seu Balaão, assim os de Pérgamo tinham os seus nicolaítas. Os nicolaítas desempenhavam em Pérgamo o papel de Balaão.

- 16 Ao breve chamado ao arrependimento segue-se a palavra de advertência (EXCURSO 1d): **Portanto, arrepende-te; e, se não, venho a ti sem demora e contra eles pelejarei com a espada da minha boca.** Essa referência, bem como a outra em Ap 19.11, que falam da “guerra” de Jesus Cristo, previnem-se nitidamente contra um entendimento literal (nota 162). Contudo Cristo julgará, e os Balaãos sempre são tratados com dureza (Nm 31.8; Gl 1.7-9; 5.12; e, a seguir, o v. 22). O tribunal tem capacidade de acertar os causadores com exatidão, mas a comunidade inteira é disciplinada e envergonhada por isso.
- 17 **Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas** (quanto aos ditos de gravação, cf. EXCURSO 1e). Que é que o Espírito diz à luz precisamente dessa mensagem à comunidade? Ele diz à comunidade sim e não, sim para o seu testemunho para fora, e não para o seu silêncio para dentro de si. Ele lhe diz: “Tua situação de confissão não acaba com ‘aqueles dias’. Ela se prolonga até o teu hoje. De maneira inalterada vives onde se situa o trono de Satanás. Naquela época, a ‘velha serpente’ apareceu como assassina, agora aparece como sedutora. Portanto, duas vezes Satanás. É por isso que a tua fidelidade está em jogo duas vezes e duas vezes a tua vitória. Reconhece a duplicidade dos acontecimentos e não corras para a cilada, depois que venceste no conflito aberto.” No centro da igreja posiciona-se o Senhor da mesma, cuja espada não perdeu o fio num dos lados. Seu alvo é uma vitória redundante.

O oráculo do vencedor (EXCURSO 1f) reitera no começo, conforme o sentido, o oráculo dirigido a Éfeso: **Ao vencedor, dar-lhe-ei do maná escondido.** Tanto lá como aqui fala-se da refeição como sinal da comunhão perfeita com Cristo. Bengel observa: “Diante desse manjar o apetite pela carne sacrificada a ídolos deveria desaparecer”. Contudo, é verdade que Ap 2.7 se move de acordo com os parâmetros da idéia do paraíso. Agora, porém, o pano de fundo é a época de Moisés, motivo pelo qual é feita associação com a alimentação no deserto.

A continuação do oráculo evoca Ap 2.10b e o clima de competição: **lhe darei uma pedrinha branca.** Os vencedores nas olimpíadas eram honrados ao extremo quando retornavam à sua cidade natal, e provavelmente também eram recompensados através de objetos de valor ou reduções de impostos. Necessitavam, porém, de uma autenticação. Para esse fim eles recebiam, por ocasião das honrarias em Olímpia, além da grinalda de louros também tabuletas de mármore branco com o seu nome. Receber a pedra branca explica-se, portanto, como elemento da homenagem ao vencedor.

A continuação atrai sobre si a atenção: **e sobre essa pedrinha escrito um nome novo, o qual ninguém conhece, exceto aquele que o recebe.** Aqui o Apocalipse menciona pela primeira vez a palavra “novo”. Mais tarde falará sobre novos cânticos, nova Jerusalém, novo céu e nova terra. Tudo novo! Essa é senha do mundo vindouro de Deus. O antônimo é o que atualmente existe. A transição de um para outro não é produzida por um desenvolvimento. Desenvolvimento não renova nada, mas apenas revela de forma nova o antigo. Por isso “novo” designa o ato criador, o milagre (cf. o comentário a Ap 5.9).

Esse ato agora está sendo relacionado com o **nome** dos vencedores. Assim como nas origens tudo foi chamado pelo nome (Gn 1.5,8), recebendo desse modo sua posição, vocação e destino, assim acontece também na renovação de todas as coisas. A Bíblia conhece a mudança de nomes como mudança de projeto (Abraão em Gn 17.5; Jacó em Gn 32.28; discípulos em Mc 3.16; Jo 1.42). Deus interrompe uma vida e a redireciona. Is 62.2; 65.15; 56.5 anuncia uma mudança do nome de Israel no fim dos tempos. Receberá o nome do vencedor. Com isso está encerrada a existência atual de interminável angústia: “porque já estão esquecidas as angústias passadas e estão escondidas dos meus olhos” (Is 65.16).

Também a igreja em Pérgamo não saía do perigo. Mal tinha superado com êxito uma batalha e pensava poder fazer uma pausa para tomar fôlego, e já tudo corria risco novamente. Contudo, Deus conduzirá desse estado para uma nova situação. Ao que for fiel ele mais uma vez confere um novo nome. A circunstância de que **ninguém sabe** como soa esse novo nome, exceto o doador e o portador, sublinha a segurança da nova condição. Esse nome é segredo entre Cristo e a comunidade vitoriosa, expressando assim uma comunhão livre de intrusões. Assim como esse nome está garantido contra qualquer abuso por terceiros, assim ninguém poderá violar esse novo relacionamento com Cristo. Finalmente a igreja pode viver sem perturbações para a sua vocação: vida inatacável! (cf. sobre isso Ap 7.9).

O Senhor garante a sua fidelidade duplamente aos que lutam arduamente por se manterem fiéis: “Eu lhe darei, eu lhe darei”.

#### 4. À igreja em Tiatira, 2.18-29

<sup>18</sup> **Ao anjo** (cf. nota 179) **da igreja em Tiatira** (cf. nota 180) **escreve: Estas coisas diz o Filho de Deus, que tem os olhos como chama de fogo e os pés semelhantes ao bronze polido:**  
<sup>19</sup> **Conheço as tuas obras, o teu amor, a tua fé, o teu serviço, a tua perseverança e as tuas últimas obras, mais numerosas (“maiores”) do que as primeiras.**  
<sup>20</sup> **Tenho, porém, contra ti o tolerares que essa mulher, Jezabel, que a si mesma se declara profetisa, não somente ensine, mas ainda seduza os meus servos a praticarem a prostituição e a comerem coisas sacrificadas aos ídolos.**  
<sup>21</sup> **Dei-lhe tempo para que se arrependesse; ela, todavia, não quer arrepender-se da sua prostituição.**  
<sup>22</sup> **Eis que a prostro de cama, bem como em grande tribulação os que com ela adulteram, caso não se arrependam das obras que ela incita.**  
<sup>23</sup> **Matarei (pela peste) os seus filhos, e todas as igrejas conhecerão que eu sou aquele que sonda mentes (“rins” [TEB, BJ]) e corações, e vos darei a cada um segundo as vossas obras.**  
<sup>24</sup> **Digo, todavia, a vós outros, os demais de Tiatira, a tantos quantos não têm essa doutrina e que não conheceram, como eles (os adeptos de Jezabel) dizem, as coisas profundas de Satanás: Outra carga não jogarei sobre vós;**  
<sup>25</sup> **tão-somente conservai o que tendes, até que eu venha.**  
<sup>26</sup> **Ao vencedor, que guardar até ao fim as minhas obras, eu lhe darei autoridade sobre as nações,**  
<sup>27</sup> **e com cetro de ferro as regerá e as reduzirá a pedaços como se fossem objetos de barro;**  
<sup>28</sup> **assim como também eu (o) recebi de meu Pai, dar-lhe-ei ainda a estrela da manhã.**  
<sup>29</sup> **Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.**

**18** Após a indicação dos destinatários e a ordem para escrever (EXCURSO *1a*) a auto-apresentação do Senhor (EXCURSO *1b*) volta a retomar um elemento do cap. 1: **Estas coisas diz o Filho de Deus, que tem os olhos como chama de fogo e os pés semelhantes (“são iguais”) ao bronze polido** (“brasas de bronze”). Somente aqui o Apocalipse apresenta Cristo como “Filho de Deus”. Porém em Ap 1.6 havia um paralelo indireto (cf. outras referências naquele trecho). Aqui o título parece estar relacionado com o Sl 2.7, uma vez que no final (v. 26,27) esse salmo é extensamente usado. O Filho de Deus é aqui o Juiz dos súditos amotinados. As partes seguintes de Ap 1.14,15, os olhos flamejantes de fogo e os pés ardentes, ressaltam a soberana inquisição judicial e execução da sentença.

A presente missiva pode ser entendida como intensificação da mensagem à comunidade em Pérgamo, que também já tinha a ver com idolatria e imoralidade (aqui no v. 20). Contudo, conforme os v. 12,16, estava em questão a *sentença* judicial. Pérgamo temia tomar posição. Faltava-lhe a força para verbalizar o que era necessário. Agora não somente falta a força, mas também já o conhecimento inequívoco. Parece existir já uma certa concordância com a heresia (v. 20, diferenciando-se do v. 14).

Nesse local podemos antecipar outra questão. Tiatira se encontrava sob a influência de Jezabel (v. 20), o personagem da desgraça do tempo do reinado, assim como Pérgamo agia semelhantemente a Balaão. Também nisso se constata uma piora. Ambos representavam a sedução, porém Balaão era estrangeiro, e Jezabel se tornara membro da própria casa real. Isso tornava a situação mais precária e a rejeição mais difícil.

**19** **Conheço as tuas obras** volta a encetar o inquérito judicial (EXCURSO *1c*). O elogio é desenvolvido com mais força que em outras missivas: teu amor e tua fidelidade e teu serviço e tua perseverança. Aqui aplica-se duas vezes o esquema dentro – fora: amor em direção a Cristo (cf. Ap 2.5), fidelidade no testemunho diante do mundo (cf. Ap 2.13); amor ativo aos irmãos na igreja, perseverança disposta a sofrer até a vinda de Jesus para fora (cf. Ap 2.2). A situação desses cristãos parecia ser inversa à dos de Éfeso, entre os quais o amor e as primeiras obras definham. Aqui até aumentavam: **as tuas últimas obras, mais numerosas (“maiores”) do que as primeiras** (cf. sobre isso Ap 2.5).

Entretanto, de modo tão surpreendente como na mensagem à primeira comunidade intervém agora a acusação (EXCURSO *1c*):

- 20 Tenho, porém, contra ti o tolerares (“deixar agir”) que essa mulher, Jezabel, que a si mesma se declara profetisa, não somente ensine, mas ainda seduza os meus servos a praticarem a prostituição e a comerem coisas (“carne”) sacrificadas aos ídolos.** Os fatos são os mesmos como os de Balaão, talvez com maior provocação e desdém, uma vez que a imoralidade desde já passa a ocupar o primeiro lugar (quanto aos detalhes cf. Ap 2.14). Tampouco falta a propaganda aberta: em Tiátira, parece que se deixou o ensino da comunidade nas mãos da herege pregadora, enquanto os discípulos elogiados por Cristo se recolheram ao campo do discipulado prático (cf. v. 19). Em Pérgamo, ademais, existiam ainda duas linhas de proclamação lado a lado.

Com certeza **Jezabel** é, nesse caso, um nome simbólico (nota 193). Cabe observar amargamente, também em vista da rainha israelita no AT, que ele poderia significar justamente “a casta”. Através dela penetrou em Israel o culto sírio da fertilidade (1Rs 16.31-33). Em 1Rs 22.38; 2Rs 9.30 talvez transpareça algo de seu caráter. Na verdade ela não pregou pessoalmente, mas trouxe ao país centenas de profetas da deusa gentílica de fertilidade (1Rs 18.19), exterminou os profetas do Senhor (1Rs 18.4,13) e intimidou Elias. Assim tornou-se paradigma da profecia mentirosa. Em 1Rs 21.25 é mencionado seu papel de sedutora e no v. 26 também se estabelece uma relação com o tempo de Balaão. Também no presente caso ela seduz **os meus servos** (como consta literalmente em 2Rs 9.7; 17.13). São os membros da igreja que em Ap 1.1 são chamados de “seus servos”.

- 21 Dei-lhe tempo (“prazo”) para que se arrependesse.** Apesar de que At 11.18 diz que Deus “concede” arrependimento, ele não desloca simplesmente para o arrependimento. Ele não o arremessa contra a pessoa, como se lança o reboco contra uma parede. O ser humano não é tratado por Deus como uma parede, o que seria graça sem clemência (q1 46). Ele dá espaço e tempo para a penitência. **Ela, todavia, não quer arrepender-se da sua prostituição** (“imoralidade”). Conforme Mt 23.37, Jesus manteve sua boa vontade em vigor por longo tempo: “Quantas vezes eu quis... mas vocês não quiseram!” (BLH). Também em Jo 5.40 lemos: “Não quereis”. Do mesmo modo, Israel realmente precisava querer sob a atuação de Elias em prol do arrependimento (1Rs 18.37). A extensão do prazo de clemência é pressuposta em 1Rs 18.21: “*Quanto tempo* mancareis de ambos os lados?... E o povo não lhe respondeu nada” (tradução do autor). Nem concordância nem discordância. Apresenta-se obstinado na hora da graça.

- 22** A palavra de advertência subsequente (EXCURSO *1d*, quanto ao rigor, cf. o exposto sobre Ap 2.16) resume-se tão somente, em relação a “Jezabel”, a uma comunicação de penalidade, porque seu prazo de arrependimento já se esgotou: **Eis**, começa a declaração à semelhança de um juramento. “Não vos enganeis: de Deus não se zomba; pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará” (Gl 6.7). É nesse sentido que no presente contexto também se torna evidente a relação entre pecado e juízo (nota 293):

Eu a **prostro de cama** (“a lanço num leito de enfermos”). O leito da prostituta torna-se leito de doença terminal, assim como a sementeira se torna colheita. **Bem como em grande tribulação os que com ela adulteram, caso não se arrependam das obras que ela incita.** Esses adúlteros – presumivelmente não se trata de apostasia espiritual apenas, mas também da ruína real de matrimônios – foram outrora “meus servos” (v. 20). A tribulação não vem somente por seguir a Cristo (cf. o comentário a Ap 1.9), mas também pela apostasia e pelo pecado: “é justo para com Deus que ele dê em paga tribulação aos que vos atribulam” (2Ts 1.6; Rm 2.9). Talvez “Jezabel” veio ao encontro do temor humano de sofrer, motivo pelo qual alargara o caminho estreito e prometera levar para uma vida mais feliz. No entanto, conduziu para um sofrimento inconsolável. De seus adeptos, porém, ainda se espera que se arrependam. Entretanto, o tom é terminante como no Sl 2.10-12: “Sede prudentes; deixai-vos advertir... para que se não irrite, e não pereçais no caminho”.

Um Deus sem ira também seria um Deus que não sabe nada sobre o sofrimento mundial desencadeado pelo pecado. Injustiça e sedução o irritam, como se o atingissem pessoalmente. Tampouco o equilíbrio psíquico daquele que realmente conhece a Deus, quando presencia esses males, permanece inabalável.

- 23** A palavra de advertência encerra com um anúncio, cuja interpretação não é unívoca: **matarei os seus filhos** (“e a seus filhos matarei pela peste” [tradução do autor]). Novamente enseja-se uma relação com a Jezabel do AT, cujos filhos tiveram o destino descrito em 1Rs 21.21,29; 2Rs 10.7. Será

que no presente caso também se trata dos filhos físicos dessa mulher, ou de seus alunos? No segundo caso haveria uma afirmação paralela ao v. 22. Ambos os trechos prometem tribulações aos adeptos. Aqui, porém, são ameaçados depois que rejeitaram o arrependimento e não podem mais ser designados de “servos de Jesus”, mas se tornaram definitivamente “filhos” da herege.

Como o juízo no monte Carmelo em 1Rs 18, o julgamento destes filhos é ao mesmo tempo ação de Deus na igreja toda: **e todas as igrejas conhecerão** (“reconhecerão”). Deve voltar à consciência das igrejas o que lhes foi dissipado devido ao seu esquecimento: *Eu sou*, de maneira tal que acaba todo “manquejar de ambos os lados”. Esse “Eu sou” não é pronunciado apenas como sinal de consolo (Ap 1.4,5,17) para a comunidade, mas também uma vez sob o estrondo do juízo. A primeira fonte de reconhecimento com certeza é a bondade de Deus (Rm 2.4). Contudo, quando a bondade de Deus não conduz ao reconhecimento da verdade e da realidade, mas repetidamente ao *desconhecimento*, à inocuidade de Deus e de seu evangelho, existe ainda essa segunda fonte de conhecimento: o juízo na igreja. Jesus promete acabar com essas distorções do entendimento: **Eis!**

Ele é o Juiz da comunidade, **que sonda mentes** (“rins” [TEB]) **e corações**, ou seja, desejos e pensamentos, **e vos darei a cada um segundo as vossas obras**. Os “olhos como chama de fogo”, na auto-apresentação do Senhor (v. 18) já indicavam um processo infalível que atravessa toda a dissimulação espiritual, e os “pés como fogo” indicavam a sagrada execução judicial “segundo as obras” (quanto a pormenores, cf. o comentário a Ap 1.14).

“Segundo as obras” é uma expressão bíblica geral (p. ex., Pv 24.12). Ela transparece também em Paulo, p. ex., em Rm 2.6. As fórmulas, no entanto, sempre carecem de interpretação de acordo com o respectivo contexto. Nele contrapõe-se “eu darei” a “eu dei”, no v. 21: portanto, quando alguém obtém vida eterna no juízo “conforme as obras”, terá de ser glorificado aquele que realizou nele a bondade, paciência e longanimidade de Deus. Não há como afirmar que alguém alcança sua salvação por méritos. Por outro lado, “eu darei” no presente versículo contrapõe-se a “eu darei” nos v. 26,27. As dádivas de salvação ali arroladas ultrapassam qualquer mérito (cf. EXCURSO *If*, no final). Conseqüentemente, nosso versículo se encontra entre as clemências de Deus. Caminhamos de graça em graça e, *por isso*, estão em jogo, com seriedade máxima, também as obras.

- 24 Finalmente, porém, o v. 23 analisado também encerra um uma contra-senha contra a orgulhosa devoção aparente, citada na palavra de exortação seguinte (EXCURSO *Id*): **Digo, todavia, a vós outros, os demais de Tiatira**. Parece que essa parte da comunidade é a menor, somente um resíduo, um resto espremido contra a parede, daqueles que preservaram um senso límpido de Cristo. No v. 19, esse grupo foi elogiado, e agora ele é consolado e advertido – apesar da crítica do v. 20! – da mesma forma como as igrejas em Esmirna e Filadélfia, que somente obtiveram elogios. Por que não ouvimos nenhuma ordem enérgica para expulsar os adeptos de Jezabel!? Em determinadas situações isso não é viável, a saber, quando o grupo fiel a Cristo se tornou uma minoria na comunidade. Nesse caso, o próprio Senhor se encarregou da disciplina eclesial (v. 22,23).

Os “restantes” nos fazem recordar novamente o conflito de Elias com Jezabel: 1Rs 19.10,14,18. São os “sete mil, todos os joelhos que não se dobraram a Baal” ou os que **não têm essa doutrina**. Essa doutrina é caracterizada agora: **que não conheceram, como eles** (os adeptos de Jezabel) **dizem, as coisas profundas de Satanás**. Talvez essa frase distorça de propósito a palavra de ordem das “profundezas de Deus”, que esses hereges afirmam ter reconhecido, formulando-a em “coisas profundas de Satanás”. Com isso estaria sendo contestado que foi Deus a quem reconheceram, não importando as experiências de que se gloriem. É uma profundidade de pensamento equivocada ou hipócrita. É bem provável, porém, que se trata de uma palavra de ordem real dos adversários. Gabavam-se: “Nós temos conhecimento!” (1Co 8.1). Para compreender realmente a Deus e sua graça era necessário que, conforme a doutrina deles, se tivesse penetrado nas “coisas profundas de Satanás”. Ao que tudo indica, entendiam sob essa experiência, um êxtase, no qual também se transgrediam limites morais. Ter experimentado tudo uma vez era considerado como um sinal de maturidade, do qual eles se gloriavam. Quem não tivesse experimentado uma quantia suficiente de coisas sobrenaturais e satânicas, poderia estar tomado na prática, de sentimentos de inferioridade. Paulo contra-argumentou: “na malícia... sede crianças!” (1Co 14.20). “Quero que sejais sábios para o bem e simples para o mal” (Rm 16.19). Às vezes obtemos a impressão de que uma sólida superstição prende mais as pessoas que a fé singela em Cristo, que atua no amor.

Para esses “demais”, portanto, vale a promessa: **Outra carga não jogarei sobre vós**. Aqui pode residir uma explicação da brandura que com surpresa constatamos no versículo anterior, bem como a

ausência de uma palavra de ameaça aos criticados: já sofreram o suficiente. Com isso o assunto está encerrado. Não devem ser impostas outras cargas de castigo ou sofrimento. Já está encerrado não apenas o prazo de clemência para Jezabel (v. 21), mas também o tempo de juízo para os demais.

**25** **Tão-somente conservai o que tendes, até que eu venha.** Manter firme é o que se espera deles do mesmo modo como da igreja em Pérgamo (Ap 2.13). Contudo sua luta é pura luta defensiva. Sua vitória seria que em Tiatira *permanecessem* verdadeiros cristãos. Não se fala de ganhar terreno.

**26** A essa perseverança liga-se também o oráculo do vencedor (EXCURSO 1f). **Ao vencedor, que guardar até ao fim as minhas obras.** “Fim” está se referindo à vinda de Jesus do v. 25. A luta de Tiatira concentra-se em permanecer fiel até esse fim (cf. o comentário a Ap 2.5). “Guardar”, que em Ap 1.3 e tantas vezes é relacionado às palavras de Jesus, refere-se agora às obras de Jesus. Isso não pode ser nenhum acaso. Já o v. 19, apesar de ser detalhado, não noticia nada acerca de uma atividade de pregação dos fiéis em Tiatira. Parece que Jezabel se apropriou inteiramente da proclamação. Ela lidava à sua maneira com as palavras de Jesus, e ninguém tinha condições de enfrentar sua arte de distorcê-las. Diante dessa realidade, uma exortação para que os “restantes” guardassem a palavra de Jesus, isto é, anunciá-la e ouvi-la nos cultos, teria sido ineficaz. Contudo, quem não consegue mais usar da palavra contra um herege ou quem não encontra palavras apropriadas, ainda não está livre de toda a responsabilidade. “Pelos seus frutos os reconheceréis” (Mt 7.20). Palavras pra lá, palavras pra cá – onde estão as obras de Jesus? Como está sendo praticada a sua mentalidade, manifesta em Fp 2.1-11? Quem prossegue com persistência nessa trajetória tem uma promessa: **eu lhe darei autoridade sobre as nações.** O pensamento de uma nova autoridade missionária no âmbito da história terrena da igreja não cabe no quadro dos oráculos do vencedor, que sempre pressupõem o evento do fim. Cumpre antes considerar a retomada do Sl 2, que já transpareceu na auto-apresentação do v. 18. Autoridade significa, no presente contexto, participação no juízo escatológico de ira por meio do Filho de Deus sobre seus adversários impenitentes. Em outras palavras: o mundo gentílico que agora invade a igreja de forma tão poderosa não a derrotará, mas esse resto aparentemente inferiorizado vencerá. “Filhinhos, vós sois de Deus e tendes vencido os falsos profetas, porque maior é aquele que está em vós do que aquele que está no mundo” (1Jo 4.4).

**27,28** Na linguagem cheia de metáforas do Sl 2 afirma-se ainda: **e com cetro de ferro as regerá** (“apascentará” [TEB]) **e as reduzirá a pedaços como se fossem objetos de barro.** Nesse contexto, “apascentar” constitui igualmente uma expressão do juízo (cf. Ap 19.15) e “cetro de ferro” é imaginado como arma. Também despedaçar louças era uma indicação nítida imediata para a pessoa da Antigüidade: em cerimônias egípcias em homenagem ao trono, o rei destroçava vasos de cerâmica como ato simbólico. Da mesma forma ele haveria de quebrar a resistência de outros impérios (cf. Is 30.14; Jr 19.11). **Como também eu recebi de meu Pai.** Aqui se retoma indiretamente o título de Filho de Deus do v. 18. O Pai lhe deu autoridade (Mt 28.18), mas o Filho a passa adiante e concede participação àqueles que amou, redimiu e chamou (Ap 1.5,6).

A segunda dádiva está estritamente ligada à primeira: **dar-lhe-ei ainda a estrela da manhã.** Ao ser incumbida da sua tarefa (“autoridade sobre as nações”), a igreja vitoriosa recebe adicionalmente um sinal correspondente. Na Antigüidade, a estrela Vênus era símbolo corrente para vitória e soberania.

**29** **Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas** (quanto aos os ditos de gravação, cf. EXCURSO 1e). O que o Espírito de Deus está dizendo à igreja sobre o tema de Jezabel? O mundo gentílico havia vencido uma batalha nessa comunidade, garantia o mando de campo e controlava a palavra. Parecia que estava quase consumada a fusão de Cristo e Baal. Ainda persiste um resto cristão. Neles pelo menos ainda se tornam visíveis diferenças na conduta. Sobre essa comunidade flamejam os olhos do Filho de Deus, que está a caminho da vitória derradeira. Seu Espírito discerne os espíritos: estão aí a empedernida Jezabel, para a qual esgotou-se o prazo de clemência, além do grupo de seus adeptos, por cujo arrependimento ainda se deve esperar, e finalmente há os restantes. Esses últimos ele toma à parte, impõe-lhes a mão – preservando-os, mas também advertindo. Esse grupinho já derrotado pode ser vencedor, i. é, Cristo vencerá a luta contra o mundo gentílico, e eles estarão com ele de modo maravilhoso.

## 5. À igreja em Sardes, 3.1-6



- <sup>1</sup> **Ao anjo (cf. nota 179) da igreja em Sardes (cf. nota 180) escreve: Estas coisas diz aquele que tem os sete Espíritos de Deus e as sete estrelas: Conheço as tuas obras, que tens nome de que vives e estás morto.**
- <sup>2</sup> **Sê vigilante e consolida o resto que estava para morrer, porque não tenho achado íntegras as tuas obras na presença do meu Deus.**
- <sup>3</sup> **Lembra-te, pois, do que tens recebido e ouvido, guarda-o e arrepende-te. Porquanto, se não vigiares, virei como ladrão (na noite), e não conhecerás de modo algum em que hora virei contra ti.**
- <sup>4</sup> **Tens, contudo, em Sardes, umas poucas pessoas que não contaminaram as suas vestiduras e andarão de branco junto comigo, pois são dignas.**
- <sup>5</sup> **O vencedor será assim vestido de vestiduras brancas, e de modo nenhum apagarei o seu nome do Livro da Vida; pelo contrário, confessarei o seu nome diante de meu Pai e diante dos seus anjos.**
- <sup>6</sup> **Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.**

- 1 Quanto à indicação dos destinatários e à ordem de escrever, cf. EXCURSO 1a. Sem dúvida a auto-apresentação (EXCURSO 1b) está em forte correlação com os versículos subsequentes. **Estas coisas diz aquele que tem os sete Espíritos de Deus.** Eles são portadores de um poder divino, gerador de vida (Ap 1.4), que é referido de modo singularmente nítido à igreja: **e as sete estrelas** (Ap 1.16,20). Nesse caso, sua plenitude de Espírito vale para uma igreja espiritualmente morta. “O Espírito de Deus é quem dá a vida” (Jo 6.63 [BLH]). O tema da vida ecoa até no oráculo do vencedor.

Fazendo referência a esse tema, queremos arriscar-nos a propor que o trecho seja visto com base em Ezequiel, sobretudo os cap. 18 e 33–37. Com maior frequência que qualquer outro profeta, ele fala de morrer, de morte e vida. Para ele, são centrais o tema da vivificação e o Espírito como poder da vida (Ez 37.5,10,14; 18.31).

O inquérito judicial (EXCURSO 1c) é conciso e arrasador, do qual, no entanto, segundo o v. 4, algumas pessoas devem ser excluídas. Bengel escreve: “Essa é uma palavra terrível, que se torna suportável unicamente porque é proferida ainda na presente vida”, e porque é o Senhor quem a profere, o qual dispõe da plenitude do Espírito e de poderes de ressurreição. Diante dele nem mesmo os mortos ficam sem esperança.

Inicialmente atesta-se que a igreja “tem” (nota 185). **Tens nome de que vives.** Era uma igreja de boa fama. Contudo essa fama engana. Também o nome de Esmirna, a fama de pobreza e miséria, engana. Aquela igreja trazia “a toda hora a morte de Jesus em seu corpo” e apesar disso se encontrava no caminho da vida como a verdadeiramente “rica” (Ap 2.9). No presente caso, no entanto, o Senhor tem de corrigir as aparências no sentido oposto. Ainda que à vista humana não havia nada que contradissesse a fama de Sardes de ser uma igreja viva e auspiciosa – internamente, nenhuma tensão para cisões e, externamente, nenhum horizonte de martírio – perguntamo-nos justamente: por que essa igreja foi deixada em paz dessa forma? Por que Satanás, que no mais não deixa de incomodar nenhuma igreja, se mantinha longe de Sardes? Era porque a igreja estava espiritualmente morta. Onde reina a morte pelo pecado, não há morte pelo martírio.

Contudo ela ainda não se dá conta dessas correlações. Ela ainda não repete Ez 37.11: “Os nossos ossos se secaram, e pereceu a nossa esperança; estamos de todo exterminados”. Afinal, no seu meio ela tem a fama de ser viva, e dessa fama ela por sua vez se sustém. A igreja e seu contexto se embalam reciprocamente no sono. O Senhor, porém, sabe: **Estás morto.** Há muito ele enxerga por trás da fachada e vê que tudo é aparência. Em Sardes os cristãos estão falsamente satisfeitos e confiantes, são falsamente ativos, falsamente devotos e falsamente fiéis.

- 2 Por meio de um chamado ao arrependimento muito insistente (EXCURSO 1d) são martelados cinco imperativos para dentro do dormitório da comunidade. A figura da morte espiritual transita para a metáfora do sono espiritual (cf. Ef 5.14): **Sê vigilante** (“Acorda!”). O chamado para despertar é imediatamente relacionado com a incumbência ao vigilante: **e consolida** (“fortalece”) **o resto** (“restante”) **que estava para morrer** (“está prestes a morrer”). A mesma incumbência Ezequiel havia recebido outrora: “eu te dei por atalaia sobre a casa de Israel” (Ez 3.17–19; 33.7–9). A igreja de Jesus é, conforme Ap 1.1, profetiza, ou seja, “igreja de Ezequiel”. Deve alertar seus arredores diante do juízo que se aproxima. Contudo, em Sardes o Ezequiel do NT dorme no ponto. Ele dorme e deixa dormir, i. é, morrer. Portanto, a perseverança (Ap. 1.9) definhou na igreja em Sardes definhou. Ela

diz: “Ainda será demorada a vinda do Senhor, se é que ele virá!” Essa é a sua condição mortal do v. 1. Agora ela é despertada mais uma vez para o seu serviço de atalaia.

Gramatical e objetivamente “**o restante**” não é o mesmo que “os restantes” em Ap 2.24. Aqui não ocorre a idéia de um resto fiel, antes pensa-se no contexto da igreja em Sardes, que **estava para morrer**. Contudo, entre a promulgação e a execução da sentença de morte forma-se um intervalo de clemência, no qual se precisa do testemunho da igreja. Porém, seria igualmente possível traduzir: “que quer morrer”. Sobre os condenados passa a dominar a resignação, cf. Ez 33.11: “Por que é que vocês estão querendo morrer?” (BLH). O ambiente da igreja manifesta essa falta de vontade, obstinada e desanimada, uma dúvida secreta da graça, do arrependimento, da mudança e da renovação. No presente contexto ainda não vigora o quadro terrível de Ap 9.6: “Naqueles dias, os homens buscarão a morte e não a acharão; também terão ardente desejo de morrer, mas a morte fugirá deles”. Contudo a evolução corre nessa direção. Sardes deve intervir e instaurar a obediência da fé: **Consolida** (“Fortalece”) o resto que quer morrer! Consta ainda, como o resultado conclusivo de uma investigação judicial: **não tenho achado íntegras as tuas obras na presença do meu Deus**. A igreja, que tinha a fama de ser “igreja viva”, ficou devendo uma parcela decisiva de seu ministério, a saber, o serviço de vigilância na noite da ausência de fé e esperança. O servo preguiçoso enterrara os seus talentos (Mt 25.25) e vivera para si mesmo.

Novamente temos de recordar palavras de Ezequiel: Deus criticou os profetas daquele tempo porque deixavam os ímpios correrem inadvertidamente para a morte e se preservavam a si mesmos (Ez 13.5; 3.17-19; 33.6; 34.1-6). Em analogia, a igreja não vivia para a sua missão, que obteve quando se tornou igreja, e para a qual ela foi amada, redimida e criada (Ap 1.5,6).

- 3 O terceiro imperativo recorda esses primórdios da igreja: **Lembra-te, pois, do que tens recebido e ouvido** (“Lembra-te, pois, de como recebeste e ouviste” [tradução do autor]). Do mesmo modo como Éfeso (cf. Ap 2.5), ela deve retomar o seu começo esquecido. O surgimento da igreja em Sardes é trazido à memória por meio de expressões que várias vezes descrevem o despertar para Cristo no NT. No centro estava a pregação missionária. Pessoas tornavam-se recebedoras e ouvintes. A solicitação de “lembrá-lo” inclui que Deus mantém de pé a sua palavra. Ele oferece tudo pela segunda vez (cf. o comentário a Ap 2.5). Contudo, quem recebe e ouve precisa tornar-se alguém que guarda; e **guarda-o**. Não existe igreja viva sem essa preservação (cf. Ap 3.10).

Estranhamente o quinto imperativo a Sardes: **e arrepende-te**, ocorre em último lugar. Talvez a comparação com a mensagem do livro de Ezequiel também explique essa seqüência. Ezequiel fala com muita freqüência do arrependimento, nada menos de sete vezes tanto no cap. 18 quanto no 33. Todas as vezes, a ênfase está em afastar-se e largar o pecado. Sob essa premissa, faz sentido que o conceito esteja no final, na medida em que a nova reflexão, compreensão e preservação do evangelho traga suas conseqüências: distanciamento da contaminação gentílica, cf. v. 4.

A palavra de advertência (EXCURSO *Id*) reveste-se da imagem do assalto do ladrão, já conhecida de Is 49.9; Jl 2.9, que retorna no NT em Lucas, Paulo, Pedro e João. **Se não vigiares, virei como ladrão** (na noite). O ladrão vem como inimigo. Cristo, um assaltante! O ponto de comparação reside na total falta de expectativa da parte dos assaltados. **E não conhecerás de modo algum em que hora virei contra ti**. A figura não deve ser forçada no sentido de que uma igreja arrependida e alerta seria informada da hora. Contudo a vinda do Senhor perde o caráter de assalto para a igreja vigilante (cf. 1Ts 5.3,4). Em Ap 16.15 as correlações mostram-se de modo muito palpável (cf. o comentário correspondente). Aqui a ênfase está na ignorância fatal para o povo de Deus. Entre os cristãos de Laodicéia era a falta de reconhecimento sobre si próprios (Ap 3.17), na igreja em Sardes é a falta de conhecimento de Cristo, que antecede àquele. Os gentios podem ser desculpáveis por carência de conhecimento, já os cristãos são onerados por essa carência. “O meu povo está sendo destruído, porque lhe falta o conhecimento” (Os 4.6). Afinal, ignorância não é em todos os casos o mesmo que ignorância, assim como tampouco dormir é o mesmo que dormir. A sonolência da *igreja* é igual a dormir em serviço (Ap 3.2), motivo pelo qual traz conseqüências tão graves.

- 4 Na transição para o oráculo do vencedor, o Senhor chama atenção para determinados membros da comunidade: **Tens, contudo, em Sardes, umas poucas pessoas que não contaminaram** (“lambuzaram”) **as suas vestiduras**. Ao nome de aparência do v. 1 contrapõem-se “nomes” autênticos, os quais a igreja “tem”, a saber, pessoas. Elas são identificadas por suas vestiduras. Cabe recordar aqui a observação prévia a Ap 1.12-16: aquilo com que alguém se veste, isso ele é. Vestiduras lambuzadas significam uma essência pecadora. Em Sardes, como também em outras

idades, o pecado consistia em descambar para os cultos gentílicos. Ocorre aqui, porém, que as exceções são elogiadas. É para essas pessoas que vale a promessa: **e andarão... junto comigo**. Como tantas partes da passagem, essa expressão evoca a mensagem a Éfeso, a saber, a comunhão paradisíaca de Ap 2.1. Então elas estarão vestidas na cor da vitória, **branco... pois são dignas** (disso). Do enunciado naturalmente se poderia depreender novamente a idéia judaica do mérito (cf. Ap 2.23). Ou seja, recebem vestiduras brancas aqueles que na vida terrena mantiveram suas vestes incontaminadas (que as “preservaram”, Ap 16.15), i. é, que superaram a tentação do mundo gentílico e permaneceram fiéis a Cristo. Contudo, através do que eles permaneceram fiéis e foram vitoriosos? Pelo sangue do Cordeiro (Ap 12.11), por lavarem constantemente suas vestes no sangue do Cordeiro (Ap 7.14; 22.14) ou por adquirirem essas roupas junto a Jesus, sem dinheiro (Ap 3.18). Que “dignidade” eles, portanto, evidenciam na ocasião escatológica de receber os trajes? É graça! Agraciados receberão, naquela hora, a graça! É óbvio que o termo “digno” procede do pensamento comercial e tem um lugar na teologia judaica do mérito, contudo aqui ele é preenchido com o evangelho: graça é “merecida” por graça. De sua plenitude nós recebemos graça sobre graça (Jo 1.16). Essa é e continuará sendo a descrição perfeita da vida cristã. Tornamo-nos cristãos quando passamos a ser recebedores sob a pregação missionária (v. 3).

- 5 O vencedor.** A igreja não deve nem precisa ficar com os “poucos” do v. 4 que permanecem fiéis a Jesus. Contudo, anuncia-se que nos fiéis se realizam três atos cuja formulação lingüística radica na esfera judicial: **será assim vestido** (“revestido”) **de vestiduras brancas**. No sistema jurídico oriental havia o gesto de revestir alguém como sinal de proclamação de liberdade (como aparece claramente em Ap 6.11). Tirar a roupa significava desonrar o culpado (Ez 16.39; cf. Ap 3.18; 16.15). **E de modo nenhum apagarei o seu nome do Livro da Vida**. Em reuniões do tribunal são abertos livros. O “livro da vida” pode ser melhor explicado a partir de Is 4.3 como a lista dos cidadãos da nova Jerusalém, anotada por Deus. Ser riscado da lista significaria ser excluído de seu povo. A esse aspecto refere-se novamente Ezequiel (Ez 13.9), quando fala contra os profetas que fracassam. Contudo Sardes agora não tem mais o antigo prenome do v. 1. **Confessarei o seu nome diante de meu Pai e diante dos seus anjos**. Testemunhar também é parte do tribunal, que está sendo imaginado numa sessão plena. Cristo se apresenta como testemunha. Ele é o mesmo que, conforme o v. 4, já acusou a igreja de Sardes (cf. “na presença do meu Deus” [v. 2], “diante do meu Pai” [v. 5]). Ali também se falava de uma “apuração” legal. Agora, porém, ele não se envergonha de testemunhar favoravelmente às mesmas pessoas (Hb 2.11). Portanto, no julgamento da igreja abre-se um novo capítulo de fidelidade, que introduz experiências renovadas da fidelidade de Deus.
- 6 Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.** Essa igreja é preenchida com esperança nova, não mais esperada, quando dá ouvidos ao seu Senhor. Tinha de reconhecer que estava amortecida. Contudo junto de Jesus há Espírito sem medida. O Senhor mantém sua oferta de vida integralmente de pé. A igreja ainda se sente letárgica pela pesada sonolência, mas agora ela crê novamente na sua tarefa em relação ao mundo que a cerca. Suas roupas estão lambuzadas, porém Jesus mantém à sua disposição uma brancura radiante e um nome tão convincente que ele pode ser citado na santidade perante Deus e seus anjos.

## 6. À igreja em Filadélfia, 3.7-13

- <sup>7</sup> **Ao anjo** (cf. nota 179) **da igreja em Filadélfia** (cf. nota 180) **escreve: Estas coisas diz o santo, o verdadeiro, aquele que tem a chave de Davi, que abre, e ninguém fechará, e que fecha, e ninguém abrirá:**
- <sup>8</sup> **Conheço as tuas obras — eis que tenho posto diante de ti uma porta aberta, a qual ninguém pode fechar — que tens pouca força, entretanto, guardaste a minha palavra e não negaste o meu nome.**
- <sup>9</sup> **Eis farei que alguns dos que são da sinagoga de Satanás, desses que a si mesmos se declaram judeus e não são, mas mentem, eis que os farei vir e prostrar-se aos teus pés e conhecer que eu te amei.**
- <sup>10</sup> **Porque guardaste a palavra da minha perseverança, também eu te guardarei (e salvarei) da hora da provação que há de vir sobre o mundo inteiro, para experimentar os que habitam sobre a terra.**
- <sup>11</sup> **Venho sem demora. Conserva o que tens, para que ninguém tome a tua coroa (de vitória).**

- <sup>12</sup> **Ao vencedor, fá-lo-ei coluna no santuário do meu Deus, e daí jamais sairá; gravarei também sobre ele o nome do meu Deus, o nome da cidade do meu Deus, a nova Jerusalém que desce do céu, vinda da parte do meu Deus, e o meu novo nome.**
- <sup>13</sup> **Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.**

7 Quanto à indicação dos destinatários e à ordem para escrever, cf. o EXCURSO *1a*. A auto-apresentação do emitente da mensagem (EXCURSO *1b*) faz conexão com Ap 1.18 somente por meio da palavra **chave**. Lá tratava-se das chaves para o mundo dos mortos. Sobre a chave bem diferente na presente passagem, cf. Is 22.20-22. Eliaquim está para ser instalado no cargo de mestre da corte e, como emblema do cargo, deverá carregar uma grande chave sobre os ombros. Possui acesso a todos os recintos, sobretudo para os armazéns, pois tem de ser “pai” e abastecer a todos. O judaísmo interpretou a passagem no sentido messiânico. O fato de que não se está mais falando da chave para a casa de Davi, mas simplesmente da chave de Davi, expressa a determinação para espiritualizar. O palácio de Davi na Jerusalém terrena não interessa, mas sim a salvação de Davi na nova Jerusalém. Cristo torna acessíveis os tesouros do mundo salutar de Deus (Rm 8.32). Ele possui as chaves de todos os recintos, para o reino dos mortos (de acordo com Ap 1.18) e para o reino da salvação (de acordo com Ap 3.7). A ele foi dada toda a autoridade no céu e na terra (Mt 28.18).

Prossegue a fala com conceitos do AT: **o santo, o verdadeiro**. A segunda designação reforça a primeira. Ele é o verdadeiramente santo. Desse modo Jesus se ornamenta com uma das mais frequentes designações do judaísmo. Em nenhum livro, porém, ela ocorre com tanta predominância quanto em Isaías (mais de 60 ocorrências). Deus é o Puro e resiste a tudo que não lhe é idêntico. Não obstante, Deus não se subtrai aos desiguais. Não, ele é tão avesso à impureza que aborda os impuros, ataca-os e vence-os com sua pureza. O Santo é tão santo que santifica. Foi por isso que justamente Jesus pôde tornar-se portador desse título (p. ex., Jo 6.69). Associava-se de modo singular com o título do servo de Deus (p. ex., At 4.27,30), que por sua vez se origina de Isaías. Jesus é o “Servo santo”, ungido por Deus.

A auto-apresentação, portanto, tem cunho lingüístico de Isaías. Essa coloração se impõe ao trecho todo. Não apenas que a função de Jesus como controlador da porta continua sendo tema no versículo seguinte, transparecendo mais uma vez no oráculo do vencedor. Também muitos outros pormenores e o contexto todo respiram a mensagem de consolo do livro de Isaías.

Como devemos distinguir essa missiva da dirigida a Esmirna, com a qual há tantos pontos em comum? Ambas as comunidades não recebem nenhuma acusação, mas são consoladas. Ambas sofrem sob a “sinagoga de Satanás” (Ap 2.9; 3.9). A ambas fala-se sobre a grinalda da vitória (Ap 2.10; 3.11). Mas não obstante são diferentes. Filadélfia não recebe nenhuma perseguição adicional pelas autoridades gentílicas como em Ap 2.10. A igreja tem de enfrentar unicamente judeus. Poucos anos depois Inácio envia uma carta a Filadélfia, que avalia a igreja de modo muito similar: sua existência é digna de louvor, mas ela está envolvida em graves antagonismos com os judeus, que acreditam poder usar o AT como arma. Talvez seja em vista disso que a presente mensagem à igreja local esteja profundamente mergulhada no AT. Os cristãos devem ser fortalecidos na consciência de que o AT não fornece nenhuma base a favor, mas somente contra o judaísmo de lá. Para os cristãos em Esmirna, porém, central a controvérsia com os *gentios* passou a ponto prioritário de forma predominante. Por isso são lembrados da trajetória da cruz, que mostra Jesus entregue nas mãos dos gentios.

Por essa razão, a mensagem a Esmirna é a mais neotestamentária de todas, tendo no centro o personagem sofredor do NT. Em contraposição, a igreja em Filadélfia recebe a palavra do AT, tendo no centro o santo servo de Deus.

8 O inquérito judicial (EXCURSO *1c*) é interrompido, no começo, por uma palavra de ânimo: **eis que tenho posto diante de ti uma porta aberta, a qual ninguém pode fechar**. A igreja sofria sob as tentativas de isolamento por parte dos judeus, que declaravam que ela não tinha acesso a Deus e combatiam o seu caráter de povo de Deus, a saber, que verdadeiramente fossem judeus (v. 9). Contudo o Senhor lhe declara de antemão a sua confiança. Como grande tesoureiro, ele lhe assegura acesso atual e futuro a todos os bens da salvação.

Via de regra também uma porta aberta para a missão fará parte dos tesouros de Cristo. Em última análise, não se consegue romper o sítio da desconfiança, do preconceito e do ódio por meio da habilidade ou amabilidade dos cristãos, mas isso constitui uma dádiva de Cristo. Contudo, o trecho

em análise não contém nenhuma menção da missão aos gentios. E também o oráculo do vencedor refere-se ao acesso à cidade de Deus, não ao mundo gentílico. Será que a igreja realmente se encontra no amor e na eleição de Deus? É esse o ponto em questão.

Como poderá apresentar-se uma igreja eleita? **Tens pouca força** (“uma força pequena”). “Não temas, ó vermezinho de Jacó, povozinho de Israel”, ouvimos também em Is 41.14, numa passagem que certamente era conhecida dos judeus, mas que precisava ser dita a eles de forma nova. A partir dessa referência, prolonga-se pelo NT a idéia da pequena comunidade. Fala-se do “pequeno rebanho” (Lc 12.32), da “menor de todas as sementes” (Mt 13.32), da “fê como um grão de mostarda” (Mt 17.20); e em Mateus encontram-se as designações dos discípulos como sendo “pequenos” ou “humildes” (Mt 10.42; 18.6,10,14; 25.40,45). Essas constatações são repetidamente combinadas, como em Is 41.14 e aqui, com uma declaração especial de proteção.

Acaso a igreja em Filadélfia era pequena em número ou no aspecto financeiro? Ou será que a intenção é recordar a pouca formação e a origem nos segmentos inferiores da sociedade (1Co 1.26)? Tudo isso pode estar na raiz da afirmação, porém a ênfase cai sobre as poucas possibilidades de ação: “Não tens influência!” Dessa irrelevância no plano imanente concluía-se, da parte dos judeus, para a relação com Deus. Uma dedução falsa, corrigida pela primeira parte do versículo.

Teria sido muito compreensível se a igreja em Filadélfia tivesse afirmado: “O mundo é grande, e nós somos pequenos. Por isso não trará nenhuma diferença o que fizermos ou deixarmos de fazer.” A igreja, porém, foi fiel: **entretanto, guardaste a minha palavra e não negaste o meu nome**. É preciso comparar Ap 2.13 com o presente elogio. Lá foi vencida a prova contra o “trono de Satanás”, aqui contra a “sinagoga de Satanás” (v. 9). Os judeus haviam submetido os cristãos à pressão para renegarem a Jesus. É conhecido por nome *um* judeu (a saber, Paulo), que forçou cristãos a amaldiçoarem Jesus. Ele próprio o relatou: “Eu os obrigava a blasfemar” (At 26.11).

- 9 A palavra de consolo e exortação (EXCURSO *Id*) começa com o segundo “eis” (duas vezes nos vv. 8,9), um termo que ressalta a autoridade singular da promessa divina: **Eis farei que alguns dos que são da sinagoga de Satanás, desses que a si mesmos se declaram judeus e não são, mas mentem**. – Essa metade do versículo pode remeter a Ap 2.9. Também em Isaías o nome honorífico é retirado de Israel, em certas situações: “vós, príncipes de Sodoma... vós, povo de Gomorra” (Is 1.10). Em Is 1.21, Jerusalém é uma “prostituta”, cheia de “assassinos”. Da mentira de Israel fala o trecho Is 28.15-17, cf. 30.9-11; 59.13. Agora é novo o anúncio da conversão de judeus em Filadélfia: **eis que os farei vir e prostrar-se aos teus pés e conhecer que eu te amei**. Boa parte da frase encontra-se em Is 60.14 e em Is 43.4. Além do mais, está saturado de palavras ou idéias preferenciais do livro de consolação de Isaías.

É evidente que o Apocalipse faz uso desses elementos novamente de forma bem independente (cf. p. ex., Ap 1,7 e q1 23). Agora não são os judeus os procurados como alvo da peregrinação dos povos e reconhecidos como os amados por Deus, mas eles mesmos se põem a caminho, vêm à igreja formada de judeus e gentios, e reconhecem-na como o verdadeiro povo de Deus. A reivindicação dessa comunidade com a pequena força não era presunçosa. Cristo mesmo assume a iniciativa de oferecer a prova dela de modo arrasador.

Ecoar outra vez uma afirmação básica sobre a natureza da igreja, que já foi antecipada em Ap 1.5. Sua essência é ser amada junto de Deus e Jesus. Ser amado não é ser amável. Não é a qualidade da igreja que leva os judeus a se ajoelharem, mas (enfaticamente) “ele, sim ele”, o Senhor amoroso.

Observe-se que nesse ponto não se está falando de que na vinda de Jesus todos os judeus reconhecerão a verdade. Está sendo anunciada a conversão de alguns judeus. Constantemente alguns judeus isolados abraçarão a fé, o que será uma imponente experiência de consolo para a igreja. Os mais severos críticos a cercam, não achando ela resposta para a dolorosa pergunta: “Como podemos saber que tu nos amas?” (Mt 1.2 [BLH]). Ao mesmo tempo, fica evidente como a designação “sinagoga de Satanás” não deve ser entendida: ela não significa maldição de todos os judeus. Os membros da sinagoga não foram descartados, tão pouco como Pedro estava descartado quando o Senhor lhe declarou: “Arreda, Satanás!” (Mt 16.23).

- 10 Segue-se uma segunda promessa: Porque guardaste a palavra da minha perseverança, também eu te guardarei (e salvarei) da hora da provação que há de vir sobre o mundo inteiro, para experimentar os que habitam sobre a terra. Agora se torna claro, qual é o conteúdo da conscienciosa manutenção da “palavra” (v. 8). O anúncio de que o Senhor está vindo é parte essencial da verdadeira proclamação

cristã da palavra. No cristianismo posterior infelizmente a idéia da morte ocupou boa parte desse lugar-alvo: depois de morrer o ser humano chega até Deus.

Assim como a igreja lida com a palavra, o Senhor lida com ela. A igreja que guarda será a igreja guardada. Jo 17.15 define a compreensão do termo “guardar”: “Não peço que os tires do mundo, e sim que os guardes do mal”. Decididamente descarta-se o pensamento de que a igreja nem poderia entrar em perigo. Contudo, em terríveis épocas de tentação ela deve ser preservada pura. Como reflete Jo 17.17, ela será santificada na verdade (cf. também o comentário a Ap 7.2 e 12.14).

A **provação** (“o exame” [tradução do autor]) (sobre o termo, cf. Ap 2.10) perpassa todo o tempo escatológico, contudo não de modo homogêneo em termos de amplitude e intensidade (cf. o exposto sobre Ap 1.9). Existem picos, e haverá um último aguçamento no conflito entre Cristo e o anticristo. Um desses auges é a “grande tribulação” (cf. o comentário a Ap 7.14), um acontecimento tanto para os fiéis bem como para os **que habitam sobre a terra**. Os que estão apegados à terra e se decidem entusiasmados por ela se entregam ao seu seio para usá-la como barricada contra Cristo e o reino dos céus (cf. 6.10; 8.13; 13.8,12,14; 17.2,8; em 11.10-12 habitantes da terra é substituído por “inimigos”). Todos serão agora examinados definitivamente sobre seu posicionamento diante de Deus e de seu Cordeiro. Em meio a tudo isso, acontece o milagre da preservação (cf. as exposições sobre Ap 7.3; 9.4; 11.1; 12.6,14,16; 14.1).

- 11 Às duas palavras de consolo sucede-se finalmente uma exortação (EXCURSO *Id*), que evoca Ap 2,10: **Venho sem demora** (“Eis que venho subitamente” [tradução do autor]) (cf. Ap 1.3). **Conserva o que tens, para que ninguém tome a tua coroa** (“grinalda”). A expressão poderia ser entendida de tal maneira como se a igreja já possuísse a grinalda. Contudo nenhum competidor corre com a coroa; e Filadélfia ainda não se encontra no alvo. Os louros da vitória já foram “depositados” (2Tm 4.8) e serão “preservados no céu” para ela (1Pe 1.4), porém ainda não lhe foram impostos. “O atleta não é coroado se não lutar segundo as normas” (2Tm 2.5). A igreja ainda poderia perder muitas coisas: o evangelho, a perseverança por Jesus, o amor aos inimigos, a independência de honra e fama, e em suma, por isso, a grinalda da vitória.
- 12 Com essas observações fizemos a transição para o oráculo do vencedor (EXCURSO *If*): **Ao vencedor, fá-lo-ei coluna no santuário do meu Deus**. Conforme o v. 9 o Senhor fala novamente a respeito do seu procedimento. É uma ação criadora, como também o conhecem Isaías e o AT. No v. 9, a ação referiu-se aos adversários, aqui refere-se à comunidade vencedora. Anuncia-se a ela uma transformação de figura. Sua atual e momentânea figura (v. 3) não é sua figura definitiva. “Ainda não é manifesto o que havemos de ser” (1Jo 3.2). Pois semeia-se corruptível, em fraqueza e desonra, porém ressuscitará incorruptível, em poder e glória (1Co 15.42,43).

A respeito da nova estatura pode-se falar apenas em metáforas, no caso na metáfora da **coluna**. O termo não alude à função de sustentáculo (como, p. ex., em Gl 2.9; 1Tm 3.15), porém, conforme 1Rs 7.15-22; 2Rs 25.13-17; Êx 13.21; Jr 1.18 à sua função de sinal. Ela é uma testemunha destacada, visível de longe, e impossível de derrubar. Depois do testemunho fiel apesar da pouca força (v. 8), o vencedor será agora uma testemunha glorificada de Deus.

A coluna está erigida no **santuário** (“templo”). Fica esclarecido, a partir de Ap 21.22, que aqui tudo se move num quadro simbólico, pois na consumação não haverá mais santuário (cf. o comentário a Ap 11.1). Talvez haja uma alusão à situação contemporânea. Era permitido que os sumo sacerdotes do culto ao imperador mandassem erigir para si uma coluna memorial no templo. Também no presente texto trata-se da idéia de que o Senhor honra o servo fiel. “Se alguém me serve, siga-me, e, onde eu estou, ali estará também o meu servo. E, se alguém me servir, o Pai o honrará” (Jo 12.26). **E daí jamais sairá**. Triunfa a preservação (v. 10). O lado de fora, onde se debatem os blasfemos (Ap 22.15), ficou, pois, totalmente afastado. Os vencedores permanecem no serviço para sempre. “Habitarei na Casa do Senhor para todo o sempre” (Sl 23.6).

O aspecto seguinte talvez faça conexão com o fato de que as colunas memoriais nos templos daquele tempo recebiam inscrições com o nome do pai, o local de nascimento e o ano de serviço. Por outro lado, a comparação da coluna já é abandonada, passando-se a desenvolver amplamente a breve menção do novo nome feita em Ap 2.17: a mera menção torna-se uma inscrição (na testa, em Ap 9.4; 14.1; era a forma com que na Antigüidade as pessoas identificavam seus escravos e assumiam publicamente seus serviços e sua proteção). Escrever solenemente significava tornar algo irrevogável. “O que escrevi escrevi” (Jo 19.22). Além disso, em contraposição a Ap 2.17, de um nome formam-se três. Cada um deles expressa uma parte da autoridade. Plenitude de nomes



significava plenitude de poder. Finalmente o novo nome revela-se como o nome de Deus (num desdobramento trinitário?).

O primeiro nome: **gravarei também sobre ele o nome do meu Deus**. Dessa maneira confirma-se Jo 20.17: “Meu Pai e vosso Pai, para meu Deus e vosso Deus” (cf. nota 128). Agora Filadélfia é incontestável e irrevogavelmente igreja de Deus. E **o nome da cidade do meu Deus, a nova Jerusalém que desce do céu, vinda da parte do meu Deus** (Ap 21.2,10). Sua cidadania, que até agora estava oculta (Fp 3.20; Gl 4.26; Hb 12.22), torna-se patente. **E o meu novo nome**. Finalmente eles serão participantes do novo nome de Jesus (Ap 19.12,13,16), ou seja, na sua nova vigência. Governarão com ele.

- 13 Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas** (quanto aos ditos de gravação, cf. EXCURSO *Ie*). Nessa mensagem, como no livro de consolação de Isaías, o assunto é certificar da condição de salvos: “Tu és meu!” Isso o Espírito afirma precisamente a uma comunidade, à qual os importantes (os judeus) o negam. Sua voz não coincide com a voz da devoção humana, pois ele entende mais do amor de Deus em Jesus Cristo que a religiosidade humana jamais seria capaz de sonhar. Dessa primeira promessa decorre a segunda: “Tudo que é meu, é teu!” Como Deus não nos daria tudo com Cristo e não nos faria participantes de toda a plenitude do seu nome? Quem é filho, também é herdeiro.

## 7. À igreja em Laodicéia, 3.14-22

- <sup>14</sup> **Ao anjo (cf. nota 179) da igreja em Laodicéia (cf. nota 180) escreve: Estas coisas diz o Amém, a testemunha fiel e verdadeira, o princípio da criação de Deus:**  
<sup>15</sup> **Conheço as tuas obras, que nem és frio nem quente. Quem dera fosses frio ou quente!**  
<sup>16</sup> **Assim, porque és morno e nem és quente nem frio, estou a ponto de vomitar-te da minha boca;**  
<sup>17</sup> **pois dizes: Estou rico e abastado e não preciso de coisa alguma, e nem sabes que tu és infeliz, sim, miserável, pobre, cego e nu.**  
<sup>18</sup> **Aconselho-te que de mim compres ouro refinado pelo fogo para te enriqueceres, vestiduras brancas para te vestires, a fim de que não seja manifesta a vergonha da tua nudez, e colírio para ungires os olhos, a fim de que vejas.**  
<sup>19</sup> **Eu repreendo e disciplino a quantos amo. Sê, pois, zeloso e arrepende-te.**  
<sup>20</sup> **Eis que estou à porta e bato; se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele, e ele, comigo.**  
<sup>21</sup> **Ao vencedor, dar-lhe-ei sentar-se comigo no meu trono, assim como também eu venci e me sentei com meu Pai no seu trono.**  
<sup>22</sup> **Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.**

- 14** Sobre a indicação dos destinatários e a ordem para escrever, cf. EXCURSO *Ia*, sobre a auto-apresentação, cf. EXCURSO *Ib*. **Estas coisas diz o Amém**. Em 2Co 1.20 ainda se formula de maneira gramaticalmente correta: “Cristo é o Amém [neutro]”. Aqui, porém, consta uma abreviação lapidar: o Amém ([masculino] a saber: aquele que se chama ou é Amém). Ponto de partida talvez seja Is 65.16. Deus não apenas jura, Ele próprio é um juramento. Entre Ele e Sua Palavra simplesmente não se pode meter nenhuma cunha, porque nEle não existe um “entre”. Seu dizer e ser apóiam-se um sobre o outro e são a mesma coisa. Esse Deus, pois, mostra sua face em Jesus. Quem vê Jesus, consegue contemplar o Amém, ouvir seu juramento, experimentar sua fidelidade.

Esse Senhor depara-se com uma igreja que é totalmente igreja por aparência. Também em outras igrejas ocorrem abismos entre aparência e verdadeiro ser. Aqui, porém, o acusado ainda interrompe presunçosamente para se justificar (v. 17): “Tenho tudo, não me falta nada”. Por meio dessa glorificação própria, Laodicéia chega a uma perigosa vizinhança com a Babilônia (Ap 18.7). Sob essas condições, o que seria o testemunho cristão senão mera enxurrada de palavras? Incide, portanto, no âmago dessa verborréia a palavra, o juramento, o Amém.

**A testemunha fiel e verdadeira.** A “testemunha fiel”, reforçada por “verdadeira” (cf. nota 230) deve ser interpretada conforme Ap 1.5, a saber, na sua relação com a Sexta-Feira da Paixão. O Amém que Ele concretiza, o juramento que Seu amor jura, foram selados pelo seu sangue. Todo discurso de Deus em Cristo é consistente em si e aproxima-se dessa igreja morna como eternamente

confiável, como fidelidade pura e como amor ardente. Será que esse braseiro poderá incendiar-se em Laodiceia?

A auto-apresentação encerra-se com as palavras: **o princípio da criação**. De acordo com Cl 1.18 e, sobretudo, com Ap 1.5, é recomendável que essa formulação remeta à Páscoa enquanto fundação do novo mundo. Conseqüentemente, todas as designações possuem profundidade cristológica. Fala-se de Sexta-Feira da Paixão e Páscoa, e o oráculo do vencedor no v. 21 fala da Ascensão. A proclamação dos grandes feitos de Deus emoldura, portanto, a mensagem a Laodiceia.

É evidente que isso acontece intencionalmente diante de uma igreja para a qual nada é tão necessário quanto ser novamente evangelizada. Essa missiva distingue-se das demais pelo fato de que fala incessantemente de Cristo e o aproxima em renovadas formulações da situação da igreja (cf. o comentário sobre os ditos de gravação), pressupondo pouco e não abordando nenhuma correlação bíblica mais profunda. Em contrapartida, refere-se de modo especialmente nítido à situação da igreja. Não é por acaso que evangelistas preferem esse texto.

- 15** O inquérito judicial (EXCURSO *1c*) trata essa igreja como um bloco único. Não há os “demais” (Ap 2.24) ou “alguns” (Ap 3.4 [BLH]) que se mantêm fiéis. **Conheço as tuas obras, que nem és frio nem quente.** Água fervente ou fria tem utilidade. Contudo, a quem fortaleceria ou refrescaria água morna? Nessa passagem, ela está sendo oferecida a Cristo, pois ele a degusta em sua boca (v. 16). Ela o repugna. Ele é hóspede em Laodiceia e, com a maior tranquilidade, os anfitriões servem-lhe água morna. Servem-no com seu serviço lerdo, com seus cultos sonolentos, com orações de ladainhas e com seu cuidado pastoral negligente. **Conheço**, diz o Senhor diante dessa atividade. Obviamente ele o sabe, pois ele tem de experimentá-lo. Toda a mornidão na comunidade, toda atitude lerda e desligada, também diante das pessoas, fere *a ele*. O que é feito a um de seus mais humildes irmãos, é praticado contra ele.

Não somente Cristo, também Satanás conhece a maré espiritual baixa da comunidade (cf. o comentário a Ap 3.1). Por isso ele os deixa integralmente em paz. Por isso não se informa nada sobre tentação e perseguição, negação, apostasia ou abalos. Tudo está intacto e tudo se realiza. O quadro de membros não dá razão para preocupações. Sim, os membros mornos consideram o Senhor Jesus Cristo tão inócuo, que nem sequer se desligam.

**Quem dera fosses frio ou quente!** Essa exclamação denota uma avaliação definida. O grau mais alto é “quente”, p. ex., nos termos de Rm 12.11: “sede fervorosos de espírito”. Depois segue-se na escala de valores a rejeição clara e fria. No nível mais baixo, porém, está a mornidão. É nele que se abafa de modo suave, mas determinado, o ardor e rugir do Espírito, evitando-se de toda forma ser um adversário. Normalmente, esse caminho intermediário entre os extremos é considerado o “equilíbrio áureo”. Contudo, o cristão “nem a favor nem contra” na verdade não se encontra no meio, mas sim em queda livre, no ponto mais baixo da escala de valores.

Entre a acusação e a palavra de ameaça (EXCURSO *1d*) normalmente encontra-se o chamado ao arrependimento. Na presente missiva, porém, precipita-se uma ira tão incandescida sobre a situação da comunidade que a ameaça é acrescentada no mesmo fôlego. Isso não significa que não seja mais possível o arrependimento, pois mais adiante segue-se o convite para ele. Antes significa que diante da igreja amornada não se apresenta nenhum Senhor morno. Seu ardor é esperança para todos os mornos.

- 16** Assim, porque és morno e nem és quente nem frio, estou a ponto de vomitar-te da minha boca. Com vistas a quatro igrejas o Senhor dissera: “Tenho algo contra ti!” Agora é declarado: “Tu me repugnas!” Esse é o ápice da condenação. Ainda assim – ele ainda suporta os insuportáveis por algum tempo. Justamente nesse ponto segue-se uma palavra de arrependimento extraordinária (EXCURSO *1d*), um lutar e requestar por Laodiceia.
- 17** Agora a igreja toma a palavra, revelando uma arrasadora ignorância diante do conhecimento de seu Senhor no v. 15: **pois dizes: Estou rico e abastado**. Foi assim que falou em outra ocasião o rico fazendeiro em Lc 12.19. No presente texto fala um comerciante rico. “Sim”, pondera ele, “tornei-me rico”. Conhecemos a opinião das pessoas bem-sucedidas, como se refestelam em suas recordações sobre como levantaram seus negócios. No passado assumiram um pequeno comércio, agora possuem uma gigantesca loja de departamentos! A conclusão talvez soe como Zc 11.5: “Não o consideram pecado algum, e dizem: louvado seja Deus, agora sou rico!” (tradução do autor). Da mesma maneira acontece aqui, que a gabolice com o sucesso material transita para a presunção de uma posse religiosa.

**Não preciso de coisa alguma.** Em 1Co 12.21 essa formulação ocorre em relação a outro membro da igreja: o irmão não tem nada de significativo para me oferecer. O que ele fala não é importante. Comigo mesmo tenho o suficiente. No presente texto, porém, o orgulho do que providencia tudo por si mesmo levanta-se diante do próprio Senhor. Jo 15.5 é virado de pernas para o ar: “Sem ti podemos realizar tudo!” É assustador formulá-lo dessa maneira, mas quantas vezes isso é praticado na vida (1Co 4.8)! Nessa auto-suficiência diante de Jesus, nesse afastamento do trono de sua graça residem o pecado originário da igreja, bem como o começo do fim.

Entretanto, nem mesmo Sansão notou que sua força o abandonara: **e nem sabes que tu és infeliz, sim, miserável** (“e nem sabes que és miserável e digno de pena” [tradução do autor]). É assim que se apresenta o quadro da realidade do homem ativo nos negócios e conformado com o mundo, que acompanha tudo. Ele está tenso e desgastado, o tipo de atribulado de Mt 11.28 (o mesmo vocábulo em Rm 7.24). Ele deveria chegar a Jesus, porém não o sabe. Ele se considera independente: “Não careço de nada”. Contudo, tem necessidade dos remédios e da cura para o coração. Toda vez que alcança o sossego, busca o divertimento e os compromissos, saindo logo de novo às pressas. Sobretudo teria necessidade da compaixão e, finalmente, do arrependimento. E por estar tão sobrecarregado, é digno de pena. A ira não torna Jesus cego para o pecador. Ele preserva o olhar pela pobre criatura. Ela lhe dá pena, e muito mais quando ela mesma não tem consciência de si, mas ainda se auto-engrandece. O estado espiritual é caracterizado com três ilustrações: **pobre, cego e nu** (cf. abaixo).

- 18** A esses três pontos enfermos correspondem os três conselhos. **Aconselho-te.** Talvez haja aqui uma conotação do linguajar comercial. Jesus se apresenta como comerciante (Mt 13.45), oferecendo três especialidades de Laodicéia famosas naquele tempo. Pelo que se evidencia, a igreja entrementes misturou-se intimamente com o mundo que a envolve. Enquanto antes constituía um templo de Deus nessa cidade de lojas, agora ela própria se tornou um estabelecimento comercial (Jo 2.16), estando acomodada ao seu contexto. O espírito de negócios, de compra e de regateio, havia deslocado o Espírito Santo. Por amor à igreja, porém, Jesus se transforma num mercador, que tenta superar todos os seus concorrentes: “**de mim compres**, com toda a certeza receberás boa mercadoria”. Com tenacidade, quase como de um mascate, ele oferece ora isso, ora aquilo, sempre apresentando ao freguês reticente novas mercadorias. O Filho Eterno se rebaixa a um ponto tão humilde. Fez-se um laodicense para os laodicensês, a fim de conquistá-los.

Com o que Laodicéia deverá pagar? Seguramente essa resposta teria de ser respondida com Is 55.1: “Ah! Todos vós, os que tendes sede, vinde às águas; e vós, os que não tendes dinheiro, vinde, comprai e comei; sim, vinde e comprai, sem dinheiro e sem preço, vinho e leite” Também Ap 22.17 conhece essa curiosa “aquisição”. Com certeza reside nisso um indício dos altos “preços” que o ser humano paga nesse mundo por artigos de pouco valor, comprometendo pureza, honra, paz e saúde. Junto desse novo “comerciante” na verdade se comprará com vantagens, sim, de forma extraordinariamente vantajosa, a saber, de graça. Ele começa com suas ofertas:

**De mim compres ouro refinado pelo fogo para te enriqueceres.** O ouro dos bancos de Laodicéia tinha boa fama por causa da consistência de seu valor (cf. nota 243). Ao adquiri-lo, o freguês estava bem atendido. Contudo o mercador adverte: “Todos vocês que se abasteceram do ouro de Laodicéia, são pobres e terrivelmente enganados. Façam rapidamente negócios comigo e tornem-se verdadeiramente ricos.” Nesse texto, “ouro” é expressão da verdadeira posse. Todas as missivas às igrejas falaram sobre ter e não ter (nota 185). Cristo faz o balanço. Ele encontra prateleiras totalmente vazias. Contudo, ainda há tempo. Ele quer ajudar a igreja a passar do passivo para o disponível, ou seja, para que tenha amor, fé, serviço, testemunho, esperança (cf. 1Pe 1.7,18; 1Co 12,13).

**Vestiduras brancas para te vestires, a fim de que não seja manifesta a vergonha da tua nudez.** Laodicéia possuía uma indústria têxtil produtiva, sobretudo para tecidos pretos, da moda (cf. nota 243) – Diz-se que os acusados compareciam de preto diante do tribunal. Os condenados eram despidos (aqui, no v. 17; também Jesus foi despido antes da crucificação), réus absolvidos recebiam uma veste branca (cf. o comentário a Ap 3.4). São essas as correlações do nosso texto. O Senhor não deseja a nudez de sua igreja. Ele lhe oferece purificação e absolvição.

**E colírio (“pomada”) para ungires os olhos, a fim de que vejas.** No Oriente as doenças nos olhos eram muito freqüentes, causadas pela forte irradiação solar, por constante poeira, exigüidade de água e falta geral de higiene. Por isso havia muitos cegos, muitos médicos de olhos e centenas de

diferentes remédios na forma de pomadas, talcos e gotas. Também Laodicéia comercializava uma famosa marca desses produtos (cf. nota 243).

Quando o v. 17 chama a igreja de cega, sintetiza-se toda a miséria. Muitas vezes os cegos são pobres, e os pobres andam precariamente vestidos. A causa da pobreza e nudez reside na cegueira. A cegueira espiritual, da qual o AT fala com tanta frequência, refere-se ao direito de Deus de fazer reivindicações, às consequências da desobediência, bem como à subestimação do pecado e de Satanás. De acordo com Jo 9.41 essa cegueira espiritual acomete aquele que a nega. Imaginemos uma pessoa cega que se porta como se pudesse ver, não permitindo que seja conduzida, nem tateando cautelosamente no seu caminho. “Não preciso de ninguém, sei fazer tudo sozinho!” É essa a desastrosa cegueira que se apresenta no presente texto (v. 17).

Foi por isso que o grande médico de olhos diagnosticou primeiro: “Estás cego!” e agora declara: “Vendo para ti pomada para os olhos!”

- 19 Nesse instante o Senhor tira a máscara do comerciante aplicado aos negócios, revelando-se como aquele que ele é: como amigo de todas as igrejas: **Eu repreendo e disciplino a quantos amo.** O amor de amigo (Jo 15.14,15, aqui no v. 20) expressa-se em duas atividades que, na formulação, constituem uma repercussão de Pv 3.12 (e Hb 12.7), mas que novamente devem ser examinadas no seu contexto. Lá elas estão inseridas na relação pai-filho, e naquele contexto a disciplina é sofrer castigo. Contudo, é estranho a João falar de Cristo como o Pai dos discípulos. Igualmente falta no trecho qualquer vestígio de sofrimento por castigo. Por um lado, entre amigos focaliza-se a palavra da verdade: **Eu repreendo** (“corrijo”). O amigo rejeita tudo o que não for verdade. Inexoravelmente ele examina as obras e cita de forma aberta o que for imprestável. Segue-se a palavra da punição: **Eu disciplino.** Ele ameaça com ira ardente, destroça a presunção, exige consequências e ordena o arrependimento. Tudo isso se espelha na mensagem à igreja. Ela também está entremeada da busca pela atenção, o chamado para despertar e convidar. Ainda que não seja possível o elogio, nem por isso há falta do amor. Também na ira o Senhor se lembra de sua misericórdia e “não é com prazer que ele nos causa sofrimento ou dor” (Lm 3.33 [BLH]).

**Sê, pois,** (daqui em diante) **zeloso e arrepende-te.** A primeira das duas exortações está na forma verbal de continuidade. Aos anos de mornidão (v. 16) devem seguir-se anos de zelo. Que sejam tomados do zelo de Jesus quando purificou o templo (Jo 2.17) e que seja queimado o zelo antigo, impuro, que fez da comunidade uma casa de comércio. Fora com o ativismo afundado no mundo, com o regatear, acumular, trabalhar, correr e apressar-se por nada! O nome, o reino e a vontade de Deus passam a determinar os pensamentos de forma nova.

- 20 Arrependimento desencadeia-se diante de Cristo, e somente diante dele (EXCURSO 1d): **Eis que estou à porta e bato; se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa.** Na Antigüidade se podia solicitar ingresso numa casa de duas maneiras: ou se batia com uma argola metálica, ou simplesmente se chamava. Aqui ressoam ambos, a batida e a voz, um sinal da premência da vontade. Como é que os laodicenses ouviam a **v**oz de Jesus? Por doença, sofrimento ou acontecimentos históricos? Conforme Jo 10.3,27; 18.37 e sobretudo conforme as sete exortações “ouça!” nos ditos de gravação, cabe considerar o falar do Espírito precisamente nessas mensagens às igrejas. Nelas o Senhor se apresentava e se apresenta às suas igrejas, fazendo ressoar a sua voz.

Embora não lhe falem chaves (Ap 1.18; 3.7), ele deixa a abertura por conta das próprias pessoas. Distancia-se de todos os meios violentos de penetrar no pecador, abordando-o com o amor mais nobre. Não existem hóspedes mais distintos que ele e seu Espírito. Diante dele pessoas se tornam novamente verdadeiros seres humanos, responsáveis até o extremo. Por isso também são culpadas ao extremo quando trancam esse amor do lado de fora.

Quando Jesus *entra* no recinto daquele que lhe abre? Na sua segunda vinda? Em passagem alguma é ensinado que o Senhor entra em pessoas isoladas na ocasião de sua volta. Ou será que essa entrada sucede quando se celebra a Ceia do Senhor? Como tentamos evidenciar pela tradução, o texto usa uma palavra muito genérica para falar de uma refeição comunitária, que não deveria ser relacionada de imediato com a celebração da Ceia do Senhor: **e cearei com ele.** Como comparação devem ser observados versículos de João que falam da vinda do Senhor exaltado por meio do Espírito: Jo 14.23,18; 16.7,13,22. Ele passa imediatamente por cada porta que se abre para ele por meio do arrependimento. Lá dentro não há necessidade de esperar pela próxima celebração da Ceia do Senhor.

Sua presença no Espírito Santo (à semelhança de Mt 28.20; 18.20) é caracterizada assim: **e cearei com ele, e ele, comigo**. Talvez a inversão indique uma troca de papéis. O hóspede torna-se anfitrião. O Jesus que entrou providenciando o copo cheio e o pão da vida. Visto que em última análise o arrependimento acontece às suas custas, arrependemo-nos é para nós uma “obra alegre” (Lutero).

- 21** Aquilo que até aqui caracterizou a última missiva, a saber, a máxima culpa, o mais extremo perigo, o mais insistente chamado ao arrependimento, o mais intenso amor, isso também se prolonga no oráculo do vencedor (EXCURSO *If*): novamente um ápice, a saber, uma promessa mais sublime. **Ao vencedor, dar-lhe-ei sentar-se comigo no meu trono**. O “comigo” do v. 20 prolonga-se até a consumação. “Pai, a minha vontade é que onde eu estou, estejam também comigo os que me deste, para que vejam a minha glória” (Jo 17.24). A comunhão de mesa secreta é transformada em comunhão de trono pública. A ilustração tem sentido por causa das amplas salas dos tronos na Antigüidade. Porém, é tão somente uma ilustração, que tenta expressar o inexprimível. O vencedor é acolhido numa comunhão de trono já existente anteriormente: **assim como também eu venci e me sentei com meu Pai no seu trono**. A partir do cap. 5 o leitor da Bíblia sabe a que data o Senhor está aludindo e de que espécie era essa vitória: Ele venceu na Sexta-Feira da Paixão, quando morreu pelo mundo e também por Laodicéia. É desde então que ele reina (cf. nota 162). Entretanto, sua igreja ainda se encontra na luta da fé, até que também ela possa assentar-se.

O judaísmo ensinava que no céu ninguém além de Deus está sentado. Todos os demais estão de pé. Diante desse pano de fundo essa promessa é intensificada de uma maneira que extrapola todas as medidas e conceitos. O trono de Deus constitui a figura central do Apocalipse de Ap 1.4 a 22.4. Ele é mencionado em 47 passagens. Ele é o ponto de partida de todos os acontecimentos no céu e na terra, no mundo antigo e no novo. Sobre esse trono, porém, Cristo “preparou um lugar” (Jo 14.2) para sua igreja em Laodicéia. Essa palavra é afirmada numa hora em que a igreja ainda é morna. Jesus lhe oferece a última coisa que possui, sua comunhão com o Pai no trono.

- 22 Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas.** Que diz o Espírito às igrejas através dessa última mensagem, resumidora? Ele fala de Jesus! Jesus é o Amém [masculino], a fiel testemunha, o Primeiro da criação, o Juiz, o purificador do templo, o comerciante, amigo, hóspede, anfitrião, o vencedor e entronizado, e o Filho. Assim cumpre-se Jo 16.14: “Ele me glorificará”, ainda que fale sobre pecado, arrependimento, juízo e salvação.

Não seria espiritualmente correto depreender desses dois capítulos nada mais que “Tu deves!”. Eles representam uma imponente nova proclamação do Senhor Jesus, para que sua igreja não se torne uma igreja de aparências. Certamente ela própria está sendo desmascarada nesse processo. Mas igualmente está sendo manifesto aquele que diz: “Eu sou”, “eu conheço”, “eu quero”, “eu venho, eu dou.”

## IV. DEUS E O CORDEIRO SOBRE O TRONO

### 4.1–5.14

#### 1. A preparação da visão, 4.1,2a

- <sup>1</sup> **Depois destas coisas, olhei, e eis não somente uma porta aberta no céu, como também a primeira voz que ouvi, como de trombeta ao falar comigo, dizendo: Sobe para aqui, e te mostrarei o que deve acontecer depois destas coisas.**

<sup>2a</sup> **Imediatamente, eu me achei em espírito** (“dominado pelo Espírito de Deus” [BLH]).

- 1** O primeiro versículo do cap. 4 começa e termina com “depois”. Desta forma, o leitor praticamente percebe que está transpondo um degrau. João concluiu o escrutínio do presente. Agora ele se liga à segunda parte de sua incumbência em Ap 1.19: a visão do futuro. Até Ap 22.3 a figura central desta visão será “o trono de Deus”. Em Ap 1.4 e 3.21 ele fora mencionado, agora, porém torna-se o centro de dois capítulos fundamentais.

**Depois destas cousas, olhei, e eis... uma porta aberta no céu.** A fala do céu aberto aparece pela primeira vez em Ez 1.1 e pressupõe que ele estava fechado. Portanto, o poder de Deus está ausente, o diabo tem a primazia. Sob este céu fechado o povo de Deus lamenta: “Tornamo-nos como aqueles sobre quem tu nunca dominaste e como os que nunca se chamaram pelo teu nome. Oh! Se fendesses

os céus e descesses! [...] para fazeres notório o teu nome aos teus adversários” (Is 63.19–64.2). Na estiagem espiritual cresce a esperança por uma abertura do céu no fim dos tempos por meio do Messias (Ap 3.7; Jo 1.51). Desta abertura voltará a jorrar a realidade de Deus. Dela procedem igualmente no Apocalipse ordens, juízos, anjos e o cavaleiro branco (Ap 19.11) – tudo isto para restabelecer a soberania de Deus na história.

O céu aberto, porém, não apenas libera acontecimentos, mas também entendimento. Em decorrência, Ezequiel e João tornam-se profetas. Eles contemplam a realidade originária. João deve primeiramente faltar-se com a contemplação do trono de Deus, antes de ver o drama que, em parte, é da mais espessa escuridão. E nos leitores visa-se lançar um fundamento inabalável no que se refere ao que há de vir.

Depois de dois capítulos João volta a estabelecer ligação com Ap 1.10, sublinhando desta forma o novo enfoque: **a primeira voz que ouvi, como de trombeta ao falar comigo, dizendo**. Novamente se evoca a potência ensurdecadora da voz do anjo, agora expressamente com a consequência imediata de que João caiu num estado de iluminação profética (v. 2). Do céu aberto (cf. Ap 10.8) ouve-se: **Sobe para aqui**. Em Ap 1.11, para ver, o profeta tinha de realizar tão somente uma mudança de direção, aqui, uma mudança de lugar, pois agora não se trata mais de vislumbrar o presente, mas o futuro, precisamente aquele futuro que vem sobre nós a partir do trono de Deus. É por isto que João precisa assentar-se no limiar do céu aberto. Com certeza a maneira diferente de exposição na unidade principal seguinte está relacionada com a nova localização, bem como com o novo tema do profeta. Esta nova maneira é que dificulta tanto a interpretação: tudo se torna mais codificado e enigmático.

Cabe distinguir a subida do profeta da ascensão do Messias (At 2.34; Jo 6.62; 20.17; Ef 4.8-10; cf. também Ap 11.12). Em seu corpo João permanece na terra, mas algumas de suas funções são sobrelevadas. São parcialmente revogadas as proibições de ver – nenhum ser humano pecador tem permissão de ver a Deus! – e de ouvir (cf. 2Co 12.4). Por isto a subida do profeta significa uma graça extraordinária.

- 2a** João torna-se, pois, um profeta, mas permanece na terra. Para ele o céu não foi aberto para que entre, porém apenas para que ouça e veja o que há dentro dele. Eu **te mostrarei o que tem de acontecer depois destas coisas. Imediatamente, eu me achei em espírito** (“Num instante fui dominado pelo Espírito de Deus” [BLH]). Parece que este “imediatamente” estabelece a concomitância com o ressoar da potente voz. Os fatos que têm de ser relatados um após o outro – a visão e audição de João, o chamado do anjo – são posteriormente sincronizados por João.

## 2. O trono e o Entronizado, 4.2b,3

- <sup>2b</sup> **e eis armado no céu um trono, e, no trono, alguém sentado;**  
<sup>3</sup> **e esse que se acha assentado é semelhante, no aspecto, a pedra de jaspe e de sardônio (karneol), e, ao redor do trono, há um (resplendor de) arco-íris semelhante, no aspecto, a esmeralda.**

- 2b** Das 60 passagens do NT acerca do trono 47 encontram-se no Apocalipse, das quais nada menos de doze no presente capítulo. Todos os detalhes estão orientados com vistas ao trono: sobre o trono, em redor do trono, a partir do trono, diante do trono ou no meio dele. Amplo e espaçoso, ele “paira” naquele lugar (cf. o exposto sobre Ap 3.21). Um símbolo da soberania inabalável de Deus: **e eis armado no céu um trono, e, no trono, alguém** Entronizado (“**sentado**”). Estar sentado constitui no Oriente uma evidência de dignidade máxima, o que fornece um motivo para não traduzirmos literalmente o vocábulo, mas falarmos desde logo do Entronizado. Este “Entronizado” já aparece em Is 6 e Ez 1, porém cada vez complementado por uma especificação maior. No presente texto e também nos v. 3,9,10, a reverência teme acrescentar a mínima palavrinha. Somente os louvores nos v. 8,11 mencionam a “Deus”.
- 3** Os versículos subseqüentes não acabam com esta reserva. Somente o manto de luz do entronizado torna-se objeto da descrição. Em Ap 5.1 uma mão estende-se para fora do esplendor ofuscante. Porém Deus mesmo não pode ser visto em tamanha luz. Em decorrência, nem mesmo aqui se quebra a afirmação de Jo 1.18: “Ninguém jamais viu a Deus”. Uma percepção, porém, o vidente apreendeu de maneira indelével: Deus é luz de todos os lados, por dentro e por fora (cf. 1Jo 1.5). Ele representa



um não eterno à escuridão caótica, bem como um sim eterno à vida e à justiça. Dentre a plenitude de luz três tonalidades de cor fixam-se na memória de João: e o Entronizado (era) **semelhante, no aspecto, a pedra de jaspe e de sardônio, e, ao redor do trono, há um** (resplendor de) **arco-íris semelhante, no aspecto, a esmeralda**. A diferença é leve mas significativa se o Entronizado é comparado com as jóias ou apenas com o aspecto de pedras preciosas, ou seja, com sua respectiva aparência no que se refere ao seu efeito de cor. No segundo caso, a comparação é cautelosamente restrita e mantida longe de definições da essência divina (cf. também nota 153).

O **jaspe** é o nome de uma pedra semipreciosa pouco valiosa, transparente, azulada e esverdeada. Para o Apocalipse, os textos de Ap 21.11,18,19 fornecem referenciais bem diferentes, segundo os quais se trata de uma luz branca reluzente. Nela o jaspe constitui a pedra mais preciosa (Ap 21.19), imagem da glória de luz da nova Jerusalém com uma intensidade notável, translúcida e clara como cristal (Ap 21.18). O **sardônio** (*karneol*), denominada segundo Sardes, local em que é encontrada, é imaginada como reluzindo em tons avermelhados, em concordância com sua designação hebraica. Manifestação de Deus e pedra de fogo formam uma unidade (p. ex., Ez 1.27; aqui no v. 5). Estas duas comparações, portanto, descrevem uma plenitude de luz branca e avermelhada. Que contribuição traz a terceira definição?

Será que devemos acompanhar a maioria dos intérpretes e pensar na *forma* de arco-íris? Neste caso se poderia estabelecer a conexão com Gn 9.13: o Entronizado aparece encimado pelo sinal da misericórdia. Também nos juízos ele visa manter a fidelidade à humanidade. Seu rigor santo, enfim, tem em vista o nosso bem.

Contudo, justamente o vocábulo, com o qual a tradução grega da Bíblia alude em Gn 9.13,14,16 à forma do arco-íris, está sendo evitado no presente versículo, sendo substituído por outro, extra-bíblico, usual na Antigüidade (“íris”). É por isto que se torna recomendável a outra possibilidade, a comparação com o *brilho* do arco-íris. O branco e vermelho flamejante estão emoldurados por um verde luminoso. Também Ap 10.1; Ez 1.28; Eclesiástico [Sirácida] 43.11; 50.7 assinalam a magnitude e beleza do arco-íris.

João, portanto, contemplou o Entronizado numa plenitude de luz descrita posteriormente sob três aspectos. O comentarista não deve destruir a congruência da impressão toda, perdendo-se em comparações isoladas. Tampouco deveria precipitadamente introduzir no arco-íris toda uma teologia da graça, em vez de esperar pelo cap. 5 (cf. abaixo, o retrospecto sobre o cap. 4).

### 3. Os arredores do trono, 4.4-8a

- <sup>4</sup> **Ao redor do trono, há também vinte e quatro tronos, e assentados neles, (vi) vinte e quatro anciãos vestidos de branco, em cujas cabeças estão coroas de ouro.**  
<sup>5</sup> **Do trono saem relâmpagos, vozes e trovões, e, diante do trono, ardem sete tochas de fogo, que são os sete Espíritos de Deus.**  
<sup>6</sup> **Há diante do trono um como que mar de vidro, semelhante ao cristal, e também, no meio do trono e à volta do trono, quatro seres vivos cheios de olhos por diante e por detrás.**  
<sup>7</sup> **O primeiro ser vivo é semelhante a leão, o segundo, semelhante a novilho, o terceiro tem o rosto como de homem, e o quarto ser vivo é semelhante à águia quando está voando.**  
<sup>8a</sup> **E os quatro seres vivos, tendo cada um deles, respectivamente, seis asas, estão cheios de olhos, ao redor e por dentro.**

- 4 Assim como o v. 2 citou primeiro o trono e depois o detentor do trono, assim também agora, dentre os arredores celestes, estão sendo citados primeiramente os tronos: **Ao redor do trono** (havia) **tronos**. São nitidamente sedes de governantes subordinados. Falta-lhes tanto a singularidade quanto a posição central. Ao se ajoelharem e lançarem suas coroas no v. 10, seus ocupantes demonstram sua dependência. Contudo, quem são eles? **E assentados neles, (vi) vinte e quatro anciãos vestidos de branco, em cujas cabeças estão coroas** (“grinaldas”) **de ouro**.

O número vinte e quatro poderia levar à suposição de que estes anciãos representam a comunidade da antiga e nova aliança, i. é, a *igreja* perfeita e consumada. Também em Ap 21.12,14 o doze duplicado aparece num contexto correspondente. Suas vestimentas brancas podem estar apontando para sua condição de justificação, como em Ap 3.4,5,18, suas grinaldas para as coroas de vitória para a igreja, como em Ap 2.10; 3.11, e suas harpas (conforme Ap 5.8) para a multidão dos vencedores

em Ap 14.2; 15.2. Para os leitores da antiga tradução de Lutero esta interpretação mostra-se plausível, uma vez que em Ap 5.10 os anciãos louvam, conforme a versão textual precária de que Lutero dispunha: “Tu *nos* tornaste reis e sacerdotes para o nosso Deus”. É assim que falam os cristãos redimidos.

Entretanto, são poucas as traduções mais recentes da Bíblia que ainda acompanham esta leitura (em lugar de “nos” a maioria prefere “os”). Nem em Ap 5.10 nem em Ap 4.11; 7.11; 11.16,17; 14.3 ou 19.4 os anciãos dão a entender que teriam de agradecer por sua própria redenção. O número vinte e quatro aparece com demasiada frequência simplesmente como número da perfeição em todos os contextos imagináveis para que pudesse ser de imediato interpretado como referente ao povo das doze tribos e à sua duplicação. Vestes brancas podem ser vestimentas de anjos, sem a conotação de purificação pelo sangue de Cristo. Harpas aparecem no AT em toda parte onde ressoa o louvor a Deus, e o laureamento constitui um símbolo de dignidade extremamente disseminado. Não, a interpretação de que se está falando da igreja transfigurada não é tão plausível quanto parece. O retrospecto sobre o cap. 4 visa evidenciar que o tema da redenção e da igreja ainda não está sendo abordado neste texto.

Ou será que os anciãos representam a *humanidade* toda? Esta leitura, no entanto, parece ser mais uma suposição do que uma interpretação fundamentada. A solução mais singela é entender os anciãos como um dos *grupos de anjos* no âmbito das adjacências celestiais de Deus. Esta visão confirma-se ponto por ponto. Como o anjo em Ap 8.3-5, eles transmitem as orações dos santos (Ap 5.8), como anjos (nota 249) eles explicam visões (Ap 5.5; 7.13-17), como outros coros de anjos eles louvam a Deus (Ap 4.10,11; 5.9,10,14; 7.11,12; 11.16,17; 14.3; 19.4). Em Ap 7.14 um deles é interpelado por João como “meu Senhor” (cf. comentário correspondente). Igualmente não transparece nada de que tivessem ingressado na celebração divina num determinado momento, como os cantores redimidos de Ap 7.14. Não, eles servem a Deus “de eternidade a eternidade”. Seu número é simplesmente um número santo, talvez apoiado no número dos grupos de músicos e cantores no culto em 1Cr 24, cujos líderes também eram chamados de anciãos.

- 5 Do trono saem relâmpagos, vozes e trovões.** Com frequência os elementos da tempestade servem no AT para descrever uma aparição com glória, bem como com seu poder judicial. O que as “vozes” significam neste contexto? No grego a palavra tem uma abrangência de utilização bem mais ampla que em nosso idioma. Apenas no Apocalipse os seguintes ruídos são chamados de “vozes”: o tocar da harpa (Ap 18.22), o toque de trombeta (Ap 8.13; 10.7; 14.2), o farfalhar de asas (Ap 9.9), o barulho de carroças (Ap 9.9), o bater do moinho (Ap 18.22) e o murmúrio da multidão (Ap 19.1,6). No presente trecho, a moldura da tempestade e a comparação com Ap 1.15; 14.2 e 19.6 sugerem a interpretação de que se trata do rugir da água.

Os três elementos mencionados não visam ser dissociados e interpretados cada um por si. Importante, acima de tudo, é seu número de três, que é peculiar a este capítulo como número divino (nota 264). Também passagens posteriores mencionam novamente elementos da tormenta tempestuosa, mas preferem completá-los com terremoto ou granizo, formando o número da totalidade, qual seja, de quatro (Ap 8.5; 16.18). No trecho em análise, porém, os acontecimentos terrenos do tempo escatológico ainda não são enfocados. É a liturgia celestial de eternidade a eternidade que determina o quadro.

**E, diante do trono, ardem sete tochas de fogo.** Desde sempre o fogo fez parte daquilo que circunda o santo Deus (p. ex., novamente em Ez 1.27; Êx 24.17; cf. também aqui no v. 3 o sardônio avermelhado). Entre as diferentes formas em que se manifesta o fogo também se encontra a tocha (Gn 15.17; Ez 1.13; Dn 10.6; Jó 41.19; Na 2.4). Parece que se tratava de uma chama alongada, retorcida e fumegante. No AT, porém, estas tochas não podiam ser captadas em números como aqui. Além disto, está faltando o movimento irrequieto de um lado para o outro. Imóveis, em número reconhecível de sete, elas queimam no mesmo lugar, a saber, diante do trono de Deus. Quase evocam as sete chamas do candeeiro de ouro, que “queima diante do Senhor” (Êx 30.8), uma figura do Espírito Santo que preenche a igreja. É esta a interpretação que é dada expressamente em seguida: **são os sete Espíritos de Deus.** O Espírito Santo, porém, constitui no Apocalipse um poder de salvação. Dele procedem a clemência e a paz (Ap 1.4; cf. também EXCURSO *Ie*).

- 6-8a E diante do trono (era) um como mar de vidro, semelhante (“igual”) ao cristal.** As duas expressões “como” e “igual”, singularmente freqüentes no presente capítulo, estendem também este detalhe novamente para o indefinido e simbólico. Por isto não se pode explicar simplesmente que

João viu o “mar de bronze” (1Rs 7.23), aquele utensílio do templo que ficava ao lado do altar de holocaustos.

Mas por que, afinal, o tanque de água metálico no templo israelita podia ser chamado de “mar”? Isto se torna compreensível quando se considera a maneira de falar acerca do mar celestial. Em Gn 1.6,7 fala-se de dois mares separados entre si. Há por um lado o mar terreno, violento, traiçoeiro, lamacento, mais tarde uma imagem da rebelião tenebrosa na criação. Seu contraste é o mar do céu, ou seja, a água que o ser humano experimentava como vindo do alto. Seus olhos viam este céu de água clara e límpida, além de ser iluminada dia e noite de forma flamejante pelos astros. Isto fornece também um ponto de referência natural para o mar de vidro “misturado com fogo” em Ap 15.2. Uma vez que, pois, aquele utensílio do templo por um lado apresentava um brilho admirável e por outro continha água limpa para o uso cultual, podia produzir a lembrança do mar do céu.

Este céu de água cristalina e brilhante é ilustração da pureza celestial e pertence ao ambiente puro de Deus. Ele forma o seu “tapete” (Sl 104.2) ou uma espécie de soalho (Êx 24.10; Ez 1.22-26). Deste modo, João deu-se conta de que diante do trono de Deus se estendia uma superfície pura, formando ao mesmo tempo uma parede divisória absoluta com a escuridão de baixo. Talvez também se deva pensar ainda no fato de que aquilo que jaz aos pés é área de domínio e que o mar de vidro se tornou metáfora para um conjunto de nações santas que serve a Deus (Ap 15.2). Desta forma veio a ser figura oposta ao mar terreno, que freqüentemente representou as nações rebeldes. Estas coisas, contudo, são ditas de maneira muito mais clara em passagens posteriores do livro.

E **no meio do trono e à volta do trono** (estavam), **quatro seres vivos**. Com grande precisão João se apercebe da localização destes seres, descrevendo-a cuidadosamente. A posição exterior espelha o peso e a importância. O posicionamento no centro do trono (cf. o exposto sobre Ap 2.1) possivelmente pressupõe um trono em degraus como em 1Rs 10.18-20. Sobre o degrau intermediário, em torno do trono e, portanto, um pouco acima dos demais grupos, assim como um pouco mais perto do Entronizado, João reconhece o círculo mais estreito dos servidores do trono. Eles apresentam tanto os traços dos serafins de Is 6 (v. 8) quanto também os dos querubins em Ez 1. Novamente, porém, não se deve prescindir de uma comparação mais atenta.

O número de quatro seres certamente aponta para a grande visão do juízo em Ez 1. No entanto, naquele texto os quatro querubins têm a ver com os quatro pontos cardeais, uma correlação abandonada no Apocalipse. Em lugar da indicação dos lados em Ez 1 (na frente = Sul, à direita = Leste, à esquerda = Oeste, atrás = Norte) usa-se, em Ap 4.7,8, a contagem simples. Além disto, em Ez 1 cada um dos quatro querubins com estatura humana possui quatro faces. A fim de concretizar determinadas qualidades, eles apresentam os rostos dos quatro representantes mais nobres da criação. Em contraposição, os quatro seres de Ap 4 possui apenas *uma* face cada. Finalmente, falta a Ap 4, em comparação com Ez 1, a informação detalhada de corpos, mãos, pernas, asas, pés, do deslocamento, da velocidade e do barulho. Uma majestosa simplificação ocupou o lugar de uma impressão confusa e irrequieta.

Os quatro seres, no entanto, aproximam-se dos serafins de Is 6 sobretudo pela sua função. Eles não carregam nem sustentam um carro de trono como os querubins. Na verdade não estão posicionados *abaixo*, mas *diante* do trono. E não são mudos, mas como os serafins, com os quais se igualam também no número de seis asas (diferente de Ez 1.6), sustentam o louvor a Deus (v. 8 e Ap 19.4).

A descrição do seu aspecto é emoldurada pela referência ao seu grande número de olhos, uma característica que lhes era comum, enquanto no mais apresentam diferenças: **cheios de olhos por diante e por detrás. O primeiro ser vivo é semelhante a leão, o segundo, semelhante a novilho (“touro”), o terceiro tem o rosto como de um homem, e o quarto ser vivo é semelhante (“igual”) à águia quando está voando. E os quatro seres vivos, tendo cada um deles, respectivamente, seis asas, estão cheios de olhos, ao redor e por dentro.** Somente o leitor moderno quebra sua cabeça sobre o significado destes muitos olhos. Naquele tempo eles não precisavam de explicação. Quando o homem da Antigüidade ficava parado debaixo do céu noturno semeado de milhares de estrelas, cintilando de todos os lados, não havia como afastar a idéia de Deus que vê e sabe tudo. Inversamente, quando a divindade era apresentada, era imperioso falar dos muitos olhos. Por isto, estes seres cheios de olhos também estão intimamente relacionados à essência de Deus. Enquanto o próprio Deus não se torna concreto nesta visão (cf. o comentário aos v. 2,3), estes personagens apresentam a sua majestade. Fazem parte dela o seu saber sublime e sua presença

acima de todos os acontecimentos deste mundo (grande número de olhos), mas igualmente seus poderes e efeitos superiores (rostos de leão, touro, ser humano e águia).

Estranhamente, estes mais elevados representantes do trono são interpretados com frequência não apenas como representantes da criação, mas até mesmo da criação inferior. O único apoio para esta leitura talvez seja fornecido pelas comparações com animais, em cuja série, porém, também aparece para o terceiro ser vivo o ser humano. Sobretudo não é admissível que por meio deste *único* aspecto sejam derrubados todos os indícios do texto que apontam para uma posição de extraordinária primazia destes seres. Seguramente os animais estão sendo símbolos *a partir* da criação, mas nem por isto símbolos *para a* criação, antes para a magnitude do poder divino.

A primazia destes quatro entes resulta de sua posição (v. 6), do grande número de olhos, de sua função de líderes da oração (v. 9 e Ap 5.8,14), bem como de sua intervenção nos mais importantes acontecimentos do exercício da soberania pelo Cordeiro (Ap 6.1-8; 15.7). Eles são seres angélicos do recinto mais íntimo do trono e (com exceção do Cordeiro) aquilo que está mais perto de Deus de acordo com o que João vê.

#### 4. A veneração de Deus, 4.8b-11

- <sup>8b</sup> não têm descanso, nem de dia nem de noite, proclamando: Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso, aquele que era, que é e que há de vir.  
<sup>9</sup> Quando esses seres viventes derem glória, honra e ações de graças ao que se encontra sentado no trono, ao que vive pelos séculos dos séculos,  
<sup>10</sup> os vinte e quatro anciãos prostrar-se-ão diante daquele que se encontra sentado no trono, adorarão o que vive pelos séculos dos séculos e depositarão as suas coroas diante do trono, proclamando:  
<sup>11</sup> Tu és digno, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder, porque todas as coisas tu criaste, sim, por causa da tua vontade vieram a existir e foram criadas.

**8b** Segue-se agora a interpretação normativa da plenitude de luz divina vista por João. Não cabe adicionar às cores e aos materiais citados no v. 3 toda sorte de temas da dogmática humana. Pelo contrário, está em foco um único tema, um tema abordado três vezes e constantemente: trata-se da santidade de Deus (cf. o comentário a Ap 3.7). **Proclamando** (“incessantemente dia e noite”): **Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso.** Os altos anjos do trono têm parte na vigilância divina do Sl 121.4, a qual não tem nada em comum com a insônia humana. Ao contrário, significa que Deus independe do ritmo terreno do tempo. Incansáveis de maneira transcendente e eternamente vigilantes, eles cumprem seu serviço ao trono como os serafins em Is 6. À designação de Deus em Isaías como “Senhor dos Exércitos” corresponde aqui “Deus, o Senhor, o Todo-Poderoso” (nota 137). Contudo, diferente de Is 6, não se segue uma definição do três vezes santo relacionada com o espaço, mas sim com a história: **aquele que era, que é e que há de vir.** Com vistas a Ap 1.4, os três elementos desta locução estão organizados cronologicamente (cf. o comentário àquele texto): Deus era santo, é santo e será santo. Não importa o que mudará no decorrer dos tempos, nisto não haverá mudança. Diante desta verdade, tudo que não é santo se despedaça. Neste episódio em torno do trono de Deus desvenda-se para João o processo fundamental da história: santificação do nome de Deus.

**9,10** No versículo subsequente o triplo santo é vertido para outra tríade: Quando esses seres viventes derem glória, honra e ações de graças ao que se encontra sentado no trono, ao que vive pelos séculos dos séculos, os vinte e quatro anciãos prostrar-se-ão diante daquele que se encontra sentado no trono, adorarão o que vive pelos séculos dos séculos e depositarão as suas coroas (“grinaldas”) diante do trono. “Glória” (*dóxa*) é o termo que embasa todas as doxologias (cf. o exposto sobre Ap 1.6). Com frequência é combinado com ele o conceito da “honra” (*timé*; 2Pe 1.17; Hb 2.7,9; 3.3), causando a impressão da plenitude, sem acrescentar um conteúdo adicional. Também “ação de graças” (*eucharistía*) seguramente constitui neste contexto uma duplicação genérica para “adoração” (v. 10). Dificilmente se poderia supor gratidão por uma determinada dádiva, pois a que ação benéfica precedente de Deus estaria aludindo? Estas ações de graças são parte integrante de um louvor a Deus que perdura por todos os tempos.

O incessante louvor de dia e de noite corresponde à condição de Deus enquanto vivo por todos os tempos. No AT ele é chamado de aquele que vive, em contraposição aos deuses gentílicos, que

pareciam aos profeta como múmias (singularmente em Is 40–43). Está assentado sobre o trono do universo um vivo que é mais vivo que tudo o mais entre o céu e a terra. Ali de fato se exerce domínio. Deus não deixa cair as rédeas, e em nenhuma época, ontem, hoje ou amanhã, é lerdo, morno ou despreparado. Ele continua sendo sempre o eixo propulsor de todas as coisas.

Adoração apática não combina com Aquele que está vivo. Por mais contínua que a cena se apresente neste capítulo, de forma alguma carece de dinamismo e desenvolvimento. Em todas as vezes a adoração começa no centro do trono, alastra-se pelas adjacências do trono e desencadeia prostração e deposição das coroas.

De acordo com o Apocalipse a adoração perfaz o grande tema desta terra e de sua história (qi 1), que praticamente repercutirá pelo mundo humano nos tempos finais. Todas as pessoas se ajoelham – diante do Cordeiro ou diante da besta. No entanto, antes que João seja introduzido nestas terríveis tensões, abre-se-lhe o céu. Nele, o vidente não observa dois tronos, diante dos quais se dividiria a adoração, mas uma situação totalmente inequívoca: *um* só trono e *uma* só adoração. Este céu descortina-se, portanto, para dentro da história humana. Por isto João sabe: a clareza nas orações sobre a terra voltará a ocorrer.

- 11 Os quatro anjos do trono deram abertura à adoração no céu. Agora falam os anjos anciãos: **Tu és digno, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder.** Um pormenor desta doxologia chama atenção especial, que no mais possui paralelos bíblicos e contemporâneos. A formulação “Senhor e Deus nosso” na verdade não está documentada no AT, mas sim literalmente na titulação imperial de Domiciano (*Dominus ac deus noster*). Da mesma forma, o culto ao imperador conhecia a deposição de coroas diante de um trono (vazio!), além de igualmente tochas (v. 5) e copiosas ornamentações de pedras preciosas (v. 3). Talvez a interpretação atual não possa mais desvendar totalmente a riqueza de associações que este capítulo aparentemente tão fora do mundo gerava nos leitores da Ásia Menor.

Resta perguntar ainda se a doxologia dos anciãos não se distingue levemente da doxologia atemporal dos quatro seres. Eles falam numa linguagem que evoca fortemente o capítulo seguinte, a respeito da dignidade de Deus de *receber* glória e poder. Será que se está pensando apenas numa exaltação eterna interna ao céu ou estaria se cogitando antes um retorno de Deus prestes a realizar-se na história, junto com a restauração de suas ordens e uma futura glorificação final por parte de todas as suas criaturas?

Ao que parece, este tipo de reivindicação por parte de Deus está sendo fundamentada pela subsequente referência tríplice à criação. **Porque todas as coisas tu criaste, sim, por causa da tua vontade vieram a existir e foram criadas.** Pertence-lhe o final porque foi ele quem estabeleceu o começo. Ele tem a última palavra porque foi ele quem proferiu a primeira. Em decorrência, detém uma infinita primazia e uma infinita vantagem diante de um Domiciano, que recém começava a apoderar-se de glória e honra. Contudo, como ele concretiza sua reivindicação?

O quarto capítulo não traz afirmações acerca de Cristo, da redenção ou da igreja. Ele não se prolonga para dentro do Segundo Artigo do Credo. Somente no último versículo talvez se abra uma pequena fresta. Ao leitor cristão que acaba de atravessar as mensagens às igrejas este fato parece um pouco precário, de modo que se sente tentado a inserir o conteúdo de que sente falta. Gostaríamos de ver as perguntas propostas pela terra coberta de trevas respondidas ainda no âmbito deste capítulo. Isto é compreensível, mas a exegese cuidadosa não pode ir além do texto. Não há nenhuma indicação no texto denotando *como* os distúrbios trazidos pelo pecado, pela morte e pelo diabo são solucionados, e *como* o mundo íntegro de Deus deverá voltar a estabelecer-se. Ainda no começo do capítulo seguinte João chora de modo inconsolável (Ap 5.4).

É importante reconhecer a característica introdutória deste quarto capítulo, sem se importar com a subdivisão em capítulos oriunda da Idade Média. Os onze versículos formam o prefácio para os catorze versículos posteriores, preparando o cenário para a ação neles desenvolvida. Dificilmente contêm verbos de ação genuína. Por mais viva que seja a figura, não deixa de ser uma imagem parada. Também os v. 9,10 não significam um verdadeiro progresso na ação: uma liturgia em constante repetição estende-se pelas eternidades.

Conseqüentemente, o cap. 4 aguarda um complemento. A unidade com a mensagem do NT somente se forma em conjunto com o cap. 5, porque o NT não proclama Deus em si, mas Deus em Cristo, ou na linguagem do presente livro: Deus e o Cordeiro.

## 5. O rolo do livro selado, 5.1-5

- <sup>1</sup> **Vi, na mão direita daquele que estava sentado no trono, um livro escrito por dentro e por fora, de todo selado com sete selos.**
- <sup>2</sup> **Vi, também, um anjo forte, que proclamava em grande voz (publicamente): Quem é digno de abrir o (rolo do) livro e de lhe desatar os selos?**
- <sup>3</sup> **Ora, nem no céu, nem sobre a terra, nem debaixo da terra, ninguém podia abrir o livro, nem mesmo olhar para ele (“para dentro dele”);**
- <sup>4</sup> **e eu chorava muito, porque ninguém foi achado digno de abrir o livro, nem mesmo de olhar para ele (“para dentro dele”).**
- <sup>5</sup> **Todavia, um dos anciãos me disse: Não chores; eis que o Leão da tribo de Judá, a Raiz de Davi, venceu para abrir o livro e os seus sete selos.**

- 1 Agora o tópico “trono” do capítulo anterior é substituído por um novo ponto. Cada versículo deste novo bloco fala sobre o rolo do livro. Em estreita conexão com Ap 4.11 João continua. **Vi, na mão direita daquele que estava sentado no trono, um livro.** Ele continua ainda sem contemplar a própria figura do Entronizado, mas sua mão direita estendida passa ao centro do interesse, como que focalizada de perto.

De acordo com uma idéia judaica, Deus mantém a mão direita inativa atrás das costas desde a destruição de Jerusalém. Também o Sl 74.11 evoca esta ilustração: “Por que retrais a mão? Sim, retira a tua destra do teu manto e dá um fim” (tradução do autor). Agora ele a estende para a frente. Deus quer tornar-se ativo. Algo grandioso está para acontecer, esperanças se mobilizam, tem início o tempo de consumação. A direita é a mão da ação (Ap 1.16; 2.1). “A destra do Senhor faz proezas” (Sl 118.15), ela exaltou a Cristo (At 2.33).

Sobre a mão aberta está, propositadamente visível, um rolo de livro. Fica tão claro o gesto de entregá-lo como em Ez 2.8b,9: “come o que eu te dou. Então, vi, e eis que certa mão se estendia para mim, e nela se achava o rolo de um livro.” Algo deve acontecer a partir de Deus. Para isto Deus deseja autorizar alguém que o realize. No entanto, será que também aqui está à procura de um profeta?

O rolo do livro estava **escrito por dentro e por fora, de todo selado com sete selos**. Ele não possui paralelo no Apocalipse. Quanto ao AT, resultam coincidências formais com Ez 2.8-10: a forma de rolo, a inscrição de ambos os lados, que assinala a plenitude de conteúdo, e também a relação judicial (“nele, estavam escritas lamentações, suspiros e ais” [Ez 2.10], cf. Ap 6). Em contrapartida, faltam em Ezequiel os selos, para cuja remoção alguém precisa ter o poder. Afinal, neste caso não se trata de capacidade, mas de saber, de obter conhecimento engolindo o livrinho, ou seja, trata-se da vocação de um profeta.

Era usual selar documentos legais romanos sete vezes. P. ex., um testador ditava um testamento e o selava no final em conjunto com seis testemunhas. Depois todos os sete selavam o documento enrolado do lado de fora. Agora ele precisava de instância judicial para ser aberto. A inscrição dos dois lados explica-se melhor pelo costume antigo do documento duplo. O texto interno continha o texto de validade legal. Ele era selado, eventualmente sete vezes. Do lado de fora anotava-se, necessariamente de forma resumida, o mesmo conteúdo, de forma que todos podiam lê-lo sem que se desfizessem os selos. A abertura e quebra dos selos por instância judicial não trazia informação nova, mas a determinação passava a vigorar. Na mesma linha encontra-se a abertura do rolo do livro no cap. 5. Não se informa nada acerca de uma leitura atenta do rolo, nada indica que o conteúdo é assimilado, porém tudo aponta para a sua instituição legal.

Em decorrência, os dados exteriores levam a supor um documento legal que deve ser promulgado a partir do trono de Deus. Entretanto, qual poderá ser o seu conteúdo?

Em 2Rs 11.12 o AT concede uma preciosa visão das solenidades de coroação da Antigüidade. O sacerdote entregava ao rei, em nome de Deus, um texto escrito. Por meio deste gesto ele sublinhava a posição do rei como representante de Deus. O costume era difundido em diferentes variantes. Também nas entronizações romanas o momento culminante era a entrega do documento da instalação do rei. Ele continha, p. ex., o novo nome do trono, a incumbência divina e a certificação de um longo tempo de governo. Ao serem rompidos os seus selos a tomada de poder acontecia de fato. Um arauto proclamava o conteúdo, os magistrados caíam de joelhos em atitude de veneração,



soavam com força as aclamações de vivas das massas diante do templo ou palácio. Não é de admirar que os imperadores gostavam de se retratar nesta pose – com o rolo do livro nas mãos.

Em Ap 5.1 igualmente está por acontecer a entrega de um documento de instalação. Contudo, aquele que receber o rolo, será o Senhor do fim. Ele constrói a última cidade e será o último rei. Quando ele romper os sete selos, começam a desenrolar-se os eventos do fim. Quem é este rei?

- 2 De imediato apresenta-se o arauto, que na Antigüidade tinha de ser literalmente um “alto-falante” (quanto ao anjo “forte”, cf. o comentário a Ap 10.1). **Vi, também, um anjo forte, que proclamava em grande voz (publicamente): Quem é digno de abrir o (rolo do) livro e de lhe desatar os selos?** Deus faz ressoar uma convocação inúmeras vezes antes que incumba alguém (Is 6.8; 1Rs 22.19-22). Aqui o chamado ecoa por todos os recintos, no céu e na terra e no mundo dos mortos. Todo mundo pode participar da busca por alguém que seja digno. Por favor, venham à frente os candidatos e deixem-se examinar! Naquele tempo justamente Domiciano arrogara atrevidamente a si a missão de trazer felicidade à humanidade. Porém, quem era Domiciano? Seria ele suficientemente santo, justo, sábio e puro? Ou quem além dele seria? A humanidade tem de enfrentar enfim a questão do material humano. De tantos lados ouvem-se sugestões úteis quanto à questão do que fazer. Qualquer um diz o que seria o correto. Contudo, onde está *aquele* que é bom? Os planos de melhorar o mundo constantemente fracassam diante da busca por pessoas.

- 3 Portanto lançou-se a pergunta sobre “quem”. Com um detalhamento quase torturante ouve-se que de todos os lados chegavam notícias negativas. **Ora, nem no céu, nem sobre a terra, nem debaixo da terra, ninguém podia abrir o livro, nem mesmo olhar para ele** (“para dentro dele”). Três vezes: ninguém! Ninguém no céu: sequer os anjos estão à altura da tarefa. Ninguém no mundo inferior: nenhum demônio nem um grande falecido poderiam ajudar. Ninguém sobre a terra: a igreja sabe que nas coisas decisivas os poderosos deste mundo são impotentes. É por isto que ora por eles, mas não os adora.

Deve haver muitos desejosos de tentar, mas ninguém é capaz de abrir os selos. Os imperadores romanos faziam suas promessas. Contudo João e a igreja cristã não se deixaram ofuscar. Com olhar implacável, instruído na Palavra de Deus e formado pelo Espírito Santo, eles olhavam para os personagens ovacionados com ondas de aplausos e tinham a ousadia de dizer: “não é digno!”

No presente contexto a pergunta dirigida em redor: “Quem é digno?” quase poderia parecer uma pergunta retórica. Apesar de não haver ninguém, ainda se indaga. Será que diante da deplorável aporia do mundo a própria solução deve destacar-se de maneira mais brilhante? Em todo caso não se age assim por intenção vã. Pelo contrário, o objetivo é desmontar a vaidade humana. Por isto ouve-se este desafio implacável. O ser humano deve encontrar-se consigo próprio e com Deus.

- 4 “Ninguém é digno!” poderia ser uma constatação não cristã. Com pernicioso satisfação poder-se-ia apontar as insuficiências. Contudo, o que se está expressando é um espírito totalmente diferente. **E eu chorava muito, porque ninguém foi achado digno de abrir o livro, nem mesmo de olhar para ele** (“para dentro dele”). O intenso lamento do ser humano João, que chora por todas as pessoas, ecoa na terrível ausência de resposta. Ele se torna consciente da maldição sobre a história. Como é pequena a transformação em comparação com tanto esforço, pressão e calor, tanto sangue, dor e lágrimas. Que círculo vicioso absurdo de luta e rendição, vitória e derrota, ajuntar e perder, abraçar e bater, viver e morrer. Apesar de tantos acontecimentos na verdade nada acontece, apenas o antigo recomeça do princípio, porque não se espera nada da parte de Deus. Será que isto sempre continuará assim? Consistiria a história de um eterno emaranhado de frases promissoras e decepções, ou de súplicas e maldições? Neste silêncio João chora muito em vista da pergunta pelo sentido. Aos seus olhos o mundo corre o risco de tornar-se sem Deus, sem sentido e sem controle.

Cristãos sofrem de maneira indizível sob a aflição do mundo e as necessidades do mundo. Seu Deus não se restringe à interioridade, ao coração e à consciência. Ele não renuncia à criação, aos povos e a uma realidade de justiça. Ele não contempla, impassível como os astros, a fome, o sofrimento e a morte, nem permanece impassível enquanto o destino das pessoas escorre por entre seus dedos. Os cristãos, porém, tampouco se devotam a esperanças enganosas. A salvação vem unicamente do Salvador divino.

- 5 Um dos anciãos (cf. o exposto a Ap 4.4) tem a incumbência de sustar as lágrimas de João pela intermediação de uma audição (v. 5) e uma visão (v. 6). **Todavia, um dos anciãos me disse: Não chores...** (Ele) **venceu**. O próprio Deus responde por um mundo calado, havendo de proporcionar e

mostrar à humanidade aquele que é digno. Aquele que está sendo anunciado vem chegando de uma grandiosa vitória. De que maneira Deus usaria para sua magnífica causa alguém que já entra em campo como derrotado? Domiciano, p. ex., como qualquer pessoa pecadora, já se apresentava como batido. Pois quem comete pecado é escravo do pecado. Alguém que foi vencido e amordaçado não pode conduzir as vitórias de Deus, e tampouco pode consolar a João. João é informado do duplo nome do vitorioso. Primeiro: **o Leão da tribo de Judá**. O judaísmo relacionava esta expressão, formada com base em Gn 49.8-10, com o Messias, cristalizando-a depois como mero título. Por isto não são cabíveis elaborações simbólicas, p. ex., da pata ou voz do leão. Na visão subsequente nada disto pode ser verificado. Ao lado deste nome proveniente da lei um segundo nome messiânico dos profetas (Is 4.2; 11.10; Jr 33.15; 23.5; Zc 3.8; 6.12) é colocado de forma estreita e independente, **a Raiz de Davi**. Deste modo o Vencedor é aquele que cumpre toda a história da revelação do AT. Também para João, que pronuncia a apostasia dos judeus de modo tão inexorável (Ap 2.9; 3.9), permanece em vigor a sentença: “a salvação vem dos judeus” (Jo 4.22). Ele acusa os judeus com tanta veemência, justamente porque leva a vocação deles tão a sério.

Portanto, a salvação vem dos judeus. Não eram ou são os judeus em si a salvação, mas Jesus era judeu. É por isto que as histórias em torno de Jesus e, em decorrência, a história deste povo constituem a história do futuro da humanidade. A história deste povo é, no contexto da trajetória das nações, o evento axial promissor, no qual todos os que quiserem experimentar amadurecimento precisam ingressar. Este acontecimento afunilou-se cada vez mais na história de Jesus, culminando finalmente na história da Paixão, em sua morte salvadora. Neste ponto, porém, o processo de afunilamento inverte-se e passa a ampliar-se novamente, assumindo abrangência universal. Jesus morreu até em favor de todos as pessoas e povos (v. 9). Ele morreu pelos “muitos”. Em virtude da sua morte, o Leão de Judá e a Raiz de Davi tornou-se Senhor do mundo. A visão a seguir preenche o nome de Messias do AT a partir do evangelho.

## 6. A instalação do Cordeiro no poder, 5.6,7

- <sup>6</sup> **Então, vi, no meio do trono e dos quatro seres viventes e entre os anciãos, de pé, um Cordeiro como tendo sido morto. Ele tinha sete chifres, bem como sete olhos, que são os sete Espíritos de Deus enviados por toda a terra.**
- <sup>7</sup> **Veio, pois, e tomou o livro da mão direita daquele que estava sentado no trono;**

- 6 Antes de mencionar o que viu, João novamente descreve com cuidado a localização do evento. Esta também foi a característica de trechos anteriores (Ap 1.13; 4.2,4). Desta vez ele destaca o posicionamento central com a maior ênfase possível (cf. o exposto sobre Ap 1.13; 2.1): **Então, vi, no meio do trono e dos quatro seres viventes e entre os anciãos, de pé, um Cordeiro**. Esta é a primeira das 28 vezes em que o título de “Cordeiro”, característico para o Apocalipse, é usado. Ele está estreitamente vinculado ao que este escrito tem de mais essencial: através do Cordeiro tudo se tornará novo e, um dia, tudo ficará bem.

Por um lado, sob o aspecto lingüístico, justifica-se que alguns exegetas imitaram a forma carinhosa em que o termo é trazido no grego e verteram para “Cordeirinho”, mas isto não é objetivamente benéfico. Bengel constata nesta expressão a “doce figura de um pequeno e tenro Cordeiro”. Contudo, a numerosa ocorrência do termo nos mais diversos contextos, bem como justamente no contexto em análise, tornam inverossímil que a intenção fosse despertar estes sentimentos. Formas diminutivas podem escapar totalmente da atenção daqueles que falam e ouvem. Outros comentaristas fazem o percurso inverso e traduzem a palavra de forma aumentativa com “carneiro”. Por meio desta expressão apresenta-se aos olhos do leitor um animal jovem e afoito para lutar. Parece que depõe a favor desta possibilidade a menção dos chifres e da vitória ou da ira, em Ap 6.16. No entanto, esta leitura é proibitiva para toda a literatura judaico-helenista. Em lugar algum cabe a tradução com “carneiro”. Dificilmente haveria aqui uma exceção.

Não devemos apelar nem para uma figura de força exuberante e agressiva, nem de suave doçura. Pelo contrário, é preciso dar atenção à indicação feita pelo próprio texto: **como tendo sido morto**. Este Cordeiro requer ser interpretado a partir do fato de que foi sacrificado, a partir das marcas de seu abate. É a enorme e brilhante cicatriz, deixada pelo corte do abate e relacionada ao derramamento de seu sangue, que deve ocupar nossa atenção neste Cordeiro.

Desta forma João retorna a Ap 1.5,6, onde começou em termos fundamentais: Jesus Cristo, nosso Cordeiro pascal.

Os versículos seguintes confirmam esta compreensão. De acordo com o v. 9, o surgimento da igreja da salvação, em plena analogia com o livro do Êxodo, é fruto do sacrifício do Cordeiro. No resgate tem início a salvação. A “nova” canção evoca Êx 15, e, por fim, o v. 10, da mesma forma que Ap 1.5,6, faz nítida referência a Êx 19.6.

O Cordeiro tinha **sete chifres**. Chifres são sinal do poder (Nm 23.22; Dt 33.17), e sete chifres demonstram a onipotência. Estas características evidenciam que Jesus aparece aqui como o Ressuscitado. O Cordeiro não jaz morto, mas “está parado”, e está parado “no centro”. Este não é mais o Cristo expulso, “do lado de fora do arraial”. No versículo seguinte ele caminha em direção do trono, mas não mais em direção do altar. Ele toma o rolo do livro, mas não rende mais sua vida. O título de Cordeiro significa, portanto, de forma consistente e enfática, o Crucificado enquanto Ressurreto, o qual afirma: “Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra”.

Além do poder, o Cordeiro também possui a qualidade soberana da sabedoria, pois tem **sete olhos**. De forma significativa, aqui João está transferindo para Cristo uma característica de Deus (cf. já em Ap 4.8; Zc 4.10; 2Cr 16.9; Pv 15.3). Esta vigilância e providência divinas (1Rs 8.29; Dt 11.12; Sl 33.18; 34.15) são dirigidas mais para dentro, enquanto os chifres são dirigidos contra os inimigos do lado de fora. A relação dos olhos com as igrejas torna-se bem nítida quando os sete olhos são identificados com os sete espíritos de Ap 1.4; 3.1: estes **são os sete Espíritos de Deus enviados por toda a terra**. Significam o Espírito Santo em toda a sua plenitude de sabedoria, que acompanha as testemunhas até o fim do mundo (At 1.8). Deste modo evocam a palavra do final do evangelho segundo Mateus, que o Ressuscitado disse à comunidade de seus discípulos enviados ao mundo: “Eis que estou convosco todos os dias”.

## EXCURSO 2

### A vitória do Cordeiro

a. No presente momento cabe um retrospecto especial sobre o testemunho de Cristo nos v. 5,6. A dupla designação Leão da tribo de Judá e Raiz de Davi, bem como o duplo equipamento com plenitude de poder (chifres) e de sabedoria (olhos) não se destacam singularmente neste testemunho, mas tão somente confirmam a imagem de Messias. Diferente é o caso da referência ao sacrifício deste Messias vitorioso. O fato de ele ser o que é por meio de sua morte em favor das pessoas contraria todas as expectativas. Na Antigüidade freqüentemente veneravam-se divindades em figuras de animais, mas sempre na forma de animais de luta e rapina, p. ex., de leão, de touro ou de serpente. Contudo, era totalmente incomum e aparentemente absurda uma mensagem de um vencedor divino na figura de um animal sacrificial.

b. Não obstante, é justamente esta mensagem que possui sua lógica, porque desta vez apareceu um Redentor que em última análise não sucumbiu outra vez à lei de seus adversários, como tantos salvadores antes dele. Um Redentor que não derramou sangue alheio, não usou de violência nem criou agruras como os primeiros. Ao contrário, cumpriu a lei de Deus, a ponto de derramar o seu próprio sangue. Ele amou os seres humanos sobre esta terra, como Deus o queria, e morreu sem que morresse este amor. Sua vitória era esta: que o amor não se rompeu em nenhum ponto. Com esta atitude ele quebrou a estrutura básica do mundo e desmantelou o círculo vicioso do pecado. A lei do Cordeiro aniquilou a lei do lobo, instaurando o amor de Deus como poder da história. Visto sob este ângulo, a Sexta-Feira da Paixão é o evento mais pleno de sentido que jamais aconteceu. Entraram integralmente em ação o nome de Deus, o reino de Deus e a vontade de Deus.

Uma ilustração talvez permita perceber um pouco melhor o que a morte do Cordeiro significa para a história desta terra: um lago pantanoso, que não tem para onde escorrer, é ligeiramente aberto num lugar qualquer. Imediatamente há correnteza no lago todo. Agora nenhum litro de água deixaria de ficar sem movimento, de ser sugado e puxado a partir daquela abertura. Deste modo, o Cordeiro traz para dentro da história uma nova correnteza por meio de sua morte por amor. Nada, nem o mais próximo nem o mais distante, podem eximir-se desta correnteza.

c. A interpretação da morte de Jesus como “amor até o fim” é assegurada por Jo 13.1. Também Ap 1.5 considera a palavra “amor” como apropriada para servir como moldura, na qual tudo que Jesus

Cristo realizou e ainda realiza pode ser enquadrado. O que, no entanto, faz parte disto? Em quase todos os redutos chega-se rapidamente ao acordo de genericamente interpretar a morte de Jesus como ato de amor, sem que desta maneira as vozes realmente soem unidas e sem que sobretudo a voz do NT já tenha sido compreendida e aceita. Por isto queremos recapitular mais uma vez de modo geral: a morte de Jesus foi expressão de seu amor, mas não simplesmente no sentido de uma realização ética e do aperfeiçoamento de sua personalidade. Não basta dizer a respeito desta morte que agora finalmente alguém foi belamente coerente no bem, de modo que o bem em todas as pessoas que ouvem a respeito deste ato recebeu um poderoso impulso para se elevar. Se a palavra da cruz não nos trouxesse outra coisa que o incentivo de sermos bons de forma persistente e implacável, o mal ainda continuaria integralmente em vigor. Desta maneira a morte de Cristo ficaria esvaziada, até mesmo esvaziada do amor!

A natureza de todo o mundo faz parte da totalidade da cruz que ficou exposta nele, como uma úlcera terrível. Pois, afinal, que espécie de mundo é este, em que se crucifica o Cristo? Quem resistir a esta questão, recebe uma resposta irrefutável: nosso mundo é um mundo condenado para toda a eternidade. Na mão de Deus a cruz de Cristo tornou-se o instrumento para evidenciar sua culpa publicamente, de julgá-la e riscá-la. Curvado sob este acontecimento, Paulo escreve em Gl 6.14: “o mundo está crucificado para mim”, crucificado inclusive com todos os seres humanos corajosos que se sacrificam pela justiça, liberdade, paz e verdade; inclusive também com aqueles da parte dos quais Paulo experimentou pessoalmente tanta coisa boa e amável. Como um único corpo o mundo pende desta cruz com todos os seus membros. Por isto também foi crucificada para Paulo a carne com seus desejos e cobiças (Gl 5.24). Nunca mais quer deixar-se arrastar nem perder-se tolamente por ela, nunca mais interferir na sua condenação por Deus em Jesus Cristo.

Contudo, por mais inevitavelmente que esta sentença fulminante atinja o mundo por meio da cruz de Cristo, ela de forma alguma incide sobre a *execução* da sentença, pois em volta da cruz tudo tem continuidade, as pessoas continuam a respirar e viver, e também o sol continua a brilhar. Em redor vê-se que as pessoas são amplamente poupadas, enquanto este Um pende no centro, incrustado de sangue, cheio de vergões, retorcido e entorpecido, como o Cordeiro pascal providenciado por Deus. Esta morte como ser maldito – quem o reconhece? Deus não é o inimigo de seus inimigos! Esta ação incomparável e única de Deus deverá ser captada agora por uma frágil palavra do vocabulário humano: a palavra “amor”. Naturalmente cumpre que nos examinemos através de um movimento infundável do raciocínio e da consciência, se não estamos consciente ou inconscientemente banalizando a mensagem. Temos de falar de tal maneira da vitória do Cordeiro que a natureza humana não seja de forma alguma enfeitada ou favorecida. Quem se limita à convocação ética não fala em nome do Cordeiro. Sua vitória constitui nossa condenação. Contudo, no instante em que nossa impiedade foi revelada, somos envoltos pela Páscoa, pela indulgência, e tornamo-nos partícipes da relação que o santo Filho tem com Deus. Ele derramou seu sangue, para que o seu Deus se tornasse o nosso Deus (Jo 20.17).

d. Afirma-se acerca do Cordeiro que ele já estava no centro quando o arauto ainda proclamava, quando retornaram as notícias negativas e João ainda chorava. Por que ele não se manifestou logo: “Aqui, eu sou digno!?” Isto teria contrariado a sua natureza. O Cordeiro não se dirige a Deus: “Eu, eu, eu!” mas: “Não eu e minha fama, porém o teu nome; não eu e meus desejos, mas a tua vontade; não eu e minha influência, mas o teu reino!” E, por se portar desta maneira, ele é digno perante Deus. É por isto que o Entronizado, por sua vez, agora passa a dirigir o foco de luz sobre o Cordeiro perante João e o mundo inteiro: “Eis o Cordeiro!” Ele aceita a glorificação por intermédio deste Jesus: “Sim, meu nome, meu reino e minha vontade, contudo - por intermédio de ti! Tu és digno de ser o meu braço forte.”

e. Cabe fixar na memória que o Apocalipse relaciona com a vitória do Cordeiro nitidamente a Sexta-Feira da Paixão, e não, p. ex., a vinda do Senhor no fim dos tempos. Ele venceu através da sua morte: sem armas e sem derramar o sangue de outros. Constrói o seu reino por meio de seu próprio sangue. Jamais o Apocalipse fala de uma luta posterior de Cristo e de uma segunda vitória de sua parte (nota 162). Sua vitória é a mesma, aquela que já está no passado do mundo. Ela é tão perfeita que persiste eternamente. O mundo jamais poderá voltar para antes de Cristo. Cada vez mais ele precisa encarar a vitória do Cordeiro sobre o trono, até que o mundo esteja integralmente vencido.

f. Quem, portanto, é o Senhor da história do fim, de acordo com a convicção do Apocalipse? É um Senhor que ama as pessoas de forma inigualável. São suas mãos perfuradas que tomam o rolo do livro. Em consequência, ele governa de maneira bem diferente dos demais poderosos (Mt 20.25-28). Para dar uma ilustração: ele governa do alto da cruz, pelo serviço. Sua amizade para com os seres humanos é a primeira e última realidade de todos os acontecimentos que se desenrolam de modo tão arrasador nos capítulos subsequentes. Pune-se a si próprio quem lê estes capítulos sem antes se deter em Ap 1.5,6 ou 5.5,6 e aprofundar-se neste testemunho. Não elaborará aquilo que leu nem compreenderá os eventos vindouros do ponto de vista de Cristo. Conforme a profecia, na verdade se falará muito de Cristo no fim dos tempos. Contudo apenas se deve dar ouvidos a isto quando de fato estiver em jogo o Cristo, “a saber, o Crucificado”, como ressalta Paulo, ou conforme João: “o Cordeiro”. O entusiasmo em torno de Cristo que se esquece da cruz tem predileção por falar da ressurreição. É verdade, hoje Cristo não pende mais da cruz, e não o buscamos entre os mortos. No entanto, de acordo com o testemunho do primeiro cristianismo, a ressurreição não reverteu por assim dizer a crucificação, mas exatamente a tornou pública, eterna e gloriosa. Jesus não apenas morreu por nós, mas também ressuscitou! É por isso que a exibição das feridas dos pregos na Páscoa e a visibilidade do corte sacrificial no Apocalipse exercem uma função tão importante. Sua ressurreição significa: o amor crucificado vive outra vez, e é ele que recebeu agora todo o poder no céu e na terra.

\* \* \* \*

- 7 No v. 7 desencadeia-se a ação decisiva: **Veio, pois, e tomou** (“recebeu” [NVI]) **o livro da mão direita daquele que estava sentado no trono**. Um estilo agitado descreve um acontecimento singular. O objeto recebido, o livro, é deixado de lado e deve ser mentalmente adicionado como algo óbvio. Inicialmente João também omite o próprio evento da recepção (somente no v. 8 ele é recuperado) e proclama de imediato a realidade dela resultante: ele o recebeu! A tensão era enorme: será que o Cordeiro poderia fazer o que ninguém podia (v. 3)? De forma poderosa explode agora o júbilo: o livro está seguro na mão dele. Ele o tomou! Ele o tomou! E com o livro estão em suas mãos o fim e o mundo inteiro.

## 7. A adoração do Cordeiro, 5.8-14

- <sup>8</sup> e, quando tomou (“recebeu”) o livro, os quatro seres vivos e os vinte e quatro anciãos prostraram-se diante do Cordeiro, tendo cada um deles (dos anciãos) uma harpa e taças de ouro cheias de incenso, que são as orações dos santos,  
<sup>9</sup> e entoavam novo cântico, dizendo: Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o teu sangue compraste para Deus (uma igreja) os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação  
<sup>10</sup> e para o nosso Deus os constituíste reino e sacerdotes; e reinarão sobre a terra.  
<sup>11</sup> Vi e ouvi uma voz de muitos anjos ao redor do trono, dos seres vivos e dos anciãos, cujo número era de milhões de milhões e milhares de milhares,  
<sup>12</sup> proclamando em grande voz: Digno é o Cordeiro que foi morto de receber o poder, e riqueza, e sabedoria, e força, e honra, e glória, e louvor.  
<sup>13</sup> Então, ouvi que toda criatura que há no céu e sobre a terra, debaixo da terra e sobre o mar, e tudo o que neles há, estava dizendo: Àquele que está sentado no trono e ao Cordeiro, seja o louvor, e a honra, e a glória, e o domínio pelos séculos dos séculos.  
<sup>14</sup> E os quatro seres vivos respondiam: Amém! Também os anciãos prostraram-se e adoraram.

- 8 De maneira enfática (duas vezes no v. 6), a ascensão do Cordeiro ao poder constitui um evento central. Agora ele desencadeia um movimento centrífugo, uma prostração que se expande para todos os lados, prolongando-se até as margens longínquas. Na verdade a prostração é mencionada somente no primeiro grupo, contudo as doxologias dos dois outros grupos nitidamente pressupõem a submissão. Assim um grupo impele o outro a exaltar o Cordeiro, de maneira que a adoração se avoluma e finalmente não se ouve mais nenhuma dissonância no universo inteiro. O Cordeiro governa de forma incontestável.

Estas palavras poderiam lembrar os leitores daquele tempo dos acontecimentos de uma coroação. Depois da ascensão ao poder pelo novo soberano no santuário ou no palácio, primeiramente o círculo mais próximo o venerava, depois o grupo de funcionários e finalmente lá fora as massas até os moradores dos últimos recantos do império, aos quais os arautos levassem a notícia. Em decorrência, o texto diferencia três corais: as adjacências imediatas do trono (v. 8-10), os exércitos celestiais (v. 11,12) e toda a criação viva (v. 13).

Entretanto, os três coros são iluminados por luzes de intensidade diferente. Nos v. 6-10 João vê e ouve, nos v. 11,12 ele também ainda vê, porém a ênfase recai mais fortemente sobre o ouvir, no v. 13 ele apenas ouve. As doxologias se tornam cada vez mais breves, mais genéricas e impessoais (v. 9: “tu és digno” [BLH], v. 12: “[Ele] é digno” [BLH]). A respeito do primeiro grupo João relata detalhadamente como se prostra e vivamente (no tempo presente!) como canta, algo que omite depois. Consequentemente, a figura vai perdendo as cores em direção das margens. Esta circunstância nos previne de querermos extrair demais das margens (cf. o comentário ao v. 13).

**E, quando tomou** (“recebeu” [NVI]) **o livro, os quatro seres vivos e os vinte e quatro anciãos prostraram-se diante do Cordeiro, tendo cada um deles** (dos anciãos) **uma harpa**. O fato de que os anjos anciãos estão munidos do instrumento cultural da harpa novamente lembra que João vê o céu como um templo. Este instrumento, porém, não era conhecido apenas dos sacerdotes israelitas, mas também dos imperiais, que desta maneira intensificavam a exaltação do soberano. Conforme Dn 3.5 Nabucodonosor já ordenara que se tocassem harpas durante o ato de adoração. A Babilônia também estava cheia do som das harpas (Ap 18.22). Isto evidencia a riqueza de correlações que um pequeno traço secundário como este pode ter. Trata-se não apenas de um acessório decorativo, mas de uma incisão intencional. A presente música é tocada contra o culto ao imperador e contra a idolatria.

De modo muito preciso, Lohmeyer observa que João se detém na observação de que os anciãos *tinham* harpas e taças douradas. Será que também não tocaram as harpas e queimaram incenso? Isto não interessa mais. Bastava que ficasse estabelecida para o leitor uma certa correlação – no presente caso com o culto ao imperador.

**As taças de ouro** (Êx 37.16) faziam parte do serviço sacerdotal na mesa dos pães da proposição. Durante as libações ascendia delas o perfume do incenso, símbolo das orações (Sl 141.2): estas **são as orações dos santos**. Em Ap 8.3-5 o quadro é desenvolvido integralmente (cf. lá também a explicação sobre os “santos”). Por meio desta observação secundária a igreja da terra aparece, ainda que não em pessoa, adorando nas cercanias do trono. João vê suas orações, que parecem ser tão impotentes, nas mãos de anjos superiores, desta forma dizendo aos que oram que seu louvor e suas súplicas causam efeito num lugar central. Possuem participação essencial na execução do senhorio do Cordeiro. Sua oração significa governar com ele na atualidade (v. 10).

- 9 Segue-se a primeira das três passagens do “novo cântico” (também em Ap 14.3; 15.3. Sem dúvida o “cântico de Moisés e do Cordeiro” cabe neste contexto). **E entoavam novo cântico**. Quando se leva em consideração Ap 4.6 no presente texto, estes cânticos sempre são cantados no mar. Talvez o cântico de Moisés no mar Vermelho (Êx 15), protótipo da nova canção, esteja por trás desta idéia. Todos os três cânticos são introduzidos por harpas e têm o mesmo significado: a mão direita de Deus vence o “Egito”.

A expressão “novo cântico” também ocorre nos Sl 33.3; 40.3; 96.1; 98.1; 144.9; 149.1, na maioria das vezes combinada com um instrumento de cordas, evocando o rugido do mar. Por que ele é “novo”? Este “novo” não se refere ao momento do surgimento do cântico, porém ao seu conteúdo. O novo cântico entoa coisas novas, a saber, a intervenção de Deus no mundo velho (cf. o exposto Ap 2.17). Várias vezes ouve-se o motivo do novo cântico: “Pois ele faz maravilhas”. As afirmações básicas dos “novos cânticos” nos salmos coincidem com as do cântico do Mar Vermelho. Elas são três: Deus venceu os seus inimigos, Deus tornou-se rei e Israel é seu povo; é preciso servir a este Deus, para que todo o mundo o veja, ouça, creia e acompanhe. O novo cântico, portanto, não trata em primeira linha do estado do coração de pessoas individuais. Seu conteúdo não é composto de sentimentos subjetivos, mas dos grandes feitos de Deus neste mundo. Em frases concisas e lapidares ele entoa a vitória de Deus, a sua soberania e o culto a ele.

Algo já contido no novo cântico do AT aflora em toda a amplitude no novo cântico do Apocalipse. Ele não enfoca uma vitória parcial de Deus num momento qualquer do curso histórico, mas a sua vitória definitiva, a sua soberania final e a sua glorificação derradeira. Sua vitória final: o Cordeiro



trionfou sobre pecado, morte e diabo (Ap 5.5), a Babilônia está destronada (Ap 14.8), e os juízos de Deus foram consumados (Ap 15.4). Sua soberania final: em toda parte ele criou para si uma comunidade (Ap 5.9; 14.4). Sua glorificação derradeira: para esta finalidade a igreja lhe serve de forma sacerdotal (Ap 5.10), segue o Cordeiro (Ap 14.4) e envia seu chamado insistente e confiante às nações (Ap 15.4).

O destinatário do novo cântico sempre é Deus. “Cantai *ao Senhor* um cântico novo!” Sem dúvida também é ouvido por pessoas. Afinal, sua finalidade é incentivar outros a agirem assim também. Antes de mais nada, porém, ele significa a concretização da submissão pelo próprio cantor. O cantor dá o exemplo pessoalmente e é o primeiro a submeter-se.

Quanto ao texto do novo cântico, sempre cabe comparar também a explicação dos v. 2-6, cujos termos-chave retornam no presente texto. **Dizendo: Digno és de tomar** (“receber” [NVI]) **o livro e de abrir-lhe os selos**. Em seguida, três verbos fundamentam a dignidade do Cordeiro. **Porque foste morto**. Ressalta-se um paradoxo crasso: morto – instalado no poder! Sua morte como destruição do domínio de Satanás corresponde ao primeiro tema do novo cântico (cf. acima). A segunda ação refere-se à inauguração da soberania de Deus na forma de uma igreja: **e com o teu sangue compraste para Deus** (uma igreja). Em Ap 1.5, no lugar da compra encontrava-se a redenção. Ambas as afirmações são coincidentes em conteúdo (explicação, cf. no local), porém Ap 1.5 permanece na gravidade e profundidade da obra redentora (“de nossos pecados”), enquanto o presente versículo atesta a sua amplitude. Em lugar de *uma só* força escravizadora determinada, da qual a igreja tinha de ser redimida, aparecem agora suas múltiplas variações. O “Egito” tem muitas aparências: **os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação**. Esta expressão quádrupla, que faz lembrar os quadrantes do céu, significa a totalidade da população da terra. O fruto da morte de Jesus é a igreja *única* formada de todos os povos.

Este quadro de uma igreja amplamente ramificada e que penetrou em todos os grupos pressupõe uma intensa atividade missionária, assim como também conversões em todos os segmentos e círculos. A onipotência divina visa alcançar que o ódio passo a passo se transforme em amor e discipulado. Nesta observação cabe novamente levar em conta a sombria cena de contraste. Em Dn 3.4,7; 5.19 a multidão que adora Nabucodonosor é descrita de modo muito semelhante. A unidade do mundo parece estar consolidada! Tanto mais compreensível é o ódio contra o grupinho de judeus que frustra a satisfação plena do triunfo. O programa do helenismo também era: “A humanidade toda deverá tornar-se um único povo!” (q1 11, cf. Ap 13.7). Tanto maior era a desconfiança quando caía na vista a realidade da igreja de Cristo que abrangia as nações, estas conversões em sempre outros círculos, esta ponte da fraternidade sobre abismos que eram tão profundos. Evidentemente era em torno do Cordeiro sacrificado que a reunificação da humanidade tinha êxito de uma forma primordial, pelo que se levantou a reivindicação de consumação escatológica: as nações unidas aos seus pés.

- 10** Na seqüência apresenta-se o terceiro tema do novo cântico, a terceira ação do Cordeiro: **e para o nosso Deus os constituíste reino e sacerdotes**. Quanto aos detalhes, comparar novamente Ap 1.5,6. Neste contexto é importante o adendo: **e reinarão sobre a terra**.

Outros comentaristas decidem-se a favor da versão “e eles reinam”, mas objetivamente a diferença não é grande: do ponto de partida da redenção, ou seja, a partir de Sexta-Feira da Paixão, o “reinado” da igreja em todos os casos está no futuro, estendendo-se tanto ao atual tempo da graça, no qual os fiéis participam do governo por meio de suas orações sacerdotais (cf. o exposto sobre o v. 8), quanto também ao tempo da consumação, no qual a condição de sacerdote não tem fim (Ap 20.4; 22.3). Veja também a nota 129. – A frase secundária que começa no v. 9 (“porque tu és...”) e que visa fundamentar a dignidade do Cordeiro para o domínio mundial, mas que depois versou exclusivamente sobre a igreja, suscita a pergunta: como é que seu governo sobre a igreja fundamenta sua soberania mundial?

Em primeiro lugar é preciso confirmar que, no tocante à sua origem, a igreja é uma parte do mundo (v. 9b). Logo, é o mundo que está sendo essencialmente atingido quando Cristo dele seleciona, redime, convoca, presenteia, purifica e preserva algumas pessoas; quando faz com que testemunhem, sofram, orem, clamem, sejam mortas, mas não permite que sejam arrancadas da sua mão; quando as aperfeiçoa, ressuscita e lhes enxuga as lágrimas. Sendo o Cordeiro Senhor sobre estas “primícias” (Ap 14.4), ele já é Senhor sobre todos os demais no sentido de um começo. Ele já tem em suas mãos o penhor. Em breve também reclamará o resto.

A igreja, porém, não manifesta o senhorio do Cordeiro sobre o mundo apenas por sua mera existência nele, mas também por meio da sua ação, a saber, por sua oração sacerdotal. Esta verdade possui importância fundamental para as visões das trombetas a partir de Ap 8.2 (cf. o comentário correspondente).

O fato de que o Cordeiro forma para si uma igreja é mais importante que qualquer outra coisa. Em todo lugar onde isto acontece, mesmo que seja apenas com dois ou três, o mundo inteiro é refutado e o novo cântico pode ser entoado, o cântico da derrubada de Satanás, da inauguração do senhorio do Cordeiro e da nova humanidade sob Deus.

- 11** À altura dos v. 11,12 aparece nitidamente um segundo círculo maior: **Vi e ouvi uma voz de muitos anjos ao redor do trono, dos seres vivos e dos anciãos, cujo número era de milhões de milhões e milhares de milhares.** Com frequência números quadruplicados descrevem quantias extremamente grandes. Com a ampliação do círculo de louvor evidentemente cresce também o volume de vozes. A adoração do Cordeiro assume categorias de magnitude arrasadora, diante da qual os cultos em massa ao imperador se apresentam como pequenas reuniões de seitas. É deste modo que o profetismo inverte as relações majoritárias. Os dois ou três, que estiverem reunidos num lugar qualquer em nome de Jesus, estão inseridos numa gigantesca associação com anjos e espíritos. Diante dela os milhões de pessoas vivas hoje, que ainda não participam da adoração do Cordeiro, são um pequeno círculo de retardatários.
- 12** Os exércitos de anjos proclamavam em grande voz: **Digno é o Cordeiro que foi morto de receber o poder.** Deste versículo em diante desaparece a fala do rolo do livro. Enquanto o grupo anterior no v. 9 ainda falava do recebimento do rolo do livro, o recebimento da força ou do poder agora assume o seu lugar. Deste modo confirma-se a interpretação do v. 1, de que o rolo do livro não representa nada além de um símbolo de poder. Junto com seis outros conceitos resulta aqui o número sete. **Riqueza** é a abundância de dons do soberano. Ele é “rico para com todos os que o invocam” (Rm 10.12) e “vende” sua riqueza de graça aos pobres (Ap 3.18). **Sabedoria** é a sabedoria do soberano que já foi expressa nos sete olhos (v. 6). **Força** é o poder dos sete chifres que se afirma diante dos de fora. Quanto à **honra** e à **glória**, cf. Ap 4.11. Referente ao **louvor**, o significado é provavelmente semelhante ao das ações de graça em Ap 4.9. Este número sete expõe que o reino do Cordeiro está equipado com ricas possibilidades e competências. O Senhor Jesus Cristo não é – em termos figurados – nenhum “rei sem território”.
- 13** Aos poucos João perde a cena de vista. A impressão da audição perdura pelo tempo maior. No final ele ainda ouve a adoração do Cordeiro por todas as criaturas. **Então, ouvi que toda criatura que há no céu e sobre a terra, debaixo da terra e sobre o mar, e tudo o que neles há, estava dizendo.** A composição da expressão por quatro partes aponta para a plenitude terrena. Já por isto não seria plausível que “no céu” incluía os anjos (e mesmo Satanás e seus espíritos), embora seguramente pertençam ao mundo criado. O fato de que o mundo dos anjos não participa deste terceiro coral também se depreende do v. 14, onde os anjos anciãos novamente se prostram. Portanto, no ínterim haviam se erguido. No NT de forma alguma “céu” sempre significa o céu de Deus com seus anjos, mas com frequência refere-se ao firmamento com o mundo dos pássaros (p. ex., Mt 6.26). Também os animais que vivem “sobre a terra” e as pessoas estão incluídas no terceiro coral. Igualmente está se pensando nas pessoas falecidas no mundo dos mortos (“debaixo da terra”). Finalmente fazem parte dele os marinheiros e os peixes grandes e pequenos “sobre o mar”. Uma vez que a igreja já participou ativamente no primeiro coral (v. 8), é cabível pensar, no v. 13, na criação terrena restante.
- Porventura causa espécie que aqui até os peixes, pássaros e o gado se unam no louvor? Sobre esta questão é preciso ler passagens como os Sl 96.11,12; 98.7 e 148.7-10. “Todo ser que respira louve ao Senhor!” (Sl 150.6).
- Sob um determinado aspecto, o versículo em análise ocupa uma posição intermediária. Por um lado não é a nova terra do cap. 21 que está louvando (neste caso dificilmente teria sido mencionado o mar, cf. Ap 21.1). Por outro lado, João não pode ter captado os fatos de tal maneira como se o mundo atual já fosse unânime no louvor ao Cordeiro. Pois ainda está cheio de engano, resistência e reclamação contra o Senhor. Por isto, para a interpretação correta do versículo deve-se observar que João na realidade já ouve palavras que caberiam nos capítulos da consumação, mas que ainda lhe falta a visualização daqueles capítulos. Ele retira a visão do presente, motivo pelo qual também podem ser mencionados o mar e o mundo dos mortos. Por um lado ainda vê uma realidade para

chorar (v. 4), mas acima dela ele já ouve a melodia do futuro e da glória. Significa que a redenção pelo Cordeiro será mais abrangente que a igreja redimida.

Reveste-se, porém, de singular importância nesta doxologia uma expressão que poderia ser praticamente chamada de fórmula teológica fundamental de todo o livro e que soará repetidamente de agora em diante (Ap 6.16; 7.9,10,17; 14.1,4,10; 21.22,23; 22.1,3; cf. também Ap 11.15; 12.10): **Àquele que está sentado no trono e ao Cordeiro**. Esta locução sintetiza os cap. 4 e 5. Descarta-se, pois, terminantemente a impressão de que o cap. 4 estaria anunciando um “Deus em si”. Assim como Paulo testemunha “Deus em Cristo”, assim João testemunha “Deus e o Cordeiro”. Estas são afirmações definitivas e inalteráveis sobre Deus. É assim que ele permanece “pelos séculos dos séculos” (Ap 4.9,10). É por isto que também o seu louvor perdura **pelos séculos dos séculos** (cf. Ap 1.6).

- 14 E os quatro seres vivos**, que haviam começado a adoração, também a encerram e **respondiam: Amém! Também os anciãos prostraram-se e adoraram** (em silêncio), de maneira que agora também cessa a percepção auditiva. Em Ap 6.1 começará um novo ver e ouvir.

## V. A ABERTURA DOS SELOS PELO CORDEIRO

### 6.1–8.1

#### EXCURSO 3

##### A visão dos Selos em suas correlações

a. O conteúdo das visões dos selos assemelha-se fortemente com os discursos escatológicos nos evangelhos. Abaixo segue-se uma comparação rudimentar com Mt 24.

*Mt 24    Ap 6*

1. Cristos falsos    v. 4,5    v. 1,2
2. Guerras    v. 6,7a    v. 3,4
- 3, 4. Fome, terremotos localizados,  
Lc 21.11; pestes    v. 7b    v. 5-8
5. Perseguições    v. 9-25    v. 9-11
6. Abalos do mundo,  
Lc 21.25: angústia mundial    v. 29    v. 12-17
7. Segunda vinda    v. 30,31    (Ap 8.1)

A comparação permite constatar paralelos nítidos, e Mateus e João com certeza falam do mesmo período de tempo, a saber, do fim dos tempos com toda a sua duração entre a primeira e a segunda vinda do Senhor (q1 48). As visões dos selos, portanto, também já abrangem o fim do fim e não descrevem apenas eventos preparatórios. O sexto selo leva diretamente ao limiar da volta para o juízo final.

Entre as sete pragas especialmente as primeiras quatro estão entrelaçadas. Elas sucedem-se nas figuras dos cavaleiros, os “cavaleiros do Apocalipse”, que exerceram uma influência tão grande na arte. Esta tropa de poderes de desgraça é descrita de forma sucinta e rápida, enquanto as visões subsequentes são abordadas mais detalhada e individualmente. Os quatro primeiros flagelos também têm em comum a circunstância de que recebem uma ordem dos quatro seres vivos no centro do trono e que todas elas são descritas em três aspectos: cor do cavalo, equipamento do cavaleiro e sua atividade. Finalmente elas estão concatenadas pelo conteúdo: da guerra resulta a fome, da fome pestes. O primeiro dos quatro cavaleiros exerce um papel singular. As interpretações deste personagem divergem a ponto de causar confusão.

b. O que caracteriza os tempos escatológicos? São as “dores de parto” (Mt 24.8 [BLH]; Mc 13.8 [BLH]) ou “flagelos” e “juízos”, como são chamados pelo Apocalipse. Paulo considera este tempo como sujeito às revelações da ira de Deus (Rm 1.18). Situa-se igualmente neste contexto o termo “tribulações” (cf. o exposto sobre Ap 1.9; 2.22). Contudo, como é possível que do senhorio do Cordeiro, que é essencialmente amor inefável, resulte um tempo escatológico assim? A resposta a esta pergunta, a mais difícil de todas, somente pode ser fornecida pela referência à astúcia satânica e ao “mistério da iniquidade” (2Ts 2.7): “amaram mais as trevas do que a luz” (Jo 3.19); “Odeiam sem

motivo” (Jo 15.25 [tradução do autor]). Como Deus responde a isto? Será que ele retira novamente o amor que se externa no Cordeiro? Ou será que ele imagina uma solução diferente, que condiz mais conosco, seres humanos? Não, por ser Deus um Deus do amor, ele não desiste de Jesus. O futuro de Jesus chega impreterivelmente, mas agora ele *abre caminho* para si. Em decorrência, a constelação de um mundo em ruptura, em crise, crepitante e fumegante, incendiado em todos os cantos pela ira de Deus forma-se justamente sob o signo da soberania do Cordeiro. Estas manifestações não são sinal da ausência do amor, mas precisamente de sua pertinaz presença. Agora o Cordeiro está irado por amor. O amor de Deus não consegue aceitar tranqüilamente a indiferença, a obstinação e a blasfêmia. É por isto que o Cordeiro não responde à decisão anticristã com ações inofensivas, mas com juízos. Como dissemos, estas condenações não anulam seu chamado, mas novamente dão ocasião para o arrependimento. São apenas formas preliminares da grande ira de Ap 6.17. São indício de que o Cordeiro é Senhor em meio às condições de resistência e obstinação do mundo contra Deus.

c. Ademais, a série de selos respira conceitos da proclamação do AT. O número sete ocorre frequentemente em contextos de punição (Gn 4.15; Lv 26.18,21,24,28; cf. Mt 12.45; Lc 11.26). Também o judaísmo traz provas disto (Eclesiástico 40.9; 4Esdras 7.80). As três pragas dos v. 3-8 (espada, fome e peste) encontram-se nesta composição também em Lv 26.22; Is 51.19; Jr 15.2; 21.7,9; 24.10; 14.12; 42.17; 44.12; Ez 5.12; 6.11,12; 7.15; 12.16; 14.21. Elas correspondem ao “princípio das dores” de Mc 13.8. Pragas também são profetizadas no AT por meio da metáfora de cavalos (p. ex., Jl 2.4).

d. Não é de se admirar que os quatro cavaleiros de Ap 6 costumam ser comparados com os cavaleiros das visões noturnas de Zacarias (Zc 1.7-10; 6.1-8). Em Zc 6.1-8 as diversas cores dos cavalos têm a ver com os quatro pontos cardeais. De modo semelhante, Albertz interpreta o cavaleiro branco em Ap 6.2 como os partos do Leste, o cavaleiro vermelho (Ap 6.3,4) como o imperador oposto do Norte, o cavaleiro negro (v. 5,6) como o ditador econômico do Sul e o cavaleiro amarelo (v. 7,8) como o chacinador do Oeste. Esta leitura pressupõe, portanto, a relação dos quatro seres viventes, que enviam os cavaleiros ao ponto de largada, com os quadrantes. Contudo, precisamente esta correlação foi abandonada por João já em Ap 4.7,8, quando, divergindo de Ez 1, conferiu aos seres números de um a quatro. Também no atual caso eles são simplesmente contados, e não enquadrados geograficamente. Em contraposição a Zacarias, as cores dos cavalos são mudadas e carregadas com um novo conteúdo simbólico: elas não falam mais de determinadas regiões do mundo, mas expressamente de vitória, derramamento de sangue, fome e morte por epidemias. Para uma diferenciação maior em relação a Zacarias também é preciso mencionar que em Zc 1.7-10 se trata de um único cavaleiro, que está diante de uma tropa de cavalos de cores diferentes, e que em Zc 6.1-5 aparecem quatro *carroças* puxadas por cavalos. A diferença mais importante, porém, reside em que os cavalos em Zacarias representam mensageiros que o Senhor enviou para cruzarem por todos os países. João, no entanto, ligou este envio aos sete espíritos (Ap 5.6). São *eles* os servos de Deus. Neste caso, a quem servem aqui os cavaleiros? É o que a exegese deverá elucidar.

e. Finalmente cabe dar atenção ao contexto contemporâneo das visões dos selos. Nas cidades do Império Romano eram sumamente populares as corridas de cavalos, respectivamente de bigas. Em Roma os nomes dos cavalos famosos eram comentados em todas as esquinas. As massas haviam sido tomadas de uma espécie de “loucura por cavalos” (Nigrinus). As corridas de carroças duravam da manhã à noite. Diariamente realizavam-se até 24 disputas. Em geral, quatro carros corriam ao mesmo tempo. Os partidos eram identificados por cores: branca, vermelha, verde, azul. João diverge das cores porque tem interesse no simbolismo, o que se evidencia singularmente na pálida cor cadavérica, o amarelo. O importante é que a paixão por cavalos também tinha importância na política. Corridas de cavalos realizavam-se por ocasião de homenagens ao imperador, sobretudo quando assumia o poder. – João acabou de descrever a ascensão de Cristo ao poder. Agora há cavalos se posicionando na pista. São apenas associações leves, porém os leitores daquele tempo com certeza não as ignoraram.

## **1. O primeiro Selo (Primeiro Cavaleiro), 6.1,2**

- <sup>1</sup> **Vi quando o Cordeiro abriu um dos sete selos e ouvi um dos quatro seres vivos dizendo, como se fosse voz de trovão: Vem!**
- <sup>2</sup> **Vi, então, e eis um cavalo branco e o seu cavaleiro com um arco; e foi-lhe dada uma coroa; e ele saiu vencendo e para vencer.**

- 1 Novamente a divisão em capítulos não nos deveria induzir a pensarmos num corte profundo neste ponto. E **vi** constitui uma conexão bastante estreita com o anterior (como, p. ex., Ap 5.1,6,11), tendo o sentido de: “e vi ainda”. João caracteriza as cesuras profundas (nota 244) de forma diferente. No limiar do presente capítulo o leitor de forma alguma pode deixar de lado tudo o que lhe foi concedido no cap. 5. Pelo contrário, as noções ali adquiridas visam ser agora trazidas para cada versículo. Tratava-se da seguinte constatação: finalmente o mundo passou a ter um Senhor bom. A Jesus, que jamais derramou sangue alheio e que preferiu deixar que derramassem o seu próprio sangue, que tomou sobre si toda a maldade e que até o fim foi bondoso para com pessoas más, a este Cordeiro Deus conferiu todo o poder no céu e na terra para conduzir a história ao alvo. Agora seu amor crucificado e ressuscitado movimentava os fatos, não interrompendo mais a iniciativa até a notícia da conclusão em Ap 21.6. Precisamos perseverar nesta perspectiva, ainda que fatos muito estranhos se desenrolem no palco do mundo. O título diz agora: o Cordeiro governa!

**Quando o Cordeiro abriu um dos sete selos** – neste instante o leitor deveria fazer uma interrupção e cientificar-se do aspecto técnico do evento. O rolo não podia ser aberto e o texto detalhado interno não era acessível antes que *todos* os selos tivessem sido abertos. Em contrapartida, a versão resumida exterior já podia ser lida antes (cf. o exposto sobre Ap 5.1). Este fato apóia uma sugestão digna de atenção para a introdução da matéria seguinte (cf. G. Bornkamm, no índice de literatura). De acordo com esta sugestão, Ap 6.1–8.1 corresponde à versão abreviada, que aborda o tempo do fim apenas em contornos esquemáticos. Somente depois, ou seja, após a abertura do último selo, as afirmações feitas no resumo são completadas na forma de uma abordagem detalhada do tempo final, a partir de Ap 8.2–22.5. De fato o Apocalipse nos conduz diversas vezes pelo mesmo período de tempo: p. ex., os trechos finais de Ap 7.15-17 e 22.3-5 (com 21.3,4) causam a impressão de serem praticamente idênticos. Esta idéia, porém, não pode ser analisada mais a fundo no presente contexto.

Em todos os casos, a abertura dos selos não pode ter significado que o Cordeiro assim obtinha uma percepção de parte após parte do conteúdo do rolo. Conforme já frisamos, o aspecto técnico da figura exclui esta idéia. De qualquer modo, este rolo não transmitia conhecimentos que tornassem alguém profeta (cf. o comentário a Ap 5.1), mas significava recebimento de poder. Com a abertura de seu primeiro selo o Cordeiro começa a exercer seu império universal. Qual foi, porém, o resultado disto?

**E ouvi um dos quatro seres vivos dizendo, como se fosse voz de trovão: Vem!** (“Então ouvi um dos quatro seres vivos dizer com voz de trovão: Corre!” [tradução do autor]). A incumbência básica dos quatro seres no trono era de santificar a Deus (Ap 4.8) e exaltar o Cordeiro (Ap 5.8). De forma alguma o fato de agora enviarem os cavaleiros apocalípticos para o seu rumo extrapola o seu serviço. Os cavaleiros têm a ver com a santidade de Deus e com a glorificação do Cordeiro, o que elucidaremos mais tarde.

A voz de trovão evoca os relâmpagos e trovões em torno do trono de acordo com Ap 4.5, uma indicação da ira do juiz. A ira perpassa todo o cap. 6 até o v. 17. O amor entronizado provoca resistência instantânea. Por isto sua primeira tarefa consiste de ordem para lutar (EXCURSO 3b).

Atualmente a ordem dos seres vivos é referida unanimemente aos cavaleiros. Não é João que deve aproximar-se quatro vezes (v. 1,3,5,7), para que possa ver melhor. Mas tampouco os cavaleiros devem chegar-se ao trono. É recomendável entender o grito, conforme uma possibilidade do grego tardio, como “Corre!” ou “Vai!”. Os cavaleiros devem dar a largada para dentro da história. Entretanto, acaso o Cordeiro faz alastrarem-se no mundo guerras, fome e epidemias? A interpretação do v. 2 torna-se cada vez mais importante.

- 2 **Vi, então, e eis (nota 245) um cavalo branco e o seu cavaleiro com um arco; e foi-lhe dada uma coroa; e ele saiu vencendo e para vencer.** Este cavaleiro caracteriza-se de maneira singular. Não se pode depreender dele de forma tão inequívoca o caráter das pragas dos demais cavaleiros, sendo que também está ausente da síntese do v. 8b. Acima de tudo, no Oriente seu cavalo na cor branca pode ser identificado como cavalo do rei. Este cavaleiro lidera os demais.

A cor branca, no entanto, também poderia apontar para o Leste. Desde o ano 62 os vizinhos orientais do Império Romano, os partos, eram a potência inimiga mais temida. Nunca foi possível derrotar estes hábeis arqueiros, que sabiam até disparar para trás quando galopavam em retirada. Todos os que gemiam debaixo do domínio dos romanos esperavam ardentemente por um ataque dos partos. Será que João profetizou isto aqui? O arco, porém, é arma de ataque de todos os povos montados e a cor branca não é identificada em nada com um quadrante (EXCURSO 3c), mas expressamente com a vitória.

Ou deve-se pensar de forma bem genérica em guerras mundiais e conquista do mundo? Em favor desta leitura pode-se aduzir o texto paralelo de Mt 24.6. Desta maneira, porém, desaparece a diferença com o segundo cavaleiro, que sem dúvida alguma representa a guerra. Como subterfúgio, os comentaristas servem-se, neste caso, da subdivisão em guerras entre nações (v. 2) e guerras civis (v. 4). Isto, porém, parece arbitrário, pois o v. 4 não se deixa restringir a guerras civis.

Desde a Antigüidade este cavaleiro branco também foi interpretado como sendo Cristo, de acordo com a passagem muito evidente de Ap 19.11-16. Aquele cavaleiro branco, porém, distingue-se do presentemente analisado pelo seu séquito totalmente diferente (Ap 19.14), que lidera seus colegas vermelho, negro e pálido. Cristo jamais traz guerra, fome e peste. Sua arma igualmente jamais é o arco, mas sempre a espada de juiz que lhe sai da boca (Ap 1.16; 2.12,16; 19.15,21). E finalmente, nesta leitura da visão, Cristo estaria presente ao mesmo tempo como Cordeiro (v. 1) e como cavaleiro branco, dando ordem a si próprio para vir.

De forma impressionante, esta interpretação foi modificada no sentido de que o cavaleiro branco representaria a proclamação do evangelho em dimensões universais. Como ponto de apoio recorre-se a Mt 24.14; Mc 13.10: a última oferta de amplitude universal como sinal do fim dos tempos. Desta maneira persiste também certa conexão com o cavaleiro branco no fim do Apocalipse, que afinal tem o nome: “A Palavra de Deus” (Ap 19.13 [BLH]). Além disto, esta leitura faz justiça ao dado de que o primeiro cavaleiro de fato se distingue dos sombrios cavaleiros posteriores como uma figura de luz. No AT o arco freqüentemente constitui uma “arma” de Deus, com a qual ele atira longe para dentro das nações.

Neste ponto, porém, já começam as dificuldades da interpretação. No AT e no judaísmo o arco é no máximo um instrumento de juízo (Dt 32.23,42; Jó 6.4; 34.6 [TEB]; Sl 38.2; Lm 2.4; 3.12; Hc 3.9-14), mas não uma metáfora para o evangelho gerador de salvação. Já por estar armado com um arco, esta arma temida, o cavaleiro branco parece ser um personagem negativo.

De fato não se deveria perder de vista a relação com o cavaleiro branco no cap. 19. Contudo, trata-se da relação entre grandezas contrastantes. O Apocalipse tem predileção por estas imagens duplas, que sempre contêm o mais agudo contraste, p. ex., duas figuras de mulher (“mulher” e “prostituta”), ou duas cidades (a “nova Jerusalém” e “Babilônia”), ou dois personagens sacrificados (“Cordeiro” e “besta”, Ap 13.3,12) etc. Assim, o anticristo estaria contraposto ao Cristo. Em Ap. 13.7 afirma-se que o anticristo tem a mesma capacidade de vitória como a do presente trecho. Desde o princípio ele se apresenta como vencedor coroado, para também repetida e irresistivelmente conquistar a vitória. Uma série extraordinária de sucessos o conduz de triunfo a triunfo. Há mais pessoas que seguem a ele do que aquelas que seguem ao Cordeiro. “Quem é semelhante à besta? Quem pode pelejar contra ela?” (Ap 13.4). A causa de Jesus parece estar perdida.

Também o arco na sua mão finalmente obtém uma explicação satisfatória. Num dos dois capítulos sobre o anticristo no AT, a saber, em Ez 39 – João o acolhe em Ap 19.17-21! – o arco aparece igualmente na mão do inimigo de Deus.

Por fim, também a cor branca repetidamente desempenha uma função quando surge o anticristo. Contudo, ela não é apenas a cor da vitória, mas de acordo com Ap 1.14; 3.4,5,18; 14.14 simultaneamente a cor da pureza e da luz. Neste caso, trata-se de uma inocência encenada, fingida, de uma luz falsa: o anticristo é um deslumbrador.

## **EXCURSO 4**

### **O cavaleiro branco como anticristo**

a. O anticristo aparece logo depois que o Cordeiro assumiu o poder. É justamente no Cristo entendido corretamente que se incendeia “o mistério da iniquidade”. Este amor crucificado e ressuscitado não é benquisto, nem solicitado ou procurado. Cada geração o crucifica novamente. “Amam as trevas mais que a luz.” Esta tensão entre Cristo e anticristianismo perfaz o processo básico



do fim dos tempos entre a Ascensão e a segunda vinda. Em variações renovadas ela se revela: “como ouvistes que vem o anticristo, também, agora, muitos anticristos têm surgido” (1Jo 2.18). Por isto o tempo final é fundamentalmente tempo de luta (EXCURSO 1f). A luta passa por aguçamentos e por um acirramento final. Esta doutrina de que o conflito com o antdivino se acirra através da ascensão do Messias ao poder é inteiramente alheia ao judaísmo. O judaísmo concebia a exaltação do Messias exatamente como fim de todas as forças contrárias.

b. Nesta luta o anticristo repetidamente se apresenta como Cristo substituto. Ele é um grande deslumbrador e, através dos seus sucessos, parece deixar Cristo praticamente na sombra. Seus verdadeiros frutos, porém, são guerra, fome e pestes (cavaleiros dois a quatro). João e suas igrejas se encontravam numa onda helenista ascendente (qi 9-13). Ele desmascara estes programas ofuscantes e ordena que se espere pelo que virá depois.

c. O próprio Cordeiro chama o cavaleiro branco para fora: corre! (v. 1,3,5,7). Ele obriga o anticristo a se produzir, o que no entanto acarreta muito sofrimento. Desta forma, no entanto, torna-se claro como o sol que não é Cristo quem aparece como causador imediato de guerra, fome e epidemia. Pelo contrário, tudo isto é anticristão. Os cavaleiros vermelho, preto e pálido fazem parte do séquito do deslumbrador branco. O senhorio do Cordeiro o impele a deixar sua posição de reserva, fazendo com que seu íntimo se revele exteriormente. A revelação do amor força a revelação oposta, para que caia a máscara de aparente cristianismo e de amizade para com os humanos. Cristo força a que se manifeste, i. é, o satânico preferiria mil vezes permanecer oculto e incógnito. Assim o inimigo faria maiores progressos. Na verdade, esta revelação é uma vitória para o amor, ao passo que é uma derrota da mentira, o primeiro passo para a sucumbência. É por isto que chamar o satânico para fora faz parte da incumbência do Cristo. É bom que o lobo predador seja despido de suas peles de ovelha. Não que com isto já estivesse *tudo* bem. Contudo, assim é melhor do que se o lobo ainda andasse incógnito entre as pessoas e fosse acariciado de boa fé por todos.

d. Cristo segura as rédeas do anticristo mesmo na hora mais tenebrosa. Numa pedra memorial do século VII a.C. o rei assírio Assaradon segura dois reis vencidos pelas rédeas. Logo, a figura era conhecida na Antiguidade. Desta forma é que também o Cordeiro controla os que se lhe opõem. Do seu trono vem a ordem “Corre!” Que agora alcancem seus tristes sucessos no âmbito de determinado tempo de manobra. Seu poder não é onipotente como o de Cristo (Mt 28.18), e este poder lhes foi “dado” somente por empréstimo, por tempo passageiro (v. 2,4,8 etc.). Sempre permanecem sob controle, e em lugar algum o Cordeiro abre mão da iniciativa. A idéia do controle pelas rédeas (cf. o “devem” de Ap 1.1) também se expressa no uso dos números, no presente caso, p. ex., quatro cavaleiros, sete pragas, uma quarta parte da terra. A condição de que tudo está contado espelha a vontade planejadora do Senhor. Os números formam, por assim dizer, a rede na qual os poderes satânicos estão presos. Este conhecimento preserva a igreja de apostatar mesmo nos tempos mais difíceis.

## 2. O segundo Selo (Segundo Cavaleiro), 6.3,4

<sup>3</sup> Quando abriu o segundo selo, ouvi o segundo ser vivente dizendo: Vem!

<sup>4</sup> E saiu outro cavalo, vermelho; e ao seu cavaleiro, foi-lhe dado tirar a paz da terra para que os homens se matassem uns aos outros; também lhe foi dada uma grande espada.

3,4 O primeiro seguidor do anticristo está montado num cavalo vermelho da cor do fogo. As indicações sobre a espada e a matança claramente relacionam a cor ao derramamento de sangue. A cor sangrenta estabelece uma conexão de pensamento com o “dragão vermelho”, o assassino desde o princípio (Ap 12.3; cf. o exposto sobre Ap 2.2), em cujo espírito e serviço ele atua. Sua ação consiste em **tirar a paz da terra**. “Para os perversos, todavia, não há paz” (Is 48.22). Por isto eles não podem trazê-la e a expulsam de onde existe. O anticristo, porém, é o ímpio propriamente dito. Ele faz com que **os homens se matassem** (“chacinassem”) **uns aos outros**. Este assassinato mútuo entre os seres humanos (cf. Ez 38.21; 2Cr 15.6; Zc 11.9; 14.3), no qual nenhuma força é suficientemente grande para triunfar realmente sobre a outra, pode referir-se a povos e países, e não tanto a pessoas isoladas. O termo “chacinar” é uma palavra muito concreta e rude. Mata-se praticamente assim como se

alguém estivesse sendo sacrificado, em frenesi e possessão, insensatamente, porque ninguém conquista uma vantagem real. No fundo são todos vítimas sacrificadas sobre o altar de Satanás. Com irracionalidade total investem tudo no armamento, e “desconhecem o caminho da paz” (Is 59.8). A humanidade que não *quer* viver sob a cruz, vive sob a grande espada como que debaixo de uma grande faca de sacrifícios (nota 161).

O que as igrejas da Ásia Menor estavam lendo neste texto de João não coincidia sem mais nem menos com a impressão causada pelo seu mundo em redor. O helenismo visava formação e bem-estar para todos, e os imperadores romanos utilizavam-se com afínco do anseio de paz das nações. Contudo o profeta já havia alertado as igrejas em Ap 2.10,13 para as amostras do submundo assassino. “Paz, paz; quando não há paz” poderia ele exclamar com as sentinelas do AT (Jr 6.14; 8.11; Ez 13.10,16). Atrás do cavaleiro branco surge o cavaleiro vermelho (quanto à questão da guerra, cf. ainda o versículo de síntese, v. 8b).

### 3. O terceiro Selo (Terceiro Cavaleiro), 6.5,6

<sup>5</sup> **Quando abriu o terceiro selo, ouvi o terceiro ser vivente dizendo: Vem! Então, vi, e eis um cavalo preto e o seu cavaleiro com uma balança na mão.**

<sup>6</sup> **E ouvi uma como que voz no meio dos quatro seres viventes dizendo: Uma medida (diária) de trigo por um denário; três medidas (diárias) de cevada por um denário; e não danifiques o azeite e o vinho.**

**5,6** Não será equivocada a interpretação do cavalo negro como sendo a fome (cf. v. 8b e também Lm 4.8). De acordo com Ez 4.10,11,16, a balança aponta para o racionamento como consequência da guerra. Ter de comer o pão medido por balança significa sofrer carências. A palavra explicativa que João percebe, solidifica este resultado. **Uma medida (diária) de trigo por um denário** era um preço aumentado de oito a doze vezes. Consumia-se agora todo o salário de um dia (Mt 20.2) com a necessidade básica diária de um trabalhador. Este preço significava fome se fosse necessário suprir uma família com alimento, roupa e abrigo. E **três medidas (diárias) de cevada por um denário**. Exceto em regiões pobres, a cevada era dada como comida para cavalos e burros. Agora via-se na mesa da família pão inferior de cevada. Será que esta epidemia de fome podia ser explicada com colheitas frustradas? É o que a terceira frase poderá esclarecer.

**E não danifiques o azeite e o vinho.** Dentre as diferentes interpretações desta exclamação recomenda-se aquela que leva em conta o uso do azeite e do vinho na linguagem do próprio Apocalipse. Nas oito vezes em que ocorre, o vinho é sempre usado como um conceito negativo. Em Ap 14.8; 17.2; 18.3 ele é uma metáfora para a vida luxuosa, imoral. Fazem parte deste contexto também Ap 14.10; 16.19; 19.15. Ap 18.13 arrola vinho e azeite entre os artigos de luxo dos ricos. Consequentemente, parece que está sendo aludido à circunstância de que os ricos como sempre sabem garantir o seu luxo, enquanto a população passa fome. Eles têm suas fontes de abastecimento, não precisando abrir mão de nada. Talvez até fosse possível conseguir alimento suficiente para todos; ninguém teria de sofrer fome, mas a indiferença, o egoísmo e a corruptibilidade corroeram e destruíram a responsabilidade social. À fome associa-se o ódio. Este é o reverso negro do cavaleiro branco.

### 4. O quarto Selo (Quarto Cavaleiro), 6.7,8

<sup>7</sup> **Quando o Cordeiro abriu o quarto selo, ouvi a voz do quarto ser vivente dizendo: Vem!**

<sup>8a</sup> **E olhei, e eis um cavalo amarelo e o seu cavaleiro, sendo este chamado Morte; e o Inferno (“Hades” [TEB, BJ]) o estava seguindo,**

<sup>8b</sup> **e foi-lhes dada autoridade sobre a quarta parte da terra para matar à espada, pela fome, com a mortandade (“pela peste” [BJ]) e por meio das feras da terra.**

**7,8** A cor do cavalo amarelo é a cor do cadáver, fazendo lembrar a aparência doentia, contrastando decisivamente com o frescor da vida. A observação subsequente não deve levar à idéia de dois cavaleiros, de modo que se chegaria ao número de cinco cavaleiros apocalípticos. **E o seu cavaleiro, sendo este chamado Morte; e o Inferno** (“Hades” [TEB, BJ]) **o estava seguindo.** “Morte e Hades”

representam também em Ap 1.18; 20.13 um pleonasmo para uma única realidade. De certa maneira, João vê a morte e sua sombra ou a morte e sua mão direita. Naturalmente ambos estão sendo imaginados como pessoas, como também em Os 13.14 (cf. 1Co 15.55). Eles manuseiam o ferrão e o aguilhão como se fossem boieiros. Como o v. 8b declara nitidamente, o quarto cavaleiro representa o flagelo da Antigüidade, a peste (nota 218). Ela disseminava medo e pavor e era mais forte que imperadores e exércitos. Justamente em tempos de guerra os soldados e sua bagagem introduziam germens de toda sorte de epidemias, e as pessoas tornavam-se especialmente vulneráveis por estarem subnutridas. Deste modo a morte ceifava em abundância.

**E foi-lhes dada autoridade (EXCURSO 4d) sobre a quarta parte da terra.** Estes dados numéricos serão analisados ao comentarmos o cap. 8, onde a terça parte perpassa o texto todo como medida punitiva. Em todos os casos, tanto lá como cá trata-se de golpes severos, que porém ainda dão oportunidade para o arrependimento.

Ao observarmos mais detidamente constatamos uma correlação, significativa para o pensamento bíblico, entre pecado e punição. Deus não retira o castigo de um lugar qualquer, como se fosse imposto ao pecado como um segundo fator. Pelo contrário, o próprio pecado volta-se contra, “acha” (Nm 32.23) o pecador, tornando-se assim o castigo dele. Deus faz com que as atitudes do pecador recaiam sobre sua própria cabeça (1Rs 8.32), de modo que há uma identidade entre pecado e castigo. É neste sentido que a palavra profética inevitavelmente fala de guerras e conseqüências de guerras como pragas de Deus para um mundo anticristão, sendo que em momento algum se deve pensar que Deus começa a introduzir estes fenômenos no mundo. As guerras não se originam do mundo dele, mas do nosso. Guerras ferem todos os Dez Mandamentos de Deus e são malignas. Contudo, quando o mal não “vai bem”, a razão é que Deus está presente como juiz: “Deus os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem coisas inconvenientes (“imprestáveis”)... cheios de... homicídio” (Rm 1.28-31). Sobre a questão dos que sofrem inocentemente, cf. o quinto selo.

No entanto, todos estes fenômenos acaso já não existiam antes de Cristo? Como é que pertencem justamente à caracterização do fim dos tempos? De fato Satanás é sedutor e homicida “desde o princípio” (Jo 8.44), i. é, desde Gn 3. Porém, desde que a mensagem: “Paz na terra!” ressoa em todo o mundo, a injustiça, a opressão e as guerras são muito mais escandalosas e culposas. Ainda que antes os mesmos fatos tenham acontecido, agora a situação é diferente. Agora o amor de Cristo veio ao mundo, agora o mundo que não aceita o seu chamado se torna singularmente condenável. Se o amor de Cristo não tivesse vindo, tampouco poderia haver a rejeição deste amor nem esta culpabilidade do mundo. A igreja reconhece este novo desenvolvimento desde a vinda de Cristo, designando-o de “fim dos tempos”.

O versículo de síntese, v. 8b, menciona ainda a mortandade dos animais na terra. A terra despovoada e as cidades em ruínas voltam a ser estepes, e na realidade erna animais ferozes retornam os aos territórios de antigas civilizações. Este é o último e verdadeiro fruto do cavaleiro branco: retrocesso e morte de quatro lados da terra, ou seja, todos os lados afastados do Cordeiro sofrem sob os animais ferozes. O anticristo é coveiro da cultura mundial.

## 5. O quinto Selo, 6.9-11

<sup>9</sup> **Quando ele abriu o quinto selo, vi, debaixo do altar, as almas daqueles que tinham sido mortos por causa da palavra de Deus e por causa do testemunho que sustentavam.**

<sup>10</sup> **Clamaram em grande voz, dizendo: Até quando, ó Soberano Senhor (proprietário), (tu) santo e verdadeiro, não julgas, nem vingas o nosso sangue dos que habitam sobre a terra?**

<sup>11</sup> **Então, a cada um deles foi dada uma vestidura branca, e lhes disseram que repousassem ainda por pouco tempo, até que também se completasse o número dos seus conservos e seus irmãos que iam ser mortos como igualmente eles foram.**

- 9 A abertura dos selos segue a ordem dos discursos escatológicos dos evangelhos (EXCURSO 3a). Depois de guerra, fome e epidemias, que constituem o “princípio das dores”, seguem-se perseguições aos discípulos. Entretanto, enquanto os evangelhos fornecem um esboço dos eventos exteriores (inquéritos, traição, ódio, morte), João silencia a este respeito, mencionando tão somente o fato da matança, pois, conforme Ap 4.1, não está olhando para a terra. Ele vê estes acontecimentos como aparecem diante de Deus e da forma como forçosamente revoltam também o íntimo dos cristãos, a

saber, o problema da injustiça que passa a “multiplicar-se” na matança de grandes multidões de cristãos (Mt 24.12). Seria possível que o Senhor, cuja intenção, afinal, era construir a sua igreja, repetidamente permitisse que justamente as mais corajosas testemunhas fossem eliminadas?

Depois da abertura dos selos João viu debaixo do altar, as almas daqueles que tinham sido mortos por causa da palavra de Deus e por causa do testemunho que sustentavam. O céu se lhe apresenta como templo celeste. Já no cap. 4 apareceram-lhe querubins, personagens sacerdotais, coros, taças e o mar de vidro (cf. nota 247). Agora soma-se o altar. Este santuário celeste e também o altar no Apocalipse, diferentemente da carta aos Hebreus, não têm nada a ver com expiação, mas são “central de oração e de ordens”. A permanência neste altar é sinal do convívio com Deus.

Qual é o significado de João ter “visto” almas de falecidos na base do altar? Que impressão visual tinha ele? O israelita sabia que ali havia uma calha em que era derramado o sangue dos sacrifícios (Lv 4.7). A vida ou a alma dos animais sacrificados era devolvida a Deus com este derramamento. Por isto é convincente a opinião de que João viu neste local sangue derramado de mártires. Esta visão foi imediatamente interpretada: “vi almas”. Ao olhar para o sangue, o profeta tomou consciência das pessoas, cuja morte havia sido uma morte no altar, ou seja, sacrifícios inocentes para Deus e que haviam chegado a uma proximidade especial com Deus. A morte não os havia separado de Deus (Rm 8.38).

Da mesma forma como a menção do altar, tampouco a fala sobre a matança deve ser associada a sacrifícios no sentido expiatório. No Apocalipse a matança constitui uma expressão genérica para a morte violenta.

**10 Clamaram em grande voz.** Sangue clama a Deus (Gn 4.10; Hb 12.24), e o clamor dos justos intervém nos acontecimentos do fim dos tempos (Ap 8.3-5; cf. Lc 18.7).

Quanto ao conteúdo, o grande clamor dos mártires constitui uma espécie de *lamá sabactâni*: “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (Mc 15.34). Neste clamor o tom se desloca do “por quê?” para o “até quando?” do abandono por Deus. **Até quando** Deus tardará com sua intervenção? Estas pessoas de Deus até são capazes de suportar que sejam abandonadas pela sorte, por fama, saúde e bens. “Quem mais tenho eu no céu? Não há outro em quem eu me compraza na terra. Ainda que a minha carne e o meu coração desfaleçam, Deus é a fortaleza do meu coração e a minha herança para sempre” (Sl 73.25,26). Contudo, quando este consolo não se faz presente, ou seja, quando Deus as “abandona” – esta é uma situação insuportável para elas. Este momento insuportável está sendo alongado no presente texto.

O “até quando?” ressoa em muitos salmos: Sl 6.3; 13.1-3; 35.17; 74.10; 79.5; 89.46; 94.3 etc. Em todas as ocorrências delineia-se uma situação limítrofe semelhante: a queda na situação de abandono por Deus. A situação havia chegado ao ponto de ser um desafio por parte dos inimigos de Deus, que os servos de Deus haviam aceito em nome de Deus. A prova de força começou – mas onde estava Deus? Porventura dormia, desviava o olhar, ou será que sequer estava presente? A verdade é que ele não interferia, assim como Baal não interferiu sobre o monte Carmelo, deixando seus sacerdotes expostos ao ridículo. O povo de Deus era humilhado e trazido ao matadouro pelos incrédulos, com o escárnio repercutindo em seus ouvidos: Ha, ha, onde está, pois, o Deus de vocês! (cf. Sl 42.3; 79.10; 115.2; Jl 2.17).

Entretanto, tanto a tônica de todas estas passagens dos Salmos como também do presente texto sobre os mártires não é o próprio grito de lamentação, mas o lamento pela honra de Deus. Não se ouve em primeiro lugar: “Afinal, faz algo em nosso favor!”, mas: “Faz algo por ti! Por que não realizas mais feitos em prol da tua causa, se tens interesse nela?”

Este questionamento é expresso aqui pela rara interpelação de Deus: **Senhor** (proprietário)! A rigor trata-se do antigo chefe da casa (*despótes*), ao qual pertencem o inventário morto e vivo, e sob o qual os servos (v. 11) estão cativos. Quando eles são violentados, o senhor é atacado. Por terem sido sua propriedade integralmente e de coração, seus sofrimento são sofrimentos dele e sua morte constitui para ele um prejuízo. Além disto, ele é o **santo e verdadeiro**, o verdadeiramente Santo (nota 230), que não pode decepcionar como os ídolos e as pessoas de santidade falsa. Estes títulos são lançados diante de Deus neste texto, porque estão sendo questionados. Como é que pode silenciar agora?! Este silêncio insuportável é inundado por terríveis dúvidas: acaso sofremos por uma quimera?

De acordo com as referências dos Salmos esta angústia existiu em todos os séculos. Considerando, porém, que as visões noturnas de Zacarias desempenham uma certa importância para as visões dos

selos (EXCURSO 3d), cumpre-nos dar atenção, neste contexto, ao “até quando?” escatológico de Zc 1.12. Afinal, não existe apenas um *em breve* escatológico (Ap 1.1). A expectativa imediata debate-se com a tribulação de que Deus está muito distante e poderia permanecer distante. Acredita-se: o Senhor vem em breve! Mas experimenta-se a vinda do anticristo, que celebra suas vitórias. Confessa-se: Jesus Cristo governa como rei! Mas são o ódio, a mentira e a violência que florescem, e aparentemente sem interferência, até mesmo confirmados por sucessos notáveis. Será que a história não escapou das mãos de Deus há muito tempo?

Deve-se realçar mais uma vez que não são o anseio de vingança pessoal nem o desejo feroz de obter satisfação diante de inimigos pessoais que estão falando. Obviamente superar o destino pessoal é algo pesado e difícil. Injustiça continua sendo injustiça, mesmo quando está sendo cometida contra nós próprios e quando formos pessoas cheias de amor ao inimigo. Porque de forma alguma o amor pode se alegrar com a injustiça (1Co 13.6). Ele não tem prazer com o sofrimento injusto. Por isto não é errado que o cristão clame a Deus, o juiz justo, sob a aflição das injustiças que sofreu pessoalmente. Em decorrência, não se deve tirar as conotações pessoais deste clamor dos mártires. Contudo, no caso dos mártires não é mais possível dissociar a dimensão pessoal da causa de Deus, pois apostaram a si próprios e tudo o mais na causa de Deus. Vive neles uma impaciência espiritual até que Deus seja finalmente “tudo em todos” (cf. 1Co 15.28), muito além de sua vida pessoal. Clamam por uma implantação plena de verdade e veracidade, de direito e justiça, de um extremo da terra ao outro.

**Não julgas, nem vingas o nosso sangue dos que habitam sobre a terra?** (“Até quando não proferes sentença nem punes os habitantes da terra pelo nosso sangue?” [tradução do autor]). Estes dois elementos do sistema judicial, a saber, sentença de condenação e perseguição com vistas à execução penal, avivam a memória de horripilantes processos contra os mártires. Declarava-se que os cidadãos mais leais eram os piores criminosos. Testemunhas falsas, juízes covardes e espectadores obtusos formavam a roda. Os acusados não tinham nada a esperar destes tribunais. “Derramaram como água o sangue” (Sl 79.3). Por isto os mártires entram com recurso, reivindicando com insistência a reabertura de seu processo diante de uma instância superior, diante do verdadeiramente Santo.

- 11 Deus atende a oração de seus servos, concedendo-lhes um sinal e uma palavra. **Então, a cada um deles foi dada uma vestidura branca.** A história lembra de poucas testemunhas de sangue. Quantos permaneceram desconhecidos e mergulhados no anonimato – um sacrifício de vida sem eco. Contudo Deus ouve e sabe. Ele não ignora ninguém, e até hoje não permitiu que ninguém clamasse a ele em vão. A entrega das vestimentas brancas permanece no âmbito do sistema judicial. De acordo com o costume, os acusados tinham de apresentar-se vestidos de preto. Os mártires haviam sido tais pessoas vestidas de preto. Contudo Deus revisa a sentença, determinando a troca para roupas brancas. Agora os estigmatizados apresentam-se no esplendor da inocência. Professaram sua fé em Deus na terra, agora ele se pronuncia a favor deles no céu (cf. Mt 10.32,33).

**E lhes disseram que repousassem** (“perseverassem em repouso”) **ainda por pouco tempo.** Antes do grande e perfeito “descanso do povo de Deus” conforme Hb 4 ainda vem o “pequeno tempo”, uma expressão usada para o itinerário sedento do tempo escatológico (Jo 14.19; 16.16,17; mas também 1Pe 5.10; Hb 10.37; cf. Is 54.7,8; Ap 12.12; 20.3). Ele era percebido pelos fiéis como sendo insuportavelmente longo, porém uma palavra de apoio a partir do trono represa este sentimento de distância, restabelecendo a esperança imediata. Deus fala. Imediatamente todas as palavras de Deus são vigorosas e vivas, e a fé respira novamente. No fim dos tempos o clamor da aflição se erguerá sempre de novo, porém haverá também momentos de ser consolado e silenciar. Em contrapartida, o canto de louvor de Ap 4.8 não sofre solução de continuidade.

Somente agora dá-se a resposta expressa à pergunta “até quando?” do v. 10. **Até que também se completasse o número dos seus conservos e seus irmãos que iam ser mortos como igualmente eles foram.** Há um limite para a crescente enxurrada de injustiça, além do qual ela não prosseguirá. Deus anuncia este limite intransponível. Trata-se do número completo dos mártires. O número exato não é citado, mas ele existe. Justamente no momento em que a violência celebra seus maiores triunfos e apregoa seus mais altos índices de sucesso, sua ruína torna-se visível. Perseguições aos cristãos amadurecem o juízo sobre a Babilônia, apressando o seu fim.

É preciso prevenir ainda contra um outro ponto na indicação do limite numérico do sofrimento no martírio. A noção moderna dos números com certeza leva a equívocos. A demora de Deus não acontece porque ele está olhando fixamente para uma estatística, um número arbitrariamente



estabelecido, pelo qual as testemunhas agora teriam de sangrar. Ao contrário, Deus espera pelas pessoas que ainda se deixam chamar. A missão em todo o mundo faz parte daquelas coisas que não são abordadas diretamente no Apocalipse como, p. ex., em Atos dos Apóstolos, mas que está sendo nitidamente pressuposta em algumas passagens (cf. o comentário a Ap 3.9; 5.9). É este o caso do presente texto. Apesar de todos os perigos é preciso que ainda mais testemunhas se empenhem, que seja alcançado ainda maior número de povos e pessoas. Vigora aqui Mc 13.10: “é necessário que primeiro o evangelho seja pregado a todas as nações”. Na resposta aos mártires não se pronuncia uma lei numérica, mas o motivo da paciência (2Pe 3.9; quanto ao sentido positivo dos números, cf. também o EXCURSO 4d).

Não é preciso ter morrido para obter o consolo da quinta visão de selos. Ele vale para todas as testemunhas vivas do tempo escatológico que se encontram em perigo e aflição. Ele vale para aqueles que se retraem assustados, que se deparam com detenção e inquéritos ou que já passaram pelo corredor da morte. “Bem-aventurados aqueles que lêem e aqueles que ouvem as palavras da profecia e guardam as coisas nela escritas” (Ap 1.3).

## 6. O sexto selo, 6.12-17

- <sup>12</sup> **Vi quando o Cordeiro abriu o sexto selo, e sobreveio grande terremoto. O sol se tornou negro como saco de crina, a lua toda, como sangue,**  
<sup>13</sup> **as estrelas do céu caíram pela terra, como a figueira, quando abalada por vento forte, deixa cair os seus figos verdes,**  
<sup>14</sup> **e o céu recolheu-se como um pergaminho quando se enrola. Então, todos os montes e (todas as) ilhas foram movidos do seu lugar.**  
<sup>15</sup> **Os reis da terra, os grandes, os comandantes, os ricos, os poderosos e todo escravo e todo livre se esconderam nas cavernas e nos penhascos dos montes**  
<sup>16</sup> **e disseram aos montes e aos rochedos: Caí sobre nós e escondei-nos da face daquele que se assenta no trono e da ira do Cordeiro,**  
<sup>17</sup> **porque chegou o grande Dia da ira deles; e quem é que pode sustenter-se?**

Algumas observações preliminares facilitarão a interpretação do presente trecho. Os eclipses do sol e da lua aqui mencionados (v. 12b), a queda de estrelas (v. 13), o terremoto cósmico (v. 12a) e o pânico correspondem a Mt 24.29 e seus paralelos (cf. EXCURSO 3a). Isto nos leva a esperar que estejam sendo descritos os mesmos fenômenos, a saber, o fim do tempo escatológico imediatamente anterior à vinda do Senhor. Esta conclusão, da qual diversos exegetas tentam evadir-se, parece ser incontornável. João usa quase que exclusivamente formulações empregadas pelo AT para descrever o “dia do Senhor” e seus fenômenos correlatos (q1 37). Leitores habituados ao AT e ao apocalipsismo dificilmente poderiam ter a idéia de que João estivesse falando de outra coisa senão dos sinais derradeiros, que anunciam o começo do novo mundo. Uma pessoa que no passado vivia em casa de madeira e ouvia as vigas rangerem na tempestade, ficava alarmada. Sua casa havia sido atingida em sua estrutura. Talvez ainda ficasse de pé por algum tempo, mas também poderia ruir de repente. Estava destinada à derrubada. O sexto selo fala destes rangidos inequívocos nas vigas do edifício cósmico. Ao contrário dos selos antecedentes, ele já anuncia o gemido, o estrondo e o estouro da catástrofe.

Neste texto o grande número de semelhanças com o AT chama atenção. A reticência de João é comprovada pelo fato de que se limita quase que exclusivamente a repetir antigos conceitos de proclamação ao descrever o que viu. Intencionalmente ele não apresenta nada da sua autoria em relação ao tema e não se arrisca a fazer nenhuma ilustração. Até as ilustrações ocorrentes no AT são abreviadas e condensadas em conceitos simbólicos. O significado verdadeiro destes versículos, portanto, não reside em que seja fornecido material novo sobre o assunto, mas em que o material antigo seja “cristianizado”, ou seja, submetido à proclamação do Cordeiro. Por meio de adendos breves, porém essenciais, no começo (v. 12) e no final (v. 16) João conjuga tudo com o evangelho. Assim como um fio, cujas extremidades são ligadas a um polo positivo e outro negativo, entra no circuito elétrico em toda a sua extensão, assim o material alinhavado do AT é unido no começo e no final com Cristo, obtendo deste modo integralmente uma carga cristã (cf. também o exposto sobre Ap 7.15).



**12 E vi quando o Cordeiro abriu o sexto selo, e sobreveio grande terremoto.** Trata-se do último grande sismo de Ap 11.13; 16.18, que não deve ser identificado com os terremotos “em vários lugares” conforme Mt 24.7. Como os próximos versículos desenvolvem, neste instante tremem a terra, o céu e as pessoas. Tudo o que robusto cambaleia, tudo que está seguro torna-se instável. Toda a antiga criação se desagrega. O terremoto universal constitui no AT uma evidência de que Deus se aproxima para julgar (Is 13.13; Ez 38.19,20; Jl 2.10; Ag 2.6; Na 1.5,6; cf. Hb 12.26,27).

Sem ignorar o discurso fortemente espiritualizado de João – como exemplo claro cf. o v. 13 – também deveríamos levar a sério seu sentido muito material no presente ponto. Nosso mundo visível não é algo óbvio. Não existe nem por si mesmo, nem perdura por necessidade natural. E se um dia vier a desaparecer, não será por contingências naturais, mas de acordo com a vontade de Deus. É porque o reino de Deus chega que o nosso mundo desaparece. A Bíblia se afasta de qualquer endeusamento e eternização das forças da natureza, atitudes que tanto floresciam na sua época, como também florescem nos dias de hoje.

Além disto, conforme a Bíblia o ser humano e o mundo estão tão interligados que não seria imaginável nenhum juízo consistente sobre as pessoas que deixasse de lado o mundo em redor. O juízo atinge-as quando os elementos endeusados por elas são condenados, promovidos a antideuses. Como desde os tempos primitivos o sol sempre brilha novamente e assegura verão e inverno, frio e calor, semeadura e safra, como a terra quase indestrutível sempre traz novamente seu fruto, como as maravilhosas montanhas se elevam de maneira inabalável, as ilhas desafiam os furacões e os astros seguem invariavelmente por milênios sua trajetória, o ser humano apegou-se a eles. Pareciam permitir-lhe que persistisse em seus pensamentos de menosprezo em relação a Deus. Com suas inesgotáveis reservas de auxílio tornaram-se sua nova garantia, junto deles sentia-se seguro e deles ele hauria constantemente sua tristonha coragem. Por isto desde os primeiros tempos sol, lua, estrelas e montanhas ocuparam o centro da adoração religiosa. Quando, pois, tudo isto vacila, também o ser humano é abalado.

Jr 4.23-26 relaciona este tremor universal expressamente com o começo da história da criação. Tudo torna-se novamente sem forma e vazio, voltando a ser pó. Reinstala-se o caos. João proclama, portanto, nas visões dos selos, o Cordeiro como aquele que liquida o velho mundo.

Depois desta visão panorâmica a exegese pode proceder de maneira relativamente sintética.

**E o sol se tornou negro como saco de crina.** A linguagem metafórica é inegável. O sol se veste de luto. Talvez Ez 32.8 possa servir como explicação: “Diante de ti vestirei de preto todos os brilhantes lumináres do céu” (tradução do autor). A pessoa sem Cristo não tem o olhar iluminado. Isto vigora em todos os tempos. Porém há de vir o dia em que ele próprio o saberá, quando sua “iluminação sobressalente” for desligada e lhe forem tiradas as ilusões. Do mesmo contexto faz parte a horrível coloração da lua em vermelho escuro: **a lua toda, como sangue.** Também se poderia pensar em sinais de desgraça.

**13 E as estrelas do céu caíram pela (“sobre a”) terra.** Esta declaração causou dificuldades. Como as estrelas teriam espaço na terra? Acaso seriam apenas meteoritos cadentes, que pareciam estrelas ao olhar humano? Acaso apenas caíam em direção da terra, mas depois passavam por ela em direção do espaço sideral? Ou será que João tinha uma visão de mundo tão ingênua? Eventualmente o estamos subestimando! Ele vivia numa região em que se localizava o berço da filosofia e ciência ocidentais. Séculos antes a astronomia ali praticada já detinha idéias muito realistas acerca dos corpos celestes. Antes de mais nada, porém, a segunda metade do versículo exhibe claramente um estilo figurado. **Como a figueira, quando abalada por vento forte, deixa cair os seus figos.** Indubitavelmente isto é uma elaboração poética, a saber, variação de figuras similares em Is 34.4. Também a cidade de Nínive, madura para o juízo, certa vez foi comparada com uma figueira, cujos frutos serão sacudidos em breve (Na 3.12).

**14** Como em Is 34.4, segue-se à queda das estrelas o enrolamento do céu. **E o céu recolheu-se como um pergaminho quando se enrola.** Depois que as estrelas foram colhidas (v. 13), as mãos que sustentam a abóbada celeste soltam-na, de modo que se contrai como um rolo de pergaminho. Em vez de mirar o familiar firmamento celeste a humanidade apavorada fita um buraco negro, através do qual em breve se mostrará o rosto irado do Cordeiro (v. 16). Esta riqueza figurativa oriental é impressionante.

Ao falar do terremoto cósmico, o AT muitas vezes também menciona o nivelamento ou o derretimento de montes e elevações. João cita a dupla de conceitos montanhas e ilhas (Ap 6.14;

16.20), falando de sua remoção, que já teve de ser interpretada em Ap 2.5 como ação de juízo (cf. também nota 192). **Então, todos os montes e (todas as) ilhas foram movidos do seu lugar.** O que as montanhas representam para a terra, as ilhas significam para o mar, a saber, elevações. Será que se está aludindo indiretamente a centros de poder políticos e econômicos, que serão destituídos do poder? O versículo seguinte dá apoio a esta leitura simbólica.

**15,16** Os v. 15-17 relatam a impressão causada nas pessoas. Sentem-se instaladas neste mundo, o qual desbravaram e dominaram aos poucos. Neste momento sua habitação cósmica estremece sob uma terrível intervenção de fora. Alguém destapa o telhado, derruba as paredes, abala o chão. Pânico apavorado assalta os “que habitam sobre a terra” (v. 10). O medo une-os todos. São enumerados de modo abrangente, no signo do número sete (cf. Ez 39.18-20): **Os reis da terra, os grandes, os comandantes, os ricos, os poderosos e todo escravo e todo livre se esconderam nas cavernas e nos penhascos dos montes.** Apavorados e sem saída (Lc 21.25), correm de um lado para outro e finalmente enfiam suas cabeças nas frestas dos penhascos, a fim de se ocultarem de algum modo diante do Juiz, assim como Adão se escondeu diante de Deus (Gn 3.8; fuga para as cavernas também em Is 2.10,19,21; Jr 4.29). **E disseram aos montes e aos rochedos: Caí sobre nós e escondei-nos da face daquele que se assenta no trono.** A corrida pela vida torna-se súplica pela morte. Que horrível comunhão de oração daqueles que não queriam adorar o Cordeiro! Contudo, preferem morrer que ter de comparecer diante de Deus (quanto ao embasamento no AT, cf. Os 10.8).

Depois que João repetiu com veneração antigas palavras proféticas em cada parte destes versículos, ele volta a estabelecer uma correlação clara com a mensagem do Cordeiro (cf. observação preliminar ao presente trecho). Os habitantes da terra temem também a **ira do Cordeiro**. Frequentemente o Apocalipse assemelha-se ao AT na forma como fala da ira *de Deus* (Ap 11.18; 14.10,19; 15.7; 16.1,19; 19.15). Esta ocorrência única acerca da ira *do Cordeiro* com certeza é intencionalmente desafiadora. O Cordeiro está irado!

A ira do Cordeiro é a catástrofe propriamente dita para a humanidade. Quem amou *desta maneira*, está irado. E não há nada no texto que nos encoraje a pensar numa ira com um piscar de olhos (“Na verdade nem penso assim, no momento apenas faço de conta que estou irado”). Um dia será manifesto que para Cristo a contradição não é entre o amor e a ira, mas entre o amor e o pecado. Por isto, distanciamo-nos de uma teologia de inocuidade, que não leva a sério nem a Deus nem os seus Mandamentos, nem o seu Cristo e sua igreja, nem o pecado – mas leva terrivelmente a sério as próprias formas de falar e os próprios sentimentos. A todos estes o último livro da Bíblia diz não. Deus é integralmente Deus no seu amor e na sua ira.

**17** O Cordeiro está irado! Onde esconder-se quando ele vem, e como responder quando ele pergunta? **Porque chegou o grande Dia da ira deles; e quem é que pode sustentar-se?** Novamente João acolhe formulações do AT (quanto a poder subsistir, cf. Jl 2.11; Ml 3.2; Na 1.6; e a respeito do dia da ira, Sf 1.15,18; Jl 1.15; 2.2; 3.4; Na 1.6; Ml 3.2; Is 63.4.) Esta pergunta não constitui mais uma pergunta real, porém antes um grito apavorado (Ap 1.7). Ninguém entra no julgamento com expectativas em relação ao resultado. Cada um sabe que unicamente o Cordeiro tem a razão. Na Antigüidade os acusados aguardavam ajoelhados ou prostrados. No caso de serem declarados justos, podiam levantar-se. Os acusados desta cena, porém, não conseguem permanecer em pé por nenhum segundo e não se podem levantar um milímetro sequer.

### Peça intermediária

#### O povo de Deus no começo e depois da tribulação, 7.1-17

##### A. O selamento antes da grande tribulação, 7.1-8

<sup>1</sup> Depois disto, vi quatro anjos em pé nos quatro cantos da terra, conservando seguros os quatro ventos da terra, para que nenhum vento soprasse sobre a terra, nem sobre o mar, nem sobre árvore alguma.

<sup>2</sup> Vi outro anjo que subia do nascente do sol, tendo o selo do Deus vivo, e clamou em grande voz aos quatro anjos, aqueles aos quais fora dado fazer dano à terra e ao mar,

<sup>3</sup> dizendo: Não danifiqueis nem a terra, nem o mar, nem as árvores, até selarmos na fronte os servos do nosso Deus.

- <sup>4</sup> **Então, ouvi o número dos que foram selados, que era cento e quarenta e quatro mil, de todas as tribos dos filhos (descendentes) de Israel:**  
<sup>5</sup> **da tribo de Judá foram selados doze mil; da tribo de Rúben, doze mil; da tribo de Gade, doze mil;**  
<sup>6</sup> **da tribo de Aser, doze mil; da tribo de Naftali, doze mil; da tribo de Manassés, doze mil;**  
<sup>7</sup> **da tribo de Simeão, doze mil; da tribo de Levi, doze mil; da tribo de Issacar, doze mil;**  
<sup>8</sup> **da tribo de Zebulom, doze mil; da tribo de José, doze mil; da tribo de Benjamim foram selados doze mil.**

Depois do bloco de Ap 4.1 a 6.17, cuja finalidade era ser lido como uma peça contínua, o autor visa agora destacar uma cesura. No presente caso, portanto, a subdivisão dos capítulos é pertinente. As primeiras palavras “**depois disto, vi**” anunciam uma mudança de cena (nota 244). O olhar não se dirige mais, como a partir de Ap 4.1, ao céu, mas sim à terra.

É importante dar-se conta desta interrupção da visão dos selos. A alta tensão com que terminou a visão do sexto selo não é aliviada de imediato, mas sim mantida suspensa. Não se segue a abertura do sétimo selo, mas uma intercalação. A ligação com o antecedente caracteriza-se de forma altamente negativa. No esboço do fim dos tempos após a série de selos faltava ainda a igreja. Embora esteja relacionada com a visão dos mártires no quinto selo, a igreja não é o tema daquela visão. Em primeiro lugar porque ela não consiste somente de mártires, e em segundo, porque no fim dos tempos ela experimenta não apenas injustiça, mas igualmente o amor inefável de Cristo (Ap 1.5). Ela não foi apenas enviada como ovelhas ao meio de lobos, mas também é conduzida como um rebanho pelo Bom Pastor. Era impossível expor esta faceta essencial da realidade da igreja no contexto de um esquema de flagelos e sob a premissa da ira do Cordeiro (EXCURSO 3a e 3b). Não obstante todo o enquadramento na história deste mundo, a igreja possui ainda a sua própria história singular. A presente peça intermediária faz justiça a esta verdade.

- 1 Depois disto, vi quatro anjos em pé nos quatro cantos da terra, conservando seguros os quatro ventos da terra.** Os quatro cantos, a partir dos quais os furacões do juízo varrem a terra, constituem conceitos sólidos (Jr 49.36; Dn 7.2; Zc 6.5). Em virtude da última referência surge uma estreita ligação com os quatro cavalos da desgraça da abertura dos quatro primeiros selos. No caso dos quatro ventos, assim como no dos quatro cavalos, trata-se, portanto, de poderes de destruição do fim dos tempos. Não é fortuito que sua atividade seja mencionada aqui no v. 3 com o mesmo verbo usado em Ap 6.6. Tornam a terra um campo de catástrofes. O número quatro novamente indica uma idéia de totalidade: como a tribulação em Ap 3.10, eles passam sobre a terra inteira.

O presente versículo pressupõe que as tempestades ainda estão por vir. Deste modo confirma-se a opinião de que o cap. 7 não prolonga a ação do cap. 6, porque ali as aflições do fim dos tempos já haviam progredido grandemente. Aqui o vidente está retomando um momento anterior a elas, a fim de mostrar o mesmo período uma segunda vez, porém de maneira diferente.

O aspecto de que os poderes de destruição não podem simplesmente desencadear-se por inteiro, mas são retidos pelos anjos, evoca novamente o controle de Deus sobre todos os acontecimentos (EXCURSO 4d), **para que nenhum vento soprasse sobre a terra, nem sobre o mar, nem sobre árvore alguma.** É nas árvores que se nota com especial clareza a tempestade ou a calmaria. Mostra-se, pois, que nenhuma arvorezinha é quebrada quando Deus não o permite. Ele é extremamente metódico no juízo. A sua ira não se precipita num automatismo cego como acontece com a ira humana (Tg 1.20).

- 2 Vi outro anjo** que se destaca claramente daqueles quatro anjos que administram a ira, **que subia do nascente do sol.** Enquanto os anjos geralmente descem do céu (Ap 10.1; 18.1; 20.1), este sobe, assim como se levanta o sol. Não há dúvida de que se trata de um anjo de luz e salvação. Em decorrência, a partir do trono de Deus e do Cordeiro o fim dos tempos não é perpassado apenas por manifestações de ira, mas igualmente também por poderes salutares.

O anjo do bem **clamou em grande voz aos quatro anjos, aqueles aos quais fora dado fazer dano à terra e ao mar.** Curiosamente há exegetas que gostam de comparar o começo do presente capítulo com o começo do cap. 8. Aqui vigora um grande silêncio sobre a terra, como no cap. 8 no céu. Contudo, aqui não é possível falar de silêncio. Tampouco se deveria supor nestes versículos um período muito longo, p. ex., toda uma época histórica de clemência e do desenvolvimento pacífico da igreja. Que diz o texto? Os anjos da ira já haviam recebido ordens (“fora dado fazer dano”) para

enviarem as tempestades sobre o fim dos tempos. Neste momento, porém, rapidamente outra ordem tem preferência, ultrapassando a primeira ordem e alcançando a igreja antes da grande tribulação. Portanto, quando o Senhor impõe fardos à sua igreja (quinto selo) com a mão esquerda, ele já a está carregando com seu forte braço direito. Inclusive os seus fardos. Grande é a experiência da tribulação, mais grandiosa, porém, a experiência da comunhão com ele na tribulação (Jo 16.33).

João vê o anjo munido de um **selo do Deus vivo**. Na Antigüidade escravos podiam ser selados por seu proprietário, soldados por seu comandante ou fiéis pelo sacerdote. Uma marca inextinguível como declaração irrevogável de propriedade era inscrita, cauterizada ou tatuada neles. Neste ato, porém, o que selava declarava ao mesmo tempo que os protegeria: quem violar esta pessoa, ataca a mim! Por meio deste gesto o próprio Deus se posiciona à frente de seus servos.

Paulo tornou a ilustração do selamento frutífera para o processo divino através do qual uma pessoa se torna cristã, ou seja, para a obtenção do Espírito Santo (2Co 1.22; Ef 1.13; 4.30). Entretanto, este significado não deve ser introduzido aqui sem uma apreciação. No presente contexto não se trata de tornar-se cristão, e tampouco de candidatos ao batismo, como defendem alguns. O selamento não torna alguém servo de Deus, mas refere-se a pessoas que já o são. Um paralelo norteador encontra-se, no entanto, em Ez 9.1-11: Deus quer julgar a Jerusalém idólatra. Ezequiel vê seis homens surgindo com instrumentos de destruição. Somente um deles traz equipamento para escrever. Ele recebe a incumbência de marcar com um sinal de reconhecimento e proteção aqueles habitantes que sofrem honestamente com a apostasia, enquanto é dito aos emissários do juízo: passem pela cidade atrás dele e golpeiem. Não poupem a ninguém. “Mas a todo homem que tiver o sinal não vos chegueis” (v. 6). Não há nada mais plausível para o trecho do Apocalipse aqui analisado do que traçar até ele as linhas de Ezequiel. Também aqui surgem emissários do juízo, aos quais se contrapõe um mensageiro da preservação munido do equipamento de selar. Também no presente trecho está em pauta o castigo pela adoração falsa, idólatra (cap. 13), bem como a preservação dos fiéis em meio a execuções judiciais escatológicas. A aflição extraordinária traz consigo intervenções extraordinárias de fidelidade de Deus.

Destas intervenções extraordinárias da fidelidade de Deus no fim dos tempos falam igualmente Mt 24.21,22; Lc 21.36 e 1Co 10.13. Talvez Deus permita que aconteçam mais fatos que seus servos compreendam, porém nunca mais do que podem suportar. Ele não os exime de todos os fardos (Ap 6.9-11), contudo protege-os de todo o mal, i. é, da apostasia. A apostasia generalizada é a experiência mais terrível para a igreja do fim dos tempos (Mt 24.10; 2Ts 2.3; 1Tm 4.1; 1Jo 2.18,19). Não obstante, em meio à assolação e à dissolução gerais há de ser revelada uma maravilhosa constância do verdadeiro Sião (Sl 46.1-7). Nos selados a mentira e a sedução não conquistam terreno. Continuam sendo servos de Deus e sacerdotes e testemunhas até o fim.

- 3 Combina com o selamento de tantas pessoas que o anjo da salvação tenha ajudantes. Ele disse: **Não danifiqueis nem a terra, nem o mar, nem as árvores, até selarmos na frente os servos do nosso Deus**. A contrapartida destes selados de Deus aparece na figura oposta dos selados de Ap 9.4; 13.16; 14.9,11; 16.2; 19.20; 20.4. Os v. 4-8 elucidarão quem são eles.
- 4 **Então, ouvi o número dos que foram selados**. Diversas vezes ocorre no âmbito de uma visão uma audição explicativa (Ap 1.17; 6.6). Aquilo que é visto também deve ser entendido corretamente. No presente caso, uma voz, cuja origem exata não é mencionada, dirige a atenção de João das perguntas sobre a forma de execução do selamento – que permanece inteiramente destituído de aspectos concretos – para o círculo das pessoas seladas.

Seu número é declarado por meio de uma revelação expressa. Ele não pode ser obtido pela simples contagem. Assim, não há nenhum conflito com a multidão incontável do v. 9. Ambos os grupos são contáveis para Deus e incontáveis para os seres humanos. O cap. 13 traz mais um exemplo sobre um número assim, objeto de uma revelação. Lá encontramos no v. 18 um número que não pode ser matematicamente apurado: ao invés de seu valor de contagem deve-se buscar seu valor metafórico.

De acordo com Ap 13.17; 15.2 há uma coincidência entre o número e o nome. Nesta visão do selo a voz anuncia no mesmo sentido um número, citando além disto igualmente um nome.

Já por meio destes nexos delinea-se o caminho para a interpretação dos cento e quarenta e quatro mil. Uma revelação sempre pressupõe um mistério essencial. Por isto, o anúncio poderia ser descrito da seguinte maneira: “Ouvi o mistério dos selados”. Ninguém deveria esperar que depois disto

aconteceria uma descrição da quantidade numérica dos selados, em lugar de uma definição da sua natureza: **cento e quarenta e quatro mil, de todas as tribos dos filhos de Israel.**

Embora falte no AT o número **cento e quarenta e quatro mil**, ele traz em si uma conotação do AT por meio de sua composição expressa nos v. 5-8, ou seja, por seu vínculo com as doze tribos de Israel. Nesta expressão o doze constitui o número básico, sendo assim a base da igreja dos selados formada pelo povo das doze tribos do AT. Cento e quarenta e quatro é o quadrado de doze, no que se manifesta a condição ideal de povo de Deus completo (pelo acréscimo dos gentios cristãos?). O quadrado, por sua vez, é multiplicado por mil, sendo que mil é considerado como expressão de grande quantidade (Jó 9.3; Sl 84.10; Is 60.22; Ap 5.11; etc.). Desta maneira forma-se a maior multiplicação possível. Com base nesta expressão numérica não é correto pensar no selamento de uma seleção cristã (nota 319). A igreja inteira, desde que realmente seja igreja, é selada. “Jamais perecerão, e ninguém as arrebatará da minha mão. Aquilo que meu Pai me deu é maior do que tudo; e da mão do Pai ninguém pode arrebatá-lo” (Jo 10.28,29). “Protegi-os, e nenhum deles se perdeu” (Jo 17.12).

A idéia da magnitude do povo de Deus é desenvolvida no v. 9, enquanto que a noção de inteireza é mostrada aqui nos v. 5-8.

No primeiro cristianismo **Israel** constituía um nome de honra da igreja formada de judeus e gentios. Seus membros são filhos de Abraão (Gl 3.29), a verdadeira circuncisão (Fp 3.3), os verdadeiros judeus (Rm 2.29; Ap 2.9; 3.9), o Israel de Deus (Gl 6.16; Rm 9.6-8; 11.26; 1Co 10.18), a nova Jerusalém (Ap 21.12,14) e “meu povo” (Ap 18.4; 21.3).

Uma parcela das referências arroladas, porém, permite detectar como esta autocompreensão das igrejas do cristianismo primitivo era controvertida e atacada. Isto já ficou claro na interpretação do candelabro de ouro em Ap 1.20. Lá, como também aqui e também já em Paulo, esta compreensão do povo de Deus é tida como um mistério que não se desvenda ou que se oculta novamente sem revelação. Desde Ap 1.5,6 o presente livro repetidamente traz irrupções espirituais desta certeza. Em Ap 14.1-5 João vê mais uma vez os cento e quarenta e quatro mil, obtendo novamente a certeza: “(eles) foram comprados da terra..., dentre os homens (não apenas dentre os judeus!), primícias para Deus e para o Cordeiro”.

**5-8** Os v. 5-8 contêm o inventário do verdadeiro Israel, do verdadeiro povo das doze tribos (cf. Tg 1.1), na mais minuciosa solenidade: **da tribo de Judá foram selados doze mil; da tribo de Rúben, doze mil; da tribo de Gade, doze mil; da tribo de Aser, doze mil; da tribo de Naftali, doze mil; da tribo de Manassés, doze mil; da tribo de Simeão, doze mil; da tribo de Levi, doze mil; da tribo de Issacar, doze mil; da tribo de Zebulom, doze mil; da tribo de José, doze mil; da tribo de Benjamim foram selados doze mil.** A idéia fundamental desta exposição é a integridade não mutilada como Deus a vê, enquanto os próprios cristãos experimentam a sua dispersão, o que acontece peculiarmente nos anunciados tempos de perseguição. Contudo, Deus não perde nenhum dos que confiam nele. Ele mantém uma listagem precisa, assemelhando-se a um pastor que não se consola com as noventa e nove ovelhas restantes quando percebe a falta de uma. Como em Mt 10.30, ser contado portanto significa: não temais!

## **B. O estar de pé perante o trono após a grande tribulação, 7.9-17**

Assim como a primeira seção do presente capítulo, também a atual se subdivide na visão (v. 9-12) e na sua interpretação (v. 13-17):

- <sup>9</sup> **Depois destas coisas, vi, e eis grande multidão que ninguém podia enumerar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono e diante do Cordeiro, vestidos de vestiduras brancas, com palmas nas mãos;**
- <sup>10</sup> **e clamavam em grande voz, dizendo: Ao nosso Deus, que se assenta no trono, e ao Cordeiro, pertence a salvação.**
- <sup>11</sup> **Todos os anjos estavam de pé rodeando o trono, os anciãos e os quatro seres viventes, e ante o trono se prostraram sobre o seu rosto, e adoraram a Deus,**
- <sup>12</sup> **dizendo: Amém! O louvor, e a glória, e a sabedoria, e as ações de graças, e a honra, e o poder, e a força sejam ao nosso Deus, pelos séculos dos séculos. Amém!**

- 9 Por meio da retomada **depois destas coisas, vi** anuncia-se novamente uma mudança de cena (nota 244). É uma troca de local, pois agora João não está mais olhando, como em Ap 7.1, para a terra, e sim para o santuário celestial (v. 15). Acrescenta-se uma total mudança de situação. Enquanto o selamento precedia expressamente as tempestades do fim dos tempos, agora a grande tribulação já é coisa do passado (v. 14). Associa-se a esta mudança uma alteração da disposição. No lugar de uma tensão prenhe de desgraça em vista do perigo iminente ocorre o cântico de vitória. Finalmente, não deixa de ser importante para a interpretação aperceber-se da mudança na forma de apresentação. Os selados haviam sido meramente objeto de uma audição (experiência auditiva, percepção de uma voz; v. 4). Porém João obtém uma imagem visual da multidão incontável. – Enfim, não são poucos os exegetas que também detectam ainda uma troca do grupo de pessoas. Segundo eles a grande multidão não é a mesma que os que foram selados. Que diz o texto?

**E eis grande multidão que ninguém podia enumerar.** Assim como o v. 4 impõe-se novamente a impressão da magnitude. A promessa a Abraão em Gn 15.5 foi cumprida: “Olha para os céus e conta as estrelas, se é que o podes. E lhe disse: Será assim a tua posteridade.” Abraão *não* é capaz de contá-las. Conforme Hb 11.12 ela é para ele incontável, o que obviamente não pode valer para Deus. Desta maneira também a presente multidão é incontável para João, porém enumerável para Deus, não ocorrendo uma contradição com o v. 4. Lá Deus contou e pode revelar o número, aqui João tenta fazê-lo, deparando-se com a impossibilidade de contar.

Na especificação subsequente da origem intensifica-se a lembrança de Abraão. **De todas as nações, tribos, povos e línguas.** Em Abraão haveriam de ser “abençoadas todas as nações, todas as gerações da terra” (Gn 22.18; 12.3). O número de quatro definições volta a ressaltar a dimensão da abrangência. João vê na igreja a humanidade abençoada em Abraão.

Contudo, cabe situar também no contexto do livro todo a declaração sobre o número que ninguém pode contar. Em Ap 2.17 há um nome que ninguém pode saber, e em Ap 14.3 um cântico que ninguém consegue aprender. Número, nome e cântico referem-se à igreja vitoriosa. Esta constelação desvia mais uma vez do entendimento do número como uma contagem de cabeças (cf. o exposto sobre o v. 4). Contar algo passa a ter significado semelhante ao saber de um nome: ter poder sobre ele. Se ninguém além de Deus é capaz de estabelecer o número da multidão, ela em decorrência encontra-se integralmente guardada pelo poder dele (cf. Ap 2.17). É claro que a figura aparente da igreja ainda contradiz esta imagem da sua essência. Justamente na grande tribulação ela é sensivelmente atacada por punhos estranhos. “Somos entregues à morte o dia todo, fomos considerados como ovelhas para o matadouro” (Rm 8.36). Um dia, porém, a igreja chegará à unidade da figura essencial com a figura aparente. Este “um dia” é vislumbrado por João, que o anuncia às igrejas: ninguém é capaz de nos arrancar da mão dele! O número da grande multidão, oculto junto de Deus, evoca portanto a mesma realidade da igreja que foi testemunhada em Ap 7.1-8 sob a figura do selamento.

João tem a visão desta igreja formada de todas as nações, tribos, raças e línguas, superando a Babilônia que confundia os povos (cf. a exposição sobre o v. 10 e Gn 11.9) e representando as primícias (Ap 14.4) de uma humanidade reunificada, congregada em torno do centro da restauração, **em pé diante do trono e diante do Cordeiro** (cf. o comentário a Ap 5.13). Estão **vestidos de vestiduras brancas** como os mártires na visão do quinto selo. Agora, portanto, está completo o número deles (Ap 6.11), todos estão reunidos como uma grande multidão, e a tribulação chegou ao fim. O número cheio relembra novamente Ap 7.4. Além da vestimenta de vencedores trazem ainda ramos de **palmas nas mãos**. A ilustração é inequívoca para olhares gregos, que contemplaram tantos atletas com a folha de palmeira no pedestal do vencedor. Contudo, também um escrito judaico traz a frase: “Quem traz em suas mãos a folha de palmeira, dele sabemos que é vitorioso”.

- 10 Tudo está afinado com a vitória. Segue-se o grito de vitória. **E clamavam em grande voz, dizendo: Ao nosso Deus, que se assenta no trono, e ao Cordeiro, pertence a salvação.** Celebram a queda da Babilônia em coros falados em alta voz estrondosa. Depois de uma experiência impactante constata-se com louvor que Deus é salvação. Ele é digno de ostentar o nome de Redentor.
- 11,12 Como acontece em Ap 5.11 no começo dos tempos escatológicos, também no presente culto a Deus no fim do fim os anjos aderem ao louvor. **Todos os anjos estavam de pé rodeando o trono, os anciãos e os quatro seres viventes, e ante o trono se prostraram** (agora) **sobre o seu rosto, e adoraram a Deus.** Com um Amém introdutório eles confirmam a proclamação de vitória da igreja: **Amém! O louvor, e a glória, e a sabedoria, e as ações de graças, e a honra, e o poder, e a força**



**sejam ao nosso Deus, pelos séculos dos séculos. Amém!** Os sete elementos de sua proclamação de louvor evocam Ap 5.12. Como lá o Cordeiro, assim é Deus quem agora recebe um louvor. Esta corrente de exaltações, no entanto, causa um impacto especialmente solene e retumbante por meio do artigo colocado diante de cada elemento. Ademais, potencia-se a impressão de uma celebração retrospectiva pelo fato de que foi inserido aqui “ações de graça” (em lugar de riqueza, em Ap 5.12) e de que a frase toda é emoldurada por Amém.

Por razões práticas o presente comentário já antecipou diversas vezes os versículos explicativos a seguir. Eles são decisivos para o entendimento da visão.

- <sup>13</sup> **Um dos anciãos tomou a palavra, (“respondeu”), dizendo (a mim): Estes, que se vestem de vestiduras brancas, quem são e donde vieram?**
- <sup>14</sup> **Respondi-lhe: meu Senhor, tu o sabes. Ele, então, me disse: São estes os que vêm da grande tribulação, lavaram suas vestiduras e as alvejaram no sangue do Cordeiro,**
- <sup>15</sup> **razão por que se acham diante do trono de Deus e o servem (sacerdotalmente) de dia e de noite no seu santuário; e aquele que se assenta no trono estenderá sobre eles o seu tabernáculo.**
- <sup>16</sup> **Jamais terão fome, nunca mais terão sede, não cairá sobre eles o sol, nem ardor algum,**
- <sup>17</sup> **pois o Cordeiro que se encontra no meio do trono os apascentará e os guiará para as fontes da água da vida. E Deus lhes enxugará dos olhos toda lágrima.**

Como os videntes em Jr 1.11; Ez 37.3; Zc 4.2 também João é indagado sobre seu entendimento de determinado detalhe. Este constitui o ponto decisivo. Um diálogo semelhante é realizado uma segunda vez no Apocalipse, a saber, em Ap 17.7-18. Lá a pergunta refere-se ao séquito da Babilônia, enquanto aqui se refere aos seguidores do Cordeiro. Estas circunstâncias já excluem, no tocante ao grupo a ser definido aqui, que possa tratar-se de um subgrupo cristão (cf. nota 319).

- 13** A pergunta é sobre aqueles que eram inegavelmente vitoriosos a partir da roupa, das palmas e dos gritos. **Um dos anciãos tomou a palavra (“respondeu”), dizendo (a mim): Estes, que se vestem de vestiduras brancas, quem são?** A pergunta seguinte serve para identificá-los melhor: **e donde vieram?** O “donde” determina o ser e também o “para onde”.
- 14** Parece que a forma idiomática do que se segue expressa uma agilidade especial de João. Imediata e naturalmente ele devolve a pergunta. **Respondi-lhe: meu Senhor, tu o sabes.** Os exegetas unanimemente deduzem desta resposta que João não o sabia. No entanto, é significativa uma comparação com Jo 21.15-17: “Senhor, tu sabes que te amo”. Acaso Pedro não o sabia? Ele não tinha garantido três vezes seu amor? Sim, porém percebia-se que esta certeza não podia ter seu centro de gravidade nele, mas no Senhor. Da sua parte ele tinha conhecimento do seu amor por Jesus, mas isto significava tão pouco! Somente seria uma certeza quando Jesus o soubesse. De forma análoga poderíamos parafrasear aqui: “Bem que suspeito quem são estes vencedores. Contudo, meu coração estremece com a idéia. Ao mesmo tempo parece-me algo tão inacreditável. Por favor, dize-o, confirma-o a partir da instância superior, para que eu seja legitimado para proclamá-lo às igrejas”.

Por que João não podia ser alguém totalmente ignorante? Porque a figura de Ap 7.9 coincidia com extrema exatidão com a visão de Ap 5.9, fundamental para a série de selos. Era praticamente imperioso que os redimidos do Cordeiro de Ap 5.9 fossem reconhecidos na grande multidão. Também o coro de anjos que intervém em Ap 7.10 volta a transportar para a situação de Ap 5.10. A diferença apenas era que João agora estava vendo a igreja à luz de sua perfeição, com vestimentas vitoriosas, palmas e gritos de vitória, i. é, depois de uma maravilhosa transformação da aparência. Ele via a igreja da forma como jamais a havia contemplado, não mais como ovelhas indo para o matadouro (Ap 6.9), não mais como os miseráveis (Ap 2.9) e sem ação (Ap 3.8), mas com estatura de vencedores. Temeroso, João se encontra diante do incomum e impactante, pedindo ao anjo que o formule.

**Ele, então, me disse: São estes os que vêm da grande tribulação.** A surpreendente forma verbal no presente dos “que vêm” induziu J. Behm a imaginar que a coluna infundável ainda se aproxima. Isto, porém, não confere com o que João viu realmente. De acordo com o v. 9 ele constatou uma “assembléia geral”, de pé em redor do trono com todos os retardatários, finalmente seguros. Nenhuma labareda do calor da tribulação os alcançava mais ou se estendia atrás deles. Isto havia acabado. Contudo, não estava esquecido! Na forma presente talvez se expresse a memória recente. A

tribulação ainda está vivamente presente no dia da vitória. Não foi capaz de inviabilizar o triunfo. Justamente na “grande tribulação” formou-se a “grande multidão” (v. 9). Os leitores e ouvintes do livro, que ainda eram “companheiros na tribulação” (Ap 1.9), devem ser participantes já agora desta situação e, apesar do medo, proferir com os vitoriosos: passamos por grande tribulação para a celebração da vitória da grande multidão!

A expressão “**grande tribulação**” é originária de Dn 12.1 e aparece também em Mt 24.21; Ap 2.22; 7.14. Independentemente das angústias que perpassam as eras do mundo desde os tempos de Abel, uma culminância do confronto entre Deus e Satanás, entre Cristo e anticristo processa-se em direção do final. Sem esta expressão o assunto também ocorre, p. ex., em 2Ts 2.3,4; Mt 24.9-14; Ap 3.10. Atinge os que crêem e os que não crêem. Toda a humanidade está na banca de testes: que está dentro do ser humano? Em última análise, a quem ele adora – a besta ou o Cordeiro?

**Lavaram suas vestiduras e as alvejaram no sangue do Cordeiro.** Para os orientais a roupa não é algo exterior (cf. a observação preliminar a Ap 1.12-16), de modo que estes vencedores tivessem sido pessoalmente limpos e meramente tivessem de retirar de suas vestimentas os respingos do mundo mau. Não, estes cristãos, que alvejaram sua roupa no sangue do Cordeiro, teriam pronunciado o conteúdo todo de 1Jo 1.7-10: “o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado”.

Através do que, pois, a grande multidão tornou-se vencedora? Não através de sua pertinaz constância, mas pela morte expiatória de Jesus, ou seja, através de sua vitória conforme Ap 5.5. Por Jesus ter-se tornado rei do amor, por estar disponível para Deus e para eles até o última gota de sangue, eles se tornaram vencedores. Sua fidelidade os tornou fiéis. Também seria absurdo deduzir a sua vitória de uma zeloso lavagem meritória. A ênfase não repousa sobre a atividade de lavagem, mas sobre o meio. Entretanto, transformar em mérito o fato de que aceitamos a graça, não passa de uma evidência da distorção do ser humano. Finalmente tampouco é lícito atribuir efeitos de purificação ao sofrimento em si. Não a grande tribulação, mas o sangue de Jesus constitui o banho de purificação. Por isto não exultemos no sofrimento! Cristo primeiramente implorou que passasse dele.

Conseqüentemente, a vitória da igreja apóia-se sobre a entrega da vida de seu Senhor. Da mesma maneira como o selo de Deus em Ap 7.4, o sangue do Cordeiro exclui a glória humana.

- 15** Da vitória da grande multidão resulta sua posição. **Razão por que se acham diante do trono de Deus.** Estar diante do trono significa preferência máxima (nota 118) e no mais é relacionado aos seres mais elevados (Ap 1.5; 4.4,6). O episódio de que em Ap 12.8,9 Satanás é expulso deste recinto do trono, significa sua destituição do poder. O fato de que agora a igreja está ocupando um lugar diante dele espelha a sua vitória. O que se segue mostra o contato imediato dos vencedores com o Entronizado.

**E o servem** (sacerdotalmente) **de dia e de noite no seu santuário.** A palavra aqui utilizada para “servir” (*latreuein*, não *douleuein* ou *diakonein*) significa no grego bíblico consistentemente o “serviço cultural” (p. ex., Êx 4.23; 8.1,20; 9.1,13; 10.3). Está contraposto ao serviço escravo no Egito. Este serviço diante do trono de Deus pressupõe que a grande multidão consiste de sacerdotes. Por meio deste aspecto estaria estabelecida a ponte com passagens nitidamente eclesiásticas como Ap 1.5,6. Em Ap 22.3 os que servem são chamados “servos de Deus”. Deste modo são idênticos aos servos de Deus” que foram selados em Ap 7.4.

Servem ao seu Senhor, que os resgatou, dia e noite – uma metáfora para expressar que a ação é incessante. Não devem ter mais a obrigação de sair do templo (Ap 3.12; Jo 12.10). Como mudou a sua situação em comparação com Ap 12.10, onde se diz que o “acusador de nossos irmãos, o mesmo que os acusa de dia e de noite, diante do nosso Deus”? Agora estes outrora acusados sem trégua encontram-se como santos sacerdotes perante Deus e o adoram dia e noite. Isto perfaz uma vitória cabal sobre pecado, morte e diabo. “O meu coração e a minha carne exultam pelo Deus vivo! O pardal encontrou casa, e a andorinha, ninho para si, onde acolha os seus filhotes; eu, os teus altares, Senhor dos Exércitos, Rei meu e Deus meu! Bem-aventurados os que habitam em tua casa; louvam-te perpetuamente” (Sl 84.1-3).

A segunda característica da perfeição além do culto a Deus é a comunhão com ele. Neste aspecto chama atenção que as frases seguintes estão repletas de formas futuras. Acaso trata-se de coisas pelas quais, apesar de tudo, os vencedores ainda precisam esperar? Neste caso ainda não estariam aperfeiçoados. Entretanto, as formas futuras não desaparecem nem mesmo nos últimos capítulos do livro (Ap 21.3,4; 22.5). Elas se explicam simplesmente como formas adotadas do AT. Assim como no final do cap. 6 João cada vez mais desistia de usar palavras próprias, quando falava da forma final da

ira do Cordeiro (cf. as observações preliminares a Ap 6.12-17), assim procede também agora, quando se trata da forma final do amor do Cordeiro. Do ponto de vista do AT estes eventos obviamente estavam no futuro. Na presente visão, porém, esta forma verbal futura foi preenchida com conteúdo futuro.

E aquele que se assenta no trono estenderá sobre eles o seu tabernáculo.

O sexto selo havia trazido a visão de um céu enrolado que se recolhe e de uma humanidade apavorada num mundo sem teto (Ap 6.15-17). Aqui se mostra, em todas as correlações, o elemento oposto: no lugar do mundo que perece sob o pânico surge uma realidade nova, saturada de paz.

A palavra geralmente traduzida por “acampar” pode ter sido utilizada aqui no seu significado original: “armar uma tenda”. Desta maneira João teria ressaltado o começo da comunhão com Deus. Deus desenrola a cobertura protetora de seu tabernáculo (Sl 27.5) sobre eles. O paralelo de Ap 21.3 destaca, em contrapartida, a duração: Ele acampa com eles.

No intuito de desdobrar o novo aconchego junto de Deus para aqueles que acabaram de vir da grande tribulação, João se atém disciplinadamente a profecias antigas. Cabe falar das últimas coisas na consciência de que todo falar e imaginar, todo pedir e entender permanece precário em comparação com aquilo que Deus presenteará. Ao arruinar-se este mundo também se quebrará o nosso entendimento, que na verdade foi instalado apenas para este mundo provisório. Com o novo mundo virá um novo entendimento.

- 16** Três afirmações negativas fazem a abertura. **Jamais terão fome, nunca mais terão sede, não cairá sobre eles o sol, nem ardor algum.** João conhece Is 49.10. Uma comparação com Is 48.21 mostra claramente velhas reminiscências dos tempos iniciais de Israel, quando Deus cuidou do povo através de milagres de alimentação e água. Na Bíblia os tempos iniciais muitas vezes tornam-se parábola para os tempos finais. Ap 21.4 diz, sem metáforas: “e a morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor”.

Será que tudo isto está relacionado com a grande tribulação, da qual os salvos acabam de sair? Sofrer fome e sede aparece também em situações de perseguição (p. ex., Mt 10.42; 25.35,36). Também a estadia no deserto poderia ser explicada como decorrência de expulsão, e o calor poderia ser, como em Mc 4.6; Mt 13.6, uma ilustração para a perseguição. No entanto, no momento em que João, a partir do v. 16, passou a confiar-se a conceitos de proclamação do AT, ele evidentemente abandonou seu tema mais restrito da comunidade e da grande tribulação. De forma alguma estão sendo consolados *apenas* mártires ou cristãos que se encontraram em perseguições especiais. A angústia específica foi dilatada a todas as tribulações e aflições. Em consequência, o consolo também é expandido para todos os que carecem de consolo. Certamente João não perdeu de vista as pessoas que estavam sob seus cuidados naquele tempo, mas atrás deles ele vê muitos outros. Por maior que seja sua relação com o seu tempo, ele não está preso a ele. Como num profeta verdadeiro forma-se nele uma relação para com a igreja de todos os lugares e de todos os tempos (q1 60).

- 17** Às três afirmações negativas somam-se três afirmativas. **Pois o Cordeiro que se encontra no meio do trono os apascentará e os guiará para as fontes da água da vida.** Em coerência com a fórmula “Deus e o Cordeiro” (cf. o exposto sobre Ap 5.13), que não tolera nem uma proclamação genérica de Deus nem uma devoção puramente voltada a Jesus, João estabelece a conexão das palavras do AT sobre Deus com a mensagem do Cordeiro. O que “se compadece deles” passa a ser agora o Cordeiro. E novamente aparece um paradoxo ousado (nota 329): o Cordeiro é Pastor. Os dois verbos “apascentar” e “guiar” não ocorrem exatamente em Is 49.10, mas sim no conhecido salmo do Pastor (Sl 23). Para onde guia o Cordeiro? Ele conduz para o próprio Deus (cf. Ap 22.1-5). Os seres humanos haviam abandonado a Ele, a fonte viva, não mais encontrando o caminho de volta. Somente o Cordeiro leva ao Pai (Jo 14.6) e traz de volta da vida e o paraíso (nota 195).

Uma assimilação de Is 25.8 forma o encerramento. **E Deus lhes enxugará dos olhos toda (“cada”) lágrima.** Uma vez que na carta aos Hebreus “fonte” e “olho” são expressos pela mesma palavra, seria possível que para um judeu o tópico “fontes” no v. 17a levasse aos “olhos” no v. 17b. As fontes da vida superam todas as fontes do sofrimento. Isto, no entanto, não é dito aqui de forma tão prosaica. Como em Is 66.13, Deus se transforma numa mãe que toma o filho no colo e lhe enxuga carinhosamente todas as lágrimas. Com cada lágrima desaparece uma parcela da mágoa, e no final tudo está bem.

Deste modo a Bíblia nos abastece com maravilhosas figuras para a capacidade de compreensão humanas. Cabe-nos ater-nos a elas, assim como João o fez.

O cap. 7 do Apocalipse representa, sob certo aspecto, uma explicação de Ap 1.5,6. De acordo com ambos os textos, a natureza da igreja consiste em saber que é amada por Cristo. Conforme Jo 3.16 naturalmente o mundo inteiro está sendo amado. No entanto, o que ele sabe disto? Onde este amor é enaltecido e onde se vive a partir dele, onde se serve e se agradece a ele? Onde tudo isto acontece, ali há igreja.

## 7. O sétimo selo, 8.1

<sup>1</sup> **Quando o Cordeiro abriu o sétimo selo, houve silêncio no céu cerca de meia hora.**

- 1 Quando o Cordeiro **abriu o sétimo selo**, o rolo finalmente estava completamente livre dos selos, e o texto interno podia ser visto. **Houve silêncio no céu cerca de meia hora.** Este silêncio provocou entre os estudiosos uma acalorada discussão.

Deve-se excluir a idéia de que agora o Cordeiro recebia tempo para ler o texto interior (cf. o comentário a Ap 5.1). Igualmente não se pode levar a sério a identificação com o reino de mil anos e a idéia do sábado, apesar de ser muito antiga, porque neste caso a indicação do tempo de meia hora seria totalmente incompreensível. Muitos comentaristas pensam numa pausa de grande efeito de cena, que aumenta a tensão pelo que virá. Nesta leitura, a tensão é entendida por alguns como uma temerosa espera na pesada atmosfera de juízo, e pelos demais como uma devoção feliz e como espera profundamente reverente pelo que virá. Contudo, mesmo esta solução não é satisfatória, porque temos de inferir aqui um silêncio no céu, mas não na criação.

Oferece-se a saída de anexar os v. 2-5 ao sétimo selo. Então surge a seguinte correlação: quando as orações dos santos sobem (v. 4), é interrompido o culto celestial a Deus de Ap 4.8. As orações dos anjos silenciam em favor das orações dos santos. Tudo no céu presta atenção. Deus não se põe a julgar sem antes ter dado ouvidos aos lamentos e às intercessões dos santos. Contudo, se ao invés das orações dos anjos se ouve as orações dos santos, de forma alguma haverá silêncio no céu! Além disto, é improvável que a indicação de meia hora de tempo signifique que o evento dos v. 2-5 tenha durado meia hora. Mais plausível é a suposição de que este processo *começou* apenas após decorrida meia hora.

O v. 1 não constitui nem preparação espiritual nem qualquer outro tipo de introdução para o que se segue. Considerando que em cada abertura de selo algo acontece imediatamente, recomenda-se também aqui uma interpretação que compreenda o versículo não como uma lacuna de acontecimentos, mas sim como um acontecimento próprio. Que aconteceu no silêncio?

Merece nossa atenção um indício de um silêncio pré-cósmico, bem conhecido no judaísmo. Em 4Esdras 6.38,39 lê-se: “Senhor, tu falaste no começo da tua criação, no primeiro dia: façam-se o céu e a terra! Foi tua palavra que consumou esta obra. E naquele tempo havia um Espírito que pairava, e em redor as trevas e o silêncio. Ainda não havia soado diante de ti o som da voz humana.” Outra voz judaica declara: “Será que o mundo deverá cair novamente no silêncio que houve no começo?” (Baruque sírio 3.7). Ou: “Antes de se formar o mundo, havia trevas e silêncio” (Filo 60.2). Deus falou neste silêncio inicial. Então em breve seguiu-se ao som de sua voz o som de muitas outras vozes e também da voz humana. E enquanto Deus fala o mundo continua existindo (Hb 1.3). Tão logo, porém, Deus recolhe novamente a sua voz, apagam-se todas as vozes e espalha-se novamente o silêncio dos primórdios. O cosmos cai novamente no caos do qual a palavra de Deus o chamou à existência.

Desde Ap 4.1 João está postado na porta do céu e olhando (até Ap 7.1-8) para dentro dele. O fato de que agora vê instalar-se o silêncio lhe indica indiretamente a decadência da antiga criação. Portanto, o que era de se esperar com a abertura do sexto selo aconteceu de fato com a abertura do sétimo selo: o desaparecimento do mundo atual pela vinda do Senhor como Juiz. – Entretanto, isto é dado a entender de maneira extremamente breve pela figuração do silêncio inicial.

Acaso este estilo indireto e breve causa espécie? Estes traços, no entanto, são característicos de toda a série de selos (cf. o comentário a Ap 6.1) e foram evidenciados também em muitos outros pormenores. Em todas as visões de selos João olhou para dentro do céu e percebeu apenas indiretamente o que acontecia na terra. Capítulos posteriores preencherão os contornos. Também o silêncio inicial volta a ser abordado com clareza em Ap 18.22,23a. Em seguida anuncia-se um novo evento da palavra de Deus, que chama à existência uma nova terra e um novo céu (Ap 19.11-13).

Em 4Esdras 7.30,31 aparece igualmente uma medida de tempo para este silêncio inicial, a saber, sete dias. Aqui ele dura meia hora. Uma vez que não há paralelo deste detalhe em parte alguma, a interpretação permanece difícil. Talvez devamos partir da hora cheia como sendo a hora de Deus (cf. Ap 14.7,15). Ela abrange juízo e nova criação. Neste caso se esteja aludindo aqui à primeira metade sombria. Ela é a meia hora do silêncio de Deus, na qual ele retira sua fala criadora e preservadora e na qual o mundo se decompõe (Ap 20.11). A hora se completa quando Deus volta a falar, criando um novo céu e uma nova terra.

O primeiro esboço esquemático da história do fim, da Ascensão até a vinda do Senhor com glória realçou nitidamente o tema principal do livro todo: o Cordeiro foi autorizado e agora tomou todos os acontecimentos em sua mão. Seu senhorio constitui a realidade básica de todo este período de tempo, preenchendo-a integralmente. Ele está relacionado com tudo e pode ser proclamado em relação a tudo. Do seu trono partem ira (cap. 6) e amor (cap. 7), perpassando o tempo como as duas reais forças históricas. Elas aparecem em forma preliminar, pressionando em direção do fim, no qual Cristo demonstrará seu senhorio de modo definitivo e efetivo. Até aquela hora o Cordeiro não deixa o presente mundo em paz. Repetidamente ela de algum modo tem a ver com ele.

O propósito do Apocalipse é abrir os olhos das igrejas para esta realidade. Elas devem reconhecer que o evangelho não é apenas pleno de implicações para elas pessoalmente ou para uma história singular de salvação, mas também para uma história geral. Evangelho e história mundial não são grandezas não relacionadas entre si, motivo pelo qual tampouco igreja como mundo são grandezas desconexas, e pelo qual a igreja tem uma mensagem para o mundo. Contudo, ela somente será capaz de anunciar esta mensagem quando ler, ouvir e guardar a palavra da profecia.

## VI. OS TOQUES DE TROMBETA DOS SETE ANJOS

### 8.2–11.19

#### 1. Prelúdio no céu: As orações dos santos, 8.2-6

- <sup>2</sup> **Então, vi os sete anjos que se acham em pé diante de Deus, e lhes foram dadas sete trombetas.**
- <sup>3</sup> **Veio outro anjo e ficou de pé junto ao altar, com um incensário de ouro, e foi-lhe dado muito incenso para oferecê-lo com as orações de todos os santos sobre o altar de ouro que se acha diante do trono;**
- <sup>4</sup> **E da mão do anjo subiu à presença de Deus a fumaça do incenso, com as orações dos santos.**
- <sup>5</sup> **E o anjo tomou o incensário, encheu-o (agora) do fogo do altar e o atirou à terra. E houve trovões, vozes, relâmpagos e terremoto.**
- <sup>6</sup> **Então, os sete anjos que tinham as sete trombetas prepararam-se para tocar.**

Sob o aspecto *formal*, é quase contínua a transição do v. 1, que trata do sétimo selo, para a unidade das trombetas (Ap 8.2–11.19). Esse fato, porém, poderia ser explicado pelo estilo de reflexão meditativa de João, semelhante a uma espiral ascendente que, sem degraus, passa para um ponto mais alto, deslizando a cada volta de um nível ao outro, de um assunto ao outro. Em todo caso, o corte *temático* é suficientemente perceptível. O vocábulo “Cordeiro”, usado nos dois últimos capítulos para continuamente designar o autor dos acontecimentos, desaparece até o final da unidade. Em seu lugar aparece como portadora da ação uma nova grandeza, a saber, o grupo dos sete anjos, e o campo de visão não é mais ocupado por selos, mas por sete trombetas.

Pelo fato de que o v. 6 restabelece a conexão com o v. 2, o primeiro trecho, que introduz as visões das trombetas, assim como os cap. 4,5 introduziram a série de selos, fica claramente estabelecido. Essas peças introdutórias contêm afirmações fundamentais, que precisam ser constantemente lembradas para a compreensão das respectivas unidades subseqüentes.

- <sup>2</sup> João inicia com: **Então, vi os sete anjos**. Não foram sete anjos quaisquer que ele percebeu, mas um grupo definido, conhecido no judaísmo e no primeiro cristianismo, ou seja, os sete arcanjos.

Distinguindo-se de outros anjos, são eles os anjos **que se acham em pé diante de Deus**. Por um lado os reis possuem serventes que precisam ser primeiramente chamados ou aos quais transmitem

ordens sem chegar a vê-los pessoalmente. Por outro lado, além desses, eles se cercam de uma seleção de servos para o convívio direto e para incumbi-los imediatamente dos assuntos mais importantes. É assim que, a título de comparação, também o Rei divino tem servos do trono que assumem diante dos demais servos uma posição especial. São eles que agora entram em cena. João os registra com grande expectativa, e também o leitor deve estar atento para um acontecimento importante a partir do trono.

**E lhes foram dadas sete trombetas.** Enquanto em Ap 1.10 a trombeta serviu apenas para ilustrar o som de uma voz que ressoava, aparece aqui o próprio instrumento, tornando-se o alvo da atenção até Ap 11.19.

O uso múltiplo da trombeta em Israel para fins pacíficos e bélicos, seculares e cultuais não deveria dispersar agora nossos pensamentos. No presente contexto, em todo caso, ela possui um significado escatológico. No AT o “dia do Senhor” (cf. vol. I, q1 37) podia ser chamado de “dia da trombeta”. Esse poderoso estrondo das trombetas anuncia: “Deus se levanta, Deus vem e ataca o mundo, para subjugá-lo e julgá-lo. Agora ele renovará a criação e torná-la-á novamente seu santo templo”. O toque das trombetas diante de Jericó constituía um paradigma desse sinal de ataque.

De acordo com a visão que aqui se inicia, o fim dos tempos é uma época preenchida por esse estrondo escatológico de trombetas, ou seja, uma época convocada e aberta da parte de Deus. Ele não está mais disposto a deixá-la entregue a si mesma, mas intervém de forma cada vez mais intensa, até que esteja totalmente presente. Contudo, assim como do alto dos muros de Jericó se zombava do toque das trombetas, assim a humanidade permanece, no fim dos tempos, atrás de suas barricadas, zombando do Senhor proclamado (Ap 9.21).

- 3 Veio outro anjo.** Algumas vezes ele foi interpretado como sendo Cristo enquanto Sumo Sacerdote. No entanto, no Ap Cristo é a pessoa principal num sentido tão exponencial que ele dificilmente pode aproximar-se como “outro anjo”. Ele sempre aparece de forma nitidamente destacada dos anjos, pois o Ap mantém seu apurado senso para categorias e posições. Correta, porém, é a referência à função da intercessão, concretizada no anjo. É desse aspecto que também se estabelece uma relação do anjo com Cristo, assim como todos os anjos no Ap estão relacionados cristologicamente (nota 97, no final).

O anjo intercessor **ficou de pé** (“posicionou-se”) **junto ao altar**. Considerando a continuação, seguramente devemos pensar no altar de incenso (cf. nota 297). Para que outra finalidade o material de incenso lhe seria entregue nesse altar, se não fosse para que prestasse sacrifícios nele? E ele tinha **um incensário de ouro, e foi-lhe dado muito incenso**. Desse modo o anjo estava equipado com dois objetos para duas ações distintas.

O material de incenso fora-lhe dado **para oferecê-lo com as orações de todos os santos sobre o altar de ouro que se acha diante do trono**. Expressamente não é colocado na bandeja, para que fosse levado à combustão sobre as brasas ardentes (p. ex., como em Lv 17.11). Pelo contrário, o incenso é relacionado com as orações dos santos. Em tempos antigos o incenso já simbolizava a oração (Sl 141.2; cf. Ap 5.8). Aqui ele representa enfaticamente as orações de **todos** os santos, talvez em diferenciação do clamor do grupo de mártires em Ap 6.9. Esse aspecto abrange a vida de oração da igreja toda.

Uma designação que já transpareceu em Ap 5.8, os **santos**, passa a ocupar uma posição centralizada nos capítulos das visões das trombetas e seus adendos.

Acaso são os santos almas redimidas no céu, que prestam intercessão em favor dos fracos cristãos que ainda lutam na terra? Uma idéia deste tipo é totalmente estranha a João. Ou, se devemos pensar em pessoas na terra, acaso se tratará de personagens curiosamente enlevadas, já arrebatadas do pecado? No entanto, para o Ap ser santo inclui um imperativo sempre vivo e necessário: “quem é santo seja santificado ainda” (Ap 22.11 [RC]) Portanto, não se fala de uma existência totalmente arrebatada que repousa em si mesma.

O fato de que o Ap (13 vezes), como todo o NT, chama a igreja na terra de a comunidade dos santos, de forma alguma é natural em relação ao AT. Exceto em uma única ocasião o AT, em inúmeras passagens, designa de “santos” os anjos de Deus. E não obstante há um único capítulo, no qual o povo de Deus na terra é chamado de “santo” nada menos de cinco vezes. Trata-se da peça axial do livro de Daniel, o cap. 7. Essa circunstância, bem como a grande importância que Dn 7 de fato teve para a primeira igreja (Ap 13!), reforça a conclusão de que a designação de “santos” no NT remonta a Dn 7.



Quem são os santos em Dn 7? Obviamente Israel. Porém, é preciso ressaltar imediatamente: o Israel fiel, verdadeiro, distinto do Israel renegado. O reino é destinado a esse Israel fiel. Antes, porém, ele terá de suportar sofrimentos terríveis. Por um breve tempo ele até sucumbe ao adversário satânico. Depois, porém, Deus fará justiça a Israel, que governará com ele para todos os tempos. Ao chamar as testemunhas de Jesus repetidamente de “santos”, numa nítida adesão terminológica a Dn 7, o Ap proclama a igreja verdadeiramente cristã como sendo o verdadeiro Israel do fim dos tempos.

Em termos de conteúdo, porém, parece haver ainda outra correlação, a saber, com os primórdios de Israel, quando foi libertado do Egito. Os capítulos do Pentateuco estão perpassados de afirmações sobre a santidade. Uma frase central é: “Vós sereis o meu povo santo”.

Esse fundo parece estar presente precisamente nesta passagem, porque para ela as **orações** dos santos (cf. Ap 6.10) são tão importantes, porque Dn 7 não fornece uma referência direta para esse aspecto, tanto mais no entanto o livro do Êxodo. No período egípcio a comunidade israelita apresentava-se como a essência da oradora aflita.

A partir dessa correlação o conteúdo dessas orações dos santos também se torna plausível. Elas são um único clamor de aflição a Deus, para que ele vingue a opressão e crueldade insuportáveis e liberte seu povo da escravidão para um serviço santo. Em favor dessas orações entra em ação o anjo intercessor. Ele é para João e os leitores um indício da força dessas orações. Elas são atendidas. O versículo seguinte mostrará que elas não se movem nem num beco sem saída nem numa via de mão única. Chegam a seu destino e recebem resposta.

Em Ap 22.17 a vida de oração da igreja é expressa numa fórmula última: “Vem!” “Que venha o teu reino, que se faça a tua vontade e que finalmente seja santificado o teu nome!” Naquele contexto essa súplica é designada expressamente como espiritual: “O Espírito e a noiva dizem: Vem!” Desse modo afirma-se sem metáforas o que aqui é contemplado em forma de visão.

- 4 A súplica, portanto, chega ao âmbito e às possibilidades de Deus pela força do Espírito Santo. **Subiu... a fumaça do incenso, com as orações dos santos.** Segundo o v. 3, era “muito” material de incenso, que por isso desenvolveu uma expansão extraordinária de fumaça diante dos olhos de João, simbolizando a força impetuosa das orações que investiam sobre Deus. Incessante e densamente elas penetram na suprema central de comando, **à presença de** (“perante”) **Deus** – uma verdadeira invasão de orações!

Através **da mão do anjo** é que essa elevação plenipotenciária das orações a Deus acontece. No judaísmo o serviço de mediação dos anjos pelas orações das pessoas era bem conhecido. O apocalipse grego de Baruque relata-o ao longo de seis capítulos. Comparando-se com ele o presente texto, chama a atenção a extrema continência. Aqui apenas se torna claro que as orações não são poderosas por si mesmas. Em si mesmas elas são fracas e inconvenientes (Rm 8.26), não dando motivo para se entoar uma ode a supostos “fortes braços de oração”, que efetuam coisas incríveis. Portanto, é tarefa da “mão do anjo” apontar para os braços de oração que na verdade são tão frágeis, aos quais, porém, o Espírito Santo estende sua mão. Sem essa “provisão do Espírito” (Fp 1.19) as mais belas orações são iguais a coloridas bolhas de sabão, que seguramente estourarão quanto mais subirem.

- 5 De imediato segue-se o segundo ato simbólico do anjo. **E o anjo tomou o incensário, encheu-o agora com o fogo do altar.** O pretérito perfeito “tomou” destoa da regra (como em Ap 5.7) e provavelmente visa conectar a segunda ação da forma mais estreita possível à primeira: encher o incensário e lançar a brasa ardente sobre a terra seguiu-se à mediação das orações, sucedendo-as desse modo não após tempo demorado ou reticente, mas imediatamente. “Não fará Deus justiça aos seus escolhidos, que a ele clamam dia e noite, embora pareça demorado em defendê-los? Digo-vos que, depressa, lhes fará justiça” (Lc 18.7,8). “Antes que clamem, eu responderei” (Is 65.24).

**E o atirou à terra.** Com frequência, “atirar”, “lançar” constitui um ato de juízo, e o fogo evidencia ira e condenação para a terra. Logo que começar a série das trombetas, leremos novamente a respeito desse fogo lançado do alto. Consequentemente, a série de flagelos é um efeito das orações. De modo bem idêntico ao livro do Êxodo, a descida dos juízos do céu para a terra corresponde à subida das orações da terra até Deus. Esses juízos que descem no contrafluxo servem à implantação da soberania do Cordeiro. É dessa maneira que a igreja que ora faz história como sacerdotisa (Ap 1.6). Jesus já afirmou a respeito das orações de seus seguidores: “Vós fareis obras maiores que eu” (Jo 14.12 [tradução do autor]).

**E houve trovões, vozes, relâmpagos e terremoto.** Três desses sinais já foram estudados quando abordamos Ap 4.5. Fazem parte das referências aos primórdios de Israel (Êx 19.16). Entretanto, como em Ap 11.19; 16.18, formou-se o número quatro. Isso retrata os golpes que abrangem a terra toda e com os quais Deus luta para libertar seu povo que geme em todo o mundo da prisão ilegítima, como outrora no Egito.

- 6 Agora o trecho volta a desembocar claramente no seu começo: **Então, os sete anjos que tinham as sete trombetas prepararam-se para tocar.** Atingiu-se o alvo destes versículos, de prefaciarmos as visões das trombetas e lhes conferir determinada conotação, ou de indicar o ângulo do enfoque a partir do qual devem ser entendidas.

## EXCURSO 5

### As visões das trombetas em suas correlações

a. Sobretudo duas forças que impellem para frente atuam no tempo escatológico: as iniciativas do Cordeiro a partir do trono (visões dos selos) e as orações dos santos a partir da terra (visões das trombetas). O “vem!” proferido do trono (quatro vezes no cap. 6) e o “vem!” proferido na terra (Ap 22.17) agem conjuntamente. As visões das trombetas, portanto, alternam a perspectiva na abordagem do fim dos tempos. Já não são o Cordeiro e a humanidade que recebem nossa atenção – afinal, o termo “Cordeiro” não aparece até o sétimo toque de trombeta –, mas sim a igreja e Satanás. Essa contraposição será destacada depois amplamente nos apêndices (cap. 12–14).

b. Assim como a linguagem e os conceitos da unidade dos selos se nutriam sobretudo de Zacarias e Ezequiel, assim o novo trecho se alimenta do Pentateuco. O tema de Satanás e da igreja desdobra-se como contraste entre o “Egito” e o “Israel” maltratado. A peça introdutória de Ap 8.2-6 já continha fortes referências aos primórdios de Israel, e na interpretação das visões subseqüentes com certeza será pertinente não esquecer essa relação, se é que isso é possível diante da copiosidade de diferentes alusões.

c. Intensifica-se agora uma expressão que já transpareceu nos selos (Ap 6.12; 8.1): “e houve” (Ap 8.5,7,8,11; 11.13,19). Ela também perpassa a história do êxodo em Moisés (Êx 7.9,10,19,21; 8.12,13; 9.9,10,24; 10.22). O leitor da Bíblia também lembra dessa formulação de cunho hebraico a partir da história da criação (Gn 1.5,6,8,9,11,13,15,19,23,24,30,31). Nela trata-se repetidamente da efetivação de forças criadoras, ou seja de um acontecimento não explicável dentro da história. É exatamente isso que acontece nos flagelos de Moisés e do fim dos tempos: o próprio Criador exerce uma influência, que no entanto não vai *edificando* de um ato a outro e de um dia da criação a outro, mas sim *dissolvendo* de um flagelo a outro. A direção não se move do caos ao cosmos, mas do cosmos de volta ao caos. Falamos da “criação ao revés”. Ambas as atividades, criar e dissolver, competem exclusivamente a Deus. Somente ele pode criar algo do nada e transformar algo novamente em nada.

O tema “criação ao revés” já se anunciava quando comentamos o sétimo selo. As visões das trombetas o desenvolvem amplamente, sendo que as quatro primeiras visões se distribuem sobre terra, mar, rios e astros. Deus derruba o edifício cósmico, que ele próprio outrora levantara (Ap 14.7). Seu habitante, o ser humano, até agora tão familiarizado com sua moradia, instalado nela de maneira tão aconchegante e segura, experimenta esse “e houve”. Apercebe-se de intervenções estranhas, que para o seu pavor lhe subtraem os serviços do mundo que o rodeia. Acontecem fatos sem explicação, sem lógica, fatos que contrariam as expectativas que ele normalmente podia dirigir ao seu ambiente. Sua casa está sendo demolida de fora para dentro, o telhado descoberto de cima para baixo e o chão abalado de baixo para cima.

É esse o sentido desses flagelos: Irrupções do caos anunciam a ira de Deus. Note-se bem que essa ira não incide de imediato sobre o próprio ser humano, mas inicialmente apenas o seu mundo. Começa-se pelo anel externo, depois aproximando os círculos, para um dia indubitavelmente atingir o próprio ser humano (a partir da quinta trombeta), se ele não se arrepender. Nesse sentido é que os flagelos são sinais audíveis, toques estrondosos de trombeta que confrontam o ser humano com seu Criador e Juiz prestes a chegar.

d. De tudo isso resulta que a série de trombetas percorre o mesmo período já percorrido pela série dos selos, ou seja, todo o tempo escatológico. O novo ângulo de abordagem (item a) justifica essa repetição do percurso. Correspondentemente, as séries possuem estruturas semelhantes. Os quatro

primeiros flagelos estão ligados às dores iniciais do fim dos tempos e passam rapidamente diante do olhar do vidente. Em ambos os casos seguem-se a eles os flagelos finais propriamente ditos, narrados em detalhe.

e. Será que apesar disso as visões das trombetas poderiam ser interpretadas como seqüência cronológica dos selos? Acaso as referências numéricas seguintes não o sugerem? No âmbito das visões dos selos um quarto da humanidade é destruído (Ap 6.8), e durante as visões das trombetas, um terço (Ap 9.15,18). Através das taças da ira as perdas posteriormente se acumulam em montantes incontáveis.

Entretanto, observadas mais de perto, essas indicações resistem a qualquer uso matemático. Se conforme Ap 6.8 ainda restam três quartos da humanidade, mas deles morre um terço conforme Ap 9.18, ainda viveria a metade. Ou será que a terça parte em vítimas fatais em Ap 9.18 deve ser relacionada com a população mundial que vivia antes de Ap 6.8? Então resultaria um número totalmente diferente. E como consideraríamos os mortos adicionais de Ap 8.11? Finalmente, trata-se em Ap 9.15 e 9.18 da mesma terça parte ou, no segundo texto, de uma segunda terça parte? É flagrante que por esse caminho chegaremos a um turbilhão de opiniões infrutíferas e impossíveis de comprovar, o que dificilmente corresponde à intenção do texto.

Em contraposição, coincidindo com toda a caracterização do livro, recomenda-se a compreensão simbólica do número, corroborado intensamente pela circunstância de que nesses dois capítulos a terça parte é utilizada praticamente como uma fórmula (catorze vezes), e na verdade nas mais diversas relações possíveis. “Reduzir em um terço” poderia ter um sentido semelhante ao nosso “dizimar”, uma expressão em que ninguém mais considera a referência numérica originalmente pretendida (diminuir por uma décima parte), pensando antes na aplicação de fortes e sensíveis prejuízos.

Também Ez 5.1,2 utiliza a terça parte simbolicamente em conexão com condenações. Contudo, ao contrário daquele texto, aqui o juízo se detém após o primeiro terço. Os dois terços restantes, que obviamente estão tão maduros para o juízo quanto o primeiro, podem continuar vivendo mais um pouco. Conseqüentemente, no terrível juízo das visões das trombetas reside ainda assim uma limitação, um espaço para o arrependimento, embora também exista a possibilidade de uma teimosia cada vez mais intensa, como outrora por parte de Faraó. Ou porventura podemos lembrar a divisão em três de Zc 13.7-9, onde porém a terceira parte se refere aos que estão isentos do juízo? Então teríamos um antítipo em Ap.

## 2. O primeiro toque de trombeta, 8.7

<sup>7</sup> **O primeiro anjo tocou a trombeta, e houve saraiva e fogo de mistura com sangue, e foram atirados à terra. Foi, então, queimada a terça parte da terra, e das árvores, e também toda erva verde.**

<sup>7</sup> Com o primeiro flagelo principia aquele “acontecimento” explicado pelo EXCURSO 5c: **o primeiro anjo tocou a trombeta, e houve**, como na sétima praga egípcia, **saraiva e fogo** (“um golpe de granizo e um fogo”). Contudo, diferentemente do que em Êx 9.33, não nos devemos deixar levar à idéia de uma chuva e, no caso do fogo, não devemos pensar em raios, como em Êx 9.24. Na presente passagem o contexto aponta para uma erupção vulcânica, que expele massas de lava, ou seja “granizo” em fogo (cf. Ez 38.22; Jl 2.30).

O adendo representa outra variação em comparação com Êx: **misturado com sangue**. Será que o reflexo das chamas da explosão de fogo avermelhou todo o ar? Ou será que o pó vermelho do Saara, agitado pela tempestade de areia, enche o ar (Lohmeyer)? No entanto, parece que aqui tem importância unicamente a associação de idéias com sangue. Mais que dar a conotação de cor, o sangue constitui um sinal de tragédia (cf. o comentário a Ap 6.12; 8.8; 11.6; 16.3,4). Anuncia-se algo de certa forma horrível: cidades ardendo em chamas, pessoas se esvaindo em sangue, juízo, vingança, tormentos. A impressão é apavorante. Em toda parte os vestígios pretos do fogo: **Foi, então, queimada a terça parte da terra, e das árvores, e também toda erva verde**. O espaço de habitação das pessoas e seu alimento foram duramente atingidos. Apesar disso trata-se apenas de um juízo parcial (EXCURSO 5e). A terra ainda não ficou queimada, mas somente crestada.

### 3. O segundo toque de trombeta, 8.8,9

- <sup>8</sup> **O segundo anjo tocou a trombeta, e uma como que grande montanha ardendo em chamas**  
**foi atirada ao mar, cuja terça parte se tornou em sangue,**  
<sup>9</sup> **e morreu a terça parte da criação que tinha vida, existente no mar, e foi destruída a terça**  
**parte das embarcações.**

**8,9 O segundo anjo tocou a trombeta.** Esse flagelo evoca a primeira praga egípcia. Lá, porém (Êx 7.20-25), foi um golpe com o cajado que causou a poluição da água e a mortandade dos peixes. Aqui lemos: e algo **como que uma grande montanha ardendo em chamas foi atirada ao mar**. Não foi o cume real de uma montanha que foi projetado na erupção vulcânica, mas sim uma bola de fogo do tamanho de uma montanha caiu na água.

Zahn encontra nesse texto alusões claras à erupção do Vesúvio no ano 79, que causou um impacto imenso sobre as pessoas daquele tempo e que foi interpretado pelos judeus como castigo pela destruição de Jerusalém. Uma parte da lava soterrou as cidades de Pompéia e Herculano (v. 7), outra parte correu para o mar e o porto (v. 9).

No AT não se registram correspondências exatas, ainda que seja bem conhecido o motivo da montanha em chamas e que estremece (Sl 46.3; 83.14; 104.32; Dt 32.22; Jr 51.25). As montanhas são as “colunas” do edifício cósmico, mas também expressão máxima do poder político, que muitas vezes se apoiava sobre fortalezas erguidas em montanhas. No final, porém, a ira de Deus queimará todas as seguranças desse mundo.

Mais importante, porém, que o meio é a finalidade a que ele serve. **Cuja terça parte se tornou em sangue** (“E um terço do mar tornou-se sangue”). De maneira muito significativa o texto diverge da ilustração drástica de Êx 7.17-20. Permanecem pouco concretos os detalhes dessa destruição do mar em uma terça parte (cf. nota 360). Inequívoco, porém, é o sentido de que o juízo sobre a terra e o ar (v. 7) agora também se estende ao mar. Mais um contexto vital do ser humano é atingido: **e morreu a terça parte da criação que tinha vida, existente no mar, e foi destruída a terça parte das embarcações**. A pesca e a navegação são submetidas a uma tragédia. Quanto ao juízo parcial, cf. novamente o EXCURSO 5e.

### 4. O terceiro toque de trombeta, 8.10,11

- <sup>10</sup> **O terceiro anjo tocou a trombeta, e caiu do céu sobre a terça parte dos rios, e sobre as**  
**fontes das águas uma grande estrela, ardendo como tocha.**  
<sup>11</sup> **O nome da estrela é Absinto; e a terça parte das águas se tornou em absinto, e muitos dos**  
**homens morreram por causa dessas águas, porque se tornaram amargas.**

O elemento do fogo também perpassa o presente flagelo. Novamente se estabelece um nexos com a primeira praga no Egito (cf. o exposto sobre Ap 8.8), mais precisamente no que se refere ao seu efeito sobre a água doce, que é transformada no seu oposto. A bênção torna-se maldição. Deus faz sua criação retroceder (EXCURSO 5c).

**10,11** A ligação com a condenação da trombeta anterior também se expressa no meio empregado: O terceiro anjo tocou a trombeta, e caiu do céu sobre a terça parte dos rios, e sobre as fontes das águas uma grande estrela, ardendo como tocha. Novamente precipita-se do alto um corpo em chamas, mas agora não como uma montanha, mas como uma estrela. Seu nome expressa seu significado: O nome da estrela é Absinto; e a terça parte (cf. nota 360) das águas se tornou em absinto, e muitos dos homens morreram por causa dessas águas, porque se tornaram amargas. No AT, “absinto” representa tanto uma palavra para a amargura causada pelas pessoas quanto também a amargura que eles experimentam como castigo. O castigo corresponde ao pecado. Mais uma vez, no entanto, o juízo permanece delimitado. Muitas pessoas, mas não todas, morrem (EXCURSO 5e).

### 5. O quarto toque de trombeta, 8.12

- <sup>12</sup> **O quarto anjo tocou a trombeta, e foi ferida a terça parte do sol, da lua e das estrelas, para**  
**que a terça parte deles escurecesse e, na sua terça parte, não brilhasse, tanto o dia como**  
**também a noite.**

Com esse flagelo completa-se o número quatro: são atingidas a terra, a água salgada, a água doce e os astros. O ser humano encontra adversidade em quatro lados, i. é, por todos os lados. É terrível como a bênção vai abandonando uma região após a outra e como o caos vai tomando conta (EXCURSO 5c).

- 12 O quarto anjo tocou a trombeta, e foi ferida a terça parte do sol, da lua e das estrelas.** Em Êx 10.21-23 informa-se, no contexto da nona praga no Egito, a respeito de um eclipse total. No entanto, nas casas dos israelitas continuou havendo claridade. Na verdade, o instante da preservação sempre faz parte do flagelo. No presente trecho, a preservação é expressa pela fórmula da terça parte (EXCURSO 5e). A expressão “fórmula” é justificada, pois ela não contém mais do que uma referência concisa que indica uma direção. Seu tom genérico praticamente nos impede de elucidar, p. ex., se foi obscurecido um terço da superfície solar e dois terços continuaram a brilhar com força normal, ou se a luz toda foi reduzida em um terço, de forma que o dia nunca mais despontasse totalmente (cf. nota 360). Enfim, basta o sentido de que mais uma condição básica das criaturas se encontra sob o signo do juízo. Pois são justamente o sol, a lua e as estrelas que proclamam que a bondade de Deus é duradoura (Sl 136.7-9) e se compadece dos filhos dos homens (Sl 8.4,5). Contudo, o discurso desses arautos não foi entendido; será que seu silêncio será compreendido? A título experimental, Deus abre novamente a porta às trevas que existiam antes da criação e que sem Deus está presente a cada momento: **para que a terça parte deles escurecesse e, na sua terça parte, não brilhasse, tanto o dia como também a noite.**

## **6. O anúncio dos três ais e o quinto toque de trombeta (O primeiro ai), 8.13–9.12**

- <sup>13</sup> **Então, vi e ouvi uma águia que, voando pelo meio do céu, dizia em grande voz: Ai! Ai! Ai dos que moram na terra, por causa das restantes vozes da trombeta dos três anjos que ainda têm de tocar!**

- 13 E vi, e ouvi uma águia, voando pelo meio do céu** (“voando no zênite”). Nas três passagens referentes à águia, em Ap 4.7; 8.13; 12.14, o Ap sempre ressalta o vôo. Por isso, não se deve pensar na natureza rapinante dessa ave nem na impaciente voracidade de abutres (Ap 19.17,21). Tampouco está sendo ressaltada a sua majestade como rainha das aves, mas antes sua incrível força de voar, que a destaca como um mensageiro célere. Esse emissário dirige-se ao ponto culminante da trajetória solar, como a um púlpito muito elevado, do qual pode alcançar o mundo inteiro. Sua mensagem deve ser ouvida sobre toda a superfície da terra, porque diz respeito a todos.

João a ouve dizer **em grande voz: Ai! Ai! Ai!** Somos tentados a supor uma onomatopéia e lembrar o crocitar berrante do abutre. A exclamação de ai está contraposta à bem-aventurança (cf. o exposto sobre Ap 1.3). O número de três gritos não resulta apenas do número de três toques restantes de trombeta, mas também confere uma ênfase extrema à notícia. Dirige-se aos moradores da terra, por causa das vozes restantes de trombeta dos três anjos que estão prestes a tocar. A partir de agora as sentenças não incidem mais tanto sobre o *ambiente* das pessoas, mas muito mais sobre o próprio ser humano (cf. EXCURSO 5c). Esse acirramento sensível, porém, não deverá acontecer sem uma advertência expressa.

A águia de vôo alto significa que Deus sabe constantemente como alcançar a sua humanidade e que ele sabe pronunciar o que ela tem de ouvir de forma inesperada. Ainda que Deus não permita que a palavra seja proclamada de modo direto, subitamente a humanidade a ouve acima de si e às suas costas, e de uma maneira qualquer o ar está repleto da mensagem.

Dois versículos introduzem a visão pormenorizada, a saber, o primeiro ai, 9.1,2:

- <sup>1</sup> **O quinto anjo tocou a trombeta, e vi uma estrela caída do céu na terra. E foi-lhe dada a chave do poço do abismo.**  
<sup>2</sup> **Ela abriu o poço do abismo, e subiu fumaça do poço como fumaça de grande fornalha, e, com a fumaceira saída do poço, escureceu-se o sol e o ar.**

- 1 No trecho que se segue, João a rigor não relata a queda da estrela, mas já a vê em baixo. **O quinto anjo tocou a trombeta, e vi uma estrela caída do céu na (“sobre a”) terra.** Ela aparece como um raio, porém de tal forma que o vidente está ciente de que caiu do céu e de que este é a sua origem. As passagens bíblicas da queda de Satanás nem tampouco Ap 12.9 constituem paralelos para o presente caso, porque no cap. 12 o Satanás derrubado persegue a igreja, que está sendo excluída aqui (v. 4b). Sem dúvida essa queda tem a ver com um juízo celestial. O termo “cair” corrobora essa leitura, sendo precedido por “atirar”, “lançar” (cf. o comentário a Ap 8.5). Contudo, contra quem dirige-se a ira de Deus? Nesse caso não é contra o objeto lançado, mas contra o alvo do lançamento, contra a terra da humanidade. A estrela cadente é instrumento da ira de Deus.
- Não se tem em mente um corpo estelar inanimado, mas sim um ente-estrela, um anjo que recebe equipamento e uma função: **E foi-lhe dada a chave do poço (“da garganta”) do abismo.** O abismo constitui no Ap o lugar dos maus espíritos, mais precisamente o lugar de punição. Em Ap 17.8 ele é igualado à “perdição”. Nele Deus mantém trancados os réus condenados. Somente podem sair quando ele os solta. Ele os libera para fins bem específicos, para depois tornar a prendê-los (Ap 17.8; 20.1-3). Normalmente Deus, em sua bondade preservadora, separa sua criação desse mundo de trevas.
- 2 Agora, no entanto, Deus suspende temporariamente a proteção que preserva o mundo. **Ela abriu o poço (“a garganta”) do abismo.** Ao serem liberados os poderes infernais de destruição, inaugura-se uma situação que praticamente não permite que mais nada de Deus seja notado nesse mundo. É que o ser humano almeja um mundo sem Deus. Seu desejo é atendido em caráter experimental, e ele vivencia o inferno, porque um mundo sem Deus somente pode existir como um mundo em que penetra o satânico. Essa experiência visa levar o ser humano à razão e ao arrependimento.
- E subiu fumaça do poço (“da garganta”) como fumaça de grande fornalha.** Essa comparação também se encontra em Gn 19.28 para a nuvem de fumaça que pairava sobre Sodoma e Gomorra. **E, com a fumaceira saída do poço (“da garganta”), escureceu-se o sol e o ar.** O vidente observa com olhos arregalados de pavor que a fumaça brota do abismo em levadas e blocos, tomando de forma irresistível todos os espaços da respiração, do sentimento e do pensamento humanos, enquanto o símbolo da bondade de Deus se encobre e desaparece.
- Nos quatro versículos seguintes descasca-se o flagelo propriamente dito, Ap 9.3-6:
- 3 **Também da fumaça saíram gafanhotos para a terra; e foi-lhes dado poder como o que têm os escorpiões da terra,**
- 4 **e foi-lhes dito que não causassem dano à erva da terra, nem a qualquer coisa verde, nem a árvore alguma e tão-somente aos homens que não têm o selo de Deus sobre a fronte.**
- 5 **Foi-lhes também dado, não que os matassem, e sim que os atormentassem durante cinco meses. E o seu tormento era como tormento de escorpião quando fere (“golpeia” [expressão semita]) alguém.**
- 6 **Naqueles dias, os homens buscarão a morte e não a acharão; também terão ardente desejo de morrer, mas a morte fugirá deles.**
- 3 **Também da fumaça saíram gafanhotos para a terra.** É inútil conjecturar se a fumaça se transformou em gafanhotos ou se ela até então ainda os manteve encobertos. – Seria uma explicação psicológica dizer que, ao se olhar com mais atenção, ela se revelava como um enxame de gafanhotos. A metáfora de juízo muda da fumaça para os gafanhotos sem dificuldades. Somos lembrados rapidamente da oitava praga no Egito (Êx 10.1-19). No presente texto, porém, surgem indícios, versículo por versículo, de que não se trata de gafanhotos de verdade. Isso acontece de maneira especialmente palpável no v. 4, em contraste com Êx 10.15. Em contrapartida, os pontos de contato com Jl 1,2 são muito mais fortes. No primeiro capítulo Joel ainda descreve uma praga real de gafanhotos, mas em seguida ele torna evidente que ela apenas lhe serve como modelo para a vingança de Deus no “dia do Senhor”. Essa forma de exposição, portanto, também se encontra no presente texto, com a única diferença de que aqui a praga permanece limitada a “cinco meses” (v. 5,10) e ainda não significa o fim derradeiro.
- De imediato surge a primeira confirmação de que João não estava vendo gafanhotos reais. **E foi-lhes dado poder como o que têm os escorpiões da terra.** Na posição de ataque, os escorpiões torcem a cauda, provida de duas glândulas de veneno, por sobre todo o dorso, para a ferroadinha. Talvez



por isso eram considerados especialmente maldosos e astutos (Ez 2.6; Lc 11.12). Os textos de Dt 8.15 e Lc 10.19 os enumeram ao lado de serpentes, o que os deixa próximos do satânico. Segundo o Sirácida 39.30, eles foram “criados para a vingança”.

- 4 Esses “gafanhotos”, portanto, não devoram, mas distribuem ferroadas. Nessa incumbência, no entanto, movem-se num espaço limitado, objetiva (v. 4) e cronologicamente (v. 5; cf. EXCURSO 4d). **E foi-lhes dito que não causassem dano à erva da terra, nem a qualquer coisa verde, nem a árvore alguma.** Nessa formulação tudo desliza em direção das metáforas. Lembramo-nos dos flagelos no Egito, dos quais foi dito várias vezes que Deus queria fazer uma diferença entre Israel e seus opressores (Êx 8.19; 9.4; 11.8). Também aqui desencadeou-se uma grande aflição, mas agora o selamento de Ap 7.2,3 é expressamente aprovado. Todos os **homens que não têm o selo de Deus sobre a fronte** são vitimados, enquanto que os selados são preservados do veneno, i. é, sua fé permanece preservada pelo poder de Deus em meio à enxurrada demoníaca (cf. o exposto sobre Ap 7.2). Eles são aprovados na grande “provação” (Ap 3.10) do fim dos tempos.
- 5 Entretanto, mesmo a humanidade em geral ainda não se encontra no juízo total, mas apenas num juízo de advertência dentro da história. Porém **foi-lhes também dado, não que os matassem, e sim que os atormentassem durante cinco meses. E o seu tormento era como tormento de escorpião quando fere** (“golpeia” [expressão semita]) **alguém.** A intensidade do veneno de escorpião pode ser diferente, em vista das 600 espécies conhecidas até hoje. Em todo caso, informa-se que um cachorro morre sete segundos após a ferroadas. Lidar com escorpiões também representa um perigo de vida direto para crianças. Adultos sobrevivem à intoxicação por no máximo 24 horas, quando não recebem injeção de soro antígeno. Na visão, as vítimas sobrevivem após cinco meses de sofrimento. O cinco exerce o papel de um número redondo, provavelmente derivado dos cinco dedos da mão. Aqui ele esboça de forma genérica um período mais longo.
- 6 O v. 6 intercala uma palavra profética lingüisticamente relacionada com Jó 3.21; Jr 8.3. **Naqueles dias, os homens buscarão a morte e não a acharão; também terão ardente desejo de morrer, mas a morte fugirá deles.** Como em Ap 6.15,16, as pessoas buscam a morte em lugar de Deus. Ap 9.20 pronunciará diretamente a sua indisposição para o arrependimento. O espírito da época, que penetra a arte e a cultura, consiste de saturação da vida e de medo indefinível de viver, atraído misteriosamente pelo jogo com o desespero, com a crueldade, o pavor e a auto-humilhação. O ser humano desperdiça-se, sem obviamente livrar-se de si mesmo.

Em seguida é dada uma descrição marcante dos espíritos de tortura, a qual pressupõe como conhecido aquele medo que se apodera dos habitantes de uma terra quando da aproximação de gafanhotos. Por mais inofensivo que o pequeno inseto isolado possa ser, ele se transforma agora no suplício em pessoa. De modo geral, os gafanhotos são descritos no Oriente com toda sorte de imagens de horror, de forma que no final se configura uma terrível mescla de metáforas:

- 7 **O aspecto dos gafanhotos (as “réplicas dos gafanhotos”) era semelhante a cavalos preparados para a peleja; na sua cabeça havia como que coroas parecendo de ouro; e o seu rosto era como rosto de homem;**
- 8 **tinham também cabelos, como cabelos de mulher; os seus dentes, como dentes de leão;**
- 9 **tinham couraças, como couraças de ferro; o barulho que as suas asas faziam era como o barulho de carros (e) de muitos cavalos, quando correm à peleja;**
- 10 **tinham ainda cauda, como escorpiões, e ferrão; na cauda tinham poder para causar dano aos homens, por cinco meses;**
- 11 **e tinham sobre eles, como seu rei, o anjo do abismo, cujo nome em hebraico é Abadom, e em grego, Apoliom.**
- 12 **O primeiro ai passou. Eis que, depois destas coisas, vêm ainda dois ais.**

- 7,8 Também na língua alemã se diz “cavalo de feno”, porque a cabeça do gafanhoto evoca de modo impactante uma cabeça de cavalo (cf. nota 373). Como Joel em seu segundo capítulo, João vê nesses gafanhotos estarecedoras tropas de cavalaria. **O aspecto dos gafanhotos (“réplicas de gafanhotos”) era semelhante a cavalos preparados para a peleja.**

Essa comparação passa a ser ilustrada no que se segue: **na sua cabeça havia como que coroas parecendo de ouro.** A descrição talvez seja dada em vista da elevação amarela e esverdeada do peitilho no gafanhoto, visto aqui como uma coroa de brilho dourado. Esse é o presságio da vitória,

como em Ap 6.2. Ocorre que esses seres não agem com cegueira animalesca, mas dotados de razão e com superioridade: **e o seu rosto era como rosto de homem; tinham também cabelos, como cabelos de mulher**. Os árabes comparavam as antenas dos animais com cabelos de mulher. No entanto, acaso temos aqui somente uma comparação jocosa?

Ao que parece, em Israel o homem usava o cabelo comprido, mas em tranças. Isso se depreende de Jz 16.13. Além disso, ele era cortado regularmente, ainda que somente no comprimento da altura dos ombros (2Sm 14.26; Lv 21.5). Deixar o cabelo solto parece ter sido próprio de um juramento de guerreiro. O aspecto resultante era como de cabelo de mulher, mas não significava índole feminina, e sim, força indomada, feroz, e talvez também demoníaca.

Mais plausível, porém, é que haja uma alusão a um fato contemporâneo. Na província da Ásia era amplamente difundido o culto mais popular do helenismo, a saber, a adoração de Dionísio, voltado à sensualidade. Nesse culto, os adeptos se extasiavam loucamente, meneando o cabelo volumoso – tido em muitas religiões como portador principal da força vital. Exaustos depois da dança, retorciam o pescoço com movimentos obscenos, e giravam os cabelos soltos em círculo. Um hino descreve: “... o cabelo desatado, a dobra da túnica sobre o peito aberta até o tornozelo, os seios expostos...” Para a geração de João, esses cultos se tornavam uma tentação demoníaca (cf. Ap 2,3). Diante dessa geração, portanto, não havia forma melhor de caracterizar o demonismo do que pelo tópicos “cabelos de mulher”.

**Os seus dentes eram como dentes de leão.** Embora esses “gafanhotos” exercessem sua atividade devastadora expressamente com o ferrão venenoso de sua cauda (v. 3,10), não através de seus instrumentos para devorar (v. 4), esses servem, apesar disso, como indício de seu poder de aniquilamento (cf. Jl 1.6).

**9,10 Tinham couraças, como couraças (“armaduras”) de ferro.** Avançam, pois, sem detença, invioláveis, destruindo todas as defesas com terrível força indomável (cf. Jl 2.7-9).

**O barulho que as suas asas faziam era como o barulho de carros de muitos cavalos, quando correm à peleja.** O zumbido das asas evocava para João o barulho de uma força de carros de guerra que se aproxima. Nesse instante, portanto, ele fala novamente nos parâmetros da imagem dos gafanhotos, pois os escorpiões não têm asas. O dado é outro quando, para finalizar, João menciona mais uma vez a função deles: **tinham (“têm”) ainda cauda, como escorpiões, e ferrão; na cauda tinham (“têm”) poder para causar dano aos homens, por cinco meses.** A forma “têm”, no presente, e singularmente a repetição dessa idéia (cf. v. 3) significam um destaque.

Este é o traço decisivo para João. Foi isto que lhe caiu na vista durante a visão: a ferroadada traiçoeira e venenosa dos seres do abismo, significando seu aspecto de serpente e satânico.

**11** A forma verbal no presente e, por meio dela, o ápice da tensão também se mantêm no versículo final da visão. **E tinham (“têm”) sobre eles, como seu rei, o anjo do abismo.**

Já em Jl 2.7,8 chama atenção a inacreditável disciplina desses exércitos inimigos, tão capaz de confundir (v. 6). Eles próprios, porém, não conhecem confusão, nem tropeço, nem hesitação. Com eles, tudo funciona como um relógio. É imperioso que por trás deles esteja alguém muito poderoso. Essa também é a questão agora. A igreja não deve deter-se no aspecto exterior. É por isso que ela obtém revelação sobre aquele que está por trás e acima deles como rei. É **o anjo do abismo**. Poder resistir ao seu poder pressupõe que ele não permaneça anônimo. Seu nome é revelado completamente, ou seja, em forma dupla.

Seu **nome em hebraico é Abadom**. Ele significa inicialmente “a perdição”, no sentido de *lugar* da perdição, i. é, o abismo do v. 1. A progressão do pensamento, porém, reside em que agora o nome entra no lugar de uma expressão neutra, meramente topográfica (“abismo”), como designação avaliadora e desmascaradora. No AT Abadom já era personificado como *príncipe* da perdição (Jó 28.22). Ele não é idêntico ao próprio Satanás, que é precipitado ao abismo somente em Ap 20.1-3, do qual porém esse “rei” já está saindo. Cf. pormenores no retrospecto sobre o presente trecho.

Adiante lê-se: **e em grego, Apoliom**. Trata-se de uma tradução personificada de Abadom, ou seja, com o significado de “o destruidor”. Ao mesmo tempo, Apoliom soa muito semelhante ao nome do deus helenista Apolo. Talvez *deva* ser intencionalmente percebido pelos leitores como uma alusão. Apolo, no entanto, é a divindade mais divulgada daquele tempo, o que é confirmado pelos 200 cognomes e a incrível variedade das funções que lhe foram atribuídas no decorrer dos séculos. Essa era a divindade principal no culto ao imperador sobretudo desde Otaviano. É provável que esse aspecto seja decisivo aqui, de modo que nesse versículo explicativo o elemento satânico seria

concretizado em direção do culto ao imperador. A grande tribulação sobrevém à humanidade no iminente culto ao imperador.

Aliás, em locais decisivos João tem predileção por definições duplas em hebraico e grego. Dificilmente basta justificar esta predileção com a observação de que é necessário fornecer a tradução. Em muitas passagens seria possível sem mais nem menos prescindir de uma das formas. Também o fato de que uma tradução pode simultaneamente servir de aprofundamento não esclarece tudo. Pelo contrário, em pontos decisivos João anuncia, pela duplicidade lingüística, a reivindicação sobre judeus e gentios e todos os povos, e, através da concomitância da antiga linguagem da Bíblia e da língua franca moderna daquele tempo, a reivindicação para todas as épocas. No presente texto, portanto, o poder destruidor torna-se conhecido em hebraico e grego. Devem ficar alertas as igrejas de todas as línguas, lugares e épocas.

Em retrospecto, vemos que o presente trecho, conforme o v. 4, que aponta com suficiente nitidez para as correlações de Ap 7.2,3, trata da visão da grande tribulação. A tríplice comparação com os escorpiões faz lembrar de forma genérica uma revelação do satânico. O fato de os seres torturadores procederem do abismo bem como o nome do abismo no v. 11 estabelecem relação com passagens como Ap 11.7; 13.1 e 17.8, dirigindo a interpretação para o anticristo.

Nesse pormenor, porém, é preciso levar em conta que se trata expressamente de uma visão em profundidade, para desmascarar. Pois na superfície a igreja *não* está sendo poupada, como o v. 4 anuncia, mas justamente transformada no alvo de ataque anticristão (Ap 12,13). Segundo as aparências, o anticristo não se apresenta como destruidor, mas exatamente como quem traz a felicidade ao mundo. Abadom e Apoliom, portanto, não são nomes que porventura ele próprio se dá ou que outra pessoa lhe confere, mas que lhe são atribuídos unicamente pela palavra profética, para que a igreja não se deixe ofuscar (cf. o exposto sobre Ap 6.2). O objetivo é que a igreja reconheça a sua verdadeira origem. Ele procede do abismo da perdição. Cabe à igreja conhecer a verdadeira função dele: objetivamente ele destrói o mundo, ainda que subjetivamente esteja grassando contra a igreja. Ele provém da morte, infectado com o impulso da morte (v. 6), e conduz à morte (cf. o comentário a Ap 17.11).

Em suma, as visões das trombetas rumam em direção à manifestação anticristã. É o que confirmarão também os apêndices, sobretudo os cap. 12–14, que colocam esse tema de forma bem destacada no centro.

- 12 O v. 12 conecta os flagelos seguintes com o que acabou de ser visto: **O primeiro ai passou. Eis que, depois destas coisas, vêm ainda dois ais.** Cf. Ap 8.13.

## EXCURSO 6

### Quanto à interpretação do flagelo da quinta trombeta

Bengel identificou o quinto flagelo com os persas, Lutero com os arianos, outros com os calvinistas ou também com Napoleão, cujo nome foi reencontrado em Apoliom.

Silenciamos a esse respeito, voltando-nos para a interpretação de Stokmann. De acordo com ele, são as idéias da Idade Moderna, como surgiram com Jean Jacques Rousseau (1712-1778) e se impuseram na Revolução Francesa, que agora atingem a humanidade como um flagelo. Aquelas idéias básicas democráticas de “liberdade, igualdade e fraternidade”, boas “em si”, teriam irrompido, segundo Stokmann, de forma distorcida e abusada. Seriam elas os elementos demoníacos que solaparam a boa ordem antiga, a saber, a decência, o respeito e autoridade.

Nesse ponto surge um mal-estar. Será que um cristão pode aliar-se de forma tão acrítica com a Idade Média e suas idéias, p. ex., suas idéias patriarcais? Porventura as cruzadas, a cremação de bruxas e a Inquisição não comprovam de igual maneira distorções demoníacas incrivelmente poderosas? Não deveríamos excluir a interpretação do texto no sentido de idéias perniciosas, mas justamente a sua concretização como idéias da Idade Moderna parece estar por demais a serviço da tendência reacionária.

Hadorn expõe que o flagelo seriam as pestes e enfermidades de invencibilidade demoníaca. Com essa interpretação ele dificilmente faz justiça à profundidade do texto. De maneira exaustiva debruçamo-nos sobre a interpretação profundamente séria do Ap pelo jovem e bem-sucedido físico atômico católico Bernhard Philberth. Ela constitui um inflamado protesto contra o armamento nuclear, cujas possíveis conseqüências ele, como especialista, aquilata com horror. De forma acertada, ele considera a corrida armamentista como uma catástrofe para a humanidade, como uma

corrida para os braços da morte. Poderá ser barrada somente sob um esforço extremo, que fica cada vez mais difícil quanto mais é adiado.

O referido pavor determina a forma como Philberth lida com o Apocalipse de João, desvendando-lhe os capítulos decisivos. Aos olhos dele o Ap é, a partir do cap. 8, uma descrição, sem explicações, do emprego dos mais modernos meios de combate, a saber, de uma campanha bélica nuclear, com figuras que designam com exatidão a técnica de hoje. Se esse quadro conquistasse a consciência das pessoas determinantes da ciência e da técnica, mas também das forças armadas e da política, talvez seu comportamento seria influenciado e os acontecimentos seriam mudados pelo Apocalipse. Pelo menos alguns deles, impressionados pelo Ap, empreenderiam todos os esforços para salvar a paz. Graças a tais pessoas os tormentos apocalípticos ainda não teriam atingido a presente geração. “As tribulações do Ap afligirão a terra no momento em que os seres humanos fracassarem” (pág. 32-33).

As quatro primeiras trombetas evidenciam, segundo B. Philberth, o surpreendente ataque nuclear com mísseis de longo alcance, bem como seus efeitos imediatos. Em contrapartida, os toques de trombeta seguintes designam ações bélicas contínuas da força aérea (quinta trombeta) e do exército com tanques (sexta trombeta). Pois é isso que caracterizaria a guerra moderna: enquanto tanques com forte acompanhamento de infantaria arrasam mortalmente os países, massas de aviões bombardeiros em vôos rasantes atacam as tropas terrestres, proporcionando-lhes o pânico. Aviões em vôo alto são derrubados.

Como proteção, as pistas de decolagem dos aviões encontram-se em instalações subterrâneas (“garganta do abismo”). Por causa das distâncias curtas de decolagem há foguetes auxiliares que dão partida aos aviões. As aberturas das plataformas de lançamento abrem-se automaticamente pelos impulsos elétricos causados pela queda de projéteis inimigos (“estrela do céu”). Os foguetes auxiliares mencionados desenvolvem uma fumaça tão extraordinariamente densa, de fornalha (“fumaça como de uma fornalha”), que as esquadrilhas táticas se elevam da espessa fumaceira (“e da fumaça saíram gafanhotos”). As rajadas de metralhadora sobre tropas que combatem no campo aberto provocam o pânico. O ricochetear dos tiros, o ronco das turbinas, o clamor dos feridos e a apavorada busca por familiares entre as caravanas de fugitivos vitimados levam ao desespero inconsolável e ao desejo de morrer (“as pessoas buscarão a morte”). Ainda que o número daqueles que nessa guerra de fato morrem seja muito baixo (“não encontram a morte”), não obstante o atacante atinge o seu alvo. O caos das ruas entupidas é colhido pelos tanques (sexta trombeta).

Portanto, como enxames de gafanhotos se precipitam sobre as lavouras, assim os esquadrões de destruição se lançarão diretamente sobre as pessoas, i. é, sobre as unidades militares (não sobre a relva, o verde e as árvores). Pela forma das asas e do dorso, pela dureza e pelo brilho metálico das couraças de seus membros, pela maneira de posicionar o corpo e pelos movimentos de vôo, o gafanhoto possui mais semelhança com aviões que qualquer outro animal capaz de voar. João estaria comparando a fuselagem metálica dos aviões com a armadura dos cavalos de guerra (Ap 9.7a). A cabine de comando com as interrupções metálicas das janelas o faria recordar coroas semelhantes a ouro. Ele vê – sempre conforme Philberth – o piloto em seu uniforme de comandante de vôo olhando pelas aberturas da cabine, e reconhece nitidamente seu rosto (Ap 9.7b). Ele observa a faixa de condensação como um emaranhado dos mais delgados fios de neblina e a compara com cabelos de mulher (Ap 9.8a). Ele vê as barras de sustentação e a engrenagem por dentro da cabine e compara-as com dentes de leão (Ap 9.8b). Ele ouve o ruído ensurdecido das turbinas, que ele designa como batida de asas, e o compara com o barulho de muitos carros de guerra que avançam para a batalha (Ap 9.9). Finalmente, vê os canos das armas embarcadas como caudas e ferrões, percebendo que deles é expelido aquilo que atormenta as pessoas como a ferroada de um escorpião (Ap 9.10).

Estes ataques duram cinco meses (Ap 9.10b). De conformidade com as unidades de destruição, eles possuem o nome de “Apolo” (Ap 9.11).

Temos diante de nós uma interpretação nitidamente vinculada à realidade de um cientista nuclear dos anos sessenta. De forma bem análoga, Lutero outrora encontrou nas páginas do Ap os turcos e o papa. Na verdade não é possível obter nenhuma interpretação sem a pessoa do intérprete, que vem carregada de um determinado mundo de sentimentos e experiências. Toda interpretação do Ap está inserida em sua época. Apesar disso, até determinado grau, o ser humano tem a capacidade e o dever de desvincular-se de sua própria situação e de transportar-se para uma época passada. Também a exegese do Ap precisa começar pelo enfoque histórico. A pergunta sobre que o Espírito tinha a dizer

às igrejas *naquele tempo* não pode ser omitida da maneira como faz B. Philberth, como se esses capítulos não tivessem nada a dizer às igrejas de então.

Depois, obviamente, também nos abriremos à palavra *atual* do Espírito. O tom de B. Philberth, que acorda as consciências, inegavelmente faz parte de uma interpretação como a que é necessária na igreja de hoje. O beco sem saída do empreendimento atômico, para o qual os povos se precipitam, seguramente constitui um sintoma, entre outros, de uma humanidade que não quer que o Cordeiro governe sobre ela, e que por isso corre para os braços do destruidor.

## **7. O anúncio dos dois ais seguintes e o sexto toque de trombeta (O segundo ai), 9.13-21**

Todos os comentaristas constataram a semelhança desse flagelo com o anterior. Os traços em comum são numerosos:

O conceito de que as “pessoas” são vítimas expressas do quinto flagelo (v. 4,10) – em distinção da característica dos primeiros quatro flagelos – também ocorre seguidamente no texto da sexta visão (v. 15,18,20). Da mesma forma apresenta-se em ambos os casos a natureza demoníaca dos seres torturadores, em figura de escorpiões nos v. 3,5 e em figura de serpente no v. 19. E em ambos os casos o poder desses seres reside na cauda. Sua atividade igualmente é caracterizada a cada vez com “causar dano” (v. 4,19). Duas vezes lemos sobre a comparação com leões (no v. 8 dentes de leão, no v. 17 cabeças de leão), duas vezes acerca da couraça (v. 9,17), duas vezes a comparação com cavalos de batalha (v. 7,16) e duas vezes sobre a fumaça infernal (v. 2,17,18).

Ao mesmo tempo a intensificação é inegável. No lugar de uma mera tortura (v. 5) aparece agora a matança (v. 15,18,20), de modo que se estabelece agora um paralelo com a décima praga no Egito (Êx 11.4–12.29). No v. 16 enfatiza-se o número imensurável dos destruidores. Não se comparam mais com “cavalinhos” de batalha (no formato dos gafanhotos, v. 3!), mas com cavalos de batalha em tamanho real (v. 16). Diante do veneno dos escorpiões eles dispõem do veneno mais forte das cobras (v. 19). Finalmente, cabe observar a repetição do número quatro como número da extensão ilimitada (quatro chifres, v. 13 (cf. BJ, VFL, BV); quatro anjos, v. 14; quatro pecados capitais, v. 21; quatro definições cronológicas, v. 15).

Também destacam-se do quadro os fatos de que agora se estabelece a relação com o altar (v. 13), e de que, além de tocar a trombeta, o anjo intervém pessoalmente (v. 14). Afinal, todo o antecedente havia sido tão somente “tiros de alerta”. Agora acontece o flagelo principal. Depois de terem sido atingidos a terra (Ap 8.7), seus peixes e navios (Ap 8.9), sua água potável (Ap 8.11), os astros (Ap 8.12) e a saúde do ser humano (Ap 9.5), quem agora ele mesmo está sendo vitimado.

O trecho possui uma estrutura clara: preparação do flagelo (v. 13-16), execução do flagelo (v. 17-19) e resultado (v. 20,21).

- <sup>13</sup> **O sexto anjo tocou a trombeta, e ouvi uma voz procedente dos quatro ângulos do altar de ouro que se encontra na presença de Deus,**  
<sup>14</sup> **dizendo ao sexto anjo, o mesmo que tem a trombeta: Solta os quatro anjos que se encontram atados junto ao grande rio Eufrates.**  
<sup>15</sup> **Foram, então, soltos os quatro anjos que se achavam preparados para a hora, o dia, o mês e o ano, para que matassem a terça parte dos homens.**  
<sup>16</sup> **O número dos exércitos (“das tropas” [TEB], unidades menores) da cavalaria era de vinte mil vezes dez milhares; eu ouvi o seu número.**

- 13** O sexto anjo tocou a trombeta, e ouvi uma voz procedente dos quatro ângulos (“quatro chifres” [BJ, BV, VFL]) do altar de ouro que se encontra na presença de (“que está perante”) Deus. É recomendável que, com base em Ap 16.7, essa voz, indefinida quanto à sua pessoa, seja interpretada como a voz do altar, imaginado como tendo vida. Naturalmente esse altar está definido com muita clareza. Trata-se em primeiro lugar do altar de ouro, ou seja, do altar em que se ofertava incenso (nota 297). No templo de Salomão ele estava situado diretamente diante do Santíssimo, enquanto o altar de holocaustos se encontrava fora do edifício. Lemos aqui: que se encontra na presença de (“que está perante”) Deus. Isso eleva sua importância (cf. Ap 8.2). Ademais, está sendo caracterizado por seus quatro ângulos (“quatro chifres” [BJ, BV, VFL]). Estas pontas salientes e normalmente ornamentadas

constituem suas partes mais importantes e sagradas, pelas quais ele ficava totalmente identificado, a ponto de que podiam ser representantes do altar todo.

Nesse ponto ocorre uma referência expressa às orações dos santos, que conforme Ap 8.3-5 foram transmitidas a Deus nesse altar. A voz desse altar, pois, nada mais é que resposta a essas orações.

Pelo que os santos haviam suplicado a Deus? Pela salvação de seu povo eleito, e que ela significasse a salvação de sua honra diante do mundo. Quanto mais uma oração se torna oração, o segundo momento passa para o primeiro plano: não o faça por causa de nós, mas por amor do teu santo nome (cf. Ez 36.21-23)! Os santos, portanto, suplicam pela restauração da honra de Deus nesse mundo, não por guerras, as quais acontecem de imediato e para a satisfação deles. As guerras resultam da resistência contra a honra de Deus e do Cordeiro. Elas são anticristãs (cf. o exposto sobre Ap 6.2,8). Significam sempre: quem não quiser ouvir, terá de sofrer! Quem não dá ouvidos aos mandamentos de Deus e pratica o mal, experimentará que o mal não vai bem – porque Deus vive.

- 14 É somente depois dessa sintonia séria com as correlações espirituais que a ação progride. A voz do altar diz ao sexto anjo, o mesmo que tem a trombeta: Solta os quatro anjos que se encontram atados junto ao grande rio Eufrates.

No AT o “grande rio Eufrates” é expressão corrente para a fronteira originária do povo de Deus, e ao mesmo tempo para o rio por sobre o qual os inimigos de Deus costumavam realizar as invasões. Já no próprio AT a afirmação meramente geográfica é enriquecida. O Eufrates torna-se materialização de uma barreira, atrás da qual se represam tragédia e juízo, barrados por Deus ou liberados por ele com ira – uma imagem paralela aos demônios retidos no abismo (Ap 9.2).

Nesse contexto os exegetas têm dificuldade de se desprender do ponto cardeal do Leste. Falam dos ataques dos partos na Antigüidade, das invasões sarracenas do século VII, das hordas de mongóis e hunos ou do perigo dos turcos na Idade Média, ou do “perigo amarelo” chinês. O “Oriente” é tido como reservatório da barbárie, que se lança em ondas contra a cultura ocidental.

Em primeiro lugar, esta visão não se encaixa sob o aspecto exegetico. Os vitimados pelo sexto flagelo não perfazem *uma parte* da humanidade, porém são repetidamente nomeados como “humanidade” (v. 15,18,20 [BLH, NVI]), como conceito global, com expansão para o Norte, Sul, Leste e Oeste (observe-se o número de quatro anjos como em Ap 7.1!). Além disso, o chavão “Ocidente cristão – Oriente ateu” causa acentuado mal-estar. Afastamo-nos radicalmente dessa “geografia sagrada”. Com certeza o Ap não a conhece. De acordo com ele o povo de Deus foi comprado dentre *todos* os povos, tribos, línguas e nações (Ap 5.9; etc.) e da terra *inteira* (Ap 14.3). É por isso que ele não pode mais ser situado nos tempos do AT como outrora.

- 15 Entretanto, quem são os quatro anjos atados no Eufrates? O próximo versículo os descreve exaustivamente: Foram, então, soltos os quatro anjos que se achavam preparados para a hora, o dia, o mês e o ano, para que matassem a terça parte dos homens (“da humanidade” [BLH, NVI]). Não devemos introduzir nesse texto algemas, correntes e prisão, para chegar à conclusão de que não se pode tratar de anjos bons de Deus. Olhando mais detidamente, obtemos o seguinte quadro: há muito os quatro anjos castigadores estão preparados para abrir as comportas, para que as águas do juízo tenham livre fluxo. Mas as mãos deles ainda estão atadas (cf. Ap 9.14). O fato de terem sido soltos agora representa a liberação da ação punitiva no prazo previsto por Deus.

Um prazo de peso gravíssimo! Com extraordinário cuidado João o descreve (à semelhança de Zc 1.7; Ag 1.15): **para a hora, o dia, o mês e o ano**. De quatro maneiras o tempo é firmemente determinado, não podendo de forma alguma ser deslocado. Contudo, também a contundência desse juízo ainda é aparada: somente **a terça parte** da humanidade é atingida por ele. Quanto à terça parte, cf. EXCURSO 5e.

- 16 Assim como a menção do Eufrates não estava interessada na geografia, tão pouco o dado seguinte serve à estatística. **Eu ouvi o seu número**, informa João, assim como fez em Ap 7.4. Novamente é um número que fornece informação sobre a natureza de uma grandeza visualizada. **O número dos exércitos da cavalaria era de vinte mil vezes dez milhares** (“E o número das tropas de cavalaria era: duas vezes miríades de miríades” [tradução do autor]). A miríade (dez mil) constituía no idioma grego o limite da contagem. Como tal ela adquiria facilmente o significado de infinitamente grande. Também nisso reside uma conotação sobrenatural. Pela duplicação das miríades a informação praticamente se eleva ao cúmulo. Dessa maneira, essas miríades são contrapostas às miríades de anjos de Ap 5.11, os exércitos da desgraça aos da graça, as torrentes de demônios às multidões de espíritos servidores.



João retoma o enfoque e relata a execução do flagelo:

- <sup>17</sup> Assim, nesta visão, contemplei que os cavalos e os seus cavaleiros tinham couraças cor de fogo, de jacinto e de enxofre. A cabeça dos cavalos era como cabeça de leão, e de sua boca saía fogo, fumaça e enxofre.
- <sup>18</sup> Por meio destes três flagelos, a saber, pelo fogo, pela fumaça e pelo enxofre que saíam da sua boca, foi morta a terça parte dos homens;
- <sup>19</sup> pois a força dos cavalos estava na sua boca e na sua cauda, porquanto a sua cauda se parecia com serpentes, e tinha cabeça, e com ela causavam dano.

Novamente João está descrevendo seres mistos (cavalo – leão – serpente), à semelhança de Ap 9.1-12. Gn 1 destaca repetidamente que Deus criou cada ser “segundo a sua espécie”. Por isso, já podemos entender o fato da mistura de espécies como indício da proveniência do caos. Ao criar o cosmos bem ordenado, Deus havia empurrado as forças destrutivas para o lado, prendendo-as no abismo. Agora ele abandona ao caos o cosmos maduro para o juízo. No mundo gentílico figuras compostas eram muito populares. É possível que desde tempos remotos esse aspecto tenha parecido ao povo de Deus como tipicamente gentílico. O mundo gentílico está a serviço do destruidor, que traz confusão à criação.

- <sup>17</sup> Assim, nesta visão, contemplei que os cavalos e os seus cavaleiros tinham couraças cor de fogo, de jacinto e de enxofre. Acaso essas couraças eram listradas? Ou será que havia três regimentos de cores distintas? Como devemos visualizar o conteúdo do versículo? João capta três colorações no brilho das couraças, cada uma das quais concretiza um flagelo, que formam uma unidade como o fogo, a fumaça e o enxofre no v. 18. Essa trindade ou seus elementos isolados repetidamente fazem parte do abismo ou do charco de fogo. Mais uma vez, portanto, somos fortalecidos na opção de reconhecermos nesses pelotões de cavalaria não exércitos concretos de povos quaisquer, mas sim seres infernais. Transformam a terra em inferno.
- <sup>18</sup> O caráter terrível do sexto flagelo revela-se numa plenitude de flagelos. O fogo crestava, a fumaça tirava a visibilidade, o enxofre poluía o mundo humano. **Por meio destes três flagelos, a saber, pelo fogo, pela fumaça e pelo enxofre que saíam da sua boca, foi morta a terça parte dos homens** (quanto à matança e à terça parte, cf. acima).
- <sup>19</sup> Assim com o v. 10 destacou ao final a verdadeira arma dos gafanhotos, assim o v. 19 destaca a das tropas de cavalaria. **A força dos cavalos estava na sua boca e na sua cauda, porquanto a sua cauda se parecia com serpentes** – mais uma vez uma nítida indicação da sua natureza satânica. A cauda **tinha cabeça, e com ela causavam dano**. Portanto, as caudas terminavam com pontas grossas que davam a impressão de cabeças de serpentes. São essas cabeças que desferem a mordida letal.
- Assim como pouco antes de sua ruína Faraó foi mais uma vez advertido pelo último golpe, o mais sensível, assim acontece agora com o “Egito” do fim dos tempos. Os demônios (v. 20!) são soltos e devastam a consistência intelectual e social da sociedade. A morte começa a grassar. A humanidade é forçada a encarar as perguntas extremas. Como ela se decidirá entre a morte e a vida?
- <sup>20</sup> Os outros homens, aqueles que não foram mortos por esses flagelos, não se arrependeram das obras das suas mãos, deixando de adorar os demônios e os ídolos de ouro, de prata, de cobre, de pedra e de pau, que nem podem ver, nem ouvir, nem andar;
- <sup>21</sup> nem ainda se arrependeram dos seus assassínios, nem das suas feitiçarias (“sortilégios” [TEB]), nem da sua prostituição, nem dos seus furtos.

Esses versículos possuem uma importância extraordinária para o entendimento dos juízos no Ap (os juízos dos selos, das trombetas e das taças). Breves ecos também nos mais terríveis juízos das taças (Ap 16.9,11) evidenciam que Deus e o Cordeiro não têm satisfação com a morte do pecador, pelo contrário, querem que se arrependa e viva. Ele “não aflige, nem entristece de bom grado” (Lm 3.33). Na verdade esses juízos ainda não são o juízo final. Neles a ira ainda não se desencadeia plenamente. Repetidamente manifesta-se um elemento de retenção, e nas lacunas entre os juízos a bondade de Deus repetidamente permite que o pecador tome fôlego, esperando pelo seu arrependimento (cf. EXCURSO 5e, no final).

No entanto, se os juízos visam o arrependimento e esse é possível durante os juízos, cabe também pressupor a existência da proclamação cristã. Afinal, na Bíblia o arrependimento e a fé jamais são algo que o ser humano encontra por si mesmo. São resposta à palavra de Deus anunciada (Rm 10.17; Gl 3.2). Conseqüentemente, existe entre os juízos a igreja que testemunha. Isso é verdade até o final mais extremo (Mt 24.14; Mc 13.9,10).

Como Cristo permanece fiel à humanidade, as portas do inferno não subjugarão essa igreja testemunha (Mt 16.18). Ela tem a missão de permanecer, como manifestação de seu amor que busca, chama e espera.

Essas afirmações positivas sobre o tempo final não podiam aparecer no contexto de um esquema de flagelos (cf. a observação preliminar a Ap 7.1-8). Versículos como os presentes, porém, permitem que as apreendamos, e os blocos intercalados as confirmam expressamente.

- 20 Os outros homens, aqueles que não foram mortos por esses flagelos**, não se safaram mais uma vez porque eventualmente fossem melhores, mas para que se arrependessem. De forma idêntica, as pessoas mortas eram pecadores selecionados. Os sobreviventes, porém, **não se arreponderam**. “Tudo desaba em ruínas, menos o coração humano” (Kohlbrügge). “Busca incessantemente o descaminho”, declara Deus arrasado (Sl 95.10). O mesmo refrão chocante perpassa também Am 4 (v. 6,8-11). Recordemos também o coração cada vez mais endurecido de Faraó.

Eles não se afastam **das obras das suas mãos**. Na presente passagem o arrependimento é entendido de maneira negativa, como afastar-se da idolatria. A dimensão positiva que faz parte dele encontra-se no texto paralelo de Ap 16.9: “e dar glória a Deus”. Arrependimento é bandear-se da idolatria para o serviço a Deus, erguer-se da prostração diante dos ídolos e ajoelhar-se novamente perante Deus, **deixando de adorar os demônios e os ídolos** (cf. o comentário a Ap 2.14,20), **de ouro, de prata, de cobre, de pedra e de pau, que nem podem ver, nem ouvir, nem andar**. O objetivo dessa enumeração dos materiais com que são confeccionados as imagens dos ídolos (frequente também no AT, p. ex., Dn 5.4), é despertar vigorosamente para a sobriedade: “Afinal, conscientizem-se de uma vez diante do que vocês estão ajoelhados!”

Retornamos agora ao conceito dos **demônios**, deixado de lado até aqui. O termo grego deveria ser traduzido por “o divino” (adjetivo do neutro, 63 vezes no NT), sendo usado entre os gregos para as divindades inferiores. O NT não designa com ele deuses autônomos, nem mesmo os de escalão inferior, mas serviçais de Satanás. São corporificações do satânico. Preservemos a forma neutra, no sentido de “algo demoníaco”.

Portanto, por um lado as pessoas se prostram diante de nulidades insignificantes, as imagens, e por outro, diante dos demônios, que para o NT de forma alguma são insignificantes. Como isso se coaduna?

Se a adoração dos gentios apenas tivesse acontecido diante de pau, pedra e bronze inofensivo, os profetas apenas teriam visto nela algo ridículo. De fato eles também se pronunciaram de maneira muito cômica sobre essa atitude (cf. vol. I, pág. 69-70). Contudo, não a ridicularizaram *apenas*. Pois, como pode acontecer que pessoas dotadas de razão tornam-se cativas desses ídolos? A impotência desses materiais forma uma terrível contradição com o poder desses cultos, e o aspecto ridículo do gesto entra em contradição com a seriedade bestial com que ele é praticado, obstinada e incorrigivelmente, sob os maiores sacrifícios de tempo, dinheiro, honra e saúde. É por isso que os profetas do AT não falam dessa prática em tom de alegre divertimento, mas com a mais acerba ironia. Essa ilusão persiste ao arrepio de todos os esclarecimentos, porque há forças satânicas, a saber, **demônios**.

A Bíblia considera de forma bem secular as coisas do presente mundo, ou seja, inclusive ídolos talhados ou fundidos, tendo-se tornado nisso uma das raízes do Iluminismo. Depois, porém, ela se separa do mero Iluminismo. Ela tem ciência de um fundo mental dessa veneração de imagens, ao qual não se pode dominar somente com a razão. Pelo contrário, essas realidades satânicas são capazes de manter em seu poder uma humanidade que de resto é tão esclarecida.

- 21** O versículo seguinte repete: **nem ainda se arreponderam**. Porém, não refere-se em seguida aos descaminhos religiosos, como o v. 20, mas à condenabilidade social. Ambas as coisas estão interligadas. “Dá-me a oportunidade de ver teu comportamento em relação ao próximo, e te direi quem adoras!” Ou: “diz-me quem ou o que temes e amas acima de todas as coisas, e eu te direi as decorrências éticas no teu cotidiano!” Toda a Bíblia está convicta dessa correlação (p. ex., Jr 7.9; Rm 1.18).

O próprio número quatro depõe contra a idéia de que os quatro pecados isolados seguintes teriam sido tomados aleatoriamente. Por meio dele visa-se fornecer um quadro abrangente. Por isso também não nos deteremos nos delitos individualmente, porém tentaremos reconhecer em cada um a atitude básica.

Não se arrependeram **dos seus assassínios**. O próprio helenismo entendia-se e apresentava-se como programa para trazer a felicidade humana. João não aceita isso, desvelando repetidamente seu submundo assassino (Ap 2.13; 6.4,9). Em segundo lugar aparecem os **feitiçarias** (“sortilégios”). Dificilmente ele tinha em mente práticas primitivas de feitiçaria. De acordo com Ap 18.23, João pensa em toda uma intelectualidade, com toda as suas realizações e requintes. Na Bíblia a feitiçaria significa poder de seduzir, uma mistura geral de veneno, que inebria diante da realidade de Deus, não permitindo que se formem a sobriedade e a objetividade necessárias para a fé. Um conceito igualmente abrangente é designado pela terceira palavra: **prostituição**, a saber, infidelidade espiritual e moral (cf. o comentário a Ap 2.14). O tempo final oferece o panorama de uma única paisagem de traição. Todos traem a todos e tudo, e ninguém se sente comprometido com nada além do seu próprio interesse.

No âmbito desse versículo também a quarta parte deve ser entendida como uma atitude básica do ser humano, maduro para o juízo: **furtos**. Roubar constitui o oposto radical da atividade de amor. O ladrão Judas “não se preocupava com os pobres” (Jo 12.6). Essa contraposição também ocorre em Ef 4.28. O ladrão perfaz a quintessência do ser humano descaradamente egoísta, e todo aquele que visa tirar da comunhão mais do que contribui para ela, é um “ladrão”.

Ódio às pessoas, mescla de venenos intelectuais, infidelidade e exploração do ser humano pelo ser humano – este é o semblante de uma sociedade, contra a qual se dirigem a ira do Cordeiro e todos os flagelos de Deus. Seu motivo mais profundo e sempre presente, no entanto, é essa tentativa de contornar o arrependimento. Em lugar de voltar-se para Deus acontecem iniciativas cada vez mais precipitadas de afastar-se dele. Essa é uma época em que a pregação de penitência se torna notoriamente difícil, notoriamente rara e – notoriamente urgente!

### **Grande peça intermediária na série de trombetas, 10.1–11.13**

À mesma altura da série dos selos também a série de trombetas é interrompida, a saber, entre a sexta e a sétima visão. Ambas as peças intermediárias servem igualmente ao mesmo objetivo: interrompem a seqüência de flagelos, a fim de articular o que, por sua natureza, não cabe nela, ou seja, o caminho singular da comunidade de testemunhas sob o cuidado de seu Senhor. Nessa intercalação, o cap. 10 não trata diretamente da igreja, e sim de João como seu representante. No entanto, também esse capítulo se insere na característica de consolo das peças intermediárias.

#### **A. O fortalecimento de João para continuar o serviço profético, 10.1-11**

- <sup>1</sup> **Vi outro anjo forte descendo do céu, envolto em nuvem, com o arco-íris por cima de sua cabeça; o rosto era como o sol, e as pernas (“os pés”), como colunas de fogo;**
- <sup>2</sup> **e tinha na mão um livrinho aberto. Pôs o pé direito sobre o mar e o esquerdo, sobre a terra,**
- <sup>3</sup> **e bradou em grande voz, como ruge um leão, e, quando bradou, desferiram os sete trovões as suas próprias vozes.**
- <sup>4</sup> **Logo que falaram os sete trovões, eu ia escrever, mas ouvi uma voz do céu, dizendo:**  
**Guarda em segredo as coisas que os sete trovões falaram e não as escrevas.**
- <sup>5</sup> **Então, o anjo que vi em pé sobre o mar e sobre a terra levantou a mão direita para o céu**
- <sup>6</sup> **e jurou por (“em”) aquele que vive pelos séculos dos séculos, o mesmo que criou o céu, a terra, o mar e tudo quanto neles existe: Já não haverá demora,**
- <sup>7</sup> **mas, nos dias da voz do sétimo anjo, quando ele estiver para tocar a trombeta, cumprir-se-á, então, o mistério de Deus, segundo ele anunciou aos seus servos, os profetas.**

- 1 Vi outro anjo forte descendo do céu.** Como João subiu até a porta do céu conforme Ap 4.1 e agora um anjo desce até ele, parece que ele entrementes mudou sua localização. Alguns comentaristas (p. ex., Zahn) ilustram, porém, que João teria ido até a praia da ilha e visto ali uma nuvem de imponente altura, da qual, como relâmpagos, teriam descido, sob trovões, duas colunas de luzes, uma sobre o mar, outra sobre a terra. Depois eles continuam a inferir: se, conforme o v. 2, o anjo pisava com o pé

esquerdo sobre a terra firme da Ásia Menor, com o direito sobre o mar, ele estaria olhando em direção de Jerusalém e, por conseguinte, também teria profetizado a respeito de Jerusalém e Israel.

A direção do olhar do anjo, no entanto, não pode ser constatada, pois isso depende de *onde* ele se postou nas praias recortadas. Todas as possíveis direções são imagináveis. Pode-se ter concepções e suspeitas particulares a esse respeito. Porém elas não cabem na interpretação.

O aposto: **outro**, em relação com o **anjo**, poderia acrescentar este anjo, sem destaque, como mais um, à série de aparições anteriores de anjos (cf. o cap. 14). No Ap frequentemente aparecem novos anjos. A expressão, no entanto, também poderia exercer uma função de diferenciação: é um anjo com uma incumbência de tipo diferente. Aos anjos castigadores segue-se agora um anjo de salvação. Já em Ap 7.2; 8.3 e novamente em Ap 18.1 João fala, nesse sentido, de um **outro anjo**. Ele tende a distinguir com exatidão os anjos e as vozes (Ap 4.1; 10.7).

Como em Ap 5.2, trata-se aqui de um anjo **forte**. Muitas vezes o AT fala da força de luta de Deus, que se impõe contra toda a resistência no mundo. Um reflexo desse Senhor paira sobre os seus emissários, que concretizam sua força.

As próximas quatro características desse anjo evocam de forma igualmente marcante o Deus e o Cristo exaltados. **Envolto em nuvem**: a majestade dos céus o rodeia como ao próprio Senhor (Ap 1.7; 14.14). **Com o arco-íris por cima de sua cabeça**: neste trecho o artigo definido poderia apontar praticamente para Ap 4.3, onde o arco-íris emoldura o trono de Deus – uma imagem de radiante beleza (cf. comentário correspondente). **O rosto era como o sol**: um rosto de sol como esse João viu em Ap 1.16 na pessoa de Cristo. É assim que o Vencedor se apresenta. **As pernas** (“os pés” [RC, TEB, BV]), **como colunas de fogo**: isto evoca igualmente os pés na visão de Cristo em Ap 1.15. Agora, porém, é acrescentada a comparação com as colunas, de maneira que se recomenda a tradução possível com “pernas” (cf. RA, BLH, NVI, BJ, VFL).

Apesar da extraordinária majestade do anjo descarta-se a interpretação de que ele seja Cristo. O Ap nunca confunde entre o Senhor que está assentado no trono com seus emissários que descem à terra (cf. o comentário a respeito de Ap 7.2; 8.3). Talvez, porém, fosse apropriado recordar o “anjo do Senhor” no AT. Ele era a “personalização do auxílio de Iahweh para Israel”, em muitas passagens difícil de distinguir claramente do próprio Iahweh. Aqui consideramos que esse anjo anuncia a sétima trombeta, i. é, a “última” e extraordinária trombeta. Depois virá o Senhor (1Co 15.52). Como precursor imediato, ele exhibe as características majestáticas que permitem reconhecer que Senhor sublime ele proclama.

- 2 **E tinha na mão um livrinho** (“pequeno rolo de livro”) **aberto**. Esse rolo na verdade assume o centro das atenções somente nos v. 8-10, mas também já se conecta com os versículos imediatamente seguintes. Ele está visivelmente na mão do anjo, de sorte que João a nota logo.

Inicialmente o alto emissário assume uma posição de grande importância e por isso três vezes ressaltada (v. 2,5,8). **Pôs o pé direito sobre o mar e o esquerdo, sobre a terra**. Será que “mar” e “terra” devem apontar simbolicamente para o mundo dos povos e o mundo da cultura (Stokmann)? Essa, porém, poderia ser uma explicação demasiado profunda. Mais plausível é um significado tão flagrante como no v. 6. “Mar e terra” representam simplesmente uma subdivisão grosseira da criação, uma “fórmula do AT para a totalidade do mundo”.

Quando seu arauto firma o pé sobre o mar e a terra, Deus manifesta sua reivindicação de propriedade sobre o mundo inteiro, pois foi ele quem o criou (v. 6). Na realidade essa reivindicação não se desfez por terem penetrado, nesse ínterim, senhores estranhos no mundo de Deus. Ele agora está vindo para julgar. Enquanto que ele colocava a mão apenas sobre partes da criação através dos seus precursores (cap. 8,9), o todo sem restrições está em jogo para ele agora.

- 3 **E bradou em grande voz, como ruge um leão, e, quando bradou, desferiram** (“falaram”) **os sete trovões as suas próprias vozes**. As duas comparações parecem ser praticamente coincidentes. No profetismo, rugido de leão e voz de trovão constituem metáforas para a voz do Juiz que se aproxima. A diferença está somente no número. Nos sete trovões desenrola-se a plenitude do juízo, que o rugido de leão já havia anunciado de forma inequívoca.

Que significa, porém, o artigo definido *os* sete trovões, pelo qual provavelmente se visa recordar uma grandeza conhecida? De acordo com Ap 4.5, trovões fazem parte das cercanias do trono (cf. Ap 8.5; 11.19; 16.18; 19.6). Contudo, é somente agora, quando a função de juiz passa para o primeiro plano, que os trovões recebem um número. E seu número não poderia ser outro que não sete, visto que há em torno do trono também sete espíritos, sete tochas, sete chifres e sete olhos! É nesse sentido

que os sete trovões estão sendo introduzidos aqui como uma grandeza que se compreende de imediato. Como voz de juízo eles se contrapõem aos sete espíritos, dos quais procedem graça e paz para a igreja (Ap 1.4; 4.5; 5.6 e as mensagens às igrejas nos cap. 2,3). Estão dirigidos contra os antagonistas de Deus e do Cordeiro.

- 4 **Logo que falaram os sete trovões, eu ia escrever.** Será que naquele instante João apenas tomou o *propósito* de redigir em seguida ou mais tarde o que ouviu? É mais convincente a imagem de um profeta que quer escrever imediatamente durante a visão. **Mas ouvi uma voz do céu, dizendo: Guarda em segredo as coisas que os sete trovões falaram e não as escrevas.** Obviamente, quando se impede que seja anotado algo que depois pudesse ser lacrado, o mandamento de selar possui apenas um significado desgastado. Não é uma peça escrita, mas os lábios que devem ser lacrados. Conhecemos esse uso figurado, quando falamos do “selo da discipulação” (já em Sirácida 22.27).

Sobre esse aspecto recai também a diferença da presente passagem com o texto de fundo em Dn 8.26; 12.4. Ali deve ser selado algo que realmente já está escrito, e sobretudo devem ser selados somente por prazo definido. Aqui acontece uma proibição de falar absoluta, à semelhança de 2Co 12.4.

João já havia profetizado a realidade de uma plenitude final de juízo quando falou do rugido de leão e dos sete trovões. Mas com isso ele deve traçar um limite. Há uma reserva por parte dos cristãos quando o assunto dos juízos de Deus está em jogo. Em outras questões podemos tornar-nos loquazes. Talvez os humanos nem sejam *capazes* de falar realmente de maneira santa sobre a ira de Deus. Com demasiada facilidade eles descambam para uma cólera carnal e são desqualificados para o testemunho do amor de Deus até o fim (cf. o exposto sobre Ap 9.20,21).

- 5 Depois do imponente prelúdio dos sete trovões, um gesto impressionante do anjo introduz o ato de juramento: **Então, o anjo que vi em pé sobre o mar e sobre a terra levantou a mão direita para o céu.** O juramento tem como base o significado: “Tomo nas mãos o bastão”. Erguia-se um objeto sagrado qualquer. Nesse momento ganha sentido a referência ao pequeno rolo do livro no v. 2. O escrito desenrolado (v. 8) tremula na mão do anjo (cf. Zc 5.1) sobre a terra e o mar (cf. acima).

O sentido original do juramento consiste em amaldiçoar-se a si próprio de maneira condicional: se minha afirmação não corresponde à verdade, eu próprio me entrego à perdição! Quem presta um juramento identifica-se com sua palavra. No presente caso quem jura é um anjo, porém ele age em nome de Deus. Disso resulta de forma lógica: isto e aquilo acontecerá – ou não existe Deus. Com esse juramento, ou Deus se impõe ou Deus se dissolve.

- 6 A introdução do juramento torna explícito quanto está em jogo. **E jurou por aquele que vive pelos séculos dos séculos, o mesmo que criou o céu, a terra, o mar e tudo quanto neles existe.** Essa formulação prolixa que se move pelas fórmulas mais honoríficas e que ultrapassa Dn 12.7, intensifica incrivelmente a tensão. O recurso ao ato criador e à nomeação do Deus vivo (cf. o comentário a Ap 4.9) fazem esperar que Deus quer voltar a intervir de modo abrangente e criativo. Assim se encaixam a fórmula do juramento e o lugar em que está posicionado aquele que jura (cf. v. 2).

O anjo jurou que **já não haverá demora** (“não haverá mais um prazo”). O alongamento do fim dos tempos, quase insuportável para o povo de Deus (cf. o exposto sobre Ap 6.10), não durará para sempre, mas chegará ao fim com a sétima trombeta. Deus concede à sua igreja, que quase começa a duvidar dele, uma promessa inabalável, empenhando em favor dela sua honra e sua divindade.

Aquela protelação significava para o mundo um prazo para o arrependimento. Ele estava presente em cada flagelo. Todas as vezes Deus esperava por arrependimento, até que se constatou, enfim, duplamente em Ap 9.20,21: “não se arrependeram”. É a isso que o juramento se vincula. Depois da próxima e última trombeta esse prazo se esgota. Os juízos precedentes, por enquanto ainda mesclados com paciência e indulgência, serão substituídos pelo juízo derradeiro.

- 7 Esse fim do tempo da graça sucede, portanto, nos dias da voz do sétimo anjo, quando ele estiver para tocar a trombeta, cumprir-se-á, então, o mistério de Deus (“e então estará cumprido o mistério de Deus”).

Aqui “mistério” está referido à ação oculta de Deus, mais precisamente à sua ação determinada e bem refletida até a sua vitória, ou seja, ao plano de Deus. A idéia do plano permite falar do cumprimento do mistério. Deus fará anunciar ao mundo inteiro que se cumpriu o seu plano.

No texto paralelo de Ap 17.17 encontra-se, em lugar de “plano de Deus”, a expressão “palavras de Deus”, e na presente frase consecutiva anuncia-se a radiante expressão do “evangelho de Deus”:

**segundo ele anunciou aos seus servos, os profetas.** De acordo com o seu alvo, o plano secreto está carregado de vitória, vida, salvação e alegria. Onde Deus é tudo em tudo – na verdade, é esse o alvo – o mundo floresce.

Segundo o presente versículo e também conforme At 10.36, Deus mesmo é o evangelista, a saber o evangelista originário daquela evangelização inicial que precisa preceder a toda a proclamação. Todos os que evangelizam têm de ser e sempre permanecer, nesse sentido, pessoas evangelizadas, para que sua atividade não estagne nem se quebre. Contudo, pessoas alegradas por Deus são capazes de trazer a boa notícia. Um desses mensageiros da alegria é o profeta João. Nesse momento ele representa todo o povo de testemunhas da antiga e nova aliança. O que acontece com ele, vale para eles. O que lhe sucede, pois, é esse juramento irrevogável, para que ele se torne alegre e permaneça indizivelmente alegre.

Um retrospecto revela que na verdade o anjo forte se apresentou inicialmente sob o signo de um acirramento do juízo. Os trovões rugiam, o prazo de protelação por clemência estava em declínio. No seguimento, porém, ele se comprova com clareza cada vez maior como mensageiro de salvação, assim como já prometia seu aparecimento (v. 1). Os versículos subseqüentes conduzem ao auge:

- <sup>8</sup> **A voz que ouvi, vinda do céu, estava de novo falando comigo e dizendo: Vai e toma o livro que se acha aberto na mão do anjo em pé sobre o mar e sobre a terra.**  
<sup>9</sup> **Fui, pois, ao anjo, dizendo-lhe que me desse o livrinho. Ele, então, me falou: Toma-o e devora-o; certamente, ele será amargo ao teu estômago, mas, na tua boca, doce como mel**  
<sup>10</sup> **Tomei o livrinho da mão do anjo e o devorei, e, na minha boca, era doce como mel; quando, porém, o comi, o meu estômago ficou amargo.**  
<sup>11</sup> **Então, me disseram: É necessário que ainda profetizes a respeito de muitos povos, nações, línguas e reis.**

**8,9 A voz que ouvi, vinda do céu, estava de novo falando comigo.** Não é apenas exteriormente a mesma voz do v. 4, mas também preserva-se um vínculo de conteúdo. Lá ela impediu que João de certa forma escrevesse e profetizasse por conta própria, agora ela o conduz ao serviço verdadeiro e consistente com sua incumbência. Verdadeiros profetas não selecionam eles mesmos a sua mensagem. Depois que lhes foi tomada a palavra que escolheram por conta própria, identificam-se com uma palavra alheia (v. 9).

Somente nesse momento passa para o centro o pequeno rolo do livro que pende aberto da mão do juramento. Porque a voz disse a João: **Vai e toma o livro que se acha aberto na mão do anjo em pé sobre o mar e sobre a terra. Fui, pois, ao anjo, dizendo-lhe que me desse o livrinho. Ele, então, me falou: Toma-o e devora-o; certamente, ele será amargo ao teu estômago, mas, na tua boca, doce como mel.**

Comer é uma maneira especialmente intensiva de contato. Assim acontece aqui um contato sumamente íntimo com o “mistério” ou a “palavra” de Deus. Há muitos que afoitamente passam adiante palavras com as quais sequer conciliaram sua vida. Contudo, a pressão e na tentação revelam se “comemos” a palavra, se ela se tornou para nós mais doce do que tudo que é doce, a ponto de não a podermos largar, assumindo em troca tudo o que for amargo.

No AT não é desconhecida a ilustração da palavra de Deus doce como o mel. De modo extensivo repercute aqui Ez 2.8–3.3. Novamente, porém, a comparação deixa clara a autonomia dessa visão. A diferença substancial consiste no aspecto de que em Ez o acontecimento visa expressamente a pergunta da obediência. Lá o profeta deve comer e não ser obstinado como o povo de Deus rebelde. Deve levantar um sinal, aparecendo diante do povo como o servo obediente de Deus, dizendo-lhe quais são os juízos de Deus. Aqui no Ap não se articula um problema de obediência nem perante o profeta nem diante da comunidade destinatária. O versículo antecedente acabou de ressaltar a mensagem de alegria para todos os seus servos. Sem dúvida estão vinculados a ela juízos, contudo esse reverso foi energeticamente excluído da incumbência de João, sendo aqui mencionado meramente como fenômeno decorrente. A mensagem é doce como mel e somente depois **será amarga ao teu estômago** (“perpassará o estômago de amargor”). Quando é comunicada a mensagem de alegria, do Cordeiro sobre o trono e da consumação de todos os mistérios de Deus, não ficam excluídos o juízo para seus antagonistas e a tribulação para as suas testemunhas. Não obstante, porém, ela é mensagem de alegria na boca de João e de todos os evangelistas. “Bem-aventurados aqueles que lêem e aqueles que ouvem as palavras da profecia” (Ap 1.3).



**10** Agora também vem à luz com mais clareza o sentido dessa “vocação suplementar” de João. Sua primeira vocação como profeta (Ap 1.9-20) foi primordialmente, ainda que não exclusivamente, um chamado para ser profeta de arrependimento diante da igreja. Na obediência a essa incumbência surgiram as mensagens às comunidades com os poderosos chamados ao arrependimento e com palavras de ameaça. Sem dúvida ocultava-se nessa disciplina um amor puro (Ap 3.19), porém somente nesse momento o ministério de consolação do profeta diante da igreja passa para a posição predominante, deixando a eventual palavra de exortação à margem (Ap 13.9,10,18; 14.12; 16.15). Chama a atenção e merece reflexão o fato de que essa alteração é realizada na exata parte do livro em ele começa a relatar os acirramentos derradeiros, os sofrimentos mais profundos da igreja e as mais acerbadas investidas de Satanás. **Tomei o livrinho (“pequeno rolo do livro”) da mão do anjo e o devorei, e, na minha boca, era doce como mel; quando, porém, o comi, o meu estômago ficou amargo.**

**11** Então eles, os dois anjos, **me disseram** – falar conjuntamente causa um impacto singular – **é necessário que ainda profetizes** (“novamente tens de profetizar”). Depois do fortalecimento recebido, João é conjugado de novo com a história da salvação. Para isso aponta o “deve”, próprio da história da salvação (cf. o exposto sobre Ap 1.1). Os “mistérios de Deus” abrangem também a João, atribuindo-lhe um lugar determinado. Para esse lugar Deus o preparou de maneira nova. Cabe-lhe assumi-lo, agora, de bom grado. Tem de continuar a profetizar **a respeito de** (“contra”) **muitos povos, nações, línguas e reis**. Já antes foi esse o seu tema. Todo o livro do Ap é primordial e proeminentemente um livro de flagelos (Ap 22.18). Ele “perpassa o estômago de amargor”, como acabamos de ouvir duas vezes (v. 9,10). Portanto, João está novamente em condições de continuar o livro e suportar essa mensagem, porque o “outro anjo” lhe havia aparecido e o fez degustar a “doçura” de seu serviço.

Somente depois desse fortalecimento pessoal de João segue-se uma visão da igreja, que evoca o cap. 7.

#### **B. A caminhada das testemunhas de Jesus rumo ao fim dos tempos, 11.1-13**

- 1** Foi-me dado um caniço semelhante a uma vara, e também me foi dito: **Dispõe-te e mede o santuário de Deus, o seu altar e os que naquele adoram;**
- 2** **mas deixa de parte (“lança fora”) o átrio exterior do santuário e não o meças, porque foi ele dado aos gentios; estes, por quarenta e dois meses, calcarão aos pés a cidade santa.**
- 3** **Darei às minhas duas testemunhas (autoridade para) que profetizem por mil duzentos e sessenta dias, vestidas de pano de saco.**
- 4** **São estas as duas oliveiras e os dois candelabros que se acham em pé diante do Senhor da terra.**
- 5** **Se alguém pretende causar-lhes dano, sai fogo da sua boca e devora os inimigos; sim, se alguém pretender causar-lhes dano, certamente, deve morrer.**
- 6** **Elas têm autoridade para fechar o céu, para que não chova (sobre a terra) durante os dias em que profetizarem. Têm autoridade também sobre as águas, para convertê-las em sangue, bem como para ferir a terra com toda sorte de flagelos, tantas vezes quantas quiserem.**
- 7** **Quando tiverem, então, concluído o testemunho que devem dar, a besta que surge do abismo pelejará contra elas, e as vencerá, e matará,**
- 8** **e o seu cadáver ficará estirado na praça da grande cidade que, espiritualmente, se chama Sodoma e Egito, onde também o seu Senhor foi crucificado.**
- 9** **Então, muitos dentre os povos, tribos, línguas e nações contemplam os cadáveres das duas testemunhas, por três dias e meio, e não permitem que esses cadáveres sejam sepultados.**
- 10** **Os que habitam sobre a terra se alegram por causa deles, realizarão festas e enviarão presentes uns aos outros, porquanto esses dois profetas atormentaram os que moram sobre a terra.**
- 11** **Mas, depois dos três dias e meio, um espírito de vida, vindo da parte de Deus, neles penetrou, e eles se ergueram sobre os pés, e àqueles que os viram sobreveio grande medo;**
- 12** **e as duas testemunhas ouviram grande voz vinda do céu, dizendo-lhes (aos profetas): Subi para aqui. E subiram ao céu numa nuvem, e os seus inimigos as contemplaram.**

<sup>13</sup> **Naquela hora, houve grande terremoto, e ruiu a décima parte da cidade, e morreram, nesse terremoto, sete mil pessoas, ao passo que as outras ficaram sobremodo aterrorizadas e deram glória ao Deus do céu.**

**1 Foi-me dado um caniço semelhante a uma vara.** João compara imediatamente esse cano, que um anjo lhe entrega, com uma vara. O leitor deve imaginar uma vara de medir, que supera consideravelmente o comprimento de um junco. Ezequiel igualmente vislumbra, nos cap. 40–43, a medição de um templo com uma vara de medição, que conforme Ez 40.5 era de seis côvados grandes, i. é, 3,15m. Um instrumento assim foi entregue a João com as palavras (“dizendo”): **Dispõe-te mede o santuário de Deus, o seu altar.**

No Ap podem ser diferenciados nitidamente três idéias de templo. Ap 21.22 fala a respeito de um templo em sentido puramente figurado sobre a nova terra. Ele é idêntico a Deus e ao Cordeiro. De acordo com Ap 3.12, os vencedores serão feitos “colunas” nesse templo. Na consumação não haverá mais um templo em sentido real. Além disso, João vê muitas vezes um templo atual no céu (Ap 7.15; 11.19; 14.15,17; 15.5,6,8; 16.1,17), ou seja, também uma realidade espiritual, visionária (cf. o exposto sobre Ap 6.9 e nota 247). Como terceira concepção resta a presente passagem, que não se insere nos dois significados citados anteriormente. Esse templo existia no tempo de João, porque de fato devia medi-lo. De acordo como o v. 2 ele se situa na “cidade sagrada”, que no v. 8 recebe o nome “cidade grande”, sendo ali relacionada claramente com a Jerusalém judaica, em que Jesus sofreu a morte na cruz. Acaso, trata-se, portanto, do templo de Herodes? Nesse caso teríamos diante de nós a profecia de que Jerusalém e o pátio externo do templo seriam conquistados por gentios, enquanto o pátio interno com o edifício do templo conseguiria resistir aos sitiadores até a milagrosa salvação por Deus. Contra essa interpretação, no entanto, manifestam-se fortes ressalvas. Em primeiro lugar, é praticamente certo que o livro foi redigido *após* a destruição de Jerusalém (vol. I, q1 1-7). Coincidindo com a profecia do Senhor em Mt 24.2, também o próprio templo se tornara alvo dessa destruição. Quem leva João e seus leitores, que liam esse livro com afincamento e comoção no século II, tão a sério como a si mesmo, não pode mais afirmar que no presente texto teríamos uma profecia cristã a respeito de uma preservação milagrosa do templo judaico em Jerusalém.

Em decorrência, João não está falando, no presente caso, de um conceito arquitetônico, e sim teológico de “templo”. Na verdade o NT jamais menciona a expressão completa “templo de Deus” na boca de Cristo ou de um cristão quando fala do templo em Jerusalém. Em contrapartida, poderia falar-se dessa forma a respeito do novo povo da aliança (1Co 3.16; 2Co 6.16; de modo similar Ef 2.21; 2Ts 2.4; 1Tm 3.15; 1Pe 2.5; 4.17; Hb 10.21). Não obstante, a intenção aqui é preservar a referência à Jerusalém histórica (cf. acima). Até hoje, porém, é possível fazer referência a um povo inteiro, citando-se sua capital. Assim, consta aqui “cidade santa” ou Jerusalém para o Israel do AT. Esse Israel também era templo de Deus. Desse modo manifesta-se a mesma reverência pela eleição de Israel como em Jo 4.22.

João deve medir também **o altar**. Com certeza está sendo feita alusão ao altar de holocaustos no “átrio interno”, pois o próximo versículo traz a contraposição ao “átrio exterior”. O altar identificava o local do matadouro diante do edifício do templo, no qual atuavam os sacerdotes, ao qual porém tinham acesso israelitas que prestavam sacrifícios. Esse lugar não pode ser separado do templo. Desse modo, o anjo instrui João a medir todo o complexo do templo.

O quanto ele tem em mente *pessoas* é revelado pelo que se segue, que interpreta o conceito de edifício: **e os que naquele adoram**. É por isso que somente pode tratar-se de uma medição simbólica, o que ainda se expressa pelo fato de que a execução dessa “medida” permanece completamente abstrata e que, ao contrário da medição do templo em Ez, não aparecem resultados numéricos. São medidos os adoradores “em espírito e em verdade” (Jo 4.21-24), ou seja, no presente contexto, o Israel crente.

Assim como também nós podemos descrever, pelas expressões “tomar medidas” e “estabelecer medidas”, uma determinada punição, assim os profetas a usavam no sentido de anúncio de juízo (2Rs 21.13; Lm 2.8; Am 7.7,8). Esse sentido, porém, não cabe no presente texto. Pelo contrário, de acordo com o v. 2 temos de pensar num ato de proteção. O que não foi medido é tido como abandonado, enquanto o que foi medido como sagrada propriedade de Deus. Desse modo permanece preservado e isento de qualquer destruição. De maneira marcante essa medição se coloca ao lado do selamento no

cap. 7. Enquanto aquele se referia ao núcleo central do povo (“Israel”), essa se refere ao santuário central (“templo”). São coincidentes as mensagens de ambas as ilustrações.

- 2 Mas deixa de parte (“lança fora”) o átrio exterior do santuário e não o meças.** A expressão “lança fora!” assinala com a desejável clareza que em sua incumbência o anjo não pensa em nada além de pessoas, pois não é um átrio todo que deve ser jogado fora, mas ao contrário, os israelitas que não são identificados pelo núcleo central do templo devem ser excomungados. Não contam mais entre o povo de Deus, não são mais templo. Retira-se deles também a preservação espiritual. O “átrio” **foi... dado aos gentios**. Os israelitas que não pertencem aos verdadeiros adoradores no v. 1, ou seja, aos adoradores de Deus e do Cordeiro, são abandonados aos adoradores de ídolos (Ap 9.20,21) e de animais (cap. 13). Assim como lá foram excluídos da comunidade, são incluídos na comunidade daqui. Fora do núcleo do templo não se mantém nenhum verdadeiro Israel como terceira grandeza entre os gentios e a comunidade de Cristo, pois somente o núcleo do templo foi “medido”, i. é, preservado.

A expressão seguinte insere-se na mesma linha. **Estes... calcarão (“pisarão”) aos pés a cidade santa**. Na verdade “pisar” pode transitar para o sentido de “devastar”, “pilhar”, porém em muitos lugares, como também aqui, não se trata de destruição física, pois a cidade continua sendo habitada (v. 8-11). Ao contrário, a expressão requer uma compreensão aprofundada. Quem pisa algo com os pés, trata com menosprezo. Quando o pisar se refere a algo sagrado, a respectiva pessoa realiza um ato de profanação. No presente caso, a ação dirige-se expressamente contra a cidade santa, que em numerosas referências expressa Jerusalém. Essa Jerusalém – entenda-se Israel – transforma-se de cidade santa em Babilônia não santa. O v. 8 pronunciará de forma inequívoca e também fornecerá o motivo interior para essa profanação arrasadora e essa entrega ao mundo gentílico: a crucificação do Messias pelo povo messiânico e acima de tudo sua impenitência. Um povo é messiânico por intermédio de Deus e seu Messias, não por si próprio. Quando esse povo declara o Messias como não Messias, crucificando-o, e se aferra a essa posição apesar de toda a pregação de penitência (v. 3-7), ele volta a ser um povo não messiânico (cf. o exposto sobre Ap 2.9; 3.9), ele se conforma com o mundo.

Contudo, não é a cidade santa toda que sofre profanação. O interesse maior recai até sobre a parte “medida”, que é preservada diante dos gentios, da adoração de ídolos e animais. Esse núcleo de Jerusalém (v. 1) permanece excluído do juízo. Os verdadeiros adoradores adorarão cada vez mais, atuando como sacerdotes no templo de Deus. Como Lucas em Atos dos Apóstolos e como Paulo – singularmente na carta aos Romanos, o Ap tem ciência de um núcleo central de Israel convertido ao Messias, que forma o grupo básico para um povo de Deus renovado, para uma Nova Jerusalém e, um dia, para uma nova humanidade. Dessa maneira, a linha da salvação não sofre interrupção e a salvação não procede de outro lugar qualquer que não seja dos judeus (Jo 4.22).

O domínio total dos gentios sobre Israel, na parte que não pertence aos adoradores de Cristo preservados, é relacionado no texto com um determinado período: **quarenta e dois meses**. Essa indicação de prazo retorna a seguir mais quatro vezes, ainda que convertida em dias ou anos. Ela constitui um termo fixo, fazendo parte dos elementos de sustentação desses capítulos.

## EXCURSO 7

### Os três anos e meio, os quarenta e dois meses, e os mil duzentos e sessenta dias nos cap. 11,12

a. Elaboraremos primeiro uma visão panorâmica das cinco passagens em seu respectivo contexto. Quando começa e quando termina cada um dos prazos referidos?

De conformidade com nossa exegese, o ponto de inserção interior para a profanação da “cidade santa” e, em decorrência, para os “quarenta e dois meses” em Ap 11.2, foi a crucificação do Messias. Foi naquela ocasião que a dolorosa ruptura dividiu Israel. Enquanto nessa ação uma parte se aliou aos romanos (como Herodes e Pilatos se tornaram amigos!), conformando-se com o mundo, um núcleo de Israel o adorou, permanecendo ileso como sacerdócio de Deus nesse mundo. Não sucedeu de imediato que uma distância exterior visível correspondesse à ruptura interior profunda. A igreja primitiva ainda viveu, creu e fez missão totalmente no seio do judaísmo. Contudo, a fenda tornou-se um abismo, e o abismo dilatou-se também de maneira visível para os de fora, até que no Ap todas as amarras são cortadas. Quanto ao ponto final desses quarenta e dois meses nada é dito em Ap 11.2.

Em termos de conteúdo, não há dúvida de que em Ap 13.5 os quarenta e dois meses são coincidentes com Ap 11.2. Novamente trata-se de um tempo pleno de blasfêmia e profanação. Ponto

de partida é que a besta surge do mar (Ap 13.1), o que novamente está relacionado com a exaltação do Cristo (Ap 12.5) e a derrubada do dragão sobre a terra (Ap 12.9). Furioso, ele envia as suas criaturas para atuar na história (Ap 12.17), a saber, o anticristo e seus auxiliares. Essa visão coincide com Ap 6.1. Imediatamente após a exaltação do Cristo entra em cena o anticristo (EXCURSO 4a). É lá, portanto, que também começam os “quarenta e dois meses”. Enquanto seu ponto de inserção em Ap 11.2 estava mais marcado pela crucificação de Jesus, o mesmo acontece aqui pela exaltação dele (cap. 12), mas em ambos os casos o período principia através do evento de Cristo e suas consequências diretas já nos tempos do cristianismo incipiente. No contexto de Ap 13.5 também pode-se dizer algo inequívoco sobre o fim dos “quarenta e dois meses”. A blasfêmia anticristã será encerrada com a aparição poderosa de Cristo (Ap 19.11-21). Os “quarenta e dois meses”, portanto, abrangem todo o tempo escatológico entre a primeira e segunda vinda de Jesus em vista de sua constituição anticristã.

Apercebemo-nos de uma nítida mudança quando nos voltamos agora aos “mil duzentos e sessenta dias” em Ap 11.3. Na realidade, sua duração corresponde aos “quarenta e dois meses”, porém seu conteúdo não é profanação e blasfêmia, e sim testemunho através da igreja de Cristo (cf. o comentário ao texto). Os “mil duzentos e sessenta dias” do v. 3 coincidem com os “dias da profecia” do v. 6. Nesse caso, o ponto de inserção e o ponto final são flagrantemente. O serviço de testemunha da igreja começou em Ascensão e Pentecostes e termina com a vinda de Jesus Cristo na glória. Ele transcorre paralelamente à ação do anticristo e perfaz o conteúdo positivo do tempo escatológico.

O período dos “mil duzentos e sessenta dias” também possui conteúdo positivo em Ap 12.6. Ele abrange a preservação da igreja perseguida e testemunha, coincidindo, portanto, novamente com a cronologia dos “quarenta e dois meses” de Ap 11.2, nos quais o núcleo de Israel permanece protegido, a fim de adorar ininterruptamente a Deus.

Finalmente resta ainda Ap 12.14 com os “três e meio anos”. Também eles são tempo de aprovação para a igreja perseguida. Ap 12.14 é um desenvolvimento de Ap 12.6. A igreja é perseguida desde que o dragão foi lançado sobre a terra, de sorte que o evento de Cristo constitui novamente o ponto de partida interior dessa designação de tempo. Seu término coincide novamente com a vinda do Cristo com poder e glória.

A visão panorâmica traz como resultado que os três e meio, os quarenta e dois, e os mil duzentos e sessenta fazem parte dos números significantes do Ap. Referem-se ao mesmo período de tempo, ao fim dos tempos entendido nos parâmetros do NT, a saber, ao tempo entre a primeira e segunda vinda do Senhor. Quando se enfoca sua conotação anticristã, o número é referido em meses, quando se aborda seu conteúdo espiritual, ele aparece calculado em dias.

*b.* Esses números não pairam no espaço sem correlações, porém convergem de modo marcante com o livro de Daniel. Ele apresenta números de dias de grandeza semelhante e sobretudo os três e meio “tempos” em Dn 7.25; 12.7. Em ambos os casos trata-se de tempo de aflição extrema, que o resto de fiéis tem de sofrer da parte dos blasfemos. Portanto, não podem ser ignoradas as semelhanças com o Ap.

Entretanto, em Daniel esses números provavelmente são entendidos em termos de cálculo, especialmente de acordo com Dn 9.24-27. Ele pensa no último trajeto antes do juízo final e antes do aparecimento do filho do Homem (Dn 7.13,26). Dessa maneira, seu ponto final fica nitidamente determinado. Contudo, onde ele começa? Essa pergunta era altamente controversa e no judaísmo estava ligada a muitas decepções amargas. No Ap – e essa é a novidade libertadora! — essa disputa acabou. O começo do “fim dos tempos” é conhecido e já está no passado. Ele consiste do evento do Cristo (cf. q1 51). Com a revelação do Cristo começa o tempo da tribulação, que contudo também é um tempo de preservação.

*c.* A correlação entre os números em João, porém, sugere igualmente uma ligação com as histórias de Elias (especialmente Ap 11.5,6). No tempo de Elias houve os inesquecíveis três anos e meio como época do extremo teste de forças entre o Deus de Israel e Baal, entre o Israel fiel, que adorava a Deus persistentemente, e o Israel acomodado ao mundo, que se ajoelhava perante Baal. Esses anos trouxeram consigo tanto a tribulação quanto também socorro maravilhoso de Deus. Também esse episódio é flagrantemente relacionado ao Ap.

d. Os três e meio, portanto, não precisavam estar combinados com seu fundo histórico *específico*, porém tornaram-se cada vez mais um conceito de proclamação com um conteúdo simbólico compreendido por todos. Em João ele está contraposto ao número mil (cf. Ap 20).

\* \* \* \*

Os dois primeiros versículos do cap. 11, portanto, proporcionaram a visão impactante da divisão de Israel em um Israel que crê em Cristo e que é preservado e um Israel de nominal (cf. os “cristãos nominais”, não praticantes) que, não tendo forças para resistir, cai nas mãos do mundo gentílico. Ambas as partes se alastram agora em proporções mundiais. No tronco fiel são enxertados gentios (Rm 11.17). O que lemos nos próximos versículos apresenta marcas nítidas da comunidade de povos do NT. Do outro lado, Jerusalém se transforma em Babilônia (v. 6) e se expande pelo mundo inteiro (v. 9).

- 3 O quanto os v. 1,2 eram nada mais que introdução para o que se segue é evidenciado pelo fato de que a continuação se dá sem transição: **darei às minhas duas testemunhas** autoridade (“poder” [RC, NVI, VFL, BV]). João ainda tem em vista o mesmo período do v. 2, mesmo que agora o calcule em dias (EXCURSO 7a): **que profetizem por mil duzentos e sessenta dias, vestidas de pano de saco**. É verdade que mudou a pessoa que fala. Agora Cristo está proferindo uma palavra de autoridade sobre a igreja no tempo escatológico. Esse tempo final não é simplesmente tempo do anticristo ou “tempo dos gentios” (Lc 21.24), porém é destacadamente também tempo das testemunhas. Nesse período seu Senhor detém “todo o poder” (Mt 28.20 [RC]), por meio do qual ele visa criar, de forma onipotente, possibilidades para o serviço das testemunhas. É por isso que esse serviço de testemunhas se realizará, sem interrupções, com a onipotência de Jesus levada a sério.

Para a interpretação das duas testemunhas inicialmente deixamos de lado o número dois. **Minhas testemunhas** é em Is 43.10,12; 44.8 um apelativo de Israel. Assim como os ídolos têm suas testemunhas (Is 43.9; 44.9), assim também Deus. Na disputa legal ambos os lados apresentam suas testemunhas. Depois que o v. 1 havia nomeado a primeira designação da natureza de Israel, a saber, adorar a Deus, segue-se agora, como segunda, o serviço de testemunhar perante as pessoas (v. 3). Israel é o que fala a Deus e aos seres humanos.

As palavras “eu **darei**” têm como pano de fundo as decepções que Israel já preparou a seu Senhor (cf. o comentário a Ap 1.5, no vol. I, pág. 71), e visam o restabelecimento escatológico do verdadeiro Israel para o serviço de testemunha. Esse restabelecimento é gerado por aquela depuração dos v. 1,2. O pequeno resto obterá autoridade e encherá o mundo com o seu testemunho. A execução disso é relatada por Ap 12.11; cf. Ap 1.2,9; 2.13; 6.9; 12.17; 17.6; 19.10; 20.4. Essas referências confirmam que na promessa de um Israel restaurado, que cumpre com fidelidade seu serviço de testemunha no tempo escatológico, pensa-se na igreja de Jesus, formada por judeus e gentios. O v. 8 afirma que “seu Senhor” é o crucificado. Em consonância, seu testemunho também é o evangelho, seu campo de ação estende-se até os confins da terra (v. 10), seus ouvintes são todos os povos (v. 9), e seu tempo de serviço dura desde o dia da Ascensão até o fim do éon [“século”], a saber, “mil duzentos e sessenta dias”. Tudo nela coincide com a igreja do NT.

- 4 Entretanto, que significa: **Darei às minhas duas testemunhas** autoridade (“poder” [RC, NVI, VFL, BV])? No original grego ainda se encontra o artigo definindo, que permite constatar um conceito definido. O próximo versículo o esclarece. No estilo explicativo típico (cf. Ap 7.14; 14.4 e nota 462) diz-se primeiramente: **São estas as duas oliveiras**. Isso constitui uma nítida indicação para Zc 4.1-3,11,14! Lá o profeta viu um candelabro alto e dourado, que trazia um recipiente. Em redor desse recipiente ele constatou vasilhas de óleo, cujas beiradas, no entanto, não tinham apenas um bico, como em lâmpadas comuns, mas nada menos de sete dobras, para poderem conter sete pavios. Ou seja, o profeta viu um candelabro imponente, reluzente de ouro, que fornecia um volume de luz extraordinário com suas sete vezes sete chamas. À direita e à esquerda do candelabro, porém, havia duas oliveiras, que conforme o v. 14 simbolizavam “dois ungidos”. Essas duas pessoas cheias de Espírito estão à disposição do “Senhor de todas as terras”. Proclamam à terra sua inesgotável soberania, sobretudo que ele *se torna* soberano.

São estas, portanto, as **duas oliveiras**, bem conhecidas dos judeus por causa de vivas análises. O sentido básico está claro: servem como precursores do Senhor vindouro. Que personagens individuais, porém, estavam ocultos atrás das duas oliveiras?

É agora que o Ap se imiscui na interpretação. As oliveiras não são personagens históricos isolados, pois realizam seu serviço durante todo o tempo escatológico (mil duzentos e sessenta dias), que no tempo de João já durava uma geração inteira. Também atingem a humanidade toda, o que ultrapassaria a força de duas pessoas individuais. Além disso, “seu Senhor”, a quem testemunham, não somente é o vindouro, mas também o que já veio (v. 8). Eles são testemunhas do que já aconteceu.

Desse modo, a passagem de Zacarias foi interpretada com autoridade como se referindo à igreja de Jesus cheia do Espírito. Enfim, é ela que, segundo os escritos de João, “tem a unção” (1Jo 2.20,27) e “tem o Espírito” (1Jo 3.24; 4.13).

Impressão de extraordinária ousadia, porém, com vistas à passagem de Zacarias, causa o adendo acerca das duas oliveiras: **e os dois candelabros que se acham em pé diante do Senhor**. Pois Zacarias viu somente um único candelabro, e esse simbolizava o próprio Senhor. O Ap tem conhecimento de dois candelabros, identificando-os com as testemunhas de Jesus, como antes já havia acontecido com as duas oliveiras. Elas são tudo ao mesmo tempo, profetas, oliveiras e candelabros.

Essas designações estão formuladas geralmente com o número “dois”. Nesse detalhe concentra-se um interesse peculiar. Não se deve pensar em dois personagens distintos com funções distintas (cf. Moisés e Arão). Afinal, conforme os v. 5-12, as “duas testemunhas” atuam ao mesmo tempo, da mesma maneira e experimentam indistintamente o mesmo destino. É melhor levar em consideração o fato de que era um costume estabelecido no judaísmo e no cristianismo primitivo enviar mensageiros aos pares. De conformidade com esse modo de pensar, *uma* testemunha é igual a *nenhuma*. Uma questão só recebia validade legal após depoimentos concordantes da boca de duas pessoas. Em decorrência, o número dois no presente texto apregoa a vigência legal e a autoridade do testemunho *único* de Jesus. Não se deveria depreender daqui uma diferença qualquer no seio da igreja e de seu testemunho, mas precisamente a igualdade. O número dois cria a imagem da força para a igreja do tempo escatológico.

Os v. 5,6 ilustram a autoridade das duas testemunhas, com nítidas semelhanças em relação às duas grandes figuras proféticas do povo de Deus do AT, Moisés e Elias. Nisso deve-se observar que não são atribuídas, p. ex., as características de Moisés a uma e as de Elias à outra testemunha. Pelo contrário, todos os poderes valem para ambas as testemunhas. Não se forma o quadro de duas personalidades distintas, entre as quais estaria, p. ex., um novo Elias do fim dos tempos. Pois, de acordo com a convicção da primeira igreja, esse já se fez presente na pessoa de João Batista (Mc 9.13). De fato, trata-se não tanto de personagens precursores, mas de “pós-cursos”, de testemunhas do Senhor que já veio e foi crucificado, mas que obviamente também é o Senhor do futuro.

As duas testemunhas aparecem como uma só grandeza, nitidamente alçada para a esfera supra-pessoal. Essa comunidade única de testemunhas evidencia-se como verdadeira comunidade de profetas, ao exibir em sua vida o que identificava o ser profeta no AT. Como exemplo da época de Israel no deserto aparece Moisés, e como exemplo do tempo dos reis, Elias.

- 5 **Se alguém pretende causar-lhes dano, sai fogo da sua boca e devora os inimigos; sim, se alguém pretender causar-lhes dano, certamente, deve morrer.** A ilustração evoca Elias em 2Rs 1.10. A igreja no tempo de seu testemunho também está no tempo de ser intocável. Nenhum fio de cabelo lhe será arrancado sem a vontade de Deus. Nenhum ser humano abreviará o seu serviço. A novidade que surge aqui é a correlação entre o serviço da igreja mediante a palavra, e os flagelos sobre o mundo. Em Ap 8.3-5 as orações da igreja estavam por trás dos flagelos.
- 6 **Elas têm autoridade para fechar o céu, para que não chova durante os dias em que profetizarem.** Novamente deve-se trazer para a comparação a história de Elias (1Rs 17.1). Os sinais subseqüentes fazem recordar Moisés: **Têm autoridade também sobre as águas, para convertê-las em sangue, bem como para ferir a terra com toda sorte de flagelos, tantas vezes quantas quiserem.** O estilo do discurso é tão esquemático que não seria difícil inserir nele conotações muito estranhas ao evangelho: crueldade, espírito de vingança, arbítrio. Esses breves traços, porém, não visam ser tomados isoladamente. Pelo contrário, devemos caminhar ao longo deles até Moisés e Elias como os personagens proféticos típicos do AT. Ambos resistiram à injustiça, sofreram a injustiça e nem por isso deram lugar à injustiça. Ambos se tornaram praticamente um flagelo (v. 10) para aqueles que queriam calcar aos pés os direitos de Deus e dos seres humanos, e um consolo inefável para todos os que ansiavam pelo mundo bom de Deus.



7 Os v. 7-10 descrevem o aniquilamento das duas testemunhas. **Quando tiverem, então, concluído o testemunho que devem dar, a besta que surge do abismo pelejará contra elas.** Essa frase conduz ao fim do tempo escatológico. Esse tempo não chegará ao final enquanto o testemunho da igreja ainda não foi anunciado de forma exaustiva. Sob esse aspecto a pregação do evangelho é na realidade aquilo “que retém”, conforme 2Ts 2.6, e os discípulos que testemunham são o “sal da terra”, de Mt 5.13. Enquanto a igreja estiver atuando, a condição do mundo permanece em suspenso. Tão logo ela tiver consumado sua obra, o mundo passa para a “putrefação”. Ele desanda e se decompõe.

No entanto, a proclamação do evangelho é também aquilo que mantém a igreja de pé. Sua existência sobre a terra não tem outro sentido além deste. Tão logo esse serviço estiver concluído, a proteção exterior lhe é retirada (v. 5-7), e o tempo da preservação passou.

Nesse contexto **a besta** exerce um papel de destruição. Somente nos cap. 13,17 João abordará a questão em detalhe. Seus leitores, porém, já o podiam entender independentemente daquelas exposições, pois conviviam com o livro de Daniel, que alude a essa figura em Dn 7.7. Nesse texto, anteriormente já sobem do mar três bestas contra o mundo humano. Essa quarta besta, porém, constitui o ponto culminante do terror. O NT menciona essa última intensificação, o anticristo (quanto a detalhes, cf. o EXCURSO 11).

Como lugar de origem aparece novamente o abismo, cf. o exposto sobre Ap 9.1,2,11. Na leitura, a expressão **a besta que surge do abismo** não deve ser entendida como se a besta subisse somente perto do final do tempo escatológico. O Ap ensina que o anticristo segue imediatamente ao Cristo (Ap 6.1). De forma mais ou menos oculta ele penetra em todo o tempo escatológico (1Jo 2.18), mas somente no final dá-se a sua “parusia” (2Ts 2.9; cf. o comentário a Ap 17.8). Então cairá sua máscara, e é exposto aquele que desde o princípio é o assassino, que no Ap repetidamente é vinculado à idéia da guerra.

**Pelejará contra elas.** Enquanto “besta” ela constitui a figura oposta ao “Cordeiro”, e enquanto blasfemo do Cordeiro ela é um inimigo jurado da igreja do Cordeiro, a qual testemunha o seu nome. Entretanto, como esse testemunho era irresistível (v. 5,6), as palavras blasfemas são seguidas agora de ações. Repete-se Jo 11.48: “Se o deixarmos continuar assim, todos crerão nele” (TEB). Por isso, os judeus chegaram à conclusão: ele tem de morrer! Também no presente caso começa a guerra de extermínio, a fim de aniquilar o testemunho a respeito do Cordeiro.

**E as vencerá, e matará.** A vitória é explicada claramente como “matar”. Ela não consiste de uma autêntica superação, mas de aniquilamento físico. Somente o corpo é morto, não a verdadeira vida (Mt 10.28). Nem mesmo essa matança fica fora do desígnio de Deus, pois ao anticristo é “dado” vencer (cf. o exposto sobre Ap 6.2; 13.7). É por isso que mesmo sobre esse acontecimento prevalece a paz suprema de Deus, que é mais alta que todo o entendimento.

8 **E o seu cadáver (nota 470) na praça (“rua”) da grande cidade!** Fazemos a sugestão de não preencher o verbo ausente por “esteve deitado” ou “esteve enforcado”, mas deixar a frase como uma exclamação dolorosa e arrasadora. Eis aí, seu cadáver em Jerusalém! Esta cidade, portanto, tornou-se anticristã, pois acompanha as guerras da besta. O judaísmo não se diferencia mais do mundo. Ao matar estas testemunhas, assassinam seu Moisés e Elias (v. 5,6) e se separam de seus próprios fundamentos. Uma exclamação similar, que grita fatos inconcebíveis, encontra-se em Mt 23.37 na boca de Jesus: “Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te foram enviados!” Tristeza e dores incessantes por Israel foram testemunhadas também por Paulo (Rm 9.2).

A co-responsabilidade integral dos judeus pode estar sendo manifesta pela expressão **na praça (“rua”) da grande cidade**, caso deva ser entendida no sentido de “publicamente”. O que aconteceu, portanto, não foi um homicídio, pelo qual realmente não se podia responsabilizar uma cidade inteira, mas uma matança realizada com unanimidade, que por isso onera a sociedade toda.

Em tempos de guerra os cadáveres são empurrados simplesmente para a rua. “Os seus cadáveres são como monturo no meio das ruas” (Is 5.25). Contudo nós os vemos cheios de dor e pavor. No atual caso, porém, tudo é intencional e praticado com sarcasmo, como exporá o v. 9. Embora no Ap a expressão **grande cidade** por nove vezes designe a Babilônia, aqui está ligada a Jerusalém por meio do adendo: “onde também o seu Senhor foi crucificado”. A “grande cidade” é realmente a “cidade santa” de outrora, do v. 2. Ela se tornou “Babilônia” e segundo o Ap nunca tornará a ser “cidade santa”, mas sucumbirá com Babilônia (cap. 18). O primeiro cristianismo separou-se radicalmente da Jerusalém terrena (cf. Gl 4.25,26; Hb 12.22). Não contava com a reconstrução da cidade na história da salvação. Os documentos do NT não produzem nenhuma conclusão diferente.

Essa deturpação que Jerusalém (e, em decorrência, o judaísmo) sofreu em sua essência continua a ser descrita. Essa é a cidade **que, espiritualmente, se chama Sodoma e Egito**. Desse acréscimo decorre que João não deseja mais proferir o nome terreno e humano “Jerusalém” para essa cidade, do mesmo modo como em Ap 2.9; 3.9 se nega a conceder o nome honorífico “judeu”. Afinal, João estava “em espírito” (Ap 1.10) e via tudo espiritualmente, i. é, profeticamente. Com olhos de profeta ele também perscruta Jerusalém e a fixa em sua verdadeira natureza. Essas poderosas alterações de nome (cf. vol. I, nota 193) foram e continuam sendo para a igreja um evento espiritual, sendo compromissivas para ela.

“Sodoma” e “Egito” são conceitos antiqüíssimos na proclamação (cf. nota 63). Já na antiga aliança eles concretizam a natureza do mundo gentílico ao redor. **Sodoma** representa os tentadores vícios gentílicos e, por princípio, a sedução para longe de Deus em direção dos ídolos, ou seja, a “prostituição” religiosa e moral. “Como se fez prostituta a cidade fiel!” lamentava-se Is 1.21. O **Egito** foi a casa da escravidão de Israel e representa o poder de opressão, que escraviza pela violência, paralisa, maltrata, persegue, dizima e amedronta até a morte. Ambos os elementos, sedução e opressão, unificaram-se mais tarde na “grande Babilônia”, e ambos foram também praticados contra os primeiros cristãos pelo judaísmo. É assim que o espelha o NT.

De acordo com *Bill III*, pág. 816, judeus e cristãos daquele tempo usavam a “Babilônia” como criptônimo para a Roma imperial. Por isso Munck também interpretou esse versículo em relação a Roma, onde as “duas testemunhas”, segundo ele Pedro e Paulo, teriam sido executadas. Entretanto, por causa de sua interpretação, Munck é obrigado a cortar a pequena frase do versículo sobre a execução do Senhor, como suposto adendo de mão alheia.

Levaremos a sério essa frase subordinada, que exclui toda hipótese a respeito de Roma e Itália: **onde também o seu Senhor foi crucificado**. Em todo caso ele foi crucificado em Jerusalém. Na ocasião, é bem verdade que os judeus se mancomunaram com os romanos gentílicos. Herodes, como representante do judaísmo, tornou-se amigo de Pilatos, representante de Roma (Lc 23.12), e os líderes espirituais do povo apelaram para a amizade com César (Jo 19.12). Por inimizade contra o Cristo de Deus eles sepultaram sua inimizade com Roma. Nesse ponto principiou a conformação do judaísmo com o mundo.

Essa conformação continua com o assassinato das “duas testemunhas”. São episódios paralelos ao caso de Jesus. O **também** unifica a morte deles com a morte de seu Senhor. As testemunhas achegam-se bem perto daquele a quem testemunham. Encontram-se na “comunhão dos seus sofrimentos” (Fp 3.10; cf. o comentário sobre Ap 2.8-11).

- 9 **Então... os povos, tribos, línguas e nações contemplam os cadáveres.** Não são “alguns” (Lutero) ou “muitos” (Radon, RA) da população mundial que vêem seus cadáveres, mas precisamente a população mundial como um todo. Por meio de uma descrição quádrupla é delineada a esfera pública mundial, a “rua” da Babilônia (v. 8). Foi a esfera pública mundial que ouviu o testemunho, que decaiu para aderir à besta (Ap 13.7), que acompanhou a guerra da besta, para contemplar agora de maneira triunfante os cadáveres das testemunhas. O judaísmo anticristão tornou-se estoque inicial de um anticristianismo de amplitude mundial (cf. nota 461). Representa a semente da Babilônia, que depois cresce para formar a Babilônia global.

Os povos se regozijam ao contemplar os adversários derrotados, não podendo faltar-se de olhar para eles. Por isso os cadáveres precisam permanecer insepultos, como a desonra máxima que a Antigüidade conhecia. **E não permitem que esses cadáveres sejam sepultados**. Expulsar alguém das fileiras dos vivos e depois não sepultá-lo junto dos mortos, mas deixá-lo largado na sarjeta para ser comido por cães e abutres, significava destruí-lo integralmente e tirar-lhe qualquer chance de futuro.

O acréscimo do aniquilamento moral além da destruição física encontra-se também na paixão de Jesus: o Filho do Homem não teve somente de sofrer, mas também de ser desprezado (Mc 8.31; 9.12). Ele não apenas morreu, mas morreu também a morte vergonhosa na cruz. Se apesar disso não ficou insepulto, mas obteve um enterro honroso, podemos ver nisso um dos sinais muito significativos de Deus, que foi conscientemente incorporado no Credo Apostólico: “morto e sepultado!”

**Três dias e meio** dura esta exposição pública. São os últimos três dias e meio dos mil duzentos e sessenta dias do v. 3, ou seja, do fim dos tempos. Por ter uma história viva, esse tempo escatológico experimenta crescimento e redução da tensão, crista da onda e refluxo, épocas acirradas e épocas

relativamente tranquilas. Os três dias e meio são concentração máxima e adensamento mais escuro, a saber, tempo do fim em ponto de combustão. Neles adensa-se o elemento anticristão, quando “a besta peleja” (v. 7, cf. também o comentário a Ap 13.5-8). Entretanto, adensa-se neles também o testemunho cristão, porque essas testemunhas mortas ainda testemunham (Hb 11.4), e sobretudo agora, ao se igualarem ao aspecto da morte de Jesus (v. 8). Com seu sangue testificam que o Crucificado é um Senhor tão poderoso que ele possui os seres humanos que lhe são fiéis até a morte em todas as ruas do mundo.

Há uma noite em que, por parte dos discípulos, ninguém pode agir (Jo 9.4). Silencia a pregação regular do evangelho e a lei da ação passa integralmente para o lado oposto. As trevas avançam. Nada é capaz de furtar-se ao seu ritmo retumbante. Nessa situação vigora o que diz Ap 13.4-8: “Quem é semelhante à besta? Quem pode pelejar contra ela?... Foi-lhe dado, também, que pelejasse contra os santos e os vencesse. Deu-se-lhe ainda autoridade sobre cada tribo, povo, língua e nação; e adorá-la-ão todos os que habitam sobre a terra.” Não obstante, aqueles cadáveres jazem na rua como prova de um Senhor ainda mais poderoso, de maneira que a besta de fato pode exercer um poder apenas fragmentado e na verdade não é capaz de forçar *todas* as pessoas a se ajoelharem diante dele. É por isso que as testemunhas não somente possuem autoridade extraordinária durante sua vida (v. 5,6), mas também ainda quando morrem. Como ocorreu com seu Senhor, a morte delas não é um ponto final sem cor nem dor, mas precisamente um ponto culminante: Está consumado! Eles foram vitoriosos sobre o próprio Satanás, porque não amaram sua vida em face da morte (Ap 12.11).

Para os que vivem fora da esfera de irrupção das trevas derradeiras, vale Jo 12.35,36. Será que dormem e sonham na luz, ao invés de se levantarem do sono? Quando sobrevierem as trevas, ninguém *poderá* levantar-se. Aqueles “três dias e meio” não são tempo apropriado para o arrependimento e a renovação. Isso terá de acontecer antes. “Enquanto tendes a luz, crede na luz, para que vos torneis filhos da luz”.

- 10** O v. 10, que descreve a festa prematura da vitória, começa e termina com a menção dos **que habitam sobre a terra**. De modo enfático, os acontecimentos se desenrolam em escala mundial. Afinal, as testemunhas também haviam se apresentado sob incumbência e desafio do “Senhor da terra” (v. 4). Também seus flagelos, desencadeados pela resistência contra sua mensagem alegre, atingiram o mundo inteiro (nota 472).

Agora o mundo inteiro respira aliviado. Porque esses dois profetas maltrataram os habitantes da terra. Enquanto eles existiam, sua mensagem estava presente, e enquanto existia essa mensagem, as pessoas percebiam um incômodo sensível, relacionando todos os distúrbios de sua vida com essa única perturbação.

Também Elias foi percebido como um incômodo da sua época: “És tu, ó perturbador de Israel?” (1Rs 18.17). “Já me achaste, inimigo meu?” (1Rs 21.20). Faraó suplicou muitas vezes a Moisés que finalmente parasse (Êx 8.8; 9.28; 10.17). Seus servos exclamam: “Até quando nos será por cilada este homem?” (Êx 10.7).

Por terem se livrado desses importunos, as pessoas **se alegram por causa deles, realizarão festas e enviarão presentes umas às outras**. Quanto ao costume dos presentes de festa, cf. Ne 8.10,12; Et 9.19,22. Partes do assado da festa eram enviados às pessoas como sinal de concórdia. Em decorrência, todos celebram a paz entre si e se abraçam por sobre os cadáveres das testemunhas. A posição anticristã é o meio de unificação de todas as regiões do mundo.

Festejos extraordinários desencadeiam-se sobre os lábios cerrados das testemunhas mortas. Com eles silenciou a boca de Deus, e o mundo finalmente está livre para exercer sua própria vontade. Pode fazer e deixar de fazer o que quer, e seguir sua própria sabedoria (ou tolice) e viver (ou morrer) por força própria. Esse júbilo, porém, é precipitado. Subitamente ele pára e é convertido em choro.

- 11** **Depois dos três dias e meio** este ponto culminante do poder anticristão já passou. Em comparação com os “mil duzentos e sessenta dias” ele de fato representa apenas um “pequeno tempo” (Ap 6.11), por mais demorado e definitivo que possa parecer para as pessoas que o estão suportando. O “terceiro ai”, e com ele a irrupção total da glória de Deus, “chegam rapidamente” (Ap 11.14).

**Espírito de vida, vindo da parte de Deus, neles penetrou, e eles se ergueram sobre os pés.** Essa formulação aparece quase literalmente no grande capítulo da ressurreição do AT, em Ez 37.10. Nos versículos anteriores apresenta-se um campo de cadáveres. Insepultos, os ossos já estão atirados há mais tempo, esqueletos nus, sem pele, carne nem tendões, alvejados e ressequidos pelo calor do dia. O profeta caminha entre essa montanha de ossos. Será que esses esqueletos voltarão a ter vida?

Nesse momento seus ouvidos ouvem um ruído. Sob a palavra da vida de Deus move-se o que está morto, junta-se. Crescem tendões, carne e pele. Depois segue-se, de maneira bem similar a Gn 2.7, o assopro do espírito da vida, e Ezequiel recebe a interpretação: “Filho do homem, estes ossos são toda a casa de Israel” [Ez 37.11].

É, pois, essa poderosa passagem que é trazida à memória, sendo considerada como cumprida na ressurreição da igreja de testemunhas, que na verdade consiste de judeus e gentios. Esta igreja é “toda a casa de Israel” (quanto à formulação, cf. Rm 11.26).

**E àqueles que os viram sobreveio grande medo.** O fato de que agora ocorre duas vezes “eles viram” (v. 11,12 [RC]) em lugar do “contemplaram” no v. 9 pode ser mais que uma troca arbitrária de vocábulo. No primeiro caso eles viram sem compreender o que viam. Não reconheciam, à vista dos cadáveres, que era justamente na morte dessas testemunhas que se revelava o poder do Senhor delas (cf. acima). Concluíram equivocadamente: “as testemunhas estão mortas, logo Cristo está morto, e logo Deus está morto, e nós estamos à vontade”. Agora, vendo as testemunhas vivas, penetra neles o entendimento correto: “Cristo vive, Deus vive, todas as suas palavras estão vivas, e nós estamos perdidos”. Por isso o medo gigantesco, um exato paralelo com Ap 6.16,17.

- 12 Além dos olhos também são exigidos seus ouvidos. “**E eles** [os habitantes da terra] **ouviram uma grande voz do céu, que falou a elas, às duas testemunhas**” [tradução do autor]. A circunstância de que os apavorados habitantes da terra foram capazes de ouvir essa voz resulta da ligação com o versículo precedente. Os habitantes da terra são o sujeito citado por último. É a eles que se refere agora o “ouviram”. Por outro lado, do conteúdo do versículo seguinte conclui-se que a grande voz interpelou as duas testemunhas. Portanto, estão sendo diretamente interpeladas as duas testemunhas ressuscitadas, mas o mundo inteiro escuta as palavras:

**Subi para aqui!** São palavras muito semelhantes a Ap 4.1. Lá, no entanto, trata-se de uma subida profética (cf. o comentário ao texto), aqui, de uma subida messiânica (At 2.34; Jo 6.62; 20.17; Ef 4.8-10). A igreja do Messias sobe como seu Senhor. Assim como ela experimentou anteriormente a comunhão de seus sofrimentos (v. 8), assim experimenta agora o poder de sua ressurreição.

**E subiram ao céu numa (“na”) nuvem.** Não é uma, mas *a* nuvem, a vestimenta gloriosa de Ap 1.7 (cf. comentário correspondente). Tecnicamente ela não é necessária, como tampouco em Ap 1.7 ou Ap 10.1, contudo certamente é necessária para o olhar dos que observam. A nuvem demonstra diante deles a sublimidade daquele a quem envolve. O arrebatado foi esplendidamente justificado. Termina toda a percepção equivocada. Os acusados (v. 10) são transformados em terror dos acusadores.

**E os seus inimigos as contemplaram.** Não está ocorrendo um arrebatamento secreto e imperceptível, mas pelo contrário: o acontecimento se realiza enfaticamente para espectadores. Um mundo hostil e refutado até as bases está olhando, olhando. A presente passagem e a de Ap 1.7 estão estruturadas de modo tão homogêneo que elas precisam ser vistas lado a lado. Na parusia, o mundo contempla duas coisas numa só: a vinda do Crucificado (Ap 1.7) e a subida da igreja da cruz para ser acolhida (Ap 11.12). Essa aproximação recíproca acontece na mesma nuvem gloriosa. Objetivamente o presente versículo coincide com 1Ts 4.16,17. Lá o mesmo evento recebe a designação de “arrebatamento para o encontro com o Senhor”. Cumpre gravar bem essa expressão plena. Em primeiro lugar, está pressuposta igualmente a descida do Senhor (v. 16). Depois acontece o “acolhimento” por parte dele, assim como a Antigüidade o conhecia em visitas de celebridades políticas: no contexto das cerimônias festivas oficiais, seus fiéis servos partem para o lado de fora dos portões da cidade, para saudá-lo ali e retornar a seu lado. Em consonância, o “arrebatamento” da igreja tem de ser conjugado com um “acolhimento” desse tipo. Em lugar algum o NT atesta um arrebatamento sem essa acolhida, no qual os arrebatados desapareceriam secretamente e seu Senhor deixaria o mundo entregue ao seu próprio curso.

- 13 **Naquela hora,** quando as testemunhas “acolheram” seu Senhor, **houve grande terremoto.** Não se deve confundi-lo com os tremores “em vários lugares”, de Mt 24.7 (cf. o exposto sobre Ap 6.12). O sexto selo já relatava o efeito desse último terremoto universal na vinda do Juiz sobre a natureza e o mundo dos seres humanos. Aqui ele está sendo relacionado com a “grande cidade”, a saber, a Babilônia.

**E ruiu a décima parte da cidade.** Que significado poderá ter esse dado na série dos números simbólicos? Os israelitas davam a Deus o dízimo, a fim de reconhecer seu direito sobre o todo. Confirmavam sua suprema soberania, bem como o seu próprio dever de lhe tributar. Essa “grande

cidade”, porém, rejeitou essa reivindicação. Agora Deus a faz valer sob medida judicial. Ele abate um décimo, para realizar a subjugação do todo através desse sinal.

**E morreram, nesse terremoto, sete mil pessoas** (“sete mil nomes das pessoas”). J. A. Bengel e outros haviam deduzido da destruição da décima parte da cidade e da morte dos sete mil que essas pessoas também perfaziam um décimo da população da cidade. Essas especulações esvaziavam o texto. O que a décima parte significava em relação aos bens de Israel, isso os sete mil significavam para o contingente de pessoas em Israel (cf. 1Rs 19.18; Rm 11.4). Por meio dos sete mil Deus apresenta sua reivindicação sobre todos. É essa reivindicação, rejeitada imperdoavelmente, que ele está concretizando agora, punindo a todos nesses sete mil.

**As outras ficaram sobremodo aterrorizadas.** Ao que parece, compreendem corretamente os números simbólicos há pouco explicados, sentindo-se integralmente atingidas pelo juízo de Deus. A justificação das testemunhas diante dos seus olhos (v. 11), bem como esse golpe contra elas mesmas, trazem-lhes à presença Deus de tal forma que, de medo, desaparece neles qualquer blasfêmia.

**E deram glória ao Deus do céu.** O título de Deus utilizado aqui e em Ap 16.11 pode formar um certo contraste com a divinização da terra pelos “habitantes da terra” (cf. o comentário a Ap 3.10), que agora está ruindo. Afinal, pelo terremoto cósmico toda a glória da terra foi tão visivelmente desglorificada que o reconhecimento da glória de Deus não pode mais ser contornada. Ela abriu caminho para si de forma irresistível (Ap 14.6,7; 15.4).

A expressão bem genérica “dar a honra (glória) a Deus” não afirma desde já uma conversão à salvação. O AT traz numerosas subordinações a Deus que não aconteceram de coração. Sobre o monte Carmelo, sob a pressão do sinal divino, Israel deu a honra a Deus. De acordo com 1Rs 18.39 “todo o povo” se prostrou de rosto em terra perante Deus, mas já no capítulo seguinte, em 1Rs 19.18, são apenas sete mil que seguem a Iahweh. Além desse exemplo do tempo de Elias, pode ter servido de base para essa visão também um exemplo do tempo de Moisés. Faraó se submeteu sempre quando era forçado: conforme Êx 14.18, ele reconhece que Iahweh é Deus, e justamente nessa hora dirige-se para a destruição.

Como Ap 7, o trecho de Ap 11.1-13 constitui uma mensagem de consolo em meio aos juízos. Ele mostra a trajetória da igreja como prolongamento da história da salvação do AT, como serviço de testemunha do Crucificado entre todos os povos. Esse serviço acarreta um assemelhar-se com Cristo na morte e na ressurreição, desembocando na incontornável glorificação final de Deus. Muitas outras perguntas, p. ex., a da salvação ou perdição particular de todas as pessoas individualmente, não são respondidas aqui, porque não são abordadas.

## 8. O anúncio do terceiro ai e o sétimo toque de trombeta, 11.14-19

<sup>14</sup> **Passou o segundo ai. Eis que, sem demora, vem o terceiro ai.**

<sup>15</sup> **O sétimo anjo tocou a trombeta, e houve no céu grandes vozes, dizendo: O reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do seu Cristo (“Ungido”), e ele reinará pelos séculos dos séculos.**

<sup>16</sup> **E os vinte e quatro anciãos que se encontram sentados no seu trono, diante de Deus, prostraram-se sobre o seu rosto e adoraram a Deus,**

<sup>17</sup> **dizendo: Graças te damos, Senhor Deus, Todo-Poderoso, que és e que eras, porque assumiste o teu grande poder e passaste a reinar.**

<sup>18</sup> **Na verdade, as nações se enfureceram; chegou, porém, a tua ira, e o tempo determinado para serem julgados os mortos, para se dar o galardão aos teus servos, os profetas, aos santos e aos que temem o teu nome, tanto aos pequenos como aos grandes, e para destruíres os que destroem a terra.**

<sup>19</sup> **Abriu-se, então, o santuário de Deus, que se acha no céu, e foi vista a arca da Aliança no seu santuário, e sobrevieram relâmpagos, vozes, trovões, terremoto e grande saraivada.**

**14** Nesse ponto chega ao fim a peça interposta a partir de Ap 10.1. O v. 19 leva novamente de volta à série dos sete toques de trombeta, cujos três últimos são contados a partir de Ap 8.13 como os três ais. **Passou o segundo ai. Eis que, sem demora, vem o terceiro ai.** O terceiro ai ou a sétima trombeta, como o sétimo selo, faz com que seja esperada a vinda do Senhor em poder e glória. Em

Ap 10.7 o anjo também o havia anunciado expressamente que o sétimo toque de trombeta traz consigo a consumação dos planos históricos de Deus e seu império único definitivo.

- 15 O sétimo anjo tocou a trombeta, e houve no céu grandes vozes.** Enquanto a visão da sétima abertura de selo abordou o fim com extraordinária reserva e, além disso, apenas no seu lado obscuro (cf. o comentário a Ap 8.1), na visão atual os acontecimentos se clareiam de forma crescente. A reserva, porém, ainda permanece em vigor. Nem mesmo aqui João está *vendo* o evento propriamente dito, que revoluciona tudo. Porém podemos inferi-lo a partir do eco que repercute aqui.

**Dizendo: O reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do seu Cristo** (“E disseram: Realizou-se o reino do mundo de nosso Senhor e de seu Ungido” [tradução do autor]). No centro daquilo que se realizou está um reino. Ele é definido com maior exatidão como o reino do mundo. Em Mt 4.8 o diabo oferece os “reinos do mundo”. Em Ap 17.18 a “prostituta Babilônia” detém o domínio “sobre os reis da terra”. Aqui, no entanto, aconteceu algo que passou esse domínio sobre o mundo às mãos de Deus e de Cristo. Não pode tratar-se de um evento interno da história, mas unicamente da submissão definitiva dos detentores anteriores pela vinda de Cristo para o juízo.

A constatação de que a formulação se assemelha ao Sl 2 confere certeza à interpretação acima. Então, o horizonte é esse: reis e povos se rebelam contra a instalação do Ungido de Deus no reino mundial, mas Deus não cede. Sua determinação é, a qualquer custo, dar a seu Ungido “as nações por herança e as extremidades da terra por possessão” (Sl 2.8). Na verdade o Sl 2 não contém mais o desfecho desse conflito, mas somente ainda o ultimato de Deus a seus oponentes: submissão voluntária ou destruição, bem-aventurança ou ameaça de juízo. Em seguida pode-se presumir um certo período de reflexão. Na presente visão, contudo, ele já está esgotado, também a luta decisiva ficou para trás, e o domínio do mundo não se encontra mais apenas de direito, mas também de fato nas mãos de Cristo.

## EXCURSO 8

### A soberania de Deus como tema do Apocalipse

De acordo com a estatística do vocábulo, o Ap não fala do reino de Deus com uma frequência impactante. Não obstante, como nenhum outro livro do NT, o Ap traz o assunto em foto ampliada. As passagens principais são os três cânticos de louvor de Ap 11.15-17; 12.10 e 19.6.

a. Pela própria forma essas três passagens conservam uma relação estreita com o AT, que prefere nitidamente a afirmação viva, verbal: “Deus é Rei, será Rei, tornou-se Rei”. A formação abstrata “domínio real, reino de Deus” impôs-se somente mais tarde, no judaísmo e depois na primeira igreja. O Ap, portanto, retoma a raiz dessa esperança. Há dois traços básicos que a caracterizam:

b. “Deus é Rei” jamais tem um sentido diferente de que ele é *grande* Rei. Deus não se insere, p. ex., na série de príncipes citadinos locais ou nacionais. Pelo contrário, eles são os vice-reis de Deus, o “Rei dos reis e Senhor dos senhores” da terra inteira (cf. Ap 1.5; 17.14; 19.16). Essa sua soberania universal é pressuposta justamente no Sinai, onde ele escolhe para si um povo único: “Toda a terra é minha” (Êx 19.5). Israel se diferencia dos demais povos não pela relação que o torna propriedade de Deus, mas tão somente pela sua função de sacerdote. É esse senhorio universal de seu Deus que o Israel do NT também tem de manter constantemente diante dos olhos. Jamais somente os que crêm estão em jogo sob esse Deus. Ele não olha calorosamente para a igreja e gelidamente para o resto da humanidade, para realidades de injustiça, para a sedução, opressão, fome e morte. Da constatação de que Deus é Rei sempre fazem parte também a ruptura para o abrangente, a referência à humanidade toda.

c. Em segundo lugar os profetas mantiveram viva a consciência de que esse ser Rei da parte de Deus em sentido pleno é algo que ainda está por vir. “Venha o teu reino!” Portanto, não deve ser confundido com o governo geral de Deus sobre o mundo no presente. Tão certo como permanece que em nenhum momento, nem mesmo no tempo mais escuro, Deus abdicou, de sorte que seu trono estivesse vazio, tão certo é que *uma coisa* ainda precisa chegar: sua glorificação sobre o trono. Esse é o problema básico da atualidade: que o Senhor de todos os senhores não está sendo glorificado, e que os não-senhores ou sub-senhores estão sendo glorificados, ou seja: a prostração está no lugar errado. A não-glorificação de Deus na verdade não abala o seu senhorio (Sl 2.4), mas ele demanda uma resposta à sua soberania. Também sua igreja sofre diante do fato de que o Senhor e sua glorificação



estão dissociados, duas grandezas que na verdade formam um conjunto. A cisão inicial traz consigo todas as cisões posteriores na criação, a saber, entre homem e mulher, pais e filhos, povo e povo, Leste e Oeste, Norte e Sul, ser humano e natureza. Por isso, nada poderá ser sarado se essa separação inicial não for solucionada e Deus não receber a sua honra. Uma humanidade, que de uma só voz louva a Deus (Rm 15.6), será uma humanidade reconciliada, sã, livre, justa e alegre. Por isso, em duas das três passagens principais a respeito de que Deus se torna Rei (cap. 11,19), esse acontecimento está ligado à queda da Babilônia, pois a Babilônia é a grande sedutora para que não se glorifique a Deus e se adore a besta.

d. Em contrapartida, Ap 12.10 fala em tom quase idêntico de que Deus assume o senhorio, mas, estranhamente, como se fosse um acontecimento *antes* do fim da história, ainda no meio de seu transcurso. Será que Deus teve de vencer duas vezes e será que ele se tornou Rei duas vezes, uma vez na queda do acusador por causa da Ascensão de Cristo e uma segunda vez na destruição da Babilônia?

O Ap fala com máxima consequência apenas de uma única luta e vitória reais de Deus e Cristo. Esse momento é representado pela Sexta-Feira da Paixão, ou seja, uma data que o mundo já tem atrás de si e que é celebrada em Ap 12.10. Nos demais eventos dramáticos que preenchem os capítulos desse livro a *própria* vitória nunca está em jogo, mas sempre a posição *a favor* ou *contra* essa vitória já consumada (cf. EXCURSO 1f). A vitória de Deus e de seu Ungido tem de ser defendida e implantada, como no Sl 2, contra ataques furiosos. Por fim ela poderá ser festejada uma segunda vez, definitiva, mas não terá de ser mais conquistada. É disso que falam os dois cânticos de louvor dos cap. 11,19.

Portanto, a seguinte mensagem do reino está contida no NT, formulada de modo especial no Ap: a solução final da história aconteceu já um bom tempo antes do seu fim. No meio de todos os acontecimentos houve um evento central extraordinário, pelo qual Deus se tornou Rei, recebendo num certo sentido a glorificação plena da parte da humanidade. O ser humano Jesus sacrificou-se a Deus em lugar de todos. Dessa forma Deus obteve, na raiz, uma glorificação plenamente satisfatória, e o mundo obteve sua salvação. Sem dúvida, a configuração plena e ampla da salvação ainda não chegou, mas certamente já chegou o centro da restauração. Desde então, pessoas de todos os povos, tribos, nações e línguas estão glorificando o Rei dos reis e Senhor dos senhores em torno do Cordeiro, e isso como uma profecia de que serão muito mais (cf. o comentário a Ap 5.8-14).

\* \* \* \*

A condição de Deus e de seu Ungido como Reis dura **pelos séculos dos séculos**. Já pelo conteúdo, o significado dessa expressão somente pode ser a infinitude. Cf. nota 133 e EXCURSO 19.

- 16 Depois da proclamação da soberania de Deus segue-se – em interpelação direta – a aclamação. Quem fala são os anciãos-anjos de Ap 4.4. Lá eles enalteciam a criação de Deus, em Ap 5.8, sua redenção, e agora glorificam os seus juízos. Desse modo acompanham com seus cânticos a ação gloriosa de Deus. **E os vinte e quatro anciãos que se encontram sentados no seu trono, diante de Deus, prostraram-se sobre o seu rosto e adoraram a Deus.** Sua prostração está sendo descrita com toda a sua cerimônia solene, como apenas ainda em Ap 7.11, onde também se enaltece a vitória final. Eles se curvam até que sua testa toque o chão: rendição infinita!
- 17 Em contraposição ao júbilo prematuro de vitória de Ap 11.10 ressoa agora: **Graças te damos, Senhor Deus, Todo-Poderoso.** O último título nesse local confirma o que dissemos na nota 137. **Que és e que eras** (cf. o comentário a Ap 1.4). Significativamente falta o terceiro elemento: “e que virás”. Agora cabe agradecer-lhe que ele *veio* com seu poder. O olhar retrospectivo, em sentido causal, com o verbo no pretérito perfeito (como em Ap 5.7; 8.5): **porque assumiste o teu grande poder.** Desde que a terra existe, Deus está exercendo poder (EXCURSO 8c), mas ele se deteve por muito tempo em relação a esse seu grande poder. “Por que serias como homem surpreendido (“desanimado”), como valente que não pode salvar?” Esse lamento de Jr 14.9 perdurou por séculos. Agora o longo período de protelação finalmente acabou. Deus realizou o julgamento (v. 18).
- No estilo da poesia hebraica segue-se uma formulação de conteúdo paralelo: **e passaste a reinar** (quanto à tradução, cf. nota 502). Portanto, é por isso que se “dá graças”, sendo que se deve pensar

no sentido de veneração (cf. o exposto sobre Ap 4.9), não no agradecimento por um benefício pessoal. No presente louvor não falam pessoas redimidas, e sim anjos.

- 18** O v. 18 começa com uma retomada da rebelião dos povos contra a instituição do Messias no senhorio supremo. **Na verdade, as nações se enfureceram.** Dessa forma se sintetiza o que o Sl 2.1-3 ilustra da seguinte forma, conforme a tradução vigorosa de Martin Buber: “Para que as tribos do mundo se rebelam, e as nações resmungam no vazio! Reis da terra se apresentam, em conjunto reclamam os nobres contra ele, contra o Ungido: Rompamos suas amarras, soltemos de nós as suas cordas!” Era essa a resposta dos povos ao evangelho da ascensão ao poder por parte do Jesus crucificado e ressuscitado. “Não queremos que esse reine sobre nós!” Não esse, mas Barrabás! A ira contra a mensagem, porém, torna-se concreta na ira contra os mensageiros (Ap 12.12,17; 14.8; 19.2). Foi assim que outrora “vociferou” também Saulo com ameaças e morticínios contra os discípulos do Senhor” (At 9.1). De fato perseguia ao Senhor na pessoa deles (At 9.4).

A essa fúria dos povos responde a ira de Deus. **Chegou, porém, a tua ira.** O AT fala algumas centenas de vezes da ira de Deus (p. ex., novamente no Sl 2.5,11,12). Ausência de ira faz parte do conceito grego de Deus, não do bíblico (cf. EXCURSO 13a). Um Deus sem ira seria um Deus sem amor, pois sua ira na verdade é amor ferido. Depois de muitas formas preliminares de sua ira acontece agora a forma derradeira, que derrota a fúria dos povos contra o evangelho.

No intuito de aprofundar a linha do pensamento, segue-se novamente uma formulação paralela. Chegou também o tempo **determinado para serem julgados os mortos.** Por meio do texto somos realmente transportados para o momento da ressurreição dos mortos. As visões das trombetas levam, pois, ao fim extremo da história. Contudo, abre-se uma saída positiva e uma negativa.

**Para se dar o galardão aos teus servos, os profetas.** Os servos fiéis ouvem o sim pleno de seu amor, o que obviamente não tem nada a ver com uma premiação por mérito de obras. O círculo de destinatários é delineado com duas formulações de três elementos cada. A primeira série começa com duas expressões que já aparecem muitas vezes coligadas no AT: teus servos, os profetas. Na explicação de Ap 1.1 mostrou-se que, na perspectiva peculiar do Ap, os que crêem em Cristo formam uma comunidade de profetas. Entrementes o trecho Ap 11.3-13 o confirmou de maneira impactante. Se esses servos são profetas em vista de seu serviço, são **santos** em vista de seu vínculo mais íntimo. Esses santos de forma alguma devem ser imaginados como um segundo grupo ao lado das pessoas antes referidas. Pelo contrário, nessa passagem, quando se trata do prêmio dado por Deus, os **servos** são duas vezes definidos mais de perto, a saber, segundo o seu serviço e segundo a sua natureza.

Mais uma vez ressoa uma designação duplamente completada dos premiados, como também hoje numa distribuição de prêmios se identifica claramente os contemplados, acumulando-se solenemente designações honrosas. Eles também são aqueles **que temem o teu nome, tanto aos pequenos como aos grandes.** No judaísmo tardio os não-judeus que compareciam aos cultos judaicos, sem passarem formalmente para essa religião – p. ex., pela circuncisão – eram chamados de tementes a Deus. Esse uso terminológico, porém, ainda não aparece no AT. Ali são honrados como os tementes a Deus justamente os israelitas devotos, que permanecem fiéis nos tempos de apostasia. O Ap transcende o uso lingüístico de seu tempo e retoma o uso do AT. Conforme Ap 19.5 os que temem o nome de Deus são exatamente os servos de Deus, não realmente uma classe inferior de cristãos. Eles também coincidem com **os pequenos e os grandes.** Essa “fórmula da totalidade” (de Wette) anula todas as classificações. Deus não passa por cima de nenhum de seus fiéis.

Por meio de uma expressão muito sucinta também se faz referência ao reverso da ressurreição dos mortos. Também é hora de destruir **os que destroem a terra.** Em Ap 19.2 eles recebem o nome coletivo “Babilônia”. A Babilônia deteriora a terra por meio de idolatria universal. Já em Gn 6.11,12 diz-se: “A terra estava corrompida à vista de Deus e cheia de violência”. A expressão “corromper”, “destruir” está apontando para uma espécie de ofensa e profanação do templo (cf. 1Co 3.17). A terra foi criada como templo de Deus, no qual Deus deveria ser louvado. Mas ela foi deturpada em sua finalidade e transformada de casa de oração em covil de ladrões. Este período de Noé retorna no fim dos tempos: “Assim como foi nos dias de Noé, será também nos dias do Filho do Homem” (Lc 17.26). Essa deterioração não exclui a destruição material. A Babilônia traz consigo um pouco de ouro e de lantejoulas e depois muitos destroços, fumaça e desolação (cap. 18). Sucessos iniciais submergem em guerras, fome, morte e pestes (Ap 6.1-8).

A punição corresponde à culpa, sim a culpa torna-se punição, ao inverter-se e recair sobre a cabeça do causador. Destruidores são destruídos, o mal não faz bem. Seria terrível se fosse diferente.

Mas não é diferente. Por isso os louvores elevam-se no Ap. Isso não tem absolutamente nada a ver com sentimentos de satisfação vingativa e com alegria malévola (cf. o comentário a Ap 6.10).

- 19** O tom de alegria santa também se prolonga pela visão conclusiva no v. 19. **Abriu-se, então, o santuário de Deus, que se acha no céu.** Essas palavras introdutórias ganham sonoridade diante do fundo de Ap 9.2: “abriu o poço (‘a garganta’) do abismo”. Assim como lá se expande o domínio dos demônios sobre a terra, assim se expande aqui o reinado de Deus. Em decorrência, a visão sem palavras prega o mesmo que a proclamação e a aclamação nos v. 15-18 tornaram audível: o reino de Deus se manifesta!

O mesmo é confirmado pela continuação: **e foi vista a arca da Aliança no seu santuário.** Contemplar a arca desencadeava em Israel um consolo inestimável. “Levantando os olhos, viram a arca; e, vendo-a, se alegraram” (1Sm 6.13,19). “Vindo a arca da Aliança do Senhor ao arraial, rompeu todo o Israel em grandes brados, e ressoou a terra” (1Sm 4.5). “Assim, Davi, com todo o Israel, fez subir a arca do Senhor, com júbilo e ao som de trombetas” (2Sm 6.15). Em que se baseava esse efeito?

A **arca** de madeira de acácia, na verdade uma “caixa”, encontrava-se, rodeada de querubins, no Santíssimo do tabernáculo ou posteriormente do Templo. No AT ela tinha inicialmente a função de uma espécie de trono de Deus. Iahweh está entronizado acima dos querubins da arca, como se informa em 1Sm 4.4; 2Rs 19.15; etc. Ela simbolizava sua presença pessoal entre o seu povo, enfatizando sua plenitude de poder, como Senhor “dos exércitos”, que derruba seus inimigos. Esse título de Deus também apareceu em nosso contexto, a saber, no v. 17, em grego: “Graças te damos, Senhor, Deus, Todo-Poderoso!” Nesse aspecto torna-se mais uma vez evidente como a presente visão está estreitamente ligada àquela audição.

Com essa função da arca estava relacionada uma segunda: como na Antigüidade contratos e documentos costumavam ser depositados em tronos, a arca servia para guardar as tábuas da lei no tabernáculo (Êx 25.16,21; 40.18,20). Em vista disso ela era chamada de “arca da aliança”, porque “aliança” podia ser praticamente uma palavra substituta para os Dez Mandamentos (p. ex., na terminologia do Dt). Eles vigoravam como importante sinal da aliança.

Assim a arca tornou-se em Israel ponto de fixação de pensamentos bem específicos, a saber, a idéia da plenitude do poder de Deus e de sua vontade soberana. Foi por isso que o desaparecimento dessa arca por ocasião da destruição do Templo no ano 587 a.C. acarretou um sofrimento extraordinário. Sob essas circunstâncias, também se podia imaginar que impacto a revelação da arca nesse momento devia causar em João. Ela o transfere para o tempo em que o sofrimento pela ocultação de Deus finalmente está superado e Deus impõe a sua divindade.

**E sobrevieram relâmpagos, vozes, trovões, terremoto e grande saraivada.** Essas manifestações colaterais demarcam repetidamente as grandes revelações de Deus no AT. Elas também lembram Ap 8.5b (cf. detalhes correspondentes), com o que se completa o ciclo das visões das trombetas.

## VII. PRIMEIRO APÊNDICE ÀS VISÕES DAS TROMBETAS O DRAGÃO E SUA LUTA 12.1–13.18

Ao chamarmos esses dois capítulos de “apêndice”, de forma alguma queremos que seu peso no contexto do livro seja subestimado. Visto de forma objetiva, o cap. 13 até mesmo constitui o capítulo axial do Ap. Depois que Deus, o Cordeiro e sua igreja foram cabalmente apresentados nos capítulos já comentados e que o adversário foi descrito no cap. 12, finalmente torna-se possível, no cap. 13, ir a fundo na apreciação do conflito entre os dois lados. Os pontos culminantes, de extraordinária tensão, desde já se evidenciam pela freqüente forma verbal no presente, usada na narração, bem como pelas alvoroçadas e alvoroçadoras interjeições e palavras de exortação. O conteúdo do cap. 13 tampouco é posteriormente esquecido até o final do livro, o que é comprovado pelas incansáveis retomadas do seu tema (cf. vol I q1 2).

O estreito vínculo formal desse trecho com os temas anteriores é demonstrado por numerosos tópicos de pensamento que o texto retoma. A besta, surgida tão repentinamente em Ap 11.7, é apresentada agora em formato ampliado (Ap 13.1-18). O texto volta a referir explicitamente os “mil

duzentos e sessenta dias” e “quarenta e dois meses” do cap. 11. É sobretudo uma profusão de traços individuais que aponta para um fundo referente a Moisés, que já foi trazido à memória dos leitores por intermédio do prefácio às visões das trombetas (EXCURSO 5b).

De acordo com o presente trecho, o dragão realiza três lutas, contra Deus e seu Messias (Ap 12.1-6), contra Miguel (Ap 12.7-12) e contra a mulher (Ap 12.13-17a). Nessa última luta, a besta torna-se seu instrumento especial (Ap 12.17b-13.18).

### 1. A tentativa do dragão de aniquilar Deus e seu Messias, 12.1-6

- <sup>1</sup> Viu-se grande sinal no céu, a saber, uma mulher vestida do sol com a lua debaixo dos pés e uma coroa de doze estrelas na cabeça,
- <sup>2</sup> que, achando-se grávida, grita com as dores de parto, sofrendo tormentos para dar à luz.
- <sup>3</sup> Viu-se, também, outro sinal no céu, e eis um dragão, grande, vermelho, com sete cabeças, dez chifres e, nas cabeças, sete diademas.
- <sup>4</sup> A sua cauda arrastava a terça parte das estrelas do céu, as quais lançou para a terra; e o dragão se deteve em frente da mulher que estava para dar à luz, a fim de lhe devorar o filho quando nascesse.
- <sup>5</sup> Nasceu-lhe, pois, um filho varão, que há de reger todas as nações com cetro de ferro. E o seu filho foi arrebatado para Deus até ao seu trono.
- <sup>6</sup> A mulher, porém, fugiu para o deserto, onde lhe havia Deus preparado lugar para que nele a sustentem durante mil duzentos e sessenta dias.

- 1 **Viu-se grande sinal no céu.** Um sinal não é absolutamente o próprio objeto, mas sempre nada mais que uma indicação dele. Contudo, ao contrário de muitos sinais do Ap, esse é **grande** em importância e aparece no céu. No v. 3 ele será contraposto a um segundo grande sinal celeste, embora fundamentalmente diferente.

Difícilmente podemos nos esquivar do paralelo com os dois sinais em Is 7.11, embora os de lá tenham procedência oposta, a saber, das alturas e das profundezas. Resta, pois, apenas uma ligação solta e fortuita. Costuma-se mencionar também com frequência os “sinais dos céus” de Jr 10.2, uma expressão que ali, porém, refere-se a corpos celestes. Em Lc 11.16 (e paralelos) os judeus demandam um “sinal do céu”. Entretanto, de acordo com o uso idiomático na época, “sinal” é uma palavra substituta para “ação miraculosa”, a qual deveria acontecer “do céu”, ou seja, por meio de Deus. No presente texto sinal tem o significado de “figura simbólica”. Também o “sinal do Filho do Homem”, de Mt 24.30, que ele próprio representa, não se enquadra tecnicamente no presente texto.

Portanto, João viu esse sinal **no** (“dentro do”) **céu**. Apesar disso, a mulher vista por ele nitidamente dá à luz sobre a terra, porque seu Filho é arrebatado ao céu. É ali que mais tarde o dragão lançado à terra a persegue e que ela é socorrida pela terra (v. 16), abrigada pelo deserto (v. 6). Para onde, então, João está olhando? Acaso eleva ou inclina o olhar? Primeiramente deve-se observar que João no presente capítulo, ainda que de resto declare a cada momento: “e eu vi”, procede de maneira reservada com a afirmação daquilo que vê. Nos v. 1,3 consta simplesmente: “viu-se um sinal”. A circunstância de que os dois sinais apareceram “dentro do céu” pode significar que ele vislumbra as grandezas simbolizadas não conforme seu aspecto intrínseco histórico, mas numa visão da sua essência, assim como estão somente diante dos olhos de Deus e como devem ser comunicados à igreja. Apesar disso, João está ciente, a cada instante, de que essas duas grandezas sem dúvida alguma se concretizam e efetivam no âmbito da história terrena. Conseqüentemente, ele está vendo algo no céu – outro dado não consta no texto – porém entende que se refere à terra e à história, descrevendo a visão dentro dessa compreensão. Portanto, ele entende que o que viu tem caráter de sinal.

O grande sinal dentro do céu consiste de uma mulher. Na Antigüidade era costume geral retratar cidades como elegantes personagens femininos. Muitas vezes elas ostentavam a coroa murada, que fazia lembrar a muralha da cidade e na qual cada gema representava uma torre de defesa. Também essa mulher trazia uma coroa com doze pedras que brilhavam como estrelas. Desta maneira era possível dirigir-se de forma pessoal a uma cidade ou a um reino, como se fosse uma mulher abatida, uma mãe, uma filha ou virgem, ou também como a uma prostituta. A figura da “mãe” era aplicada em relação aos diversos moradores da terra ou também diante das cidades filiais, às quais tinha “dado

à luz”. O uso terminológico é bem conhecido dos leitores da Bíblia. Em Lc 19.44 Jesus interpela Jerusalém como “tu e teus filhos”. A prostituta Babilônia é, p. ex., a mãe de muitas outras prostitutas (Ap 17.5).

Essa mulher é a mãe do Messias (v. 5) e de outra grande descendência (v. 17), a saber, os que crêem em Cristo. Por causa desse último aspecto de forma alguma trata-se de Maria, como ensinava a exegese católica, que nesse texto venerava Maria como rainha do céu, promovendo sua ilustração em inúmeros quadros. Será que devemos pensar na igreja do NT? “A mulher é a igreja. Ela deveria dar Cristo ao mundo através de seu testemunho.” Contudo, conforme Ap 11.3, o tempo do testemunho começa somente com os “mil duzentos e sessenta dias”, uma época que segundo Ap 12.6 principia somente *depois* do nascimento e exaltação do Messias. Por causa da vinculação dos “mil duzentos e sessenta dias” ao período da exaltação do Cristo até sua volta em glória também se descarta a interpretação de que a mulher seria um povo judaico convertido no final desse período.

Resta unicamente uma explicação: a mulher nos v. 1,2 é a Jerusalém que espera pelo Messias, no sentido do povo de Deus do AT. Com frequência lemos a respeito de suas “dores de parto” (Is 26.17,18; 66.7,8; Jr 4.31; Mq 4.9,10; 5.3; etc.). O judaísmo falava das “dores de parto do Messias”. Simultaneamente transcorre uma linha de sentido profundo até Eva em Gn 3.15. Os conceitos combinados “mulher – serpente – inimizade de morte – semente” tanto lá como aqui não podem passar despercebidos. Afinal, aqui está sendo dado à luz “aquele” (em Gn 3.15 aparece o singular!) que esmaga a cabeça da serpente, ou seja, que vence a Satanás. Como esse Messias é nascido de Israel, Eva e Israel convergem nessa ilustração. Israel é, portanto, a mãe do Messias, e, conseqüentemente, também a mãe de todos os fiéis (de acordo com o v. 17).

Essa mulher é ornada através de seu marido (Iahweh; cf. Is 61.10; Ap 19.7; 21.2). João a vê em esplendor divino, rodeada de tudo o que o céu tem a oferecer de luz. De modo semelhante é vista a amada em Ct 6.10: **vestida do sol**, o símbolo cósmico da glória luminosa de Deus. A característica solar também faz parte do aspecto de Cristo (Ap 1.16; também Ap 10.1). Em decorrência, a mulher está rodeada do brilho da majestade de Deus e de Cristo. E **a lua debaixo dos pés**. Ao contrário do sol, os antigos relacionavam esse satélite terrestre mais intensamente com a terra, em vista de sua proximidade maior do planeta, de suas forças telúricas que movem a natureza e de suas influências vigorosas sobre nossa vida orgânica. Talvez nessa vida a glória da criatura se contraponha à glória dos céus. Também a glória da criatura é devida a essa mãe do Messias. Sobre sua cabeça ela traz **uma coroa de doze estrelas**. Acaso ela devia apontar para os doze patriarcas de Israel, em consonância com Gn 37.9? Nesse caso se somaria à majestade dos céus e da terra também a da história da salvação.

- 2 Subitamente tudo se converte numa imagem de miséria. No aspecto terreno na verdade não havia glória no povo que trazia o Cristo, mas gemidos inexprimíveis, decepções, escárnio, opressão, aflição e desespero. A figura sofredora de Israel refletia-se muitas vezes de modo comovente em seus profetas, p. ex., em Jeremias. “Quem traz Cristo no coração, também traz uma cruz nas costas.” João vê, agora, a condição deplorável de um personagem indefeso ao extremo. **Achando-se grávida, grita com as dores de parto, sofrendo tormentos para dar à luz.**
- 3 Nesse instante **viu-se, também, outro sinal no** (“dentro do”) **céu**. Nenhum exegeta manifesta dúvidas de que aqui está sendo visto a imagem original de Satanás (cf. pormenores no comentário ao v. 9). De acordo com Ap 13.2 (cf. Ap 2.13) ele é detentor de um trono, a saber, detentor do trono oposto ao trono de Deus.

Olhos arregalados pelo pavor percebem primeiramente sua cor: **e eis um dragão, grande, vermelho**. É a cor da fúria e da cólera. “Cheio de grande cólera”, descreve-se sua natureza no v. 12. Assassino, sanguinário, cruel, prenhe de desgraça e causando pavor, ele alonga sua figura (cf. também o exposto sobre Ap 6.4). Depois sua voracidade: ele tinha **sete cabeças**. Remete ao monstro em Dn 7.7: “e devorava ao seu redor”. E sua abundância de força: **dez chifres**. Este aspecto é novamente de Dn 7.7; também retorna em Ap 13.1; 17.3,7. O número dez denota totalidade do poder político. Esse dragão é o “príncipe deste mundo” (Jo 12.31 [RC]; 14.30; 16.11). É com isso que está relacionada a sua majestade: **e, nas cabeças, sete diademas**. Diademas haviam se tornado conhecidos como sinais de autenticação dos grandes reis persas. É importante que o dragão seja visto aqui com sua dignidade. Desta maneira, ele precisa encarar o Messias, o outro portador de um diadema (Ap 19.12), como rival.

- 4 O poder trabalha de mãos dadas com os meios da mentira e traição. Por isso reaparece aqui (Ap 9.10,19!) a arma da cauda. **A sua cauda arrastava a terça parte das estrelas do céu, as quais lançou para a terra.** Ele se desmascara como hostil ao céu e a Deus. Golpeia a ordem instituída por Deus e visa o caos sem luz. O dragão é contrário aos luzeiros e contrário à luz, igualmente contra o Messias como a “luz do mundo”.

O que já pôde ser depreendido da descrição da natureza do dragão empurra agora para a ação: **e o dragão se deteve** (“havia se erguido”) – na Antigüidade se imaginava que o dragão conservasse uma postura ereta – **em frente da mulher que estava para dar à luz.** Planta-se muito próximo da indefesa, que se contorce e dá à luz. Um quadro de extrema brutalidade. Contudo, também torna-se claro que seu verdadeiro alvo não é a mulher, mas sim o filho: **a fim de lhe devorar o filho quando nascesse.**

Quando a igreja sofre aflições, jamais é a igreja em si que está em jogo, jamais necessariamente a religião, a fé em Deus, orações e atos litúrgicos. O dragão, o príncipe desse mundo, consegue conviver com tudo isso. Ele sempre visa atingir o Cristo na igreja. É por isso que Cristo interpela Saulo, que persegue a igreja, com: “Por que me persegues *a mim?*” [At 9.4]. Ou seja, a luta é pelo Cristo na igreja e, em decorrência, pelo testemunho desse Cristo, pelo apego ao seu nome e pela fidelidade a ele (Ap 2.13). Somente pelo testemunho persistente de Cristo é que o dragão será vencido (Ap 12.11). A atividade religiosa de qualquer sorte não atinge as questões de poder. No entanto, quando Jesus de Nazaré aparece como o verdadeiro portador do diadema (cf. o exposto sobre o v. 3) e como o príncipe legítimo desse mundo, o velho príncipe desse mundo se empina (cf. o comentário a Ap 1.4). Ele sente que tem de abdicar. Toda Jerusalém estremeceu com Herodes quando as pessoas souberam do novo rei que nascera (Mt 2.3). Em contraposição, Herodes não tinha problemas com os judeus escribas e saturados de Bíblia, mas que não reverenciavam a Jesus (Mt 2.4,5).

- 5 O v. 5 apresenta o nascimento do Filho, não deixando dúvidas de que, nesse caso, se trata do Messias. **Nasceu-lhe, pois, um filho varão.** A duplicidade de formulação corresponde novamente ao sentimento poético hebraico. “Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu”, lê-se, p. ex., em Is 9.6. Afinal, na Antigüidade, a constatação do sexo, sobretudo quando a criança nascida era destinada ao trono, era muito mais importante que hoje, num parto. Aqui é acrescentada a designação “para governar o mundo”, com palavras do Sl 2: **que há de reger todas as nações com cetro de ferro.** Esse trecho do Sl 2, que dificilmente era interpretado de forma não messiânica pelo judeu, já foi relacionado com Jesus Cristo em Ap 2.27 (cf. ali a explicação de detalhes). De maneira muito decisiva isso acontece uma terceira vez em Ap 19.15. Deste modo, não deveria mais haver discordância quanto à interpretação de que o Filho é o Messias.

Este Ungido é o braço forte de Deus, com o qual Deus confirmará sua divindade nesse mundo. É por isso que o inimigo original de Deus, o dragão, precisa entrar em campo contra ele. Tudo o que é antidivino também é anticristão e vice-versa. Em decorrência, o Messias nasce para dentro da esfera de ódio e poder de Satanás, mas **o seu filho foi arrebatado para Deus.** “Está chegando aquele que manda neste mundo. Ele não tem poder sobre mim”, diz Jesus em Jo 14.30 (BLH), pois *ele* deve ser rei por direito divino. Ao chocar-se com o Crucificado, Satanás colide com Deus, que quebra o seu poder (1Jo 3.8).

Enquanto esse arrebatamento se apresenta exteriormente como salvamento bem-sucedido diante do poder do dragão, ele possui também um conteúdo que vai além. Significa ao mesmo tempo exaltação para o seu trono. Ou seja, não houve uma fuga para o transcendente, renunciando ao cosmos e abandonando todas as posições em favor do dragão, mas justamente a tomada de posse à direita de Deus para governar o mundo!

Na Bíblia o arrebatamento também é sempre uma exaltação (cf. o que já foi dito sobre Ap 11.12), e a exaltação sempre deve despertar em nós a figura de uma justificação nos moldes de um processo judicial. Os réus permaneciam deitados no chão, mas a pessoa declarada inocente era erguida e colocada de pé. O exaltado tem razão! Os primeiros cristãos não hesitaram em crer e confessar o fato meramente exterior da elevação de Jesus na cruz como sendo sua verdadeira exaltação, ou pelo menos o seu começo. Assim como hoje o vencedor de uma competição esportiva é erguido e aparece acima das cabeças dos demais, para receber emocionados aplausos, assim a igreja prega Cristo como o vencedor justamente em vista de sua crucificação, investido poderosamente como Senhor de todos



os senhores. Ele morre por amor a nós, mas ele morre levantado, ou seja, justificado e aceito. Por isso, seu amor venceu, destituiu Satanás do poder.

A exaltação de Cristo é consumada na Páscoa e Ascensão. Novamente a fé se defende contra a aparência externa, como se Jesus tivesse de se retirar de campo como culpado e sumir. É verdade que esta é a visão dos descrentes, e “o mundo se alegra” (Jo 16.20). Porém discípulos de Jesus não devem estar cheios de tristeza por causa de sua ausência (Ap 16.6,20). Na “verdade” (Jo 16.7), seu arrebatamento e conseqüente desaparecimento desse mundo constituem seu triunfo na disputa judicial com Satanás. “Se me amásseis, alegrar-vos-íeis de que eu vá”, diz o Senhor (Jo 14.28).

Depois dessa interpretação do v. 5 não mais nos envolvemos na discussão em torno do motivo por que as três décadas de vida de Jesus teriam sido tratadas nesse versículo com tamanha brevidade, deixando de lado episódios tão importantes como a Semana da Paixão. A própria questão está mal colocada. João não apresenta uma história breve ou brevíssima de Jesus, mas enxerga seu sentido de modo significativo.

A característica dessa leitura da história de Cristo é a atividade apenas futura do Messias: “ele *há de* apascentar todas as nações”. No mais ele é passivo: ele é ansiosamente esperado, é esperado com ódio, é nascido e é arrebatado. Ele é combatido por todos os lados, mas ele não combate. Quem realmente age é Deus. Temos diante de nós a teologia do Sl 2: Deus instala o seu Messias, ouve o furor dos que se rebelam, está assentado no céu e ri-se deles, mas permanece imutável em sua decisão, adverte e requeixa seus antagonistas, sabendo como executar o seu plano. Nosso trecho, portanto, não visa ser lido sob a ótica do contraste Cristo – Satanás, mas do contraste Deus – Satanás. O verdadeiro opositor de Cristo é a “besta” do cap. 13, o anticristo.

- 6 Para completar o relato, menciona-se ainda rapidamente o destino da mulher. **A mulher, porém, fugiu para o deserto, onde lhe havia Deus preparado lugar para que nele a sustentem.** Essa fuga pressupõe a perseguição do v. 13, sendo ali também tratada com mais detalhes. No concernente ao local da fuga, não imaginamos um **deserto** em que pessoa alguma seria capaz de viver. O deserto não aponta para um lugar geográfico, mas – preparado por passagens como Os 2.14; 12.9 – para o conhecido conceito de proclamação. Desde a fuga de Israel diante do “dragão Egito” (nota 526) “o deserto” pode ser entendido como essência da proteção e preservação por meio dos grandes milagres de Deus. Afinal, o texto diz com suficiente clareza que este deserto não é uma região de qualquer modo já existente num lugar qualquer, mas é obra especial de Deus: **havia Deus preparado lugar.** A própria palavra “lugar” está carregado de um conteúdo especial no Ap, não equiparável a um ponto no mapa (cf. nota 192).

Ao lugar de preservação criado por Deus corresponde um tempo de preservação intencionado por Deus: por **mil duzentos e sessenta dias**. Ela começa com a exaltação do Messias, como mostra inequivocamente o contexto. Detalhes são trazidos no EXCURSO 7.

## EXCURSO 9

### O material da ciência das religiões em Ap 12

a. Na Antigüidade circulavam narrações comparáveis ao material do presente capítulo, motivo pelo qual foram alvo de vivo interesse da parte dos estudiosos. Naturalmente essas lendas muitas vezes foram transmitidas apenas de maneira danificada e em fragmentos incompreensíveis, de maneira que muitas coisas permanecem indefinidas, mais hipotéticas do que realmente comprovadas. No presente momento podemos tão somente elaborar uma noção geral a respeito.

Num texto babilônico do III milênio a.C. a grande deusa-mãe e rainha do céu, que possui muitos nomes, deu à luz um misterioso filho, chamado Tamuz, ou também Marduk (deus sol). Ele morre, ressuscita e passa a ser o redentor dos deuses e seres humanos, matando a Tiamat, serpente do mundo original, inimiga da luz e de sete cabeças. Evidentemente se faz alusão ao inverno, que é derrotado pelo sol da primavera.

Também do Egito tem-se notícia de um antigo mito do sol. Osíris, o sol que envelhece (outono!), foi assassinado por Set (inverno!). Set é o diabo egípcio, representado como o dragão Tufão, vermelho de sete cabeças, ou também como serpente, crocodilo ou porco preto. Contudo, a deusa do sol Ísis (também Hathor), apresentada com o sol sobre a cabeça, recolhe os ossos de seu marido assassinado, é perseguida por Tufão, dá à luz o deus do sol Horus, amamentando-o na solidão. Em sua embarcação, foge com ele de Papiro, sulcada por pântanos, refugiando-se na ilha Chemis.

Quando o braço do menino se havia tornado forte, ele luta contra o dragão e o derrota. Passa a reinar o bem-estar, e o mal tem de ceder.

Na Ásia Menor a mulher chama-se Leto, que está grávida de Zeus. Como foi dito ao grande dragão Pito que o filho da Leto o matará, ele persegue a grávida. Mas nas asas do vento ela é levada a uma ilha, onde dá à luz Apolo, o deus do sol, que mata o dragão no quarto dia. Na Ásia Menor circulavam moedas que mostram Leto em fuga. Os jogos em honra a Pito eram populares naquela região. Porém nesse caso a fuga aconteceu *antes* do nascimento, a fim de poder dar à luz. Quando Pito procura persegui-la na ilha, o deus do mar afunda a ilha no mar, como medida de proteção. Portanto, a água (contra Ap 12.15) constitui um poder de salvação, ela engole a terra (contra Ap 12.16). Em todos os casos relatados é o próprio filho que realiza a luta com o dragão (contra Ap 12.7).

Como paralelo mais apropriado serviria um rolo da caverna de Qumran (1QH 3.7-12): “Fui envolto em aflição como uma mulher que dá à luz... Assim a que está grávida do masculino sofre aflições de parto por meio dos frutos de seu ventre, pois sob dores mortais ela dá à luz um homem, e sob dores infernais rompe de um corpo grávido um milagre de conselheiro com sua força heróica... Contudo, a que está grávida de uma serpente está destinada a uma destruição rápida.” Nesse salmo de gratidão, no entanto, a mulher que dá à luz é, para o autor do salmo, somente uma metáfora de quando ele se encontrava em dificuldade. Não lemos nada de um nascimento no céu, da inimizade de um dragão e de um arrebatamento. Nessa literatura, na verdade, o deserto desempenha uma função de lugar de proteção.

Há material similar em território persa, além dos velhos germanos, e ainda a lenda judaica do Messias arrebatado Menaém. Tudo isso, porém, é por demais escasso para nos determos na sua apreciação.

Contudo, cabe mencionar pelo menos o tópico astrologia. No firmamento, a constelação do dragão (Hidra) nasce antes do da virgem, correndo sempre atrás dela. As asas de águia da virgem podem ser explicadas a partir da constelação estelar mais próxima, a águia. Outras correlações encontram-se em Halver, pág. 86-87.

*b.* Em trabalhos mais recentes os estudiosos afastam-se com razão dessas comparações, porque elas prometem pouco ganho exegético. Faltam paradigmas reais, aos quais o cap. 12 poderia ser relacionado diretamente. Aquilo que existe evidentemente não são paralelos, mas certos conceitos abrangentes como mãe, parto, filho, sol, lua, estrelas, monstro, ameaça, preservação, luta e vitória – e tudo isso em uma concatenação óbvia. Desde sempre moveram os sentimentos dos povos. Esses conceitos originais também repercutem na Bíblia. Contudo, o mesmo material pode ser usado para ensinar algo muito distinto.

Os “paralelos” da ciência das religiões são mitos da natureza. As lutas que os perpassam podem ser claramente desmascarados como reflexo dos processos naturais, ou seja, como algo que se repete ano após ano e no qual por isso, a rigor, não existe vencedor nem vencido, apenas uma circulação eterna. O bom sol é derrotado no outono pelo terrível poder da morte, do inverno, mas depois de cada inverno surge a primavera. Ou a cada noite o sol se afoga no mar, mas depois de cada noite há uma nova ressurreição. Estes processos da natureza são dramatizados, personalizados e tornados simbolicamente frutíferos.

Recorrendo a esses conceitos originários, o Ap proclama *história*. A mulher não é força divinizada da natureza, ela sequer representa uma pessoa individual, mas um povo histórico. O dragão não é uma força terrível da natureza, mas antagonista sobrenatural e intelectual de Deus. O Filho não é essência de uma esperança imortal por uma nova primavera, porém Jesus de Nazaré crucificado e ressuscitado. Em consequência, as religiões e o evangelho são visivelmente divergentes, e os pontos de tangência não evidenciam nenhuma profundidade elementar.

Em contrapartida, vemos um significado maior na forma como certos elementos do cap. 12 estão ancorados no AT (Gn 3; Êx; Israel como mulher grávida nos profetas). João viu “sinais”, os quais entendeu a partir do AT, que por isso também foram descritos por intermédio de formulações do AT, e cuja interpretação deveria acolher, por isso, o AT como auxílio exegético.

## **2. O juízo de Miguel sobre o dragão, 12.7-12**

- <sup>7</sup> **Houve peleja no céu.** (Por um lado) **Miguel e os seus anjos pelejaram contra o dragão.**  
<sup>8</sup> **Também** (por outro lado) **pelejaram o dragão e seus anjos;**  
<sup>9</sup> **todavia, não prevaleceram; nem mais se achou no céu o lugar deles.**  
<sup>9</sup> **E foi expulso o grande dragão, a antiga serpente, que se chama diabo e Satanás, o sedutor de todo o mundo** (habitado), **sim, foi atirado para a terra, e, (expulsos) com ele, os seus anjos.**  
<sup>10</sup> **Então, ouvi grande voz do céu, proclamando: Agora, veio a salvação, o poder, o reino do nosso Deus e a autoridade do seu Cristo, pois foi expulso o acusador de nossos irmãos, o mesmo que os acusa de dia e de noite, diante do nosso Deus.**  
<sup>11</sup> **Eles, pois, o venceram por causa do sangue do Cordeiro e por causa da palavra do testemunho que deram e, mesmo em face da morte, não amaram a própria vida.**  
<sup>12</sup> **Por isso, festejai, ó céus, e vós, os que neles habitais. Ai da terra e do mar, pois o diabo desceu até vós, cheio de grande cólera, sabendo que pouco tempo (ainda) lhe resta.**

- 7 Houve peleja no céu.** Um dos dois contendores é apresentado com maiores detalhes no v. 9. Em contraste, nada é dito a respeito de seu antagonista fora desse versículo, e mesmo aqui ouvimos apenas o seu nome. Por isso, até o EXCURSO 10 (após o v. 11) também nós falaremos, sem comentários, de “Miguel”. De um lado estavam **Miguel e os seus anjos**, prontos para lutar e, de outro lado, **pelejaram o dragão e seus anjos**.

Esse breve versículo contém três vezes “peleja” ou “pelejar”. Conseqüentemente à entronização do Messias, no v. 5 sucedem fatos inéditos nas dimensões espirituais. Essa luta **no céu** requer ser justaposta com uma segunda luta aqui na “terra”, em Ap 19.19. Aquela luta na terra completa essa luta no céu. Ambas as lutas terminam com a precipitação de Satanás. No presente texto é Satanás que cai do céu para a terra (v. 9), lá ele cai da terra para o abismo (Ap 20.3). Em ambos os casos o juízo é executado por meio de um anjo. Aqui ele se chama Miguel, ao passo que no outro texto falta a citação de seu nome. Como consequência da entronização do Messias, portanto, ocorre, no fundo, *uma só* luta, que porém se desenrola em dois atos. No meio deles encontra-se o “pequeno tempo” do v. 12.

A iniciativa da luta parte de Miguel. Ele entra em cena já com a intenção de lutar, “disposto a lutar” (tradução do autor) e envolver o dragão numa refrega. A maioria dos comentários conta a história de modo inverso: depois que o Messias lhe escapou, o dragão parte bufando para a caçada em sua perseguição e invade o local de refúgio do fugitivo. Então Miguel se lhe opõe com suas tropas e rechaça com eficácia o “ataque ao céu”. Satanás e seus comparsas são lançados de volta sobre a terra.

É produtivo na interpretação desse trecho que não se perca nada dos versículos anteriores. Para o “arrebataimento” do Messias elaboramos, no v. 5, o fundo legal: o menino nascido da mulher ganhou um processo judicial contra o dragão, que como príncipe desse mundo queria tirar dele a extraordinária posição e o lugar ao lado de Deus, a saber, sua condição de Messias e de Filho de Deus, e, desse modo, a soberania sobre o mundo. Através do arrebataimento para o trono de Deus o menino, no entanto, é confirmado em tudo isso e plenamente justificado. Abusando de seu cargo, o “acusador” (v. 10) havia apresentado uma acusação falsa. De acordo com o direito israelita agora não bastava apenas a justificação do que havia sido injustamente acusado, mas ainda era obrigatório processar o falso acusador (Dt 19.16-19). Cabia-lhe a mesma punição que ele havia desejado para o inocente. O dragão queria roubar de Cristo o lugar ao lado de Deus. Por isso perde o seu próprio lugar no céu, a saber, sua função de acusador (v. 8b).

Nesse novo trecho desenrola-se, nos bastidores, um processo decorrente do primeiro. Já por isso a iniciativa no segundo processo de forma alguma é do dragão, mas do Messias, que de acusado passa a acusador. Contudo Miguel é seu advogado e executor penal. O dragão empenha tudo para assegurar sua posição: **pelejaram o dragão e seus anjos** (cf. nota 538).

- 8 Todavia, não prevaleceram.** Essa expressão sem dúvida alguma poderia ter uma conotação judicial, deixando transparecer que João sabia da realidade de uma disputa jurídica por trás do “sinal” de uma luta física. Nessa contenda judicial o dragão não foi capaz de subsistir, porque desbaratou irremediavelmente sua posição ao acusar falsamente o Justo e Santo.

**Nem mais se achou no céu o lugar deles.** Para sempre e cabalmente foi-lhe tirada a decisiva base de operação – se bem que não a única (cf. abaixo)! Nunca mais ele será aceito no céu como acusador.

Definitivamente não conseguirá mais nada ali. No céu permanecem no governo tão somente Deus e o Ungido entronizado com ele. A palavra bíblica sobre o lugar (nota 192), que não se pode achar mais, torna-se inesquecivelmente palpável em Ez 27: um esplêndido e vistoso navio mercante afunda no mar. As vagas fecham-se sobre ele e cobrem de silêncio tudo o que havia.

- 9 Às três ocorrências de “peleja” e “pelejar” no v. 7 correspondem aqui, no v. 9, as três repetições de “lançado”, “jogado” (cf. BLH) (“expulso” [BJ]). “Lançar” é um termo que já encontramos muitas vezes nas execuções penais do Ap. O condenado é identificado quatro vezes, ou seja, de todos os lados e à exaustão. **E foi expulso (“lançado”) o grande dragão, a antiga serpente, que se chama diabo (“Diábolos”) e Satanás.** Essa forma de falar soa como um extrato da leitura de uma sentença. No início são referidos com exatidão os dados pessoais do condenado, sua origem e sua ação e omissão.

Ele é **o grande dragão**. “Dragão” designava sobretudo uma serpente gigantesca, e singularmente a serpente marinha e o monstro marinho. Isso pode ser lembrado pelo jato de água que esse dragão expele segundo o v. 15. Contudo, o aposto **grande** extrapola esse dragão acima de todos os seres naturais. Um gigantesco dragão gigante! Forma-se, pois, um quadro sobre uma grandeza que transcende toda a zoologia, a saber, sobre a realidade do satânico.

No Ap Satanás é o adversário de Deus. Gostaria certamente de ser o antideus, mas não consegue mais que ser um “macaco de Deus” (Lutero). Se ele fosse antideus, estaríamos sob o dualismo de dois poderes autônomos. O povo de Deus tem de prestar atenção para que não conceda essa honra a Satanás. “Ele vive do respeito que lhe devotamos” (Lamparter). Por isso não nos cabe crer nele, mas resistir a ele (1Pe 5.9; Tg 4.7). Tampouco devemos querer imaginá-lo com exatidão, aprofundando-nos numa contemplação do satânico, visando a elaboração de uma doutrina detalhada sobre Satanás e espalhando ao nosso redor certezas de Satanás. Nem sequer quando outros demonstram a inexistência de Satanás discutiremos tenazmente com eles. Faz muito bem referir a afirmação de Goethe: “O povo não sente o diabo, nem mesmo quando ele o assedia”. Porém, quem se alonga no ensino sobre Satanás e os demônios não ganha absolutamente nada para a salvação. A Idade Média era exuberante em fé no diabo, mas foi muito pobre em reconhecimento de Cristo, sendo mantida em algemas pela violência, injustiça e ignorância.

Também aqui providenciamos tão somente um esboço esquemático do satânico, sem sistematizá-lo com todos os possíveis pontos de vista e questionamentos. O grande dragão também é chamado de **antiga serpente**. No ambiente de Israel a serpente desempenhava um papel inimaginável para nós. Ela era divulgada e conhecida em quase todos os lugares. Cultos à serpente são comprovadamente existentes desde 4.500 a.C. Diversas circunstâncias favorecem esses cultos: o olhar superior e hipnótico da serpente, sua mordida quase imperceptível, porém fatal, sua falsidade e rapidez, bem como a possibilidade de treiná-la.

Entretanto, ela não era encarada apenas como poder de destruição. Sobretudo os gregos a treinavam como animal doméstico e a veneravam como poder da vida. Pois a serpente está ligada de maneira especial à terra, vive em grotas e fendas, arrasta-se sobre o chão, parece comer terra. Era considerada como “alma” da terra, como divindade da terra. Uma vez, porém, que a terra é símbolo do que é maternal e feminino, a serpente aparece nas imagens das deusas de fertilidade.

Por habitar freqüentemente perto de vertentes, a serpente parece estar relacionada com tesouros subterrâneos escondidos. Era reputada como um animal vidente, que profere oráculos. Os devotos lhe prestavam veneração sobretudo em fontes medicinais, uma vez que não somente possuía veneno, mas também o antídoto. Cf. a referência ao florescente culto à serpente salvadora (*Asklépios*) no comentário a Ap 2.13. Finalmente a observação de como a serpente perde a pele, parecendo rejuvenescer e renovar-se dessa maneira, tornava-a um símbolo do renascimento e da vida eterna.

Com elevada consideração geral do culto à serpente em todos os povos adjacentes, não causa espécie que Israel tenha considerado a serpente como representação do mundo gentílico. Advém daí a ojeriza radical contra as serpentes no AT. Ela jamais foi usada como animal doméstico, animal sacrificial ou alimento. Ela personifica o que é gosmento, cambiante, dubio, assassino e, por isso, satânico.

A presente passagem registra uma identificação expressa com a serpente do paraíso, de Gn 3: **a antiga serpente**. Por mais velha que seja, ela jamais esqueceu sua inimizade contra Deus e tudo o que é divino.

Somente agora o verdadeiro nome do dragão e da serpente ecoa em dois idiomas (nota 386). Analisaremos inicialmente o termo hebraico **Satanás**. Ele originalmente especifica o opositor de maneira bem neutra. No sistema judicial israelita é possível que tenha existido o lugar planejado para acusador, que ficava à direita do acusado (Zc 3.1; Sl 109.6). Essa função social ainda não tem nada a ver com hostilidade e malícia. Também no livro de Jó “Satanás” ainda não tem conotação de maldade. Como um bom promotor, ele cuida para que não se confie simplesmente nas aparências, requerendo a tramitação das provas. Seu prazer diabólico no mal seria no máximo algo atribuído ao texto a partir de fora. Ele não é antagonista de Deus, mas serve à correta jurisprudência divina.

Somente com o desenvolvimento do judaísmo “Satanás” torna-se nome próprio do poder maligno ativo. Ele tem uma mentalidade hostil a Deus e aos seres humanos, sobretudo aos justos. Como repercussão do AT permanece que Satanás é uma criatura dependente de Deus, a saber, um príncipe de anjos.

A conhecida citação do Talmude babilônico fornece um resumo de sua atuação: “Satanás desce e seduz, sobe e acusa, toma poder e toma a alma”. Primeiro, portanto, ele seduz para o pecado, fazendo de Deus e do pecado algo inócuo, e do pecado algo desejável, como em Gn 3. Tão logo tenha levado o ser humano a pecar, ele corre ao tribunal celeste, a fim de levantar uma acusação vigorosa contra aquele que ele próprio atizou, requestou e convenceu. Na mais “santa” indignação e sob apelo aos mandamentos de Deus ele demanda justiça punitiva. Com autorização ele retorna e executa o castigo, matando o pecador. Assim, alcançou o seu alvo: a morte do ser humano, que Deus na verdade criou para a vida.

Segundo o ensino judaico, porém, atua diante do tribunal celestial também um defensor de Israel, a saber, o arcanjo Miguel. Ele relata diante do trono de Deus as virtudes dos judeus. Ele também pode rechaçar a Satanás. Mas, caso após caso, este torna a levantar-se a cada oportunidade, a fim de acusar novas vítimas por ele seduzidas e alcançar poder sobre elas.

Como sedutor Satanás trabalha, portanto, com a mentira, e como executor, com violência, mas como acusador ele trabalha com a verdade. Nenhum sistema de poder despreza uma certa legalidade. Toda mentira que visa obter sucesso necessita de uma pitada de verdade. Por isso o poder essencial de Satanás está fundado sobre sua função intermediária. Em momento algum ele é tão satânico como na acusação, quando ele estabelece poderosamente a separação de Deus e erige às alturas do céu a parede da culpa entre Deus e os pecadores.

Será que Jesus e os apóstolos simplesmente adotaram essas idéias judaicas? De acordo com o evangelho foi apagada a terrível função acusadora de Satanás. É o que significa a doutrina da precipitação de Satanás. Sua força essencial está quebrada. A isto é que se refere, no v. 9, a exclamação jubilosa três vezes repetida: “lançado”, “deposto”, “expulso!” É verdade que ele continua rondando como mentiroso e assassino, contudo foi-lhe cassada a posição legal. Ele se precipitou na ilegalidade. Por isso seu reino não dura.

Muitas vezes a designação grega **diabo** (“Diábolos”) é vertida para “o que traz confusão”. Ele gera mal-entendidos numa comunidade por meio de difamação e espírito beligerante, e ama o caos. Talvez também seria apropriada a tradução com “o que traz separação”. Ele gera afastamento entre Deus e as pessoas. Contudo a palavra entrou na Bíblia como tradução de “Satanás”, de modo que deve ser entendida em sentido idêntico.

O final do v. 9 destaca expressamente a função sedutora, ou seja, a natureza de serpente. **O sedutor de todo o mundo.** Em todas as seduições em todos os tempos e todos os lugares ele é o sedutor. Por intermédio dele infundiu-se um “espírito de engano” (1Jo 1.8; 2.26; 3.7), de maneira que um seduz ao outro e um é seduzido pelo outro (2Tm 3.13). Nessa situação pressupomos e esperamos mentiras, e acabamos acreditando somente nelas. Numa atmosfera assim o Senhor Jesus Cristo declara: “Quanto a mim, é porque digo a verdade que não me acreditais” (Jo 8.45 [TEB]).

- 10** Nos v. 10-12 ressoa, como tantas vezes após uma visão, uma voz interpretadora. Por falar de “nossos irmãos” essa voz foi interpretada como sendo a voz dos mártires de Ap 6.11. Mas também é possível que anjos falem assim, uma vez que conforme Ap 19.10; 22.9 eles se chamam de “conservos” dos fiéis. Acima de tudo, porém, o conteúdo da interpretação leva a pensar mais no serviço de um anjo. **Então, ouvi grande voz do céu, proclamando: Agora, veio a salvação, o poder, o reino do nosso Deus e a autoridade do seu Cristo** (“do seu Ungido”). Essa palavra converge, em grande extensão, com a proclamação que em Ap 11.15 ressoa somente no fim dos tempos. Ela é até um pouco mais detalhada, ao acrescentar a “salvação” ao conceito do reino e falar

expressamente da “autoridade” do Ungido. Entretanto, como é que isso já pode ser proclamado agora, a saber, logo depois da exaltação do Cristo e da queda de Satanás? Essa queda de Satanás, afinal, ainda não é a precipitação no abismo, narrada em Ap 20.3, mas apenas na terra, onde ele está grassando com grande fúria (v. 12)! Porém, essa mensagem da salvação já consumada faz parte dos fundamentos do evangelho. O cap. 5 também está cheio dessa melodia, embora ali não se esteja olhando para o reverso da exaltação de Cristo, a saber, para a queda do acusador, o qual agora ocupa o centro do relato. Naquele trecho tratava-se da exposição, em formato grande, do vencedor, enquanto aqui se trata da ampliação da figura do Satanás derrotado. No EXCURSO 8d abordamos como essa soberania de Deus e de Cristo, conquistada no meio da história, se relaciona com a consumação no fim dos tempos.

A frase seguinte fundamenta expressamente a vitória de Deus com o juízo sobre o acusador. **Pois foi expulso** (“lançado”) **o acusador de nossos irmãos, o mesmo que os acusa de dia e de noite, diante do nosso Deus.** Embora a igreja ainda tenha de lidar com o sedutor e destruidor, encontrando-se até mesmo numa experiência intensificada de luta e sofrimento (v. 12), ela está liberta de um peso imenso e se situa no meio de uma grande tomada de fôlego: seu acusador foi deposto! Com isso o campo de forças transcendental, no qual a vida cristã está inserida, transformou-se de forma maravilhosa.

É importante para a compreensão correta do presente texto perceber o particípio existente, que soa como segue, numa reconstrução deselegante: “deposto foi o acusador, o que os está acusando perante Deus de dia e de noite”. Ele tinha e ainda tem qualificação para acusá-los. Conforme sua natureza, ele busca isso incessantemente. O fato de não ser mais admitido perante Deus como acusador não o impede de solicitar admissão dia e noite. Lançado ao olho da rua, ele rumoreja do lado de fora da porta. Ele não seria Satanás se alguma vez desse sossego, se não demandasse tenaz e incansavelmente a reabertura do processo. Sua intenção permanente continua sendo enfiar uma cunha entre Deus e os filhos de Deus, contudo não tem mais possibilidade de fazê-lo. Lutero acrescentou corretamente ao traduzir Rm 8.33-35: “Quem *quer* inculpar os eleitos de Deus... quem *quer* condená-los... quem *quer* nos separar do amor de Deus?” De fato Satanás está permanentemente pronto para dar o bote e quer agir, mas não pode. “Nada *pode* nos separar do amor de Deus em Cristo Jesus, nosso Senhor!” (v. 39). A tribulação permanece aguda, “porém *nós* superamos em muito por meio daquele que nos amou” (v. 37). **Diante de Deus** nada mais se interpõe entre Ele e os redimidos. O céu tornou-se para eles amor puro, o trono de Deus tornou-se trono da graça. No céu não acontece nada além da vontade de Deus em Jesus Cristo, nem mesmo uma mínima parte da vontade de Satanás.

A formulação **de dia e de noite** ilustra a ação sem trégua e a tenacidade de Satanás. Contudo a intercessão ininterrupta de Jesus apresentou-se diante de Deus em seu lugar. “Jesus vive para sempre a fim de pedir a Deus em favor deles” (Hb 7.25 [BLH]).

- 11** Da vitória do Messias (v. 5) resulta, assim, a vitória da igreja (v. 11). **Eles, pois, o venceram.** Porventura não poderíamos esperar que agora fosse mencionado Miguel como vencedor? Chama a atenção que ele e seus anjos desapareceram imediatamente do campo de visão. Em contraposição, diz-se com grande ênfase que os “irmãos” acusados venceram. Essa forma de falar como uma certeza é conhecida também nos profetas do AT. Embora algo ainda esteja para acontecer e esteja continuamente diante das portas, já é certo que se pode falar disso como de algo realizado. Na verdade, essa vitória ainda atravessará todo o tempo até a chegada de Jesus com poder e glória. Continuamente Satanás é Satanás e tenta condenar, mas os cristãos sempre serão vitoriosos.

Por meio do que eles vencem? De Miguel? Miguel não é aqui, como mais tarde na Idade Média, o grande padroeiro protetor do cristianismo. Eles vencem **por causa do sangue do Cordeiro.** Sua vitória não é realização própria. Eles mesmos nem sequer se envolveram com Satanás. O Cordeiro é quem falou em favor deles através de seu sangue (cf. o exposto sobre Ap 1.5; 5.9; 7.14) e lançou por terra todas as acusações. Agora foram justificados e nesse sentido eles próprios de fato venceram, mas não *a partir* de si mesmos.

A segunda justificativa **e por causa da palavra do testemunho** (quanto à formulação, cf. o comentário a Ap 1.2) não coloca uma realização própria ao lado da graça. É óbvio que dar testemunho poderia ser incluído no pensamento meritório: a coroa da vitória torna-se um prêmio para a confissão corajosa. O ser humano natural está tão corrompido e tão obcecado por salvar-se a si mesmo que ele continuamente tenta garantir o seu lado. No texto, no entanto, não se encontra



nenhum vestígio de uma teologia do mérito. Não é por seu falar, mas pelo conteúdo dessa fala que eles vencem. O conteúdo, porém, é Deus e o Cordeiro. O mistério do testemunho vitorioso é o conteúdo testemunhado, que coloca a testemunha em segundo plano, ou seja, trata-se novamente do **sangue do Cordeiro**. Conseqüentemente, o segundo motivo de forma alguma restringe a graça do primeiro motivo, mas deve ser encontrado exatamente no prolongamento dela. Na realidade, o primeiro e único motivo da vitória sobre o acusador é o Cordeiro. Essa vitória agora é formulada em palavras por cada cristão e em determinados momentos. É isso. Não é o conhecimento do Cordeiro, nem a crença intelectual no Cordeiro, nem o louvor interno do Cordeiro que significa vitória, mas somente a palavra do testemunho diante de ouvidos estranhos. Não é a igreja crente e devota que vence, mas sim a comunidade de testemunhas. Ela expõe sua fé às intempéries, entrega-a confiantemente às circunstâncias, ergue-a para a luz, sobre os telhados e entre as pessoas. É esse ser atingido espiritualmente, no sentido do NT, pelo Cordeiro sacrificado, que torna as testemunhas “ovelhas para o matadouro” – como se pode deduzir de Rm 8.36 e da continuação desse versículo – mas também vencedores.

Em tempos difíceis a igreja passa por uma grande tentação. Ao invés de vencer através de seu testemunho, ela poderia tentar o caminho alternativo: hibernar – suspender seu testemunho. Em linguagem figurada, ela se esconde em sua toca, enrola-se e vive de seus estoques, até que voltem a raiar tempos melhores. Depois ela tenciona tornar a aparecer e aceitar as congratulações por estar novamente presente. O Ap, no entanto, afirma em toda a sua extensão: permanece não a igreja que hiberna, mas a igreja que testemunha. Ninguém jamais subirá dos alojamentos cristãos de inverno.

A frase final confirma o que expusemos. **Mesmo em face da morte, não amaram a própria vida.** Se não amaram a própria vida, que foi que amaram então? Talvez sua morte? Bousset encontra no Ap uma “alegria quase selvagem no martírio” (pág. 161). Isto é uma interpretação de tendência romântica. Eles amam a Jesus acima de tudo. O Ap é extremamente reticente ao falar de amor. Em contrapartida, as poucas passagens a esse respeito são impactantes, e sobretudo também a presente, pela referência indireta. Ela deixa claro que de maneira alguma está em jogo um amor próprio fútil e refinado. As testemunhas são totalmente amor estendido até Jesus, e isto para sempre, até **a morte**.

Será que, de acordo com o presente texto, são vitoriosos somente aqueles cristãos que, além de seu testemunho, dão também seu sangue? Acaso é necessário, portanto, que ao sangue do Cordeiro também seja acrescentado o sangue do martírio? De modo algum o grande dragão vermelho teme sangue de mártires, mas lambe-o avidamente (cf. Ap 17.6). Enxurradas de sangue humano não o atormentam (Sl 79.3), somente o sangue do Cordeiro o derrota. Evidentemente o sangue dos mártires constitui um indício marcante para o Cordeiro, que é digno de amor extremo. Contudo, o sangue do Cordeiro também está presente sem essa ilustração, e é *isto* que importa.

## EXCURSO 10 Miguel em Ap 12.7

a. Em relação ao personagem de Miguel observamos as omissões que encontramos durante a exegese. Somente no v. 7 ele é mencionado, sendo esquecido já nos versículos seguintes. Ao nome nem ao menos foi acrescentado, como em Jd 9, o título “arcanjo”, apesar de seu adversário, Satanás, ter sido apresentado de maneira tão completa. Ele não realiza nenhuma intercessão como no judaísmo, nem sequer deixa transparecer uma relação com o povo de Deus.

Essas omissões não visavam ser superpostas por toda sorte de conhecimento da ciência das religiões, mas precisam ser interpretadas. Que significa essa descrição tão reticente de um personagem que era tão vivo e familiar para o judaísmo?

Sem dúvida os leitores devem lembrar-se do arcanjo, mas sem que ele próprio seja o personagem referido. Ele é mencionado apenas como tipo, como “sinal” (Ap 12.1,3). Do que “Miguel” seria um “sinal”?

b. Na igreja antiga se gostava de equiparar Miguel com Cristo. De fato ele se encontra numa proximidade extraordinária com Cristo também no presente texto. E apesar disso sua figura não obtém os mínimos sinais de majestade, sem os quais o Ap não fala de Cristo. Tampouco seriam motivo de surpresa, nesse caso, as muitas omissões. Miguel se mostra forte na luta contra o dragão, porém não assume a posição central da ação, desaparecendo novamente depois de concluir sua tarefa.

É por essa razão que se recomenda a interpretação de O. Betz. Miguel é “sinal” para o Paracleto (“Advogado”, Lutero: “Consolador”) dos discursos de despedida. No sistema judicial o “advogado” é a figura oposta ao “acusador”. No judaísmo esse cargo competia ao arcanjo Miguel, mas nos discursos de despedida cabe ao Espírito Santo (Jo 14.16,26; 15.26; 16.7). Contudo, não é o próprio Cristo que deveria destruir as obras de Satanás (1Jo 3.8)? Nos discursos de despedida aparece repetidamente a seguinte consideração: na Páscoa ocorre uma troca de posições. Enquanto Jesus se retira do foro do mundo, atuando desde então no tribunal *celestial* em favor dos seus (nota 566), o Espírito é enviado à igreja na terra e assume a assistência perante os tribunais *terrenos* (Jo 16.8-11; Mc 13.11 e par.).

Conseqüentemente, resultam as seguintes conexões: através da exaltação de Cristo, a posição de Satanás diante de Deus tornou-se insustentável. O Espírito Santo executa nele a sentença, que o atira à terra. Entretanto, como ele agora ameaça os discípulos na terra, o Pai e o Filho enviam também o Espírito Santo à terra. O Espírito Santo é agora o Paracleto na terra, e Cristo, o Paracleto celestial.

c. Por meio dessa leitura ficam elucidados diversos pormenores: a simplicidade na caracterização de Miguel corresponde integralmente à reticência do Paracleto depois dos discursos de despedida. Ele não se coloca pessoalmente no centro, mas assume uma posição que de todas as maneiras serve a Cristo. Também a escolha de Miguel como “sinal” é compreensível, uma vez que esse personagem era bem conhecido do judaísmo e de muitos leitores como Paracleto.

\* \* \* \*

- 12 O v. 12 já faz a transição para a seção seguinte: **Por isso, festejai, ó céus, e vós, os que neles habitais** (“acampais”). Novamente depreende-se que um grupo de pessoas está sendo endereçado, e por meio da interpelação “céus” somos informados não sobre seu local de estadia, mas sobre sua natureza (quanto à adjetivação de pessoas por meio de indicações de lugar, cf. o comentário a Ap 11.1.). A referência “céu” contrapõe-se no Ap à expressão “terra”, como também na continuação do presente trecho. Regularmente faz parte do céu o “acampar”, como faz parte da terra o “morar”. Também a fala dos “moradores da terra”, ou “sobre a terra”, continha sempre uma caracterização da essência e da mentalidade dessas pessoas (cf. o comentário a Ap 3.10).

Enquanto as pessoas de Deus são chamadas para uma santa alegria, ressoa um ai para os de mentalidade terrena. **Ai da terra e do mar, pois o diabo** (“Diábolos”) **desceu até vós**. Também interiormente ele chega como quem desce, como um vencido e que afunda mais e mais. Contudo, somente a igreja, que recebeu um olhar espiritual por meio da profecia, sabe algo a respeito dele, pois o dragão expõe uma imagem oposta: **cheio de grande cólera**. Assim como um animal feroz alvejado por um tiro na perseguição, ele agora é duplamente perigoso. Dentro do espaço que lhe resta intensifica-se sua força de ação e aumenta a sua pressão. Contudo, todo o seu poder não tem futuro. Ele sabe **que pouco tempo lhe resta**. Seu prazo esgotou-se, na verdade, em Ap 20.2. Seu poder, portanto, não somente está geograficamente restrito à terra, mas também cronologicamente limitado ao fim dos tempos. Essa finitude de seu tempo é para ele um pesadelo e motivo de uma raiva impotente, ao passo que para a igreja constitui consolo e força (Ap 6.11).

Ele próprio *sabe*. Contudo não quer que os humanos o saibam. Devem acreditar que as condições atuais persistirão, conformando-se com o presente. Não devem alçar o olhar por sobre a grande nuvem de poeira que ele agita na terra, até Deus no céu, onde já está tudo resolvido.

### 3. A ira do dragão deposto contra a mulher, 12.13-17a

- 13 Quando, pois, o dragão se viu atirado para a terra, perseguiu a mulher que dera à luz o filho varão;  
14 e foram dadas à mulher as duas asas da grande águia, para que voasse até ao deserto, ao seu lugar, aí onde é sustentada durante um tempo, (dois) tempos e metade de um tempo, fora da vista da serpente.  
15 Então, a serpente arrojou da sua boca, atrás da mulher, água como um rio, a fim de fazer com que ela fosse arrebatada pelo rio.  
16 A terra, porém, socorreu a mulher; e a terra abriu a boca e engoliu o rio que o dragão tinha arrojado de sua boca.

**Irou-se o dragão contra a mulher e foi pelejar com os restantes da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus;**

- 13 Quando, pois, o dragão se viu atirado (“lançado”) para a terra.** A besta precipitada e obviamente consternada olha estonteada em torno de si e se reorienta. Perdeu a batalha principal, a saber, contra Deus e seu Messias. “Que Jesus venceu é fato acertado para sempre”. Contudo, existe ainda aquela igreja da qual o Messias disse: “*minha igreja*” (Mt 16.18). A ira de Satanás se lança de modo certo sobre essa comunidade messiânica, sobre o Messias nessa comunidade. E ele **perseguiu a mulher**, como Faraó perseguiu o povo de Israel. O adendo **que dera à luz o filho varão** (“que dera à luz o masculino” [nota 540]) faz recordar a ligação da “mulher” com o Messias, a única razão pela qual o dragão a persegue. Essa relação na verdade não foi encerrada com o parto no v. 5. Porque a exaltação do Messias não representou apenas a justificação dele próprio, mas também a justificação da igreja messiânica: “Eles, pois, o venceram por causa do sangue do Cordeiro!” exclamou-se no v. 11. Satanás detecta que a igreja está inserida na história da vitória messiânica, dirigindo-lhe por isso uma fúria inextinguível.
- 14 Então João vê a terceira grande metáfora da preservação da igreja.** De acordo com Ap 7.3 ela recebeu um selo, e com Ap 11.1 uma medida. Agora ela recebe asas. **E foram dadas à mulher as duas asas da grande águia.** Na verdade ela tinha, segundo o v. 6, um lugar de refúgio, “o deserto”. Mas como chegar até lá? Afinal, o dragão dominava sobre a terra (v. 12,13) e todas as estradas. Contudo Deus dispõe para ela de um caminho milagroso, a saber, a via aérea. Na Antigüidade voar ainda era algo admirado de maneira muito diferente de hoje. A águia, porém, é a rainha de todos os pássaros, uma imagem de gloriosa independência e facilidade para superar obstáculos e perigos terrenos. Além disso, deixa os filhotes participar disso, fazendo-os montar nela ou estendendo suas asas sobre eles. “Como é preciosa, ó Deus, a tua benignidade! Por isso, os filhos dos homens se acolhem à sombra das tuas asas” (Sl 36.7). “À sombra das tuas asas, eu canto jubiloso” (Sl 63.7). No entanto, o artigo definido antes de “duas asas” parece revelar que estão diante dos olhos de João duas determinadas asas gigantescas. Já aconteceu uma vez que o povo de Deus tinha atrás de si o inimigo mortal que o perseguia e não sabia como poderia alcançar o refúgio do deserto. Então Deus concedeu maravilhosas “asas”: “Tendes visto o que fiz aos egípcios, como vos levei sobre asas de águia e vos cheguei a mim (ao Sinai)” (Êx 19.4; Dt 32.11-13).
- O povo de Deus do fim dos tempos tem o mesmo Deus de outrora, dos tempos iniciais. Novamente Deus levará sobre asas de águia, **para que voasse até ao deserto, ao seu lugar, aí onde é sustentada durante um tempo, dois tempos e metade de um tempo, fora da vista da serpente.** Já na apreciação do v. 6 fomos advertidos a não gerar uma idéia geográfica desse lugar no deserto. A igreja pode morar geograficamente em Pérgamo, “onde está o trono de Satanás” (Ap 2.13), e, apesar disso, vencer (Ap 2.17) sem emigrar. Junto ao trono de Satanás existe uma preservação diante do trono de Satanás (cf. Jo 17.15). Ela não somente existe para um tempo determinado, para depois sucumbir à pressão incessante, e sim com uma sustentação por todo o tempo e por épocas sempre novas (quanto aos três e meio tempos, cf. o EXCURSO 7). No mesmo espírito Paulo escreve em 1Co 3.22,23: “sejam as coisas presentes, sejam as futuras, tudo é vosso, e vós, de Cristo”.
- 15 Então, a serpente arrojou da sua boca, atrás da mulher, água como um rio, a fim de fazer com que ela fosse arrebatada pelo rio.** Será que devemos imaginar um monstro marinho, que lança do mar o seu jato de água? Contudo, conforme os v. 13,17, a cena se desenrola sobre a terra. Na verdade, tudo é um “sinal”, também essa água, que é expressamente definida mais de perto **como um rio**. Assim como o Eufrates pode representar a Babilônia, assim o “rio”, i. é, o Nilo, representa o Egito. “Foste como um dragão nos mares” (RC), é dito em Ez 32.2 a respeito de Faraó, “e bufavas com os teus rios” (tradução do autor). O rio Nilo significava a força e o orgulho do Egito (Ez 29.3-5).
- 16 A terra, porém, socorreu a mulher; e a terra abriu a boca e engoliu o rio que o dragão tinha arrojado de sua boca.** Em muitas outras passagens do Ap a terra está contraposta ao céu como local do pecado. No atual contexto, porém, ela é distinguida do mar, que é contrário a Deus e portanto maligno (Ap 21.1). Por isso a terra concretiza o elemento bom. Também em Nm 16.30; 26.10; Dt 11.6 ela é a serva submissa de Deus. Procedente da criação, ela se evidencia como aliada da comunidade do Messias. Criação e redenção não requerem ser vistas em contraste. A fé se afasta unicamente do que é não natural. Entretanto, ela poderia ter um relacionamento quase de companheira para com a natureza, pois se coloca do lado dela e louva o Criador como a própria fé,

conforme enaltecem os salmos. No atual contexto a criação ajuda a igreja duramente assediada. Desde os tempos do AT a comunidade experimentou muitos exemplos de como forças da natureza estavam milagrosamente a seu serviço (P. ex., Êx 14.21; 1Rs 17.4). Elas não servem ao diabo, a esse intruso, mas justamente aos legítimos senhores sobre a terra (Ap 5.10). Essa nova confirmação da igreja seguramente deixará seu perseguidor extremamente furioso.

**17a Irou-se o dragão contra a mulher.** Todos os milagres de preservação em conjunto não conseguem transformá-lo e levá-lo a parar. Ele continua sendo dragão e se enfurece sem cessar. Ele já se irou no v. 4 contra o Messias, no v. 7 contra Miguel, no v. 12 contra os moradores da terra, e agora e reiteradamente contra a mulher.

**E foi pelejar com os restantes da sua descendência** (“semente” [RC]). Essa guinada, voltando-se contra os descendentes da mulher não contém uma desistência da ira recém-mencionada contra a mulher. O leitor atento percebe que nessas ações bélicas justamente se desenvolve aquela ira, sem sequer trocar de alvo. O combate aos **restantes** é ira contra a mulher. Continua em jogo a perseguição do povo *único* de Deus, para o qual naturalmente há duas ilustrações à disposição: a metáfora da mulher para sua invulnerabilidade, a figura dos restantes para a ameaça a que está exposta.

Conseqüentemente, não podemos separar a mulher de sua **descendência** (“semente”), assim como não se separa uma cidade de seus habitantes (cf. o comentário a Ap 12.1). Também a expressão “restantes” não se distingue da mulher, mas do Filho no v. 5. É a diferença entre o Primogênito e os muitos irmãos em Rm 8.29 (cf. também nota 579).

O nefasto *ir* do dragão para guerrear já aponta para Ap 13.7. Fica, portanto, preparado o capítulo central do Ap.

Ouvimos, ainda, a caracterização dos combatidos pelo dragão, que no cap. 13 aparecerão como os “santos”. São eles **os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus**. Essas expressões duplas são típicas para o livro inteiro, que começou com elas já em Ap 1.2, anunciando nelas sua fórmula fundamental “Deus e o Cordeiro”. A novidade no presente local é tão somente o fato de que “mandamentos de Deus” (ainda em Ap 14.12) são inseridos agora para “palavra de Deus” (Ap 1.2,9; 6.9; 20.4). Isso se encaixa bem na moldura do trecho de Ap 8.2, que é perpassado de tópicos da história do Israel antigo. Quando esse povo estava reunido no Sinai, trazido por “asas de águia”, ele recebeu os mandamentos de Deus como sinal de salvação (q1 35). O novo Israel recebe o “novo mandamento”, novo porque não é concedido do alto do Sinai, mas sim do alto da cruz de Cristo. No entanto, mais uma vez os “mandamentos” são propriamente um sinal de salvação, confirmação de que essa gente pode ser verdadeiramente povo de Deus, ou seja, ser amada, libertada e vocacionada. É por isso que esse novo mandamento e a nova obediência respiram paz e felicidade.

O dragão somente pode perseguir uma igreja assim. Afinal, com ela o amor e a soberania de Deus se alongam para dentro do âmbito de poder do dragão, interferindo em suas reivindicações. Na negativa da igreja, que obedece mais a Deus, o dragão reconhece a voz daquele que é seu Senhor e Juiz (v. 9). Ela grassa furiosamente contra essa voz. Por isso ele também investe contra a comunidade cristã.

#### 4. Surge do mar a besta autorizada pelo dragão, 12.17b–13.4

<sup>17b</sup> E (o dragão) se pôs em pé sobre a areia do mar.

<sup>1</sup> Vi emergir do mar uma besta que tinha dez chifres e sete cabeças e, sobre os chifres, dez diademas e, sobre as cabeças, nomes de blasfêmia.

<sup>2</sup> A besta que vi era semelhante a leopardo, com pés como de urso e boca como de leão. E deu-lhe o dragão o seu poder, o seu trono e grande autoridade.

<sup>3</sup> Então, vi uma de suas cabeças como golpeada de morte, mas essa ferida mortal foi curada; e toda a terra se maravilhou, seguindo a besta;

<sup>4</sup> e adoraram o dragão porque deu a sua autoridade à besta; também adoraram a besta, dizendo: Quem é semelhante à besta? Quem pode pelejar contra ela?

**17b** A informação de que o dragão **se pôs em pé sobre a areia do mar** não deve nos levar a imaginar que, derrotado, ele se retira da terra (contra Lohmeyer). Pelo contrário, ele se excede e toma impulso para o golpe destruidor contra a igreja testemunha e obediente. Ao se postar junto ao mar, ele assume

o seu elemento, tornando-se integralmente um dragão terrível. Já Ap 12.12 falou sobre seu vínculo com esse mar, vínculo este que agora adquire importância central.

- 1 Como que por ordem de seu amo, e como criatura do dragão, surge o órgão executor, que se encarrega da guerra anticristã anunciada em Ap 12.17 (cf. Ap 13.4,7). **Vi emergir do mar uma besta.** Estamos diante de uma das grandes passagens do NT acerca do anticristo.

## EXCURSO 11

### O anticristo e Ap 13

a. A designação “anticristo” ocorre somente em escritos tardios do NT, a saber, cinco vezes nas cartas de João (1Jo 2.18,22; 4.3 e 2Jo 7). Também no judaísmo o nome aparece tardiamente.

O texto de 1Jo 2.18 – marquemos esse versículo como texto central – começa com uma constatação: encontramos-nos no tempo escatológico. Foi assim que todas as igrejas do cristianismo primitivo do século I o entendiam, e a pregação na igreja lhes havia ensinado que nesse tempo final atua o anticristo. Ele pertence fundamentalmente ao fim dos tempos, que é também a época da igreja. O texto de 1Jo 4.3 confirma isso para aquela época: ele já veio! É o que também diz o versículo seguinte: o anticristo preenche e domina o mundo atual. No entanto, *como* é que ele atua? Ele dispõe de funcionários na terra: em decorrência “muitos anticristos têm surgido” (1Jo 2.18). Neles podemos reconhecer a ele e ao início do fim dos tempos. Sua aparição visa despertar a igreja.

Estes funcionários do anticristo são pessoas que no passado estiveram expostos à influência cristã, sem no entanto jamais terem sido verdadeiros cristãos. Foram “cristãos de nome”, decaíram e depois se manifestaram abertamente contra a igreja cristã (1Jo 2.19). Isso sucedia na forma da heresia, como “mentirosos” (1Jo 2.22), “profetas de mentira” (1Jo 4.1-3) e “sedutores”, por trás dos quais está precisamente o sedutor (2Jo 7). Essas expressões marcam-nos como criaturas de Satanás.

João, portanto, designa de anticristo aquele determinado grande mentiroso e sedutor, que rege todo o tempo escatológico e que em seu transcurso envia suas concretizações repetidamente para atuar na história. Isso naturalmente não exclui uma concretização final, especialmente perigosa.

b. Essa perspectiva coincide com o “cavaleiro branco” de Ap 6.2. Tão logo o fim dos tempos começa, pela exaltação do Cordeiro, este cavalga para dentro da arena da história e completa o selo após o selo (cf. EXCURSO 4). Também a passagem bastante obscura de Jo 5.43 foi entendida pela igreja antiga como falando do anticristo. O “outro” vem como concorrente de Cristo, aparecendo imediatamente após a vinda de Cristo. Ele vem com autoridade própria (“em seu próprio nome”) – isso faz parte exatamente da atitude jactanciosa do anticristo, que se contrapõe ao Cristo manso e humilde de coração.

Não há certeza absoluta se Paulo, em 2Co 6.14-16, tinha o anticristo em vista ao citar Belial (RC, TEB) [RA: “o Maligno”]. Para esse uso terminológico existem somente comprovantes de época posterior. Em contrapartida, um escrito dos tempos iniciais de Paulo contém um paralelo evidente: 2Ts 2.1-12. O apóstolo lembra à jovem igreja o ensino sobre um personagem de ateísmo consciente (“homem da iniquidade”, v. 3,8, cf. v. 4), um “filho da perdição” [“destruidor”] (v. 3; cf. também o exposto sobre Ap 9.11!) e “insurreto” [“contra tudo”] (v. 4). Essa última designação tem parentesco lingüístico com “contra-cristo”. Também esse personagem encontrou-se uma vez em uma espécie de discipulado, o que é apontado pela posterior “apostasia” no v. 3. Assim como os anticristos em 1Jo, ele se caracteriza por “mentira” e “sedução” (v. 9-11).

O fato de Paulo esperar o anticristo somente para o futuro (v. 3) poderia ser um empecilho. Contudo, segundo o v. 7 esse agente futuro já está atuando de maneira perceptível nos tempos de Paulo, embora ainda não de forma totalmente desembaraçada e manifesta. Sua “parusia” (cf. a expressão do v. 9 com o v. 1!), portanto, ainda pode estar em aberto, mas há precursores que já a anunciam. Consequentemente, esse texto se encaixa bem no quadro que obtivemos das cartas de João. Na presente questão consideramos importante a constatação de que Paulo havia apresentado essa visão da história à igreja em Tessalônica logo quando a fundou (v. 5). Em vista da breve visita naquela ocasião, realizada sob condições desfavoráveis, o ensino tinha de se restringir ao mais necessário. De forma significativa, este ensino incluía a expectativa do anticristo.

c. O v. 4 do texto central em 2Ts 2 está embebido com formulações do livro de Daniel, do AT. Daniel vê surgindo do mar dos povos, um após o outro, quatro reinos mundiais na figura de bestas

horríveis. Do quarto e último reino, ao qual o reino de Deus põe fim, forma-se o personagem do anticristo: ele é quem provoca a apostasia (Dn 11.32), blasfema contra Deus (Dn 7.25; 11.36), quebra a lei de Deus (Dn 7.25; 6.12), diviniza-se a si mesmo (Dn 9.27; 11.31,36; 12.11) e vence os santos (Dn 7.25; 11.33-35).

É neste texto que encontramos o nascedouro de 2Ts 2 e Ap 13, mas também de passagens como Mc 13.14 (pressupõe uma pessoa!) e Mt 24.15. Em decorrência, os materiais analisados mostram-se entrelaçados entre si e homogêneos nos traços básicos, ainda que o conceito do “anticristo” somente tenha surgido mais tarde.

d. Cabe analisar o material. “Desde o princípio” (Jo 8.44) Satanás é um mentiroso que seduz as pessoas a ocuparem o lugar de Deus (Gn 3.5). Por isso, a inimizade contra Deus viveu uma história movimentada muito antes do surgimento do anticristo. Contudo, pela instalação de Cristo no senhorio aconteceu, nesse aspecto, uma guinada decisiva. Depois de Cristo, o pecado não é mais o mesmo. “Se eu não viera, nem lhes houvera falado, pecado não teriam... Se eu não tivesse feito entre eles tais obras... pecado não teriam; mas, agora, não somente têm eles visto, mas também odiado, tanto a mim como a meu Pai” (Jo 15.22-24). É por isso que o pecado agora se torna inteiramente pecaminoso (cf. o comentário a Ap 6.8, no final) e Satanás se torna bem satânico. Esta forma satânica final é o anticristo, que se concretiza em pessoas e sistemas.

e. Com boas razões o nome “anticristo” impôs-se como figura definitiva do maligno. O prefixo *antí* significa inicialmente a oposição dura e hostil contra Cristo, que pode levar até ao uso de métodos violentos. Além disso possui o sentido de “em lugar de Cristo”. Cristo deve ser vencido não pelo combate aberto, mas excedendo-o. Importa suplantá-lo em seu campo mais próprio. Por isso, em quase todas as referências ao anticristo o motivo da imitação exerce uma importância extraordinária: o anticristo como caricatura de Cristo, como simulacro de Cristo, concorrendo por meio de doutrinas de salvação, sinais miraculosos e cultos. O motivo da imitação contém um elogio a Cristo. Seu inimigo não consegue impor-se sem tomar algo emprestado dele, tão convincente e irresistível é aquilo que Cristo trouxe. Em decorrência, o anticristianismo faz parte dos sinais que testemunham a soberania atual de Cristo e dos sinais preliminares de sua glória vindoura.

Ele pode trocar de método (cf. vol. I, q1 15, e o comentário a Ap 2.3), transformando-se de contra-cristo em pseudo-cristo.

“Com fúria pertinaz  
Persegue Satanás  
Com artimanhas tais  
E astúcias tão cruéis”

[do hino “Castelo Forte”, de Lutero, tradução de J. Eduardo von Hafe, *Cantor Cristão*, 323, Juerp, Rio de Janeiro, 1971]. Nessa luta, a forma do pseudo-cristianismo é extremamente mais perigosa. Almas fiéis já não sabem mais no que acreditar, pois as diferenças são dissimuladas, criam-se semelhanças chocantes, e inquestionáveis fatos de superioridade deixam-nos perplexos. Em toda parte grita-se agora “Cristo!” (Mt 24.23). Torna-se cada vez mais difícil discernir. Bombas de neblina são lançadas ao alto uma após a outra, e a igreja tem de lutar na nebulosidade. Isso lhe inflige pesadas perdas.

f. Em ambos os casos, no contra-cristo e no pseudo-cristo, pressupõe-se o encontro com Cristo. Por isso o anticristianismo jamais se erige a partir do mundo gentílico intacto, mas do mundo que foi atingido por Cristo, porém apostatou. Ali ele se condensa em pessoas e sistemas. Muitas vezes na história a igreja sentiu o hálito do anticristo, designando de forma correspondente numerosos personagens e manifestações (hereges gnósticos, imperador romano, o Papa, ideologias modernas e ditadores). Sempre é preciso contar com interpretações falhas, porém é preciso manter a vigilância. Talvez o equívoco mais perigoso resida em esperar que o anticristo apareça somente na última extremidade de nossa era, ao invés de ter consciência de que ele está atuando no meio dela (cf. também o comentário a Ap 13.5).

g. A correspondência de Ap 13 com o anticristo é totalmente certa, já pela sua estreita ligação com Dn 7 e 11. Além disso a besta surgida da terra (v. 11-17) é chamada explicitamente de “profeta de mentira” (Ap 16.13; 19.20; 20.10), termo que João usa para designar o anticristo em suas cartas.



Acima de tudo, a visão é dominada consistentemente pelo motivo da imitação (item *e*). Como o Cordeiro, no v. 1 a besta ostenta uma coroa de chifres (Ap 5.6), diademas (Ap 19.12) e um nome majestático (Ap 19.12,13,16). Como o Cordeiro, de acordo com os v. 2,7,12 ela obtém autoridade, segundo o v. 3 ela exhibe a cicatriz de uma ferida sarada (Ap 5.6). Como o Cordeiro, de acordo com o v. 4 ela é alvo de um encômio de sua singularidade (Ap 5.2,5,9), no v. 7 ela é vitoriosa (Ap 5.5); conforme o v. 13, seu profeta realiza milagres, como os profetas do Cordeiro (Ap 11.5,6), e, de acordo com o v. 16, seus adeptos são lacrados, como os do Cordeiro (Ap 7.3; 14.1).

Esse monótono sincronismo “como o Cordeiro” visa convencer de que no presente capítulo se apresenta a figura oposta do Cristo, ou seja, o anticristo.

Entretanto, esse surpreendente realizador de tudo também tem uma limitação: ele não é capaz de amar! Nesse ponto a igreja rejubila: “Àquele que nos ama... a ele a glória e o domínio pelos séculos dos séculos” (Ap 1.5,6)! É por isso que o anticristo tampouco é capaz de despertar amor. Daí, portanto, a fúria impotente dele e do dragão. Ele sabe que está vencido pelo sangue do Cordeiro e pelo testemunho dos que amaram Jesus até a morte (Ap 12.11).

\* \* \* \*

João viu, portanto, **emergir do mar uma besta**. Ele relata o que viu, apoiando-se intensamente em Dn 7.3. Contudo, nem por isto teve a mesma visão que Daniel. O vidente do AT viu quatro bestas surgirem uma após a outra, a saber, quatro reinos mundiais que se sucediam. No Ap não percebemos nada referente a uma intenção de fornecer um esboço da história mundial. Essa única besta apresenta ao mesmo tempo características de todas os quatro animais em Daniel, revelando-se como condensação de grandeza supra-histórica, a saber, como anticristo, como poder intelectual do fim dos tempos, à semelhança de 1Jo 2.15. Ademais, em Daniel são os quatro ventos que erguem as quatro bestas. Em Ap há uma nítida correlação com Satanás, que se posicionou, repleto de desgraça, na beira do mar, fazendo subir a besta como executora de suas guerras.

Acima de tudo, parece que em Daniel o mar representa a história das nações. A partir dele erguem-se os reinos. Na presente passagem, porém, o mar é sinônimo para “abismo” (Ap 11.7; 17.8,11). Para o ser humano da Antigüidade, a interpretação do mar como abismo de destruição era confirmada pela observação de que o mar não produz nenhum animal amigável e manso. Em relação a uma pessoa que parecia possuída por poderes demoníacos dizia-se: “Foi o mar que te deu à luz!” Também o movimento de **emergir** de baixo caracteriza a besta como satânica, pois “toda *boa* dádiva e todo dom perfeito são lá do alto” (Tg 1.17). Finalmente, a besta feroz e indomada, com a concentração de todos os traços de animal predador, constitui um indício do anticristo, nesse caso do anti-cordeiro.

Nas frases subsequentes João descreve partes do corpo da besta na ordem em que surgem do mar. Deixa, porém, à parte a característica mais marcante, a saber, a boca, a fim de abordá-la exhaustivamente no final.

Primeiro saem das ondas **dez chifres**. Portanto, a besta era bastante similar a seu senhor (Ap 12.3), um segundo dragão. O número dez simboliza nitidamente não um determinado poder político, mas o número completo dos poderes do mundo, a perfeição da plenitude da força política. Também as **sete cabeças** e os **dez diademas** devem ser comparados com Ap 12.3. Aqui ainda não interfere a explicação adicional de Ap 17.9.

O nome sobre as cabeças corresponde ao que se passa dentro dessas cabeças. Trata-se de **nomes de blasfêmia**. A blasfêmia ocorre em Ap sempre nos lábios de Satanás e seus auxiliares (cf. o comentário a Ap 2.9) e significa a repulsa consciente do senhorio do Cordeiro, bem como a tentativa de roubar-lhe sua dignidade, isto é, seu “nome”, e atribuí-lo a si mesmo. Pouco tempo antes do banimento de João e da redação do Ap, o imperador romano Domiciano havia se concedido o nome “nosso deus e senhor”. Em 27 a.C. o imperador Gaio Júlio César Otaviano determinou que ele fosse alçado à categoria de “Augusto”, como se tornou conhecido da posteridade. “Augusto” é adjetivação de divindades: “majestoso”, “santo”, “digno de adoração”. Também aceitava o título “Divo”, o semelhante aos deuses. Exemplos em pequena escala são trazidos em At 4.12; 12.22. O anticristo envia muitos anticristos. Os primeiros leitores talvez tenham sido lembrados do caso de Domiciano, que era atual para eles.

- 2 De resto a besta era um ser misto (cf. a exposição sobre Ap 9.17), seu corpo era semelhante a uma pantera, como no terceiro animal em Daniel (Dn 7.6), e seus **pés como de urso**, como no segundo animal em Daniel (Dn 7.5), e finalmente sua **boca como de leão**, igual à do primeiro animal em Dn 7.4. Nos v. 5,6 João demonstra que esta boca não evocava voracidade, mas produzia uma voz intimidadora, com a imitação da autoconfiança. É uma boca blasfema, como em Dn 7.8,25; 11.36, no quarto animal. Essa bocarra profere o que se podia ler sobre os chifres.

Essa visão traz uma confusão tamanha na sequência dos animais de Daniel que não sobra mais nada do seu esboço a respeito da história mundial. Aqui trata-se do retrato falado do poder anticristão *único*, que atua no tempo escatológico. É dado destaque peculiar à sua natureza blasfema.

**E deu-lhe o dragão o seu poder, o seu trono e grande autoridade.** A besta aceitou o que o Cristo rejeitou, conforme Lc 4.6-8. Permitiu que fosse feito representante plenipotenciário do príncipe desse mundo. O número de três dádivas é um simulacro das dádivas divinas, e a mesma equipagem também se encontra em Cristo. Assim como o Pai divino envia seu Filho, assim, pois, o dragão envia a besta, o anti-filho. Por intermédio dessa besta ele construirá o seu domínio. Sua “grande cólera” (Ap 12.12) concretiza-se na “grande autoridade”. E não obstante, visto no contexto todo, trata-se, nessa fúria e nesse desdobramento de poder, do poder impotente de alguém que foi três vezes deposto (Ap 12.9).

- 3 No entanto, o dragão deu à besta ainda algo bem especial, que de agora em diante se torna o centro do capítulo: e ele lhe deu **uma de suas cabeças como golpeada de morte, mas essa ferida mortal foi curada**. Por causa do v. 14 deve-se descartar a interpretação da ferida como sendo uma enfermidade grave. Segundo aquele texto, ela foi causada por um golpe de espada. A expressão pressupõe que de fato tenha ocorrido a morte. É certo também que se pressupõe a cura já *acontecida*. A besta apareceu imediatamente com a cicatriz da ferida mortal sarada.

A maioria dos comentaristas aderem a uma interpretação antiga desse texto, a saber, recorrendo à lenda da volta de Nero. Em 9 de junho do ano 68 este famigerado imperador, estando politicamente acabado, ordenou que um escravo o matasse. No entanto, a morte deste homem terrível não obteve crédito em toda parte. Primeiramente dizia-se que na verdade ele teria apenas fugido à terra dos partos (cf. o comentário a Ap 6.2) e de lá retornaria à frente de hordas de partos para vingar-se, trazendo horrores ainda maiores. Depois que transcorreram décadas sem que Nero voltasse, sua morte forçosamente tinha de obter crédito. Mas, por volta da virada do século, a lenda havia adquirido um novo formato: Nero torna a viver e vem vindo! Essa expectativa está comprovada precisamente para a Ásia Menor. Será que João alude a ela? Seria Nero o anticristo?

Talvez os cristãos sentissem alívio logo depois da morte de Nero: o anticristo está morto! Contudo, é impossível imaginar que, gerações mais tarde, cristãos ainda fossem dessa opinião. Afinal, depois de Nero surgiram outros imperadores cruéis e blasfemos. Que motivos havia para que Nero retornasse? De qualquer modo o anticristianismo já estava florescendo. O golpe de espada do escravo de Nero não significava um golpe mortal para a causa do dragão. Introduzir a lenda de Nero na interpretação, na verdade, não deixa de dar a impressão de ser uma recurso precário.

Mais atrativa vem a ser a referência de Berkhof à relação profunda do cap. 13 com o cap. 12 (pág. 132). Lá constatávamos que o dragão foi derrotado por Miguel. Em termos figurados ele está morto. Mas ele revive nessa besta surgida do abismo. Seu poder mostra-se novamente e conquista uma vitória aparente, apesar de sua cicatriz. Esta leitura, porém, possui uma desvantagem em comum com todas as demais. Ao interpretar o v. 3a, ela insere um determinado acontecimento, agora não mais meramente histórico, mas ainda assim um evento celestial. Será que o texto realmente nos convida a isso? Cabe-nos perguntar e identificar: quem foi que desferiu o golpe de espada? Quando fez isso? etc. A besta desde já surge aos olhos de João como sacrificada, nitidamente marcada por uma ferida mortal cicatrizada. Segundo o v. 5 ela atua dessa maneira durante quarenta e dois meses, ou seja, ininterruptamente, durante todo o tempo escatológico (EXCURSO 7). Nada indica a circunstância de que ela teria recebido essa ferida mortal durante o atual tempo final, desaparecendo por um certo período, de maneira que começasse uma época sem anticristo, até que ela voltasse a aparecer. Ela se apresenta para o mundo todo sob as características dos v. 1-3, inclusive a ferida mortal sarada.

Rissi faz justiça a todos esses aspectos, ao interpretar o sinal nos parâmetros do motivo da imitação (EXCURSO 11e). Essa besta é a simuladora perfeita do Cordeiro, até no que é decisivo. Assim como um trecho decisivo descreve o Cordeiro “como tendo sido morto” (Ap 5.6), assim lemos agora sobre a besta: “como golpeada de morte” (v. 3 [no grego, o mesmo verbo]). Comporta-se de

modo diabólico como o Cristo perfeito, imitando até mesmo a mensagem da Sexta-Feira da Paixão. A besta tem capacidade para fazer soar os sons mais imponentes de morte, ressurreição, renovação e renascimento, prometendo responder às perguntas fundamentais da humanidade. Essa mensagem da ferida mortal evidencia-se como central para o cap. 13 (mencionada três vezes). Precisamente a ela refere-se também a adoração em dimensões universais.

**E toda a terra se maravilhou, seguindo a besta.** “Maravilhar-se” significa repetidamente no AT o espanto diante do sobre-humano. Também João jamais utiliza o vocábulo para a admiração aberta e alegre por parte de um discípulo, mas para o susto que confunde e paralisa. As pessoas se ajoelham por causa do pavor indefeso, não de coração e por amor (v. 4). Aplauso tempestuoso sem entusiasmo! Em submissão total elas ficam olhando a besta, perplexas. Não ousam fazer nenhuma objeção enquanto ela desfila pelas suas fileiras em atitude senhoril, sem sequer voltar-se para elas. Tanto mais atentamente sua auxiliar (v. 16) controla a todos: faz com que “todos, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres, os livres e os escravos” adorem a besta. Ninguém consegue eximir-se. A besta tem todos sob controle – a terra toda (cf. v. 7).

#### **4 E adoraram o dragão porque deu a sua autoridade à besta; também adoraram a besta.**

Difícilmente deve-se imaginar aqui duas genuflexões. Pelo contrário, a adoração visível da besta significa, de forma encoberta, servidão a Satanás. Afinal, foi o dragão que deu plenos poderes à besta. Somente quem discerne esse envio da besta e seu direcionamento por parte do dragão sabe: a terra está de joelhos diante de Satanás!

As ovações tempestuosas constituem endeusamento direto da besta. **Quem é semelhante à besta?** Ou seja, igual a ela em poder, como esclarece a segunda pergunta retórica: **Quem pode pelejar contra ela?** A besta é proclamada como Deus, porque só Deus é incomparavelmente poderoso. A blasfêmia que pode ser lida nos chifres e ouvida da boca da besta obtém eco no mundo inteiro.

Uma aclamação de teor idêntico também era bem conhecida no culto ao imperador daqueles dias (nota 10). O próprio nome no v. 1 sugeria essa correlação. A besta no cap. 13 representa um sistema estatal que a si mesmo se sobreleva. De acordo com a convicção da primeira igreja, de fato concedeu-se poder ao Estado (Rm 13), mas não onipotência. Ele possui meios, porém não para tudo. Ele também sabe disso e o experimenta repetidamente. Justamente o Estado romano chegou a uma situação em que a decadência moral, as crises econômicas, os apertos financeiros, a ruína social e política simplesmente não se deixavam mais governar. Foi nesse momento que Domiciano começou a fuga para frente (q1 4). Ordenou que com violência se celebrasse e jubilasse por sobre os problemas não solucionados. Mandou simplesmente que os fatos fossem narrados de forma diferente, que fosse aclamado salvador, invencível, e que se anunciassem evangelho e paz. Assim ele se sobrelevou, suspendendo-se nisso a si próprio.

No entanto, como esse processo curioso se explica com maior profundidade? A partir do medo! O cap. 12 falava da queda do dragão no medo e no constrangimento de quem já está derrotado. A partir daí ele se eleva à potência infinita e presunçosa (Ap 12.12). Por causa desse medo ele também gera uma besta do mar, e a sua “grande autoridade” no fundo é grande medo. Desta forma ela dissemina o medo, até que todos aclamem medrosamente ao medroso: quem é como tu!

### **5. A atuação da besta, 13.5-8**

- <sup>5</sup> **Foi-lhe dada uma boca que proferia arrogâncias e blasfêmias e autoridade para agir quarenta e dois meses;**
- <sup>6</sup> **e abriu a boca em blasfêmias contra Deus, para lhe difamar o nome e difamar o tabernáculo, a saber, os que habitam no céu.**
- <sup>7</sup> **Foi-lhe dado, também, que pelejasse contra os santos e os vencesse. Deu-se-lhe ainda autoridade sobre cada tribo, povo, língua e nação;**
- <sup>8</sup> **e adorá-la-ão (“adorá-lo-ão”) todos os que habitam sobre a terra, aqueles cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida do Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo** (“Todos os que vivem na terra o adorarão, menos aqueles que, desde antes da criação do mundo, têm o nome escrito no Livro da Vida, o qual pertence ao Cordeiro, que foi morto” [BLH] cf. nota 611).

Como o trecho anterior, esse bloco culmina na adoração da besta. Contudo, diferentemente do v. 4, o v. 8 fala de voz erguida, com reivindicação profética: *hão de adorá-lo*, a saber, numa forma ainda não conhecida na época da redação do Ap. Desde os seus primórdios a igreja precisou conviver com o culto a pessoas e a difamação de Deus, assim como, vez por outra, também com conflitos com Roma. Entretanto, ainda estava para suceder uma investida planejada e unânime de aniquilamento contra os santos. Esta é exatamente a situação de Ap 11.7-10, denominada ali de “três dias e meio”. O tempo escatológico de “três anos e meio” tem consciência destas condensações em “três dias e meio”. É disto que trata a nova seção.

- 5 O v. 5 repete mais uma vez a característica mais importante da besta: **Foi-lhe dada uma boca que proferia arrogâncias** (“grandes coisas” [RC]) e **blasfêmias**. Assim também Dn 7.8 descreve o anticristo. Não se trata de falar de grandes planos econômicos ou políticos. A palavrinha “grande” repetidamente faz parte das aclamações a deuses e pessoas endeusadas no culto. Ou seja, a besta se auto-apresenta como um deus, faz promessas como um deus e se excede em insolentes elogios de si mesmo. Neste sentido ela ofende a Deus.

Agora cabe detectar outra diferença, mais sutil e mais profunda, em relação ao trecho de Ap 13.1-4. Lá se dizia que o dragão dera tudo à besta. Aqui se diz quatro vezes (v. 5,7, e ainda nos v. 14,15), de forma velada, que à besta **foi dada** por *Deus* **uma boca** (como em Ap 6.2-8; 9.5; etc.). Que estranho: o próprio Deus concede caminho livre para essas blasfêmias e, conforme o próximo versículo, também para os assassinatos dos santos? Contudo, a *origem* dessas coisas reside no dragão. Não é possível dizê-lo com clareza maior que foi dito no cap. 12. Em Deus não há raiz de mal algum. Mas Deus concede a possibilidade espacial e temporal (v. 5b,7b). Tais fatos, portanto, não acontecem *a partir* de Deus, porém certamente *sob* Deus (cf. EXCURSO 4d). A onipotência de Deus governa sobre a potência satânica e anticristã. Eles não grassam fora de sua soberania. Justamente esse bloco de terror está perpassado dessa certeza. Ainda que as vítimas não a entendam, elas podem confiar nela.

Por isso o dado numérico ressoa novamente nesse contexto. **Foi-lhe dada... autoridade para agir** assim (repercussão de Dn 11.36) durante **quarenta e dois meses**. A atuação do anticristo perpassa todo o fim dos tempos (EXCURSO 7). Logo após a Ascensão e a expulsão de Satanás no cap. 12 a besta se arrasta para a terra, sendo lançada ao lago de fogo somente em Ap 19.20. Por isso, é bem possível que personagens históricos isolados tenham as suas características (há “muitos anticristos”, 1Jo 2.18), mas não conseguem ser *o* anticristo. Ele é um poder intelectual. Personagens isolados podem *adicionar* elementos, parte por parte, ao quadro da “besta”, até que uma última figura a *complete*. Com certeza, para João o imperador Domiciano foi uma dessas pessoas que adicionam elementos. Também é possível que instituições históricas, p. ex., o Império Romano, o culto ao imperador ou o papado sejam fatores que adicionam, da mesma forma como um certo tipo de pastores, pregadores ou leigos numa comunidade local. Nesse ponto cabe-nos ser verdadeiramente vigilantes. As explicações que causam maior confusão incluem aquela de que o anticristo ainda não estaria atuando e apareceria apenas num “tempo final” distante, bem longe, e em outro lugar que o nosso.

O fato de que Ap 13.1-8 deve evidentemente ser interpretado no sentido de exercício do poder político não deve ser entendida no sentido de que Ap 13 trata do Estado como tal e que por isso forma um contraste direto com Rm 13. Entender o Estado por princípio como besta talvez seja originário de Nietzsche. O NT não é hostil ao Estado, do contrário não poderia convocar para a intercessão em favor dos governantes. Esta intercessão, porém, exclui que eles sejam adorados. Em decorrência, Ap 13 decididamente complementa, de forma orgânica, textos como Rm 13. Sem dúvida alguma, porém, o NT é crítico em relação ao Estado. Como em todas as pessoas, o anticristo também está à espreita nos governantes. Se ele consegue agir, o governante não quer mais nem de longe ser “servo de Deus” de acordo com Rm 13, porém, nos termos de Dn 7 e Ap 13, faz de si mesmo um deus, em última instância também sobre fé e consciência e todas as coisas.

- 6 A blasfêmia inerente à natureza da besta agora se transforma em acontecimento. **E abriu a boca em blasfêmias contra Deus**. A longo prazo ela não consegue silenciar diante de Deus. Um dia a ofensa explodirá, enchendo com voz terrível a atmosfera do tempo. Pois o ser igual a Deus é constantemente barrado pelo fato de que Deus é Deus. Foi novamente Nietzsche que deu vazão a esta irritação (tradução de Eduardo Nunes Fonseca): “Se houvesse deuses como poderia eu admitir não ser um deles?! Por conseguinte, não há deuses” (*Assim favava Zaratustra*, pág. 64, cf. nota 607).

A blasfêmia contra Deus se desdobra em três partes. Ela ofende seu **nome**, como em Ap 16.9, mas também seu **tabernáculo**, o qual, de acordo com a terceira parte, **os que habitam** (“acampam”) **no céu**, aparentemente deve ser entendido como termo-chave para um grupo de pessoas, a saber, como aquela comunhão unida com Deus, como Moisés na “tenda do encontro”. Ela representa uma “cidadania celestial” (Fp 3.20) já hoje, sobre essa terra. Ela contém uma parcela de antecipação do futuro, o Espírito Santo. É esse cerne espiritual que o anticristo ataca. É esta presença de Deus manifesta na comunhão que o irrita.

**7,8** À blasfêmia segue-se a ação de violência contra a igreja. **Foi-lhe dado, também, que pelejasse contra os santos e os vencesse.** Com essa ação o dragão (de acordo com Ap 12.17) alcança seu alvo. O aniquilamento da descendência (“semente”) da mulher constitui a peça central de seus planos. Ele se inebria com o “sangue dos santos” (Ap 17.6). A honrosa designação dos cristãos como “santos” é profundamente significativa especialmente na presente passagem, bem como em Dn 7.21 (cf. o exposto sobre Ap 8.3). Sua *vitória* não estabelece uma contradição com a vitória deles conforme Ap 12.11. Ainda que os destrua fisicamente, eles continuam perseverantes na fé, cumprindo a promessa de Ap 3.10 (cf. o exposto sobre Ap 11.7). Ele pode fazer tudo com eles, exceto separá-los de Jesus. Eles são “mais que vencedores” (Rm 8.37) também sobre o seu próprio aniquilamento. Paulo não baseia isto em sua posição heróica, mas no amor de Cristo. João o faz com o “sangue do Cordeiro” (Ap 12.11).

Esse cálice de sofrimento é inevitável. Nessa questão a besta não tolera negociação. Afinal, ela é uma besta e não conhece misericórdia, ainda que temporariamente se vista de peles de ovelha. Tampouco faz sentido suplicar a Deus para ser dispensado dessa experiência, porque Deus mesmo foi quem “deu” tudo isso (cf. o comentário a Ap 13.5). Também esse tempo sombrio traz Sua marca de verificação. No passado o Pai concedeu uma autorização semelhante por ocasião da entrega de seu Filho, de modo que esse atestou a seus algozes: “Esta, porém, é a vossa hora e o poder das trevas” (Lc 22.53). Agora ele repete a autorização em relação aos seus santos. É por isso que essa hora, quando chegar, terá de ser suportada.

Depois de liquidados os santos, a subjugação do resto é bem-sucedida. **Deu-se-lhe ainda autoridade sobre cada tribo, povo, língua e nação.** Toda confusão e cisão é dissimulada na adoração unitária da besta por meio da população mundial: **E adorá-lo-ão** ([masculino] agora se pensa nitidamente como pessoa!) **todos os que habitam sobre a terra.** Diante do cenário dos martírios todos se apressarão em dobrar os joelhos. Correm até ele como água a ser bebida “a largos sorvos” (Sl 73.10). Como no v. 3, ninguém foi realmente conquistado. É uma reverência prestada com corações rígidos e amortecidos, o oposto da adoração a Jesus em Ap 5.9.

A adoração constitui o tema central do Ap (cf. q1 1). Adoração diante da besta ou diante do Cordeiro. Também no presente texto o Cordeiro aparece de imediato como o personagem de confrontação (cf. v. 11). O bloco das trombetas silencia sobre o Cordeiro desde Ap 8.2 (cf. a observação preliminar a Ap 8.2-6). Tanto mais marcante é a reintrodução desse conceito a partir do presente ponto, desconsiderando-se a antecipação em Ap 12.11.

Indiretamente o v. 8 aponta para os outros adoradores, os adoradores do Cordeiro. Unicamente eles podem permanecer perseverantes na provação de alcance mundial, pois o nome de cada um deles está anotado no **Livro da Vida**. O conceito foi explicado quando comentamos Ap 3.5. De acordo com aquela referência e conforme Ap 21.27, poder-se-ia imaginar que alguém pudesse ser riscado desse livro. Como data da anotação do nome informa-se: **desde a** (“antes da” [BLH]) **fundação do mundo.**

Portanto, uma eleição anterior à existência do mundo? É preciso que numa sentença doutrinária assim (cf. Mt 25.34; Ef 1.4) detectemos onde vibra o coração e que demos ouvidos a esta linguagem do pulso do coração, mas não depreender com rigor extremado toda espécie de ensinamentos destas palavras. O versículo nos anuncia: o amor de Deus a seu povo tem uma vantagem absoluta diante de todos os poderes e forças que possam acercar-se de nós durante a nossa existência. Ele é o fundamento mais profundo que não pode ser abalado por nada. O interesse deste dogma reside, portanto, em preservar puro o nosso falar sobre o amor de Deus. Não pode ser turbado por nosso orgulho, que presume que conquistamos de Deus o seu amor por meio de nosso comportamento. Não – antes que pudéssemos ter um comportamento, ele já existia em estado perfeito. Quem se aprofunda nessa mensagem, considera absurdo que, a partir da doutrina da eleição, se conclua o eterno desamor de Deus para com uma parte da humanidade. Isso é *viável* dentro de uma mera lógica, mas também é

possível deixar de chegar a essa conclusão. Parte alguma da Bíblia registra esta conclusão. Do mesmo modo, seria incompreensível uma despreocupada segurança de salvação mediante apelação ao eterno amor de Deus. Sobre os que agem assim, Paulo declara: “A condenação destes é justa” (Rm 3.8). Dos malabarismos destes com o “amor de Deus” Paulo depreende uma linguagem da mais profunda perdição.

Em conseqüência, de nada adianta equipar-se com uma boa teologia para enfrentar a besta, formar uma irmandade fechada ou treinar ferrenhamente a capacidade de sofrer. Tudo isso poderá ter um aspecto bom, porém evidencia-se como ineficaz diante da autoridade da besta. Então valerá unicamente o amor de Deus, estar anotado ou não no livro da vida.

Este livro, no entanto, não representa um conceito geral do amor de Deus, mas, enfaticamente, aquele amor que se revela em Jesus. O livro é o livro do Cordeiro sacrificado. Na situação decisiva, portanto, somos remetidos ao evangelho. Fixemos os pensamentos firmemente na cruz e em nada mais. Então também estará tudo em ordem com o livro. Não há um livro que esteja acima ou depois da morte expiatória de Jesus. Pelo contrário, acima de tudo encontra-se o Cordeiro sacrificado. A afirmação do presente versículo coincide com a declaração de Ap 12.11: “Eles, pois, o venceram por causa do sangue do Cordeiro”.

## 6. Palavra de exortação à igreja, 13.9,10

<sup>9</sup> Se alguém tem ouvidos, (então) ouça.

<sup>10</sup> Se alguém leva (é levado) para cativo, para cativo vai. Se alguém matar (for morto) à espada, necessário é que seja morto à espada. Aqui está (é necessária) a perseverança e a fidelidade dos santos.

Nos cap. 2,3 havia ditos de gravação que impeliam os leitores para a atualidade imediata, dos próprios ouvintes, daquilo que ouviram: “Atenção! Sim, vocês são atingidos!” Consideremos a situação que se aguça na província da Ásia daquele tempo. O novo decreto de Domiciano, de que todos o tinham de tratar como “senhor e deus”, com certeza assustou os círculos cristãos. Contudo, a natureza humana tende a repetir frases feitas: “Vai dar tudo certo novamente. Não se come nada tão quente como foi cozido.” Muitas vezes, mas nem sempre, as palavras de apaziguamento têm razão. Na verdade, até poderiam ser ópio para o povo cristão. Nesse caso, os fiéis trotam ingenuamente em direção ao futuro e acordam tarde demais. Por isso ressoa aqui o chamado profético para acordarmos: “Não vai dar tudo certo novamente!”

**10** O v. 10 contém um problema genuíno, até paradigmático, de crítica textual. Os próprios manuscritos mais antigos divergem entre si e se equilibram em importância, de modo que não se pode decidir facilmente qual é a formulação que merece a preferência. Podemos expor a situação aqui apenas de forma simplificada.

A alternativa A é utilizada em traduções como, p. ex., a de Lutero e RA: “Se alguém leva outros à prisão, irá ele próprio para a prisão. Se alguém matar à espada, terá de ser morto à espada”.

Essa forma textual poderia ser uma repercussão de Mt 26.52 e Gn 9.6, e seu sentido seria inequívoco: os cristãos são alertados contra uma resistência armada. No curso da história da igreja não foram poucas as vezes em que os fiéis foram tentados a revidar com recursos do mundo e conduzir uma assim chamada guerra “santa”. Por mais justificados e compreensíveis que possam ser tais intentos, eles não são abençoados.

Sem dúvida uma exortação assim mereceria nossa consideração. No entanto, será de fato que João a emitiu aqui? Será que combina com a situação daqueles destinatários? Acaso os cristãos tinham a possibilidade de levar seus adversários à prisão? Principalmente numa época de acirramento, como é pressuposta por Ap 13.1-8? Isso é inimaginável! Por isso essa versão, de resto tão clara e compreensível, não deve ser a original. Dificuldades aplanadas são sempre evidência de um trabalho posterior, mas ninguém corrige com o intuito de dificultar a compreensão. Por isso, com boas razões, acompanhamos a alternativa B, conforme está impressa entre parênteses no início do presente trecho.

Esta alternativa contém asperezas idiomáticas. Ela é proferida, martelada com brevidade inaudita, como um lema militar. Contudo, essa é também a forma pela qual se descobre um fundo convincente do AT: “O que é para a morte, para a morte (irá); o que é para a espada, para a espada; o que é para a



fome, para a fome; e o que é para o cativo, para o cativo” (Jr 15.2). É flagrante a semelhança na forma e no conteúdo.

João profetiza uma trajetória incontornável em direção do martírio para seus leitores daquele tempo. Teria sido falsa consideração deixá-los sem clareza a esse respeito. Quando a noite da perseguição chegou mais tarde, muitos cristãos, auxiliados por esse escrito, estavam em condições de trilhar o caminho do Cordeiro sem gesto de defesa, sem perturbação. A intenção pastoral de João estava em plena consonância com Jo 16.1-4.

Entretanto, suportar calado o que “deve” (Ap 1.1) vir, ainda não compreende toda a sabedoria desse conselheiro pastoral. Os cristãos não devem suportar para dentro do vazio, mas para dentro do futuro de Jesus. O que João recomenda a uma igreja que quer persistir é a **perseverança** penetrante e implacável (cf. o comentário a Ap 1.9 e 2.1). Ademais, João nunca esquece de incutir a **fidelidade** de testemunha (cf. o exposto sobre Ap 12.11). Para ele, suportar calado não significa simplesmente ficar quieto. **Aqui está** (“é necessária”) a **perseverança e a fidelidade dos santos**.

## 7. Surge da terra a besta que apoiará a primeira besta, 13.11,12

<sup>11</sup> **Vi ainda outra besta emergir da terra; possuía dois chifres, parecendo cordeiro, mas falava como dragão.**

<sup>12</sup> **Exerce toda a autoridade da primeira besta na sua presença. Faz com que a terra e os seus habitantes adorem a primeira besta, cuja ferida mortal fora curada.**

**11** Em termos de importância, essa segunda besta não se situa ao lado da primeira, mas é serva dela. De que consiste esse serviço? Quem é ela? Seguramente sua origem será mais uma vez esclarecedora: **Vi ainda outra besta emergir da terra**. Na maioria das vezes, a “terra” é identificada, no presente caso, com a Ásia Menor, a “terra clássica do culto ao imperador” (Deissmann), enquanto o “mar”, do qual havia emergido, conforme o v. 1, a primeira besta, é interpretado como sendo Roma na Itália, a origem do *poder* imperial. De acordo com essa leitura, João primeiramente volta a cabeça na direção Oeste, vendo a efígie da potência política imperial, para agora vislumbrar a imagem do culto ao imperador, vinda do Leste. Contudo, não encontramos no texto essa guinada na perspectiva de João, e inferir os pontos cardeais para os quais João dirigia o olhar dos dados fornecidos é tão problemático aqui quanto o foi na apreciação de Ap 10.1.

Talvez se esteja procurando demais por um contraste mar – terra, ao invés de contar com uma dupla de conceitos, que ilumina a mesma realidade de duas maneiras. A favor deste paralelismo depõe o **emergir**, tanto aqui como no v. 1. A segunda besta não vivia antes na superfície da terra, mas nas profundezas dela, subindo agora de baixo, do submundo, do “poço (‘garganta’) do abismo”, de Ap 9.1. Desse modo, ambas as bestas estão, por princípio, coordenadas com a mesma origem demoníaca. A expressão dupla talvez expresse: no fim dos tempos abrem-se todos os abismos da história, e a força anticristã se aperfeiçoa em ambas as direções. À ênfase política dos v. 1-8 agrega-se agora a religiosa e social. Agora a humanidade está em sua mão como a argila na mão do oleiro. Disso decorre a mais sombria época de sofrimento para a igreja.

A besta surgida da terra tinha **dois chifres, parecendo cordeiro**. Os chifres não significam força de choque agressiva, não retratando poderes políticos, mas servem para caracterizar expressamente a imagem de um cordeiro. Não se deveria ler a palavra “cordeiro” sem ponderar que no Ap ela ocorre 28 vezes como título de Cristo. É por isso que ela não serve como imagem genérica de mansidão. É uma figura de Cristo, e a segunda besta vem imbuída, como a primeira, do motivo da imitação.

Sua apresentação enfaticamente imitadora de Cristo é a mais puída imaginável, porque **falava como dragão**. Por detrás da máscara de cordeiro ressoa a voz de dragão, de maneira que também no presente caso: “Tua fala te trai!” Ao invés da voz do Bom Pastor, à qual a porta se deveria abrir de imediato (Ap 3.20), são emitidas as inspirações de Satanás. Um lobo em pele de ovelha (Mt 7.15)!

Este personagem, portanto, é uma criação direta de Satanás, assim como foi a primeira besta. Dessa forma essas três figuras se reúnem numa trindade satânica, para um simulacro da Trindade divina. O dragão é o antideus, a besta vinda do mar é o anticristo e a besta vinda da terra é o anti-espírito. Essa interpretação do terceiro personagem é largamente corroborada pelo que se segue. Assim como o Espírito Santo conduz à adoração de Cristo, assim essa besta conduz adoradores ao anticristo. No v. 15 encontra-se também uma referência singular a “espírito” [RC, BJ].

12 O v. 12 sintetiza a incumbência da segunda besta. **Exerce toda a autoridade** (“todo o poder” [RC]) **da primeira besta na sua presença**. Nos v. 12-16 encontra-se oito vezes o vocábulo “fazer”, “praticar”, que costuma ocorrer com tanta frequência no AT para a ação criadora de Deus. Aqui se pratica a contra-criação, projetando magicamente um mundo anticristão. Uma admirável eficácia, que ninguém pode impedir!

A primeira besta não se torna ativa em seu próprio favor, mas leva a outra besta a fazer propaganda dela. Isso é sistema! A atividade da outra besta acontece **na sua presença** (“perante ela”), para a glorificação do anticristo. Ela dirige os holofotes sobre o anticristo, que permanece imóvel sob essa luz. Elucidando, o texto prossegue assim: **Faz com que a terra e os seus habitantes adorem a primeira besta, cuja ferida mortal fora curada**. É nisso que culmina a intenção do “profeta de mentira”, como essa segunda besta é chamada em outro local: celebração de proporções universais diante da besta, de modo que o dragão, depois de ter perdido o céu, conquiste pelo menos a terra.

O fato de que no texto a besta vinda da terra aparece depois da besta do mar não nos deve levar a depreender que a primeira besta atua sozinha durante uma parte do tempo escatológico. P. ex., não devemos presumir que as venerações à besta nos v. 4,8 se concretizaram sem a ação do batedor e instigador dos v. 11-17. É mais plausível supor que o anticristo jamais aparece desacompanhado de seu ajudante. Eles atuam em conjunto, sendo que nesse capítulo apenas foram apresentados um após o outro, primeiro o anticristo como personagem principal, e depois o profeta de mentira como seu servo.

Visto que a segunda besta está conjugada dessa maneira com a primeira, ela representa igualmente uma grandeza supra-histórica e satânica, que obviamente se concretiza passo a passo dentro da história. É com extrema facilidade que o abuso do poder político se alia ao abuso do poder religioso. O Estado degenerado tem sua pseudo-igreja, que lhe é submissa.

Naquele tempo o poderio imperial fazia uso do culto ao imperador. O seu centro e, conseqüentemente, um forte contingente de sacerdotes imperiais estavam situados na província da Ásia. Está provado que essa província se destacou singularmente nas perseguições aos cristãos. À sua frente estava um sumo sacerdote. Ele organizava a devida veneração do imperador na província inteira. O comentário dos versículos seguintes não deixará de ponderar onde determinados traços desse personagem poderiam estar espelhados no texto. Nesta abordagem, porém, está longe de nós identificar a besta vinda da terra com esse sumo sacerdote (q1 60).

## 8. A atuação da segunda besta, 13.13-17

13 **Também opera grandes sinais, de maneira que até fogo do céu faz descer à terra, diante dos homens.**

14 **Seduz os que habitam sobre a terra por causa dos sinais que lhe foi dado executar diante da besta, dizendo aos que habitam sobre a terra que façam uma imagem à besta, àquela que, ferida à espada, sobreviveu;**

15 **e lhe foi dado comunicar fôlego à imagem da besta, para que não só a imagem falasse, como ainda fizesse morrer quantos não adorassem a imagem da besta.**

16 **A todos, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres, os livres e os escravos, faz que lhes seja dada certa marca sobre a mão direita ou sobre a fronte,**

17 **para que ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tem a marca, o nome da besta ou o número do seu nome.**

13 Aos sinais milagrosos dos verdadeiros profetas e testemunhas de Jesus, em Ap 11.5,6, esse pseudoprofeta contrapõe, como imitação, sinais dele próprio. **Também opera grandes sinais, de maneira que até fogo do céu faz descer à terra, diante dos homens**. Foi assim que os magos de Faraó imitaram os sinais de legitimação de Moisés e Arão (nota 622).

“Fogo do céu” constantemente se reveste de importância quando é preciso decidir infalivelmente entre mentira e verdade e demonstrar verdadeira autoridade. Aqui parece que a besta da terra está produzindo essa prova, e de agora em diante uma oposição a essa reivindicação perde o fundamento na opinião dos assistentes.

A Antigüidade estava repleta de relatos de milagres. Um milagreiro gentio, Simão, o mágico, aparece em At 8.9ss, e outro, de nome Elimas, em At 13.8. Reporta-se também que, em relação com o culto à serpente salvadora (*Asklepios*), aconteceram fatos admiráveis (cf. o exposto sobre Ap 2.13; 9.21), e se apelou para a magia e truques justamente para a implantação do culto ao imperador. Nesse contexto talvez possamos recordar a história de uma máquina de tempestades do imperador Calígula, que imitava o deus que arremessa relâmpagos. Até mesmo aquele que é capaz de explicar sua fabricação pode ficar impressionado com um fogo de artifício.

- 14 Seduz os que habitam sobre a terra por causa dos sinais que lhe foi dado executar diante da besta.** No AT e também já em Ap 2.14,20 a sedução possui o significado especial: desencaminhar para a idolatria. A idolatria, por sua vez, é adoração de imagens, com o que transgredir um mandamento fundamental do AT: “Não farás para ti imagem de escultura para adorá-la!” [Êx 20.4,5]. Como em Dt 13.2-4 emite-se, com a autoridade dos sinais, a ordem de fazer **uma imagem à besta, àquela que, ferida à espada, sobreviveu** (“revivera” [NVI]).

Essa **imagem** é citada ainda oito vezes com tremor no Ap como o ápice da blasfêmia, de maneira muito similar ao livro de Daniel (Dn 11.31; 12.11; cf. Mt 24.15; 2Ts 2.3,4). Dessa forma o Ap transmite como ele imagina o cumprimento dessas palavras de Daniel, a saber, dissociado do templo e de uma reconstrução de Jerusalém.

Assim como os antigos profetas costumavam denunciar que as próprias pessoas criavam a imagem à qual depois adoravam de modo tão submisso, assim também acontece agora. À pergunta sobre o modelo usando pelas pessoas para repetidamente formar seus ídolos podemos responder tranquilamente com L. Feuerbach: “O ser humano criou deus à sua própria imagem”. O ser humano que sofre e se sente magoado com o quadro da sua realidade revela através de seu ídolo a imagem ideal que ele constrói para si mesmo e ao qual ele serve plenamente com saudade e disposição de sacrifício. O ser humano adora o ser humano. Com certeza a afirmação de Feuerbach atinge um elemento essencial de todas as religiões. Mas efetivamente não atinge a Bíblia. Pois ela ensina a adoração daquele que permanece santamente soberano perante todas as nossas imagens e concepções. É por isso que a adoração a Deus e adoração a imagens se opõem diametralmente. Quanto à descrição da primeira besta aqui, cf. o comentário a Ap 13.1-3.

- 15** Entretanto, a idolatria possui um calcanhar de Aquiles, reconhecido de forma certa pelos profetas do AT. Os ídolos consistem de material inanimado. É por isso que não ouvem, nem vêem, nem falam. Contudo, o profeta de mentira parece conseguir dissimular esse ponto fraco. **E lhe foi dado comunicar fôlego** (“espírito” [RC]) **à imagem da besta.** A ação lembra diretamente Gn 2.7: primeiro Deus molda o ser humano, depois lhe sopra o fôlego da vida. Em decorrência, a imagem está viva, como parece ser comprovado por intermédio de duas habilidades.

Primeiramente *a imagem da besta falou* (“**para que... a imagem falasse**”). Havia muitas lendas naquele tempo que relatavam acerca de imagens de deus que falam. Sacerdotes egípcios gozavam da fama de serem capazes de conferir fôlego às estátuas. Igualmente recordamos as imagens de Maria, nos locais de peregrinação da Idade Média, que choravam, falavam e realizavam milagres. Stauffer reproduz, à pág. 185, a cerimônia cultural em torno da imagem do imperador, durante a qual os adoradores lançavam seus grãos de incenso nas chamas do candelabro, de modo que se formava forte fumaça. “A trepidante música de flautas e harpas inebriava os sentidos. A imagem do imperador desaparecia na fumaça que enchia o pavilhão do templo. Esta era a hora propícia para todo tipo de truques em torno da figura da graça imperial. Podiam-se ouvir vozes, perceber movimentos...”

No entanto, esta imagem também dispunha de uma visão aguçada. Imediatamente ela notava aquele que não caía de joelhos com reverência por saber conservar sentidos lúcidos e talvez também porque ousasse levantar perguntas críticas. De imediato ele tombava mortalmente. A besta fez **morrer quantos não adorassem a imagem da besta.** Caíam mortos, vitimados pelo golpe das adagas da polícia do templo, distribuída entre os visitantes. Contudo os executores davam o golpe com base num gesto da efígie que acreditavam ter visto claramente. Pela experiência, um exemplo desse tipo bastava. Imediatamente o fato se espalhava, e o medo e o pavor cobria a multidão. Era dessa maneira que o terror servia como reforço, quando o simulacro dos milagres não surtia efeito. Existem antigos exemplos dessa prática (Dn 3.5-7,15). Do mesmo modo, quem se negava a prestar culto ao imperador romano era réu de morte.

Será que a presente passagem (e também Ap 11.7; 13.7) pressupõe uma situação em que os cristãos, sem exceção, se tornam mártires, restando tão somente não-cristãos e cristãos apóstatas? O

teor do texto é implacável: quem não adora, é morto. Portanto, quem está vivo, adorou a besta. Não obstante, essa leitura está equivocada, pois os versículos seguintes somente fazem sentido se ainda houver cristãos. A profecia jamais é uma fotografia que registra todos os detalhes. Ao contrário, ela capta as linhas essenciais e opera com simplificações. Nesse momento enfoca-se, pelo olhar profético, uma época em que toda pessoa que é cristã se situa sob o prefixo do martírio, e ninguém é cristão sem a prontidão fundamental para o ato extremo. Mas nem por isso todos os cristãos se tornam de fato mártires, porque Deus não requer de todos a comprovação dessa disposição (cf. o comentário a Ap 2.10). Até a vinda do Senhor haverá comunidades cristãs, ainda que se utilizasse um sistema perfeito para o extermínio dos fiéis. O sistema mais perfeito ainda seria furado por causa dos milagres de preservação de Deus e de Cristo.

Elias estava deitado sob o zimbro, pensando que Jezabel dominava a situação e que todos os fiéis estavam exterminados ou tinham apostatado: “Eu fiquei só!” (1Rs 19.14). Então Deus lhe revela que ainda vivem outros sete mil que não dobraram os joelhos diante de Baal. Além disso, quando Sadraque, Mesaque e Abede-Nego são lançados na fornalha ardente por causa de sua fé (Dn 3), não ouvimos nada sobre Daniel. Ileso, ele se encontra num lugar qualquer. Quando, por sua vez, Daniel foi lançado entre os leões (Dn 6), parece que a provação, aleatoriamente, deixou de lado seus amigos. Assim Deus sempre tem redutos nos quais sua gente canta: “Apesar do velho dragão, apesar do fosso da morte, e do medo que traz! Esperneia, mundo, empinando; eu fico aqui cantando em segurança e paz. A força de Deus guia os passos meus. Terra e abismo hão de temer, por mais que me queiram premer.”

- 16** O v. 16 relata a formação da “igreja” do anticristo, trazendo inicialmente sua composição. E fez com que se dobrassem unanimemente **a todos, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres, os livres e os escravos**. Essa agora é a “grande apostasia” de 2Ts 2.3. Ela abrange a todos. A homogeneização de toda a sociedade foi bem-sucedida. O medo faz com que as resistências se dissipem como água. As persistentes diferenças sociais deixam de ser diferenças diante dessa efígie. Os grandes, ricos e livres renunciam da forma mais indigna possível à sua magnitude, seu orgulho e sua liberdade, tornando-se submissos como os pequenos, pobres e escravos.

Todos eles se acotovelam para ingressar nessa “igreja” pela obtenção de uma marca de identificação. A besta **faz que lhes seja dada** (“que eles próprios se dessem”) **certa marca sobre a mão direita ou sobre a fronte**. A marca de identificação (ocorre também em Ap 14.9; 20.4) está contraposta ao lacre de Ap 7.2,3. Num ato de consagração ela é afixada num local visível. Dessa maneira o profeta de mentira impele para a confissão pública. Cada um precisa expressar-se positivamente, de forma que silenciar já torna alguém perfeito. Não se tolera mais uma massa indiferente, em que ainda podem se ocultar nichos de resistência.

- 17** Depois que a besta surgida da terra providencia que se destaquem os que confessam a Cristo, ela os submete à discriminação social. E fez que **ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tem a marca**. Os cristãos não compravam nada, nem por dinheiro, nem por trabalho, nem por negociação, a não ser pela aceitação da marca da besta. Os adoradores da besta contrapõem-se aos adoradores do Cordeiro num acirramento extremo. Agora não há mais como se desviar do tema: “Cai de joelhos e adora a besta!” Para os santos, porém, isso seria mais terrível que morrer. Para eles, a oração seguinte não é uma empolgação poética: “Não há *outro* em quem eu me compraza na terra. Ainda que a minha carne e o meu coração desfaleçam, Deus é a fortaleza do meu coração e a minha herança para sempre” (Sl 73.25,26).

A frase final esclarece que a marca consiste num nome tatuado na testa ou na mão, numa total correspondência com o selo em Ap 7.3, do qual é dito em Ap 14.1: “Tendo na fronte escrito o seu nome e o nome de seu Pai”. No presente texto repete-se, pois, em concordância com Ap 14.11: a saber, **o nome da besta**. Esta informação é acrescentada em seguida: **ou o número do seu nome**. Portanto, o nome aparece não em forma de letras, mas na forma de um número. Naquele tempo era freqüente reproduzir nomes por meio de um número. A equação que se estabeleceu agora é: marca = nome = número. No v. 18 ela é prolongada mais uma última vez.

## 9. Palavra de exortação à igreja, 13.18

- <sup>18</sup> **Aqui está (“é necessária”) a sabedoria. Aquele que tem entendimento calcule o número da besta, pois é número de homem. Ora, esse número é seiscentos e sessenta e seis.**

**18 Aqui está a sabedoria** (“É o momento de ter discernimento!” [TEB]). Assim João começa em vista do dado numérico que vem de imediato. Nem todos saberão o que fazer com ele. O próprio número constitui apenas uma revelação condicional do mistério. Para certas pessoas ele *deve* permanecer oculto.

**Aquele que tem entendimento calcule o número da besta, pois é número de homem.** Esse é o quarto elemento daquela equação. Tanto a marca quanto o nome quanto o número apontam todos para uma pessoa, para um determinado indivíduo humano. É assim que devemos entender a explicação, como o faz a maioria dos comentaristas.

Em meio à tensão cada vez maior pronuncia-se agora o número: e seu **número é seiscentos e sessenta e seis**. Já no século II os intérpretes encontravam-se sem solução diante desse dado. Essa aporia prosseguiu e produziu um número tão grande de interpretações que *hoje* poderia ser evidência de sabedoria confessar simplesmente a própria ignorância e suspender humildemente todas as tentativas restantes. Ireneo conformou-se após algumas tentativas, afirmando não haver solução. Essa sabedoria, no entanto, certamente terá de vigorar apenas depois que tomarmos conhecimento das tentativas de solução.

## EXCURSO 12

### Quanto à interpretação dos seiscentos e sessenta e seis

a. Quando se interpreta um livro como o Ap é mais do que compreensível que se tente explicar o número 666 de forma simbólica. Contudo, fica evidente que dentro da própria Bíblia ele não tem nenhuma importância e que nela não há nenhum ponto de referência: trata-se do seis triplicado, ou seja, intensificado, de modo que nos resta interpretar o número seis.

Contudo, também esse número não possui destaque especial nem na Bíblia nem na história geral das religiões, pelo menos nem de longe de forma tão nítida como, p. ex., os números três, sete ou doze. No entanto, parece possuir uma certa correlação com o desdobramento do poder humano, dirigido contra Deus. Não faltaram tentativas inteligentes de se aprofundar no significado desse número: como o seis seria a semana sem o domingo, ele simbolizaria uma vida sem Deus. Ou se distinguia os 666 do número do Cordeiro, a saber, dos 777. Nesse caso ele é o último esforço tempestivo, mas vão, de alcançar os 777, assim como a presunçosa construção da torre de Babel não atingiu o céu. Ele é essencialmente o número interrompido, símbolo do fracasso. Ireneo já se dedicava a essas construções no século II.

Sem dúvida essas ponderações se encaixam bem no contexto de Ap 13, contudo não consideram o texto com exatidão.

b. Por mais difícil que torne a interpretação, fato é que há no texto uma solicitação, no contexto *deste* número, para se calcular: calcule o número. E esse “calcular” (*psephízein*) era termo técnico para o cálculo de um nome ou conceito em seu valor numérico, ou inversamente, de um valor numérico num nome ou conceito. Nas línguas antigas, na verdade, as letras serviam ao mesmo tempo como sinais numéricos. P. ex., um nome escrito com dez letras também podia ser entendido como uma série de dez números. A soma transversal desses dez números seria o valor numérico do nome. Por causa do grande interesse por enigmas na Antiguidade, florescia, de forma inconcebível para nós hoje, essa espécie de tratamento dado às letras, chamado de gematria, que permaneceu em voga por séculos. Quem, no entanto, recebia tão-somente um valor de soma transversal, sem a informação da quantia de letras ou do alfabeto que deveria tomar como base, se o grego, latino ou hebraico, via-se desafiado a uma experimentação interminável. De maneira consistente, um ponto de referência adicional fazia parte de um enigma gemátrico sensato. Somente aquele círculo de pessoas a quem esse ponto de referência era conhecido e também presente era capaz de, após poucas tentativas, “calcular” o número, ou seja, descobrir a palavra oculta dentro dele. Era por isso que os ouvintes do enigma tinham de exercitar a memória. Ficar adivinhando com o número em si, sem um conhecimento à parte, era inútil.

Longe de qualquer brincadeira, João podia ter motivos muito sérios e práticos para lançar o desafio de um cálculo gemátrico. Sentia-se impelido a fornecer uma alusão contemporânea pública, mas mesmo assim encoberta. Deveria ser pública, pois toda a igreja tinha de ser prevenida. Ele não desejava ser contado entre os “cães mudos” de Is 56.10, que não latem quando o perigo se aproxima. Por outro lado, essa alusão tinha de encontrar uma forma que fosse a mais vazia possível, não

fornecendo elementos para provocar uma denúncia! Para isso um enigma gemátrico prestava-se de modo excelente. Com o número 666 em si era possível fazer tudo e nada. Isto é comprovado por um apanhado dos cálculos efetuados.

c. Inicialmente comunicaremos interpretações que partem da convicção de que no caso da besta deve tratar-se de uma grandeza supra-pessoal, ou seja, de uma instituição ou um coletivo. As primeiras tentativas de interpretação que nos foram transmitidas, as de Ireneo, entre os anos 180-189, enveredam nessa direção. Ireneo considera nada menos de três possibilidades: EUANTHAS (“aquele que floresce belamente”, cognome de Dionísio, a divindade predileta daquela época), LATEINOS (“latino”, equivalente a “Império Romano”?) e TEITAN (de “Titã”, personagem lendário de um rebelde, ou segundo o imperador “Tito”?). Com auxílio do alfabeto hebraico, estudiosos posteriores decifraram o significado de “césar romano” ou “caos do tempo original” (= dragão). Adesão especial obteve a sugestão de pensar em KAISAR THEOS (em grego, o césar é deus). De maneira complicada também se descobriu o suposto título do Papa no número: VICARIUS FILII DEI (“representante do Filho de Deus”). Contudo, não há comprovação de um título oficial assim.

d. Por outro lado, também merece consideração a busca de um personagem histórico cujo nome se oculta atrás desse número. Pelo que parece, João tinha em vista ambas as coisas, uma força impessoal anticristã, que perpassa o fim dos tempos, e, ao mesmo tempo, sua concretização manifesta naquela época (cf. o pronome feminino “la” em Ap 13.8!). Não há como levar a sério demais o interesse pastoral pelos cristãos daquele século. Precisamente no v. 18 João visa algo que era presente para seus leitores, e para o qual havia um ponto de referência no contexto *deles*. Toda a interpretação que constate apenas generalidades nesse versículo permanecerá insatisfatória.

Entretanto, qual pode ter sido a pessoa em mente? Nas tentativas de solução praticamente nenhum imperador do primeiro século ficou intacto (cf. acima a eventual interpretação de que fosse Tito). No ano de 1865 T. Zahn calculou, como brincadeira, GAIOS KAISAR (o imperador Gaio nos é mais conhecido pelo apelido Calígula). Não levou muito tempo para que essa brincadeira encontrasse um sério defensor na pessoa de O. Holtzmann. Calígula era um demônio de crueldade e um blasfemo jactancioso, que também erigiu uma estátua no Templo de Jerusalém (cf. Ap 13.14) e que mesmo após enfermidade mortal convalesceu milagrosamente (cf. o comentário a Ap 13.3). No entanto, com toda a certeza deve ser descartado, uma vez que falecera já no ano 41. Sobretudo, seu nome combina apenas com o número 616, de base textual mais fraca (cf. nota 639). Por ser imperador muito tardio, também é preciso deixar de lado Trajano, cujo número foi calculado já na Idade Média por Hugo Grotius sob o nome de família ULPIOS (com alguns aspectos questionáveis no cálculo). Até o presente, a maior adesão é em relação à identificação com Nero. Obviamente pensa-se em Nero porque, segundo a lenda, ressuscitará (cf. o exposto sobre Ap 13.3). Mesmo sem recorrer a essa lenda a idéia faz sentido: Nero poderia fazer a função de tipo. O anticristo, como um segundo “Nero”, terá as feições dele. Contudo, por que essa comunicação teria de ser apresentada de forma tão codificada como acontece no v. 18? Além do mais, o cálculo referente a Nero trabalha com o alfabeto hebraico ao invés do grego, que com certeza seria muito mais plausível.

Da abundância de cálculos sejam mencionados: Maomé, o príncipe dos vândalos Geiserico, diversos papas, Martinho Lutero, João Calvino, Napoleão, Guilherme II, Hitler e Mussolini.

e. Em contrapartida, a nosso ver, merecem consideração os dois cálculos abaixo referentes a Domiciano. Por meio de um caminho complicado e, não obstante, impressionante, R. Schütz chegou a DOMITIANUS CAESER. De modo mais convincente ainda, Stauffer chega a Domiciano, porque descobre um texto que combinaria com Ap 13.1: um verdadeiro nome de blasfêmia. Segundo esse autor, o nome oficial de imperador de Domiciano, como de fato se comprova de achados antigos, era: *Autokrátor Kaisar Dometianos Sebástos Germanikós*. Por meio desse título ele é emoldurado como o único soberano divino e imperador Domiciano. O vaidoso cognome *Germanikós* evoca expedições vitoriosas contra os germanos. Agora Stauffer aduz que em documentos, moedas etc., nomes tão complicados eram abreviados. De acordo com um método de abreviação daquela época, “muito documentado”, contam apenas as seguintes letras: A(utokrátor) KAI(sar) DOMET(ianos) SEB(ástos) GE(rmanikós), que trazem como resultado, na escrita de letras gregas, a soma transversal de 666.

Se levarmos em conta as condições do surgimento do livro, esse cálculo com o título oficial imperial de Domiciano merece credibilidade genuína. Ele acabara de ordenar em lei aquela



“blasfêmia”, o seu próprio endeusamento, e começava a implantá-la por meio de seus obsequiosos sacerdotes. Esse título ofensivo do imperador que governava naquela época sem sombra de dúvida pode ter sido, nesse caso, o ponto de referência necessário para solucionar um enigma gemátrico (cf. acima).

Conseqüentemente, João acusa o imperador Domiciano de ser uma concretização da besta anticristã, e o sumo sacerdote que começa a se movimentar na província da Ásia de ser o profeta de mentira. E cada membro da igreja que se deixava enquadrar nesse esquema devido a quaisquer circunstâncias devia saber que estava carimbado pela “besta”. Uma paixão extrema ferve nesse v. 18, uma fúria como a de profetas do AT. Seu voto é que “sabedoria” desça sobre as igrejas, a saber, a força do Espírito Santo, que concede perspicácia e leva a reconhecer o número humano como o número da besta.

## VIII. SEGUNDO APÊNDICE ÀS VISÕES DAS TROMBETAS OS ABRIGADOS JUNTO DO CORDEIRO: CENTO E QUARENTA E QUATRO MIL

### 14.1-5

- <sup>1</sup> **Olhei, e eis o Cordeiro em pé sobre o monte Sião, e com ele cento e quarenta e quatro mil, tendo na frente escrito o seu nome e o nome de seu Pai.**
- <sup>2</sup> **Ouvi uma voz do céu como voz de muitas águas, como voz de grande trovão; também a voz que ouvi era como de harpistas quando tangerem a sua harpa.**
- <sup>3</sup> **Entoavam novo cântico diante do trono, diante dos quatro seres vivos e dos anciãos. E ninguém pôde aprender o cântico, senão os cento e quarenta e quatro mil que foram comprados da terra.**
- <sup>4</sup> **São estes os que não se macularam com mulheres, porque são castos. São eles os seguidores do Cordeiro por onde quer que vá. São os que foram redimidos dentre os homens, primícias para Deus e para o Cordeiro;**
- <sup>5</sup> **e não se achou mentira na sua boca; não têm mácula.**

- 1 Visivelmente comovido, João recomeça: **Olhei, e eis.** Depois da visão deprimente da assembléia de adoração perante a besta dominadora do mundo lhe é concedida uma vigorosa imagem oposta. Bengel observa sobre a passagem: “Agora também podemos ver novamente algo de bom”. **O Cordeiro (estava) em pé sobre o monte Sião.** Este personagem central das visões dos selos estava como que esquecido desde Ap 8.1. Somente no apêndice, a partir do cap. 12, os atributos do Cordeiro voltaram à tona e agora o próprio Cordeiro retorna.

Constatamos que, ao contrário do cap. 5, João não vê o Cordeiro no céu, mas sobre a terra. Pelo menos o v. 4 pressupõe que o Cordeiro vai à frente da igreja terrena. Antes de mais nada, porém, cabe elucidar a indicação geográfica **sobre o monte Sião**.

Originalmente “monte Sião” designava a parte mais antiga de Jerusalém, portanto, aquele elevado sobre o qual estava erguida a fortaleza dos jebuseus. Quando Jerusalém foi ampliada no decorrer dos anos, essa cidade velha recebeu o nome de “cidade de Davi”, enquanto “Sião” se referia a toda a Jerusalém, às vezes até a todo Israel. Principalmente, porém, o nome está relacionado ao monte do Templo enquanto moradia de Deus. “Subir a Sião” significa deslocar-se até Deus no Templo, para dar-lhe culto. Deus mora em Sião, motivo pelo qual ali também as pessoas podem morar com segurança. Sião é a zona da soberania de Deus, tornando-se uma expressão de salvação desvinculada da geografia, e conceito central para a salvação escatológica entre os profetas. Esse lugar de esperança é anunciado no NT como tempo atual: “Vocês chegaram ao monte Sião e à cidade do Deus vivo” (Hb 12.22 [BLH]). É assim que o escritor saúda os fiéis de seu tempo.

Em comparação com as profecias do AT sobre o “Sião” salta à vista a enorme simplificação no presente texto do Ap. O AT ilustra o templo do Sião, seus átrios, portões, torres, altares, sua altura e formosura, seus ornamentos e sua riqueza, bem como a multidão de crianças e animais, e do mesmo modo os visitantes que se achegam com seus presentes, e finalmente as belas celebrações, refeições festivas e cânticos de louvor. Também vislumbra-se o assédio dos inimigos contra esse monte de Deus. Diante dessa abundância de conteúdos, apenas duas impressões predominantes contrapõem-se aqui! Sião é o lugar da comunhão com o Cordeiro e, como tal, simplesmente “monte”, i. é, abrigo:

“O Senhor brama de Sião... e os céus e a terra tremerão; mas o Senhor será o refúgio do seu povo e a fortaleza dos filhos de Israel” (Jl 3.16), e “porque, no monte Sião e em Jerusalém, estarão os que forem salvos, como o Senhor prometeu; e, entre os sobreviventes” (Jl 2.32).

Retomou-se, portanto, o motivo da preservação, de Ap 7.3–11.1 e 12.6,14, embora naturalmente através de uma nova ilustração. Em meio à torrente anticristã sobressai-se, inexpugnável, o monte Sião. Esse lugar seguro forma-se pela fuga para a comunhão com Jesus, o Cordeiro, bem como pelo serviço para Jesus, no discipulado. Martim Buber traduz da seguinte forma o Sl 125.1: “Os que buscam segurança *nele*, são como o monte de Sião, jamais ele cambaleia”. Contudo, quem afrouxa essa comunhão e abandona o serviço de testemunha sucumbe. Também Paulo tinha ciência de somente uma única desgraça e tragédia, a saber, deixar de anunciar o evangelho (1Co 9.16).

A contagem do número dos seguidores do Cordeiro igualmente faz parte da idéia da preservação: **e com ele cento e quarenta e quatro mil** (cf. o comentário a Ap 7.4). Apesar das visões no cap. 13, a igreja não aparece dizimada e desgastada, mas como assembléia geral desimpedida e ilesa, cuidadosamente lacrada: **tendo na frente escrito o seu nome e o nome de seu Pai**. Qualquer interpretação desta multidão como sendo uma *parte* da igreja, a saber, a parte já aperfeiçoada no céu, desconhece o sentido básico do número 144.000 e diminui o milagre da preservação relacionado com ele.

Tampouco João está recebendo uma antevisão sobre a igreja aperfeiçoada. Somente a cena de Ap 15.1-4 mostra-a realmente “no céu”, pressupondo a chegada do Senhor. Na atual situação ela ainda vive ameaçada pelos ataques do inimigo, porém conservada e preservada em seu lugar de abrigo. Portanto, não é nem no além nem tampouco apenas no futuro que esses cento e quarenta e quatro se encontram junto do Cordeiro, mas nas tribulações do tempo escatológico. O presente trecho de consolo visa, como o do cap. 7, completar o quadro. Sob o impacto do cap. 13 o leitor precisava perguntar-se: será que ainda existe uma possibilidade de sobrevivência para os “santos” nesse mundo? Ela existe, sim, a saber, em torno do Cordeiro, que vai à frente deles (v. 4) e os abriga, que lhes proporciona uma base de existência como um Sião que os acompanha, uma base que nem as portas do inferno poderão destruir.

Apesar disso o presente trecho não representa, diante do cap. 7, uma repetição e rotação em falso. Primeiro, João não está mais apenas ouvindo os selados, porém pode vê-los. Desse modo forma-se um quadro mais nítido ou, na verdade, apenas agora forma-se um quadro. Agora também há associação com uma definição de lugar. No cap. 7 havia meramente a definição da sua época. Além disso, lá falava-se apenas do equipamento para selar e do seu uso. Agora revela-se a marca deixada pelo selo, de certo modo como revelação oposta a Ap 13.16, de maneira que agora as duas “igrejas” estão nitidamente contrapostas. Finalmente o cap. 7 testemunha meramente a relação dos selados com Deus. Agora se torna visível, no processo de integralização, também a relação com o Cordeiro.

- 2 Como já tantas vezes, João ouve, no v. 2, também uma voz que faz parte da visão. **Ouvi uma voz**. Ela não ressoa das fileiras dos selados sobre o Sião, mas acima deles, **do céu**, do mundo da limpidez de Deus (cf. também o v. 3). Os cento e quarenta e quatro mil, rodeados pelo barulho blasfemo, não estão entregues unilateralmente às vozes da terra, porém registram (v. 3) também o júbilo do culto a Deus realizado nos céus. A força e glória vitoriosas desse coro de anjos são destacadas extraordinariamente (quatro vezes: “voz”!). Sua força equivale a uma tempestade (cf. o exposto sobre Ap 1.15): **como voz de muitas águas, como voz de grande trovão**. Sua glória lembra música de harpa em intensidade inebriante (cumulação de “harpa”, “tanger a harpa”): **também a voz que ouvi era** (ao mesmo tempo) **como de harpistas quando tanger a sua harpa**. A harpa não somente era “instrumento celestial” (Ap 15.2: “harpas de Deus”), mas também era utilizada na glorificação dos imperadores. Forma-se, pois, um contraste triunfante com as cerimônias em torno da imagem da besta.
- 3 Entretanto, somos informados não apenas do volume da voz e do esplendor desse coro, mas também de uma indicação de seu conteúdo. **Entoavam novo cântico** (cf. o comentário a Ap 5.9). Será que esse tom não está apontando para a consumação final? O judaísmo ensina que “Israel somente cantará um novo cântico nos dias do Messias, como hino de louvor pelo milagre da redenção”. Esses dias, porém, de acordo com o evangelho, irromperam precisamente com a Sexta-Feira da Paixão (qi 48-52). É por isso que o novo cântico, segundo o entendimento cristão, já consta do repertório antes da volta do Senhor. Também deve-se levar em conta o dado de Ap 5.9, de que ele é entoado por anjos. Eles cantam **diante do trono, diante dos quatro seres vivos e dos anciãos**. Logo, não

devemos imaginar os vinte e quatro anciãos-anjos como os cantores, como em Ap 5.9, mas sim um círculo maior.

Por ser cântico celestial de anjos, esse novo cântico não pode ser entoado por nenhuma voz humana. Não obstante, uma parte da humanidade pode “aprendê-lo”. **E ninguém pôde aprender o cântico, senão os cento e quarenta e quatro mil.** Segundo o uso corrente, o termo aqui utilizado poderia significar: aprender a cantar o cântico. Por conseguinte, os anjos liderariam o cântico e o ensinariam, e a igreja poderia um dia, na consumação, aderir ao coro (Ap 15.3).

Entretanto, merece ser ponderada a possibilidade de que no grego posterior “aprender” significa: ser verdadeiramente capaz de ouvir o cântico, representando uma audição aprofundada e compreensiva, que inclui um ato de aquisição intelectual. Nesse caso, a presente frase não fala de cantar conjuntamente no futuro, mas de compreender agora, evocando textos como Ap 2.17; 7.9; 19.12. Todos eles falam de um conhecimento secreto, do qual participa somente a igreja fiel, de realidades divinas às quais existe apenas um único acesso divino. Aqui a igreja, ainda assediada pela torrente anticristã, tem acesso espiritual ao júbilo celestial de vitória. Ela recebe do Espírito a corrente de consolo e de certeza e é governada por uma paz que está acima de todo o entendimento.

Com clareza desejável somos informados no final do versículo de que os cento e quarenta e quatro mil são os mesmos **que foram comprados** dentre os moradores **da terra**. A formulação soa bastante sucinta em comparação com Ap 5.9 (cf. o texto correspondente), porém possui um forte peso no atual contexto por causa da repetição no final do v. 4. Eles foram “comprados para fora da terra”. Aqui a terra constitui a posição oposta ao Sião.

Até agora os que João viu foram definidos de acordo com sua localização e sua origem. Com o objetivo de obter uma identificação inequívoca acrescenta-se, nos v. 4,5, uma explicação adicional de acordo com a natureza deles. Três vezes João reitera: **Estes** (cf. RC). O tom evoca o júbilo de Adão em Gn 2.23, quando recebeu sua mulher: “*Esta* é agora osso dos meus ossos e carne da minha carne; *esta* será chamada varoa, porquanto do varão foi tomada (*esta*)” (RC). Obviamente quem fala nesses versículos é João, porém em suas palavras reside algo da impetuosa satisfação de Jesus por sua amada noiva comprada.

- 4 O primeiro motivo de sua satisfação: **São estes os que não se macularam com mulheres.** A metáfora do adultério atesta aos que são vistos em Sião que eles estão livres da idolatria, a saber, da adoração à imagem segundo Ap 13.14 (cf. o texto de lá). Eles não fazem parte dos que adoram a besta. Segue-se a definição positiva: **porque são castos** (“porque são virgens” [RC, TEB, BJ]). Apesar de que, conforme a frase inicial, se fala de homens, essa expressão não tem razão de causar espécie, porque no grego e no latim “virgem” é tanto masculino quanto feminino.

Portanto, acaso se pensa em homens que vivem abastêmios do matrimônio? Em 1Co 7 Paulo recomenda, com vistas à tribulação do fim, que atinge com intensidade especial os pais de família, que não se casem. Também Mt 19.12 foi repetidamente aduzido para essa questão. Contudo, essa leitura de forma alguma se insere no atual contexto. Aqui João não tem uma visão do grupo de ascetas na igreja, mas sim da própria igreja com seu número completo, de todos os homens e mulheres comprados que seguem ao Cordeiro (v. 4b). Além disso, os casados acabariam sendo, neste contexto, os que “se lambuzam com mulheres” – algo impossível no pensamento da Bíblia. Na Escritura o matrimônio é um presente sagrado de Deus e o Ap até o emprega como imagem da mais elevada dignidade (Ap 19–22).

Resta, pois, a compreensão figurada da virgindade. Ela se contrapõe a outra metáfora do Ap, a “prostituição”. Em ambos os casos o Ap é devedor do AT: trata-se de pureza ou contaminação em relação à idolatria, de fidelidade ou infidelidade perante o Criador e Redentor. Essa metáfora diz a respeito dos cento e quarenta e quatro mil que eles não apenas são preservados, mas também se preservam, que eles não somente se situam sob a graça que os protege, mas também no amor, com o qual se entregam a Jesus.

No dado seguinte a “castidade” deles aparece sem metáfora, ou numa metáfora diferente. **São eles** (“estes” [RC]) **os seguidores do Cordeiro por onde quer que vá.** Aqui deveria dissipar-se a última dúvida de que os que se encontram no Sião ainda não constituem a igreja aperfeiçoada, pois decididamente não se pensa num passeio por todos os cantos do céu. Pelo contrário, a expressão faz pressentir que ainda haverá um destino obscuro e grave para os seguidores.

O vocábulo “ir” (*hypágein*) merece um estudo mais atento em João. Muitas vezes o termo se refere a um ir em direção ao incógnito e abscôndito, sim, ao que causa medo. É uma situação à qual

nos leva o desígnio indecifrável de Deus (cf. Jo 21.18). Em numerosas passagens do evangelho de João o termo ocorre em relação à misteriosa ida de Jesus ao Pai – através da morte, e em Ap 13.10 para descrever que os santos são levados à prisão. A partir desse uso também é iluminada a palavra enigmática de Jo 15.16: “Não fostes vós que me escolhestes a mim; pelo contrário, eu vos escolhi a vós outros e vos designei para que *vades* e deis fruto, e o vosso fruto permaneça”. Também apresenta-se nitidamente diante dos olhos uma escuridão, contra a qual o ser humano natural estende defensivamente ambas as mãos. Acontece, porém, que o Senhor soberanamente nos escolheu (e vai à nossa frente), bem à maneira de Lc 10.3: “Ide! Eis que eu vos envio como cordeiros para o meio de lobos”. Desse modo ele envia para o horror, para as trevas, para a sepultura e – para o fruto. Certamente não envia para muitos frutos terrenos, porque a vida é interrompida, porém para fruto eterno, “que permanece”. “Os que com lágrimas semeiam com júbilo ceifarão. Quem *sai andando* e chorando, enquanto semeia, voltará com júbilo, trazendo os seus feixes” (Sl 126.5,6).

Assim como Jesus os antecedeu fisicamente no passado como o Cordeiro, ele agora, como o Exaltado, vai à sua frente espiritualmente em cada curva do caminho e por todos os “vales escuros”. Eles experimentam a promessa de Mt 28.18-20. Jesus vai à sua frente como um pastor à frente de seu rebanho. É por isso que, eles, “no meio de lobos”, apesar disso se encontram junto de seu Bom Pastor. O alvo final desse ir, para os discípulos, como outrora para seu Senhor, é a face do Pai (Ap 22.4). Por isso eles lhe seguem com confiança infinita.

Finalmente o texto evoca o discurso do Pastor em Jo 10: “Ele chama pelo nome as suas próprias ovelhas e as conduz para fora. Depois de fazer sair todas as que lhe pertencem, vai adiante delas, e elas o seguem, porque lhe reconhecem a voz” (Jo 10.3,4). João acrescenta expressamente que naquela ocasião os discípulos não entenderam o Senhor. Agora, após nada menos de 65 anos, João compreende a palavra. Agora ela tem um lugar frutífero no Ap.

Uma terceira e última vez enceta a explicação: (“Estes” [RC]) **são os que foram redimidos dentre os homens, primícias para Deus e para o Cordeiro**. Depois de falar de virgens e ovelhas, a metáfora dos comprados traz o encerramento (cf. o que já expusemos sobre o v. 3b). Eles foram resgatados do encantamento de Ap 13.7, da “autoridade da besta”. Embora se encontrem nos cárceres do mundo (Ap 13.10), são os mais livres do mundo.

Para que foram comprados? Para *uma oferta de primícias*. Portanto, não são genericamente uma multidão consagrada a Deus, e sim uma *primeira* multidão consagrada a Deus, à qual seguirão outras multidões. Eles constituem um contingente inicial, que espera por complementação. A igreja significa, portanto, promessa de algo mais, ou seja, de um novo céu e uma nova terra e uma nova humanidade. Como o antigo Israel foi o estoque inicial da igreja constituída dentre todos os povos, assim essa comunidade de povos é o estoque básico de uma nova humanidade. Ela o será precisamente quando for semeada na lavoura do mundo, quando caminhar para o martírio (v. 4b) e for sepultada. Os mártires não são simplesmente “semente da igreja”, mas semente de uma nova humanidade.

- 5 A caracterização da igreja como oferta de primícias conduz ao pensamento sacerdotal (cf. Ap 1.6). Entretanto, para os sacerdotes, como também para os animais de sacrifício, havia no AT a condição de serem fisicamente impecáveis. É por isso que a explicação encerra afirmando: **não têm mácula**. Este distintivo, porém, vale nitidamente como figura, assim como no NT as expressões sacrificiais são repetidamente espiritualizadas: **não se achou mentira na sua boca**.

Estes lábios santos apontam mais uma vez, como figura oposta, para o cap. 13. Ali ressaltou-se nos v. 2,5,6 a boca blasfema da besta, que levou todas as bocas do mundo a blasfemarem (v. 4). Do mesmo modo a palavra **mentira** aponta para o cap. 13, a saber, para a atuação da segunda besta, do “profeta de mentira”. No atual contexto, mentira é consentir na adoração diante da besta: “Quem é igual à besta!” Deste modo a besta se transformava, pela mentira, em deus, em senhor sobre todas as coisas. Era em relação a isso que os comprados se conservaram imaculados. Sua boca não negou. Num mundo que ressoava cheio de apostasia e idolatria, eles sustentaram um testemunho límpido de Deus e do Cordeiro.

## IX. TERCEIRO APÊNDICE ÀS VISÕES DAS TROMBETAS O SURGIMENTO DO JUIZ EM MEIOS AOS SEUS ANJOS

14.6-20

Hadorn compara essa seção com um altar medieval com asas laterais dobradiças. No centro mostra-se como imagem principal o Juiz celestial sobre a nuvem branca (destacado no texto por meio de “e vi”, “e eis”), na asa lateral esquerda os primeiros três anjos, e na da direita os outros três anjos. Essa comparação leva a que se valorize a unidade da seção. O próprio número de sete pessoas que a integram faz com que seja uma seção coesa. Na verdade, somente os três primeiros anjos são contados, mas todos os seis ficam interligados ao serem introduzidos de forma homogênea por “e outro anjo”.

De modo algum os dois grupos de anjos podem ser separados do Juiz que está entre eles. A obra dos anjos é a obra dele. Eles precisam ser interpretados a partir dele, ao qual, afinal, rodeiam e ao qual servem. Na antiga Roma o cônsul ou outros altos magistrados apareciam perante o povo acompanhados dos *lictors*, que traziam consigo o famigerado molho de varas e a machadinha e que representavam a autoridade de seu senhor. O próprio número deles expressava o grau da posição dele e era observado. Em decorrência, surge agora um Juiz supremo, o Filho do Homem, em meio a seus anjos. Por isso, eles também são integralmente anjos do juízo. Uma leitura divergente os desvincularia de seu contexto.

Embora acrescentada à série das trombetas e ligada ao cap. 13 por numerosas correlações, a seção dá concomitantemente seguimento à conexão com as visões dos selos, que já começou em Ap 14.1-5. Novamente ela parece ser um esboço dos grandes quadros subsequentes do Ap. Muitos de seus tópicos são retomados nos últimos capítulos e tratados detalhadamente. Por isso, o comentário permite-se deixá-los ainda em compasso de espera.

## 1. O primeiro anjo, 14.6,7

- <sup>6</sup> **Vi outro anjo voando pelo meio do céu, tendo um evangelho (“boa notícia”) eterno para pregar aos que se assentam sobre a terra, e a cada nação, e tribo, e língua, e povo,**  
<sup>7</sup> **dizendo, em grande voz: Temei a Deus e dai-lhe glória, pois é chegada a hora do seu juízo; e adorai aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas.**

- 6 O primeiro destes “outros” anjos que acompanham o Juiz é visto por João de uma maneira que logo enquadra esse mensageiro num contexto diferente. **E vi outro anjo voando pelo meio do céu** (“no zênite”). Desta forma ele já havia visto, em Ap 8.13, a águia acima da superfície da terra gritando “ai”. Porém, enquanto aquele mensageiro de desgraça anunciava apenas formas preliminares do juízo, agora são até três anjos de juízo que exclamam o próprio juízo final.

O primeiro deles tinha **um evangelho eterno para pregar** (“uma eterna mensagem de vitória para anunciar” [tradução do autor]). No presente local não é recomendável manter o estrangeirismo grego “evangelho”, porque ele involuntariamente enche nossos ouvidos com um certo conteúdo emocional. Por isso, em toda a história os intérpretes também se apropriaram do anjo como sendo a concretização da mensagem de graça dos missionários conforme Mc 13.10.

Na verdade, a pregação missionária cristã acaba justamente quando surgem estes arautos (cf. as observações preliminares à seção). Também o sentido mais restrito dos v. 6,7 não permite mais imaginar algo como a atividade missionária. Tudo indica para que “evangelho” aqui não tenha o sentido paulino, mas ainda o sentido do AT, o que já poderia ser indicado pela ausência do artigo. Pelo que se constata, João não faz a mesma associação com essa palavra que os demais autores do NT. Para ele, como para o AT, não constitui um conceito central, e praticamente não está definido. Aqui a palavra expressa uma mensagem do céu que proclama a vitória final de Deus e Cristo. Sem dúvida cabe-lhe a conotação da alegria, porém unicamente para os redimidos, enquanto faz com que os inimigos tremam (cf. Lc 21.28 com Lc 21.25). Pelo fato de esta mensagem ser chamada de **eterna** ela se destaca dentre a enxurrada de mensagens e “evangelhos” do mundo daquele tempo e também singularmente do culto ao imperador. Notícias do início de governo, do nascimento de um filho do imperador, de sua maioridade, de vitórias em batalhas e de sentenças de morte – tudo era levado com a máxima pompa aos moradores do Império. A *eterna mensagem de vitória* desclassifica essas profusas manchetes e comunicações especiais como sendo quimeras de vida curta, reivindicação oca e barulho vazio. Agora ressoa um comunicado divinamente válido.

Ela se dirige **aos** (“contra os”) **que se assentam** (“os que estão entronizados”) **sobre a terra**. Aqui não se encontra a formulação, no mais tão freqüente no Ap, de “morar” sobre a terra. Eles estão



“sentados” sobre a terra, assim como no v. 14 o Filho do Homem está “sentado” sobre a nuvem branca, i. é, ao trono nas nuvens se contrapõem os tronos da terra, ou seja, os “reis da terra” (cf. o exposto sobre Ap 1.5). São eles os ninhos responsáveis pela resistência a Deus nas alturas. Além do mais, pode-se depreender desse termo uma ênfase na imobilidade e também na impenitência dessas pessoas. Elas se comportam como seus precursores nos dias de Noé. De modo extremamente súbito são assaltados agora pela destruição (Mt 24.37-39; 1Ts 5.3).

- 7 Uma voz estrondosa solicita-os a se submeterem: **dizendo, em grande voz: Temei a Deus e dai-lhe glória**. Cumpre destacar sempre (cf. o comentário a Ap 11.12) que essa formulação significa sobretudo aquilo que diz, a saber, que Deus finalmente receba a sua honra e não continue a ser cumulado de blasfêmias (Ap 13.6). Inicialmente isso constitui um acontecimento subjetivo. O que se deve afirmar sobre o estado subjetivo daqueles que se submetem à majestade de Deus tem de ser depreendido do respectivo contexto. Aqui ele está sendo definido com muita exatidão.

**Pois é chegada a hora do seu juízo.** É aquela hora que se torna inequívoca nas afirmações subsequentes, a hora da queda da Babilônia (v. 8), da ira de Deus (v. 10), do lago de fogo (v. 11), a hora da foice, da faca de vindimar e da lagaragem (v. 16,19,20) – portanto, nenhuma hora de misericórdia! A respeito da mesma hora lemos também em Ap 18.10,17,19. Este “seu juízo” deve ser diferenciado de seus juízos (plural, p. ex., em Ap 16.7; 19.2), que sempre deixavam brechas para a graça.

Ao contrário dos ídolos impotentes, que não fazem nada e por isso não precisam ser temidos por ninguém, o Deus vivo é tornado presente com sua imensurável onipotência. Convoca-se para venerá-lo. **Adorai aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas.** É a mesma descrição da criação que é pressuposta nas quatro visões das trombetas (Ap 8.7-12). Deus os fez, ele os recolhe (EXCURSO 5c). Então o ser humano não poderá mais entrincheirar-se contra Deus na criação. Resta-lhe – quer queira quer não – somente um único lugar, o lugar aos pés do Onipotente. Talvez também permaneça na memória o “fazer” imitador do profeta de mentira (Ap 13.12-16). Como é miserável esse feitiço em comparação com as obras do Senhor, verdadeiramente digno de adoração!

## 2. O segundo anjo, 14.8

- <sup>8</sup> **Seguiu-se outro anjo, o segundo, dizendo: Caiu, caiu a grande (cidade) Babilônia que tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição.**

- 8 O anjo que segue agora é intencionalmente numerado. Ele pertence à mesma série do anjo anterior, segue-o e compartilha com ele o mesmo local no zênite. **Seguiu-se outro, o segundo.** Sua mensagem tem os mesmos destinatários, de modo que eles não precisam ser citados novamente. Tampouco ele muda de assunto, contudo complementa seu antecessor. E ele disse: **Caiu, caiu a grande (cidade) Babilônia.**

O juízo sobre a Babilônia (quanto à forma do nome, cf. o comentário a Ap 17.5) alcança aqui tamanha plasticidade (e também certeza e irrevogabilidade) que já se pode exclamá-lo em triunfo como algo acontecido. Tratamos do termo “Babilônia” em Ap 11.8, e o faremos com pormenores na abordagem dos cap. 17,18, onde também se repete o “caiu!” (Ap 18.2; ocorre na forma duplicada também em Is 21.9; cf. Jr 51.8).

Segue-se a causa do juízo: **que tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição.** Surge, assim, o conceito da “prostituta” Babilônia (a expressão aparece em Ap 17.1). Já o povo da aliança no AT considerava a Babilônia como matriz da idolatria, como foco contagioso de uma terrível sedução que abrange todos os povos. Sobre essa “prostituição” religiosa e real, cf. Ap 2.20-24. Obteremos um sentido direto dessa acumulação de termos um pouco complicada **do vinho da fúria da sua prostituição**, quando não relacionarmos a **fúria** com a ira de Deus nessa passagem, mas a entendermos como o ardor contagioso e insaciável dessa meretriz. É sua avidez que depois é simbolizada na bebida inebriante. Também em Os 4.11 a prostituição e o vinho são equiparados. Dessa forma ela oferece de forma tentadora seu “cálice de ouro” (Ap 17.4), de forma que ele passa pelas fileiras da humanidade, arrastando todos para a desgraça.

## 3. O terceiro anjo, 14.9-11



- <sup>9</sup> Seguiu-se a estes outro anjo, o terceiro, dizendo, em grande voz: Se alguém adora a besta e a sua imagem e recebe a sua marca na fronte ou sobre a mão,  
<sup>10</sup> também esse beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da sua ira, e será atormentado com fogo e enxofre, diante dos santos anjos e na presença do Cordeiro.  
<sup>11</sup> A fumaça do seu tormento sobe pelos séculos dos séculos, e não têm descanso algum, nem de dia nem de noite, os adoradores da besta e da sua imagem e quem quer que receba a marca do seu nome.

**9,10 Seguiu-se a estes outro anjo, o terceiro, dizendo, em grande voz.** O primeiro anjo falou de Deus, o Juiz; o segundo anjo, da Babilônia, a julgada. O terceiro anjo fala agora dos que foram julgados com ela. O que ouvimos dos anjos, na realidade constitui uma única pregação, porém distribuída entre diversos oradores. Em consonância, por meio do **também** no v. 10, este anjo se reporta aos que falaram antes dele. Babilônia já caiu, mas todos os idólatras são arrastados na queda dela. **Se alguém adora a besta e a sua imagem e recebe a sua marca na fronte ou sobre a mão, também esse beberá do vinho da cólera de Deus.**

Nessa situação processa-se uma mudança de figura. Agora não é mais a prostituta Babilônia que oferece seu cálice de pecado, e sim Deus, que alcança sua taça de ira. Em termos de conteúdo isso corresponde com muita precisão ao que a Bíblia ensina sobre pecado e castigo (nota 293). *Vinho da ira* (RC) no v. 8 simbolizou o pecado, retornando agora como punição (cf. nota 702).

O quadro é colorido. Este vinho foi **preparado, sem mistura, do cálice da sua ira**, i. é, não foi misturado com água como era usual no Oriente, mas com condimentos anestésicos, que aguçavam ao máximo a natureza inebriante da bebida. Em 3Macabeus 5.2,45 isso é feito para que os elefantes fiquem fora de si. Assim a ira de Deus não está sendo abrandada por nada, como nos longos períodos de paciência e da continência divinas. Ele cumpre seu juramento de Ap 10.5 (cf. o texto correspondente).

**E será atormentado com fogo e enxofre.** Retornaremos a essa expressão quando tratarmos de Ap 19.20 e 20.10. Entretanto não reaparece a pequena menção que talvez transforme o juízo no mais severo dos juízos.

O tormento é suportado **diante dos santos anjos e na presença do Cordeiro**. Primeiramente é plenamente revelado que o juízo da presente seção de fato pressupõe a chegada do Senhor e não tem mais nada a ver com um juízo qualquer dentro da história. A menção dos santos anjos poderia ser uma paráfrase reverente da presença de Deus, o que explicaria a colocação anterior a Cristo. Consequentemente, o juízo final é suportado perante Deus em Cristo, a saber, perante aquele cujo amor era tão manifesto. Ele agora tem de mostrar sua ira (cf. Ap 6.16)! Isso significa tormento sem limites, sem paz, sem evasivas e sem qualquer direito de apelação.

- 11** A idéia de que o Cordeiro se deleita com o sofrimento dos condenados poderia ser introduzida nesse texto apenas como material estranho. Ele próprio está isento de tais impulsos por sua elevada e profunda seriedade. Também o v. 11, embora use termos assustadores, de forma alguma ilustra a perdição como prazerosa, porque se atém disciplinadamente a formulações do AT, sobretudo a Is 34.10. **A fumaça do seu tormento sobe pelos séculos dos séculos, e não têm descanso algum, nem de dia nem de noite.** Para o comentário, remetemos novamente a trechos mais detalhados acerca desse tema (Ap 18.9,18; 19.3; 20.10).

Finalmente o anjo retorna ao “se” do v. 9: *Se alguém aceita a marca de seu nome* (da besta) [tradução do autor]. Este “se” que forma a moldura e que sustém toda a mensagem do anjo, deveria ser ouvido com precisão. Ele revela as duas camadas do trecho. Num nível o anjo proclama o juízo final já irrevogável. No outro nível ele interpela os endereçados do presente livro que *ainda* podem decidir-se, que ainda estão diante da possibilidade de renegar a besta ou separar-se com terror da besta, para pertencer integralmente ao Cordeiro. Nos v. 12,13 esse tom pastoral insistente irromperá de forma cabal. Ninguém deve tomar conhecimento dessa visão do juízo final prestes a chegar como mera aula objetiva sobre o plano da salvação. Por amor de Deus, abandonem a posição de espectadores!

#### 4. Exortação à igreja, 14.12,13

- <sup>12</sup> **Aqui está** (“é necessária”) **a perseverança dos santos**, (aqui são aprovados somente) **os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus**.
- <sup>13</sup> **Então, ouvi uma voz do céu, dizendo: Escreve: Bem-aventurados (são) os mortos que, desde agora, morrem no Senhor. Sim, diz o Espírito, para que descansem das suas fadigas, pois as suas obras os acompanham.**

De modo muito flagrante João abandona o estilo de descrição e dirige a palavra a seus contemporâneos. Ele não olha simplesmente para dentro do céu, porém vê igualmente a eles e tem de agir pastoralmente. Essas inclusões são características do cap. 13 (Ap 13.9,10,18). Pelo que se constata, ainda se pressupõe a mesma situação dos santos (Ap 13.7).

- 12** **Aqui é necessária a perseverança dos santos**, aqui são aprovados somente **os que guardam os mandamentos de Deus e a fidelidade a Jesus**. A menção da esperança pela parusia e da fidelidade das testemunhas aproxima essa palavra de Ap 13.10. Contudo, naquele contexto não se devia esperar a referência à adoração de imagens, que evidentemente aconteceu aqui pela indicação dos **mandamentos de Deus**. Pois entretantes João havia visto e relatado Ap 13.11-18, acabando também por referir-se à questão (v. 9-12). A proibição de imagens no AT desempenhava uma função-chave, formando o acesso a todos os mandamentos de Deus.
- 13** Uma **voz do céu** confirma a exortação de João. Ligada a uma das doze ordens do livro para que João escreva (cf. o exposto sobre Ap 1.11), ela profere uma bem-aventurança: **Escreve: Bem-aventurados são os mortos que... morrem no Senhor**. Este cumprimento soa paradoxal como tantas bem-aventuranças na Bíblia (nota 104). Ela vale para aqueles aos quais de resto ninguém felicitaria, quando muito uma cordial condolência, a saber, para os mártires na luta iminente. No presente contexto não é possível entender o **desde agora** de forma diferente. Ap 12.10,11 fala do mesmo morrer e vencer dos irmãos sob o mesmo “agora”. Ali também lemos que seu morrer é uma vitória. É para essa vitória que estão sendo exclamadas aqui as felicitações. Será que ele também se refere a que de agora em diante – tenhamos diante de nós a situação do cap. 13! – é mais fácil que viver? Quem morria no Senhor, ou seja, na fé, morria em direção a seu Senhor, tendo passado por tudo.

Apesar de essas palavras serem de uma voz do céu, ainda é preciso que se acrescente uma voz confirmadora do Espírito como segunda testemunha, porque as coisas mencionadas têm tamanha gravidade. **Sim, diz o Espírito**. No Ap o Espírito é, com clareza singular, o advogado da igreja em suas fraquezas. Aqui trata-se, como em Rm 8.26, da fraqueza na oração. Ele ajuda a que se concorde perante Deus com um caminho tão difícil.

A explicação subsequente também deve ajudar a seguir ao Cordeiro para onde quer que vá. **Para que descansem das suas fadigas** (“trabalhos” [RC, TEB, BLH, VFL]). Ao contrário da recém-mencionada terrível falta de sossego no v. 11, a nova existência será o descanso dos santos. O judaísmo prometia descanso depois de uma luta corajosa contra os desejos carnis. Aqui nos encontramos numa atmosfera diferente. *Trabalho* é uma palavra do primeiro cristianismo para o empenho missionário (cf. o comentário a Ap 2.1). Essa fadiga incluem, no caso, também o sacrifício completo da existência, depois que cada dia já trouxe a sua maldade (Mt 6.34). É o que está em destaque: sair de tudo que é maligno e entrar para a alegria do Senhor. Seu louvor alegre lhes proporcionará plena paz.

É nesse sentido que também se afirma: **pois as suas obras os acompanham** (“seguem”). Seu louvor dirige-se a essas obras, na medida em que representam o lado externo de sua fidelidade de fé. Separar pessoa e obra é possível apenas num nível meramente intelectual e, aliás, muito infrutífero. Enquanto nós gostamos de deixar as obras para trás e oferecer a Deus nossa pessoa abstrata e crente, o judaísmo enveredou pelo caminho oposto, remetendo Deus à boa obra abstrata. “Quem cumpre *um único* mandamento nesse mundo, essa obra o precede e entra antes dele no mundo vindouro”. A obra abre o caminho. Com ela o ser humano realiza demonstrações e operações diante de Deus. No entanto, perante Deus não podemos construir fachadas nem de um nem de outro jeito. Ele alcança a pessoa por trás da obra e a obra por trás da pessoa. Ele descobre a realidade (cf. a exposição sobre Ap 20.11-13).

## 5. A manifestação do Filho do Homem (e o quarto anjo), 14.14-16

- <sup>14</sup> **Olhei, e eis uma nuvem branca, e sentado sobre a nuvem um semelhante a filho de homem, tendo na cabeça uma coroa de ouro e na mão uma foice afiada.**
- <sup>15</sup> **Outro anjo saiu do santuário, gritando em grande voz para aquele que se achava sentado sobre a nuvem: Toma a tua foice e ceifa, pois chegou a hora de ceifar, visto que a seara da terra já amadureceu!**
- <sup>16</sup> **E aquele que estava sentado sobre a nuvem passou a sua foice sobre a terra, e a terra foi ceifada.**

**14** Pelo próprio começo **olhei, e eis** esse aparecimento é destacado da série dos seis anjos. Primeiro João percebe como “trono” a **nuvem branca** (de modo análogo em Ap 4.2; 19.11; 20.4,11). Como em Ap 1.7 aqui ela é símbolo de poder, contudo a impressão é reforçada pelo impacto de sua alvura ofuscante. Na realidade ela não é uma cor perceptível aos sentidos, mas antes a ausência de qualquer cor natural, a “descrição” de uma natureza de luz celestial indescritível.

Acaso essa nuvem assinala, como outras passagens, a vinda do Senhor com glória? Tanto a nuvem como também sua cor branca como igualmente a coroa dourada podem referir-se a anjos (Ap 10.1; 19.14; 4.4). Somente a exegese seguinte poderá esclarecer essa questão.

João vê o *Entronizado* sobre o trono de luz. Ele forma o contraste com os “entronizados sobre a terra” do v. 6. Nesse momento descarta-se a interpretação de que seja um anjo. Clareza definitiva é trazida pelo adendo **semelhante a filho de homem** (forma idêntica a Ap 1.13). Isso constitui uma referência consciente a Dn 7.13, a passagem muito conhecida no judaísmo e cristianismo a respeito da sujeição de todos os reinos humanos em favor do reino eterno por intermédio do Filho do Homem exaltado. Ele aparece coroado de vitória: **na cabeça uma coroa de ouro**.

A tarefa mais importante esperada do Filho do Homem é o juízo. O Pai “lhe deu autoridade para julgar, porque é o Filho do Homem” (Jo 5.27). Nesse momento não se deve pensar num juízo sobre a igreja, mas num juízo “fora da cidade”, isto é, sobre a vasta “terra” (v. 6,15,16,18,19 = sete vezes). A igreja, porém, encontra-se, nessa moldura do quadro, junto com o Cordeiro sobre Sião e não se enquadra no conceito “terra”. Para esse juízo ele trazia **na mão uma foice afiada**.

No texto a seguir temos de avaliar se há razões de peso para desviarmo-nos da visão exposta, que é coesa. Será que o presente trecho do Filho do Homem armado de foice e rodeado de seus anjos do juízo também contém ainda um processo de misericórdia, como constata muitos comentaristas?

**15** **Outro anjo saiu do santuário** do céu (cf. v. 17 e Ap 11.19). Desta forma, não se interrompe a sequência de anjos. Todos eles, como também este anjo, vêm da central de comando celestial, da presença de Deus. Que traz ele? **Gritando em grande voz para aquele que se achava sentado** (“ao Entronizado”) **sobre a nuvem**. Essa comunicação, por mensageiros, entre Deus e Cristo demonstra que Cristo saiu do lugar à direita de seu Pai – corretamente entendido – e que veio ao mundo.

O anjo passa adiante uma incumbência suprema: **Toma a tua foice e ceifa**. Na Bíblia a colheita pode ser tanto uma metáfora da alegria como também do terror. No NT ocorre predominantemente como uma figura de terror. Depõe a favor dessa leitura também o atual contexto. **Pois chegou a hora de ceifar, visto que a seara da terra já amadureceu**. No âmbito dessa visão essa **hora**, afinal, não pode ser separada do v. 7: não se trata de reunir a igreja conforme Mt 24.31, mas da hora do juízo sobre a besta e seus adoradores, sobre a Babilônia e seus amigos. Deus responde definitivamente do seu templo às orações dos mártires de Ap 6.10. A grande espera alcançou seu ponto extremo. Não acontece mais nenhum desenvolvimento terreno. A colheita está supermadura, referindo-se a toda a **terra**.

**16** A impressão da execução judicial se intensifica pelo arremesso da foice. **E aquele que estava sentado** (“entronizado”) **sobre a nuvem passou a sua foice sobre a terra**. O próprio procedimento da colheita não é descrito aqui, enquanto se informa, p. ex., em Mt 13.39: “Os ceifeiros são os anjos”. Sucinta é também nesse texto a nota sobre a execução. **E a terra foi ceifada**.

Como já mencionamos, uma série de exegetas constata, ao contrário dos v. 17-20, em que os inimigos são calcados no lagar, agora uma reunião misericordiosa dos eleitos do mundo inteiro em torno de Cristo. Contra essa leitura, porém, depõem não apenas o tema do texto em análise, mas também todos os seus pormenores, que não temos necessidade de recapitular. Somente o v. 20 sugere a idéia de uma preservação dos eleitos. Igualmente os textos paralelos em Ap 1.7 e 19.11-20 (cf. nota 712) são inequívocas visões de juízo. Finalmente, é preciso ter em conta o papel que exerce, no

fundo, Jl 3.13. Ali prefigura-se a metáfora dupla de ceifar e pisar o lagar, valendo sem distinção para os inimigos de Sião.

## 6. A lagaragem da terra (o quinto e o sexto anjo), 14.17-20

- <sup>17</sup> Então, saiu do santuário, que se encontra no céu, outro anjo, tendo ele mesmo também uma foice afiada.
- <sup>18</sup> Saiu ainda do altar outro anjo, aquele que tem autoridade sobre o fogo, e falou em grande voz ao que tinha a foice afiada, dizendo: Toma a tua foice afiada e ajunta os cachos da videira da terra, porquanto as suas uvas estão amadurecidas!
- <sup>19</sup> Então, o anjo passou a sua foice na terra, e vindimou a videira da terra, e lançou-a no grande lagar da cólera de Deus.
- <sup>20</sup> E o lagar foi pisado fora da cidade, e correu sangue do lagar até aos freios dos cavalos, numa extensão de mil e seiscentos estádios.

Como o quarto anjo no v. 15, os dois anjos do presente trecho nitidamente têm a ver com a execução do juízo, ao contrário dos três primeiros anjos nos v. 6-11, que proclamavam a abertura do juízo. Além disso, evidencia-se aqui a formação de dois pares. O sexto anjo é parte do quinto anjo, assim como o quarto anjo estava relacionado com o Filho do Homem. Esses dois pares servem à duplicação da imagem do juízo de Jl 3.13. Aqui existe a nítida intenção de produzir uma duplicação: observamos a mesma origem a partir do santuário do céu (v. 15,17), o mesmo equipamento (v. 14,17, cf. nota 714), o mesmo grito em volume alto (v. 15,18), o mesmo objeto de juízo (v. 15,18), a mesma solicitação (“toma!”, nos v. 15,18) e a mesma execução (“passou”, nos v. 16,19).

Visualiza-se, portanto, como em Jl 3.13, duplamente o mesmo acontecimento. Isso lhe confere uma ênfase enorme. Não podemos nos deixar confundir pelo fato de que esse juízo é executado uma vez pelo próprio Filho do Homem, e outra vez pelo anjo. O anjo é anjo *dele*. No anjo ele está agindo novamente. O texto paralelo em Ap 19.15 mostra o próprio Cristo pisando o lagar!

- 17-19** É expressiva a definição exata da origem do sexto anjo, de que **saiu do altar**. Cabe recordar que João viu os mártires clamar a Deus a partir desse altar (nota 297): “Até quando, ó Soberano Senhor, santo e verdadeiro, não julgas, nem vingas o nosso sangue dos que habitam sobre a terra?” [Ap 6.10]. Pelo fato de que agora sai desse lugar o anjo que dá o sinal de largada para o juízo final, fica estabelecida a correlação entre o juízo final e as orações dos mártires. Chegou a hora pela qual suplicaram por tanto tempo.

O anjo do altar tinha **autoridade sobre o fogo**. Devemos equipará-lo ao anjo de Ap 8.5, que já lançou uma vez “fogo do altar” sobre a terra? Contudo, naquela ocasião parecia tratar-se do altar de incenso, e aqui o juízo também não é apresentado pela ilustração do fogo derramado. Pois agora processa-se o juízo final, que passa a ser ilustrado pela metáfora da vindima. Como em Ap 16.7, o altar parece estar representando a voz da santidade e justiça de Deus.

Esse anjo traz a ordem: **Toma (“Envia”) a tua foice afiada e ajunta os cachos da videira da terra, porquanto as suas uvas estão amadurecidas!** Na Palestina deixava-se os ramos da videira crescer livremente no chão, de maneira que uma única videira podia cobrir uma superfície grande. No Sl 80.8,9 fala-se de uma videira que “encheu a terra (inteira)”, aqui é a superfície da terra toda. A metáfora era amplamente conhecida no Oriente, e mesmo no AT não está restrita, p. ex., a Israel. Agora está sendo vindimada a videira da terra, ou seja, conforme o v. 6, todas as nações, tribos, línguas e povos. **Então, o anjo passou a sua foice na terra, e vindimou a videira da terra.**

- 20** O que recolheu ele **lançou no grande lagar da cólera de Deus. E o lagar foi pisado fora da cidade**. Para a nossa percepção a referência do lugar é surpreendente. Afinal, a “videira da terra” abrange um grande número de locais e cidades. O lagar está sendo pisado no mundo inteiro. Como é que a lagaragem pode ser situada num lugar fora do muro da cidade? No entanto, justamente não se está pensando em dimensões geográficas, mas em grandezas essenciais. Elas são tomadas de Jl 3. Nesse texto lemos, por um lado, acerca do povo de Deus sobre o monte Sião e, por outro, dos inimigos que sobem de todos os lados. Contudo, diante dos muros de Sião o ataque é obstruído por uma intervenção de Deus. Os inimigos são exterminados em um banho de sangue. Logo, uma menção indireta do processo de clemência na igreja aparece somente à margem da visão. O presente juízo acontecerá, na perspectiva dela, “do lado de fora”.

A relação com Jl 3 também é confirmada pela subsequente alusão obscura a uma batalha. **E correu sangue do lagar.** O AT ocasionalmente compara vinho tinto com sangue. O sangue chegou **até aos freios dos cavalos.** Esta descrição de um banho de sangue obedece a uma fórmula e retorna diversas vezes na literatura. Narra-se que um cavalo se move no sangue dos pecadores que lhe chega até a altura do peito, ou que ele afunda no sangue até as narinas, ou que anda no sangue dos mortos até o nariz. Estas formulações trazem consigo o fato de que as pessoas se tornam insensíveis para com seu significado literal. Os leitores da época entendiam que agora está se realizando um grande juízo, sem que neles fossem despertados sentimentos especialmente sanguinários.

Depois da menção da profundidade da torrente de sangue segue-se um dado sobre seu comprimento: **numa extensão de mil e seiscentos estádios.** Diante desse dado, Bengel e outros especulam com o comprimento da Palestina. Contudo, quando se entende o número como simbólico, o que é mais plausível no presente caso, chega-se precisamente a um resultado que exclui qualquer idéia da Palestina. O que ocorre nesse caso é que o número dos quatro pontos cardeais foi elevado à potência e ainda multiplicado pelo número cem, que expressa a plenitude. Assim esse juízo abarca a terra em todas as suas dimensões imagináveis e até em seu mais afastado recanto. Ao contrário dos juízos que acontecem dentro da história, que constantemente permitiam que a vida, em parte, continuasse, e depois dos quais repetidamente havia os que escaparam, no presente episódio acontece o juízo total.

## X. O DERRAMAMENTO DAS TAÇAS PELOS SETE ANJOS

### 15.1–16.21

A série das taças transcorre nitidamente paralela à série das trombetas. Inicialmente João torna a ver uma cena preliminar no céu. Em seguida, depois de uma transição sem interrupções, ele relata as primeiras seis visões de juízo e, depois de uma intercalação, o sétimo juízo. Além dessa estrutura homogênea ainda chamam atenção os mesmos tópicos nas séries, destacadas na tabela abaixo por meio de grifos:

#### *Visões das trombetas*

8.2 Introdução dos anjos das trombetas

8.3-5 Cena preliminar no céu:

A relação dos anjos das trombetas com as orações dos santos

8.6 Transição às visões das trombetas

8.7 Primeira trombeta:

Granizo e fogo são lançados *sobre a terra.*

8.8,9 Segunda trombeta:

A terça parte do mar torna-se sangue.

8.10,11 Terceira trombeta:

A terça parte dos *rios e nascentes* torna-se sangue.

8.12 Quarta trombeta:

O *sol* e astros são escurecidos numa terça parte.

9.1-12 Quinta trombeta:

Gafanhotos *escurecem* o sol e causam *tormentos* às pessoas.

9.13-21 Sexta trombeta:

Os quatro anjos *no grande Eufrates* são soltos.

10.1–11.14 Peça intermediária:

A igreja nos juízos

11.15-19 Sétima trombeta:

raios, vozes, trovões, sismos, granizo

#### *Visões das taças*

15.1 Introdução dos anjos das taças

15.2-8 Cena preliminar no céu:

Relação dos anjos das taças com a nova canção dos vencedores

16.1 Transição às visões das taças

16.2 Primeira taça:

Ela é derramada *sobre a terra.*

16.3 Segunda taça:

O *mar* torna-se *sangue.*

16.4 Terceira taça:

*Rios e nascentes* tornam-se sangue.

16.8,9 Quarta taça:

O *sol* cresta as pessoas com fogo.

16.10,11 Quinta taça:

O reino da besta é *escurecido*, flagelos *atormentam* as pessoas.

16.12-14 Sexta taça:

Derramada *no grande rio Eufrates*

16.15 Interjeição dirigida à igreja nos juízos

16.17-21 Sétima taça:

raios, vozes, trovões, sismos, granizo



Em que reside, apesar dessa forma homogênea, a progressão do pensamento? Para responder a essa pergunta, é preciso ler novamente com atenção a cena preliminar no céu, em Ap 15.1-8, e compará-la com o prefácio das visões das trombetas, em Ap 8.2-5.

### 1. Cena preliminar no céu: O cântico dos vencedores, 15.1-8

- <sup>1</sup> **Vi no céu outro sinal grande e admirável: sete anjos tendo os sete últimos flagelos, pois com estes se consumou a cólera de Deus.**
- <sup>2</sup> **Vi (algo) como que um mar de vidro, mesclado de fogo, e os vencedores da besta, da sua imagem e do número do seu nome, que se achavam em pé no mar de vidro, tendo harpas de Deus;**
- <sup>3</sup> **e entoavam o cântico de Moisés, servo de Deus, e o cântico do Cordeiro, dizendo: Grandes e admiráveis são as tuas obras, Senhor Deus, Todo-Poderoso! Justos e verdadeiros são os teus caminhos, ó Rei das nações!**
- <sup>4</sup> **Quem não temerá e não glorificará o teu nome, ó Senhor? Pois só tu és santo (“devoto”); por isso, todas as nações virão e adorarão diante de ti, porque os teus atos de justiça se fizeram manifestos.**
- <sup>5</sup> **Depois destas coisas, olhei, e abriu-se no céu o santuário do tabernáculo do Testemunho,**
- <sup>6</sup> **e os sete anjos que tinham os sete flagelos saíram do santuário, vestidos de linho puro e resplandecente e cingidos ao peito com cintas de ouro.**
- <sup>7</sup> **Então, um dos quatro seres viventes deu aos sete anjos sete taças de ouro, cheias da cólera de Deus, que vive pelos séculos dos séculos.**
- <sup>8</sup> **O santuário se encheu de fumaça procedente da glória de Deus e do seu poder, e ninguém podia penetrar no santuário, enquanto não se cumprissem os sete flagelos dos sete anjos.**

- 1 **Vi no céu outro sinal.** O termo “sinal” abrange, no presente texto (cf. Ap 12.1,3), uma visão com seus detalhes e movimentos, ou seja, os acontecimentos até o v. 8. O sinal aparece a João como **grande e admirável**. Já o sinal de Ap 12.1 foi qualificado por ele como “grande”. Agora acrescenta o espanto horrorizado (quanto ao termo, cf. o comentário ao v. 3). Esse traço de intensificação extrema constantemente chamará nossa atenção na série das taças.

No centro do “sinal” estão novamente sete anjos de flagelos: **sete anjos tendo... flagelos**. Até esse ponto eles poderiam coincidir com os anjos das trombetas no cap. 8. Contudo, a pequena frase desemboca num acréscimo essencial, do qual não pode ser separada. Os flagelos que *estes* anjos têm a trazer são **os últimos**. Eles não perpassam todo o tempo escatológico, como os juízos dos selos e das trombetas, mas somente iniciam quando a evolução já está avançada, no “derradeiro trecho antes do fim” (Rissi). É assim que esclarece expressamente a frase seguinte: pois com eles foi consumado o furor de Deus. Ele atinge seu ponto-alvo.

Cabe comparar com este texto as passagens da consumação dos “mistérios de Deus” (Ap 10.7) ou das “palavras de Deus” (Ap 17.17). A partir de um determinado momento Deus abandona sua atitude reticente e interfere rápida e definitivamente. É para isto que servem os juízos das taças. Ao estarem terminados, ressoa a notícia da execução: “Está feito!” (Ap 16.17 [TEB]).

O número sete novamente expressa: Deus não fica devendo nada em sua ira. Todo e qualquer pecado cometido no cosmos obtém a ação contrária perfeita. Assim como Deus foi inteiramente Deus em seu amor, assim ele também será inteiramente Deus em sua ira.

Apesar de que a série das taças, portanto, não diz respeito ao mesmo período de tempo como a série das trombetas, mas unicamente à última fase, ela faz uso de figuras muito similares, como evidenciou a comparação acima. Disso resulta que o período derradeiro não traz momentos fundamentalmente novos em comparação a todo o fim dos tempos. Contudo condensará os acontecimentos e os intensificará a ponto de que ninguém deixará de notá-los. Agora se impõe à consciência de todas as pessoas, como dado ofuscante, o reconhecimento de que chegou o tempo de decisão e de que os povos jazem na crise. Em nenhuma época anterior o testemunho cristão, como também sua ridicularização, estão tão carregados de responsabilidade.



- 2 O primeiro versículo era um título (nota 729). Somente agora João começa a reproduzir de fato sua visão. **Vi (algo) como que um mar de vidro.** No Ap este fenômeno faz parte das cercanias do trono de Deus (cf. o exposto sobre Ap 4.6). As “águas que estão acima do firmamento” (Gn 1.7 [BJ]) já não representam um aspecto ameaçador. Elas se tornaram vítreas, i. é, as ondas agitadas foram controladas num espelho liso da majestade de Deus. Combina com essa imagem o elemento do fogo: **mesclado de fogo.** Em inúmeras manifestações de Deus o fogo é expressão da sua essência (cf. Ap 4.5). Aqui expressa sua glória de Juiz.

Obviamente a confrontação do mar de vidro com o trono de Deus resulta, na presente passagem, mais das correlações gerais do que de uma formulação expressa. O próprio texto salienta uma segunda relação: o mar de vidro constitui o posto dos vencedores, que entoam ali a nova canção. Deste modo surge um significado adicional dessa aparição, pois um judeu podia ser lembrado, pela constituição vítrea desse mar, do Mar Vermelho, em que no passado Israel experimentou a glória do juízo de Deus e em cujas margens o povo libertado entoou o “cântico de Moisés” (aqui no v. 3).

A conexão com aquele evento nos primórdios de Israel se torna cada vez mais sólida nas palavras seguintes. João viu **os vencedores da besta, da sua imagem e do número do seu nome.** Afinal, também o poder de Faraó, sobre quem Israel venceu pelo braço forte de Deus, às vezes era comparado a uma besta do tipo de um dragão.

Surge, pois, “Israel” na margem salvadora, *junto ao* (RC, NVI, VFL) **mar de vidro**, e passou pelos perigos e temores do cap. 13. Os rios não puderam afogar nem o fogo pôde queimá-lo, porque Deus o amou tanto (Is 43.2,3).

Depois que se quebraram as harpas do imperador (cf. o comentário a Ap 14.2), ressoam as **harpas de Deus.** O texto evoca Ap 5.8 e 14.2, só que não são mais anjos que as tocam, mas sim os vencedores que vieram da tribulação do cap. 13. Essa situação pressupõe um momento diferente, a saber, a hora depois de todos os juízos de Deus.

Ou devemos concordar com Rissi, cuja interpretação cria um paralelo entre este louvor dos vencedores no céu e as perseguições que prosseguem na terra depois do cap. 13? Segundo a sua tese, os mártires chegam individualmente a este coro celestial, cada um imediatamente após a hora de sua morte, ao passo que a comunidade restante continua a lutar duramente.

É evidente que uma leitura assim perturbaria sensivelmente a comparação com os acontecimentos no Êxodo, pois lá não aconteceu que a ponta da caravana já começara a cantar enquanto a massa ainda passava pelo mar, perseguida pelo enfurecido Faraó. Contudo, essa tese tampouco caberia na mensagem do Ap. Na visão de Ap 6.9-11 os mártires aparecem estreita e enfaticamente congregados com “seus conservos e seus irmãos que iam ser mortos como igualmente eles foram”. Provavelmente eles já se encontram próximos de Deus (junto ao altar), porém ainda participam a seu modo do grande clamor até a redenção completa. E conforme o cap. 7 canta-se somente quando todos podem participar, quando está entre eles também a última voz da grande multidão. Tanto naquele como no presente texto, trata-se de uma antevisão da igreja aperfeiçoada. Agora, ela não está mais a caminho, como em Ap 14.4, mas na outra margem. A nova canção já não está apenas em seu ouvido, como em Ap 14.3, mas também nos lábios.

Finalmente, também o teor da nova canção (cf. o exposto sobre Ap 5.9) depõe contra a idéia de que aqui ainda estejam sendo imaginadas como contínuas a blasfêmia da besta e os juízos de Deus.

- 3 **E entoavam o cântico de Moisés, servo de Deus, e o cântico do Cordeiro.** Como a formulação seguinte deixa claro, não se trata de dois cânticos, mas do mesmo cântico. Para a designação dupla, considere-se que a libertação por meio de Moisés foi ao mesmo tempo uma redenção através do cordeiro pascal. Entretanto, no contexto do Ap estará em primeiro plano que o cântico de Moisés foi cumprido por Jesus, o Cordeiro de Deus, e que por isso pode ser cantado validamente como cântico do Cordeiro. Estava prefigurada no judaísmo a expectativa por um segundo Moisés que, por fim, libertaria o povo de Deus integralmente. A passagem pelo Mar Vermelho era considerado como descrição antecipada da redenção messiânica.

Os dois versículos (3,4), que reproduzem o conteúdo da nova canção, com certeza evocam seu paradigma em Êx 15.6,11,18. No entanto, além disso estão também inseridos profundamente num acervo da fé do AT. Não há formulação nem termo que não possa ser comprovado no AT. O fato de que esses trechos estão arraigados com tanta solidez nas Sagradas Escrituras não deveria torná-los suspeitos, como se por essa razão fossem copiados e compostos artificialmente. Pelo contrário, dessa

maneira eles se evidenciam como revelação genuína do Deus *uno* e do Espírito *uno*, bem como testemunhos da fé *única*.

**Grandes** é a primeira exclamação, uma espécie de exaltação da magnitude de Deus (nota 606). O termo “**admiráveis**” ocorre com frequência em conexão com a redenção do Egito. A ação de Deus é tão poderosa que excede a capacidade de entendimento das pessoas. O ser humano fica de joelhos, seja com humildade, seja também empedernido como o Faraó. Contudo, está de joelhos. Conforme Ap 13.3, essa admiração também podia suscitar, do mar, a besta. Contudo ela apenas causava assombro nas pessoas através de truques.

Na interjeição seguem-se [no original] três designações de Deus: “*Ó Senhor, Deus, Senhor único*” (cf. o comentário a Ap 1.8). O número três predomina no cântico. Ele também apresenta três palavras de louvor e três justificativas para elas.

A segunda palavra de louvor diz: **Justos e verdadeiros são os teus caminhos**. As obras admiráveis precipitam uma admiração incontida sobre a justiça de seus caminhos. Esta é a tônica. A justiça é adicionalmente asseverada: ela é verdadeiramente justa (cf. o exposto sobre Ap 5.7). Neste sentido não restava a mínima coisa a desejar. Deus até era mais justo que desejariam as pessoas que constantemente depositam sua esperança nas lacunas ou nos pontos frágeis de sua justiça. “Ao Todo-Poderoso, não o podemos alcançar; ele é grande em poder, porém não perverte o juízo e a plenitude da justiça” (Jó 37.23). **Ó Rei das nações** encerra esse louvor, assinalando mais uma vez a amplitude do horizonte em que ele é proferido.

- 4 **Quem não temerá**, começa a terceira palavra de louvor, **e não glorificará o teu nome, ó Senhor?** É o temor irrestrito, acima de qualquer respeito a governantes terrenos (1Pe 2.17; At 4.19; 5.29). A percepção aqui é que ele é a única atitude sensata. A pergunta retórica pressupõe uma hora em que ninguém sequer pensa em se erguer da prostração diante de Deus e negar-lhe a veneração. Foi cabalmente aniquilada e julgada a presunção de um deus além de Deus (Ap 13.4).

Acrescenta-se uma tríplice justificativa. **Pois só tu és santo** (“devoto”). Na maioria das passagens em que ocorre, esta palavra (*hósios*) é relacionada com a atitude das pessoas que se evidenciam como consagradas a Deus e fiéis à lei. Aplicada a Deus, ela somente pode ter o significado de que Deus é fiel a si próprio e está pronto para preservar de forma extraordinária a sua divindade. No final ele é Deus intocável, e precisamente somente ele (Sl 86.10). Esse pensamento da soberania exclusiva reconquistada por Deus determina todas as afirmações. Ela constitui o alvo dos milagres e caminhos de Deus.

A isto se acrescenta a segunda justificativa de que Deus é digno de adoração. Ela transita para o estilo do discurso profético. **Por isso, todas as nações virão e adorarão diante de ti**. Convictos pela manifesta glória de Deus elas marcham até ele e realizam a profunda reverência, realizada de joelhos. A mesma prostração aconteceu em Ap 13.3,4,8,12,15 diante da besta, assim como por parte da “terra inteira” (Ap 13.3,4) e por “todos que habitam sobre a terra” (Ap 13.8,12). A besta tinha roubado a glorificação de Deus, contudo a glorificação derradeira é tributada novamente ao Deus verdadeiro.

Finalmente, um terceiro “pois” fundamenta a honra de Deus: **porque os teus atos de justiça se fizeram manifestos**. Nessas sentenças judiciais naturalmente não se tem em mente um mero evento de fala. Pelo contrário, trata-se de decisões judiciais que agora se tornaram concretas e convincentes aos olhos de todos. Enquanto Juiz da terra, Deus convenceu de uma forma tal que nenhuma consciência pode mais se subtrair a esse estado de direito flagrante. Diante de um Juiz assim todo o mundo cai de joelhos. Foi tão verdadeiro e confiável que ele se manifestou.

Cumpriu-se, assim, a prece fundamental de todas as pessoas de Deus: “Serás justo quando falares, irrepreensível quando julgares!” (Sl 51.6 [TEB]). De fato, os vitoriosos não cometem nenhum erro de pronúncia em sua canção de triunfo. Não aparece nenhum egoísmo, nem anseio de vingança, nem orgulho por sacrifícios e fidelidade pessoais, mas exclusivamente a satisfação daquela fome de glorificar a Deus e ao Cordeiro. Se esses vencedores tivessem se deixado dominar pela autocomplacência já não seriam mais vencedores. Sua vitória se alimenta do fato de que a honra de Deus é vitoriosa (cf. o comentário a Ap 6.10).

Cumprir captar a função dessa visão em seu contexto. Em breve começa o derramamento das sete taças da ira, começam os últimos golpes de Deus contra o reino da besta, até que toda idolatria sucumba no pó. Esse acontecimento está sendo combinado agora com a música futurista da igreja redimida. Isto é, somente a partir da outra margem, da posição na consumação escatológica, conferida pelo anúncio profético, é que se consegue suportar a fase final terrivelmente sombria da

história, que em seguida será verbalizada. A interpretação da história e a interpretação do juízo a partir do lado de cá ou do meio da torrente não são capazes de penetrá-la e fracassarão de maneira deplorável. Conforme Mt 24.22, virão dias em que, se não forem abreviados, nenhuma pessoa permanecerá cristã. Contudo, mesmo abreviados, eles são insuportáveis se a fé na onipotência da bestialidade for mais forte que a fé na superação de todas as coisas pelo Deus justo em Jesus Cristo. A igreja persistirá como igreja unicamente por meio da luz à frente, por meio dessa profecia de uma glorificação final indescritível de Deus e do Cordeiro. Por isso é feliz quem tem ouvidos, lê, ouve e cumpre esse livro de profecia!

- 5 Para a continuação no v. 5, reiteramos a elucidação dos lugares. Onde cantavam os vencedores? No mar de vidro. Onde se encontra o mar de vidro? Diante do trono de Deus. Onde está o trono de Deus? No templo celestial. Os vencedores, portanto, cantavam do lado de dentro. Agora termina a visão na qual João os viu e ouviu ali. Ele está novamente do lado de fora. Então – como um reflexo do cântico – as portas do templo abrem-se para fora. **Depois destas coisas, olhei, e abriu-se no céu o santuário do tabernáculo do Testemunho.**

A formulação **tabernáculo do Testemunho** ocorre mais de cem vezes na LXX como designação da tenda da aliança. Contudo, que significado tem aqui o acúmulo de expressões? Afinal, foram abertos o templo ou a tenda? Acaso os dois termos não se excluem, visto que no deserto Israel tinha um tabernáculo, mas nenhum templo, e mais tarde era o contrário?

No entanto, no Ap “templo” e “tenda” convergem de modo peculiar. Ambos designam a morada de Deus, a saber, o céu. Conseqüentemente, resulta o seguinte sentido: o conceito do templo (nos v. 6,8 ele aparecerá sem acréscimos) é preenchido com a idéia do tabernáculo. Pois essa tenda recordava o estado inicial, a imagem original da morada de Deus junto do povo de sua aliança no tempo do deserto. Pelo fato de que aqui “templo” vem conectado a ele, forma-se uma asserção muito singular: os juízos que de imediato sairão do templo brotam da mais íntima comunhão e fidelidade de Deus para com seu povo.

- 6 Preparados desse modo, **os sete anjos, que tinham os sete flagelos saíram do santuário**, e pelos quais o leitor já esperava desde o v. 1. O fato de que a vestimenta desses anjos seja mais realçada que a dos sete anjos do juízo, em Ap 8.2-5, corresponde novamente à intensificação dos juízos das trombetas em direção dos juízos das taças. Sua roupa de **linho puro e resplandecente** combina integralmente com personagens sacerdotais que prestam serviço no templo. Do mesmo modo, como os sacerdotes, estão **cingidos ao peito com cintas de ouro**. Por isso sua ação, que começará de imediato, está caracterizada como um evento litúrgico. Eles vêm da presença de Deus e servem a Deus quando derramam os juízos. A igreja jamais deve duvidar disso.
- 7 A fim de fazer referência ao equipamento desses anjos, recorre-se a um momento anterior: **então, um dos quatro seres viventes**, ou seja, dos entes angelicais mais chegados a Deus (cf. o comentário a Ap 4.6), **deu aos sete anjos sete taças de ouro, cheias da cólera** (“ira” [RC, NVI, BLH, VFL, BV], “furor” [BJ]) **de Deus, que vive pelos séculos dos séculos**. Apesar de que no AT seja mais comum a metáfora do *cálice* da ira e também já seja conhecido do leitor do Ap desde Ap 14.10, e lhe apareça novamente em Ap 16.19, agora a figura muda para a *taça* da ira. Primeiramente, a taça é maior que o copo para beber. Sobre tudo, porém, prolonga-se a linha litúrgica do culto a Deus. De modo enfático, portanto, não serão forças naturais cegas que trarão as terríveis catástrofes sobre a terra, tampouco demônios maus. Pelo contrário, tudo o que acontece permanece abrangido por esse acontecimento a partir do templo.
- 8 As taças cheias da ira de Deus correspondem ao templo repleto da glória de Deus: **O santuário se encheu de fumaça procedente da glória de Deus e do seu poder**. Assim como o incenso preenche o espaço do culto a Deus, assim a presença de Deus como Juiz se dissemina com uma densidade penetrante. **E ninguém podia penetrar no santuário, enquanto não se cumprissem os sete flagelos dos sete anjos**. Agora Deus está inacessível para tudo o mais; também ele “não tem mais tempo” (cf. Ap 12.12; 10.6). Não será mais admitido que alguém busque influenciá-lo ou lhe suplique para que desista de seu propósito. Sua ira governa de forma implacável e “sem mistura” (Ap 14.10; cf. Jr 30.23,24). Qualquer oposição à sua glória é destruída.

Justamente com vistas aos piores juízos, a igreja deve gravar da forma mais profunda no coração quais são as correlações. Nas catástrofes poderíamos deter-nos em toda espécie de causas naturais e humanas, deixando de perceber que Deus está respondendo por meio delas. Os destinatários do livro,

porém, devem entender e testemunhar a linguagem de Deus: por trás do mundo repleto de fumaça estão as taças repletas de ira, e estas procedem do santuário de Deus cheio de incenso.

## EXCURSO 13

### A ira de Deus

De forma impossível de ignorar, e com frequência maior que qualquer outro escrito do NT, o Ap fala da ira de Deus. Pelas suas metáforas o Ap proporciona um impacto arrasador acerca da realidade terrível dessa ira. A gravidade maior consiste em que grande parte dessas passagens trata da ira como ira *final*, não de uma disciplina transitória e, no fundo, misericordiosa.

a. Os gregos falavam da “ira justa”, a saber, da máxima abominação contra a injustiça, como se espera de um bom juiz que de forma alguma deixa a injustiça sair ilesa, mas que restabelece condições justas. De modo predominante, porém, os gregos tendiam a uma avaliação negativa da ira. Especialmente em épocas mais tardias eles consideravam a ira como algo indigno de um deus. Ela lhes parecia como uma constrangedora falta de controle próprio e como falta de razão. Por isso, seus filósofos se esforçaram para “purificar” o conceito de deus, ensinando consistentemente que deus não sente ira. Influenciado por eles, o filósofo judaico Filo (contemporâneo de Jesus) tinha extremas dificuldades com as afirmações de ira no AT, da mesma forma como o pai da igreja cristão Orígenes, o “pai da reconciliação universal” (cf. nota 1023).

b. Em mais de cinquenta ocasiões o AT relaciona a “ira” com “Iahweh”. De acordo com a fé israelita os caminhos de Deus não chegariam ao alvo sem a ira de Deus. O alvo é a soberania exclusiva de Deus com justiça e paz. Deus estaria renunciando à justiça e à paz se ele abrisse mão da ira frente às oposições contra esta sua soberania. Em Deus a ira constitui a forma de seu amor sob as condições da oposição a ele. No entanto, antes que o Deus irado esmague o renitente opositor, ele o adverte através de golpes isolados. “Retardarei a minha ira e por causa da minha honra me contarei para contigo, para que te não venha a exterminar” (Is 48.9). “O Senhor é longânimo... ainda que não inocente o culpado” (Nm 14.18).

c. No NT, o ensino da ira de Deus não representa uma peça trazida do AT por descuido, mas faz parte irrenunciável dele. Por ser contrariedade irrestrita com a injustiça, a ira de Deus está em plena concordância com sua justiça e, em decorrência, também com seu amor. O auge dessa proclamação é formado pela mescla, aparentemente impossível, de metáforas da “ira do Cordeiro” em Ap 6.16. Quem aceita essa ira do Cordeiro? “Quem, porém, acredita que te iras tanto, e quem teme o teu furor?” (Sl 90.11 [tradução do autor]). Nossa compreensão, supostamente tão profunda, da mensagem de amor do evangelho nos torna superiores diante da idéia do juízo. Presumimos que de forma alguma nos acontecerá algo realmente terrível.

O NT ensina, como o AT, que a ira de Deus não incide na forma final, mas se adensa nas constantes protelações, que liberam espaço para que o pecador se arrependa (cf. o comentário a Ap 9.20). Esse Juiz jamais vitima cega e descontroladamente. O desprezo à sua paciência há de tornar-se um dia o motivo decisivo de sua ira final. Todos os condenados são pessoas que endureceram o coração, que experimentaram demorada e repetidamente o amor de Deus. Contudo, também os salvos e inocentados serão pecadores que foram tolerados por longo tempo, e que igualmente experimentaram demorada e repetidamente o amor de Deus.

O NT não retira nada do fato de que Deus deve ser temido acima de todas as coisas, mais que toda a altura e profundidade, mais que todo o presente e futuro. É ele o perigo real para pessoas pecadoras. Somente ele pode condenar. Os anúncios do seu juízo não são um amedrontamento que não vigorará. Pelo contrário, em Deus podemos realmente ser destruídos. Como é grandiosa a mensagem de que *esse* Deus deseja conceder-nos liberdade da ira através do sangue de Jesus Cristo!

## 2. A transição e a primeira taça, 16.1,2

<sup>1</sup> **Ouvi, vinda do santuário, uma grande voz, dizendo aos sete anjos: Ide e derramai pela terra as sete taças da cólera de Deus.**

<sup>2</sup> **Saiu, pois, o primeiro anjo e derramou a sua taça pela terra, e, aos homens portadores da marca da besta e adoradores da sua imagem, sobrevieram úlceras malignas e perniciosas.**

- 1 Ainda que depois de Ap 15.8 até o final dos flagelos ninguém pudesse entrar no templo cheio de incenso, não podemos imaginar que Deus estaria entronizado lá dentro destituído de quaisquer servos. Os quatro seres angélicos de Ap 4.6, p. ex., não podem ser imaginados longe do trono. É neles que podemos pensar quando são mencionadas as “vozes do trono” (p. ex., Ap 16.17 e 21.3). Dificilmente a ordem aqui proferida está sendo comunicada pelo próprio Entronizado. **Ouvi, vinda do santuário, uma grande voz, dizendo aos sete anjos.**

À grande voz seguem-se, nesse bloco, o “intenso calor” (v. 9), o “grande rio” (v. 12), o “grande dia do Deus Todo-Poderoso” (v. 14), duas vezes o “grande terremoto” (v. 18), a “grande cidade” (v. 19), a “grande Babilônia” (v. 19), a “grande saraivada” (v. 21) e o “flagelo era sobremodo grande” (v. 21). É impossível ignorar a tendência de intensificação. Nos v. 18,21 a linguagem praticamente extrapola, no intuito de poder captar as supermedidas.

Cabe considerar mais um aspecto, nesse sentido, em contraposição à série de flagelos dos cap. 8,9. Lá cada anjo recebeu uma nova ordem para executar seu flagelo. Aqui *uma única* ordem desencadeia toda a série. Dessa maneira, os flagelos são estreitamente aproximados. Eles não acontecem em gotas dosadas, mas como uma descarga total. Em intervalos mínimos jorra sobre a terra enxurrada após enxurrada. Tão somente passava um juízo, já chegava o próximo. De acordo com o v. 11, até a vigência do flagelo do v. 2 ainda perdura. Diferentemente, Ap 9.12 anunciava minuciosamente o desaparecimento do primeiro ai antes que fosse noticiado o próximo ai.

Assim sendo, os sete anjos recebem uma ordem conjunta de agir: **Ide**, ouve-se em tom lúgubre (cf. o exposto sobre Ap 14.4), **e derramai... as sete taças da cólera de Deus**. A ira se assemelha ao fluxo de brasas incandescentes, que podem ser derramadas. Ao mesmo tempo o derramar contém a idéia de uma copiosidade pródiga.

Os juízos incidem **pela** (“sobre a”) **terra**. Os versículos subseqüentes desdobram o conceito de quatro maneiras: solo (v. 2), mar (v. 3), rios (v. 4) e astros (v. 8), ou seja, da mesma forma como em Ap 8.7-12 (cf. Ap 14.7; de modo análogo Ap 11.6). Os juízos acontecem globalmente. Toda a terra tornou-se “Egito”. No texto a seguir evocam-no as referências ao Êx.

- 2 **Saiu, pois, o primeiro anjo e derramou a sua taça pela** (“sobre a”) **terra**. João designa cada anjo apenas com o número ordinal. Dessa forma, o estilo conciso espelha a velocidade da seqüência, bem como a sucessão e intensidade do tempo. **E, aos homens portadores da marca da besta e adoradores da sua imagem, sobrevieram** (“aconteceram”) **úlceras** (“úlceras” [TEB, BJ]) **malignas e perniciosas**. Diferentemente do primeiro flagelo das trombetas, a primeira das taças aflige também as pessoas desde o princípio, e não de modo restrito apenas a um terço delas. Como comparação cabe recorrer ao sexto flagelo egípcio. O singular “úlceras” consta aqui [cf. TEB, BJ] (no v. 11 encontra-se o plural) como contraposição à “marca da besta”, com que estas pessoas se marcaram a si mesmas, numa arrogante atitude desafiadora. Deus não permite que se zombe dele e os marca com a úlcera repugnante. Será que a resposta dele é compreendida e aceita?

### 3. A segunda taça, 16.3

- <sup>3</sup> **Derramou o segundo a sua taça no mar, e este se tornou em sangue como de morto, e morreu todo ser vivente que havia no mar.**

- 3 Esse juízo evoca não apenas a primeira praga egípcia, mas também o segundo flagelo das trombetas em Ap 8.8. As conseqüências, porém, estendem-se sobre *todo* o mar. O adendo acrescentado ao sangue, **“como de morto”** (“como o sangue de uma pessoa morta” [BLH]) salienta que não está em jogo apenas o efeito da cor (como, p. ex., em Ap 6.12). Devemos lembrar-nos de sangue que não é mais portador da vida palpitante, mas que se tornou coagulado, podre e malcheiroso. Assim o mar, que outrora continha tesouros, transforma-se num charco abjeto e grumoso de sangue. Uma parte substancial da criação fica fora de cogitação para o ser humano (cf. o conceito da “criação ao revés” no EXCURSO 5c). Ademais, esse sangue constitui ao mesmo tempo uma resposta ao derramamento do sangue dos mártires, como dirá expressamente o v. 6.

### 4. A terceira taça e dois louvores vindos do céu, 16.4-7

- <sup>4</sup> **Derramou o terceiro a sua taça nos rios e nas fontes das águas, e se tornaram em sangue.**

- <sup>5</sup> **Então, ouvi o anjo das águas dizendo: Tu és justo, tu que és e que eras, o Santo, pois julgaste estas coisas;**  
<sup>6</sup> **porquanto derramaram sangue de santos e de profetas, também sangue lhes tens dado a beber; são dignos disso.**  
<sup>7</sup> **Ouvi do altar que se dizia: Certamente, ó Senhor Deus, Todo-Poderoso, verdadeiros e justos são os teus juízos.**

- 4 O terceiro despejo acerta os **rios** e as **fontes das águas** e relembra o primeiro flagelo egípcio e o terceiro flagelo das trombetas. Atinge-se, pois, mais uma área essencial para a vida, a água potável. De acordo com Ap 14.7, os humanos não queriam reconhecer o Criador das fontes das águas, embora quisessem beber delas. Depois de longo tempo de paciência com essas estranhas pessoas Deus agora fornece uma resposta severa. De novo a água não somente se colore (como no v. 3), mas adoece e se decompõe.
- 5 Por terríveis que sejam os castigos, resplandece neles a correta justiça de Deus. Dos lábios de duas testemunhas ressoam louvores que incutem isso como certo. Justamente o anjo, responsável pela água, exclama no estilo do Sl 119.137; Dt 32.4: **Tu és justo!** A partir das circunstâncias momentâneas, na verdade pode-se acusá-lo de dureza exagerada. Nós humanos nos deixamos governar de forma indigna pelo momento e sentenciamos sem base histórica e também sem memória. Deus, porém, julga e age a partir da amplitude da história. Ele é um Deus *que é e que era*. Houve a história de sua paciência e a história da contestação humana. Quem se opuser a esta história apenas uma vez, seja anjo seja humano, cairá de joelhos: *Ó Santo, tu és justo*.
- 6 Por meio de uma fundamentação central declara-se: **porquanto derramaram sangue de santos e de profetas**. “Santos” constitui a designação básica dos cristãos (cf. o comentário a Ap 8.3) que costuma ser completada no Ap com “profetas”, “testemunhas” ou “servos” (Ap 11.18; 17.6; 18.20,24), que evidentemente são termos de conteúdo coincidente. Várias vezes as passagens referidas também mencionam o êxtase sanguíneo dos perseguidores. Esses sanguíneos recebem, portanto, o sangue, porém não da forma como o desejavam, mas para que se apavorem e vomitem. **Também sangue lhes tens dado a beber; são dignos disso**. Como o derramamento de sangue não deve ser tomado literalmente, assim tampouco esse beber do sangue em grandes quantidades. Contudo, apercebemo-nos do sentido dessas metáforas chocantes. Algo que o ser humano pensava poder realizar sem problemas, a saber, eliminar pessoas incômodas, agora, sob a ira de Deus, lhe escapa do controle. Para seu horror, encontra-se banhado de sangue e deitado entre cadáveres (cf. outra vez a nota 293).
- 7 Como segunda testemunha, João “ouve o altar falando” (tradução do autor). Com certeza ele representa as vozes dos mártires que, conforme Ap 6.9, ressoam ao pé do altar. Afinal, nada os preocupava tanto como o tema da justiça divina (cf. também Ap 14.18). Dessa forma estão em harmonia a voz do anjo e a dos cristãos. Também em Ap 1.7 e 22.20 o “*sim*” [= **certamente**] constitui uma confirmação expressa por parte da igreja. “A igreja agraciada diz sim para os caminhos de Cristo!” Ela não descobre nenhuma contradição entre os juízos de Deus e sua divindade, assim como ela lhe foi manifesta em Jesus Cristo, mas unicamente concordância: **ó Senhor Deus, Todo-Poderoso** (“ó Senhor, Deus, Todo-Poderoso” [tradução do autor]). Ouve-se um prelúdio ao novo cântico (Ap 15.3): **verdadeiros e justos são os teus juízos**.

## 5. A quarta taça, 16.8,9

- <sup>8</sup> **O quarto anjo derramou a sua taça sobre o sol, e foi-lhe dado queimar os homens com fogo.**  
<sup>9</sup> **Com efeito, os homens se queimaram com o intenso calor, e blasfemaram o nome de Deus, que tem autoridade sobre estes flagelos, e nem se arrependeram para lhe darem glória.**

- 8,9 O tópico **sol** liga esse flagelo com o quarto flagelo das trombetas. De imediato, porém, salta à vista a diferença de que o juízo se torna irrestrito, ultrapassando a terça parte; dessa feita, a radiação solar não é abrandada, mas até intensificada numa proporção nociva. A fonte de bênçãos para toda a vida terrena se transforma num castigo. **E foi-lhe dado queimar os homens com fogo**. Transfere-se ao sol um completo juízo de fogo. *E os homens foram abrasados por um calor intenso* (TEB). O texto de Ap 7.16 trouxe o sofrimento infligido pelo sol.



Contrastando com as vozes do alto que louvam (Ap 16.5-7), surgem agora vozes blasfemas de baixo. Como as vozes celestiais, elas sintetizam todos os flagelos. As pessoas – que com essa atitude evidenciam-se como adeptos da besta (Ap 13.1,5,6; 16.9; 17.3) – **blasfemaram o nome de Deus, que tem autoridade sobre estes flagelos**. Quando passam mal, subitamente Deus existe para elas. Praguejando, lembram-se dele. Com revolta inflamada, elas questionam: “Como pode ele permitir uma coisa dessas?” Depois voltam a encastelar-se em sua impenitência. **E nem se arrependeram para lhe darem glória** (cf. o comentário a Ap 9.20,21 e aqui, no v. 11). Eles se endurecem sob os golpes, como outrora os egípcios.

O presente texto pressupõe que também os juízos derradeiros ainda visam atrair para a graça. Novamente fica claro que de forma alguma os juízos limpam, purificam e melhoram automaticamente as pessoas. Por isso não se deve investir expectativas exageradas neles, como se tempos de castigo bem longos, talvez juízos que duram eternidades, aos poucos amortecessem a descrença e levassem à bem-aventurança.

## 6. A quinta taça, 16.10,11

- <sup>10</sup> **Derramou o quinto a sua taça sobre o trono da besta, cujo reino se tornou em trevas, e os homens remordiam a língua por causa da dor que sentiam**  
<sup>11</sup> **e blasfemaram o Deus do céu por causa das angústias e das úlceras que sofriam; e não se arrependeram de suas obras.**

**10,11** Como o quinto flagelo das trombetas, também o quinto flagelo das taças intensifica o juízo. Atinge o trono da besta, a respeito do qual já fomos informados em Ap 13.2. O centro de seu poder – não deveríamos tentar fixá-lo geograficamente – está submetido aos golpes de Deus. Seu **reino se tornou em trevas**. O nono flagelo egípcio também fala a respeito de um escurecimento assim: “não viram uns aos outros, e ninguém se levantou do seu lugar” (Êx 10.23). Teimoso e endurecido, cada um pára no seu lugar como numa prisão. Governo, administração e trânsito estão como que paralisados. É uma sensível destituição parcial dos poderes da besta em seu reino mais próprio! As pessoas que amam mais as trevas que a luz (Jo 3.19) e às quais Deus repetidamente concedeu sua bondosa luz, agora recebem suas trevas com carga total.

**E os homens remordiam a língua por causa da dor que sentiam e blasfemaram o Deus do céu** (cf. Ap 11.13) **por causa das angústias** (“dores” [RC, BLH, TEB, BJ, NVI, VFL, BV]) **e das úlceras**. Por que não gritam finalmente, de tanta dor, tudo o que têm a gritar? Contudo, preferem morder a língua a gritar: nós pecamos! Em decorrência, ouve-se pela última vez o refrão da impenitência: **e não se arrependeram de suas obras**.

Em retrospecto, e pensando na sexta taça, forma-se o seguinte quadro: por um lado é cada vez mais palpável que os impenitentes entraram no atoleiro e não conseguem sair de sua obstinação. O ser humano precisa ceder diante de Deus, ou quebrar-se. Deus não cede. Por outro lado, intensifica-se, porém, sua teimosia. Em vista da flagrante fragilidade de todos os reinos terrenos, eles apostam de maneira cada vez mais fanática em sua própria força e honra.

Certa vez Karl Barth iluminou essa natureza humana de forma profunda: “De acordo com o que percebemos hoje, deve-se presumir com a maior certeza de que também na manhã após o juízo sobre o mundo – caso isso ainda fosse possível – toda discoteca, todo clube de carnaval, toda empresa jornalística ávida de anúncios e assinaturas, toda recâmara cheia de fanáticos políticos, todo clube ímpio de fofocas, mas também toda rodinha de chá cristã e toda assembléia eclesial tornaria a reconstruir sua atividade da melhor maneira possível e, agora ainda mais, lhe daria continuidade: completamente intacta, inteiramente sem arrependimento, de forma alguma diferente que hoje e anteontem. Enfim, não são a ardência do fogo, a carência de água, o terremoto, a guerra, a peste e o escurecimento do sol e tudo o mais que puder acontecer nessa direção que como tais poderão transportar-nos para o temor real e, então, também para a verdadeira paz.”

## 7. A sexta taça, 16.12-14,16

- <sup>12</sup> **Derramou o sexto a sua taça sobre o grande rio Eufrates, cujas águas secaram, para que se preparasse o caminho dos reis que vêm do lado do nascimento do sol.**

- <sup>13</sup> **Então, vi sair** (v. 14) **da boca do dragão, da boca da besta e da boca do falso profeta três espíritos imundos semelhantes a rãs;**  
<sup>14</sup> **porque eles são espíritos de demônios, operadores de sinais, e se dirigem** (saindo da boca, v. 13) **aos reis do mundo inteiro** (habitado) **com o fim de ajuntá-los para a peleja do grande Dia do Deus Todo-Poderoso.**  
<sup>16</sup> **Então, os ajuntaram** (ajuntou-os a besta, cf. Ap 19.19) **no lugar que em hebraico se chama Armagedom.**

**12** O sexto flagelo dessa série reitera um conceito de proclamação do sexto flagelo das trombetas, a saber, “Eufrates” (cf. Ap 9.14). Dessa feita, porém, a interpretação, que lá dependia da suposição, agora está sendo alicerçada em chão firme. **Derramou o sexto a sua taça sobre o grande rio Eufrates.** Deus suspende essa última segurança por parte da criação e deixa a terra livre para os demônios. Não se repete o relato minucioso dessa inundação com demônios de Ap 9.16-19. Em troca, o presente trecho deixa claro que se trata de demônios (v. 13,14).

As **águas** (do Eufrates) **secaram.** Há uma referência histórica para esse processo. No passado, a Babilônia estava protegida de todos os lados pelos braços das águas do Eufrates, sendo considerada como inexpugnável. Contudo, quando Ciro sitiou a cidade, ele desviou a água para um vale, penetrou na cidade pelos portões fluviais, assim impressionando toda a Antigüidade de maneira duradoura. Era muito fácil desvincular esse desaparecimento das águas protetoras do Eufrates da origem histórica e essa apavorante invasão do poder inimigo, e inseri-los, como conceito, na proclamação do juízo. Agora ela se refere à “Babilônia” escatológica (cap. 17,18), que consumiu a longanimidade de Deus e que está sendo entregue totalmente ao dragão e a seus espíritos, **para que** – como consta aqui – **se preparasse o caminho dos reis que vêm do lado do nascimento do sol.** Também essa última expressão “reis do nascente” impõe-se claramente como termo técnico para um terrível poder inimigo, quando levamos em conta que o país babilônico era ladeado, em toda a sua extensão a Leste, por uma poderosa e escarpada cadeia montanhosa, de onde em todos os tempos povos selvagens invadiam a tentadora terra de civilização. Também o rei persa Ciro veio do “nascimento do sol” (Is 41.25).

**13** João não viu o conteúdo do v. 12 na visão, mas recebeu-o como comunicação profética. Somente agora ele vê o que lhe foi comunicado. **Então, vi sair** (v. 14) **da boca do dragão, da boca da besta e da boca do falso profeta três espíritos imundos semelhantes a rãs.** O “Eufrates” perfazia uma barreira divina contra a inundação da terra humana pelo satânico. Até agora ele impediu que o mundo caído se experimentasse a si próprio com todas as conseqüências. Com o sexto juízo das taças essa proteção cai por terra.

Três vezes fala-se de uma boca horrível. Já em Ap 13.2,5,6 o olhar era dirigido à boca, à bocarra de blasfêmias da besta do abismo, enquanto suas demais características eram mencionadas somente de passagem. Contrapunha-se a ela, em Ap 14.5, a boca das santas testemunhas. No Ap chocam-se duas linguagens, dois testemunhos, a palavra de Deus e a palavra da mentira. Atrás deles estão espíritos opostos. Aqui lemos a respeito de uma inspiração pela trindade satânica: **três espíritos imundos.** Eles agem contra os sete espíritos santos de Ap 1.4; 4.5; 5.6. A idéia da impureza condensa-se numa comparação: **semelhantes a rãs.** Dificilmente a intenção do texto é que vejamos esses animais como símbolos de atitude desbocada, de blasonaria e do coaxar presunçoso. Em contrapartida, o pano de fundo do segundo flagelo egípcio indica a direção correta. Leiamos Êx 8.2-4! Esses abjetos seres flageladores são onipresentes, esperando em cada canto e subindo pela perna de cada um. Em lugar algum uma pessoa ainda lhes pode resistir. Tudo foi conspurcado por meio deles.

**14** Com a primeira linha do v. 14, João insere uma explicação: **porque eles são espíritos de demônios.** Dessa forma preenche-se o conceito “reis do nascente do sol” (v. 12). Está completamente fora da perspectiva de João pensar em príncipes de quaisquer povos históricos. Com o adendo **operadores de sinais** ele remete claramente a Ap 13.13-15.

Somente agora aparece o verbo da frase que começou no v. 13: **e se dirigem aos reis do mundo inteiro.** Este sair, portanto, de forma alguma projeta a imagem de tropas que se aproximam, mas nitidamente, pelo contexto da frase, a de que os “sapos” deslizam das bocas referidas no v. 13. Chegam sedutores aos representantes do poder político e conquistam-nos para o seu plano de uma estratégia: **com o fim de ajuntá-los para a peleja do grande Dia do Deus Todo-Poderoso.** De

acordo com o versículo subsequente, essa sedução obtém êxito. O fato de que a humanidade se deixa conjurar contra seu único Salvador, de que ela marcha contra aquele que a amou até a morte nem pode ser outra coisa que não sedução. Sem levar inspirações demoníacas a sério não é possível entender nada nesse ponto (cf. o comentário a Ap 17.13).

Portanto, organiza-se essa gigantesca mobilização. O dia do dragão parece ter começado. Contudo, inesperadamente o grande dia *dele* torna-se o **grande Dia do Deus Todo-Poderoso**. Esse tema é retomado expressamente em Ap 19.17-21. Assim como a luta do dragão no céu acabou quando da sua derrubada sobre a terra (Ap 12.7-9), essa luta sobre a terra acaba quando ele é lançado ao abismo.

- 16** A indicação do tempo é seguida, no v. 16, por uma indicação de lugar. **Então, os ajuntaram** (“E a besta ajuntou-os” [cf. Ap 19.19]) **no lugar que em hebraico se chama Armagedom**. Novamente João espera que seus leitores gregos entendam um termo hebraico. Isto por si só causa a sensação de mistério. Como na sexta trombeta (Ap 9.11), surge uma palavra enigmática. Lá, porém, e em passagens similares, João traduziu a expressão. Será que a intenção agora é *não* traduzir? Obviamente as pessoas *fizeram* a tradução.

Muitas vezes oferece-se a tradução “monte (em hebraico *har*) Magedo”. Acontece que em toda a literatura um “monte Magedon” é desconhecido. De certa maneira somos lembrados da cidade de Megido, na parte sul da planície de Jezreel. Com esta referência a exegese teria encontrado uma palavra-chave. Megido controlava o desfiladeiro pelos elevados do Carmelo, pelo qual passava a via principal do Egito até a Síria e a Mesopotâmia. Com isso, a região dessa cidade tornou-se um proverbial palco de guerras. Frequentemente desencadeavam-se ali batalhas decisivas, sendo que sobretudo os reis cananeus foram derrotados por Israel quando penetrava no território. Será que o texto, portanto, está profetizando uma “Megido” escatológica?

Contudo não é aconselhável que uma exegese deixe tão facilmente de lado o elemento do “monte”. Rissi procede a uma leve transposição de letras, encontrando dessa maneira a expressão hebraica “monte da congregação”, de Is 14.13. É o trono dos deuses ao qual o rei da Babilônia sobe como usurpador.

Quem desejar interpretar o texto assim como foi transmitido poderá acompanhar a seguinte leitura: em primeiro lugar levamos a sério o elemento “monte”, abrindo mão, portanto, da idéia de um campo de batalha. Grandes batalhas não acontecem no alto de montes, mas nas planícies. Nas correlações do livro, é plausível que esse monte seja oposto ao “monte Sião” de Ap 14.1. Assim como lá o Cordeiro se postou com os seus, aqui a besta reúne-se aos seus. Com bastante frequência “monte” é usado em lugar de reino. Conseqüentemente, forma-se aqui o reino contrário, a máxima concentração do poder da besta contra Cristo.

Agora também se faz justiça às recordações de Israel em relação a Megido: o poder concentrado da besta chega justamente ao seu ápice, experimentando seu “Megido”, i. é, uma batalha milagrosa, na qual sequer se chega ao embate porque o céu intervém milagrosamente. Em Jz 4.15 lê-se: “O Senhor derrotou (‘assustou’) a Sísera, e todos os seus carros... e Sísera saltou do carro e fugiu a pé”. Jz 5.20,21: “Desde os céus pelejaram as estrelas... o ribeiro Quisom os arrastou”. Jz 7.22: “O Senhor tornou a espada de um contra o outro, e isto em todo o arraial”. Esse quadro combina muito bem com o paralelo de nossa passagem em Ap 19.17-21.

Em conseqüência, Armagedom se revela como um termo criado artificialmente pela linguagem da proclamação. Talvez a expressão visa evocar correlações espirituais, pelo fato de ser deixada na antiga linguagem sagrada da Bíblia. A tradução para a língua franca grega poderia ser um condicionamento para que se falasse desse monte no sentido de outros montes quaisquer e dessa Megido no sentido de outros lugares quaisquer da geografia. Somente à primeira vista a besta conduz “a um lugar”. Se olharmos mais detidamente, ela conduz a um destino. A concentração semelhante em um monte vem a ser uma derrocada semelhante a uma Megido. Isso é “Armagedom”.

## 8. Uma exclamação intercalada, 16.15

- <sup>15</sup> (Eis que venho como vem o ladrão. Bem-aventurado aquele que vigia e guarda as suas vestes, para que não ande nu, e não se veja a sua vergonha.)

Retiramos o presente versículo de sua posição entre os v. 14,16 meramente por razões práticas. Ele é apresentado nesta posição por todos os manuscritos. Ele decididamente faz sentido no lugar em que consta pela transmissão textual. O v. 14 havia terminado com a menção do “grande dia de Deus”. Nessa situação cabe bem o chamado da vinda do Juiz. Ao mesmo tempo, porém, o versículo extrapola o contexto, por introduzir a situação da igreja na série das taças. Desta maneira traz forte lembrança das peças intermediárias das séries dos selos e das trombetas (cap. 7,11,12). Com certeza trata-se agora apenas de uma breve intercalação, porém este fato se explica a partir do fim premente. As protelações são descartadas.

- 15 O que falta em comprimento nessa peça intermediária, é substituído pelo tom da mais intensa premência. É a voz do próprio Jesus que ressoa: **Eis que venho como vem o ladrão!** Essa ilustração bem conhecida no NT, da chegada do Juiz messiânico, já foi elucidada quando comentamos Ap 3.3. De acordo com aquela passagem, como também conforme 1Ts 5.4, ela não deveria ser cabível para a igreja. Justamente ela não deveria experimentar a vinda de Cristo como quem dorme. É essa também a intenção da bem-aventurança seguinte (cf. o comentário a Ap 1.3), que seguramente não pode ser mais imaginada nos lábios de Jesus: **Bem-aventurado aquele que vigia** (cf. o exposto sobre Ap 3.2).

Uma segunda expressão, semelhante, sublinha nesse trecho a exortação à vigilância: **e guarda as suas vestes**. A continuação mostrará que não se deve pensar em preservação contra a contaminação. Pelo contrário, o bem-aventurado deve manter sua roupa no corpo, portanto, deve conservá-la trajada ao invés de despi-la desatentamente para dormir. No Oriente costumava-se dormir sem roupa. Quando alguém, surpreendido pelo ladrão, se levantava de um salto, ficava nu. É contra esse destino que se está advertindo: **para que não ande nu, e não se veja a sua vergonha**.

A ilustração extraída da vida privada contém algo de ambivalente, porque também deixa transparecer a situação de um condenado na sala do tribunal. Ficar de pé sem roupas significava o mesmo que “ser condenado em juízo”. Esta é igualmente a acepção em Ap 3.18. Com semelhante interpretação o versículo realmente permanece na esfera do tema introduzido pelo v. 15.

## 9. A sétima taça, 16.17-21

- 17 **Então, derramou o sétimo anjo a sua taça pelo ar, e saiu grande voz do santuário, do lado do trono, dizendo: Feito está!**  
18 **E sobrevieram relâmpagos, vozes e trovões, e ocorreu grande terremoto, como nunca houve igual desde que há gente sobre a terra; tal foi o terremoto, forte e grande.**  
19 **E a grande cidade se dividiu em três partes, e caíram as cidades das nações. E lembrou-se Deus da grande Babilônia para dar-lhe o cálice do vinho do furor da sua ira.**  
20 **Todas as ilhas fugiram, e os montes não foram achados;**  
21 **também desabou do céu sobre os homens grande saraivada, com pedras que pesavam cerca de um talento; e, por causa do flagelo da chuva de pedras, os homens blasfemaram de Deus, porquanto o seu flagelo (do granizo) era sobremodo grande.**

- 17 O mundo hostil a Deus espera em vão por sua guerra e pela utilização de suas armas. Sem que lhe seja concedida a chance de um confronto real, seu centro é vitimado imediatamente por um terrível golpe, de modo que sua frente simplesmente se esmigalha. **Então, derramou o sétimo anjo a sua taça pelo** (“sobre o”) **ar**. A frase remete aos espíritos demoníacos do v. 14, como também a Satanás enquanto “príncipe da potestade do ar” conforme Ef 2.2. Este espaço de poder, esse cinturão demoníaco, imiscuiu-se entre o céu de Deus e a terra dos humanos, isolando a terra de Deus, a fim de subjugá-la integralmente a si. Também conforme Ap 9.2 o ar estava escurecido e contaminado pela fumaça do abismo, de maneira que a terra vegetava na noite da impiedade sob uma campânula tóxica. Ao derramar, portanto, sua taça sobre esse ar, o sétimo anjo, fulmina a fonte e a força do reino satânico.

Com esse golpe, a série de flagelos chegou ao fim em seus aspectos essenciais. Uma voz vinda das adjacências mais próximas de Deus anuncia essa notícia ao Entronizado. Ela ecoa com tanta potência que seu som se difunde para fora do templo, e João o ouve. **E saiu grande voz do santuário, do lado do trono, dizendo: Feito está!** Esta notícia da ordem executada corresponde aos anúncios em Ap 15.1,8. Todas as taças foram derramadas, e a quebra do poder do dragão é total. O que acontece depois é tão-somente o efeito dominó das fachadas que caem sem apoio, uma após a outra.

**18** O v. 18 está trazendo os mesmos efeitos colaterais, sob os quais Êx 19.16 revelou aquele que dominou o Egito. **E sobrevieram relâmpagos, vozes e trovões.** Eles inauguram o terremoto cósmico, por meio do qual a antiga criação é derreada, a fim de dar lugar a uma nova. **E ocorreu grande terremoto, como nunca houve igual desde que há gente sobre a terra; tal foi o terremoto, forte e grande.** Em comparação com os textos de Ap 6.12; 8.5; 11.13,19, a singularidade desse acontecimento está sendo ressaltada da forma mais intensa. A terra está preparada para os demais abalos sísmicos. Supera-os. Porém nesse terremoto ela é despedaçada.

**19** Os v. 19-21 descrevem as conseqüências para o mundo das pessoas. **E a grande cidade se dividiu em três partes.** Pela imitação da posição das palavras no grego visamos evidenciar que, no sentido aqui subentendido, não existem várias “grandes” cidades. Pois ela é aquela que já aparece em Ap 11.8 como arquiinimiga da cidade de Deus, Jerusalém, a saber, como essência da glória humana sem Deus. É desnecessário citar seu nome. A próxima frase utiliza-o como algo óbvio: Babilônia (quanto à forma do nome, cf. Ap 17.5). Essa cidade, portanto, é dividida em três, por fendas causadas pelo terremoto (para essa expressão de juízo, cf. EXCURSO 5e). A subdivisão de um reino noticia que ruiu seu poder (Ez 37.22; Dn 11.4; Mt 12.25). As referências numéricas aqui e em Ap 11.13 (um terço e um décimo) não são comparáveis, porque aparecem no contexto de diversas metáforas de juízo. No presente texto aparecem na figura da partição, lá na figura mais freqüente da ruína. Essa última metáfora é utilizada de imediato pelo texto seguinte: **e caíram (“ruíram”) as cidades das nações.** A cultura mundial única, que se condensa na figura da Babilônia, concretiza-se em numerosas cidades da terra. Elas participam do esplendor e da derrocada da Babilônia. Na terra inteira a glória humana afunda no nada.

O evento constitui a execução de um juízo. **E lembrou-se Deus da grande Babilônia** (“Pois foi lembrada Babilônia, a grande cidade, diante de Deus” [tradução do autor]). Esta maneira bíblica de falar, de que Deus se lembra, é percebida a partir da perspectiva humana. Em um momento Deus parece ter-se esquecido de seus fiéis (At 10.31; Lc 1.54,72; 23.42), em outro momento, porém, dos que zombam dele, de sorte que sejam ímpios sem sofrer conseqüências (como aqui e, p. ex., no Sl 137.7). Lembramo-nos do sentido embutido em Ap 6.10: um caso urgente de juízo espera por condenação, contudo está como que perdido de vista. Finalmente ele entra na ordem do dia. Esse gongo soa para a cidade da Babilônia, **para dar-lhe o cálice do vinho do furor da sua ira.** Na tríplice forma de expressão reside uma veemência extrema. Agora a ira irrompe de forma irrestrita. Até aqui esse cálice repetidamente passou ao largo da Babilônia. Isso, no entanto, não aconteceu nem por indiferença nem fraqueza divinas perante o pecado (quanto à terminologia, cf. o comentário a Ap 14.8-10).

**20** **Todas as ilhas fugiram, e os montes não foram achados.** Em Ap 6.14 já era plausível que esse par de conceitos não indicava somente catástrofes da natureza. Autoridades intramundanas que se erigiram contra Deus ou que foram edificadas contra Deus, desaparecem, “para que se saiba, até ao nascente do sol e até ao poente, que além de mim não há outro; eu sou o Senhor, e não há outro” (Is 45.6). Num relance, e definitivamente, Deus limpa a terra cheia da glória dos ídolos.

**21** O último versículo do capítulo retorna ao paradigma dos flagelos egípcios. **Também desabou do céu sobre os homens grande saraivada, com pedras que pesavam cerca de um talento** (“mais de trinta quilos” [BLH]). Também Êx 9.24,25 ressaltou o grande peso das pedras do granizo. Aqui elas são “tão pesadas como as pedras que se faziam para as catapultas”. Ez 38.22 fala de pedras de granizo que se precipitam como o bombardeio de um cerco militar. É desta maneira que a ira de Deus jorra sobre os “abrigos antiaéreos” da terra, do céu sobre os seres humanos.

Como se responde de baixo? **E, por causa do flagelo da chuva de pedras, os homens blasfemaram de Deus, porquanto o seu flagelo** (do granizo) **era sobremodo grande.** Este resultado evoca mais uma vez o refrão da impenitência (cf. o comentário a Ap 16.9,11). Quanto mais severos os juízos, tanto mais duros os corações. Por isso nunca será demasiada a cautela diante da esperança de que os juízos se evidenciarão como segundo caminho de salvação. Existe somente um único caminho de volta para Deus: “ninguém vem ao Pai senão por mim” (Jo 14.6).

Encerra-se, pois, a série das taças com o bombardeio de cima e a gritaria de baixo. Ela ainda não traz o momento em que, conforme Ap 15.4, tudo cai de joelhos e reconhece a soberania exclusiva de Deus. Porém, esta interrupção pouco antes do alvo justifica-se em função dos apêndices seguintes.



## XI. PRIMEIRO APÊNDICE ÀS VISÕES DAS TAÇAS O JUÍZO SOBRE A PROSTITUTA BABILÔNIA 17.1–19.10

A nova seção maior, que conforme Ap 17.1 contém o “juízo sobre a grande prostituta”, evidencia-se como apêndice às visões das taças em termos de conteúdo e de forma. Esse tema já se apresentou com força em Ap 16.19, permanecendo depois, porém, sem qualquer elaboração, de modo que se formou a impressão de uma interrupção. No retrospecto, pensa-se que naquela passagem João praticamente está guardando algo para tratar nesse apêndice.

Em termos formais, a conexão está assegurada pela circunstância de que é expressamente um dos anjos das taças que introduz ao novo trecho (Ap 17.1). Em Ap 19.9,10 ele retoma mais uma vez a palavra e encerra a visão. O fato de que ela é a mais longa de todas as visões do Ap revela a importância que o tema “Babilônia” tinha e tem para as igrejas.

### 1. O anúncio da visão, 17.1,2

- <sup>1</sup> **Veio um dos sete anjos que têm as sete taças e falou comigo, dizendo: Vem, mostrar-te-ei o julgamento da grande meretriz que se acha sentada sobre muitas águas,**  
<sup>2</sup> **com quem se prostituíram os reis da terra; e, com o vinho de sua devassidão, foi que se embebedaram os que habitam na terra.**

- 1 Veio um dos sete anjos que têm as sete taças e falou comigo, dizendo: Vem, mostrar-te-ei...** A repetição literal dessa expressão em Ap 21.9, contudo não relacionada com a prostituta, e sim com a noiva do Cordeiro, mostra com a desejável clareza que a prostituta e a noiva são entendidas como dois tipos opostos. Esse dado é importante também para a interpretação da prostituta no presente capítulo.

O anjo tenciona mostrar a João o **julgamento da grande meretriz**. Esta demonstração está combinada com uma intenção mais profunda. João e as igrejas devem desmascarar e reconhecer esse personagem de tal maneira que jamais se deixem enganar pela prostituta e não a confundam um instante sequer com a noiva. Seria possível uma confusão assim? Sem dúvida, se o Espírito Santo (v. 3) não desfizer a sedução e o engano. Que ninguém tenha excessiva autoconfiança!

Depois que Ap 2.14,20,21 já falou da prostituição em diversos lugares da província da Ásia, a partir de agora trata-se da **grande meretriz** (ainda nos v. 5,15,16; 19.2). O leitor já pode saber quem ela é em Ap 14.8, a saber, a Babilônia. Nosso apêndice a apresenta em imagem ampliada e com contornos nítidos.

Do mesmo modo, a indicação geográfica **sobre** (“perto de” [BLH], “à beira de” [TEB, BJ], “junto a” [VFL]) **muitas águas** combina com a Babilônia. A cidade histórica estava situada em numerosos braços do Eufrates (Sl 137.1) e em canais que cruzavam as terras de aluvião. Por essa razão ela era uma espécie de fortaleza aquática (cf. o comentário a Ap 16.12), um dos maiores fatores que constituíam seu orgulho de ser inexpugnável. “Tu... que habitas tão segura” (Is 47.8 [RC]). Parece, no entanto, que já em tempos remotos esses braços fluviais foram compreendidos como veias vitais para a Babilônia, que lhe asseguravam comércio e riqueza: “tu que habitas sobre muitas águas, rica de tesouros...” (Jr 51.13). Contudo, essas considerações esclarecem tão somente a *origem* da metáfora, não seu significado no presente texto. Ele é elucidado validamente pelo v. 15: por meio dessas águas a Babilônia constitui uma grandeza supra-étnica e supralocal. Ela não conhece limites territoriais, mas está relacionada com a totalidade das nações (quadruplicadas!). Particularmente, ela está **sentada** (“entronizada”) ali. Ainda terá de ser explicado de que maneira ela domina o mundo.

Por sua natureza ela é **meretriz**. Em todos as ocorrências dessa metáfora no AT alude-se a relações comerciais e intercâmbio cultural de grandes cidades. Ap 18 evidencia com que ênfase essas correlações também devem ser vistas no conceito da Babilônia no Ap (cf. também o exposto sobre Ap 17.5). A Babilônia aparece como potência econômica e cultural global. Não há a conotação de uma soberania político-militar maior. Desta maneira somos desviados de uma interpretação, muito recorrente, da Babilônia como sendo o Império mundial Romano.

- 2 Com essa prostituta se prostituíram os reis da terra; e... se embebedaram os que habitam na terra.** Com certeza entre eles está também o povo judaico (como já afirmado em Ez 23.14-17).



Porém de forma alguma a afirmação permite fixar os pensamentos no Israel renegado (quanto a cada um dos termos, cf. o comentário a Ap 14.8; 18.3). Portanto, a premissa básica dessa cultura e civilização, por meio da qual a Babilônia mantém sob o seu fascínio os povos, é a “prostituição”, o desenfreamento.

Para ela a rigor tudo é permitido e nada constitui uma verdade compromissiva. Toda espécie de vínculo com os mandamentos de Deus é queimada, de modo a desenvolver sobre essa cratera de vulcão um modo de vida sem Deus e sem Cristo.

Embora essa cultura, como evidenciará o v. 3, gere uma extraordinária força de propaganda, João profetiza que no final ela conduz ao caos. O quadro essencial – desenfreamento devastador – impõe-se ao quadro de aparente esplendor, o caos interior manifesta-se para fora. Todo o mundo que a seguiu torna-se uma cratera extinta e um fumegante campo de ruínas. Um dia o mundo terá a aparência que ele já possuía há muito nas cabeças e nos corações. – Os versículos seguintes conferem cores fortes a esse esboço introdutório.

## 2. O surgimento da prostituta Babilônia, 17.3-6a

- <sup>3</sup> **Transportou-me o anjo, em espírito, a um deserto e vi uma mulher montada numa besta escarlata, besta repleta de nomes de blasfêmia, com sete cabeças e dez chifres.**  
<sup>4</sup> **Achava-se a mulher vestida de púrpura e de escarlata, adornada de ouro, de pedras preciosas e de pérolas, tendo na mão um cálice de ouro transbordante de abominações e com as imundícias da sua prostituição.**  
<sup>5</sup> **Na sua frente, achava-se escrito um nome, um mistério: BABILÔNIA, A GRANDE, A MÃE DAS MERETRIZES E DAS ABOMINAÇÕES DA TERRA.**  
<sup>6a</sup> **Então, vi a mulher embriagada com o sangue dos santos e com o sangue das testemunhas de Jesus;**

- 3 Transportou-me o anjo, em espírito...** Como em Ap 1.10; 4.2 e 21.10, esta formulação introduz o novo enfoque de uma série de visões. Por si só já é significativo que João veja a florescente cidade no **deserto**, ou seja, no juízo. Ela ainda não percebe que já está marcada pelo juízo. Ela sonha de tudo, menos com seu fim. “E disseste: Eu serei senhora para sempre! Até agora não tomaste a sério estas coisas, nem te lembraste do seu fim” (Is 47.7).

**E vi uma mulher montada numa besta escarlata, besta repleta de nomes de blasfêmia, com sete cabeças e dez chifres.** De modo exato, embora abreviado, este animal de montaria é identificado com a besta do cap. 13, o poder anticristão. Não se deve depreender do texto a subjugação da besta pela prostituta. Os orientais sentiam, antes, a união entre cavaleiro e montaria. Retrataram numerosos deuses e deusas montadas, a fim de simbolizar a força dessas divindades, às quais estavam aliados. É desse modo que a cultura do mundo está se aliando ao poder da besta. É sua decisão anticristã (v. 6) que lhe confere vida, que a sustenta (v. 7), que a eleva e que fará com seja arruinada (v. 16).

- 4** Contudo, por enquanto ela continua sentada sobre a besta, sem desconfiar de nada, e apaixonada por si própria, **vestida de púrpura e de escarlata**. A púrpura, de cor vermelho escura, é cor de reinado (Lc 16.19). Significado similar possui o vermelho berrante do escarlata. No entanto, evita-se aqui o vermelho da cor do fogo de Ap 6.4; 12.3, uma cor de desgraça. De forma alguma exhibe-se desde logo a embriaguez com o sangue do v. 6.

O europeu sulista é menos exigente na comida, mas em troca mais exigente na roupa e nas jóias. Ainda hoje as italianas usam anéis e brilhantes em seis ou oito dedos. Também esta mulher ávida de luxo estava repleta de ouro, reluzia de ouro valioso e de pedras preciosas e pérolas. Ela exhibe uma riqueza tão incalculável que o espectador desta figura brilhante e ofuscante fica totalmente atordoado. Há nela um traço proposital, assim como uma prostitua expõe na “vitrine” tudo o que possui. De acordo com Ap 18.7 ela se glorifica a si mesma. O louvor próprio desenfreado é característico da Babilônia. Em Ap 3.17 essa marca se manifesta dentro da igreja.

Radiante de felicidade fascinante, a prostituta estende ao mundo inteiro o cálice de ouro e, a seu modo, convida para a “santa ceia”: **tendo na mão um cálice de ouro**. Na realidade o vinho era símbolo da alegria de viver. Contudo nesse caso estava em jogo a mentira. O exterior e o interior do cálice formam um contraste mordaz. Está **transbordante de abominações e com as imundícias da**

**sua prostituição.** No AT ambas as expressões ocorrem paralelas e designam o mundo gentio. João recua horrorizado diante do conteúdo do cálice que exteriormente é tão deslumbrante. Acaso a Babilônia não se apresentava intencionalmente como superação dos cultos primitivos, acaso não se elevava acima das planuras da superstição, até os píncaros da erudição e do iluminismo (q1 10-15)? Entretanto, o que ela proporciona depois mais uma vez não passa de superstição.

- 5 **Na sua frente, achava-se escrito um nome, um mistério!** Pela intercalação da exclamação **mistério!** deixa-se claro que se seguirá um nome cujo sentido não é simplesmente evidente, mas, por ser nome simbólico, carece de decodificação. A última interpretação – já nos antecipamos tratando desse versículo – acontece somente no v. 6. Como em Ap 12.9; 13.18 ou 19.13, estamos aqui diante de uma passagem central.

A interpretação do trecho subsequente forçosamente sofre pelo fato de que os pontos que o texto justapõe de forma impressionante precisam ser estendidos e abordados um após o outro. Somente no retrospecto poderá surgir novamente uma visão de conjunto.

O nome é **Babilônia, a grande cidade**. Na época de João a Babilônia histórica já estava devastada há muito tempo. Mesmo sua localização exata era incerta até que na Idade Moderna fosse escavada sob doze a vinte e quatro metros de escombros. Apesar disso João chegou a comunicar a exclamação do anjo a seus irmãos em Ap 18.4: “Retirai-vos dela (da Babilônia)!” Esta convocação tem tão pouca conotação geográfica quanto o convite do poeta Benjamim Schmolck: “Alma, encaminha-te ao Calvário”. É evidente que um conceito geográfico foi reinterpretado espiritualmente.

A antiga Babilônia não tinha importância histórica até o tempo de Hammurapi (por volta de 1725-1656 a.C.). Através dele a cidade conquistou predomínio cultural até a era do helenismo. Contudo, a cidade exerceu verdadeira posição de império mundial somente por tempo breve e transitório. O episódio de Gn 11.1-9 pode ser típico para a Babilônia: é certo que a Babilônia gera a *idéia* de império mundial, porém a concretização não obtém sucesso. A cidade limitou-se a ser centro comercial e cultural. Naturalmente a magnitude de seu luxo era proverbial entre gregos e romanos. A Babilônia dominava como uma mulher que, “delicada e mimada” (BLH), controla os homens, como uma “senhora de reinos” (Is 47.1,5), como “rainha” (Ap 18.7). Tudo isto, bem como o extenso cap. 18 sobre a Babilônia dos comerciantes, é em geral pouco considerado na interpretação desse termo.

É preciso diferenciar a Babilônia da besta, caracterizada por violência, guerra e subjugação. Cultura e violência podem convergir, mas também separar-se novamente (cf. Ap 17.3,16). A besta sozinha, sem a bela cavaleira, seria uma afronta. É por isso que ela gosta de se servir da cultura e de seus recursos inebriantes. Esta é, portanto, a solução perfeita: em primeiro plano a mulher fascinante, no fundo os dentes arreganhados da besta, caso os seres humanos se tornem atrevidos demais. Os ideais ressoam nas grandes praças, porém nas ruas laterais a tropa de choque está de prontidão. Isto é o máximo que se pode oferecer sem Deus.

Portanto, a Babilônia é a sociedade que desenvolveu a admirável capacidade de se instalar nesta terra. Os abismos do ser foram camuflados pela capacidade e pelo conhecimento, eliminados ou pelo menos cerceados pela organização. É possível viver neste mundo cheio de luzes e de seguranças inteligentes.

Contudo, ainda não foi dito nada de substancial. A Babilônia é também **a mãe das meretrizes e das abominações da terra**. Todo esse brilho foi erguido sobre uma gigantesca quebra de fidelidade (cf. o comentário a Ap 17.1), sobre a ruptura amadurecida, conscientemente executada, com Deus. Tão grande quanto é a Babilônia, tão grande é sua prostituição. Sua magnitude é aquela desenvolvida pela prostituição. É por isso que não se deve simplesmente igualar a Babilônia com a cultura e deprender do Ap hostilidade à cultura. Contudo, como a Bíblia toda, o Ap é implacavelmente crítico em relação à cultura. De forma alguma ele permite que lhe seja negado a aplicação de parâmetros éticos e espirituais.

- 6 Agora é que chega ao auge o diagnóstico da natureza da mulher. Uma segunda vez dentro dessa visão, João escreve: **Então, vi.** Nesse último desmascaramento ele estremece (v. 6b). Viu **a mulher embriagada com o sangue dos santos e com o sangue das testemunhas de Jesus**. Observado mais de perto, o vinho da prostituição transforma-se no sangue dos santos. Com isso é dado o ponto da virada. A Babilônia não é apenas cultura sem Deus, mas também cultura contra Cristo. Justamente por ser cultura sem Deus, ela tem de entrar em conflito com aqueles que persistentemente falam Deus. Talvez as igrejas tivessem esperança de que, com sua palavra de paz e reconciliação para todos os povos e classes, elas não encontrariam a mesma rejeição como o tom arrogante da sinagoga.

Contudo, enquanto a Babilônia for Babilônia ela tomará um rumo anticristão se a igreja for verdadeiramente igreja.

Esta guinada da opinião geral contra os cristãos aconteceu claramente mais tarde. Não foi possível provar que cometiam atrocidades, e apesar disto eram acusados de “inimigos do Estado” e de “odiarem a espécie humana”. Porque, enquanto se retraíam, como os judeus, de grande parte do convívio e do culto helenista, ao mesmo tempo penetraram – como os judeus *não* faziam na mesma medida – em todos os povos e segmentos, e retiravam pessoas convertidas de todos os estamentos. Nesse ponto impunha-se ao mundo em volta a impressão de uma hostilidade à sociedade. Obviamente eles não se tornavam puníveis em contravenções legais. Contudo, as asserções dos cristãos não tinham força alguma para mudar esta suspeita.

Desde bem cedo a Babilônia foi interpretada como sendo a Roma papal, depois também como sendo genericamente cada igreja adaptada ao mundo, que se afastou de seu “marido”, ou seja, o Deus vivo, e se “prostitui” com o Estado. Em breve ela adota um comportamento exigente, ganancioso, luxurioso, imoral, guerreiro e diplomático. Ela confunde tarefas e meios espirituais e estatais. Em seus representantes tenta-se encontrar em vão a fidelidade ao Cordeiro de que fala Ap 14.4, ao passo que persegue brutalmente os verdadeiros discípulos de Jesus, causando mais mártires que os imperadores da Roma gentílica, “ébrios do sangue dos santos e do sangue das testemunhas de Jesus”.

Em primeiro lugar o texto não nos deixa à vontade para de antemão entendermos a “Babilônia”, cidade de comerciantes, como uma igreja. É verdade que tão logo uma igreja se torne uma “casa de negócio” no sentido de Jo 2.16 – observamos essa tendência e as características típicas em Laodicéia – ela adquire participação no modo de ser babilônico. Uma coisa gera a outra, até chegar à fogueira inquisitorial. Entretanto, há diversas “fogueiras” e diversos “papados”, e nem sempre apenas nos outros!

A exegese mais recente interpreta a Babilônia como sendo a Roma gentílica, apoiando-se na circunstância de que no judaísmo daquele tempo “Babilônia” era um criptônimo muito usado para Roma e o Império Romano. Não nos cabe negar fundamentalmente essa designação (cf. o v. 9!), contudo ela deveria ser melhor definida. Era Ap 13 que fazia referência muito mais intensa à Roma político-estatal. Em contraposição, não há dúvida de que os cap. 17,18 indicam para a cultura de cunho helenista no Império Romano, sem obviamente limitar-se a ela.

### 3. A interpretação do anjo: o fim da besta, 17.6b-11

<sup>6b</sup> e, quando a vi, admirei-me com grande espanto.

<sup>7</sup> O anjo, porém, me disse: Por que te admiraste? Dir-te-ei o mistério da mulher e da besta que tem as sete cabeças e os dez chifres e que leva a mulher:

<sup>8</sup> a besta que viste, era e não é, está para emergir do abismo e caminha para a destruição. E aqueles que habitam sobre a terra, cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida desde a fundação do mundo, se admirarão, vendo a besta que era e não é, mas aparecerá.

<sup>9</sup> Aqui está (“é necessário”) o sentido, que tem sabedoria: as sete cabeças são sete montes, nos quais a mulher está sentada. São também sete reis,

<sup>10</sup> dos quais caíram cinco, um existe, e o outro ainda não chegou; e, quando chegar, tem de durar pouco.

<sup>11</sup> E a besta, que era e não é, também é ele, o oitavo rei, e procede dos sete, e caminha para a destruição.

**6b,7** Os v. 6b,7 fazem a transição para a interpretação, ressaltando a admiração extraordinária do vidente, no mesmo estilo de Dn 7.28; 8.27; 10.8-10. **E, quando a vi, admirei-me com grande espanto** (“admiração”). **O anjo, porém, me disse: Por que te admiraste?** Os vasos humanos são frágeis demais, de argila fina demais para a pesada poção da realidade de Deus. No entanto, não está em jogo a questão genérica de apreender o divino, mas sim o divino em vista do mal na história. Os cumes elevados dos Alpes já impressionam de modo geral, porém impressionarão mais quando o espectador estiver num desfiladeiro profundo. Desse modo a divindade torna-se duplamente incompreensível para João, sim, torna-se torturante e chocante, porque ele se encontra nas profundezas da história e sob o impacto do pavor da Babilônia.

No Sl 73 o salmista recebe uma visão da felicidade dos ímpios: sem Deus parecem ter paz perfeita, são bem saudáveis, exuberantes e audaciosos, contornam esplendidamente tudo o que é incômodo, falam como das alturas do céu, sempre têm razão e ostentam sucesso com terrível regularidade. Isso faz o salmista vacilar: “quase me resvalaram os pés; pouco faltou para que se desviassem os meus passos... Em só refletir para compreender isso, achei mui pesada tarefa para mim” [v. 2,16]. Como obteve ajuda? “Até que entrei no santuário de Deus e atinei com o fim deles” (v. 17). À luz da realidade suprema de Deus a felicidade dos ímpios despedaça-se como felicidade falsa. É essa ajuda que socorre também a João na sua confusão. Ele vê o fim da besta (v. 8-11), o fim dos dez reis (v. 12-14) e o fim da mulher (v. 15,16).

O anjo, que no v. 1 lhe dissera: “mostrar-te-ei”, acrescenta agora: **Dir-te-ei** (“Eu, eu mesmo te direi” [tradução do autor])... Este enfático “eu, eu mesmo” provavelmente esteja construindo um contraste com Dn 8.27, onde se lê: “Espantava-me com a visão, e não havia quem a entendesse”. Decorre, pois, uma vantagem para os profetas da nova aliança. À luz da Páscoa, a escuridão não é mais tão impenetrável.

O mistério essencial da prostituta (quem é ela?) na verdade já fora elucidado nos v. 5,6. Os versículos seguintes referem-se a seu mistério histórico (para onde ela leva?), a saber, ao **mistério da mulher e da besta que tem as sete cabeças e os dez chifres e que leva a mulher**. Nessa interpretação trata-se, sucessivamente, das correlações em que a mulher se situa, primeiro do destino do animal de montaria, que é mais uma vez identificado expressamente com a besta de Ap 13.1.

- 8 **A besta que viste, era e não é, está para emergir do abismo.** No texto a seguir aplica-se quatro vezes o esquema dos três tempos verbais à besta (v. 8,10,11), seguramente como declaração básica sobre a besta e como seu verdadeiro “mistério” (v. 7). Isso corresponde ao destaque dado à ferida mortal em Ap 13.3,12,14. Ambas as afirmações fundamentais se encaixam: tendo superado a ferida mortal, a besta demonstrou ser vitoriosa sobre a transitoriedade das criaturas. Ela imita a soberania de Deus e de Cristo sobre a história e atemoriza as pessoas por sua indestrutibilidade que dura por todos os tempos. Mesmo quando dá a impressão de que sua existência pertencia a épocas finalmente passadas, ela subitamente está de volta, celebrando sua “parusia” triunfante (cf. abaixo), seu renascimento satânico.

**E aqueles que habitam sobre a terra... se admirarão** (como em Ap 13.3). Diante dessa força vital eles se sentem como que desestruturados e sucumbirão ao fascínio da besta se não estiverem ancorados em Deus, **cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida desde a** (“antes da” [BV]) **fundação do mundo** (quanto a detalhes, cf. o comentário a Ap 13.8). Sem socorro sucumbem à aparição dela. Ou olhamos para Jesus, ou somos fascinados pela besta. **Vendo a besta que era e não é, mas aparecerá.**

O termo grego traduzido por “aparecer” seguramente possui um sentido mais pleno, que a tradução não consegue reproduzir. A idéia é de uma apresentação exuberante da besta, a fim de receber a veneração de todo o mundo. Em 2Ts 2.9 Paulo utiliza o substantivo derivado desse verbo para a “vinda” do anticristo na “eficácia de Satanás, com todo poder, e sinais, e prodígios da mentira”. Nos v. 3,6,8 ele designa o mesmo processo de “desvendamento” ou “revelação”, a saber, depois de um longo tempo de ação oculta na atualidade (v. 7). Tudo isso é imitação de seu adversário, Jesus Cristo, ao qual tenta fazer concorrência da Sexta-Feira da Paixão até a parusia (EXCURSO 11e).

Contudo, ela **caminha para a destruição**, dizia o adendo à fórmula dos três tempos (no início do v. 8). No ápice dessa imitação, Deus a interromperá poderosamente e dará um fim a essa horrível blasfêmia. A besta desaparece para sempre no lugar da perdição (Ap 19.20; 20.10). Era essa pequena frase que a explicação do anjo em relação à besta apontava. Apesar de seu enigmático desdobramento de poder, ela está sujeita à soberania suprema de Deus. Ele solta a besta por tempo limitado, contudo também torna a tirá-la da história. Tudo isso requer ser compreendido à luz dos juízos das taças. Em sua ira Deus o faz contra aqueles que não desejam seu dom inefável, a saber, o Cordeiro.

- 9 A explicação das sete cabeças da besta (v. 9-11) começa com uma exortação que retomaremos mais tarde. Ela determina a natureza da afirmação seguinte. **Aqui está o sentido, que tem sabedoria** (“Aqui é necessária a razão, que tem sabedoria” [tradução do autor]). Ela evoca imediatamente a exortação de Ap 13.18, que tão somente ligava os dois termos de forma inversa.

**As sete cabeças são sete montes.** Na Antigüidade era muito conhecida entre romanos, gregos, judeus e cristãos a referência aos “sete montes” como referência a Roma, construída sobre sete colinas (*Roma septicollis*). No presente texto igualmente parece excluída qualquer outra interpretação. Não que a besta seja simplesmente identificada com Roma. Não obstante, por sobre as cabeças da besta forma-se uma relação com a Roma daquele tempo. “Babilônia”, um conceito de proclamação, que acompanha o povo de Deus por milênios, pode fixar-se, vez por vez, em fenômenos bem definidos, sem no entanto dissolver-se e submergir neles. No presente texto, portanto, o anjo conjuga a Babilônia com a Roma de sete colinas, onde **a mulher está sentada**.

A visão da prostituta Babilônia, montada sobre a besta, também possuiria um sentido sem os presentes versículos, e fica claro que a conexão com Roma é estabelecida apenas posterior e adicionalmente. Ela até atrapalha um pouco o aspecto do v. 3. Lá a prostituta está solenemente sentada sobre a besta como sobre um animal de montaria; agora, no entanto, a besta a carrega nos chifres.

A continuação confirma que não há a mínima intenção de igualar a mulher à cidade das sete colinas. As sete cabeças **são também sete reis**. No lugar das sete colinas de Roma, existentes lado a lado, surge subitamente uma série subsequente de sete reis. Ninguém deveria negar que dessa forma agrega-se à primeira interpretação, apresentada apenas superficialmente, uma segunda, que recebe o destaque maior. Surge diante do nosso olhar não mais uma cidade singular ou um reino único, mas sim o número pleno (o número sete!) dos reinos no tempo escatológico, que repetidamente se aliam à prostituta Babilônia.

- 10** O conceito das colinas ou montes sugere que se trata de reinos, não de personagens isolados (cf. o comentário a Ap 16.20). No Oriente em geral, como também no AT, constituíam palavra simbólica para potências mundiais. Elas são representadas por seus reis.

O v. 9, pois, certamente fez menção de Roma, contudo inseriu esse reino imediatamente na série completa dos reinos do fim dos tempos. Não somente no caso de Roma, mas repetidamente a Babilônia se alia com os sistemas de poder. Em decorrência, também essa interpretação adicional mantém-se nos parâmetros dos v. 1-6. – Os v. 10,11 serão abordados no excurso a seguir.

## EXCURSO 14

### A interpretação dos sete “reis” de Ap 17.9-11

A maioria dos exegetas não consegue mais soltar-se da referência superficial do texto a Roma e interpreta os “reis” como a série de imperadores romanos do primeiro século. Contudo, a partir de qual imperador deve-se iniciar a contagem?

É plausível começar com Augusto. Depois vêm os cinco “reis” caídos: Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio e Nero. Deixando de lado os três imperadores militares seguintes, chega-se a Vespasiano como o monarca da época. Seu filho Tito seria aquele um que ainda não veio e que permaneceria apenas pouco tempo (de 79 a 81). Segue-lhe como oitavo o anticristo, a saber, Domiciano. Esse oitavo já esteve presente uma vez na pessoa de Nero. Domiciano é o Nero que retornou (cf. o comentário a Ap 13.1).

Contudo, as objeções apresentam-se de imediato. Em primeiro lugar, os cinco imperadores não foram todos derrubados, como afirma o texto a respeito dos cinco reis (nota 821). Em seguida, deixar fora os três imperadores militares é decididamente uma solução fácil demais. Tampouco podemos imaginar que o livro tenha sido redigido sob Vespasiano, como teria de ser pressuposto nesse caso. Esse governante, pessoalmente modesto e justo, não gostava do culto ao imperador nem perseguia os cristãos. Finalmente, por causa do NT e do cap. 13 do Ap (cf. EXCURSO 11), é enganoso interpretar o anticristo como sendo um único imperador romano. Se Domiciano fosse entendido como o anticristo, sobre o qual convergem todas as profecias do Ap, no século II o livro teria sido refutado pelo curso dos acontecimentos. Sua intensa divulgação, porém, permite reconhecer que nenhum dos inúmeros leitores o entendia dessa forma.

Ou será que o livro teria sido escrito sob Domiciano e artificialmente datado em tempo anterior, de Vespasiano? Acaso ele apenas *aparenta* ser uma profecia anunciando Tito e Domiciano, para denunciar com mais eficácia que o imperador da época é desprezado como o segundo Nero? Essa reconstrução, porém, leva pouco em conta os leitores daquele tempo e não rebate as objeções acima citadas.

Schlatter e outros ponderam a possibilidade de que o livro ainda tenha sido escrito sob Galba, ou seja, em meio aos distúrbios após a morte de Nero. Nesse caso, porém, o vidente de Patmos teria sido refutado com uma rapidez singular e teria sobrevivido ao seu equívoco por décadas.

Outros comentaristas realizam a contagem a partir de César, deixam fora igualmente os imperadores militares e, no sétimo, chegam a Vespasiano, que naquele tempo deveria ter estado pouco tempo no poder. Contudo, ele governou dez anos. Outros contam somente os imperadores depois da morte de Cristo, a saber, após Calígula. De acordo com esse cálculo, Domiciano é o imperador e – novamente deixando fora os intermediários – somente o segundo depois dele é o anticristo, como uma espécie de segundo Domiciano (cf. segundo Nero). Assim, porém, a contagem cairia no imperador Trajano, bastante moderado.

Todas essas interpretação transmitem artificialidade, geram contradições históricas e não deveriam ser apresentadas por uma exegese histórica. Alega-se, porém, que João e seus leitores teriam tido um entendimento histórico diferente. Seríamos nós hoje que nos incomodamos com as contradições históricas, mas as pessoas daquele tempo não se incomodariam. Curiosa disposição de espírito: João convoca seus leitores a mobilizar o entendimento e a sabedoria, e em seguida arrola uma série de imperadores que não existiu! E um leitor, comovido, entrega ao outro um livro que, em suas profecias, comete erros com a imperturbável convicção do enviado!

Ireneo já demandava uma interpretação da passagem com ajuda do livro de Daniel, uma interpretação que, portanto, não fosse orientada pela história contemporânea, mas pelo AT. Essa leitura pode ser fortalecida pelas pontes lingüísticas entre Ap 17 e Daniel. Aí invés de uma série de imperadores, é preciso recorrer a Daniel para construir a série de impérios mundiais.

Apesar de algumas divergências, os comentaristas são bastante unânimes: no tempo de João o Império Romano gentílico existe como a sexta constelação de poder. Por meio da migração dos povos ele será ferido à espada, contudo ressuscitará milagrosamente como reino romano-germânico, como “Sacro Império Romano-Germânico” [*Sacrum Imperium Nationis Germanicae*], que redundará na “aliança dos dez países”. O anticristo surgiria da decadência dessa constelação.

Primeiro surgem dúvidas quanto à própria contagem. Dn 2,7 consideram quatro impérios mundiais, mais um reino sucedâneo, ao qual se segue o insolente. É lícito arredondar essa visão simplesmente para que resulte o número sete? E como completá-lo? Como Daniel encerra sua série com o insolente do fim dos tempos, sua série não pode mais ser alongada para o final. Por isso dois reinos são colocados na frente. Contudo, quais seriam? Acaso o Egito alguma vez foi um “império mundial”? E será que não se deveria citar também outros reinos poderosos da Antigüidade?

Diante de tantas indagações somos surpreendidos sobretudo pela pergunta se, levantando-as, sequer ainda nos encontramos no âmbito de uma exegese do texto. Será que Ap 17.9-11 de fato convoca para essas análises complicadas e incertas? Será que João a sugeriu a seus primeiros leitores por algum indício?

Não negaremos o parentesco com Daniel, contudo ainda mantemos na recordação, desde Ap 13, o tipo de relação precisamente com os quatro animais que surgem sucessivamente do mar dos povos em Dn 7. Deixou-se de lado o interesse pela ordem sucessiva. Em seu lugar houve a visão de conjunto: *uma* besta, que unifica as características de todos os reinos violentos vistos em Daniel e que os potencia e, como tal, penetra no tempo entre a Ascensão e a parusia. Com isso o Ap se desvinculou de contagens históricas. Por isso, não devem ser novamente inseridas aqui. Em decorrência, interpretar a série de reinos dentro do texto traz em si uma problemática análoga à interpretação da série de imperadores. Com Lilje, Foerster e Lohmeyer voltamos à interpretação simbólica numérica de nossa passagem. No v. 9a João apela para uma sabedoria especial. Será que isso não aponta para o simbolismo das palavras seguintes? Ou haveria necessidade de uma reflexão maior, de uma compreensão mais profunda, se tomássemos os sete reis simplesmente como imperadores romanos e tivéssemos de reler seus nomes no livro de história geral?

Tendo em mente o uso consistentemente simbólico dos números no Ap, ouçamos inicialmente o sete, esse número simbólico de primeira grandeza. Nos sete “reis”, i. é, reinos (cf. acima), vemos o número pleno dos reinos dessa era mundial como um único elevado panorama montanhoso. A Babilônia está entronizada sobre essas potências mundiais. Contudo, o fato de que esses “montes” que se acumulam e são contrários a Deus estão submetidos ao número sete comunica ao povo de Deus que eles estão domados dentro de uma medida fixada por Deus. Ele providencia para que as



potências não cresçam até o céu nem até a eternidade. Um dia se estenderá no lugar delas a ampla planície do paraíso.

Por enquanto, porém, o sete ainda não está completo, mas já passaram cinco. Cinco reinos passados, isso significa, pois, que algo já foi arredondado. Ao mesmo tempo o cinco é um antigo número divisor. Algo ainda está para vir, mas também o restante das constelações de poder cairá. Por fim, todas ruirão.

Sem ênfase alguma o texto fala do presente: “um existe” (v. 10) – como se falasse do vento! Esse “um” seria o sexto, mas no atual contexto não se dá peso ao número seis. O presente não passa de um ponto de virada entre o longo trecho já percorrido e o trecho restante. Falta apenas um pequeno resto, algo “breve” (v. 10).

Não deixa de ser importante a constatação de que não acontece uma contagem de um a sete, como as duas primeiras interpretações nos exibiam incansavelmente. Pelo contrário, cabe-nos perscrutar os sentidos dos números sete, cinco e oito. A contagem se afastaria dessa compreensão e andaria por terrenos laterais que não são alvo de atenção do vidente de Patmos.

No v. 11 aparece em oitavo lugar o personagem que interessa no presente contexto. Esse número designa aquilo que ultrapassa a seqüência, em si conclusa, dos sete, aquilo que realiza a superação. Esse fato está sendo notado como negativo, pois por natureza o oitavo pertence aos sete, trazendo, por isso, as características de todas as potências mundiais, a característica de felino. No fundo não se repete nele nada além do velho pecado. Ele não constitui uma superação *verdadeira*. Mas comporta-se como se o fosse, tentando partir de sua origem e alçar-se para uma novidade que jamais existiu: uma jogada para contrariar a Páscoa! Como o Deus vivo começou uma nova criação com Cristo, também o dragão se propõe realizar uma nova criação com a besta.

\* \* \* \*

- 11** Acerca do oitavo afirma-se: ele é a besta (v. 11). Certamente a besta já estava sempre presente. Desde Ap 13.1 ela se movimentou em “cabeças” cada vez novas. Desde a exaltação do Cordeiro ela ergue sua cabeça em formas sempre novas. Porém é somente na oitava cabeça que ela se revela exaustivamente e é inteiramente besta, pois aquela presunção de superar a Deus até mesmo no milagre pascal, roubando-lhe a glória, faz parte de sua mais profunda natureza. Todo o mundo deve ajoelhar-se diante do milagre da besta: ele verdadeiramente ressuscitou, o novo ser humano chegou, o novo mundo está sendo construído – sem Deus e sem o Cordeiro!

É exatamente nesse ponto que incide a guilhotina da palavra profética: “e caminha para a destruição”. O v. 8 já dizia isso; como uma moldura, a afirmação coloca-se em torno do trecho. Em Ap 19.20 ela será abordada mais de perto. Porém desde já a besta é estigmatizada, como em 2Ts 2.3, como “filho da perdição”. Ela vem da perdição, conduz para lá, e vai para lá. São estes os verdadeiros títulos do oitavo: destruição – destruidor – destruído!

#### 4. O fim dos dez chifres da besta, 17.12-14

- <sup>12</sup> **Os dez chifres que viste são dez reis, os quais ainda não receberam reino, mas recebem autoridade como reis, com a besta, durante uma hora.**  
<sup>13</sup> **Têm estes um só pensamento e oferecem à besta o poder e a autoridade que possuem.**  
<sup>14</sup> **Pelejarão eles contra o Cordeiro, e o Cordeiro os vencerá, pois é o Senhor dos senhores e o Rei dos reis; vencerão também os chamados, eleitos e fiéis que se acham com ele.**

- 12** Agora também os dez chifres da besta são interpretados à parte. Isso é feito com uma frase de Dn 7.24. **Os dez chifres que viste são dez reis.** Dez é, como já mostrou Ap 2.10, um número muito esquemático e, como número da medida plena, evoca o sete. Contudo, enquanto o sete nos v. 10,11 se refere ao número cheio das potências na dimensão temporal, no presente texto o dez significa o número pleno das potências em sua dimensão geográfica por sobre a terra inteira. É dito expressamente que são reis simultâneos, a saber, “durante *uma* hora”, mais precisamente na hora do terrível oitavo, que coroa a série dos sete (v. 11). Deles é dito no v. 14 que eles empreendem conjuntamente a expedição bélica contra o Cordeiro. João já vira a mesma expedição dos reis em Ap 16.14, onde ele os designou de “reis do mundo inteiro”. E, na terceira descrição dessa expedição eles são chamados de “reis da terra” (Ap 19.19). Finalmente essa leitura também é solidificada pela

lembração de Dn 2.41-43. Lá a famosa figura das monarquias desemboca nos dez dedos, nos últimos representantes do poder político na terra antes da irrupção do reino eterno.

Esses reis inicialmente **ainda não receberam reino** (“ainda não obtiveram dignidade real” [tradução do autor]). O “ainda não” seguramente pertence ao contexto do v. 10: quando João via e escrevia, a série de sete “ainda não” estava concluída. Por isso também a grande hora do oitavo ainda estava para acontecer e, de forma idêntica, aqui a grande hora de seus satélites. No entanto, eles **recebem autoridade como reis, com a besta, durante uma hora**. De acordo com Ap 13.2,5 o dragão tinha dado à besta quarenta e dois meses de autoridade, ou seja, durante todo o tempo escatológico. Contudo, no fim desse tempo ocorre uma última concentração do poder satânico contra o Cordeiro (v. 14).

- 13** Essa concentração no alvo *único*, porém, parece também acarretar uma certa perda de poder de cada rei. Na realidade eles são apenas quase-reis (“reis como se”). Possuídos pela vontade de aniquilar o Cordeiro, eles abrem mão da política nacional, do pluralismo e da descentralização. **Oferecem** (“entregam”) **à besta o poder e a autoridade que possuem**, cuja expedição bélica está acima de tudo para eles. Agora, deve-se evitar a fragmentação a qualquer custo! É por isso que se submetem à mais severa disciplina, **têm estes um só pensamento**. A questão dos cristãos deve ser finalmente conduzida à solução definitiva. Já em Ap 16.14 lemos a respeito dessa inspiração horrível, sob a qual todos os poderosos passam a conduzir-se (cf. também Ap 17.17).

- 14** **Pelejarão eles contra o Cordeiro**. Formam os “exércitos” de Ap 19.19, onde a expedição é descrita com maiores detalhes. Aqui ouvimos apenas brevemente o desfecho. **E o Cordeiro os vencerá**.

Portanto, realizou-se uma verdadeira luta do Cordeiro? Diferentemente de Ap 9.19,20, o texto é sucinto demais para que possamos afirmar ou refutar a partir dele. No entanto, talvez a continuação do versículo, que fundamenta a vitória do Cordeiro, indique uma resposta. **Pois o Cordeiro é o Senhor dos senhores e o Rei dos reis** (para detalhes, cf. o comentário a Ap 19.16). Portanto, ele não venceu com base em sua luta, mas em virtude dos títulos que ele já havia conquistado na Sexta-Feira da Paixão e na Páscoa. Temos de permitir que essa maneira de pensar que perpassa todo o Ap penetre profundamente em nós. A vitória do Cordeiro *foi* definitivamente conquistada, seus inimigos *estão* derrotados (Ap 12.9,11). Na parusia a vitória dele e a derrota deles são meramente afirmadas de forma penetrante, publicadas e celebradas (EXCURSOS *If* e *8d*).

Assim como a besta, também o Cordeiro tem seus “exércitos”. **Os chamados, eleitos e fiéis que se acham com ele**. Pode-se depreender das expressões que elas levam para longe de concepções bélicas. Trata-se de uma designação genérica dos cristãos na primeira igreja. Eles estão com o Cordeiro – essa é a única coisa que é acrescentada. De acordo com Ap 14.4 essa condição lhes traz o martírio e, de acordo com a presente passagem, acarreta-lhes a vitória. Logo os mártires se tornam vencedores. Para essa vitória eles não empunham nenhuma espada, não flamejam de ódio, nem festejam uma vitória pessoal. Estão com o Cordeiro meramente como testemunhas, presenciando que seus inimigos falham em reconhecê-lo e que ele os derrota.

## 5. O fim da prostituta, 17.15-18

- <sup>15</sup> **Falou-me ainda: As águas que viste, onde a meretriz está assentada, são povos, multidões, nações e línguas.**
- <sup>16</sup> **Os dez chifres que viste e a besta, esses odiarão a meretriz, e a farão devastada e despojada, e lhe comerão as carnes, e a consumirão no fogo.**
- <sup>17</sup> **Porque em seu coração incutiu Deus que realizem o seu pensamento, o executem à uma e dêem à besta o reino que possuem, até que se cumpram as palavras de Deus.**
- <sup>18</sup> **A mulher que viste é a grande cidade que domina sobre os reis da terra.**

O trecho requer uma observação preliminar quanto ao enquadramento cronológico dos acontecimentos. Muitos comentaristas entendem o decurso do texto também como sequência cronológica dos eventos profetizados. De acordo com isso, portanto, os dez reis marcharão primeiro com a besta para a batalha final contra o Cordeiro. Batidos pelo Cordeiro (v. 14), eles se voltam com fúria cega contra a mulher, a fim de dilacerar aquela que até aqui carregaram com admiração (v. 2). A derrota diante de Cristo, portanto, é seguida da autodestruição do mundo anticristão.

Outros comentaristas reconhecem corretamente que a sequência literária não significa uma sequência histórica, mas que o texto avança por temas: primeiro o anjo aborda o fim da besta (v. 8-11), depois o fim dos dez reis (v. 12-14) e finalmente o fim da prostituta (v. 15-18). Cada vez trata-se realmente de um fim, se levarmos a sério os diversos trechos em seu aspecto literal. Os dez reis, depois de derrotados por Cristo, não continuam agindo de um ou outro jeito na sua parusia. Observe-se o paralelo pormenorizado em Ap 19.19-21: “E todas as aves se fartaram das suas carnes”.

Por isso, os v. 15-18 constituem um avanço meramente em termos temáticos. Em termos cronológicos, p. ex., o v. 17 (“para oferecerem sua dignidade real à besta” [tradução do autor]) constitui claramente uma retomada do momento do v. 13 (“oferecem à besta sua dignidade real” [tradução do autor]). Portanto, o v. 17 ainda transcorre no tempo *anterior* ao último ataque contra o Cordeiro.

Conseqüentemente, no v. 15 o anjo começa com um novo tema, a saber, com o tema principal do presente capítulo, anunciado já pelo v. 1 e que, devido à importância, foi guardado para o final: o juízo sobre a prostituta.

**15,16 Falou-me ainda: As águas que viste, onde a meretriz está assentada, são povos, multidões, nações e línguas.** A interpretação da água como mar das nações tem precedentes no AT. Na Antigüidade os povos muitas vezes eram vistos em conjunto com seus reis, de modo que o anjo, quando menciona os reis na metáfora seguinte dos dez chifres, continua falando do mesmo assunto. **Os dez chifres que viste e a besta, esses odiarão a meretriz.** Depois de uma breve interpretação das águas ele chegou agora à mulher, que conforme o v. 1 está entronizado sobre essas águas.

Ciente de estar comunicando algo assombroso, o anjo salienta: **esses odiarão a meretriz.** Afinal, eram os reis que, conforme o v. 2, estavam completamente inebriados dela. Também lemos que, mais tarde, depois de terem dilacerado a prostituta, esses mesmos reis se desatam em grande lamentação (Ap 18.9). Choram “lágrimas de crocodilo” por causa de uma devastação (Ap 18.19) que eles próprios causaram (Ap 17.16). Por meio desse fato torna-se translúcida, mais uma vez, uma afirmação como a de Ap 16.14: por ocasião da devastação não tinham domínio de si mesmos, mas estavam possuídos do espírito do diabo, guiados como ferramentas sem vontade própria. Atingidos pelo hálito da besta, exalam ódio para *todos* os lados.

Acima de tudo eles odeiam de forma incompreensível ao Cordeiro (v. 14), que deu seu sangue por eles. Contudo odeiam igualmente a prostituta. São inteiramente negativos. Ao estudar o cap. 13 já constatamos que a besta, capaz de todas as coisas, não consegue realizar uma coisa: não é capaz de amar, motivo pelo qual tampouco consegue despertar amor. Como a besta, também a prostituta com todos os seus atrativos (v. 4) somente foi capaz de suscitar desejos, mas nenhum amor. Por mais cortejada que fosse, por mais que todo o mundo olhasse para ela e a bajulasse e invejasse – nunca foi amada. É isso que agora se torna flagrante. O mundo em discórdia com o Cordeiro e com Deus também cai em discórdia consigo próprio. Os abismos sociais são intransponíveis. A cultura babilônica poderá trazer liberdade, justiça e bem-estar de forma transitória. Contudo liberdade para quem? Justiça para quem? Bem-estar para quem? Sempre apenas para *um* lado, e do outro lado aparecem as vítimas: os escravos trabalhadores, as buchas de canhão, os presos políticos. Somente o Cordeiro traz a salvação que abrange todas as criaturas de Deus.

A destruição da Babilônia é ilustrada com auxílio de metáforas de juízo do AT. Eles **a farão devastada** (cf. o comentário ao v. 3) **e despojada** (“nua” [RC, BLH, NVI, TEB, BJ, BV, VFL]). Isso significa o saque total de suas riquezas. No lugar da ostentação do v. 4 entra a desonra gritante. **E lhes comerão as carnes.** Essa metáfora para sugar até o sangue é ilustrada de modo chocante por Mq 3.2,3: “... deles arrancais a pele e a carne de cima dos seus ossos; que comeis a carne do meu povo, e lhes arrancais a pele, e lhes esmieuçais os ossos, e os repartis como para a panela e como carne no meio do caldeirão”. Pensemos também na morte de Jezabel (2Rs 9.33-36). Cães comeram sua carne. Ela é precursora da prostituta Babilônia, por desviar para a idolatria e derramar o sangue dos profetas (aqui no v. 6; cf. também o exposto sobre Ap 2.20-23).

**E a consumirão, a meretriz, no fogo.** Depois da carnificina total o intragável é queimado (Ez 23.25). Uma fúria destrutiva extrema acaba com todos os vestígios. O ódio dirige-se mesmo contra o último monturo e finalmente espalha as cinzas ao vento. Não restaria mais nada para um sepultamento.

**17** O v. 17 faz recordar o v. 13. Ele repete a fala da unanimidade de pensamento e resolução (cf. nota 840), mas agora sob um aspecto inesperadamente *novo*. **Porque em seu coração incutiu Deus que**

**realizem o seu pensamento, o executem à uma e dêem à besta o reino que possuem, até que se cumpram as palavras de Deus** (cf. o comentário a Ap 10.7; 15.8). A ira de Deus é a força última que move esses reis. “Eu o farei dar meia-volta, porei uma argola no seu nariz e o arrastarei junto com as suas tropas para longe”, diz Deus aos príncipes em Ez 38.4 ([BLH] cf. 39.2; 29.2), fazendo com que saiam com a ira dele numa expedição contra seus próprios interesses.

O versículo detém-se ainda na admirável unanimidade dos reis. Como pode acontecer que não entrem em conflito ou não se insurjam contra a besta e sua própria perda de soberania? Despedaçam seu próprio ídolo, sua Babilônia, que em seguida é amargamente pranteada. Fazem-no sem muitas solicitações, sem negociações infinitas e sem contrapartida. O que é que os arrasta de maneira tão irrefreada, tão súbita e simultânea? Que contra-senso é esse senso unânime!

Uma explicação já foi trazida pelo v. 14: é a irresistível inspiração da trindade satânica. Agora agrega-se uma segunda indicação. Tornaram-se instrumentos da ira de Deus. Deus é capaz de comandar até mesmo o pensamento daqueles que lhe resistem. Antes que eles próprios obtenham sua sentença, ele ainda os usa como vara de castigo para a prostituta. Com isso Deus exhibe uma extraordinária prova de poder. Não somente está em condições de parar as ações e seus adversários, mas pode até fazê-los dar meia-volta e correr contra a sua própria causa. Transforma seus adversário em adversários e algozes de si mesmos. Dessa forma foram cabalmente refutados, e Deus sequer perdeu o fôlego nessa ação. No fim Deus será ilimitadamente sublime.

- 18** No desfecho, que conduz de volta à realidade de João, a mulher prostituta é citada mais uma vez, e sua personalidade é caracterizada solenemente pela tríplice repetição do artigo. **A mulher que viste é a grande cidade que domina sobre os reis da terra.** Ainda está entronizada, desfrutando de seu poder de irradiação. Ainda a terra lhe está sujeita e silente a seus pés – ainda! Depois do anterior, o presente versículo soa ameaçador. Pois agora João e seus leitores sabem do “mistério da mulher” (v. 7), razão pela qual observam a mui admirada Babilônia com seus próprios pensamentos. Por meio da palavra de Deus e do Espírito de Deus o poder do seu fascínio já se rompeu para eles.

## **6. Profecia de destruição sobre a Babilônia por meio do anjo forte, 18.1-3**

Depois da visão a respeito do fim da Babilônia, João recebe, pelo mesmo processo, uma poderosa mensagem falada (Ap 18.1–19.10). Se essa segunda unidade sobre a Babilônia não tivesse sido relegada a um plano secundário pela pesquisa, talvez não teria havido tantas divergências de opinião sobre o sentido da Babilônia. A imagem da prostituta Babilônia passa, em grande medida, para um segundo plano, para dar destaque à grande cidade Babilônia dos comerciantes. Enquanto prostituta ela contracenou com a mulher celestial no cap. 12, ou com a noiva celestial do cap. 19. Enquanto cidade ela é imagem oposta à Jerusalém celestial (cap. 21). Ambas as figuras da Babilônia já se encontram lado a lado no AT.

Pelo que parece, o cap. 18 *não* apresenta o acontecimento do juízo propriamente dito. Embora os primeiros versículos anunciem: “Caiu! Caiu Babilônia!”, no v. 4 a igreja é conclamada a deixar a Babilônia ainda *antes* do juízo. O pretérito perfeito “caiu”, portanto, constitui, do mesmo modo como em Ap 14.8, uma forma de certeza profética sobre eventos ainda futuros. Também os v. 6,7 são somente solicitação para que se execute o juízo, e os v. 8-24 contêm repetidamente um nítido estilo de anúncio, combinado no v. 21 com uma ação simbólica, à maneira do AT. Contudo o cap. 19 começa com um “depois”. No Ap isso indica uma mudança de cenário. Em seguida a destruição da Babilônia é pressuposta inequivocamente como fato consumado. Por isso devemos imaginar a destruição da Babilônia entre os dois capítulos. Falta uma descrição palpável. Essa reserva espiritual evoca Ap 10.4 (cf. lá o comentário).

A nova seção volta a mostrar intensa saturação com expressões da profecia do AT. Ressoam no texto, de forma singularmente impressionante, Is 47 e Jr 50,51. Cerca de quarenta versículos desses capítulos do AT recebem um paralelo em Ap 18. Não obstante, o cap. 18 não dá a impressão de ser artificialmente remendado, mas antes de ser integralmente coeso, contendo até, sob certos aspectos, pontos altos do livro. Três anjos apresentam-se com sua mensagem de juízo, um dado que no aspecto formal já estabelece uma conexão com o cap. 14. A mensagem do primeiro anjo:

<sup>1</sup> **Depois destas coisas, vi descer do céu outro anjo, que tinha grande autoridade, e a terra se iluminou com a sua glória.**

- <sup>2</sup> **Então, exclamou com potente voz, dizendo: Caiu! Caiu a grande Babilônia e se tornou morada (“abrigo”) de demônios, covil de toda espécie de espírito imundo e esconderijo de todo gênero de ave imunda e detestável,**
- <sup>3</sup> **pois todas as nações têm bebido do vinho do furor da sua prostituição. Com ela se prostituíram os reis da terra. Também os mercadores da terra se enriqueceram à custa da sua luxúria.**

- 1 O **depois** de certa forma distancia do precedente. Nesse ponto a visão muda, e o autor passa a ouvir (cf. a observação preliminar ao trecho). **Depois destas coisas, vi descer do céu outro anjo.** Ele faz lembrar o mensageiro especialmente majestoso de Ap 10.1. **Ele tinha grande autoridade, e a terra se iluminou com a sua glória.** Sua extraordinária autoridade de emissário, que anuncia fatos importantes, torna-se perceptível aos sentidos por sua glória que ilumina a terra inteira.
- 2 **Então, exclamou com potente voz.** A força da voz do arauto constitui uma indicação de seu alcance. Ele falou: **Caiu! Caiu a grande Babilônia.** A queda pressupõe o lançamento do v. 21. Não obstante, aqui o juízo está sendo apenas anunciado. O mesmo estilo de linguagem encontra-se em Is 21.9; Jr 51.8.

Parece mais plausível que antes caia o céu do que a Babilônia. Será que essa cidade orgulhosa não foi construída para todas as eternidades? Contudo, o inacreditável acontecerá. Essa cidade, que se aliou de forma tão insolente e eficaz à besta, experimentará que um dia essa besta dirigirá seus dez chifres (= dez reis, cf. Ap 17.12) contra sua cavaleira. Pois a besta representa a excrescência de Satanás (Ap 13.1), e Satanás é mentiroso e traidor. Assim edifica sobre a traição todo aquele que se apóia sobre a besta ao invés do Cordeiro.

**E se tornou morada de demônios.** Em meio aos palácios em ruínas, aos barracos em cinzas, às paredes semi-caídas com suas chaminés que dão a impressão de ser as lápides de um gigantesco e sombrio cemitério, habitam os espíritos, e os fantasmas assombram. Nenhuma alma humana desejará permanecer ali. Paralelamente a essa revelação, o anjo prossegue que a Babilônia se tornou como um **covil**, i. é, um abrigo **de toda espécie de espírito imundo e esconderijo de todo gênero de ave imunda e detestável.** Ezequiel fala metaforicamente da descida ao Hades realizada pela cidade de Tiro (Ez 26.19-21; 28.8); pelo Egito (Ez 31.14-18; 32.17,18). Talvez também seja esse o sentido do presente texto: a Babilônia tornou-se terra dos mortos, partiu da “terra dos viventes”.

Os antigos profetas receberam freqüentemente, como expressão do juízo total, visões de um lugar despovoado em ruínas. No passado a Babilônia era o mercado do mundo, “repleta de gente como de gafanhotos” (Jr 51.14) e cheia de júbilo, agitação, e jovialidade – e agora o contrário! Como Deus falou poderosamente! Seu juízo tornou-se palpável nesse “objeto de espanto” (Jr 50.23; 51.37,41).

- 3 Para justificar essa punição grave o v. 3 cita primeiramente o aspecto religioso do pecado da Babilônia. **Pois todas as nações têm bebido do vinho do furor da sua prostituição. Com ela se prostituíram os reis da terra.** Quanto a pormenores, cf. o comentário a Ap 14.8. Estreitamente ligada a isso está a faceta social de sua culpa. **Também os mercadores da terra se enriqueceram à custa da sua luxúria.** Em Ap 18.23 os mercadores são chamados de “os grandes”, e conforme Ap 6.15 eles, como os expoentes civis da sociedade, integram, ao lado dos reis, a camada dominante. São verdadeiros senhores mercantis e plutocratas, homens do palco internacional.

Alude-se à exuberância ilimitada e transbordante da Babilônia. A Babilônia havia desenvolvido um luxo que era insolente e realmente pecaminoso. Visto que uma riqueza dessas proporções *sempre* é acumulada às custas de outras pessoas e nações, *ninguém* tem o direito de desfrutar dela. Existe uma riqueza anti-social (cf. outra vez a nota 389). Obviamente não se pode negar que esse luxo pode tornar-se um fator econômico de primeira grandeza. No caso da Babilônia ele proporcionava encomendas a centenas de artesãos até os mais remotos cantos do país, ativava a circulação da moeda e significava um mercado insaciável. Uma torrente de dinheiro e ouro se derramava para todos os lados, e muitos enriqueceram. Ao menos parecia que cada pessoa que não fosse ignorante ou preguiçosa demais podia haurir riqueza.

Contudo uma civilização edificada sobre prostituição e ganância não pode persistir. Certo dia se ouvirá: “Caiu! Caiu a Babilônia!”

## 7. Palavra de exortação de um segundo anjo ao povo de Deus na Babilônia, 18.4,5



- <sup>4</sup> **Ouvi outra voz do céu, dizendo: Retirai-vos dela, povo meu, para não serdes cúmplices em seus pecados e para não participardes dos seus flagelos;**  
<sup>5</sup> **porque os seus pecados se acumularam** (como uma montanha) **até ao céu, e Deus se lembrou dos atos iníquos que ela praticou.**

- 4 Ouvi outra voz do céu, dizendo.** Considerando que um anjo não poderia dizer: “povo meu”, Bengel e Stokmann pensam que deve tratar-se aqui da voz de Jesus. No entanto, um anjo poderia muito bem falar assim em nome de Deus, e dificilmente essa “outra voz” sem maior destaque poderia ser de Deus ou de Cristo no presente livro (cf. também Ap 8.3).

A voz do outro anjo, que não se torna visível, diz: **Retirai-vos dela, povo meu.** Algo semelhante foi anunciado no passado ao povo de Israel deportado para a Babilônia. O motivo do êxodo faz parte das idéias sustentadoras da história de Israel. O primeiro foi Abraão que saiu de Harã confiando no chamado de Deus (Gn 12.1-4), depois Ló recebeu ordem para retirar-se de Sodoma e Gomorra (Gn 19.14), e finalmente Deus chamou seu povo do Egito. Quanto às repercussões entre os profetas, cf. nota 864. Também a pregação do cristianismo primitivo está permeada dessa mensagem. Em termos concretos trata-se constantemente da impureza e de riqueza pecaminosa, ou seja, daquilo que aqui é chamado de “Babilônia”.

Nesse ponto, pois, cai totalmente por terra a idéia da Babilônia geográfica. Do contrário a exortação seria um absurdo, já que naquele tempo não havia mais uma Babilônia habitada, e mesmo na hipótese de uma Babilônia futura reconstruída (Merz) a exortação pressuporia o deslocamento de fiéis de todos os quadrantes para residirem nessa cidade.

Entretanto, também fracassa a interpretação histórica contemporânea de que a cidade seria Roma. De acordo com o Ap o povo de Deus se encontra entre todas as nações da terra inteira, e não concentrada em Roma. Logo, a exortação não pode ser obedecida por meio de um êxodo geográfico. Independente do lugar para o qual os fiéis migrassem, novamente estariam na Babilônia. A Babilônia tem dimensões mundiais. A melhor explicação da exortação de Ap 18.4 é trazida, por isso, pelas palavras de aconselhamento pastoral do primeiro cristianismo, citadas na nota 865. Em termos positivos, trata-se, nessa saída, da fuga para dentro da prática da vontade de Deus. Quem cumpre a vontade de Deus não desaparece com a Babilônia, mas permanece eternamente (cf. 1Jo 2.15-17).

Segue-se uma dupla finalidade desse êxodo. Primeiro afirma-se: **para não serdes cúmplices em seus pecados.** No entanto, essa atitude de que alguém faz de tudo para se manter puro, ao invés de “sujar as mãos” em favor do próximo, não constitui um condenável “egoísmo dos salvos”? Obviamente temos de estar atentos para o perigo do egoísmo dos salvos, bem como para a contingência de que ele faz mau uso de passagens da Bíblia. Contudo, quem, por conta de um suposto senso comunitário, pensa em participar do pecado, ou seja, da “prostituição” e “luxúria” do v. 3, engana-se. O pecado jamais gera comunhão, antes mera comunhão aparente. O pecado em si já constitui decadência de comunhão, por maior que seja o companheirismo no pecado. Por isso, ninguém queira pecar por amor a outras pessoas! Quando José se separou tão abruptamente da esposa de Potifar [Gn 39.12], ele o fez seguramente por amor a Deus, porém em última análise também a partir de um amor, corretamente entendido, por essa irmã humana.

A segunda finalidade dessa retirada é referida como segue: **para não participardes dos seus flagelos.** Participar da Babilônia significa afundar com a Babilônia (cf. Jr 51.6,45). Contudo, quem foge para longe permanece eternamente. Novamente essa atitude não significa querer sobreviver de forma egoísta, pois permanecer significa, nessas correlações: permanecer cristão, permanecer como igreja e, em consequência, também permanecer no serviço. Não prestaremos serviço a ninguém se deixarmos de ser cristãos.

- 5** Mais uma vez o anjo justifica o juízo contra a Babilônia. **Porque os seus pecados se acumularam** como uma montanha **até ao céu.** Essa metáfora foi alvo de diversas interpretações. Porventura o grito dos pecados deles atingiu o céu, de sorte que ficaram grudados lá, não mais podendo ser ignorados e obrigando à intervenção? Ou será que os próprios pecados se afixaram no céu, ou seja, atingiram tamanho grau de publicidade desavergonhada que Deus não as pode mais ignorar? Preferimos pensar numa montanha de pecados que se amontoa até o céu, talvez como associação de idéias com a construção da Torre de Babel em Gn 11.4. No presente contexto o “céu” constitui o limite colocado ao ser humano. Da mesma forma como nos tempos iniciais, também no tempo escatológico a vaidade humana passa a atacar a última barreira, a atacar **o céu.** Contudo, o orgulho precede a queda. Deus



responde. **E Deus se lembrou dos atos iníquos que ela praticou** (para essa questão, cf. o exposto sobre Ap 16.19).

## 8. Solicitação divina aos executores do juízo, 18.6-8

- <sup>6</sup> **Dai-lhe em retribuição como também ela retribuiu, pagai-lhe em dobro segundo as suas obras e, no cálice em que ela misturou bebidas, misturai dobrado para ela.**  
<sup>7</sup> **O quanto a si mesma se glorificou e viveu em luxúria, dai-lhe em igual medida tormento e pranto, porque diz consigo mesma: Estou sentada como rainha. Viúva, não sou. Pranto, nunca hei de ver!**  
<sup>8</sup> **Por isso, em um só dia, sobrevirão os seus flagelos: morte, pranto e fome; e será consumida no fogo, porque poderoso é o Senhor Deus, que a julgou.**

- 6 Essas solicitações seguramente dirigem-se a anjos do juízo, cuja incumbência é executar a vingança de Deus. Dai-lhe em retribuição como também ela retribuiu, pagai-lhe em dobro segundo as suas obras e, no cálice em que ela misturou bebidas, misturai dobrado para ela. Nem em pensamentos deveríamos atribuir a Deus uma avidez desmedida por vingança. A cada passo o Ap atesta sua justiça perfeita. A medida dobrada para a Babilônia explica-se pelo fato de que a Babilônia não apenas viveu em pecado ela mesma, mas também se tornou adicionalmente um poder de sedução de primeira grandeza, que arrastava o mundo inteiro para o seu pecado. Por isso cabe-lhe não somente *uma* medida de castigo para suas ações blasfemas diretas, mas uma segunda medida pela culpa alheia, pela qual era foi co-responsável. Em Gl 6.7 Paulo esclarece as correlações por meio de uma metáfora: “aquilo que o homem semear, isso também ceifará”. A colheita sempre é multiplicação da semente. Colhe-se uma quantia muitas vezes maior que o número de grãos espalhados. “Semeiam ventos e segarão tormentas” (Os 8.7). Essa verdade é válida tanto no bem como no mal. É por isso que pecar é tão terrível, possui tão longo alcance e traz tantas conseqüências. Unicamente o poder de Jesus sobre a morte pode consertar o que nós erramos e o que outros erraram através de nós.
- 7 A continuação nos v. 7,8 mostra que de forma alguma o v. 6 deve ferir o rigoroso princípio da correspondência entre culpa e castigo. **O quanto a si mesma se glorificou e viveu em luxúria, dai-lhe em igual medida tormento e pranto.** Em primeiro lugar havia no centro de seu pecado essa autoglorificação, que violava o *Soli Deo Gloria* [Somente a Deus dai glória]. “Se houve arrogantemente contra o Senhor, contra o Santo de Israel” (Jr 50.29). É por isso que Deus “será contra todo soberbo e altivo e contra todo aquele que se exalta... só o Senhor será exaltado” (Is 2.12-17; cf. Is 5.16). O envio de Jesus inseriu-se integralmente nesse serviço de aplainar todas as elevações antidivinas (Lc 1.51). À autoglorificação da Babilônia correspondia a vida na luxúria (cf. v. 3,9), pois quem gosta de se gabar também gosta de gastar. A punição, no caso, é o despovoamento, como indica o lamento fúnebre (cf. abaixo).

Segue-se uma segunda correspondência. **Porque diz consigo mesma** (“Pois dizia em seu coração” [TEB]). Tanto no AT quanto no NT esse “falar no coração” evoca conversas funestas consigo mesmo. Elas constituem o contraste perfeito da existência em oração. A pessoa é seu próprio deus, comparece diante de seu próprio tribunal e gira em torno de si mesma ao invés de orar. É fácil adivinhar o conteúdo: está determinado por aquela avidez auto-satisfeita, acompanhada de incrível cegueira sobre si próprio, como já sempre foi característico para pessoas que se encontravam a um passo da queda.

Estreitamente apoiada em Is 47.5,7,8, a Babilônia diz: **Estou sentada** (“entronizada”) **como rainha**. Essa cultura já pratica um culto a si mesma. De forma catastrófica ela perdeu os alvos. A quem a perguntasse por esses alvos, ela tão somente lançaria um olhar de incompreensão. Todas as linhas estão voltadas sobre ela própria. Além de si mesma ela não consegue amar nem mesmo sentir mais nada. Não se encaminha para nenhum outro ponto nem chega em lugar algum. Gira em torno do próprio trono.

**Viúva, não sou**, diz a “mãe” Babilônia e olha para o corre-corre nas ruas amplas, nas lojas movimentadas e nos programas noturnos. **Pranto, nunca hei de ver!** (“E lamento fúnebre nunca hei de ver” [tradução do autor]). Ela se sente segura como se fosse por mil anos (cf. o comentário a Ap 17.1,18). Quem se encontra no meio da Babilônia e é acometido de idéias sobre despovoamento devastador, certamente deve ser um profeta.

- 8 Como resposta precisa a seu falar, ouve-se: **Por isso, em um só dia, sobrevirão os seus flagelos.** Seu solilóquio megalômano foi “auscultado” e agora recebe uma resposta por parte de Deus. Ela, que se comporta como cidade eterna, é arrasadoramente passageira. O motivo de *um único* dia já transpareceu em Ap 17.12 e se intensifica em Ap 18.10,17,19, formando a menção sobre uma só hora.

Em seguida anuncia-se a tradicional trindade de flagelos **morte, pranto** (“lamento fúnebre”, “luto” [TEB, BJ]) e **fome**. Por trás está o despovoamento através de guerra e peste, que desencadeia o sofrimento da “viúva” Babilônia e não lhe permite nada além de vegetar na fome e na pobreza. O incêndio também faz parte dessas correspondências. **E será consumida no fogo.**

No v. 10 constará: “Tu, poderosa cidade!” Essa impressão humana está sendo corrigida agora: Deus é poderoso! **Porque poderoso é o Senhor Deus, que a julgou.** Enquanto Deus na verdade aparece no AT como forte campeão guerreiro, no NT acontece uma depuração. Deus é forte por meio de seus argumentos fortes na disputa legal. E, por ter razão, a razão também lhe é dada de modo irrefutável (cf. o comentário a Ap 12.8).

Antes de comentarmos os subsequentes três cânticos de lamentação, trataremos dos aspectos homogêneos desses trechos por meio de um EXCURSO.

### EXCURSO 15

#### Os lamentos sobre a destruição da Babilônia em Ap 18.9-19

a. A unidade citada parece dar seguimento ao discurso do segundo anjo do v. 4. Entretanto, não se pode afirmá-lo de modo incontestável. A partir do v. 9 também é possível que João esteja falando. Acompanhando Lohmeyer, porém, concebemos o cap. 18 como sendo paralelo às três mensagens dos anjos em Ap 14.6-11. Tanto lá como aqui anuncia-se a ruína da Babilônia. Frequentemente um tema idêntico ressoa várias vezes no Ap, até que seja abordado em detalhes.

b. Os que lamentam, i. é, os reis, mercadores e pessoas da navegação, são pessoas de fora da Babilônia. Somente os v. 22-24 falam a respeito dos verdadeiros moradores. Esses, porém, conservam-se expressamente “de longe” (v. 10,15,17). Por essa razão não devemos considerá-los como pessoas desvinculadas, não como meros beneficiários materiais dessa cidade. Eles se mostram intimamente solidários com ela. No passado viviam em uma admiração irrestrita pela “grande cidade Babilônia” (v. 9,16,19). Ela concretiza uma forma de vida que eles consideravam a melhor humanamente possível. Agora estão abalados, porque tudo isso é cabalmente submetido ao juízo. Para eles é inconcebível qualquer critério pelo qual realização e beleza desse tipo tenham de desaparecer do mapa. Estão assustados porque Deus não permite que se negocie sua santidade por nada, por nada mesmo. Consequentemente, eles próprios são atingidos pelo que atinge a Babilônia.

c. É o que expressa a maneira de seu luto. Em todos os três casos lemos a respeito de um choro forte (v. 9,11,15,19; em grego *klaíein*). É a dor que deseja expressar-se, à qual se contrapõe o riso. É elucidativo o texto de Lc 6.21,25. No dia de Deus chorarão em voz alta aqueles que até o fim riram seguros de si.

No v. 9 o choro está ligado ao pranto, i. é, à cantoria de canções fúnebres. Faz parte do estilo dos hinos fúnebres o ai introdutório (v. 10,16,19). Também os profetas do AT pronunciaram esses lamentos fúnebres para o dia do Senhor.

O terceiro vocábulo nesse contexto é o luto, referindo-se primordialmente às exéquias públicas em casos de falecimento (v. 11,15,19). O termo é paralelo ao pranto.

A tríplice expressão de tristeza atesta que de maneira alguma os reis, comerciantes e navegadores se sentem como quem saiu ileso. O fundo do AT em Ez 26,27 confirma-o. Em Ez 26.16 e 27.29 lemos acerca de gestos adicionais de luto. Os reis descem de seus tronos, despem seus trajes elegantes e se assentam sobre o chão. Caindo a Babilônia, quebrou-se também o poder e a dignidade dos reis.

d. Seria viável demonstrar em detalhe a correlação com Ez 26–28. Apenas em Ez 27 ocorre dez vezes “comércio”, “comerciante”. Aparece também uma lista de mercadorias, além de dois lamentos fúnebres com as respectivas características de estilo. É digno de nota, porém, que Ez sequer tem uma visão da destruição da Babilônia, mas a de Tiro, uma cidade que foi destruída justamente pela Babilônia. No Ap realmente não se trata de uma cidade localizável, mas de um tipo, e Ez 26–28 é

usado de forma tipológica. O objetivo é que percebamos o tipo de cultura degenerada, antdivina que surge repetidamente na história da humanidade e como no final culminará pela última vez.

e. É importante fazer uma observação, para que a explicação do que se segue mantenha um equilíbrio. O trecho se evidencia em grande parte como um texto rítmico, construído com maestria e grande poder retórico (cf. especialmente o comentário aos v. 21-24). Na lista dos v. 11-13 chama atenção um profundo conhecimento técnico. Esses versículos são, portanto, em si mesmos uma parcela de cultura. Seria impossível que um ignorante da cultura falasse dessa maneira da ruína da cultura. Teriam lhe bastado algumas poucas palavras de desprezo, a fim de reportar que “todas essas coisas” finalmente foram destinadas à fogueira. Em contraposição, a alegria constante nesse capítulo, sobre a destruição da Babilônia, é alegria dos santos (v. 20), ou seja, alegria sagrada. Tão certo como é sagrada, abrange também um luto genuíno e sente a tragédia que se está acontecendo. A tragédia consiste no fato de que tantos valores, tanto saber concedido por Deus e, afinal, tanta bondade, paciência e longanimidade de Deus foram usadas mal. Lamentavelmente um propósito modelo de realização se imbricou com egoísmo e glória pessoal. Infelizmente uma vida rica em cultura se edificou sobre um fundamento anti-social. Uma cidade cheia de luz infelizmente evitou a luz de Jesus.

Nisso, pois, reside a tragédia. Deus queria a cultura, a saber, o desenvolvimento da humanidade em todos os aspectos. Não deseja que o ser humano simplesmente vegete, mas equipou-o com a capacidade de sujeitar a terra, suas riquezas e forças. Infelizmente, porém, a cultura tornou-se arrogante perante Deus, violenta perante o semelhante e empedernida perante o Cordeiro (cf. também os pensamentos expostos após Ap 18.21-23).

Contudo a “Babilônia” não é o único caminho trilhado pela humanidade. Embora completamente encoberto pela Babilônia, apesar disso, Jesus percorreu vitoriosamente sua trajetória de Fp 2, concretizando uma existência humana diferente. Ele viveu, sofreu e ressuscitou sob Deus e a favor do próximo, ainda que seja o mais distante, o inimigo e pecador. Essa trajetória diversa, pela qual o Cordeiro conduz seus seguidores em máximo segredo (Ap 14.4), virá à luz quando a nuvem de fumaça da Babilônia se dissipar. Por isso é que os santos no v. 20 não devem deixar-se engolir pela tristeza diante da queda da Babilônia. Pelo contrário, podem alegrar-se com alegria santa.

## 9. Lamentos dos reis pela destruição da Babilônia, 18.9,10

- <sup>9</sup> **Ora, chorarão e se lamentarão sobre ela os reis da terra, que com ela se prostituíram e viveram em luxúria, quando virem a fumaceira do seu incêndio,**  
<sup>10</sup> **e, conservando-se de longe, pelo medo do seu tormento, dizem: Ai! Ai! Tu, grande cidade, Babilônia, tu, poderosa cidade! Pois, em uma só hora, chegou o teu juízo.**

- 9 Ora, chorarão e se lamentarão sobre ela os reis da terra.** São os dez reis de Ap 17.16 que se haviam tornado eles próprios instrumentos de juízo para a Babilônia. O fato de que de fato não agiram com autonomia evidencia-se agora, quando irrompem em pranto diante da coluna de fumaça que restou da Babilônia. Estão apavorados. Agora sua existência perdeu o sentido, e fitam o vazio, pois a Babilônia era sua grande paixão. **Com ela é que se prostituíram e viveram em luxúria** (cf. o exposto sobre Ap 17.2; 18.3).
- 10 Exteriormente eles permanecem de longe,** mas, enquanto seu ídolo está queimando, estão conscientes de que eles próprios estão julgados (cf. EXCURSO 15b e c). Como verdadeiros enlutados eles começam o lamento fúnebre: **Ai! Ai!** e dirigem-se aos falecidos, como ainda hoje é comum acontecer em necrológios: **Tu, grande cidade, Babilônia, tu, poderosa cidade!** Como em Ez 26.17,18, seu lamento serve-se do esquema do contraste e chama à memória o antes e o agora, bem como a terrível derrocada: **Pois, em uma só hora, chegou o teu juízo.** De forma alguma a derrubada da Babilônia corresponde à demorada construção, ao penoso colecionar de todo esse esplendor e poder. Deus a realiza “numa rapidez” (cf. o comentário a Ap 1.1).

## 10. O lamento dos comerciantes pela destruição da Babilônia, 18.11-17a

- <sup>11</sup> E, sobre ela, choram e pranteiam os mercadores da terra, porque já ninguém compra a sua mercadoria,  
<sup>12</sup> mercadoria de ouro, de prata, de pedras preciosas, de pérolas, de linho finíssimo (“batista”), de púrpura, de seda (“produto chinês”), e escarlata; e toda espécie de madeira odorífera, todo gênero de objeto de marfim, toda qualidade de móvel de madeira preciosíssima, (cargas) de bronze, de ferro e de mármore;  
<sup>13</sup> e canela de cheiro, especiarias, incenso, unguento (da mirra), bálsamo (da amoma), vinho, azeite, flor de farinha, trigo, gado e ovelhas; e (cargas) de cavalos, de carros, de escravos e até almas humanas.  
<sup>14</sup> O fruto sazonado, que a tua alma tanto apeteceu, se apartou de ti, e para ti se extinguiu tudo o que é delicado e esplêndido, e nunca jamais serão achados.

11 O bloco sobre os mercadores da terra (nota 862) chama atenção por seu comprimento. Enquanto os políticos ganham somente dois versículos (v. 9,10), os empresários estão em primeiro plano. É que de fato a Babilônia é uma verdadeira “Tiro” (EXCURSO 15d), um centro comercial extraordinário. Os comerciantes **choram e pranteiam** por ela, **porque já ninguém compra sua mercadoria**. Com a Babilônia destruiu-se um mercado insaciável. Para os comerciantes, a riqueza de mercadorias não significa nada mais que prejuízo, porque elas estão armazenadas e custam caro. A catástrofe da Babilônia é a catástrofe deles.

Antes de ouvirmos a canção de lamentação desses mercadores do além-mar (v. 16-17a), somos familiarizados com a oferta deles e, assim, também profundamente com o caráter da cidade. A lista contém trinta artigos. Na contagem, o número quatro desempenha um papel importante.

12 Inicialmente quatro artigos de jóias: **mercadoria de ouro, de prata, de pedras preciosas, de pérolas**. Como em Ap 17.4, as pérolas constam no final da listagem, por serem a maior preciosidade, muitas vezes avaliadas acima do ouro. No próprio Ap essas jóias são consideradas a essência da beleza, uma vez que, com exceção da prata, retornam na visão da nova Jerusalém (Ap 21.11,15,19,21). Não é com repulsa que esses termos são usados (EXCURSO 15e). O mesmo vale também para outros detalhes da lista de mercadorias.

Seguem-se quatro tecidos de luxo. A *batista* (“linho finíssimo” [RA]) é uma cambráia fina e delicada, que orna os santos em Ap 19.8, a noiva do Cordeiro, e em Ap 19.14, os exércitos celestiais. Tecidos de **púrpura** são tingidos com o suco da lesma púrpura, que não desbota ao lavar nem com a luz. Com sua preferência por cores vivas, os orientais amavam esse brilho intenso, que no começo era claro, depois mudava para um violeta opaco, e finalmente ardia na cor vermelho escuro. Antes de o bicho-da-seda ser trazido para a Europa, no século VI, a **seda**, originária da China, era vergonhosamente cara, por causa dos numerosos intermediários. Ela era literalmente pesada a ouro. O **escarlata**, tingido com o suco de um inseto, superava a púrpura em força luminosa, porém não era tão duradouro.

Entre os bens importados existem também artigos para a ornamentação interna das casas mais luxuosas, entre os quais constava, para trabalhos de incrustações em móveis de luxo e para artesanato, **toda espécie de madeira odorífera** (“madeira de tuia”), ou seja, todo um sortimento dessas madeiras da árvore-da-vida africana. Outro importante artigo de luxo na Antigüidade eram as presas de elefantes da Índia, das quais se podia confeccionar **tudo gênero de objeto de marfim**, p. ex., tronos (1Rs 10.18) e palácios inteiros (Sl 45.8; 1Rs 22.39). Os arqueólogos encontraram entalhes de marfim incrustados com ouro e pedras azuis. Finalmente a lista também contém móveis de luxo dos mais diversos, **toda qualidade de móvel de madeira preciosíssima**. O superlativo denota que nessa área o comerciante dificilmente cometeria exageros. Determinados círculos pensavam que não podiam rebaixar-se a usar móveis que qualquer outra pessoa também poderia comprar. Por isso era preciso trazer novidades, que rapidamente entravam na moda e eram comercializadas em grandes quantidades.

Naturalmente não podiam faltar na Babilônia, por causa da intensa atividade de construção, os transportes de matéria-prima **de bronze, de ferro e de mármore**.

13 Agora a lista passa para quatro artigos cosméticos. A **canela**, extraída da casca da canela chinesa, parece não ter sido utilizada na cozinha, mas servia como ingrediente para perfumes destinados a refrescar camas e roupas. O **bálsamo** da amoma, planta aromática indiana, tornava o cabelo cheiroso e solto. Sob o material de **incenso** aparecem o *unguento da mirra* e a *resina aromática* [incenso],

conhecidas substâncias odoríficas. O primeiro, extraído da resina de um arbusto do sul da Arábia, tinha uso múltiplo (cf. Ct 1.13), como líquido ou também como talco. O incenso (na verdade “o branco”, “reluzente”), comercializado na forma de pequenos pedaços de resina seca, era queimado nas chamas da lareira em rodas de amigos. O alto teor de óleos de cheiro conferia-lhe um extraordinário efeito odorífico.

Somente agora são arrolados quatro artigos de cozinha. Quanto a **vinho e azeite**, cf. o comentário a Ap 6.6. A **flor de farinha** e o **trigo** provavelmente indicam um leque completo de tipos de farinha.

No fim aparecem quatro artigos predominantemente de mercadoria viva. Para o mercado de carnes é necessário um abastecimento bem organizado de **gado e ovelhas**. **Cavalos e carros** de luxo evidentemente perfazem uma unidade, de sorte que não se deve imaginar cavalos para fins militares ou agrícolas. Pelo contrário, os cavalos puxavam as luxuosas carruagens prateadas pelas multidões boquiabertas.

O encerramento da lista, como um soar do gongo, é feito pela última “mercadoria viva”: e transportes de **escravos** (“corpos – a saber, seres humanos vivos” [tradução do autor]) (“almas humanas”)! Cavalos e carros de luxo já trouxeram à mente o cidadão distinto que desfila numa esplendorosa carruagem. Naturalmente também fazem parte desse quadro os escravos que correm à frente para abrir caminho para a carruagem nas ruas superlotadas. No grego clássico “corpo” podia designar uma pessoa, mas depois adquiriu conotação pejorativa e se tornou uma expressão abreviada para “pessoa escrava”.

O adendo **e até almas humanas** baseia-se na lista de mercadorias em Ez 27.13, onde a expressão igualmente aponta para escravos. Que sentido possui a designação dupla? Primeiramente João parece arrolar os “corpos” friamente entre os artigos de comércio, como um mercador de escravos faria, sem qualquer emoção. Em seguida, porém – num contraste impactante – irrompe sua revolta sagrada. Recorrendo a uma palavra da Escritura Sagrada, ele exclama em tom acusador: sim, pessoas vivas! Em decorrência, a lista de mercadorias, tão objetiva, termina com um flamejante ponto de exclamação, que não deve mais largar o leitor e lhe permite constatar de súbito a perversão da Babilônia.

Navios escravistas adentram o porto, entulhados de corpos humanos, cheios de gemidos, fedor, brigas, execrações e pestes. Para os empresários as cargas limpas de madeira ou tecidos obviamente eram muito mais bem-vindas. Contudo era inconcebível que o sistema social de cidades antigas funcionasse um único dia sem escravos. Por isso esses transportes eram necessários. O ser humano superior, com sua carruagem de prata, e o ser inferior, o escravo, formavam um conjunto.

Não ter escravo era considerado tão ruim como não possuir roupa ou abrigo. Cidadãos pobres tinham somente três a quatro escravos. Dez perfazia um número apenas suficiente. Somente 200 escravos era considerado um número grande para uma casa. Algumas famílias possuíam em suas propriedades rurais e em instalações semelhantes a fábricas até dez mil escravos. Segundo uma estimativa, no primeiro século havia 23 escravos para cada homem livre. Em todos os casos, entre as dezenas de milhares de moradores de uma cidade, como, p. ex., Corinto, encontravam-se apenas poucos milhares de cidadãos livres.

Nem mesmo Platão, ele próprio um escravo remido, e Aristóteles, os quais alçaram a vida intelectual grega ao florescimento máximo e consolidaram o pensamento ocidental sobre a liberdade e a democracia, não eram capazes de se imaginar uma vida sem escravos. Obviamente uma cultura dessas tinha de ser paga com uma ruptura abissal no tecido social. Corria um ditado: “Quantos escravos, tantos inimigos!”, e a minoria livre temia as massas incessantemente.

Apesar de ser recitada, pois, sem comentários, a lista de mercadorias proclama publicamente os males sociais da Babilônia. Indiretamente ela caracteriza todas as pessoas de paladar refinado, mimadas, ávidas de prazer, mas também cegas e perdidas. No final a acusação é salientada de forma chocante. Essa cultura é uma cultura comerciante, na medida em que nela tudo se torna alvo de negócio. Tudo é manipulado, o intelectual e o ideal, o religioso, o psíquico e o íntimo. Dessa maneira, no final, tudo acaba na busca dos interesses de poucos ou de um grupo.

Essa cultura está degenerada, porque não serve ao ser humano. Já por isso ela é contrária a Deus e finalmente torna-se também anticristã (cf. o comentário ao v. 24). Em seu nome Jesus foi vendido por trinta moedas de prata.

- 14** Nos aspectos de estilo e conteúdo, o versículo subsequente caberia bem depois do v. 24. **O fruto sazonado, que a tua alma tanto apeteceu, se apartou de ti, e para ti se extinguiu tudo o que é**

**delicado e esplêndido** (“viçoso e vistoso”). O termo traduzido por “fruto sazonado” (em grego, *opōra*) refere-se na verdade à época da colheita de frutos na Palestina, i. é, o começo de julho. A LXX, porém, utiliza a palavra para o produto da safra. A tradução das duas expressões seguintes tenta imitar a aliteração dos vocábulos gregos (*lípera* e *lámpra*): viçoso e vistoso. A primeira palavra é derivada do termo grego para óleo e designa o aspecto nédio, cevado e, de modo geral, rechonchudo. A segunda expressão refere-se às coisas brilhantes, que se ostentam. De tudo afirma-se no estilo do juízo: **e nunca jamais serão achados** (cf. o comentário a Ap 18.21-24; assim como a Ap 16.20).

O v. 15 finalmente dá continuação ao v. 11 e introduz o lamento dos comerciantes. A lista de mercadorias interrompera o fluxo do pensamento, para transmitir uma idéia de sua riqueza perdida e, assim, tornar sua queixa compreensível.

- <sup>15</sup> **Os mercadores destas coisas, que, por meio dela, se enriqueceram, conservar-se-ão de longe, pelo medo do seu tormento (da cidade), chorando e pranteando,**  
<sup>16</sup> **dizendo: Ai! Ai da grande cidade, que estava vestida de linho finíssimo (“batista”), de púrpura, e de escarlata, adornada de ouro, e de pedras preciosas, e de pérolas,**  
<sup>17a</sup> **porque, em uma só hora, ficou devastada tamanha riqueza!**

**15-17a** Muito antes da ruína da Babilônia esses homens poderiam ter entoado cânticos de lamentação, pois bem antes perderam-se nessa cultura, dia após dia, os mais elevados valores, a saber, justiça e liberdade, fidelidade e vida. Tudo isso, porém, eles sabiam explicar sob um interesse maior ou descartar com frases feitas, expulsando-o de seus pensamentos. Somente podem ser realmente abalados pelos danos materiais: ai, a preciosa batista, a esplendorosa púrpura, o ouro, as pedras preciosas e essas pérolas! É somente isso que consegue agitar seus grandes rostos brancos de empresários, que antes permaneciam tão impassíveis. E por ser assim, toda a sua cultura é refutada. – Quanto a pormenores desses versículos, cf. os trechos anteriores do capítulo.

## **11. Lamento dos homens da navegação, 18.17b-19**

- <sup>17b</sup> **E todo piloto, e todo aquele que navega livremente** (pelas localidades da costa), **e marinheiros, e quantos labutam no mar conservaram-se de longe.**  
<sup>18</sup> **Então, vendo a fumaceira do seu incêndio (da cidade), gritavam (de súbito): Que cidade se compara à grande cidade?**  
<sup>19</sup> **Lançaram pó sobre a cabeça e, chorando e pranteando, gritavam (reiteradamente): Ai! Ai da grande cidade, na qual se enriqueceram todos os que possuíam navios no mar, à custa da sua opulência, porque, em uma só hora, foi devastada!**

**17b-19** Fica evidente que agora não falam os próprios ricos, mas *os que trabalham* (v. 17). Os navios não lhes pertencem, porém estão comprometidos com os proprietários para o que der e vier, plenamente integrados no sistema da Babilônia. Por meio da ruína da Babilônia eles ficaram desempregados e não sabem como continuar. Seu luto é singularmente vivaz e desmedido. Como em Ap 6.15, agora os livres e os escravos, empregadores e empregados estão solidários. – Para detalhes, cf. novamente os trechos abordados e o EXCURSO 15. Note-se também o estreito vínculo com Ez 27.27-33.

## **12. Estímulo para que a igreja rejubile, 18.20**

- <sup>20</sup> **Exultai sobre ela, ó céus, e vós, santos, apóstolos e profetas, porque Deus contra ela julgou a vossa causa.**

**20** Nesse instante cumpre-se a Escritura. O júbilo é imensuravelmente grande, não porque a preocupação da igreja consigo mesma fosse tão grande, mas por causa da sua preocupação com a honra de Deus. Portanto, a referência à **vossa causa** não deve ser entendida erroneamente. Pois, se a causa da igreja fosse perdida, estaria perdida a honra de Deus. Porém, com sua salvação está salva também a honra de Deus. Afinal, um Deus que não julga já não seria Senhor sobre o pecado e a história, sendo, portanto, um ídolo. Em consequência, essa alegria está inteiramente relacionada a Deus (cf. também o exposto a Ap 6.10).



Os interpelados não se dividem em quatro grupos distintos, mas trata-se da igreja, nomeada quatro vezes e abrangida, portanto, em todas as suas extensões. O céu ao qual se fala já é por si só um termo coletivo para aquela humanidade que se contrapõe aos moradores da terra, tantas vezes mencionados (cf. o exposto sobre Ap 12.12). Nesse conceito são inseridos os jubilosos, designados três vezes, assim como antes houve três coros fúnebres. Em decorrência, ressoam sobre o mesmo episódio fortes lamentações e fortes canções de alegria. Aqueles que estavam embasbacados com a glória da Babilônia agora precisam prantear inconsoláveis, enquanto os outros, que a todo tempo aguardavam a honra e o direito de Deus, podem parar com todos os lamentos (cf. Lc 6.21,25).

A designação **santos** foi esclarecida quando comentamos Ap 8.3. Como em todo o NT, ela se refere aos que crêem em Cristo. **Apóstolos** não parece ser, como em Ap 21.14, o título dos Doze, mas sim referir-se a missionários itinerantes, ou seja, um círculo bastante amplo (cf. também Ap 2.2). Em At, “apóstolo” ocorre igualmente na acepção mais restrita e na mais ampla. **Profetas** são novamente todos os membros da verdadeira igreja cristã. Para João não havia somente um sacerdócio geral, cf. o comentário a Ap 1.1. Analisando as três designações, constata-se que não se pode tratar de três grupos independentes, que não estivessem superpostos.

### 13. Os sinais de juízo do terceiro anjo e sua explicação, 18.21-24

- <sup>21</sup> **Então, um anjo forte levantou uma pedra como grande pedra de moinho e arrojou-a para dentro do mar, dizendo: Assim, com ímpeto, será arrojada Babilônia, a grande cidade, e nunca jamais será achada.**
- <sup>22</sup> **E voz de harpistas, de músicos, de tocadores de flautas e de clarins jamais em ti se ouvirá, nem artífice algum de qualquer arte jamais em ti se achará, e nunca jamais em ti se ouvirá o ruído de pedra de moinho.**
- <sup>23</sup> **Também jamais em ti brilhará luz de candeia; nem voz de noivo ou de noiva jamais em ti se ouvirá, pois os teus mercadores foram os grandes da terra, porque todas as nações foram seduzidas pela tua feitiçaria.**
- <sup>24</sup> **E nela se achou sangue de profetas, de santos e de todos os que foram mortos sobre a terra.**

As ações simbólicas fazem parte do modo de agir profético, comprovadas também no NT (At 21.10,11). Aqui transparece uma estreita ligação com Jr 51.63,64, na qual, no entanto, não se descarta a autonomia de João.

- 21** Na primeira metade o v. 21 contém a própria ação. **Então, um anjo forte** (nota 858) **levantou uma pedra como grande pedra de moinho**. A potência do anjo erguido e a ênfase na magnitude da pedra não permitem pensar na pedra de um moinho manual, um disco com diâmetro de apenas meio metro, que qualquer mulher poderia acionar. Em contrapartida, a pedra de um “moinho de burros” (como em Mt 18.6; Mc 9.42) possuía o peso de uma carga de camelo. Ela era girada por dois burros. No centro encontrava-se um furo. Assim, objetos podiam ser afixados nela e afundados com a pedra.

De acordo com Jr 51.63,64, Jeremias procede ao afundamento profético de uma pedra assim com um livro atado nela. “Assim será afundada a Babilônia e não se levantará” (v. 64). O livro também ficaria por si só encharcado de água e afundaria aos poucos, mas nesse ínterim alguém poderia pescá-lo e salvá-lo. A pedra de moinho, no entanto, arrasta-o rápida e irremediavelmente para o fundo. No próximo instante está desaparecido. Também no texto em análise a ênfase reside em que a ação de juízo não permite notar nada que desse oportunidade a qualquer intervenção. A pedra é lançada com ímpeto, com violência, e não pode ser detida. Harriet Beecher-Stowe encerrou sua obra famosa *A Cabana do Pai Tomás* com a frase: “Tão certo como uma pedra de moinho afunda no oceano, abate-se sobre nações injustas e cruéis a ira de Deus”.

**Assim, com ímpeto, será arrojada Babilônia, a grande cidade, e nunca jamais será achada.** Esse desaparecimento sem deixar vestígios, como acontece justamente no afogamento, repete-se nos v. 21-23 e 14, ao todo sete vezes. A destruição da Babilônia é irrevogável e definitiva. Não existe um ponto final mais claro.

- 22** A continuação deixa de lado a metáfora da submersão no mar, porém persiste no “nunca jamais”. **E voz de harpistas, de músicos** (“cantores”), **de tocadores de flautas e de clarins jamais** (“nunca mais”) **em ti se ouvirá**. As duas primeiras expressões referem-se, conforme Lohmeyer, à música profana, os dois últimos à música religiosa. A formulação quádrupla com certeza visa trazer à

lembança, por meio de um exemplo, todo o campo da arte e da ciência. No que se segue, contrapõe-se a ele a arte “inferior”, o ofício fabril como base da cultura cidadina. E consta de modo bem abrangente que **nem artífice algum de qualquer arte jamais em ti se achará**. Agrega-se, assim, a frase seguinte. **E nunca jamais em ti se ouvirá o ruído de pedra de moinho**. No Oriente cada domicílio cozia o pão necessário para o consumo do dia. Por isso todas as manhãs os moinhos manuais das mulheres funcionavam, e o ruído do ranger típico ecoava sobre todo aldeamento humano. Podia ser ouvido em todo lugar em que viviam pessoas. Quando silenciava, ninguém mais vivia ali.

- 23 No v. 23 surge um novo tópico. Em lugar de “voz”, agora “luz”. Silenciando todos os ruídos houve silêncio sepulcral na Babilônia (Ez 27.32). Agora formam-se também trevas sepulcrais. **Também jamais em ti brilhará luz de candeia**. No grego “luz de candeia” ocorre sem artigo (cf. Jr 25.10). A expressão, portanto, é tão genérica quanto possível. Trata-se da luz de lâmpadas em geral, o sinal da habitação humana e da vida cultural humana, diferente da simples natureza. A candeia acesa era tida no AT como símbolo da vida segura e condizente com a dignidade humana. Além disso, podemos tomá-la precisamente como indicação do mar de luzes numa grande cidade, como até hoje chama atenção das pessoas do campo. Também ao ser descrita a nova Jerusalém, no cap. 21, a questão da iluminação ocupa um grande espaço.

Retoma-se mais uma vez o motivo da voz, porém agora como sinal da alegria. **Nem voz de noivo ou de noiva jamais em ti se ouvirá**. Jeremias gostava de mencionar a alegre algazarra das bodas como essência da alegria humana, falando nesse contexto de “júbilo, alegria e regozijo” (Jr 7.34; 16.9; 33.11).

Conforme Lilje esse pequeno trecho é a parte poeticamente mais significativa e impressionante do livro, um canto fúnebre lírico, quase meigo, um lamento sobre o desaparecimento de uma cultura, que representa ele próprio um pequeno documento de cultura. Diante disso, vale ressaltar aqui pensamentos anteriormente emitidos (EXCURSO 15e). Eles se impõem aqui de forma mais direta que, p. ex., na apreciação da lista de mercadorias. Naquele texto (v. 12-14) já não era a negação da cultura que tinha a palavra, embora o rol contivesse em parte artigos que tinham de ser citados com desaprovação. Aqui esse tom está totalmente ausente. Tudo é dito com simpatia, quase com nostalgia. Basta lermos com atenção esses versículos comoventes para reconhecer que não ressoa aqui a berrante euforia de um bárbaro diante do destroçamento da cultura (cf. Brütsch).

Quando o texto delinea as cinco áreas da cultura (arte, artesanato, alimentação, civilização e família), ele não está citando cinco pecados mas cinco dádivas de Deus. Ele as concede também a uma humanidade que não quer saber nada dele. “Porque ele faz nascer o seu sol sobre maus e bons e vir chuvas sobre justos e injustos” (Mt 5.45). Mesmo na Babilônia ainda existe sempre certa proporção de arte nobre, trabalho honesto, abastecimento e administração úteis, civilização solícita e convívio humano acolhedor. Um sistema cultural não seria capaz de durar um único dia somente com mentira, exploração, luxo, imoralidade e vaidade. Foram a bondade de Deus e uma plenitude de seus dons de múltiplas formas que repetidamente prolongaram a existência da Babilônia.

Desse modo ressoa diante do desaparecimento dessa grande cidade não apenas o clamor dos comerciantes que vêm perder-se seu mercado consumidor, mas também o lamento sincero dos anjos no céu. Ao mesmo tempo reconhecemos agora também com maior clareza a natureza desse processo de juízo. Ele consiste não tanto de intervenções, porém, mais da interrupção de outras medidas por parte de Deus. Ele interrompe sua regular e longânime condescendência com esse mundo. E enquanto suas forças criativas e mantenedoras da criação estão ausentes, acontece a “criação ao revés” (EXCURSO 5c). Tudo torna a submergir no silêncio e nas trevas iniciais de Gn 1.2a (cf. o exposto sobre Ap 8.1).

Os versículos finais fundamentam uma última vez o juízo. **Pois os teus mercadores foram os grandes da terra**. Essas palavras contêm acusação. Na Babilônia os comerciantes não somente eram poderosos, mas o poder máximo, que também exercia o domínio na área intelectual e psíquica. Sua ideologia de comerciante penetrava tudo e abusava de tudo, mercantilizou tudo em faturamento e lucro. Esqueceu o irmão e também o defensor do irmão, a saber, o Deus vivo. Representava uma orgia total do egoísmo, na qual a defesa de interesses nua e crua eliminava qualquer vínculo ético.

Ao contrário do v. 11, poderia estar sendo falado dos comerciantes que foram moradores da Babilônia. Contudo, vale levar em conta nessa consideração que esses senhores têm uma orientação

totalmente cosmopolita, e sobretudo que “Babilônia” na verdade é apenas a condensação de uma realidade que preenche o mundo todo. É isso que a continuação chama imediatamente à memória.

**Porque todas as nações foram seduzidas pela tua feitiçaria.** A segunda justificativa resulta da primeira. Os grandes poderosos tiveram o êxito correspondente. A metáfora utilizada certamente tem como ponto de referência a prática das prostitutas, que desde tempos antigos colocam pós no vinho de suas vítimas, a fim de anestesiá-las e inebriá-las. Em Na 3.4 a metáfora é relacionada com a cidade Nínive, que inicialmente embriagou os povos, para depois assaltá-los e saqueá-los (Is 47.9 em relação à Babilônia).

Recordamo-nos do que consistia essa inebriante “ideologia de comerciante” na Babilônia de acordo com o cap. 18: uma liberação geral para projetar-se com a defesa nua e crua de interesses. Vale como ético o que favorece esses interesses. A vantagem pessoal é a deusa que decide sobre o bem e o mal. Isso é assassinato em potencial. É por isso que o grande capítulo da Babilônia culmina no desmascaramento da natureza assassina dessa cultura.

## **24 E nela se achou sangue de profetas, de santos e de todos os que foram mortos sobre a terra.**

Foi portanto essa a razão por que todas as boas dádivas dos v. 21-23 *não* mais foram achadas na Babilônia, porque em suas ruas foi encontrado o sangue das testemunhas de Deus. O fato de que a cidade silenciou esses lábios e lançou ao vento a última advertência deles (Ap 11.7) acarretou o ponto final para sua história de culpa.

Está pressuposto que essas testemunhas se posicionaram em nome de Deus a favor das pessoas e contra aquela ideologia de mercador. Assim como no passado no Egito Deus reclamou seus seres humanos da escravidão através de Moisés e Arão, assim a ação se repete no fim dos dias. Contudo, como no passado o Faraó, a Babilônia se opõe e também é esmagada como aquele reino ou afundada no mar como uma pedra (cf. v. 21 com Êx 15.5).

À expressão **sangue de profetas, de santos** corresponde “sangue de santos e testemunhas” em Ap 17.6, de sorte que em concordância com o cap. 11 resulta a equação profetas = testemunhas. A omissão dos “apóstolos” do v. 20 não significa que o sangue deles foi derramado por alguém diferente, mas no v. 20 “apóstolo” foi simplesmente acrescentado para formar ali o número de três.

Seria o adendo **e de todos os que foram mortos sobre a terra** tão-somente uma formulação paralela ao pensamento já externado? Recordando Jr 51.49, compreendemos essa metade do versículo como ampliação autêntica. Além dos mártires cristãos, são lembrados agora todos os assassinados. Quem elimina o testemunho cristão, vai de injustiça em injustiça. É por isso que o fim desse derramamento de sangue pela Babilônia também será o fim de *todo* o derramamento de sangue. É Deus que trará esse fim.

## **14. Triunfo no céu, 19.1-8**

Ao se iniciar o cap. 19, parece que finalmente se consumou o juízo contra a Babilônia, já anunciado em Ap 17.1 e proclamado poderosamente no cap. 18 por três mensagens de anjos. Sentimo-nos agora transportados integralmente ao momento em que a vitória de Deus controla a situação. É por isso que temos de imaginar a verdadeira execução do juízo, precisamente em conexão com a parusia, entre os cap. 18,19, de forma que é mais “silenciada” que descrita. Somente a partir de Ap 19.11 começa uma grande série de visões que tem por tema essa grande virada propriamente dita.

O v. 1 começa com o “depois”, que indica de modo confiável uma “mudança de palco”. Consequentemente, o cap. 18 não está sendo simplesmente prolongado. Por um lado o trecho Ap 19.1-10 indubitavelmente se insere no grande apêndice sobre a Babilônia a partir de Ap 17.1, pois esse não apresenta nenhum ponto final antes de Ap 19.9,10. Ali, porém, ele é inegável. Por isso Ap 19.1-8 constitui a peça final da grande visão da Babilônia, de Ap 17.1–19.10.

O trecho consiste principalmente de uma liturgia celestial, perfazendo a última de sete no presente livro. Ao mesmo tempo ela é a mais magnífica e detalhada, subdividindo-se em aleluias das multidões de anjos (v. 1-3), das cercanias do trono (v. 4) e de todos os servos de Deus (v. 5-8). Os v. 9,10 constituem os versículos finais de todo o apêndice.

<sup>1</sup> **Depois destas coisas, ouvi no céu uma como grande voz de numerosa multidão, dizendo: Aleluia! A salvação, e a glória, e o poder são do nosso Deus,**

- <sup>2</sup> **porquanto verdadeiros e justos são os seus juízos, pois julgou a grande meretriz que corrompia a terra com a sua prostituição e das mãos dela vingou o sangue dos seus servos.**  
<sup>3</sup> **Segunda vez disseram: Aleluia! E a sua fumaça (da Babilônia) sobe pelos séculos dos séculos.**

- 1** E **depois** – um inacreditável contraste em relação ao cap. 18! Aos três cânticos fúnebres contrapõem-se agora três cânticos de aleluia, e ao silêncio sepulcral na Babilônia, sobre a qual se elevam sinistramente as nuvens de fumaça, contrapõe-se um céu cheio de vozes (cinco vezes “voz”). **Ouvi no céu uma como grande voz de numerosa multidão.** De acordo com o contexto parece que esse primeiro grupo de cantores são anjos, uma vez que a igreja é convidada somente no v. 5 a ingressar na liturgia.

Eles iniciam e encerram (v. 3) seu cântico com um aleluia, i. é, “Louvai a Iahweh!” (nota 909). Essa formulação da Bíblia hebraica encontra-se, sem exceção e cerca de vinte vezes, no último terço do livro dos Salmos, a saber diretamente no começo e final dos assim chamados “salmos de aleluia”. Eles representam o auge do júbilo a Deus e ao mesmo tempo dos Salmos. O Sl 150 praticamente não é nada mais que um único repicante aleluia em doze formulações. No judaísmo o aleluia gozava de alto apreço, e nenhum leitor do Ap carecia de uma tradução do termo.

Os intérpretes judaicos percebiam como típica a primeira ocorrência do aleluia no Sl 104.35: “Desapareçam da terra os pecadores, e já não subsistam os perversos. Bendize, ó minha alma, ao Senhor! Aleluia!” Isso não é uma expressão de felicidade particular, mas júbilo acerca de Deus, o vencedor derradeiro da história. Em decorrência, esse aleluia, essa “gota das delícias do céu”, encaixa-se muito bem no contexto do juízo sobre a Babilônia.

Com razão **a salvação, e a glória, e o poder são do nosso Deus.** A locução “nosso Deus”, extraordinária para a maneira contida do Ap, ecoa nada menos do que três vezes (ainda nos v. 5,6). Ao que parece, faz parte do estilo efusivo dos cânticos da salvação, i. é, dos cânticos da vitória final, porque também as duas outras passagens a respeito da “salvação”, a saber, Ap 7.10 e 12.10, elevam-se a esse arrebatamento último por Deus em Jesus Cristo. Esse Deus é salvação, quer salvação, e traz salvação – ao contrário da prostituta, cuja natureza perniciosa é denunciada no próximo versículo.

- 2** Agora a base legal da soberania de Deus: **porquanto verdadeiros e justos são os seus juízos.** Finalmente manifesta-se essa verdade com toda a clareza, irradiando irrefutavelmente para dentro da consciência de cada pessoa. Não sobra nenhum resquício de mal-estar: verdadeiramente justo! Aqueles que mais intensamente tiveram fome de justiça hão de exclamar com mais força: Aleluia!

O coro de anjos explica melhor o júbilo: **pois julgou a grande meretriz que corrompia a terra com a sua prostituição.** A mesma acusação já se fez ouvir em Ap 11.18 e foi preparada por meio de Jr 51.25, onde a Babilônia é chamada de “monte que destrói”. No comentário a Ap 11.18 expôs-se que essa corrupção da terra praticamente não se refere a meros danos ambientais. “Terra” está representando a população da terra (como em outras passagens “céu” representa as pessoas do céu; Ap 12.12; 18.20; cf. nota 447). Logo os juízos de Deus foram uma intervenção a favor do mundo, de modo que ele fica totalmente livre da acusação de ter pensado apenas em si próprio e buscado, num sentimento mesquinho, unicamente a sua honra. Seus juízos são inteiramente límpidos e capazes de resistir a qualquer escrutínio.

**E das mãos dela vingou o sangue dos seus servos.** Está claro que a formulação segue os moldes de 2Rs 9.7 e passagens análogas, onde diz que Jezabel era culpada do sangue dos servos de Deus. A chacina dos justos neste mundo desde sempre significou a maior prova de incriminação para não se admitir um governo justo de Deus sobre o mundo. Foi por isso que o clamor dos mártires afinal se fez ouvir em Ap 6.10. Ao comentarmos aquele texto já salientamos a grande distância dos sentimentos pessoais de vingança. A prece de que Deus faça justiça (cf. Dn 7.22) não representa sede por triunfos pessoais, mas o restabelecimento de um mundo restaurado sob Deus.

- 3** Como os salmos de aleluia (cf. acima) também o presente cântico dos anjos apresenta um aleluia no começo e outro no final. E **segunda vez disseram: Aleluia! E a sua fumaça (da Babilônia) sobe pelos séculos dos séculos.** A marcante forma do verbo no pretérito perfeito, de que os anjos já *disseram* o aleluia final, talvez vise assinalar uma pausa. O aleluia passou, um silêncio interpõe-se entre esse e o próximo cântico, e tudo se rende à impressão da nuvem de fumaça que poderosamente sobe (presente!) ao alto. Como um memorial e símbolo da justiça de Deus, ela paira sobre a

Babilônia. Visto que essa coluna de fumaça permanece para toda a eternidade, a sentença de Deus persiste irrevogável como juízo justo (cf. Is 34.10 e também Ap 14.11; 18.9,18; cf. nota 879).

Segue-se o aleluia das regiões mais próximas ao trono:

<sup>4</sup> **Os vinte e quatro anciãos e os quatro seres vivos prostraram-se e adoraram a Deus, que se acha sentado no trono, dizendo: Amém! Aleluia!**

4 Ao contrário do cap. 5, o louvor a Deus passa agora das margens para o centro. Ele é assumido pelos personagens que, conforme o cap. 4, estão muito próximos do trono. Foi desse trono que partiam os juízos, para ele retorna o eco da adoração. Como premissa do **aleluia** ouve-se aqui o **Amém** (cf. o comentário a Ap 1.7), como concordância irrestrita e rendição absoluta à justeza das ações de Deus, como concretizadas pelo coro de anjos no v. 2. Nessas duas palavras “Amém, aleluia!” condensa-se, portanto, o conteúdo do cântico dos anjos dos v. 1-3.

O aleluia de todos os servos de Deus constitui o ápice:

<sup>5</sup> **Saiu uma voz do trono, exclamando: Dai louvores ao nosso Deus, todos os seus servos, os que o temeis, os pequenos e os grandes.**

<sup>6</sup> **Então, ouvi uma como voz de numerosa multidão, como de muitas águas e como de fortes trovões, dizendo: Aleluia! Pois reina o Senhor, nosso Deus, o Todo-Poderoso.**

<sup>7</sup> **Alegremo-nos, exultemos e demos-lhe a glória, porque são chegadas as bodas do Cordeiro, cuja esposa a si mesma já se ataviou,**

<sup>8</sup> **pois lhe foi dado vestir-se de linho finíssimo (“batista”), resplandecente e puro. Porque o linho finíssimo são os atos de justiça dos santos.**

5 Talvez seja um servo nos degraus do trono que conduz a liturgia celestial, convidando agora um novo grupo a aderir ao aleluia. **Saiu uma voz do trono, exclamando: Dai louvores ao nosso Deus todos os seus servos, os que o temeis.** A designação dupla do povo de Deus como aqueles que servem a Deus e o temem tem sua origem no AT (cf. Sl 134.1; 135.1; cf. o exposto sobre Ap 11.18). Outra dupla de termos novamente forma o número quatro, que muitas vezes já serviu no Ap para abranger a totalidade: **os pequenos e os grandes** (cf. nota 516).

6 A resposta não tarda. **Então, ouvi uma como voz de numerosa multidão, como de muitas águas e como de fortes trovões.** Essa descrição tríplice da voz deles, que assinala um ponto culminante como em Ap 14.2, reúne a força de todos os elementos. A totalidade dos servos de Deus, que em qualquer tempo e lugar serviram a Deus, canta, agora não mais com voz quebrada e lamentosa, porém com voz retumbante: **Aleluia! Pois reina** (“tornou-se Rei”) **o Senhor, nosso Deus, o Todo-Poderoso.** Ao sentido desse grito de vitória e de seus paralelos no Ap está dedicado o EXCURSO 8. Quanto ao título Todo-Poderoso, cf. nota 137.

Assim como o coro de anjos desenvolveu a vitória de Deus, embora para seu lado negativo, a saber, como subjogação da Babilônia (v. 2), assim também faz agora o coro dos servos de Deus, a saber, para o lado positivo, ou seja, como bodas do Cordeiro (v. 7).

**7,8 Alegremo-nos, exultemos,** estimulam-se mutuamente. Não deverá ser um triunfo feio, pois de imediato é dito: **e demos-lhe a glória. Porque são chegadas as bodas do Cordeiro.**

No decorrer do tempo a expressão **bodas do Cordeiro** tornou-se corriqueira em círculos cristãos, contudo não tinha precedentes quando João a escreveu e não era menos inaudita que “ira do Cordeiro” em Ap 6.16. O AT não conhece nem um casamento de Israel com Deus nem com um Cordeiro de Deus. Sem dúvida o “matrimônio” era uma metáfora recorrente para a aliança de Deus com seu povo (primeiro em Os, depois em Jr, Ez e Is). Nessa ilustração, porém, evitava-se cautelosamente a união conjugal como ponto de comparação, a fim de não ser de forma alguma comparável às “nupcias sagradas” dos cultos de fertilidade gentílicos (cf. o comentário a Ap 2.14). Também o judaísmo tardio conscientemente guardava distância da atividade erótica dos cultos. Contudo, surge agora a palavra “bodas”. Os rabinos ensinavam que no monte Sinai Moisés, como condutor da noiva, teria encaminhado a noiva ao noivo. Compreendiam a lei como contrato matrimonial de Deus com Israel, e após a ressurreição dos mortos o Messias conduziria, como segundo Moisés, o povo de Israel para as verdadeiras bodas. Logo Jesus sabia que seus ouvintes

estavam preparados quando usava parábolas e metáforas para lhes falar do banquete messiânico das bodas.

Entretanto, em Jesus dois aspectos saltam à vista. O Messias não é o condutor da noiva, mas o noivo, sendo que a noiva passa para segundo plano. Várias vezes lemos nos evangelhos a respeito de núpcias sem a menção da noiva. Assim, como no AT, afasta-se novamente da comparação a relação conjugal. Tão-somente a alegria das bodas vale como ponto de comparação. Ela determina toda a comunhão e preenche todos os convidados. Sob *esse* aspecto tampouco a noiva é algo especial, mas apenas uma entre muitos, de maneira que não carece de uma menção especial.

Precisamente esse, porém, constitui também o sentido da menção das bodas em nosso versículo: alegria sobre alegria, alegria efusiva pela salvação! Naturalmente a noiva está sendo mencionada aqui (assim como em Ap 21.2,9). Contudo já no v. 9 a figura muda, e os fiéis aparecem, ao invés de como noiva, como convidados das bodas. Uma vez que o ponto de comparação é a alegria, esse fato não representa uma ruptura, pois a alegria une a noiva e os convidados.

A menção da noiva do Cordeiro é importante acima de tudo como imagem oposta à prostituta Babilônia. De um modo diferente, no entanto, ela também se contrapõe à mulher de Ap 12.1. Aquela mulher que clama simbolizava a igreja em sua aflição atual, a noiva porém representa-a na alegria futura. Em decorrência, a tônica continua sendo a alegria, exultação por tanta salvação, por tanta paz e vida.

Sua **esposa a si mesma já se ataviou** (“se preparou”). Nenhuma noiva sem ornamento (Ap 21.2)! O fato de que ela se enfeita a si mesma também não é negado pelo versículo seguinte, embora passe a ser iluminado mais profundamente. **Pois lhe foi dado vestir-se de linho finíssimo** (“batista”), **resplandecente e puro**. De três maneiras a ausência de cor em suas vestes é descrita. Por si só a batista não é saturada de cor como a púrpura ou o escarlata da prostituta Babilônia em Ap 17.4, mas um tecido branco de linho. Expressamente se diz que é puro, ou seja, sem cor e manchas. Além disso, tem uma claridade brilhante, ofuscante. Tem a característica da luz transfigurada, como também a vestimenta dos anjos em Ap 19.14.

João explica, por meio de uma intercalação: **Porque o linho finíssimo** (“a batista”) **são os atos de justiça dos santos**. Eles contrastam com os atos de injustiça da prostituta (Ap 18.5). Entretanto essa auto-ornamentação foi possibilitada à noiva através de uma dádiva divina. **Pois lhe foi dado vestir-se**, de sorte que ela não se veste de méritos próprios, mas sim da clemência divina. No presente texto a exegese deve considerar Ap 3.18. Segundo essa palavra, Jesus já concede na época atual vestes puras e uma vida santificada. Sua clemência hoje não apenas consiste de boas palavras, mas de força para boas ações. É por isso que a ação possibilitada pela graça não honra o receptor, mas sim o Doador. Assim a noiva se apresenta ataviada. Ela se enfeitou a si mesma, porém não *a partir de si mesma*. Ela constitui algo “para louvor da glória de sua graça” (Ef 1.6,12,14).

## 15. A conclusão da visão, 19.9,10

<sup>9</sup> **Então, me falou o anjo: Escreve: Bem-aventurados aqueles que são chamados à ceia das bodas do Cordeiro. E acrescentou: São estas as verdadeiras palavras de Deus.**

<sup>10</sup> **Prostrei-me ante os seus pés para adorá-lo. Ele, porém, me disse: Vê, não faças isso; sou conservo teu e dos teus irmãos que mantêm o testemunho de Jesus; adora a Deus. Pois o testemunho de Jesus é o espírito da profecia.**

**9 Então, me falou.** Sem acréscimo consta “ele”. Por isso ele é seguramente o anjo da taça de Ap 17.1, que proporcionou a João a grande visão da ruína da Babilônia. É claro que para João a Babilônia ainda estava entronizada e, ao contrário do v. 7, a igreja não tinha nada para rir e alegrar-se. Como João talvez tenha ficado atordoado, considerando esse futuro como incrível! O anjo tem de lhe falar com insistência e pressioná-lo para que anote, como em Ap 21.5, as seguintes bem-aventuranças: **Escreve: Bem-aventurados aqueles que são chamados à ceia das bodas do Cordeiro.**

A figura alterna, à semelhança do que ocorreu em Ap 12.17 (cf. o ali exposto e também a nota 581), de uma pessoa individual para um grupo, sem que seja mudada a cena que está diante dos olhos. Uma vez João vê o povo de Deus na imagem exultante da noiva (v. 7), na segunda vez ele ouve a respeito desse povo na imagem de alegria dos convidados. Pessoas convidadas já vivem cheias de alegria, mesmo que ainda estejam a caminho do salão das bodas. É assim que os discípulos



de Jesus estão a caminho, com o chamado nos ouvidos. Contudo, como no trajeto precisam passar pelo martírio, perguntam-se: será que o chamado era um equívoco ou uma armadilha? Será que foi por tolice que nos pusemos a caminhar? Acaso estamos indo em direção de um alvo ao qual jamais chegaremos, e esperamos em vão por Deus? Para essa aflição foi concedida a bem-aventurança expressa, além do realce: **São estas as verdadeiras palavras de Deus**. Nesse ponto não existe um “talvez sim, talvez não”. São palavras de Deus. A igreja conhece a Deus e possui nesse fato um ponto de referência para confiar nele. Por conhecer aquele que promete, ela crê nas promessas. É por isso que ela projeta essas promessas simplesmente em uma realidade contrária, até que o futuro as confirme.

- 10 Prostrei-me ante os seus pés para adorá-lo** (“reverenciá-lo”). O anjo conduziu João a Deus da maneira mais santa. Não há nada que comprove, e sob todos os aspectos é improvável, que João justamente nesse instante rompa o Primeiro Mandamento e queira adorar alguém outro senão a Deus somente. Entretanto, pousava sobre o mensageiro de Deus tamanho reflexo de Deus que João se prostra, visando reverenciá-lo. Isso é humanamente compreensível, porém precisa ser corrigido.

Agora o emissário se mostra como verdadeiro mensageiro de Deus, ao rejeitar decididamente qualquer superiorização de sua pessoa. **Ele, porém, me disse: Vê, não faças isso; sou conservo teu e dos teus irmãos que mantêm o testemunho de Jesus**. Das palavras *teus* irmãos depreende-se que entre anjos e pessoas de Deus na verdade não existe uma irmandade, mas que em contrapartida estão unidos por um serviço comum. O anjo é conservo delas. Para ambos vale: **adora a Deus!**

A ênfase, porém, reside sobre um outro serviço conjunto: ter **o testemunho de Jesus**. Isso, no entanto, significa estar no serviço profético. **O testemunho de Jesus é o espírito da profecia**. Pois esse anjo da taça está transmitindo justamente visões da vitória de Deus e do Cordeiro, encontrando-se, por isso, no serviço profético. Agora, porém, ele traça a linha de ligação com João e seus irmãos. Também eles, que testemunham a Jesus, são profetas, pois Jesus é a profecia em pessoa (cf. o comentário a Ap 1.1). Falar dele é falar de um novo mundo e uma nova humanidade, incluindo juízos sobre a história e o futuro. Todas as verdadeiras testemunhas de Jesus são, por isso, profetas no verdadeiro sentido da palavra. Essa equação impactante também pode ser invertida: todos os verdadeiros profetas são testemunhas de Jesus. Isso vale para os profetas do AT (Jo 5.39), como também para o próprio João e para cada testemunha que afirma hoje verdades substanciais sobre a conjuntura e a evolução da realidade. Sempre estará proferindo o que foi dado com Jesus, e faz brilhar o que ainda está oculto em Jesus (Jo 16.13,14). O próprio livro do Ap constitui um modelo básico de profecia cristocêntrica e como tal é parte integrante do cânon.

## **XII. SEGUNDO APÊNDICE ÀS VISÕES DAS TAÇAS**

### **A ABERTURA DO CÉU (A PARUSIA)**

#### **19.11–21.8**

Embora a nova unidade maior seja acrescentada sem grande realce lingüístico, depois dos evidentes versículos finais 9 e 10, não há como imaginar que ainda seja dada continuação ao bloco a respeito da Babilônia, já que a partir de agora não há mais nenhuma palavra sobre a Babilônia. Em contraposição, a nova série de visões evidencia-se como um desenvolvimento separado das visões das taças, a saber, em conexão direta com Ap 16.13,14,16. Naquele texto lia-se a respeito da preparação do anticristo e de seus exércitos. Agora desencadeia-se o último choque com o Cristo que se revela.

O novo tema é dado pela “abertura do céu” no fim dos tempos (cf. abaixo, o comentário ao v. 11) na história, ocasião em que a divindade de Deus e seu Cristo, a condenação de Satanás e seus asseclas, bem como a condição humana da pessoa aparecem definitivamente. A ênfase reside no caráter definitivo. Tudo chega manifestamente à estação final. É o que se ressalta sobre o destino das duas bestas, de Satanás, da morte, dos ímpios, mas igualmente de Cristo e seus servos.

#### **1. A aparição de Jesus como Juiz, 19.11-16**

- <sup>11</sup> **Vi o céu aberto, e eis um cavalo branco. O seu cavaleiro se chama Fiel e Verdadeiro e julga e peleja com justiça.**

- <sup>12</sup> Os seus olhos são chama de fogo; na sua cabeça, há muitos diademas; tem um nome escrito que ninguém conhece, senão ele mesmo.
- <sup>13</sup> Está vestido com um manto tinto de sangue, e o seu nome se chama o Verbo de Deus;
- <sup>14</sup> e seguiam-no os exércitos que há no céu, montando cavalos brancos, com vestiduras de linho finíssimo, branco e puro.
- <sup>15</sup> Sai da sua boca uma espada afiada, para com ela ferir as nações; e ele mesmo as regerá com cetro de ferro e, pessoalmente, pisa o lagar do vinho do furor da ira do Deus Todo-Poderoso.
- <sup>16</sup> Tem no seu manto e na sua coxa um nome inscrito: REI DOS REIS E SENHOR DOS SENHORES.

Essa quinta e última aparição de Cristo concentra em si elementos de todas as visões de Cristo anteriores no livro. Já por esse fato pode-se falar de uma revelação plena de Jesus. Corrobora essa afirmação também a grande quantidade de nomes com que se apresenta. Cristo vem com tudo que ele é e possui. “Haveremos de vê-lo como ele é” (1Jo 3.2). Por fim, o auge da tensão transparece também pelo predomínio das formas verbais no presente.

Em contraposição aos trechos subseqüentes da série, os v. 11-16 destacam-se pelo fato de que fornecem tão somente uma imagem parada. É verdade que alguns comentários se excedem em dramatizações, falam da “incursão tempestuosa de uma cavalgada” e de um “ataque de cavalaria” (p. ex., Frey). Essa, porém, não é uma forma de observar o texto com atenção, porque não percebe a característica fundamental dessa visão, da qual são derivadas as visões seguintes. Somente um indício indireto permite notar que o cavaleiro vem para a “terra”, a saber, que seus exércitos celestiais o “seguem” (v. 14). Primeiramente ele se apresenta com seu séquito ao espectador (diríamos hoje que posa para a fotografia). Permite que sejam reconhecidos seu contexto e seus acompanhantes, sua vestimenta e seu equipamento, e sobretudo a plenitude de seus nomes. Mostra-se como executor do fim. Somente depois ele passa a executá-lo parte por parte.

Novamente chama a atenção, embora não seja mais surpresa depois do que já foi exposto, *como* o Ap aborda o tema da parusia. Refugiando-se de maneira preponderante em formulações do AT, ele quase não concede espaço real à fantasia. Submete o tema a uma disciplina santa.

- 11 Vi o céu aberto.** Em comparação com diversas passagens semelhantes no Ap, resulta aqui uma intensificação definitiva (cf. nota 745). João torna-se testemunha da abertura irrestrita do mundo de Deus para a história humana. De certa maneira observa uma saída em massa por todos os portais e portas do céu.

Falar da abertura do céu pressupõe que estava fechado (cf. o comentário a Ap 4.1), anunciando-se agora o começo da redenção escatológica. Conforme Jo 1.51 precedeu-a uma história de contínuas aberturas do céu, que no entanto jamais exibiram tudo. Repetidamente Deus decidiu conter-se e exerceu paciência. Agora finalmente passa a vigorar de modo pleno.

**E eis um cavalo branco.** Depois de uma introdução solene como em Ap 4.1; 7.9; 14.1 João se apercebe inicialmente da montaria do Cristo, ressaltada ainda pelos v. 19,21.

Para o oriental é muito significativo sobre o que a pessoa está sentada, se sobre a terra (Ez 26.16), sobre a besta (Ap 17.3), sobre a nuvem (Ap 14.14), sobre um jumento (como Jesus na entrada em Jerusalém; Jo 12.14) ou, como aqui, sobre um cavalo branco. Esse detalhe já traça as coordenadas para o entendimento da visão.

O cavalo é uma montaria de guerra e de reis (cf. também Ap 6.2; 9.7,16, 17) e poderia constituir um contraste intencional para a entrada pacífica de Jesus sobre o jumento conforme Zc 9.9. Naquela ocasião, Jesus, pronto para morrer, veio submeter-se ao matadouro como Cordeiro. Por um lado, esse que está vindo agora é o mesmo, o que será comprovado por todos os detalhes seguintes, porém ele vem *de outra maneira*. Vem sobre o cavalo do triunfo (cor branca!) e, portanto, como Poderoso máximo. Note-se que ele não vem primeiramente buscar o poder para si, pois conforme Ap 5.7,9,12 já o recebeu com todas as honras, porém os que negam sua autoridade ainda persistem. Ele vem para afastar essas resistências com sua palavra de poder, para “arrasar com força e destruir com tudo, ao diabo e seu poder”.

A espada que sai da sua boca aponta, no v. 15, para essa palavra de poder. Acabaram-se as “palavras de graça” de Lc 4.22, esgotou-se o “acordo de cessar-fogo” da graça. Agora começa o juízo que não está mais limitado local e cronologicamente: o juízo final. O Senhor trocou a montaria do jumento ridicularizado pelo cavalo real.

Será que se cansou de ser Cordeiro? Acaso renega seu evangelho e a si próprio? Não, de acordo com Ap 6.16 sua ira final é “ira do Cordeiro”, de modo que ele decididamente permanece coerente consigo próprio.

Acontece que, conforme a Bíblia, Cordeiro e ira, ou evangelho e ira, de fato não são grandezas opostas. Essa verdade provavelmente jamais será captada por inteiro numa dogmática humana. Contudo, no juízo final Jesus estará presente com toda a sua graça evangélica. O pecado da cor de sangue ficará branco como a neve. Há somente *um único* motivo real para a condenação: blasfemar contra a graça e o Espírito da graça (Mc 3.29; Hb 10.29). A graça leva a si mesma a sério. No entanto, a blasfêmia é a natureza do anticristo (Ap 13.6).

Do mesmo modo como a quantidade de diademas (v. 12), a plenitude de nomes do Senhor aponta para a revelação plena de seu poder e de sua natureza. Desde o princípio ele se apresenta com eles. Não tem de lutar mais uma vez por esses nomes, contudo fará calar agora os que contestam sua vitória.

O primeiro dos quatro nomes referidos é **Fiel e Verdadeiro**, uma forma de reproduzir o termo hebraico “Amém”. Conforme Ap 3.14 Jesus já ostentava esse nome desde a Sexta-Feira da Paixão. Em sua morte sacrificial ele comprovou sua fidelidade de testemunha, por meio da qual empenhou tudo de si em prol de Deus e dos humanos. Na sua parusia ele aparece como o mesmo. Não tolera que Deus seja blasfemado nem que os seres humanos de Deus sejam torturados e massacrados. Contudo, a novidade é que sua infinita verdade e fidelidade passam a aliar-se também ao poder infinito, ao poder santo, que abala, arrasa e consome, e que dominará sobre tudo. Um evento extraordinário!

**E julga... com justiça.** Essa formulação significa, de acordo com muitas referências do AT: estabelecer o direito em juízo, precisamente *em favor* dos indefesos e oprimidos e *contra* os transgressores do direito. Essa é a razão por que o AT repetidamente anuncia com júbilo o juiz universal. Ele se apresenta como promotor do direito, que cria salvação e condena o ímpio. O aspecto negativo está sendo ressaltado aqui pela segunda expressão: **e peleja**. Aquele que no passado expressamente não foi enviado para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele (Jo 3.17), recebeu agora autoridade para julgar (Jo 5.27). O fato de que o Salvador é Juiz retira o fundamento de qualquer apelação contra seus veredictos. Diante dele não se pode mais fugir para outro alguém (cf. o comentário a Ap 6.16).

Apesar do v. 15, Holtz e Rissi relacionam ambas as expressões, a saber, o julgar como também o pelejar, com a igreja. Alegam o conceito do juízo que restaura a salvação no AT, segundo o qual as sentenças de Deus constituem um verdadeiro benefício, uma graça, sob a qual toda a vida torna a se levantar. Contudo, será que um Juiz justo é um benefício para aqueles que odeiam o direito e o justo? A vinda do Filho do Homem seria tão salvadora, p. ex., para o juiz iníquo e seus asseclas em Lc 18.2-8 quanto para a viúva sofredora, ou não seria muito antes arrasadora? Faz pouco sentido declarar abstratamente que o vocábulo “julgar” na Bíblia é uma expressão de salvação, ao invés de inseri-la nos respectivos contextos e procurar ali seu sentido.

Numa época de narcisismo universal, na qual as pessoas consideram a paixão por si próprias como amor de Deus, é preciso resgatar a palavra bíblica do juízo. O amor de Deus expia o pecado, perdoa o pecado, mas igualmente julga o pecado, a saber, aquele pecado que nós, apaixonados por nós mesmos, nos perdoamos, e do qual, dessa maneira, nos tornamos duplamente culpados.

- 12** O penetrante olhar de fogo do Senhor, que em Ap 1.14; 2.18 caracterizava o Juiz das igrejas, flameja agora diante do mundo todo. **Os seus olhos são uma chama de fogo.** Sua imensurável majestade soberana e superioridade são expressas por meio de muitos diademas, por meio dos quais ele supera os sete diademas do dragão (Ap 12.3) e os dez diademas da besta (Ap 13.1). **Na sua cabeça, há muitos diademas**, pois ele é o “REI DOS REIS” (v. 16).

Ligado a esses diademas, segue-se outro nome. E ele **tem um nome escrito**, provavelmente numa faixa na testa, **que ninguém conhece, senão ele mesmo**. Também conforme Ap 3.12 Jesus ainda tem diante de si, no fim dos tempos, a obtenção de um novo nome. Aqui, numa antevisão da parusia, ele já o ostenta, sem que João, no entanto, já o pudesse anunciar. Somente o cumprimento dessa visão trará consigo a revelação definitiva. “Haveremos de vê-lo como ele é” (1Jo 3.2; cf. Ef 2.7). O Senhor vindouro transcenderá em muito nossa atual dogmática.

- 13** A descrição desce da cabeça até a figura daquele que está cavalgando. **Está vestido** (“envolto”) **com um manto tinto** (“encharcado”) **de sangue**. Leituras antigas costumavam falar aqui de vestes

respingadas de sangue ao invés de encharcadas, visando provavelmente estabelecer uma relação com o portador de vestes vermelhas em Is 63.1-3. Lá ele é interrogado: “Por que está vermelho o (teu) traje?” Responde: “No lagar pisei as nações na minha ira, então seu sangue me salpicou as vestes!” (tradução do autor). Não obstante, essa interpretação não é imperiosa. Com demasiada frequência João apóia-se em textos do AT e simultaneamente distancia-se deles. O sentido evidente aqui é que o cavaleiro traz do céu as vestes vermelhas antes que pise o lagar, como será abordado apenas no v. 15. Logo, não estão ensangüentadas de uma batalha, mas do seu próprio sangue. O Juiz vindouro é identificado enfaticamente com o Cordeiro sacrificado.

É evidente que o texto continua a remeter à vida terrena de Jesus: **e o seu nome se chama** (“e está citado”) **o Verbo de Deus** (“a Palavra de Deus”). Esse *já era* o nome de Jesus. No presente caso não se trata de um “novo nome” como em Ap 3.12 e no v. 12. Não se pode ignorar a relação com a teologia dos escritos de João. Conforme Jo 1.1-16 e 1Jo 1.1, o Filho encarnado já era “o Verbo”. Veio como aquele em quem Deus se expressava plenamente. Deus não tem nada a dizer além do que afirmou no Natal, na Sexta-Feira da Paixão, na Páscoa e em Pentecostes, tão cabalmente ele havia se comunicado através de Jesus segundo sua santidade e misericórdia. Também o nosso testemunho sobre Deus, por isso, deveria convergir obediente e integralmente com a confissão desse Jesus Cristo, sem especular por reservas ainda não acessíveis de Deus, das quais ele tirasse algo diferente algumas eras mais tarde. Não, mesmo na parusia Deus se atém à sua palavra única. O evangelho dos apóstolos é confirmado numa proporção em que nenhuma pessoa ousaria sonhar. Por isso não existe serviço mais sublime que anunciar esse evangelho. Pela mesma razão constitui também o mais necessário dentre o necessário que se dê ouvidos a esse evangelho.

- 14** No entanto, a majestade de um soberano também se manifesta no seu séquito. **E seguiam-no** (“seguem-no”) **os exércitos que há no céu, montando cavalos brancos, com vestiduras de linho finíssimo** (“batista”), **branco e puro**. Essas milícias celestiais contrapõem-se aos exércitos da terra de Ap 19.19, que seguiram a besta. Com “milícias celestiais” o AT refere-se a exércitos de estrelas ou anjos. Acaso existem motivos de divergir desse entendimento?

Alguns comentaristas observam que esse cortejo usa a mesma vestimenta que a “noiva do Cordeiro” no v. 8. Logo as “bodas do Cordeiro” já teriam se realizado, ou seja, também o arrebatamento da noiva. Agora ela estaria acompanhando o noivo. Depois da vinda de Jesus para junto dos seus estaria acontecendo agora a vinda *com* os seus.

Contra essa leitura do texto, porém, impõem-se fortes objeções. Sobretudo ocorre que a parusia do Senhor é repetidamente profetizada como acompanhada por anjos. Ainda que a igreja arrebatada da terra se coloque imediatamente ao lado do Senhor (cf. o comentário a Ap 11.12), de modo que daqui em diante ele já não pode ser imaginado separado dela em nenhum momento (1Ts 4.17), não se encontra no NT nenhuma afirmação segundo a qual ele já traria consigo do céu uma multidão qualquer anteriormente arrebatada. Contudo é exatamente isso que está em jogo aqui. Os trajados de branco cavalgam com ele do céu aberto. São milícias de anjos.

Além disso, mais que tropa de guerra, esses anjos são uma multidão festiva. Não trazem nenhum armamento nem sua vestimenta está vermelha da luta, mas tão somente tornam visível a glória de seu Senhor.

- 15** É fato a afirmativa de que o Cristo carrega uma “arma”. **Sai da sua boca uma espada afiada, para com ela ferir as nações**. De Is 11.4 depreende-se claramente o significado dessa metáfora, também já comentado em Ap 2.27. O Senhor vindouro quebra a força dos rebeldes. Contudo não brande a espada com o punho, porém ela lhe sai da boca (cf. o comentário a Ap 1.16; 2.12,16). É impressionante como o Ap repetidamente fala sobre diversas armas e guerras de Cristo, mas, ao inserir tantas expressões jurídicas nesses conceitos, não resta mais nada referente a uma luta física.

Seguem-se duas afirmações paralelas. **E ele mesmo as regerá com cetro de ferro** (cf. o comentário a Ap 2.27; 12.5), **e, pessoalmente, pisa o lagar do vinho do furor da ira do Deus Todo-Poderoso**. Mesclam-se aqui as figuras da lagaragem e do cálice da punição (cf. Ap 14.10; 16.19). Tudo aponta para um julgamento definitivo.

- 16** Um último nome triunfante de certo modo forma a assinatura da visão. **Tem no seu manto e na sua coxa um nome inscrito** (“E tem no manto, a saber, na coxa, um nome escrito” [tradução do autor]). Num local especialmente visível do manto, a saber, onde ele cobre a coxa, João vê escrito: **REI DOS REIS E SENHOR DOS SENHORES**. Era assim que na Antiguidade se intitulavam os imperadores orientais, que haviam subjugado muitos reis locais e que não conheciam mais nenhum reino que não

lhes estivesse submisso. É essa dignidade e essa reivindicação que Jesus, o Cordeiro, contrapõe em sua parusia aos reis da terra reunidos, não tolerando mais nenhum joelho que não se dobre diante dele.

É totalmente errada a doutrina de que o Senhor Jesus Cristo somente se torna esse Rei com a parusia, p. ex., no reino dos mil anos. De modo consistente o NT ensina diferente. Ele já o é agora (Ap 1.5), a saber, desde a Sexta-Feira da Paixão (Ap 5.12). Ele já possui legitimamente o mundo inteiro, recebido da parte do Pai. Aquele que *tem* razão também *recebe* a razão da parte de todas as criaturas e diante de todo o mundo. É esse o sentido da parusia.

## 2. O juízo definitivo sobre a besta e seu profeta, 19.17-21

- <sup>17</sup> Então, vi um anjo posto em pé no sol, e clamou com grande voz, falando a todas as aves que voam pelo meio do céu: Vinde, reuni-vos para a grande ceia de Deus,
- <sup>18</sup> para que comais carnes de reis, carnes de comandantes, carnes de poderosos, carnes de cavalos e seus cavaleiros, carnes de todos, quer livres, quer escravos, tanto pequenos como grandes.
- <sup>19</sup> E vi a besta e os reis da terra, com os seus exércitos, congregados para pelejarem contra aquele que estava montado no cavalo e contra o seu exército.
- <sup>20</sup> Mas a besta foi aprisionada, e com ela o falso profeta que, com os sinais feitos diante dela, seduziu aqueles que (depois) receberam a marca da besta e eram os adoradores da sua imagem. Os dois foram lançados vivos dentro do lago de fogo que arde com enxofre.
- <sup>21</sup> Os restantes foram mortos com a espada que saía da boca daquele que estava montado no cavalo. E todas as aves se fartaram das suas carnes.

É evidente que esses versículos formam um conjunto, uma vez que são emoldurados pela referência aos abutres. Vários comentaristas lhes dão o título: a batalha de Armagedom. É correto ligar o texto à visão da sexta taça (Ap 16.14,16). Contudo, lá o Armagedom é tão somente ponto de reunião dos exércitos anticristãos. Não existe nenhum texto bíblico a respeito de uma batalha em Armagedom. O embate com Cristo não é situado em nenhum local, nem na visão da sexta taça, nem aqui.

- 17 Então, vi um anjo posto em pé no sol, e clamou com grande voz, falando a todas as aves que voam pelo meio do céu** (“que voam no zênite”). Ele assume uma posição visível de todos os lugares e do qual sua voz pode ser ouvida em toda parte. Visa convocar o maior número possível de aves, de tanta carne que há para comer. Pois as aves que voam no zênite são, ao contrário dos pássaros que voam baixo, as águias e os urubus. Novamente constituem a sombria imagem oposta da águia que igualmente voa pelo zênite, em Ap 8.13; cf. 4.7; 12.14, que não realiza esse serviço inferior.

**Vinde, reuni-vos!** grita ele aos abutres. Uma reunião contrária à dos exércitos anticristãos do v. 19, da qual esses, porém, não têm a mínima noção. Ficariam apavorados se recebessem essa visão. O “aproveitamento” de seus cadáveres já está organizado. Tão destituído de chances é seu empreendimento, antes que sequer se ponham em marcha. Em todos os tempos se observou que os abutres, cheios de premonição, circulam bem antes da morte sobre as cabeças de suas vítimas. “Onde estiver o cadáver, aí se ajuntarão os abutres” (Mt 24.28). Do mesmo modo esses exércitos beligerantes já estão marcados pela morte, a saber, por uma morte execrável, sem exéquias (cf. o exposto sobre Ap 11.9).

- 19 As aves são convocadas a se reunir para a grande ceia de Deus.** No texto paralelo de Ap 16.14 constava “grande dia de Deus”. Na acerba linguagem metafórica dos profetas o “dia do Senhor” às vezes aparecia como uma festa de matança seguida de banquete (Jr 46.10; 50.27; Ez 39.17; cf. qí 37). Para nós esse modo de expressão pode causar estranheza. Contudo, inicialmente resulta certo abrandamento pelo fato de que se trata de discurso proverbial, cujos pormenores sabidamente não são mais percebidos em sua totalidade. Além disso, porém, é importante considerar precisamente nesse momento que o anticristo se apresenta como “besta” (v. 19), i. é, ele constitui a fonte de toda a bestialidade. É por meio dele, não pelo Cordeiro, que a desumanidade entra no mundo. A terrível linguagem jurídica realça essa circunstância com torturante meticulosidade. **Para que comais carnes de reis, carnes de comandantes** (“generais”), **carnes de poderosos** (“fortes”), **carnes de cavalos e**

**seus cavaleiros, carnes de todos, quer livres, quer escravos, tanto pequenos como grandes** (listagens semelhantes do mundo hostil a Deus também em Ap 6.15; 13.16.).

- 19** A mobilização de tropas anticristãs, da qual João ouviu em Ap 16.14, surge agora diante de sua visão profética. E vi a besta e os reis da terra, com os seus exércitos, congregados para pelejarem contra aquele que estava montado no cavalo e contra o seu exército. Sobre essa questão, cf. também Ap 17.14. Por mais que estejam loucos por essa luta – ela não chega a ser executada. Não se pode falar de uma verdadeira “batalha do Messias”, como diz Bousset. A poderosa apresentação das tropas transforma-se num ato jurídico.
- 20** Muito subitamente o anticristo aparece numa forma passiva. Mas a besta foi aprisionada, e com ela o falso profeta que, com os sinais feitos diante dela, seduziu aqueles que receberam a marca da besta e eram os adoradores da sua imagem. Como que agarrados por um braço irresistível, o comandante e seu agitador são aprisionados diante de suas tropas e, sem resistência e sob os olhares de todos, levados embora como trapos velhos.

Já se falou da parusia em Ap 1.7. Basta que os inimigos de Deus vejam o Senhor, e logo gritam de pavor. Então ouvem sua palavra – a ênfase no texto da parusia em Ap 19.11-16 concentra-se nesse aspecto – e são como que incapazes de discordar ou reagir. O Senhor vindouro não precisa mais vencer nenhuma batalha. Visto que na Sexta-Feira da Paixão ele já derrotou totalmente o inimigo, não há mais nenhum adversário que ele ainda tivesse de subjugar. Todos eles já estão refutados e expulsos de suas posições como condenados (Ap 12.9). Agora tão somente é preciso acionar a execução da sentença. Para isso basta uma ordem breve. “Vencido cairá, por uma só palavra” [Lutero, *Castelo Forte*, Cantor Cristão Hino 323, Juerp, tradução de J. Eduardo von Hafe].

**Os dois foram lançados vivos dentro do lago de fogo que arde com enxofre.** Nitidamente os dois são separados dos demais no v. 21 e, como causadores, julgados imediata e definitivamente. Eles não são enviados primeiramente ao Hades, ou seja, ao mundo dos mortos, que não é um lugar de permanência definitiva para ninguém (Ap 20.13), mas sim uma espécie de prisão para investigações. São lançados diretamente ainda **vivos dentro do lago** (“charco”) **de fogo que arde com enxofre**. Repetidas vezes o Ap fala de modo inolvidável desse lugar de perdição (também em Ap 20.10,15; 21.8). Em todos os casos afirma-se que alguém entra nele, mas em nenhum caso, que alguém sai dele. Em Ap 20.14 encontramos a equação: lago de fogo = segunda morte (cf. EXCURSO 19).

- 21 Os restantes foram mortos com a espada que saía da boca daquele que estava montado no cavalo** (cf. o exposto sobre o v. 15). Em contraposição ao v. 20, expressa-se aqui uma certa atenuação. É verdade que os restantes morrem no encontro com o Juiz. Sua vida, vivida na hostilidade contra Cristo, termina tão ignominiosamente quanto possível. **E todas as aves se fartaram das suas carnes.** Por outro lado, há pouco, no versículo precedente, enfocou-se mais uma vez a sedução pela besta. Portanto, muito do que fizeram em vida foi obra da besta. Em última análise, porém, não são julgados segundo as obras da besta, mas segundo suas próprias (Ap 20.12).

### 3. A manifestação da igreja de testemunhas com Cristo, 20.1-6

- <sup>1</sup> **Então, vi descer do céu um anjo; tinha na mão a chave do abismo e (pendurada) uma grande corrente.**
- <sup>2</sup> **Ele segurou o dragão, a antiga serpente, que é o diabo, Satanás, e o prendeu por mil anos;**
- <sup>3</sup> **lançou-o no abismo, fechou-o e pôs selo sobre ele, para que não mais enganasse as nações até se completarem os mil anos. Depois disto, é necessário que ele seja solto pouco tempo.**
- <sup>4</sup> **Vi também tronos, e nestes sentaram-se aqueles (seres) aos quais foi dada autoridade de julgar. Vi ainda as almas dos decapitados por causa do testemunho de Jesus, bem como por causa da palavra de Deus, tantos quantos não adoraram a besta, nem tampouco a sua imagem, e não receberam a marca na fronte e na mão; e viveram (novamente) e reinaram com Cristo durante mil anos.**
- <sup>5</sup> **Os restantes dos mortos não reviveram até que se completassem os mil anos. Esta é a primeira ressurreição.**
- <sup>6</sup> **Bem-aventurado e santo é aquele que tem parte na primeira ressurreição; sobre esses a segunda morte não tem autoridade; pelo contrário, serão sacerdotes de Deus e de Cristo e reinarão com ele os mil anos.**



O presente texto está entre as passagens de fácil explicação do Ap, porque praticamente não contém nenhuma expressão que já não seja conhecida dos capítulos anteriores. Também a indicação do número “mil” e o discurso da “primeira ressurreição” foram preparados. Em decorrência, de forma alguma temos diante de nós um trecho estranho e eclético, mas uma parte consistentemente ancorada no conjunto do livro.

Comparados com a característica geral do Ap, os versículos trazem poucas referências ao AT. Essa circunstância nos aconselha mais uma vez a interpretar o trecho a partir do próprio livro do Ap.

Tanto mais nos causa espécie constatar o que aconteceu com esse texto e que papel ele desempenhou e ainda desempenha na luta dos espíritos. Aparece à nossa frente sobrecarregado de materiais estranhos, coberto de apaixonados postulados e introduzido numa variedade de sistemas. Bietenhard, p. ex., examinou 21 interpretações do presente texto, dos séculos II a XX, sob o enfoque de quais passagens do AT foram arbitrariamente conectadas com ele. Sua lista contém nada menos de 150 diferentes supostos paralelos ou “cumprimentos”. Quem retorna dessa selva de combinações para o texto que está diante de nós sente-se como se ingressasse num mundo diferente. Além disso, trata-se, em boa parte, de passagens do AT que conforme o Ap apenas serão cumpridas após o cap. 21,22, ou seja, somente depois da criação de um novo céu e uma nova terra. É fundamental que essa utilização do AT, pela qual a profecia desemboca, como uma larga torrente, precisamente no reino dos mil anos, seja inteiramente repensada. De forma alguma ela representa a única leitura possível. João envereda por um caminho completamente diferente.

Refugiemo-nos, portanto, no texto. De modo algum ele afirma o que quer apenas por meio de indicações parcimoniosas, porém sob o signo da insistência, a saber, em constantes repetições.

- 1 **Então, vi descer do céu um anjo.** Esse anjo comum, dos quais Deus dispõe em grande número, líquida o dragão, conforme o v. 2. Somente estende a mão e imediatamente o agarrou. Afinal, o decisivo já aconteceu na Sexta-Feira da Paixão e na Páscoa. Foi lá que Cristo lutou e venceu (cap. 5,12). O que ainda resta para ser feito, é executado, mediante um aceno, pelo servo. O equipamento dele é a do servidor de uma prisão. **Tinha na mão a chave do abismo e (pendurada) uma grande corrente.**
- 2 **Ele segurou o dragão, a antiga serpente, que é o diabo, Satanás, e o prendeu.** Assim como na detenção de um criminoso se presta atenção na identificação exata, profere-se aqui os nomes que já conhecemos de Ap 12.9. O papel do detido como sedutor é singularmente importante. Há pouco, em Ap 19.20, ouvimos a respeito da sedução das nações pelas duas bestas. Contudo, conforme Ap 12.17b era Satanás quem estava por trás delas como causa. Agora que suas ferramentas foram quebradas, chegou a vez dele próprio, como responsável principal.

A punição propriamente dita ocorre somente em Ap 20.7-10. Agora a questão é primeiramente a de que ele seja posto de lado e haja pista livre para um outro acontecimento. Pois para compreendermos o trecho Ap 20.1-6 é imprescindível que façamos frutificar sua correlação com o cap. 12. Evoca-o com clareza não somente a repetição dos nomes dos dragões no v. 2, mas também a nova precipitação do dragão no v. 3.

No cap. 12 o dragão foi lançado do céu em virtude da exaltação do Messias. Na terra ele adaptou sua tática e começou a perseguir a comunidade messiânica. Como Cristo no céu, assim é ela sua adversária na terra. O embate entre o dragão e a igreja tornou-se o evento fundamental do fim dos tempos. Agora luta-se pelo domínio da terra (cf. Ap 5.10). Quem vencerá, e quem cederá? A parusia há de decidi-lo. Na realidade ela não traz somente o momento em que se torna manifesto Jesus (Ap 19.11-16), mas também sua igreja (Ap 20.1-6). O mundo não verá somente a ele (Ap 1.7), mas igualmente a igreja (Ap 11.12). Acerca da situação anterior diz-se: “o mundo não nos conhece, porquanto não o conheceu a ele mesmo”. Contudo, nós sabemos que “quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele” (1Jo 3.1,2). Em decorrência, a ocultação de Jesus e da igreja está interligada, do mesmo modo como também a manifestação dele e dela na parusia. “Quando Cristo, que é a nossa vida, se manifestar, então, vós também sereis manifestados com ele, em glória” (Cl 3.4).

É desse outro lado da parusia que trata Ap 20.1-6: a igreja torna-se manifesta “com o Messias” (v. 4). Assim como em Ap 12.5 a aparição do Cristo em sua majestade fez com que Satanás fosse precipitado do céu, assim o aparecimento da igreja em sua eminência faz com que seja precipitado da terra.

Observemos ainda, no v. 2, a primeira ocorrência do número mil. Ele **o prendeu** (“amarrou”) **por mil anos**. Essa referência numérica, cujos pormenores serão examinados no comentário ao v. 4, ostenta um realce máximo. Seu conteúdo é definido três vezes (v. 2,3,7) pela capacidade de ação de Satanás e três vezes (v. 4,5,6) pela entronização da igreja. Desde já esse número comum correlaciona estreitamente ambos os eventos.

- 3 Lançou-o no abismo, fechou-o e pôs selo sobre ele.** Ele está cortado de toda atuação futura de três formas, por algemas, chave e selo. Nem no próprio abismo, nem sobre a terra, nem no céu ele é capaz de efetuar qualquer coisa. Em toda parte o Senhor da parusia está bem sozinho no comando. **Para que o dragão não mais enganasse** (“seduzisse”) **as nações até se completarem os mil anos**. Amarrar Satanás totalmente significa, portanto, que ele não pode mais suscitar novos anticristos (Ap 12.17b), nem imiscuir-se como sedutor na história. Finalmente está destituído do poder.

O versículo parece pressupor a existência de nações durante os mil anos. Do contrário, sobre o que afinal reinariam os entronizados e os que reinam (v. 4,6)? Para as interpretações que assumem esse fato resulta dessa maneira a idéia da continuação de um mundo de pessoas não convertidas, mas agora sem a mínima influência de Satanás. Ensina-se que, então, as pessoas seriam pecadoras tão somente a partir do próprio coração, razão pela qual também haveria ainda o castigo e a morte. Contudo a proclamação do evangelho teria, então, chances muito maiores, porque ficariam descartadas as ações satânicas adversas. Em decorrência seria possível esperar altas cifras de conversões. Os mil anos são considerados como incomparável tempo de missão. Além disso resulta dessa leitura que no reino dos mil anos pessoas ressuscitadas (da “primeira ressurreição” no v. 5) e as ainda não ressuscitadas dentre essas nações convivem na terra.

Mais tarde haveremos de nos posicionar sobre vários pormenores. Aqui tão somente está em jogo a questão se o Ap pressupõe ou não, depois da parusia, a existência continuada das nações do mundo. Reflitamos mais uma vez sobre o sentido de Ap 19.17-21. A besta havia mobilizado todos os reis da terra e seus povos contra o Cordeiro. Em Ap 19.18 esboça-se, de maneira idêntica ao sexto selo (Ap 6.15), a humanidade sem Cristo. Não se pode ignorar o caráter abrangente daquelas formulações. Depois é dito que os dois líderes foram lançados no charco de fogo (19.20), enquanto o restante foi morto (19.21), para ressurgir do mundo dos mortos somente em Ap 20.12. Nesse ínterim, como salienta o v. 5, estão mortas todas as pessoas exceto os participantes da primeira ressurreição.

Os fatos são inequívocos. Naturalmente restam duas perguntas: sobre quem dominam, então, as testemunhas exaltadas no reino dos mil anos, e de onde vêm as nações do v. 8? Nesse instante, porém, tratava-se apenas de não responder a essas perguntas a partir do v. 3b de uma forma que contradiga a exposição do Ap feita até aqui e que leve a especulações que o texto não acompanha. Evidentemente o v. 3b é um dos “furos” pelos quais material estranho penetra facilmente no comentário. Primeiramente cabe-nos represar esse material estranho, ainda que permaneçam perguntas em aberto.

A tríplice imobilização de Satanás, no entanto, ainda não constitui a subjugação visada por Deus. **Depois disto, é necessário** (“preciso”) **que ele seja solto pouco** (“por um pequeno”) **tempo**. Satanás deve ser divinamente refutado. É a esse interesse que alude a expressão *é preciso* (cf. o comentário a Ap 1.1). Não se deve conduzir o processo contra um Satanás paralisado e narcotizado, porém contra um Satanás solto e em plena forma. Então sua precipitação definitiva nas profundezas extremas será tanto mais convincente. Para que não se dê espaço à mínima dúvida quanto à legitimidade da sentença, todas as possibilidades de defesa são concedidas também ao que burlou o direito. É por isso que Satanás é solto mais uma vez, por *um pequeno tempo*. De certa forma o tempo vale para a duração do processo.

- 4** O v. 4 traz a única referência clara ao AT. Em Dn 7.9 Daniel viu como “foram postos tronos”. De modo mais sucinto lê-se aqui: **Vi também tronos**. No entanto, João não os viu, como Daniel, na sala do tribunal celestial, pois entre os entronizados está sentado também Cristo, que na verdade cavalejou para fora do céu (Ap 19.11). No presente capítulo trata-se, portanto, de “reinar sobre a terra” (v. 4,6).

Depois Daniel viu Deus (v. 9) e a corte judicial do céu tomarem lugar (v. 10,26), mas não o Filho do Homem e os santos, que naquele livro não recebem função de juízes. Em contrapartida, no Ap Deus aparece somente dois trechos adiante, assentado no trono branco para julgar. Em quem devemos pensar, portanto, no presente versículo, quando João escreve: **e nestes sentaram-se seres**? Será cabível simplesmente copiar de Daniel a interpretação de que são anjos? De acordo com a perspectiva geral de João, eles são a igreja vitoriosa. É ela que deverá sentar-se “comigo” (Ap 3.21)

no trono. A essa palavra corresponde aqui a expressão “com Cristo”. Por que, no entanto, João não o expressa de forma direta? Ele gosta de primeiro sugerir uma coisa e depois esclarecê-la gradativamente. Por isso ele inicialmente fala do trono (cf. também nota 928), depois das pessoas que tomam assento e depois de sua função. Somente então segue-se uma descrição clara de quem são as pessoas referidas e, no v. 5, uma delimitação contra pessoas não referidas. Finalmente, acaba identificando os entronizados com a igreja de sacerdotes de Ap 1.6.

Além disso, menciona, de modo muito semelhante a Dn 7.22 (primeiramente ecoando literalmente): **foi lhes dada autoridade de julgar** (“foi lhes dada decisão judicial”). Essa formulação, no entanto, pode ter dois significados lingüísticos. De acordo com o contexto, em Daniel ela significa que se concede aos santos até então oprimidos o direito do alto do trono de Deus. No Ap, porém, o povo de Deus não é objeto, mas sim sujeito do juízo, motivo pelo qual também tomou assento não diante dos tronos, mas sobre eles. As funções judiciais são transmitidas aos próprios santos. É por isso que concordamos com a tradução de W. Bauer: *E foi-lhes dada autoridade para o juízo*. Apesar de todos os pontos de tangência, João não repete a visão de Daniel, mas recebe uma profecia genuína. Não obstante, a mensagem básica é comum a ambos os profetas: o povo de Deus, até então ignorado e oprimido, recebe majestade régia, junto com o Messias e por ocasião da manifestação dele.

No v. 4b segue-se a designação precisa dos próprios entronizados. A minuciosidade desses fatos denota um sentido básico da visão do reino dos mil anos: a reabilitação das testemunhas de Jesus.

São referidos dois grupos. **Vi ainda as almas dos decapitados** (com o machado) **por causa do testemunho de Jesus, bem como por causa da palavra de Deus**. Com toda a certeza as “almas” vistas lembram os mártires de Ap 6.9. Lá eles haviam sido “chacinados”, aqui “decapitados com machado”. Naturalmente não se conta apenas as vítimas de um determinado tipo de execução. Estão incluídas testemunhas que renderam sua vida de outra maneira, p. ex., sendo esfaqueadas na arena por animais selvagens. Contudo a alusão ao uso contemporâneo não deixa de ser digna de nota.

Além dos mártires constam ainda os que dizem não por razões de fé, **tantos quantos não adoraram a besta, nem tampouco a sua imagem, e não receberam a marca na fronte e na mão**. É toda a igreja verdadeira, que não somente foi crente, mas também, na ocasião certa, descrente de todo coração, que não apenas diz sim, mas também não (quanto a pormenores, cf. o comentário a Ap 13).

**E reviveram** novamente... **durante mil anos** não se refere a uma situação que dura mil anos, mas sim a um acontecimento por ocasião do começo da parusia. O prazo é determinado pelo próximo versículo. É por isso que a interpretação alegórica, que exerce influência desde Agostinho e segundo a qual se estaria aludindo aqui ao reavivamento espiritual no renascimento (baptismo) do cristão, deve ser descartada.

João retorna mais uma vez à função dos mártires. **E reinaram com Cristo** (“Messias”) **durante mil anos** (“E governaram como reis com o Messias durante mil anos” [tradução do autor]). Com base no idioma hebraico, “governar como reis” pode ser usado para “julgar” (v. 4a) e vice-versa. Julgar é considerada a função mais proeminente do governante. A produção de justiça por meio de decisões constitui a tarefa primordial do regente. Contudo, a palavra definitiva e talvez surpreendente a respeito do reinado das testemunhas de Jesus é declarada somente no v. 6: então toda a sua ação redundará em sacerdócio, de maneira que não deveríamos solidificar demasiadamente em nós a idéia do reinado (cf. nota 129).

Ressoa duas vezes não apenas a profecia de que as testemunhas reinarão, mas igualmente o acréscimo essencial **com Cristo** (v. 6: “com ele”). Essa expressão poderia ser caracterizada de única “referência de lugar” do trecho. A pessoa está entronizada onde Cristo se encontra. Entretanto, agora Cristo não está mais entronizado no mais abscôndito céu, mas ingressou na vida pública do mundo.

Esse “junto de Cristo” também é importante para Paulo (1Ts 4.17; Cl 3.4; cf. Fp 1.23). O governo das testemunhas é expressamente “governar com”. Elas são membros de uma federação cristocêntrica de governo, dentro da qual lhes foi atribuída a função do sacerdócio. De eternidade a eternidade elas continuam sendo sacerdotes do Rei (cf. também Ap 22.3-5), sem que elas próprias sejam reis.

Também merece atenção a peculiaridade de que aqui “Cristo” não é cognome de Jesus, como tantas vezes no NT, mas sim o título que designa o cargo do rei salvador judaico, em conformidade com seu uso original. Vem daí a tradução *com o Messias*. O judaísmo tardio ensinava que este

Messias governaria o mundo das nações a partir de Jerusalém e com auxílio da nação de Israel. De fato, porém, há comentaristas que inserem esse pensamento judaico sem ressalvas na compreensão de Ap 20.1-6 (EXCURSO 18a). No entanto há duas observações no texto que permitem constatar que essa teologia da nação judaica é submetida a um choque quase intencional. Inicialmente os que estão entronizados com o Messias foram descritos com toda clareza como os que no passado testemunharam de Jesus. Não há qualquer menção ao sangue judaico.

No mesmo contexto – e com isso retornamos a uma das perguntas levantadas acima – ocorre aquela intrigante lacuna de informação sobre pessoas governadas e pessoas evangelizadas e convertidas. Existem meramente ressuscitados e mortos. É verdade que o povo desse Messias obtém a glorificação, porém sem o cumprimento de anseios nacionalistas ou confessionais.

Portanto, estar entronizado e governar relaciona-se unicamente ao que diz respeito aos sujeitos, não porém aos objetos. João vê essas atividades unicamente porque deve testemunhar o estado glorificado da igreja, da forma como passou a vigorar com a parusia. Quem afirma mais do que isso não explica, mas implica (cf. também o comentário a Ap 22.5).

Restam ainda as palavras finais do v. 4: Eles reinaram com o Messias durante **mil anos** (cf. o que já expusemos sobre o v. 2).

## EXCURSO 16

### Quanto à interpretação do número mil em Ap 20

a. Um grupo de comentaristas entende o número como indicação literal de anos, em vista do fato de que, afinal, aparece seis vezes (Stokmann, K. Merz), ou porque tantas profecias na Bíblia já se teriam cumprido literalmente (E. Sauer), ou também porque todas as demais referências cronológicas do Ap devem ser tomadas ao pé da letra (Schumacher). O próprio texto gera uma dificuldade para esse tipo de leitura, que raramente é considerado. De acordo com o v. 5 os mil anos do senhorio de Cristo duram até a ressurreição geral dos mortos, que é atestada no v. 13. Contudo, ao mesmo tempo eles abrangem o tempo em que Satanás está amarrado (v. 2). Acontece, porém, que Satanás já é liberto *antes* da ressurreição geral (v. 7). Em consequência, seus mil anos também já devem ter começado antes do senhorio de Cristo. A. Bengel e E. A. Knoch arcaram com as consequências desse dado e ensinavam que haveria *dois* reinos de mil anos, parcialmente deslocados entre si pelo “pequeno tempo” do v. 3.

b. Outros defendem uma idéia quase literal, assim como também se fala do “século da Reforma”, sem ter em mente exatos cem anos. Em todos os casos trata-se de um tempo longo.

Em ambas as interpretações, portanto, estende-se novamente uma época intra-histórica entre a parusia e o juízo sobre o mundo. Nesse novo período Israel se converte e organiza na Palestina um Estado-modelo em relação a governo, justiça, culto e missão. O Templo é reconstruído. Os princípios do Sermão do Monte são concretizados integralmente, a fertilidade da terra e a expectativa de vida das pessoas aumentam sete vezes, de sorte que na terra há um enxame de gente. Por causa de sua gigantesca expansão de pessoas e gado, Israel, p. ex., dilata suas fronteiras por meio de acordos pacíficos com seus vizinhos. Seu estado-modelo serve como exemplo para as nações. Anualmente chegam numerosas delegações do mundo inteiro para adorarem o Messias em Jerusalém, recebendo ali ensinamento. Apesar de demonstrarem disposição e não se encontrar no meio delas nenhum ateu, essas nações não conseguem o mesmo avanço social, econômico e religioso que Israel, precisamente por não terem recebido o Espírito Santo. Mesmo assim, as fortes impressões colhidas em Jerusalém e sobretudo os auxiliares judaicos para o “desenvolvimento” representam uma grande ajuda no mundo inteiro. Pode-se abolir a tecnologia das armas, assim como ministérios de defesa. Ódio, inveja, ganância e corrida pela fama entram em recesso. A indústria é desenvolvida somente a ponto de não trazer danos devido ao estresse provocado pelo trabalho, pelo barulho e pela poluição da água e do ar.

Nos países imediatamente adjacentes a Israel instauram-se condições messiânicas. Contudo nas regiões distantes a missão avança somente com lentidão, sobretudo nas gerações mais tardias do reino dos mil anos, que não conhecem mais a maravilhosa virada dos tempos por experiência própria. Desse modo forma-se uma oposição secreta contra a liderança mundial de Israel. Simplesmente deixa-se de comparecer anualmente a Jerusalém e de obter instruções. Como castigo a chuva sobre

esses países é suspensa. Isso gera nova insatisfação. Conseqüentemente, organiza-se, por volta do final do milênio, uma expedição bélica conjunta contra Jerusalém nas periferias da terra.

c. Com razão Lilje sentencia que, quando se faz as contas matemáticas, estraga-se tudo. Restam, pois, as interpretações simbólicas que, aliás, também podem ser associadas a uma leitura literal (p. ex., em Schumacher). De acordo com elas, mil é o número da plenitude (dez vezes dez vezes dez), pois no reino dos mil anos cumprem-se todas as promessas de Deus (Schumacher, acompanhando A. Heller) ou realizam-se todas as possibilidades humanas (Langenberg). De acordo com Hartenstein (como já ensinou Auberlen), o reino esperado é o mundo inteiramente perpassado por Deus, pois dez, o número do mundo, seria elevado à potência do número divino três. Muito engenhosa é a referência a Êx 20.5,6, onde o número mil tem uma função relacionada às conseqüências da obediência. Ou pensa-se no dia pleno de Deus, que conforme 2Pe 3.8 dura simbolicamente mil anos, a saber, o dia da salvação e da proclamação do evangelho (Wiesemann).

d. M. Rissi igualmente interpreta o número mil de modo simbólico, contudo merece uma atenção especial, pois enquanto muitos intérpretes constatarem corretamente que nenhum livro bíblico além do Ap fala de um reino de mil anos, Rissi ainda faz o que é mais plausível, tentando explicar o conceito a partir do próprio livro.

Ele relembra um número, igualmente freqüente no Ap, que como o número mil originalmente demarcava um tempo segundo sua *duração*, mas que no Ap caracteriza uma situação conforme sua *qualidade*. Trata-se do número três e meio, que ocorre com variações em Ap 11.2,3,9; 12.6,14; 13.5 e que define o tempo escatológico tanto em sua natureza positiva quanto negativa (EXCURSO 7). De modo análogo, o número mil igualmente pode referir-se ao papel de Satanás, como também ao papel da igreja (cf. o comentário ao v. 2).

Três e meio era antes de mais nada um número quebrado. O tempo escatológico estava impregnado com esse fracionamento em todas as suas dimensões essenciais. Já naquele tempo o dragão era uma grandeza derrubada (cf. Ap 12.9 com 20.3), contudo a vitória sobre ele ainda não estava completa, de modo que sucedeu um desdobramento surpreendente, em escala mundial, do poder do satânico sobre a terra toda (Ap 13.4). No que concerne à igreja, também ela foi desde o começo do tempo escatológico um sacerdócio real (cf. Ap 1.6 com 20.6), contudo seu reinado ainda se realizava de maneira fragmentada, na forma da humildade e da derrota (Ap 13.7). Agora, porém, a saber, com a parusia, tudo recebe o carimbo do número mil, i. é, da segurança, perfeição e estabilidade. Tanto a queda de Satanás quanto também a entronização da igreja são agora perfeitas.

Explica-se, assim, também a correlação quantitativa dos dois números. Dificilmente ela visa expressar que o tempo escatológico sob o número três e meio é por um tanto mais breve que a entronização da igreja e a imobilização completa de Satanás sob o número mil. Isso não passaria de uma recaída na compreensão cronológica. Contudo, a vitória do anticristo na era mundial presente é incomparavelmente quebradiça comparada à vitória plena, completa e potente do Cristo na sua parusia.

e. Em decorrência, o sentido de Ap 20.1-6 pode ser sintetizado da seguinte maneira. Os versículos formam uma parte concomitante necessária do texto da parusia em Ap 19.11-16. Ao lado do Senhor da parusia aparece também gloriosamente sua igreja. Assim como a parusia finalmente torna públicas, de modo cabal e irresistível, suas características há muito adquiridas, assim ela também eleva sua igreja do esconderijo e da fragilidade para sua verdadeira natureza. A parusia, portanto, não supera a Sexta-Feira da Paixão e a Páscoa, mas traz à última evidência e à mais clara manifestação aquilo que Deus realizou nessas ocasiões, aquilo que desde sempre existira ocultamente durante os milênios e que a igreja há muito compreendera pela fé. Agora finalmente patenteiam-se claramente a verdadeira divindade de Deus, a humanidade dos seres humanos como agrada a Deus, e também a natureza satânica de Satanás.

Vista dessa forma, a doutrina do reino dos mil anos não somente se encaixa na teologia do Ap, mas também na doutrina do primeiro cristianismo acerca da redenção por Cristo e da sua vinda com poder e glória. Ela não é nenhum corpo estranho errático, nem um espinho na carne do NT, que teríamos de extrair em nome de uma compreensão mais pura e mais profunda do evangelho.

- 5 O v. 5 traz uma intercalação explicativa do v. 4. **Os restantes dos mortos não reviveram até que se completassem os mil anos.** Ao comentarmos o v. 3 já abordamos a pergunta se no reino dos mil anos as nações continuariam vivas. O presente versículo responde: então não haverá pessoas que continuem vivas, porém unicamente ressuscitadas ou mortas. Na parusia há somente três coisas reservadas para toda a humanidade fora de Cristo: clamar de pavor (Ap 1.7), rebelar-se pela última vez (Ap 19.19) e a morte (Ap 19.21). Para a igreja testemunha de todos os tempos – não somente na última geração! – soará então a hora da ressurreição.

**Esta é a primeira ressurreição.** Esse conceito, que também continua determinando o versículo seguinte e que faz parte da plenitude de sentido do reino dos mil anos segundo o Ap, produz uma diferença decisiva em relação à doutrina judaica do milênio. Os judeus dos séculos I e II esperavam esse reino basicamente *antes* da ressurreição dos mortos, e por isso, antes da virada das eras. Logo, esperavam-no também apenas para os israelitas que vivessem na última geração. E mesmo para aqueles eles ainda contavam com a morte, sim, até o Messias ainda morreria. Em contrapartida, o Ap enfatiza que esse reino é independente do início da ressurreição dos mortos e vê nele somente pessoas ressuscitadas. Logo não representa um período intra-histórico. Isso decorre também da constatação de que esse trecho é dependente de Ap 19.11-16 (parusia do Senhor). No NT a parusia constitui o limite e a virada das eras.

Parece que a expressão **primeira ressurreição** foi preparada por Ap 14.4, onde os seguidores do Cordeiro são chamados de “oferta de primícias a Deus” (tradução do autor). São, portanto, os primeiros da nova humanidade. Entre outras coisas isso traz a consequência de que também cheguem à ressurreição como primeiro batalhão da humanidade. Não precisam esperar pelo juízo diante do trono branco conforme Ap 20.11-15, porque há muito tempo o Juiz foi ao seu encontro (cap. 2,3).

No presente texto a primeira ressurreição tem um significado similar à primogenitura, a saber, o direito de governar (cf. o comentário a Ap 1.5). Por meio desse dado torna-se evidente que a menção da primeira ressurreição integra essencialmente a visão dos que estão entronizados e que governam com Cristo.

- 6 O versículo de encerramento, de cunho pastoral, evidencia que de modo algum se está ministrando um ensino objetivo sobre a história da salvação. A primeira linha, ou seja, a bem-aventurança propriamente dita, provavelmente foi intencionalmente dimensionada para o leitor individual, enquanto a explicação subsequente volta a aparecer no plural e ostenta um cunho de ensino geral.

**Bem-aventurado e santo é aquele que tem parte na primeira ressurreição.** Inicialmente a própria expressão dupla **bem-aventurado e santo** destaca essa bem-aventurança dentre todas as demais desse livro. Além disso chama a atenção a forma **santo** no singular (ainda em Ap 22.11) no contexto do NT, que não conhece o santo individual do catolicismo, mas que fala de uma comunhão dos santos. Pelo que se constata, parece de fato haver, como expressão de felicidade máxima, uma espécie de canonização de indivíduos. Essas pessoas declaradas santas são as participantes da primeira ressurreição. Contudo, de que natureza é esse conceito de santidade?

Primeiramente uma definição negativa: **sobre esses a segunda morte não tem autoridade.** Na verdade os participantes da primeira ressurreição não entram em juízo diante do trono branco, no qual a segunda morte pode ser infligida (cf. o comentário a Ap 2.11 e também a Ap 20.14).

Por outro lado, **serão sacerdotes de Deus e de Cristo e reinarão com ele** (“governarão com ele como reis”) **os mil anos.** O participante da primeira ressurreição ouve, por ocasião de sua “canonização” – alegria sobre alegria! – que sua vida individual verdadeiramente se tornou útil para Deus e o Cristo (cf. também o comentário a Ap 22.3-5).

O versículo marcou um vigoroso ponto final para o trecho e formulou mais uma vez o ponto de vista dominante. Todas as formulações importantes estão reunidas mais uma vez: “primeira ressurreição”, “mil anos”, “com o Messias” e “sacerdócio real”.

Finalizando, constatamos no presente versículo que também o reino dos mil anos está colocado sob a fórmula básica “Deus e o Cordeiro”. Ela não será desfeita de eternidade a eternidade. No milênio não haverá, p. ex., uma soberania exclusiva de Cristo. Conforme o Ap, quem diz Cristo tem de dizer também Deus e vice-versa.



a. Em todas as grandes civilizações vive a idéia de que a história universal transcorre de acordo com um plano. Nesses planos sempre acontece também uma época áurea, que ostenta condições perfeitas no mundo humano, animal e botânico, ou seja, um “céu na terra”. Essa era ora situa-se no começo, de sorte que as pessoas lembram-se dela com saudade, ora encontra-se no final, como cumprimento de expectativas ansiosas. As duas idéias também podem aparecer combinadas: o paraíso dos tempos iniciais retorna no fim dos tempos.

Chamam atenção as coincidências até o Extremo Oriente. A pesquisa tenta explicá-las pelas antiqüíssimas influências do Irã, especialmente fértil em termos religiosos e que ocupava uma posição favorável entre a Índia e a Mesopotâmia. É verdade que, p. ex., também os maias no México ensinavam quatro períodos mundiais, de modo que realmente deve tratar-se de uma espécie de sonho da humanidade. A época dourada não apenas retorna nos mais diversos povos, mas também em todos os níveis, em religiões e filosofias, na política e em contos. Qualquer pessoa que fala de contingências e determinismos que não possuem referencial no ser atual, qualquer pessoa que de uma forma ou outra imagina um novo mundo que deixa integralmente para trás nosso velho mundo já tem fé em um paraíso, ainda que ela não queira saber nada de religiões.

b. No planalto do Irã, a sudeste do mar de Aral, atuou, no começo do século VI a.C., ou até séculos antes, Zoroastro, o grande reformador da religião irânica, o parsismo. Ele ensinou um curso mundial de nove até doze milênios, o último dos quais representa um tempo especial de salvação. Mais tarde, influenciado pelo Leste, surge também pela primeira vez a Oeste uma seqüência de sete milênios, cada um dos quais sob o senhorio de um planeta, sendo que novamente o último é um período áureo.

O poeta Hesíodo, primeiro personagem notável da literatura grega, escreve no século VII a.C. a respeito das eras de ouro, prata, bronze, heróica e de ferro. Posteriormente, sob a influência dos pitagóricos, esses pensamentos moveram toda a filosofia grega.

No Império Romano a ode de Virgílio (4ª écloga, cerca de 400 a.C.) atingiu máxima fama na Antigüidade: “Já se avizinha das eras a última... retorna o áureo tempo antigo... o ano mundial do ferro acaba enfim... Vejam como tudo exulta com a chegada do século vindouro...” Ele descreve em detalhe a maravilhosa harmonia e docilidade entre os povos, mas também entre o cordeiro e o leão, a serpente e o lactente.

c. No judaísmo, que viveu durante duzentos anos sob domínio persa (539-351 a.C.), a influência do parsismo igualmente começou a deixar marcas. Contudo, especificamente a expectativa do milênio parece ter-se constituído somente depois da destruição de Jerusalém no ano 70. O rabino Eliezer ben Hyrkan é o primeiro a mencionar, por volta do ano 90, mil anos para o reino do Messias. Aliás, ele estabelece uma correlação entre a história universal e a semana da criação de Gn 1, supondo, em correspondência aos sete dias da criação, sete dias do mundo, dos quais conforme o Sl 90.4 cada um duraria mil anos. Depois de decorridos 6.000 anos ele esperava o reino messiânico de mil anos, o sábado do mundo, e depois a nova criação. Obviamente Gn 1 e o Sl 90.4 não ensinam absolutamente nada sobre um curso do mundo com 7.000 anos. Essa opinião lhe foi trazida (ao rabino) pelo mundo que o rodeava (cf. acima). As passagens da Bíblia tiveram de produzir posteriormente o que para ele já estava definido antes. Portanto, é apenas aparente que essa opinião tenha algo a ver com profecia e exegese.

No entanto, divergiam entre si as opiniões dos rabinos sobre a duração da era messiânica, oscilando entre 40 dias e 365.000 anos. Nessa discussão foi importante o Sl 90.15, do qual se derivava a regra de que o tempo para Israel “tomar fôlego” deveria corresponder à duração do tempo de aflição. Quem considerava a peregrinação de Israel pelo deserto como o verdadeiro período de tribulação contava com um tempo de salvação messiânica de 40 anos. Outros tomavam por base os 70 anos de exílio na Babilônia, e ainda outros os 400 anos no Egito. Desse modo formou-se número após número. Por mais que as pessoas lidassem com a Bíblia, ficou flagrante o caráter especulativo.

d. Também o Ap tem ciência de uma correlação entre o milênio e a época anterior de opressão dos santos (Ap 20.4). Ele também faz uso do conceito dos mil anos, tão conhecido naquele tempo. Não obstante, depois de tudo que analisamos, não podemos afirmar que a expectativa do milênio do mundo daquele tempo tenha penetrado no Ap. Antes é assim que ele combate essa expectativa.

Em primeiro lugar, pela doutrina judaica, o milênio começa com a tomada de poder do Messias. No Ap ele inicia meramente com a *revelação* da soberania messiânica, que por sua vez irrompeu

muito antes, no meio da era atual, a saber, com sua morte. Nosso comentário tentou, incansavelmente, realçar esse ponto forte da cristologia.

Em segundo lugar, na doutrina judaica do milênio, a expectativa do Messias foi integralmente sobrepujada por uma expectativa pelo reino. O Messias apenas desempenhava um papel secundário e até haveria de morrer (nota 976). Em contraposição, as condições gloriosas eram ilustradas de forma fantástica, e os autores se deleitavam na vingança de Israel sobre seus inimigos subjugados. Inversamente, Ap 20.1-6 permanece rigorosamente cristocêntrico até o último versículo, evitando a palavra “reino”, não trazendo nenhum sinal dessa fantasia, nem sequer traços de nacionalismo israelita, e tampouco mencionando inimigos.

Por fim, segundo a expectativa judaica, o Messias instaura seu reino radiante na história, que continua. O reino dos mil anos no Ap, porém, pressupõe a ressurreição dos mortos.

## **EXCURSO 18**

### **Ap 20.1-6 na interpretação cristã**

O trecho alcançou importância máxima na história. Duas compreensões opostas provocaram, nesse caso, não somente cismas e excomunhões recíprocas, mas em parte até lutas sangrentas.

a. Nos primeiros séculos os cristãos entenderam o milênio quase unanimemente como grandeza futura, associada à parusia do Senhor Jesus Cristo. Essa expectativa fazia parte da fé oficial na igreja. Hoje até os exegetas que não conseguem abrigar em sua própria fé e pensamento um milênio desses, concedem uma ascendência maior a esse entendimento, em detrimento da concepção posterior. Nesse ponto realmente está jorrando uma fonte bíblica.

Contudo, já desde os primórdios sucedeu uma mescla de fontes. O mais antigo testemunho sobre esse tema, a saber, a carta de Barnabé (por volta dos anos 130, 135), surpreende-nos no cap. 15 com o esquema judaico da semana mundial, apesar de que nada disso aparece no Ap. Acontece que esse escrito justamente visa reprimir a influência judaica, mas prolongando ele próprio tradições judaicas na igreja cristã daquele tempo. Um processo repleto de lições!

Também a testemunha seguinte, Papias (por volta do ano 140), não recorre ao Ap para calcular com emoção quantos ramos cada videira e quantas uvas cada ramo produzirá no milênio. Cada espiga daria dez mil grãos e, como resultado final, cinco quilos da mais fina farinha!

Justino (mártir por volta do ano 165) introduz fortes cores palestinas e israelitas no quadro do milênio – novamente sem apoio de Ap 20. Nisso assemelha-se a ele Ireneu (por volta do ano 180). Lactâncio descreve, por volta do ano 380, que o mel gotejaria copiosamente do penhasco e que leite e mel jorrariam no reino dos mil anos.

Por isso, de forma alguma podemos considerar essas interpretações dos primeiros tempos como exemplares. O encobrimento do testemunho apostólico com material alheio não apenas começou na era de Constantino, mas já nos séculos anteriores, quando material gentílico e judaico conquista grande poder sobre os corações cristãos. Com toda a certeza isso debilitou a autoridade interior do testemunho da mensagem profética.

b. Os teólogos da igreja antiga, que estavam intensamente influenciados pela filosofia grega e refundiram a teologia bíblica da história em idéias supra-históricas, obviamente jamais puderam estabelecer um bom relacionamento com Ap 20, aliás tampouco com a parusia do Senhor, com o fim do mundo e com o juízo final. Quando, pois, os prazeres materiais do milenarismo começaram a ser ilustrados da forma mais ingênua, era imperioso que se acirrassem as posições opostas.

Uma referência em Justino delata a contradição daquela época em relação à expectativa milenarista. Essa contradição entrou vigorosa e determinadamente em cena no século III, com Orígenes. Quando a alienação filosófica se associou ao vínculo econômico e político com o Império Romano, a expectativa de um reino futuro foi progressivamente banido da igreja oficial. Eusébio, o grande bajulador do imperador, exulta que, na verdade, o reino dos mil anos já havia irrompido na gloriosa realidade daqueles dias. Quando até mesmo o grande Agostinho (354-430), repellido pelo fantasioso fanatismo dos quiliastas, guinou para uma profunda reinterpretação do Ap, obteve vitória na igreja aquele partido que proclamava o reino dos mil anos como o milênio da igreja. Quando a destruição do mundo não aconteceu após o transcurso de mil anos, o Ocidente passou por uma grave crise. Desde então abandonou-se a compreensão literal dos mil anos, mas persistia-se na seguinte reinterpretação: o aprisionamento de Satanás estaria cumprido na subjugação do mundo gentílico e a

entronização da comunidade de testemunhas com Cristo estaria sendo realizada pela influência abrangente da igreja em todas as esferas.

“Também os Reformadores adotaram nesse ponto apenas a doutrina geral da igreja católica” (Lilje, p. 228). A Confissão luterana de Augsburg condena o quiliasmo como “opiniões judaicas”, e a Confissão Helvética, da igreja reformada, como “devaneios judaicos”. Como podemos comprovar nas edições comentadas da Bíblias, a interpretação de Agostinho mantém-se até hoje, mediante adaptações contemporâneas, no âmbito das igrejas católicas e evangélicas.

Desde Agostinho o quiliasmo foi empurrado para a margem do cristianismo, vegetando ali silenciosa mas também apaixonadamente, ou também explodindo de forma assustadora de tempos em tempos. Brütsch esquematiza essa história ardorosa em igrejas e seitas, na política e na filosofia (pág. 122-124).

c. Lançamos ainda um olhar sobre o Pietismo. Apesar de certas aberrações, das quais seus alunos rapidamente souberam desvencilhar-se, J. A. Bengel conferiu ao quiliasmo uma orientação mais profunda, pelo menos o desejo, digno de consideração séria, de ser condizente com a Escritura. Depois C. A. Auberlen (1824-1864) exerceu uma influência eficaz, apesar de sua breve atuação. Foi ele quem formulou as posições básicas da doutrina das últimas coisas para o Pietismo mais recente. É óbvio que numerosas questões isoladas não param de causar controvérsias.

De forma geral, o trecho de Ap 20.1-6 é assaltado de antemão com determinadas exigências: precisa coincidir, ainda, com essa ou aquela passagem bíblica e combinar com toda sorte de regras divinas fundamentais, porque, do contrário, como ficaria o cumprimento de centenas de profecias? Dessa maneira resulta no final um milênio preenchido até as bordas com todos os problemas não resolvidos de nossa própria teologia. “Se não existisse aquele maravilhoso reino de paz no fim deste mundo, todo o desenvolvimento do mundo seria um enigma não solucionado, um torso sem cabeça... Mesmo que a Bíblia não mencionasse nada sobre o reino dos mil anos na Bíblia, teríamos de imaginá-lo e acrescentá-lo pessoalmente, do contrário faltaria a pedra de conclusão da história universal.” Nessa situação, a doutrina do milênio desempenha o papel agregador de tudo, sendo em diversos círculos o tema predileto da fé.

#### 4. O juízo definitivo sobre Satanás, 20.7-10

- <sup>7</sup> Quando, porém, se completarem os mil anos, Satanás será solto da sua prisão  
<sup>8</sup> e sairá a seduzir as nações que há nos quatro cantos da terra, Gogue e Magogue, a fim de reuni-las para a peleja. O número dessas é como a areia do mar.  
<sup>9</sup> Marcharam, então, pela superfície da terra e sitiaram o acampamento dos santos e a cidade querida; desceu, porém, fogo do céu e os consumiu.  
<sup>10</sup> O diabo, o sedutor (constante) deles, foi lançado para dentro do lago de fogo e enxofre, onde já se encontram não só a besta como também o falso profeta; e serão atormentados de dia e de noite, pelos séculos dos séculos.

Novamente João está transmitindo uma mensagem que se imiscui claramente em considerações correntes daquele tempo. Encontram-se pontos de contato tanto com Ez 38,39, quanto também com outras idéias que moviam intensamente o judaísmo.

- 7 Quando, porém, se completarem os mil anos** – assim começa o v. 7. Como já no v. 3, João ressalta que nesse número “mil” de fato se trata de mil. Eles não sofrem nem interrupção nem distorção. Satanás não alcança a liberdade sob circunstâncias dramáticas, p. ex., desvencilhando-se de amarras, mas somente volta à cena quando chega sua vez, conforme o “é necessário” divino (v. 3). Por essa razão não nos cabe introduzir qualquer componente trágico nesses versículos. Eles apontam para o juízo definitivo sobre o dragão. No entanto, faz parte do conceito bíblico do juízo a idéia de ser desvendado. O condenado tem de ser manifesto como malfeitor, da mesma forma como também o Juiz tem de ser manifesto como justo. Tudo tem de ser trazido à luz. Juízo justo não tolera a escuridão sob nenhum aspecto. Conforme 19.11-16 o Juiz já foi revelado, da mesma forma como em 20.1-6 os assistentes do júri. Agora é a vez do acusado principal. É nesse sentido que **Satanás será solto da sua prisão**. Sua soltura serve ao seu desmascaramento derradeiro.

**8 E sairá a seduzir as nações... a fim de reuni-las para a peleja.** Será que aqui ocorre uma estranha “duplicação” da expedição bélica de Ap 19.19, ou um último estertor, de sorte que o cavaleiro sobre o cavalo branco de fato ainda não derrotou totalmente as nações? Ou será que, contra o que diz o v. 5, temos de contar com povos restantes que até então permaneceram neutros, não tendo nem seguido ao anticristo (ou seja, contra Ap 13.3,4,7,8,12!) nem aderido ao Cordeiro no reino dos mil anos, de maneira que Satanás agora podia propagandear uma segunda expedição?

No presente caso, felizmente não nos cabe expor conjecturas, pois o texto diz com bastante exatidão quem se tem em mente ao dizer “nações”. Antes, porém, de darmos atenção à tríplice caracterização, sigamos uma vez a hipótese mencionada por último e acompanhem os pensamentos de uma determinada escola interpretativa. Segundo ela, depois da parusia o Israel missionário viverá na terra cheia de nações, durante uma época histórica de mil anos e será abençoado com sucessos missionários jamais conhecidos. Deus colocará novas necessidades nos corações, de modo que também os mais empedernidos compreenderão. Povos inteiros se converterão coletivamente ao Senhor, e a terra toda estará cheia do entendimento do Senhor. Então tudo será o inverso de hoje. Enquanto naquele tempo restará apenas uma minoria renitente, as massas afluirão dispostas a se converter, ajuntar-se-ão ao evangelho e servirão ao Senhor com alegria. – Quem aceita tudo isso ao pé da letra e depois se submete ao impacto do v. 9 terá grandes dificuldades. As pessoas que depois da soltura de Satanás se evidenciam como sendo verdadeiramente crentes perfazem tão somente a população de uma única cidade. O número das demais, no entanto, é como a areia do mar. Portanto, os mil anos de evangelização universal sob condições ideais na verdade não transformaram nada. Nesse caso, ainda seria sensato designar de poderosos avivamentos e bênçãos aqueles supostos fenômenos no reino dos mil anos, pelos que se alega esperar?

Voltamos a acompanhar o texto. As nações seduzidas são oriundas dos **quatro cantos da terra**. Os limites da terra contrastam com a “largura da terra” (v. 9 [RC]), i. é, com a superfície da terra propriamente dita, habitável. Logo, trata-se de nações que habitam atrás do horizonte, no abismo (cf. nota 368), motivo pelo qual também precisam primeiramente “subir à superfície” (v. 9), a fim de chegar à área colonizada da terra.

Já no AT o limite da terra constitui um conceito. De lá vem a desgraça sobre o mundo vivo. Lá, nas bordas do disco da terra, as pessoas antigas localizavam o mar do caos, o mundo de morte e de separação dos bons poderes de Deus. É por isso que o orador do Sl 61.2, abatido, clama dos “confins da terra” a Deus. Lá, “nos confins dos mares”, as pessoas também situavam a entrada no reino dos mortos (Sl 139.8,9).

Também em Ap 7.1 os “quatro cantos da terra” constituem a origem da tempestade de destruição. Em Ap 13.1 o destruidor sobe do mar ali situado, e em Ap 20.13 esse mar aparece, como no Sl 139.8,9; 18.5,6, paralelo ao mundo dos mortos. Segundo Ap 21.1, a nova criação traz expressamente um novo mundo sem essa borda de caos.

Por isso, sustentamos (com Rissi) que essas “nações” são oriundas dalém da terra habitável e povoam o submundo. Agora são elas que estão sendo mobilizadas. No cap. 13 Satanás já havia mandado subir as duas bestas. Agora ele promove uma liquidação total. Ele lança à frente de batalha tudo o que possui. Depois que em Ap 19.11 o céu inteiro saiu em marcha, agora também todo o mundo da perdição se posiciona. Céu e terra se exaurem.

Uma segunda definição confirma essa interpretação. Esses povos chamam-se **Gogue e Magogue**. Ambos os nomes ocorrem em Ez 38.2; 39.1,6. Naquele texto Gogue é um príncipe extraordinariamente poderoso do limite setentrional do mundo então conhecido (Ez 38.15; 39.2), a saber, um líder de bárbaros da inóspita montanha do Cáucaso, que as pessoas da área de civilização percebiam como origem do caos. A expressão “povo do Norte” tinha um som alarmante (Jr 6.22-26, nesse trecho também igualado a “confins da terra”). Joel designa o inimigo simplesmente como “do Norte” (Jl 2.20). Em Ezequiel o povo do Norte se alia a muitos outros povos que vivem ao redor do Israel restaurado. O causador da expedição bélica, no entanto, é Deus (Ez 38.4; 39.1,2). Ele tem o objetivo de levar à destruição os inimigos do povo de Deus e para isso faz uso de sua ganância pelas riquezas de Israel (Ez 38.10-12). Em decorrência, Gogue se aproxima em marcha com seus exércitos e é destruído sobre as montanhas de Israel por meio de terremotos, granizo, fogo e enxofre, assim como por assassinatos mútuos e por pestes (Ez 38.19-22). Os israelitas, porém, poderão fazer fogo durante sete anos com os armamentos que ficaram espalhados (Ez 39.9,10).

Esses capítulos, plenos de pormenores geográficos, etnográficos e históricos, foram alvo de vivo interesse do judaísmo (cf. *Bill*, no comentário ao texto). Nessa elaboração salta à vista que os rabinos fizeram a justaposição dos dois nomes “Gogue e Magogue”, utilizando a *ambos* como nomes de povos. Simplesmente tornaram-se uma expressão dupla para exércitos terríveis e hostis a Deus. O Ap interpela pessoas rodeadas por essas considerações e que assim entendiam os dois termos. Não são povos históricos de um ou outro lugar que sobem de todos os lados, mas sim multidões do abismo.

**O número dessas é como a areia do mar**, superando assim o número dos seres demoníacos em Ap 9.16. A locução metafórica é proverbial para quantidade inconcebível e extrapola todas as medidas conhecidas. Também essa terceira caracterização não nos autoriza a pensarmos em povos do mundo conhecido.

- 9 Ao anúncio de contornos proféticos nos v. 7,8 segue-se agora, a partir do v. 9, a descrição de uma visão. **Marcharam, então, pela** (“para a”) **superfície da terra**, a saber, para o mundo dos seres vivos (cf. Hc 1.6; Is 8.8; Ez 38.12,16). **E sitiaram o acampamento dos santos e a cidade querida**. Essa designação dupla para o povo de Deus é composta por uma formulação que evoca o tempo de Israel no deserto e uma segunda que pressupõe a época do reinado.

É impossível ignorar que a expressão **cidade querida** denota um afeto profundo e torna totalmente desnecessário citar o nome da cidade, como também em Ap 11.2 não foi preciso declarar de que cidade se tratava ao mencionar-se a “cidade santa”. Ela é o cerne de Jerusalém, que jamais carece de reconstrução por nunca ter sido destruída (cf. o comentário ao texto), a saber, aquele Israel que aceitou seu Messias e que havia sido completado por membros dentre os povos gentios.

**Desceu, porém, fogo do céu e os consumiu**, a saber, os exércitos demoníacos que se aproximavam. O judaísmo descrevia um ataque dramático, três vezes repetido, dos povos Gogue e Magogue, bem como uma peleja de fúria explosiva. O presente texto não traz nada disso. Não ilustra nem um detalhe sequer. Apresenta simplesmente a intervenção do céu. Anuncia unicamente o cerne substancial das coisas. É digno de nota que aqui não se forma, como em Ap 19.21, o quadro de uma campo de cadáveres. Tudo desaparece como uma assombração: *consumido!* Nada resta, pois, para ser devorado pelos abutres. Realmente nada que pudesse reaparecer na ressurreição dos mortos no v. 12. Não nos é dada mais nenhuma notícia do paradeiro desse séquito de Satanás.

- 10 Interessa muito, porém, o destino que terá o diabo. **O diabo, o sedutor deles, foi lançado para dentro do lago** (“charco”) **de fogo e enxofre**. A frase subsequente cria um acoplamento com Ap 19.20: **onde já se encontram não só a besta como também o falso profeta**. Agora a grandeza satânica foi atingida pelo juízo merecido em todas as variações, em sua trindade satânica. **E serão atormentados de dia e de noite**. A formulação é explicada em Ap 4.8 em outro contexto: “não têm descanso”. Esse aspecto ininterrupto do castigo corresponde à acusação incessante anterior contra os servos de Deus em Ap 12.10. Entretanto, alonga-se também para um tempo indeterminado: **pelos séculos dos séculos** (“até os tempos dos tempos” [tradução do autor]). Lemos igualmente a respeito do fogo eterno, “preparado para o diabo e seus anjos”, em Mt 25.41.

## EXCURSO 19

### O lago (“charco”) de fogo – perdição eterna?

Sobre esse lugar de desgraça, que é atestado em Ap 17.8,11 com o nome “perdição” (RC, NVI, TEB, BJ) e é igualado em Ap 20.14; 21. 8 com a “segunda morte”, M. Rissi escreve: “Também no presente caso devemos pensar no amor educador de Deus, que disciplina e deixa cair nos abismos da condenação e da expatriação divinas, a fim de, com irrestrita clemência, conduzir a criatura rejeitada ao arrependimento e, assim, a ser nova criação”. H. Schumacher sente que a idéia de que também Satanás “um dia glorificará o Cordeiro e o Pai” é quase “audaciosa demais”, mas não obstante vê-se forçado a essa expectativa por meio da Escritura: “E mesmo que ele seja o último de todos os que retornam ao lar; mesmo que ele tenha de sentir o juízo Deus com uma gravidade e duração como nenhuma outra criação... não se pode depreender da Escritura que o fogo preparado para ele... justamente não teria *nenhuma* finalidade de redenção.” Também W. Michaelis considera o castigo no charco de fogo como “um prazo extraordinariamente longo, mas apesar disso delimitado”.

Essas manifestações fazem com que abordemos mais uma vez precisamente algumas expressões da presente passagem (Ap 20.10), e com que no decorrer do comentário fiquemos de olho na questão da reconciliação universal.

A favor de sua interpretação Schumacher apresenta o conceito “tormento”, “atormentar”. Primeiramente é importante para ele a origem da palavra. O termo *básanos* era considerado um estrangeirismo no grego, sendo provavelmente de origem egípcia. Talvez sua raiz tenha parentesco com o “basalto” áspero, por meio do qual quem inspecionava moedas examinava a autenticidade de ouro e prata, friccionando-os. Portanto, originalmente o verbo traduzido com “atormentar” referia-se ao tratamento dado a um objeto de modo que algo fosse trazido à luz. Esse sentido persistiu parcialmente quando passou a ser usado para pessoas. A tortura, por meio da qual se visava extorquir declarações no inquérito, ou também as medidas de coerção, com as quais se arrancava dinheiro de um devedor, eram chamadas de *básanos*; o algoz era chamado *basanistés* (Mt 18.34).

Entretanto, será que o alvo a ser atingido pela tortura é a salvação do torturado? Acaso um tratamento assim é movido por uma intenção de bênção para com o supliciado? Era exatamente esse aspecto que cabia comprovar, e justamente esse momento de salvação não perfaz o conteúdo do vocábulo. Além disso, a história desse termo não parou nesse ponto. *Básanos* passou a designar simplesmente um tratamento físico ou psíquico duro, sem a conotação de forçar declarações ou confissões. A LXX recorreu ao termo com frequência, sobretudo no livro de Ezequiel, tão próximo do Ap, para descrever o tormento no fim dos tempos e no além. De forma alguma os textos expressam a idéia com intenção salvadora.

A segunda expressão em Ap 20.10, que Schumacher (e Michaelis e E. A. Knoch de forma ainda mais determinada) interpretam no sentido de uma limitação do tormento, é a fórmula “até os tempos dos tempos”.

Michaelis vê no NT um esquema de dois éons [eras], a saber, o éon presente e o futuro. Contudo, o éon futuro não se perde no infinito, mas constitui um tempo delimitado, ao qual se segue outro período de tempo, que porém não deveria ser mais designado de “tempo” (pág. 42). O éon futuro limitado estaria subdividido em unidades menores, igualmente denominadas de “éons”, de sorte que o éon futuro se compõe de certa forma dos “éonzinhos” vindouros. Esses períodos parciais seriam novamente subdivididos, e também essas subdivisões teriam o nome de “éons”, segundo Michaelis. Em decorrência, “o éon vindouro” constitui uma definição coletiva para um sem-número de períodos pequenos e mínimos. De acordo com essa concepção, a afirmação de que Satanás está sendo torturado “até os éons dos éons” expressa que ele está sendo castigado durante todas as subdivisões menores do éon futuro. Depois disso, porém, é libertado.

E. A. Knoch chega ao mesmo resultado, porém explica a expressão de maneira diferente. Assim como nós falamos do “livro dos livros” ou da “festa das festas”, assim também deveríamos entender os “éons dos éons”. Afinal, seriam os éons principais. Knoch não se acanha de determinar seu número. Segundo ele, dois éons se destacam de cinco existentes, como “os éons dos éons”, a saber, o éon presente e o primeiro éon futuro. Logo, no éon seguinte Satanás não seria torturado.

De fato ambos os sistemas não podem ser depreendidos da expressão “os éons dos éons” e causam impressão de certa complexidade. Quando consideramos que a expressão é documentada antes e depois de Cristo, entre judeus e gentios, em Paulo, Pedro, João e na carta aos Hebreus, de sorte que servia para a comunicação geral (cf. nota 133), tão somente podemos considerar impossíveis as leituras especiais de Michaelis e Knoch. No fundo são também apresentadas sem referências bíblicas, formadas a partir dos conceitos de intérpretes modernos.

Schumacher é de longe mais cauteloso. Ele constata acuradamente que o plural simples ou reduplicado de éon deve ter, na “grande maioria das passagens”, um sentido cronologicamente ilimitado (pág. 142). Depois prossegue assim: “Contudo também ocorrem exemplos para o uso cronologicamente aprazado”, citando Lc 1.33 (plural simples “até os éons”); Ap 11.15; 22.5. Esses três textos tratam da soberania de Cristo, que, afinal, teria um término conforme 1Co 15.25: “Ele tem de governar como Rei *até* que deponha a seus pés todos os seus inimigos” (tradução do autor). Depois ele entrega seu domínio ao Pai. Schumacher deduz disso, à pág. 143, literalmente “que o senhorio de Cristo um dia terá um fim”.

Mantendo essa declaração na memória, leiamos o primeiro dos três exemplos, Lc 1.33: “ele reinará para sempre (‘até os éons’) sobre a casa de Jacó, e o seu reinado *não terá fim*”. Será que se pode oferecer justamente essa passagem como prova de que o senhorio de Cristo “um dia terá um fim” e que a fórmula dos éons está sendo usada, no presente texto, como “cronologicamente aprazada”? Nesse ponto Schumacher deve ter cometido um equívoco.



Aliás, não se forma uma contradição com 1Co 15.25, porque Paulo diz com muita exatidão o que um dia acabará no tocante ao senhorio de Cristo. É a incumbência de luta, que constitui um determinado *período* do senhorio de Cristo, ou seja, a subjugação de todos os inimigos. Essa incumbência não o ocupará durante toda a eternidade. Mas o Senhor Jesus Cristo também não tirará nada para si quando terminar essa etapa com sucesso, mas se colocará de novo humildemente à disposição de Deus, “para que Deus seja tudo em todos” (1Co 15.28). A linha de Fp 2.6-8 não se interrompe nem na parusia. Esse é o testemunho peculiar de Paulo em 1Co 15.25. De modo algum Paulo visa ensinar que Cristo um dia deixaria de reinar e passaria a uma condição de não reinar. É nesse sentido genérico que há pouco o primeiro dos três exemplos referidos por Schumacher (Lc 1.33) ressaltou: “Seu reinado não terá fim”. Desse senhorio cronologicamente ilimitado de Cristo ao lado de Deus fala também o segundo exemplo, Ap 11.15: “O reino do mundo se tornou de nosso Senhor (conforme o Sl 2 deve ser referido a Deus!) e do seu Cristo (‘Ungido’), e ele reinará (com Deus!) pelos séculos dos séculos (‘até os éons dos éons’)”. Jamais, em toda a eternidade, Deus tornará a enviar o Cordeiro do trono. A entronização e a soberania do Cordeiro não têm prazo. É com essa declaração que culmina a seção narrativa do Ap (22.5). É incompreensível que Schumacher cite esse versículo como terceira prova de um sentido cronologicamente limitado da fórmula dos éons.

Ainda que não nos tenha sido apresentada nenhuma referência em que o plural duplicado de “éon” expresse um prazo, talvez Ap 20.10 fosse a primeira? Ela se encontra numa certa relação com Is 34.10, onde se afirma sobre a terra de Edom: “subirá para sempre a sua fumaça; de geração em geração será assolada, e para todo o sempre ninguém passará por ela”. Sem a menor dificuldade pode-se deixar claro que hoje essa faixa de terra não queima mais e está novamente habitada. A LXX já atenua o texto, traduzindo que Edom ficaria deserto por “longo tempo”. Com base nessa e em outras passagens semelhantes do AT, referentes ao fogo inextinguível, Schumacher afirma que se trata de um fogo de castigo perene, a saber, que “não se apaga enquanto todo o trabalho não estiver realizado, até que o respectivo alvo de Deus for atingido” (pág. 151). Trata-se da idéia da execução cabal, não da infinitude cronológica. Esse sentido, introduzido em Ap 20.10, produz novamente o aprazamento do castigo de Satanás.

Em inúmeros textos já fomos impactados pelo fato de que o próprio João é profeta e formula sua própria palavra. Também no presente caso ele de forma alguma copiou, uma vez que em Is 34.10 já falta a formulação plena “até os éons dos éons”. Mas é justamente ela que está em questão. Em João ela vem a ser uma expressão consolidada, que ele faz ressoar doze vezes sem modificações, sempre em locais especialmente importantes. Através desta homogeneidade ele interliga essas passagens entre si, e não deveríamos ouvir uma sem atentar para as demais.

Submetemo-nos à impressão compacta dessas doze afirmações. De acordo com o Ap, portanto, que é que dura “até os éons dos éons”? De acordo com Ap 4.9,10; 10.6; 15.7 é que Deus está vivo, de acordo com Ap 1.18, que Cristo está vivo. De acordo com Ap 5.13 é a glorificação de Deus e do Cordeiro, de acordo com Ap 7.12 é a glorificação de Deus, conforme Ap 1.6 é a glorificação de Cristo, de acordo com Ap 11.15 é o senhorio de Deus e do Cordeiro, e conforme Ap 22.5 é a soberania sacerdotal dos servos de Deus. Essas são dez passagens inequívocas, que praticamente perderiam a força de expressão se introduzíssemos nelas um prazo. Não é possível que expressem outra coisa que não duração infinita.

De modo enfático informa-se exatamente a mesma duração para o juízo sobre a trindade satânica (Ap 19.3; 20.10), e conforme a passagem sem artigo em Ap 14.11 também para os adoradores da besta. Ademais, não constatamos nenhum indício de que o sentido desse “refrão” seja oscilante. Ele possui uma grande e intencional força e nitidez litúrgica. Eventualmente cabe-nos mudar nossas idéias, mas não alterar o texto. Ele declara com toda a nitidez: a condenação de Satanás no charco de fogo dura tanto tempo quanto a vida e o reinado de Deus e do Cordeiro e quanto sua glorificação pelos servos de Deus. Jamais o charco de fogo se abrirá na direção de um novo mundo de salvação. Justamente os capítulos da consumação (cap. 21,22) permitem perceber a falta de qualquer indício dessa possibilidade. Pelo contrário, excluem-na em definitivo.

## **5. O juízo definitivo sobre as pessoas, 20.11-15**

<sup>11</sup> **Vi um grande trono branco e aquele que nele se assenta, de cuja presença fugiram a terra e o céu, e não se achou lugar para eles.**

- <sup>12</sup> Vi também os mortos, os grandes e os pequenos, postos em pé diante do trono. Então, se abriram livros. Ainda outro livro, o Livro da Vida, foi aberto. E os mortos foram julgados, segundo as suas obras, conforme o que se achava escrito nos livros.
- <sup>13</sup> Deu o mar os mortos que nele estavam. A morte e o além entregaram os mortos que neles havia. E foram julgados, um por um, segundo as suas obras.
- <sup>14</sup> Então, a morte e o inferno foram lançados para dentro do lago de fogo. Esta é a segunda morte, o lago de fogo.
- <sup>15</sup> E, se alguém não foi achado inscrito no Livro da Vida, esse foi lançado para dentro do lago de fogo.

Em 1Co 15.24 Paulo sintetiza o conteúdo objetivo do presente texto numa única expressão: “o fim”. Ali esse fim é precedido da destruição de “todo principado, bem como toda potestade e poder”. Correspondem-lhe no Ap os trechos Ap 19.17-21 e 20.7-10, ou seja, o juízo derradeiro sobre o anticristo e Satanás.

É paradigmático como Paulo submete o fim à luz da Páscoa. “Todos serão vivificados. Cada um, porém, por sua própria ordem: Cristo, as primícias; depois, os que são de Cristo, na sua vinda. E então virá o fim”. A força da ressurreição penetra até as fronteiras mais distantes. Os contrafortes da Páscoa alcançam a tudo e todos. Não existe pessoa, ação ou palavra que um dia não tenha de comparecer diante do Jesus vivo e não tenha de se posicionar perante o Pai de nosso Senhor Jesus. Se não traçarmos essas linhas e não acolhermos o conteúdo desse trecho em nossa confissão o evangelho será sensivelmente podado. Temos de nos tornar novamente muito mais autocríticos contra a nossa impressão de que uma pregação assim tão somente abafaria a luz da Páscoa e de que, por causa de uma honra maior a Deus, deveria ser suprimida.

No presente ciclo de visões o texto que analisaremos está diretamente conectado à parusia (Ap 19.11-16). Ele completa a tríade do juízo: julgamento do anticristo (Ap 19.17-21), juízo sobre Satanás (Ap 20. 7-10) e juízo sobre as pessoas (Ap 20.11-15). À vinda de Cristo com poder e glória corresponde o desaparecimento de seus inimigos com vexame e desonra. Contudo, a peça intercalada de Ap 20.1-6 testemunha que Cristo não vem apenas como Juiz, mas também como Salvador. Mas será que a salvação se referiria apenas à comunidade de testemunhas ali mencionada e a nem uma única pessoa que agora comparece diante do trono branco? Serão salvos apenas os participantes da primeira ressurreição, enquanto os participantes da ressurreição geral dos mortos serão condenados sem exceção? Rissi de fato intitula esse trecho de “a revelação dos condenados”. De acordo com o seu entendimento, esses mortos, ao contrário dos que foram expressamente declarados como bem-aventurados em Ap 20.6, vão *todos* ao charco de fogo. Entretanto ele não entende o charco de fogo como perdição definitiva. Para ele, portanto, esse trecho ainda não é “o fim”. Pelo contrário, ele sucede somente mais tarde, no sentido de que “a humanidade toda se torna ‘corpo de Cristo’”. – Com essas perguntas aproximamo-nos da interpretação.

- 11** Depois que João acabou de ver vários tronos (v. 4), é dito: **E vi um... trono** isolado. Conforme Dn 7.9 também Daniel viu vários tronos para assistentes do juízo e um trono separado para o Juiz. Embora em João essa figura esteja dividida em duas visões (v. 4,11), uma visão não deve ser esquecida em face da outra. Para isso os dois versículos estariam muito próximos. Todos os tronos também são interligados pela afirmação de que do alto deles se profere o juízo. Finalmente, já era suficientemente estranho na visão das testemunhas entronizadas no v. 4, que na verdade julgavam “com Cristo”, sem que ele pudesse ser visto sobre o seu trono. Disso resulta na verdade o fato de uma rigorosa distinção *temática* da visão: Lá o tema de fato é a igreja entronizada, e aqui Deus e Cristo entronizados. – Em termos objetivos, porém, nada deve ser separado nesses textos. A igreja não pode estar entronizada e julgar sem seu Senhor, assim como o Senhor não o faz sem sua igreja. De forma alguma devemos imaginar as testemunhas de Jesus entre os mortos que se apresentam para o juízo.

Depois desse esclarecimento, a atenção deve concentrar-se no trono principal. Dois adendos o destacam dos tronos secundários. Ele é um trono **grande**, ou seja, evidentemente como aquele trono de degraus, “alto e sublime”, em Is 6.1, motivo pelo qual imaginamos um imponente assento elevado. Para os orientais essas características exteriores já eram eloquentes por si só. Quanto mais alto o trono, tanto mais majestática era a soberania que ele representava.

Além dessa diferença de altura para com os tronos no v. 4, também salta à vista o **branco** deslumbrante desse trono extraordinário. É novamente o resplendor sobrenatural de luz, de Ap 14.14

(cf. o comentário correspondente). Além disso, na Antigüidade o branco tem também a conotação do triunfo. Aqui está entronizado o vitorioso do fim. Com certeza não é sem razão que essa coloração está ausente na descrição do trono no cap. 4. Lá o senhorio de Deus ainda precisa tirar grandes obstáculos do caminho, porém agora finalmente se impôs de modo triunfante.

João também viu sobre ele o *Entronizado*. Ele possui majestade tamanha que João novamente não consegue pronunciar seu nome (cf. Ap 4.3). Não obstante, esse silêncio constitui um indício inequívoco para o próprio Deus. J. A. Bengel harmoniza a presente passagem com outras afirmações do NT, segundo as quais Deus expressamente depositou o destino eterno de cada pessoa nas mãos de Jesus, motivo pelo qual se constata que aquele que está assentado no trono é Jesus. Sem dúvida o presente trecho também contém uma menção da presença de Cristo no juízo final (v. 12b), mas essa menção justamente ainda não se encontra no presente versículo, de forma que em termos exegéticos é praticamente impossível igualar aqui o Entronizado com Cristo.

Ademais, segundo a mensagem do NT não precisamos nos deixar arrastar por alternativas contrárias. Entre Deus e o Cordeiro não existe concorrência nem ciúme em torno da glória. Onde Deus está entronizado, o Cordeiro também está entronizado para toda a eternidade (Ap 3.21; 22.3). Quando o primeiro julga, ele não o faz sem o Filho (Ap 6.16; cf. Jo 3.35; 5.22-30). O fato de que na presente visão do “fim” Cristo passa de forma tão marcante para o segundo plano poderia constituir um sinal exterior daquele processo espiritual que Paulo articula em 1Co 15.28: a parusia do Senhor não apenas estará ligada à derrota de todos os inimigos, mas também a uma prova extraordinária da obediência do Filho. Mesmo por ocasião de seu poder máximo, o Filho não se desprende da vontade do Pai. Portanto, é nesse sentido que o Filho passa para segundo plano. Contudo, o que honra mais ao Filho do que precisamente essa glorificação do Pai? Em decorrência, ambos são glorificados e estão entronizados em comunhão.

**De cuja presença** (“da face do Entronizado”) **fugiram a terra e o céu.** Em Ap 6.16 o terrível rosto do Juiz fez com que os *humanos* fugissem, assim como Adão no passado queria esconder-se atrás da criação. Agora o quadro é completado no sentido de que esse esconderijo lhes é tomado, desvanecendo-se para todos os quadrantes. A expressão **a terra e o céu** não é usual na Bíblia nessa ordem. Será que nessa inversão se espelha o que designávamos de “criação ao revés”? (EXCURSO 5c).

Seja como for, o fenômeno visa o ser humano. O cosmos, transformado pelos humanos em bastião contra Deus, explode diante deles para todos os lados. Agora nenhum céu o cobre e nenhuma terra lhe dá mais abrigo. Estilhaça-se todo o contexto natural, como raça, povo, nível social, profissão, família, matrimônio, cultura e história. O próprio ser humano é desnudado, assim como, p. ex., se torna visível um bolo quando a dona de casa retira a forma dele. Nesse sentido o desaparecimento da criação serve à revelação do ser humano. Resta diante de Deus a pessoa como tal – sem anticristo, sem Satanás e sem o cosmos.

Para céu e terra **não se achou mais lugar.** A criação não foge para um lugar qualquer, mas para o nada. Desaparece sem deixar vestígios, de maneira que as pessoas que depositaram sua esperança na criatura ficam sem esperança. No palco permanecem, num vazio extraordinário, o Deus Entronizado e as pessoas. Obviamente a igreja e os anjos estão junto de Deus e do Cordeiro. Contudo, aqui toda a diversidade foi posposta, concentrando-se tudo sobre o *único* tema, do qual nada deve desviar a atenção: o ser humano e o seu Deus.

- 12 Vi também os mortos, os grandes e os pequenos, postos em pé diante do trono.** Essas pessoas também gostariam de ter fugido diante da face do Entronizado, mas parece que uma voz estrondosa os impede: “Parados!” Permanecem imóveis, obrigados a ficar diante de seu Juiz. Portanto, enquanto tudo é demitido para o nada – o ser humano não o é. Ele “sobrevive” a todas as dissoluções, inclusive à dissolução na morte, talvez desejada por ele. Ele não pode nem mesmo “dar um fim a si mesmo” pelo suicídio, nem a morte lhe dá um fim. Deus reservou a si próprio dar o fim a tudo. Ele será o Último, assim como foi o Primeiro. Em conseqüência, num gesto geral de fuga, as pessoas ficam como que coladas ao solo diante de Deus.

Estão aí, sem distinção, lado a lado, **os grandes e os pequenos** (cf. nota 516). Por isso, não é bem correto constatar aqui o acontecimento de um juízo apenas individual. Com certeza cada pessoa é julgada separadamente, mas cada um diante de todos. Lado a lado e um diante do outro, são revelados diante de Deus. O juízo sobre o indivíduo transforma-se em juízo sobre a sociedade.

Contudo, será que ao se falar dos **mortos** realmente se refere a pessoas ressuscitadas? M. Rissi responde negativamente. “As pessoas estão diante do trono em sua condição de mortos”. Conforme

Rissi, a segunda ressurreição acontece somente depois da segunda morte no charco de fogo. Como a primeira ressurreição encerrou a primeira morte, assim a segunda ressurreição encerra a segunda morte, igualmente como uma “realidade geradora de salvação”. Contudo, por maior que seja a simplicidade persuasiva dessa compreensão, ela dificilmente pode ser sustentada pela exegese. De acordo com o v. 13 o fato de os mortos estarem parados perante o trono pressupõe que a morte e o reino dos mortos perderam o poder. Portanto, Jesus empenhou integralmente seu poder das chaves de Ap 1.18, colocando em pé, em virtude da sua ressurreição, a todos os mortos. Não é em vão que se afirma que “estão em pé”, ao invés de jazerm nas sombras da morte.

À mudança de posição agrega-se uma expressa mudança de lugar: não estão em pé no reino dos mortos, mas sim **diante do trono**. Finalmente, também o prazo da ressurreição geral é fixado pelo v. 5. Ela não se realiza depois da precipitação no charco de fogo, mas depois de completados os mil anos. Por isso a ausência da expressão “segunda ressurreição” não deve incomodar-nos no presente texto. A continuação da contagem fica por conta do próprio leitor.

Somente por meio dessa ressurreição individual é que a ressurreição de Jesus chega ao descanso. A Páscoa avança irresistivelmente, passando da primeira ressurreição para a segunda ressurreição, a ressurreição geral, até que tenha alcançado também o último dos membros da humanidade. De acordo com Paulo, quem não confessa essa ressurreição em seu credo já está negando o começo dela na ressurreição de Jesus Cristo. Tudo isso está tão interligado em sua substância porque o poder de destruição da morte também recai sobre o todo, não deixando de fora nenhum membro da humanidade. O movimento contrário de Deus na verdade ficaria retido numa vitória parcial, se ele fosse paralisado diante de um grupo qualquer de mortos. Por isso é preciso que todos os focos de resistência do inimigo sejam debelados, derrubados de suas fortificações e também desalojados das últimas profundezas por ele defendidas. Do contrário, o evangelho não seria evangelho.

É precisamente diante dos mortos que se mostra se temos uma mensagem de vitória, pois a morte constitui o contraste mais brutal contra o Deus vivo, sendo por isso também um golpe terrível contra a fé em Deus. Sofrer com dores extremas, sentir as tribulações cheias de dúvida ou também fazer inconsciente no leito parecem sofrimentos ínfimos se comparados com o evento da própria morte, esse “machado do nada” (E. Bloch). Enquanto os mortos estiverem mortos, haverá esse ateísmo da experiência, quase onipotente, cujo hálito cada um de nós certamente já sentiu alguma vez. Em tais momentos, tudo o que não for confissão da ressurreição de Jesus em toda a sua amplitude poderá ter o efeito de um discurso irresponsável.

**E os mortos foram julgados.** Deixando por ora de lado a forma e o modo do juízo final, confrontamo-nos inicialmente com a grande seriedade desse fato em si. Está acontecendo o juízo! (v. 12,13). A Bíblia não atesta nenhuma situação em que se contorne o mal. Tampouco o amor de Deus torna supérflua a atitude prática diante do mal. Ele submete cada vida vivida à apreciação e dá uma resposta a cada provocação emitida. No final, não haverá ponto sobre o qual não tenha se pronunciado. Depois de uma reticência de milênios, a história da humanidade é repassada cabalmente.

Nesse juízo não ressoa nada além da voz do Juiz. Dos julgados diz-se tão somente que eles estão em pé diante dele. Não dizem nada (Jó 9.3), não respondem nada nem são interrogados sobre mais nada. Reiteradamente diz-se que se julga conforme o que “foi escrito”, não conforme o que dizem. Agora estão diante de um fórum que não depende mais de interrogatórios e suas inevitáveis fontes de equívocos. É verdade que várias pessoas podem ter reunido argumentos sobre tudo o que pretendem dizer a Deus naquela hora. Contudo, então ninguém terá mais nada a dizer. Também ficam de fora explicações adicionais sobre qual era, afinal, nossa intenção e sobre o que outros fizeram. Tudo é manifesto.

Esse inacreditável “Deus sabe!” é pregado agora pela visão dos livros. **Então, se abriram livros. Ainda outro livro... foi aberto.** Duas espécies de livros constituem o fundamento desse juízo. De uma espécie existe apenas um único exemplar, da outra há vários. Conforme o v. 15, o livro único contém nomes. Nos demais livros estão catalogadas as obras dos acusados.

Na Antigüidade, a posse de livros não era algo para qualquer um, mas uma prerrogativa de senhores e reis. Visto que no AT Deus podia ser chamado de Rei, também era possível que se dissesse em sentido figurado que ele mantinha no céu livros, listas e crônicas, e que mandava realizar registros e eliminações de graves conseqüências. Em decorrência, esses livros representam o conhecimento poderoso de Deus. Tudo o que as pessoas praticam, dizem ou também apenas pensam

é notado por ele. Ele não está ausente em nenhuma das nossas ações. Por isso não existe nenhum pecado sem espectador – Deus nos observa; nenhuma atrocidade realmente secreta – Deus tem conhecimento dela. Tudo também permanece vivo na presença dele, enquanto nós, por causa de nossa memória fraca, recuperamos rapidamente uma boa consciência e voltamos a nos comportar de forma inescrupulosamente segura.

Por isso, ao encontrar-se com ele, o ser humano encontra-se ao mesmo tempo com seu próprio passado, como se fosse presente. Nada estará no passado, liquidado e esquecido. Será um julgamento em que o Juiz não terá de acrescentar nada e o acusado não poderá acrescentar nada. Basta abrir os livros.

Duas vezes esse juízo é designado de *juízo segundo as obras*. Nada mais tem validade além dos dados objetivos da própria vida vivida, sem qualquer interferência. Enquanto os tribunais humanos no fundo sempre julgam pelo que ouvem de um lado ou de outro, bem como pela apreciação pessoal, motivo pelo qual não julgam diretamente a partir do que aconteceu, o juízo final de Deus será o julgamento mais justo que jamais foi realizado. Ninguém será condenado como alguém que ele nem sequer é. Cada pessoa será obrigada a identificar-se realmente consigo própria e com nada além dela mesma e da vida vivida por ela pessoalmente.

**Ainda outro livro, o Livro da Vida, foi aberto.** Esse livro da vida, que conforme Ap 3.5 contém os nomes dos membros do povo de Deus, possui claramente uma grande importância para o Ap.

Para podermos apreender o conceito de forma evangélica, é útil a comparação com a história das religiões.

No Oriente antigo acreditava-se em geral em tabelas celestiais do destino. Os destinos dos humanos na terra não são nada mais que um reflexo dessas anotações. Aqui acontece somente o que está escrito nelas. O ser humano na terra é pessoa apenas de forma aparente. Tem capacidade apenas aparente de querer e não querer. Na verdade tão somente tem capacidade de ter de fazer. Contudo, na versão bíblica esse quadro é liberto do fatalismo. Por mais profundamente que a pessoa esteja mergulhada na certeza da eleição, nunca prevalece o pensamento de que a condição humana da pessoa seja mutilada. Nunca o ser humano se torna uma parte da natureza que se desenrola segundo as leis naturais. Pelo contrário, Deus convive com ele em parceria viva. Sem dúvida Deus é, nesse relacionamento, o infinitamente sublime, que toma a iniciativa e a segura eternamente nas mãos. No entanto, precisamente dentro dessa comunhão o ser humano torna-se integralmente ser humano e responsável até o extremo (cf. q1 46).

Quando, p. ex., o nome de uma pessoa é apagado do livro da vida conforme Ap 3.5, isso não acontece inesperadamente como um raio em céu aberto. Pelo contrário, apaga-se o nome daquele que, ao invés de perseverar até a vitória na luta com o mundo, fecha um acordo de paz confortável. Consequentemente, a idéia bíblica da eleição combina decididamente com o apelo à obediência voluntária. Em Êx 32.33 destaca-se radicalmente o princípio: “Riscarei do meu livro todo aquele que pecar contra mim” (e não o inocente). Ap 13.8; 21.27 mostra a estreita ligação do “livro” com o evangelho, onde ele se torna o “livro do Cordeiro”. Jesus mesmo é quem faz as anotações nesse livro, no juízo é a sua voz que lê os nomes nele anotados (Ap 3.5). É por isso que também no presente trecho a abertura do livro pode ser considerada como indício da atuação decisiva de Jesus no juízo final. Sem dúvida esse indício é apenas indireto, mas indireto era também no v. 11 o falar sobre Deus.

Observado mais de perto, portanto, um quadro formalmente bem fatalista foi esvaziado e preenchido com o evangelho. Tornou-se uma expressão de que pertencemos a Jesus por graça, porém não entendida como em termos de destino, e sim em termos de fé. Esse entendimento também é corroborado no presente trecho pelo fato de que o juízo segundo o livro da vida está ligado ao juízo segundo os livros das obras. Pois, se a prática do bem ou do mal fosse destino, os autores não poderiam ser responsabilizados com tanta seriedade.

É imperioso que quem busca a verdade precise combinar dois pensamentos, a saber, o juízo segundo as obras e a justificação por graça. No entanto, esses dois pensamentos *são* de fato conciliáveis? De acordo com o pensamento bíblico, a justificação por graça justamente pressupõe que Deus levou as obras tão a sério que elas conduziram à condenação. O ato de graça não contradiz a sentença judicial. Por isso, Deus não diz ao condenado: “Eu te condeno injustamente. Eu me corrijo!” Pelo contrário: “A sentença foi proferida com razão, mas tenho graça para contigo!” Dessa forma a graça sem obras por um lado anula a sentença segundo as obras, por outro lado ela ao mesmo

tempo inclui a legitimidade do juízo segundo as obras. É por isso que receber clemência também leva à boa obra, como é esperada repetidamente em Ap 2,3.

Ninguém, portanto, escapa do juízo segundo as suas obras. Justamente quem recebe graça precisa ter conhecimento do castigo que mereceu, para que a graça apareça como graça e seja recebida como graça. É por esse motivo que aqueles dois pensamentos, aqui expressos na metáfora das duas espécies de livros, constituem um marco da doutrina cristã devido ao modo como estão interligados.

- 13 O v. 13 salienta a globalidade do juízo. Realmente não resta nenhum morto em nenhum tipo de profundidade. Para nenhum deles tudo acabou com a morte, para todos vigora Hb 9.27: “vindo, depois disto, o juízo”. Parece que ao todo três moradas distintas de mortos são esvaziadas no fluxo da ressurreição geral de mortos. **Deu o mar os mortos que nele estavam. A morte e o além** (“Hades” [TEB, BJ]) **entregaram os mortos que neles havia. E foram julgados, um por um, segundo as suas obras.** Observados mais de perto, os três lugares são coincidentes. Os mortos que, p. ex., estavam na “morte”, também estavam no “Hades”, porque a morte e o Hades são, como em Ap 6.8, um conceito duplo de difícil diferenciação. No presente texto o **mar** não é um mar que faz parte da terra. De conformidade com o v. 11, o Mediterrâneo ou o Báltico obviamente desapareceram com a terra. Nesse versículo, mar constitui um conceito paralelo ao mundo dos mortos (cf. o comentário a Ap 20.8). Em decorrência, aqui o número três não possui o sentido de designar três lugares, mas sim caracterizar enfática e completamente *um só* lugar. A incursão acontece em todo o mundo dos mortos.

- 14 Pela circunstância de que todos os despojos da morte passaram para o poder de Deus e de Cristo, foi também destituída do poder a própria morte. Que acontecerá com ela agora? **Então, a morte e o inferno** (“Hades”) **foram lançados para dentro do lago** (“charco”) **de fogo.** Morte e Hades não são entendidos como espaço, mas como um poder que recebe a mesma sorte dos demais poderes hostis a Deus (Ap 19.20; 20.10,15). Pensando nesses inimigos de Deus reunidos no charco de fogo, Bengel exclama: “Que lamaçal enorme há de ser: Todo o mal e todos os maus reunidos num único lugar!”

Numa certa correlação com a morte há pouco condenada, na presente passagem o charco de fogo recebe um nome adicional. **Esta é a segunda morte**, a saber, **o lago** (“charco”) **de fogo.** O charco de fogo constitui uma segunda morte, visto que encerra pela segunda vez a vida das pessoas que foram lançadas nele. Apesar disso ele não representa uma mera repetição da primeira morte. As duas “mortes” são diferenciadas inicialmente pela circunstância de que a segunda morte nunca é apresentada como pessoa ou poder, mas sempre inequivocamente como lugar ou condição. Sobretudo a primeira morte aparece sempre como grandeza hostil a Deus, ao passo que a segunda morte como grandeza do juízo divino. Não há como exagerar na ponderação dessa diferença essencial. É por isso que a primeira morte também perturba o estado da consumação (Ap 21.4), enquanto a segunda morte faz parte dele (Ap 21.8).

- 15 Somente agora estabeleceu-se as premissas para encerrar a descrição do juízo final. **E, se alguém não foi achado inscrito no Livro da Vida, esse foi lançado para dentro do lago** (“charco”) **de fogo.** Achar ou não achar pressupõe encobrimento e descreve uma revelação. Então será notório o que hoje ninguém sabe. Surgirão nomes no livro da vida que não eram esperados por ninguém. Por outro lado, haverá surpresas pelas lacunas: não foi achado! As concessões futuras de clemência e condenação por Deus não coincidem com as absolvições ou condenações atuais pelos humanos.

Quanto às condenações definitivas de Deus cabe lembrar mais uma vez que ninguém é condenado por puro destino, isto é, não, p. ex., com base numa lista arbitrária em que faltaria o nome dessa pessoa. Não é em vão que duas vezes foi dito (v. 12,13): **julgado segundo as suas obras!** A precipitação no charco de fogo, por isso, não é um azar inexplicável, desconexo, mas sim, um juízo concreto. Nos lugares em que se fala mais uma vez desses julgados, evoca-se concretamente sua vida sem Deus (Ap 21.8,27; 22.15). Abordamos em pormenores o charco de fogo especialmente no comentário a Ap 19.20 e no EXCURSO 19, embora somente agora nos debrucemos sobre ele em relação a seres humanos.

Como já mencionamos, ele não é eliminado com a nova criação de céus e terra. Sua existência harmoniza seguramente com a situação em que “Deus é tudo em todas as coisas” (1Co 15.28 [tradução do autor]). Justamente então haverá um “lá fora”, uma “eterna não-vida” (Guardini). Agostinho formulou uma palavra de sentido profundo: “Que grande desgraça é estar longe daquele que está em todo lugar!”



Insurgem-se em nós objeções contra a mensagem de que há uma perdição eterna. Por isso ainda acrescentaremos uma breve observação exegética. Em Ap 19.1-6 ressoaram quatro aleluias sobre o juízo de punição de Deus e sobre a coluna de fumaça que sobe eternamente, e Ap 18.20 convoca para uma alegria radiante sobre os castigos de Deus. Nesse caso e em casos semelhantes trata-se de um júbilo *depois* da parusia. Somente depois da revelação final, ou seja, sob premissas substancialmente novas e à luz de novos reconhecimentos e compreensões, os humanos são capazes de dar razão ao Juiz, fazendo-o voluntária e alegremente, exultando e glorificando-o por ter feito tudo de modo excelente. Hoje, no entanto, está em jogo não o aplauso pleno, mas a confiança total de que Deus e o Cordeiro serão Juizes justos. Afinal, onde as perguntas da humanidade e da natureza humana estariam melhor acolhidas do que na glória de Deus e do Cordeiro?

Deveríamos levar a palavra profética um pouco mais a sério do que nossos sentimentos não proféticos, que na realidade um dia estarão descartados. Por mais autoritários que se apresentem os veredictos decorrentes do sentimento humano, de forma alguma podemos nos confiar a eles, permitindo-lhes que interfiram na exegese.

Finalizando, retomamos a pergunta que nos propusemos na observação preliminar a esse trecho: será que o juízo final também admite desfechos positivos, embora apenas atinja aquelas pessoas que não participam da primeira ressurreição? Acaso o livro da vida diante do trono branco serve meramente para comprovar que os julgados, um após o outro, *não* estão anotados nele?

É importante notar que o v. 15 não afirma: *Porque* não foram achados escritos no livro da vida..., mas: *Quando alguém* não foi achado escrito no livro da vida... A cadência da linguagem praticamente força um prolongamento que tenha em vista um resultado positivo. Por que, no entanto, o caso positivo acaba de fato não sendo formulado?

Ele é formulado, sim! É evidente que não nos podemos deixar impressionar demais pela subdivisão de capítulos feita na Idade Média, interrompendo o pensamento no final do v. 15. O ciclo de visões continua diretamente sem um corte profundo, e já o versículo seguinte (Ap 21.1) contrapõe o charco da perdição ao mundo da salvação. Nesse mundo da salvação não apenas surge a “noiva do Cordeiro” (Ap 21.2), não apenas o povo único de Deus, mas também os “povos” de Deus (Ap 21.3; cf. 21.24,26; 22.2). A humanidade renovada, portanto, abrange mais do que apenas os fiéis, e a graça de Cristo atinge também no juízo final outras multidões.

Contudo, acaso Mc 16.16 não diz: “quem, porém, não crer será condenado”? Conforme essa palavra, não se perdem todos os descrentes? Naquele contexto a afirmação refere-se a ouvintes da pregação. Acerca dos demais Paulo escreve, desculpando-os: “E como crerão naquele de quem nada ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue?” (Rm 10.14). Existe descrença por desconhecimento, razão pela qual existem pessoas cuja falta de fé Deus não acusa, isentando-as pessoalmente. Motivo de condenação é somente a descrença daqueles que ouvem o evangelho de forma convincente e que por isso puderam crer. É para eles que se diz: “quem, porém, não crer será condenado”.

Lembre-mos dos milhões e milhões de pessoas antes e depois do nascimento de Cristo, aos quais jamais foi anunciado o senhorio de Cristo, e também das crianças menores mortidas prematuramente, das massas na Europa cristianizadas apenas de forma superficial, que nunca foram expostas a uma verdadeira situação de decisão. Ouviram o nome “Cristo! Cristo!” até enjoar, sem jamais o terem encontrado no Espírito Santo. Finalmente, pensamos também naqueles que de fato receberam um testemunho plenamente válido, mas que não tinham capacidade de decisão, ou seja, um exército dos doentes mentais e psicopatas. Todos eles estarão diante do trono branco, e Deus também leva profundamente a sério o que fizeram e deixaram de fazer. Mas também para eles vale o “outro livro”. Ele não será de antemão fechado para eles, como se o sangue do Cordeiro não pudesse valer para eles. Não, esse livro também é “aberto” expressamente, pelo que igualmente para eles se abre a possibilidade de alcançar participação no mundo da salvação de Cristo. Em decorrência, o juízo no âmbito exterior à igreja acontece sob o signo de *ambos* os livros. Deus está em condições de julgar com justiça todas as ações, até as mais íntimas decisões da consciência (Rm 2.1-16), bem como de reconhecer quem um ser humano seria se tivesse sido confrontado com toda a clareza com Cristo. Por isso, até mesmo o juízo diante do trono branco decididamente terá desfechos diversos.

Os detalhes dos desfechos causarão surpresas (cf. acima). Sob essa premissa situa-se o discurso metafórico acerca do julgamento dos povos em Mt 25.31-46. A primeira surpresa é o grupo dos mais humildes irmãos de Jesus, que é notado em bloco, sendo que no contexto do linguajar de Mateus se

trata nitidamente de uma designação para os discípulos (cf. o comentário a Ap 3.8). É a comunidade de discípulos, até então não reconhecida, mas que confessa a Jesus, e que por isso teve de passar por sede, nudez, miséria, perseguição e prisões. Agora, porém, o Senhor da parusia declara-se solidário com eles de forma impressionante. Agora eles não são mais alvo de juízo. Visível e glorificada, essa igreja é colocada ao lado do Juiz. São flagrantes as linhas de conexão com Ap 20.1-6.

O restante da humanidade não é simplesmente uma massa de perdidos. Um grupo é colocado à direita do Juiz, o que é motivo de surpresa para eles próprios. Essas pessoas não sabem nada sobre um relacionamento pessoal com Cristo durante a vida terrena. Nunca foram confrontados com ele. Porém encontraram-se com cristãos, a saber, com aqueles “pequeninos”, e haviam se decidido por um comportamento humano frente a esses caçados e escoriados. Exatamente isso lhes é imputado como uma decisão por Cristo. Então essas pessoas agraciadas serão como quem sonha, e serão conduzidas para dentro do mundo de bênçãos escatológicas de Deus.

Um último grupo está à esquerda do Juiz. Em sua vida terrena eles tampouco não sabem nada a respeito de Jesus e, fazendo-lhes justiça, o Juiz não os acusa disso. Contudo são interpelados a respeito de sua atitude desumana e da falta de fraternidade em um plano meramente mundano. São encaminhados ao tormento eterno. Também agora vigora Mt 12.37b: “pelas tuas palavras, serás condenado!” Todo aquele que nesse mundo falar de justiça, atitude humanitária e paz – seja ele cristão ou não – está com isso definindo o padrão do julgamento para si mesmo. Nessa questão Deus não tolera discursos vazios.

## **6. O novo mundo, 21.1-8**

- <sup>1</sup> **Vi novo céu e nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra passaram, e o mar já não existe.**
- <sup>2</sup> **Vi também a cidade santa, a nova Jerusalém, que descia do céu, da parte de Deus, ataviada como noiva adornada para o seu esposo.**
- <sup>3</sup> **Então, ouvi grande voz vinda do trono, dizendo: Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles. Eles serão povos de Deus, e Deus mesmo estará com eles.**
- <sup>4</sup> **E lhes enxugará dos olhos toda lágrima, e a morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor, porque as primeiras coisas passaram.**
- <sup>5</sup> **E aquele que está assentado no trono disse: Eis que faço novas todas as coisas. E acrescentou: Escreve, porque estas palavras são fiéis e verdadeiras.**
- <sup>6</sup> **Disse-me ainda: Tudo está feito. Eu sou o Alfa e o Ômega, o Princípio e o Fim. Eu, a quem tem sede, darei de graça da fonte da água da vida.**
- <sup>7</sup> **O vencedor herdará estas coisas, e eu lhe serei Deus, e ele me será filho.**
- <sup>8</sup> **Quanto, porém, aos covardes, aos incrédulos, aos abomináveis, aos assassinos, aos impuros, aos feiticeiros, aos idólatras e a todos os mentirosos, a parte que lhes cabe será no lago que arde com fogo e enxofre, a saber, a segunda morte.**

Não há razão para definirmos aqui, como fazem tantos comentários, um novo bloco principal, interrompendo assim a ligação com a parusia (Ap 19.11-16). Sem que haja uma incisão mais profunda, o texto continua: “E vi” (cf. Ap 20.1,4,11). Retoma também plenamente o trecho há pouco lido a respeito do juízo final. Novamente lemos sobre “céu e terra” (v. 1 como em Ap 20.11), novamente também sobre o “mar” (v. 1 como em Ap 20.13), a “vida” eterna (v. 6 como em Ap 20.12), o “trono” de Deus (v. 3 como em Ap 20.11), tanto a primeira como a “segunda morte” (v. 4,8 como em Ap 20.13,14) e igualmente sobre o “charco de fogo” (v. 8 como em Ap 20.15). É precisamente o sombrio ponto final com o charco de fogo no v. 8 – é a última passagem desse tipo no Ap – que nitidamente insere também o presente texto na série de visões de Ap 19.11–21.8 (nota 924).

Em decorrência, a nova criação requer ser compreendida em sua ligação com a parusia. A cavalcada para fora do céu, realizada pelo cavaleiro branco em Ap 19.11, é seguida agora pela descida da presença irrestrita de Deus sobre a terra (agora naturalmente renovada). Aquela “abertura” significou verdadeiramente um esvaziamento total do céu (cf. o comentário a Ap 19.11). Ainda mais, desde já a parusia visava esse sentido positivo. Os trechos de juízo intercalados, com sua gradativa anulação da velha constituição da terra, foram necessários, mas em seu âmago pressionavam para a nova criação. Criaram espaço para o mundo prometido, no qual habita a justiça [2Pe 3.13].

Assim, a passagem de Ap 21.1-8 eleva-se para um clímax há muito esperado. O livro das revelações culmina na revelação de Deus. É como se duas mãos afastassem para o lado uma camada de fumaça, para depois da visão dos abismos da história e da perdição mais extrema finalmente deixar visível o que é santíssimo: Deus, tudo em todas as coisas. Os v. 5-8 trazem – sem considerar os versículos de moldura – a única fala de Deus em todo o livro. Um estilo de balbúcio e admiração caracteriza as frases. Os olhos arregalados do vidente tornam-se cada vez mais dilatados e o grau de sua participação eleva-se ao máximo.

Assim como o outro trecho sobre a consumação em Ap 7.13-17 (cf. o comentário correspondente), também o atual está novamente repleto de associações com o AT (cf. nota 953). Não encontramos nenhum pensamento que não esteja próximo de uma formulação do AT. Uma força poderosa mantém disciplinado o profeta tão intensamente interessado, de maneira que tudo o que nele ultrapassa os parâmetros espirituais e bíblicos prefigurados é tolhido, pois justamente quando se trata da nova criação e da consumação, nosso entendimento é pequeno demais para o assunto. Quem se torna prolixo e verborrágico demais nesse ponto, deixa transparecer que não sabe do que está falando.

- 1 Com alguns poucos traços, e numa clara associação com Is 65.17; 66.22, o v. 1 traz a visão de um novo mundo. **Vi novo céu e nova terra.** Em Isaías a nova criação na verdade significava mais um tipo de transfiguração do mundo existente, de sorte que se referia apenas à realidade sobre a terra antiga, porém não a ela própria. No presente versículo, no entanto, temos de pensar também a partir de Ap 20.11. O cosmos antigo desapareceu sem deixar vestígios. “As primeiras coisas (já) passaram”, diz Ap 21.4. Falta totalmente, p. ex., o mar cósmico (v. 1b). O novo é cabalmente separado do anterior. Não pressupõem nem melhoramento nem revisão do mundo, mas sim a dissolução do antigo.

O Senhor vindouro não derrama vinho novo em odres velhos (cf. Mc 2.22). Ele é muito mais radical que qualquer programa de melhoria do mundo. O adjetivo **novo** no Ap (cf. o comentário a Ap 2.17) sempre respira essa radicalidade divina. “Se pudermos ver como o mundo na verdade é terrível, como se revelou na perseguição aos cristãos, então compreenderemos que temos de esperar por um novo céu e uma nova terra. Então vemos que todas essas tentativas de cristianizar o mundo representam um projeto pequeno demais... É justamente por isso que no fim da Escritura Sagrada se encontra o Ap de João, para romper com todas essas utopias e ilusões e mostrar a esperança que persistirá face à realidade desse mundo.” De forma alguma o Ap visa paralisar nossa ação com essa mensagem, porém deseja dar-lhe uma direção. As mensagens às igrejas (Ap 2,3) observam as “obras” com grande precisão, elogiam-nas, exigem-nas e esperam uma ação perseverante também no maior sofrimento. Contudo, toda a atuação do cristão tem o sentido de erigir sinais inequívocos neste velho mundo, os quais apontam para o Senhor vindouro e seu novo mundo.

Apreciamos o presente versículo também como premissa do seguinte, que fala de uma nova sociedade. A profecia não mostra o novo ser humano no “céu” nem no vácuo escancarado, sozinho na bem-aventurança com seu Deus, mas sim num novo cosmos. Portanto, no fim não existem apenas pessoas. Por isso o personalismo extremo não é um vaso apropriado para a mensagem cristã do futuro. No entendimento bíblico, o ser humano de hoje não pode ser compreendido desvinculado da terra e das condições terrenas. Adão significa “terrestre”. “Terra” em hebraico é *adamá*. O destino de ambos está intimamente interligado. Por isso o Ap também mostra as catástrofes da terra sempre em relação ao pecado humano, e os golpes de aniquilamento de Deus contra o cosmos como juízos contra os humanos. Do mesmo modo, porém, a paz entre Deus e ser humano liberará o milagre de uma nova terra restaurada, que não precisa mais fugir da face de Deus (Ap 20.11).

O novo mundo será um mundo sem demônios, como há muito foi profetizado pelos exorcismos dos evangelhos: **e o mar já não existe.** Ap 22.1 mostrará que essa visão do novo cosmos não exclui a água como tal. Os orientais davam enorme importância às fontes e águas e tinham imensa consciência da bênção do elemento líquido. É por isso que não podemos entender o termo “mar” nesse contexto de forma superficial. Ele significa aqui o local de gestação do satânico, da rebelião contra Deus e sua boa criação (cf. o comentário a Ap 20.13). Do “mar” ergueu-se, em Ap 13.1, a besta com sua blasfêmia, sedução, perseguição e assassinato. Essa fonte maligna nunca mais jorrará na nova criação. Isso se dará em benefício da outra fonte de Ap 22.1, à qual Ap 21.6 também já se refere. Finalmente a nova humanidade viverá sem ameaças e sem apreensão. Não precisa mais contar a cada instante com uma perturbação terrível. Ele “te desviará da angústia para um lugar espaçoso, em que não há aperto” (Jó 36.16 [RC]).

O comentário sobre a ausência, **o mar já não existe** – aqui o único traço ilustrativo da visão do novo mundo –, lidera uma longa série de notas de ausência semelhantes, que passam como um fio vermelho pelos capítulos do Ap que tratam da consumação. Esse estilo denota a intensidade com que João vê as visões a partir de uma comparação com sua realidade e o cuidado pastoral com que ele escreve a seus destinatários, diante dos quais o mar ainda está rugindo, os quais a morte amedronta e nos quais o coração ainda treme. Na explicação dessas notas de ausência a compreensão desse ponto de partida pastoral terá grandes consequências.

No versículo seguinte o tópico “novo” mostra que o tema a nova criação tem continuidade. Contudo, comparado com Gn 1, João experimenta de imediato um salto para dentro da obra do sexto dia. Tão parca é a visão, ou tão preocupada está com o cuidado pastoral junto às pessoas que pranteiam, e tão pouco interessada numa variedade de informações para o pensamento especulativo. Já aparece o novo ser humano na nova terra.

- 2 **Vi também a cidade santa, a nova Jerusalém.** Portanto, a nova humanidade aparece como sociedade organizada, como cidade, não como um amontoado informe de pessoas. Diante desse termo (*pólis*) a pessoa *grega* imaginava primeiramente uma constituição e ordem jurídica cidadã e progressista, e não tanto um complexo fisicamente delimitado de prédios atrás de muros. Totalmente diversa era a compreensão em *Israel* e no AT, onde o que interessava numa cidade era precisamente residir seguro atrás de muros protetores. No entanto, independentemente se o conceito de cidade se associava mais fortemente com a idéia de uma ordem libertária, condizente com a dignidade humana, ou com a concepção de abrigo e defesa, em todos os casos trata-se de um conceito máximo, de um alvo dos anseios humanos. A cidade é símbolo de uma plenitude de proteção e paz, de bens e cultura, de ânimo alegre e vida. Não há como negar que até hoje ela causa o êxodo rural. A cidade, ou seja, o cosmos arrebatado do caos. Tudo isso está próximo de pensamentos a que já fomos motivados por Ap 18.21-23 (cf. também o EXCURSO 15e), onde eles se incendiaram na visão da contra-cidade, a saber, da Babilônia.

Nessa constatação evidencia-se mais uma vez que o alvo mais elevado da profecia bíblica não consiste de um encontro meramente pessoal do ser humano com seu Deus. Pelo contrário, o homem tem o encontro com Deus no âmbito de uma comunhão humana, na qual todos os problemas comunitários estão solucionados (v. 2), e ele o encontra no contexto de um meio-ambiente, no qual todas as carências do mundo estão resolvidas (v. 1). Deus não apenas salva em termos pessoais, mas também universais. A mera religiosidade eu-tu, que em seu discurso ignora a natureza e a política, não acertará o alvo eterno. Por isso nossa fé, enquanto resposta à palavra de Deus, também deveria tentar abranger relações com o ambiente e com questões objetivas, e não limitar a esperança, o amor e o testemunho a assuntos somente do coração.

Era justificável que primeiro abordássemos isoladamente o conceito “cidade”, que no presente capítulo ocorre nada menos do que nove vezes. Agora, porém, causa impacto que essa nova cidade traz um nome antiquíssimo: **a nova Jerusalém**. Uma linha que começou mil anos antes de Cristo sobrevive a todas as catástrofes políticas e religiosas, até mesmo ao desaparecimento do céu e da terra, e ressurge na consumação, para ali atingir sua plenitude.

Quando Davi já era rei de Israel e Judá, ele conquistou Jerusalém com sua própria milícia, ou seja, sem recorrer aos dois exércitos populares. Dessa maneira essa cidade tornou-se a “cidade de Davi”, como uma terceira grandeza entre as duas partes do país. Assim como o reinado de Davi, essa cidade estava acima da oposição entre Israel e Judá e mais tarde também acima da oposição entre judeus e gentios. Em decorrência, a aliança entre Deus e Davi celebrada nela desde o começo abrangia os espaços e tempos mais amplos, estando projetada para o reinado de Deus sobre uma humanidade inteira. A peça central dessa aliança era: “Eu estou presente!” Jerusalém e seu Templo eram a sede de descida de Deus, e de lá Deus queria trazer todas as nações de volta à sua presença e abençoá-las. Essa “Jerusalém”, essa sua morada na terra, a ela Deus em seguida conservou em uma estonteante história de fidelidade, passando precisamente por pecado e fracasso, por destruição, dispersão e separação. Finalmente sobrou apenas um resto de tudo: Jesus na cruz! Ele sozinho ainda era “Templo” (Jo 2.19). Contudo Deus, que não pode arrepender-se de suas dádivas e vocações, tornou verdadeira sua fidelidade e deixou sua glória fluir de maneira nova para dentro do corpo crucificado de Jesus. Assim “Jerusalém” foi ressuscitada da morte, o “Templo” foi reconstruído e reaberto como lugar da presença de Deus (Mt 28.20). Os povos têm acesso de todos os lados.

Na verdade a paciência de Deus ainda retarda a revelação plena dessa “Jerusalém”, sendo ela ainda uma grandeza oculta em Deus (Cl 3.3). Ela já se encontra em nosso mundo somente na forma de certos postos avançados, mas a “capital está no céu” (Fp 3.20 [tradução do autor]). Nossa Jerusalém está “em cima” (Gl 4.26). Somente pelo Espírito Santo os cristãos têm acesso a ela desde já (Hb 12.22,23). No entanto, se na parusia tudo é revelado, tanto o fim do velho mundo quanto também o novo mundo, então também será revelada a nova Jerusalém com glória perfeita.

João vê a nova Jerusalém **que descia do céu, da parte de Deus**. Por meio de uma expressão tríplice frisa-se com ênfase marcante que não se trata de modo algum de uma reconstrução geográfica da Jerusalém da velha terra, sobre a qual o judaísmo se debruçava com tanta vitalidade. Aquela velha Jerusalém na Palestina não é submetida à transfiguração, assim como não o foi a antiga terra. Em primeiro lugar, portanto, João vê a Jerusalém prometida descer. Não se constrói de baixo para cima. Toda construção que partia da terra para cima levou à Babilônia, nunca à cidade de Deus e ao Estado de Deus, e nada que não seja do alto é realmente novo (Jo 3.3). Por isso essa cidade desce **do céu**, do maravilhoso mundo incompreensível. Por fim ainda se diz: **da parte de Deus**. Deus mesmo é seu “Arquiteto e Construtor” (Hb 11.10 [TEB]).

Revela-se como fato importante que a nova Jerusalém imediatamente se manifeste como concluída. Embora do ponto de vista de João ainda tenha conotação de promessa, ela não obstante já é uma grandeza atual, que no fundo já está pronta desde a obra redentora de nosso Senhor Jesus Cristo (Jo 14.2).

Há paralelos no judaísmo para o discurso a respeito de uma Jerusalém celestial esperada no tempo da salvação. Tanto maior deve ser nossa atenção para com o material exclusivo de João.

Agora João vê a figura da noiva, que já foi preparada em Ap 19.7,8 (cf. o comentário ao texto), associada à cidade: **ataviada como noiva adornada para o seu esposo**. Para o leitor antigo fazia sentido combinar uma cidade com a figura de um personagem feminino. Muitas vezes as cidades aparecem, p. ex., sob um símbolo materno. Recordamo-nos da possibilidade de trocar os termos mulher e cidade no caso da Babilônia (cap. 17,18). Contudo, o judaísmo *não* realizou essa conexão com vistas à nova Jerusalém.

João vê a cidade descer, formosa como uma noiva. Apreciemos o testemunho contido nessa expressão! Se a glória dessa cidade celestial, que ainda será muito enaltecida no apêndice próprio de Ap 21.9–22.5, em última análise é a glória da noiva do Cordeiro, então o mistério dessa glória consiste no amor íntegro, não fingido e irrestrito ao Cordeiro (cf. o comentário a Ap 12.11; 14.4). Obviamente essa natureza amorosa está fundada sobre uma mais profunda, a do amor de Deus e do Cordeiro pelos redimidos (Ap 1.5; 3.19), que a despertou para responder com amor.

Além disso, cumpre considerar ainda que essa nova Jerusalém será simultaneamente o coração vivo das nações sobre a nova terra (cf. o comentário ao v. 3), de modo que com a natureza dessa cidade também já se abordou a natureza das pessoas novas e restauradas como tais. Como, pois, foi restaurado o ser humano, que pela avidez de poder e riquezas, por imoralidade e mentira, por medo e indiferença, tornou-se uma caricatura sombria de si próprio? O Cordeiro que ama e que desperta para respondermos com amor é seu centro de restauração. Ingressar nesse amor é o fim e a plenificação da humanidade, tal como Deus a tem diante dos olhos, desde que criou a Adão, e tal como ele a concretizará finalmente do alto, quando Cristo aparecer.

- 3 Nos v. 3,4 acrescenta-se uma voz explicativa. **Então, ouvi grande voz vinda do trono**. As palavras seguintes situam-se novamente numa nítida proximidade com textos do AT. **Eis o tabernáculo** (“a tenda”) **de Deus com os homens!** Ao contrário de, p. ex., Hb 11.9, a expressão “tenda”, “acampar” aqui não se contrapõe à habitação em uma cidade edificada. Pois justamente o pano de fundo da cidade faz parte do cenário. A opção por essa expressão explica-se com certeza pela circunstância de que “tenda” evoca o conceito do tabernáculo (cf. nota 576). Dessa maneira ele noticia a comunhão sagrada com Deus.

Usa-se repetidas vezes a frase de que Deus acampa entre os seres humanos. **Deus habitará** (“acampará”) **com eles** (“junto deles”). **Eles serão povos de Deus, e Deus mesmo estará com eles**. Sem receio, sem insegurança ou reservas enaltece-se que finalmente a antiga fórmula da aliança vigora sem cortes. No lugar das contrariedades entrou a comunhão. Nem o ser humano precisa viver fora do paraíso de Deus, nem Deus sofre por falta de espaço em sua criação.

Deus *junto dos humanos*, diz o texto, indicando provavelmente que o cumprimento transcende amplamente o espaço nacional israelita. Também no conceito “Jerusalém” já se anuncia a dimensão

supra-étnica (cf. o comentário ao v. 2). Agora ela se manifesta claramente. O plural **eles serão povos de Deus** sem dúvida incomoda o ouvido acostumado ao AT (cf. as referências na nota 1037). De fato existe um manuscrito que usa o singular nesse texto, e a maioria dos tradutores decidiram-se a favor dele (cf RC, TEB, BJ, BLH, BV), apesar de que de modo algum tenha o mesmo valor da versão preservada pela nossa tradução. Apesar disso não existe motivo substancial para que se exclua aqui um plural escatológico proposital, uma vez que ele retorna de modo análogo em Ap 21.24,26; 22.2.

Com essa constatação caem por terra não apenas as divisas do Israel étnico, mas igualmente as divisas da igreja. Assim como o Israel étnico constituiu o estoque básico da igreja de judeus e gentios, assim essa igreja tornou-se agora o estoque básico de uma nova humanidade. O Deus de Ap 21,22 de forma alguma se prende às pessoas hoje conhecidas como devotas. Ele cumpre e celebra suas promessas não apenas no âmbito de uma seita, mas como Deus junto dos *humanos*! É esse o sentido mais profundo de “Emanuel”. Não Deus junto dos judeus ou dos alemães ou das confissões religiosas ou de qualquer seleção, porém Deus junto de seus seres humanos, e os seres humanos junto dele para sempre.

Agora cumpre adicionar também o que foi afirmado antes: essa glória da nova humanidade tem como cerne o amor ao Cordeiro, que a amou tanto. Esse amor repetidamente remete ao Cordeiro e para fora, às pessoas. Em decorrência, a presente visão não sustenta um entusiasmo impreciso, mas atesta novamente, como Alfa e Ômega, o Cristo crucificado e ressuscitado.

- 4 No v. 4 a voz explicativa refere-se à nota de ausência emitida no v. 1 para a nova criação: “o mar já não existe”. **E Deus lhes enxugará dos olhos toda lágrima.** Acaso há choro na nova terra? Será que pessoas com os olhos rasos de água correm pelas ruas douradas de Jerusalém? Com essas perguntas equivocamo-nos em relação à linguagem figurada da Bíblia. Como em Is 25.8; 35.10; 65.19, a afirmação descreve a salvação perfeita, que não é mais turbada pela desgraça, porque finalmente cada pessoa salva está abrigada sob o sopro da proximidade muito pessoal de Deus. Por ocasião da parusia Deus se destaca, como nunca antes, como o “Deus do consolo”. Não haverá dor nem na base nem no fundo. Assim como cada pessoa tem uma mãe, cada redimido terá a Deus e não se sentirá em nada abandonado por ele.

A continuação desdobra a promessa. Na nova terra não se chora mais, porque a morte, com todas as formas prévias e conseqüências dolorosas, terá cedido à vida. **E a morte já não existirá** mais. Essa frase traça a conclusão de Ap 20.13,14. Depois que a morte enquanto poder foi precipitada no charco de fogo, ela parou de matar, não existe mais morte individual. Essa explicação do termo “morte” torna-se plausível no presente versículo pelas palavras seguintes.

Três termos ilustram um mundo no qual se morre. O primeiro é o **luto** (“lamento fúnebre”) que se arrasta inconsolável (EXCURSO 15c), o segundo é o **pranto** (“grito”) isolado de desespero, e o último a **dor** psíquica que revolve a alma. Tudo isso não existe na nova terra. Como Ap 18.21-24 profetizou para a Babilônia o silenciamento das vozes, assim o presente versículo faz para Jerusalém. Contudo, *quais* são as vozes que se calam lá e cá? Na Babilônia são as vozes da vida, na nova Jerusalém são as vozes da morte. É isso que constitui a diferença abissal das duas “cidades”.

Depois de soar repetidamente e, por isso, intensificada ao extremo, a partícula “não”, segue-se uma síntese. **Porque as primeiras coisas passaram.** Em conseqüência, a paz do novo mundo não se explica a partir de um sim aleatório a tudo e todos, mas a partir do fato de que Deus opôs seu não rígido ao pecado, à morte e ao diabo.

Nos v. 5-8 acontece algo totalmente extraordinário e único para o livro do Ap: Ressoa a voz de Deus! Quanto a esse clímax da “revelação”, verifique as observações preliminares ao trecho. Trata-se de um epílogo divino à visão da consumação, o qual se dirige pastoralmente aos primeiros e aos atuais leitores do livro, evocando fortemente as mensagens às igrejas. Os v. 5,6 contêm novamente uma ordem para escrever, uma auto-apresentação e palavras de promessa, ao que se seguem um oráculo do vencedor (v. 7) e uma palavra de exortação (v. 8).

- 5 **E aquele que está assentado no trono disse.** Como que com um aceno de mão ele ordena silêncio aos que cercam o trono e que no mais tinham de falar por ele, e apresenta-se pessoalmente com seu repetido “eu”, a fim de criar uma certeza indelével. Agora, de forma expressa, ele requer atenção para si: **Eis!** Ele próprio é a fonte de toda esperança pelo novo. É nele, não em nós, que o novo principia. Por isso cumpre observar quem ele é e o que ele fará.

A primeira palavra da auto-revelação é: **Eis que faço novas todas as coisas!** (Cf. Is 43.19; Jr 31.22.) Naturalmente o vocábulo **novas** refere-se no presente contexto ao v. 1, assim como **todas** se



refere a “céu e terra”. O v. 6 diz expressamente, num retrospecto de convicção profética: “Está feito!” A obra da nova criação, portanto, cumpriu-se no que aconteceu nos v. 1,2.

Impõe-se a pergunta sobre a relação com uma mensagem muito similar, porém de objetivo totalmente diferente, em 2Co 5.17: “se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas”. Uma após outra, as palavras têm equivalentes no texto analisado, e é fato que na igreja atual já irrompe um começo da Jerusalém futura. O Espírito Santo torna o verdadeiro Senhor de Nova Jerusalém presente já nos dias de hoje e igualmente hoje já suscita seus cidadãos. Deus manifesta-se na igreja também hoje como o verdadeiro Emanuel, de modo que em 2Co 6.16 Paulo declara que a palavra vinda de Deus se cumpriu entre seu povo já antes da parusia. Com tal afirmação antecipam-se aspectos essenciais, mas na verdade ainda não apareceu a plena e cabal concretização do novo, nem a Nova Jerusalém com seus “muros”, “portões”, com sua “rua” e muitas outras coisas que Ap 21.9–22.5 nos leva a esperar com suas ilustrações. Nossa alegria sobre a concretização antecipada em nosso meio precisa manter a clareza de visão para as muitas linhas ainda incompletas e não traçadas, para a necessidade de continuarmos a esperar pelo novo céu e a nova terra, nos quais habita justiça

**E acrescentou: Escreve, porque estas palavras são fiéis e verdadeiras.** Já apreciamos a importância da ordem de escrever no Ap quando analisamos Ap 1.11. Deus coloca no papel algo do que está pronto para ser questionado um dia. Ao lado da afirmação escrita “Eis que faço novas todas as coisas!” será colocada, então, a realidade, e não será achada discordância. Ele mesmo se empenha diante das igrejas pela verdade de que não foram apenas contados belos, mas irrelevantes sonhos.

Em breves intervalos menciona-se três vezes que Deus disse. De modo insistente ele argumenta diante do pequeno ser humano, que está como que atoleimado diante do inconcebível Deus. Porém, quanto mais João ouve Deus falar e falar, tanto mais ele se enche de certeza. “Plenamente convencido de que, o que Deus prometeu, também tem o poder de cumprir” (Rm 4.21 [TEB]). A comparação com Abraão é cabível no presente contexto. Como outrora o pai de todos os que crêem, João olhou para tudo o que em redor dele estava morto, seco e sem esperança, e seguramente como uma pessoa aberta a todas as realidades. Contudo, justamente por isso valia para ele não somente aquilo que ele via, mas agora também aquilo que ouvia e o que Deus dizia. Permitiu que fosse integralmente tomado por essas palavras: Deus faz novas todas as coisas, Deus ergue um mundo são das trevas da história.

- 6 Disse-me ainda: Tudo está feito.** Esse Amém divino após a consumação evoca Gn 1: Deus viu que era bom. Todas as suas palavras realmente foram traduzidas em ação, de maneira que nenhuma delas foi perdida, corrompida ou esquecida. Acima dessa obra perfeita eleva-se mais uma vez a autodesignação de Deus em Ap 1.8 (cf. o comentário correspondente): **Eu sou o Alfa e o Ômega, o Princípio e o Fim.** Entretanto, quando a vontade de Deus for realizada cabalmente, também toda sede humana será saciada. É por isso que a voz continua: **Eu, a quem tem sede, darei de graça da fonte da água da vida.**

Não é sem mais nem menos que a água constitui um conceito de vida. O ser humano teve, em grande medida, más experiências com a água do mar. Ela abriga animais hostis, engole navios, devasta praias e encobre terras e ilhas. Contudo, toda vez que “água” é associada com “fonte” (ou idéia de chuva), ela concretiza um elemento da vida, que praticamente não fica devendo nada ao elemento da luz. Repetidamente o AT enaltece a abundância de água do tempo de salvação.

Abstraídas da metáfora, essas passagens tratam de Deus e todo o bem, da salvação e do Espírito Santo. É por Deus que o ser humano “tem sede”. Não poder contemplar a face dele e louvá-lo significa “morrer de sede”, mas o ser humano é novamente “saciado” pela alegria em Deus (Sl 42.1,2; 36.8,9; 63.1-3; Jr 2.13). São singularmente esclarecedores os versículos do Sl 63.1-3, que culminam na afirmação de que uma comunhão assim com Deus supera o valor da vida física. “A tua benignidade é melhor do que a vida” (RC). Benignidade de Deus e viver bem separam-se claramente, de modo que o devoto não está se referindo simplesmente à sua felicidade material quando diz “Deus”. “Sede de Deus” não é a expressão religiosa de algo deveras humano, a saber, da sede pelo cumprimento dos próprios ideais. “Sede de Deus” é a prece: o nome de Deus seja santificado, seu reino venha e sua vontade aconteça, riscando-se todos os nomes, reinos e ideais humanos! Isso e, para toda a eternidade, isso mesmo seria, segundo a profecia bíblica, o “paraíso”.

É *essa* sede – não, p. ex., o anseio de entrar nas mil e uma noites – que leva, não a morrer de sede, mas a ser saciado. Contudo, qual é o preço? Resposta: **de graça**. De graça obtemos o que é muito

insignificante ou justamente aquilo que é impagável e, por isso, em circunstância alguma atingível por dinheiro. Em consonância, Deus de modo algum se doa por “algo”, e tampouco por “vitoriosos” (v. 7), mas unicamente por graça. E com quem Deus é gracioso? Com aquele com quem ele é gracioso! O sentido dessa informação, muitas vezes entendida erroneamente, reside no fato de que, segundo todas as considerações, graça continua sendo graça pura e sob hipótese alguma se torna algo como um prêmio para o crer correto. Comunhão com Deus é graça, “grátis, sem dinheiro” (Is 55.1).

- 7 Não existe palavra de Deus à qual não seja cabível uma resposta humana, e nenhuma promessa divina que não deva ser igualmente convertida em desafio. É por isso que se segue aqui o oráculo do vencedor (EXCURSO 1f). **O vencedor herdará todas estas coisas.** O verbo “herdar” prolonga a idéia do “de graça” no v. 6. Um legado é outorgado com base num testamento, sem que o herdeiro tenha feito algo por ele.

Essa herança abrange tudo, a saber, a nova criação em sua extensão, largura, altura e profundidade. Ela significa “vida” (v. 6). Rm 8.32 (cf. v. 17) também trata de herdar tudo. Nesta passagem Paulo liga essa plenitude de dádivas estreitamente com a dádiva extraordinária, com o Cristo entregue em nosso favor. Por meio desse presente de graça sabemos que somos declarados herdeiros universais. Ele torna toda a riqueza de Ap 21 e 22 disponível para nós. Essa riqueza infinita por sua vez nada mais é que um desdobramento do presente da Sexta-Feira da Paixão. O Ap não é menos cristocêntrico que Paulo.

No entanto, será que a igreja aqui interpelada toma posse da herança? Seria, eventualmente, possível que alguém seja deserdado? Essa possibilidade aparece à margem. A convocação para vencer deve ser explicada, com vistas ao v. 8, como convocação para a fidelidade de testemunha. Vale manter e conduzir o nome de Jesus por todas as perseguições e seduições. Aquela substancial correlação do legado com o Cordeiro não tolera que alguém se separe do Cordeiro e, apesar disso, fature a herança. Do mesmo modo, porém, será impossível que um seguidor do Cordeiro não entre na plena herança de Deus. **E eu lhe serei Deus, e ele me será filho.** Essa promessa evoca fortemente o v. 3, porém está se referindo aqui ao membro individual do povo de Deus. Entendida à maneira de João, ela não contém a afirmação de que na parusia o fiel se *torna* filho de Deus, mas sim que ele é *revelado* como filho de Deus. “Amados, agora, *somos* filhos de Deus, e ainda não se manifestou o que haveremos de ser. Sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele” (1Jo 3.2).

- 8 A palavra citada prossegue: “E a si mesmo se purifica todo o que nele tem esta esperança”. É nesse sentido que o presente versículo acrescenta a palavra de exortação (EXCURSO 1d). **Quanto, porém, aos covardes, aos incrédulos (“traidores”), aos abomináveis (“hediondos”), aos assassinos, aos impuros (“imorais”), aos feiticeiros, aos idólatras e a todos os mentirosos, a parte que lhes cabe (“o seu quinhão”) será (“lhes é atribuída”) no lago (“charco”) que arde com fogo e enxofre, a saber, esta é a segunda morte.** Ap 21.27 e 22.15 trazem listas similares. A presente contagem, porém, foi completada até o número sete, sendo que “e a todos os mentirosos” talvez conte como síntese dos sete termos (cf. Ap 22.15). Conseqüentemente, contrapõem-se aos sete vencedores dos cap. 2,3 também sete perdedores no final do livro.

A coluna dos perdedores em marcha é liderada pelos **covardes**. No NT a palavra muitas vezes significa apostasia da fé. Os *traidores* fazem parte dos covardes, porém nesse segundo caso a ênfase recai mais sobre o fracasso sob circunstâncias exteriores, e no primeiro sobre o fracasso interior. Os *hediondos* realizaram a passagem manifesta para o lado oposto (cf. Ap 17.4,5; 21.27). Nos **assassinos** e *imorais* manifestaram-se os frutos éticos, nos **feiticeiros** e **idólatras** os frutos religiosos da apostasia.

Pessoas que decaíram de Cristo distorcem tudo o que é verdadeiro e válido. Não apenas proferem a mentira, mas também a praticam e vivem, empenhando-se contra a verdade de Deus e do Cordeiro. De agora em diante levam a vida no espírito do “profeta de mentira” (cf. o comentário a Ap 13.11 e 14.5). Por isso a contagem pode ser sintetizada assim: **e a todos os mentirosos.**

**A parte que lhes cabe (“o seu quinhão”) será (“lhes é atribuída”) no lago (“charco”) que arde com fogo e enxofre, a saber, esta é a segunda morte.** Depois de Ap 19.20; 20.10,14,15 lemos agora pela última vez a respeito desse charco de fogo. De outra maneira, porém, essa linha se prolonga também nos trechos subseqüentes. Não apenas de forma acanhada e reprimida, mas nitidamente proposital as visões falam de um “lá fora”. A justaposição do tempo de salvação e do lugar da perdição integra essencialmente a profecia, pois esse lugar de perdição manifesta a vitória de Deus. É por isso que os vencidos aparecem regularmente. O consolo, para o qual o Ap visa conduzir, não é

um grande esquecimento, como se nada tivesse acontecido, nem tampouco um grande abarcamento de todas as contradições, no qual todas as partes se arrependem do que houve. Pelo contrário, é *exclusivamente* a justificação de Deus. A esse Deus justificado correspondem os ímpios condenados.

### **XIII. TERCEIRO APÊNDICE ÀS VISÕES DAS TAÇAS**

#### **A NOIVA DO CORDEIRO**

#### **A NOVA JERUSALÉM**

#### **21.9–22.5**

Em contraposição ao v. 8, os v. 9,10 efetuam um corte inegável. Por isso a nova seção não prolonga simplesmente o raciocínio, porém retrocede até antes dele e começa com um paralelo a Ap 17.1, de modo que a visão ali exposta da Babilônia enquanto prostituta da besta recebe como peça contrastante a visão de Nova Jerusalém como a noiva do Cordeiro. Fato é que a figura da cidade de Deus e da noiva do Cordeiro não aparece aqui pela primeira vez, mas – como o Ap costuma fazer muitas vezes – já foi preparada por breves ponderações em passagens anteriores.

O uso positivo da imagem da cidade destrói definitivamente o preconceito, do qual já tentávamos precaver-nos ao comentarmos os cap. 17,18, de que o Ap seria hostil à cidade e à cultura. A igreja não está sendo chamada simplesmente “de volta à natureza”, nem se recomenda uma vida rural e pré-técnica para a verdadeira devoção. A cidade pode muito bem tornar-se a essência de uma existência projetada por Deus, humanamente digna e abençoada (cf. também o exposto sobre Ap 21.2).

#### **EXCURSO 20**

#### **Quanto à interpretação da visão da Nova Jerusalém**

a. O trecho possui forte parentesco lingüístico e de conteúdo com Ez 40–48, embora as diferenças naturalmente não devam ser ignoradas. As visões de Ezequiel referem-se a toda a terra inicial de Israel, não apenas a Jerusalém, como ocorre primordialmente no Ap. Por outro lado, em Ezequiel o anjo não mede Jerusalém, mas o templo, que expressamente falta no Ap. Mas também as medidas da cidade informadas em Ez 48.30-35 não coincidem com as de Ap 21. Além de outros detalhes também chama a atenção em Ezequiel (44.1-3) o trecho sobre o portão oriental fechado do templo, enquanto no Ap, afinal, é dado tão grande valor ao fato de que todas as portas estão abertas de dia e de noite.

b. Não obstante, cabe enfatizar com Rissi (*Die Zukunft der Welt*, pág. 73), e contra a maioria dos comentários, que o pano de fundo do AT permanece determinante para o trecho. É fácil realizar as possíveis comparações na história das religiões de maneira preconceituosa. O quadrado da nova Jerusalém (v. 16) lembraria imperiosamente a Babilônia, que no passado tinha um traçado quadrado, embora também outras cidades (p. ex., Nínive) fossem construídas dessa forma. A muralha (v. 17) estaria aludindo ao horizonte, que os antigos imaginavam como uma rampa baixa. Os doze portões (v. 12) estariam lembrando as doze figuras zodiacais da besta, assim como a única grande rua da cidade (Ap 22.2), a via láctea. A cidade estaria sendo concebida (v. 16) como pirâmide e por isso se igualaria às torres de degraus, no formato de pirâmide, ou aos templos na Babilônia, que imitavam a gigantesca montanha do mundo.

Contudo, é muito inverossímil que João estivesse preocupado com *tudo isso*. Enquanto são flagrantes as correlações de todos esses pormenores com o AT, as referências da história das religiões são no mínimo freqüentemente fragmentadas. Como peças da concepção cósmica do antigo Oriente elas se situam num fundo muito distante, e dificilmente influem no linguajar consciente de João.

c. Nesse último grande bloco a respeito da nova Jerusalém o livro do Ap entra em uma calmaria. Não contém mais nenhuma ação tempestiva. Os altos e baixos e toda a luta desembocam na paz forte e plena de um dia radiante. João vê tão somente movimentos solenes e alegres, e por longos trechos patenteia-se um quadro imóvel. Em nenhuma outra visão João se detém tanto tempo, e nenhuma delas ele descreve com tanta exatidão. Provavelmente nós cidadãos do hoje ainda somos de índole muito pouco contemplativa para esse trecho.

Se não quisermos nos enlear em controvérsias desnecessárias no comentário, temos de considerar a natureza das comunicações metafóricas. De acordo com Ap 3.12, p. ex., na consumação os

vitoriosos serão “pilares no templo de Deus”, e de acordo com Ap 7.15 os redimidos servem a Deus em seu templo. Contudo, em Ap 21.22 o mesmo profeta escreve acerca da mesma consumação: “não vi santuário”. Escreve-o, ademais, sem consternação, sem o menor sensação de apresentar uma “contradição”. Em termos de linguagem figurada de fato não se afirma nada incongruente. Por isso, há de tomar tais passagens apropriadamente “ao pé da letra” apenas o intérprete que as entender de modo figurado.

Se deturpamos esses testemunhos com formas de interpretação modernas, literais, não apenas deixamos os de fora desorientados, mas também proporcionamos irritação aos sinceros membros da igreja. A. Schlatter recorda-se dos últimos dias de vida de seu pai. “Quando naquele tempo nossa mãe certa vez falou do versículo a respeito das ‘ruas de ouro’, ele respondeu: ‘Não tenho desejo algum por esse lixo, mas o que anseio é abraçar-me ao pescoço do Pai’.”

## 1. Introdução da nova visão, 21.9,10

<sup>9</sup> **Então, veio um dos sete anjos que têm as sete taças cheias dos últimos sete flagelos e falou comigo, dizendo: Vem, mostrar-te-ei a noiva, a esposa do Cordeiro;**  
<sup>10</sup> **e me transportou, em espírito, até a uma grande e elevada montanha e me mostrou a santa cidade, Jerusalém, que descia do céu, da parte de Deus.**

<sup>9</sup> Repetem-se agora quase literalmente palavras de Ap 17.1: **Então, veio um dos sete anjos que têm as sete taças cheias dos últimos sete flagelos** (“pragas”) **e falou comigo, dizendo.** Naquela passagem naturalmente o tema era totalmente outro do atual, a saber: “o juízo sobre a grande meretriz”. Aqui, porém, o anjo anuncia: **Vem, mostrar-te-ei a noiva, a esposa** (“mulher”) **do Cordeiro.** Cria-se, portanto, um paralelo proposital entre esses dois alvos da humanidade, conforme a respectiva decisão a favor da “besta” ou a favor do “Cordeiro”.

<sup>10</sup> **E me transportou, em espírito** (“E ele me levou embora no Espírito”) (cf. Ap 1.10; 4.2; 17.3), **até a uma grande e elevada montanha.** Assim como Moisés viu a imagem original do tabernáculo e mais tarde a terra prometida do alto da montanha, e assim como Ezequiel viu a futura cidade de Deus de um “monte muito alto” (Ez 40.2), assim também João vê a glória prometida de um lugar elevado. **E me mostrou a santa cidade, Jerusalém, que descia do céu, da parte de Deus.** A cidade santa, que em Ap 11.2 existia unicamente em seu cerne, surge agora plenamente edificada em todas as suas extensões, e obviamente não sobre a velha terra na Palestina, mas sobre a nova terra depois do desaparecimento da primeira. O acréscimo **que descia do céu, da parte de Deus** restabelece uma nítida conexão com Ap 21.2.

## 2. O aspecto geral da cidade, 21.11-14

<sup>11</sup> **a qual tem a glória de Deus. O seu fulgor era semelhante a uma pedra preciosíssima, como pedra de jaspé cristalina.**

<sup>12</sup> **Tinha grande e alta muralha, doze portas, e, junto às portas, doze anjos, e, sobre elas, nomes inscritos, que são os nomes das doze tribos dos filhos de Israel.**

<sup>13</sup> **Três portas se achavam a leste, três, ao norte, três, ao sul, e três, a oeste.**

<sup>14</sup> **A muralha da cidade tinha doze fundamentos, e estavam sobre estes os doze nomes dos doze apóstolos do Cordeiro.**

<sup>11</sup> Desde logo João antecipa a impressão dominante dessa cidade, que requer ser mantida em toda a visão (cf. Ap 21.23). Ela tinha **a glória de Deus.** Está cheia até as bordas com a glória divina (cf. nota 131). O “ter” afirmado pelos elogios nas mensagens às igrejas a respeito da igreja no presente (nota 185) seguramente já faz parte dos derramamentos dessa glória. Contudo, a glória de Deus ainda se encontra em luta com a falta de glória das pessoas. No presente texto ela conquistou definitivamente a supremacia, preenchendo o espaço todo sem restrições. Ezequiel relata como ela entra no santuário. Quando o presente texto diz desde já que a nova cidade a “tem”, fica declarado que por sua natureza essa cidade e a glória de Deus formam um conjunto.

Sem dúvida manifesta-se claramente a relação, já perceptível em Ap 21.3, entre a nova Jerusalém e o tabernáculo. No decurso posterior da descrição essa linha se impõe mais e mais.

Enquanto no AT a glória de Deus muitas vezes aparece na forma de uma nuvem radiante e, apesar disso, opaca, ela brilha aqui como luz não velada, mas descoberta. **Seu fulgor era semelhante** (“igual”) **a uma pedra preciosíssima, como pedra de jaspe cristalina**. Até a última das pedras da cidade reluz com um branco intenso e com uma luminosidade prateada. Propõem-se a comparação com a “pedra real” jaspe (cf. o comentário a Ap 4.3). Nos versículos seguintes, todo o brilho e cintilação requerem ser explicados a partir dessa “glória de Deus”. É ela que com os seus raios atravessa todos os materiais, não deixando esconderijos para as sombras.

- 12** Agora a descrição da cidade passa da altitude para a profundidade dos muros, passando pelos portões, até os fundamentos. **Tinha grande e alta muralha**. Na Antigüidade, o viajante que se aproximava de uma grande cidade inicialmente não via nada além de muros, que muitas vezes sobrepujavam até as casas. Da grandeza deles podia depreender a força, a riqueza e a segurança da cidade. João destaca intensamente os muros da nova Jerusalém. Contudo, simbolizam para ele sobretudo a separação realizada entre o puro e o impuro (v. 27), pois na nova terra descartou-se a tarefa de repelir ataques. “O mar já não existe” (Ap 21.1) e “já não haverá noite” (Ap 21.25; 22.5). O muro demarca a “santidade” da cidade (v. 10), isto é, sua separação do que não é sagrado, do que se encontra “lá fora”, a saber, no charco de fogo. Conforme esse dado, não existe um céu no qual “naturalmente” todos entrarão um dia. A nova Jerusalém não é uma “ubiquidade que se dilui para todos os lados” (W. Stählin).

O pensamento continua a desenvolver-se. No muro há **doze portas** (“portões”), **e, junto às portas** (“sobre os portões”), **doze anjos**, ou seja, vigias dos portões. Em decorrência, os portões, que conforme o v. 25 estão abertos, não devem ser interpretados erroneamente. Não contradizem o que os muros altos anunciam. Os textos de Ap 21.27 e 22.14,19 sublinham que não existe acesso à cidade santa sem um controle. Quem tem permissão de entrar nela?

E nos portões estavam **nomes inscritos, que são os nomes das doze tribos dos filhos de Israel**, muito semelhante a Ez 48.30-35. O sentido é que não poderá ingressar na cidade ninguém que não fizer as pazes com Israel. Além de Israel não existe nenhuma outra base de salvação nem tampouco uma nova Jerusalém (cf. Ef 3.6; 2.19; Rm 11.13-15).

Nesse ponto fica clara também a mais singela explicação do número doze, sempre recorrente. Ele não é deduzido de concepções cósmicas (EXCURSO 20b), mas sim do AT. Logo, essa visão não sonha de maneira genérica com o aperfeiçoamento do mundo, mas está profundamente comprometida com a história da revelação no AT. O que o antigo nome “Jerusalém” já proclamava (Ap 21.2) é agora ressaltado por “Israel”: na última cidade o povo das doze tribos da antiga aliança é aperfeiçoado.

Rissi expõe que cada portão representa um convite do Deus fiel àquela tribo de Israel cujo nome ele traz. Os portões, portanto, seriam um indício para o grande retorno de Israel da “sinagoga de Satanás” (Ap 3.9) e do charco de fogo. Por princípio ele também coaduna o número doze com a nação de Israel, enquanto, segundo sua opinião, no contexto da igreja de Jesus deveria aparecer o número sete. A delimitação dos doze à nação de Israel, no entanto, será corrigida pelo v. 14, e o número sete é relacionado no Ap a tantas coisas que é impossível restringi-lo justamente à igreja. Na realidade parece improvável que os portões fossem denominados conforme um Israel que se encontra do lado de fora. Apoiando-se na profecia do AT, o texto projeta uma imagem inversa: não é Israel que vem, mas são os reis dos povos que vêm à cidade, a “Israel” (v. 24-26).

- 13** À semelhança de Ez 48, o v. 13 distribui os doze portões entre os quatro pontos cardeais. **Do Leste três portões** levam à cidade, **e do Norte três portões, e do Sul três portões, e do Oeste três portões**. A simetria, narrada solenemente, não apenas alegra o olhar, mas igualmente o coração. Anuncia ao observador que nenhuma parte da cidade está em condições mais precárias e fracas que a outra. Cada lado da cidade e cada parcela da população dessa cidade está equipada de forma homogênea. Nas cidades antigas os edifícios dos portões, com um pátio amplo, constituíam centros importantes, nos quais se desenrolava a vida. Desse modo assegura-se o resultado de que nenhum membro do povo de Deus sofre, mas que cada um deles é gloriosamente considerado (1Co 12.26). O olhar resignado lançado ao membro melhor situado (1Co 12.15,16) ou ao servo talentoso (Mt 25.16), um olhar que ainda hoje impossibilita tanto serviço e louvor a Deus, finalmente desaparecerá. Todos louvam a Deus “a uma boca” (Rm 15.6 [RC]).
- 14** Na menção e descrição das pedras das fundações, para as quais o AT não fornece nenhum paralelo, salienta-se um interesse singular. **A muralha da cidade tinha doze fundamentos, e estavam sobre estes os doze nomes dos doze apóstolos do Cordeiro**. Esse dado impede enfaticamente que se refira

a nova Jerusalém unilateralmente ou mesmo predominantemente à nação Israel (cf. o exposto sobre o v. 12), pois o fundamento da cidade é formado pelos apóstolos do Cordeiro, que pelo seu sangue comprou para si pessoas “que procedem de toda tribo, língua, povo e nação” (Ap 5.9). Quem separa os gentílico-cristãos dos apóstolos, não somente esvaziaria a nova Jerusalém, mas também a cruz de Cristo.

Pelo fato de que João vê tanto os nomes dos doze patriarcas quanto também os nomes dos doze apóstolos como emblema da nova Jerusalém, ele está vendo a unidade da história da salvação, do povo da salvação e da consumação da salvação. Um significado análogo já estava contido na passagem do cântico de Moisés e do Cordeiro (Ap 15.3). Tudo isso é confirmado também por Paulo, sobretudo na carta aos Efésios (nota 320). Contudo, em 1Co ele igualmente está lutando para que a plenitude do evangelho não seja diminuída, combatendo qualquer tentativa de usar Pedro contra Paulo ou vice-versa. Percebe uma divisão do grupo de apóstolos como divisão do próprio Cristo (1Co 1.13). A nova Jerusalém é o contrário dessas divisões, ou seja, nela congregam-se todos os santos dentre judeus e gentios, para a unidade do reconhecimento de fé no Filho de Deus (Ef 4.13).

### 3. Suas formas e medidas, 21.15-17

<sup>15</sup> **Aquele (“O anjo”) que falava comigo tinha por medida uma vara de ouro para medir a cidade, as suas portas e a sua muralha.**

<sup>16</sup> **A cidade é quadrangular, de comprimento e largura iguais. E mediu a cidade com a vara até doze mil estádios (“dois mil e duzentos quilômetros”). O seu comprimento, largura e altura são iguais.**

<sup>17</sup> **Mediu também a sua muralha, cento e quarenta e quatro côvados (“setenta metros”), medida de homem (“medidas comuns”), isto é, de anjo.**

**15** Em Ap 11.1,2 o próprio João deveria tirar as medidas, a saber, de um templo que justamente não existe naquele momento. Lá sua medição também atendeu a outra finalidade. Ele recebeu a garantia de que o que fosse medido seria isento da destruição vindoura. No presente trecho, porém, de certo modo uma nova construção é “conferida”. Dessa maneira demonstra-se ao profeta que não falta nada, que tudo está bem feito e correto, como previsto pelos planos e pelas promessas de Deus. É esse também o sentido da medição em Ez 40.3,5 (cf. nota 448).

**16** O v. 16 refere-se ao formato da cidade. **A cidade é quadrangular** (“projetada como um quadrado”), **de comprimento e largura iguais**. Também em Ez 45.2; 48.16 o quadrado, por ser equilátero era importante, sendo considerado na Antigüidade como símbolo da perfeição.

Agora, porém, acrescenta-se algo revelado expressamente apenas pela medição, de sorte que a medição pelo anjo equivale a uma revelação. **O seu comprimento, largura e altura são iguais**. A cidade é um cubo. Reaparece a relação com o Templo, porque conforme 1Rs 6.20; 2Cr 3.8 o santíssimo no Templo de Salomão apresentava forma de dado. Assim como o quadrado representa a superfície perfeita, assim o cubo, o espaço perfeito.

Essa informação por si já rompe com nossa concepção do traçado de uma cidade. Além disso, imaginemos as medidas referidas: **E mediu a cidade com a vara até doze mil estádios**. Esse “Santíssimo” possui arestas gigantescas de mais de 2.200 km, ou seja, mais do que a distância entre São Paulo e Aracaju. Em comparação, a Babilônia, a cidade tão admirada na Antigüidade por causa de suas dimensões, era minúscula. São expressas, pois, medidas que excedem de longe as cifras experimentadas pelos leitores daquele tempo. Além disso, esse comprimento também deve ser aplicado à altura. Nela a maior montanha da terra, o Himalaia, desaparece mais de duzentas e quarenta vezes.

Como nos demais números do livro, não cabe calcular esses números de forma literal, mas sim senti-los. Sobre a nova terra encontra-se esse imenso cubo de luz, um verdadeiro cosmos de glória e santidade. No AT o santíssimo era escuro (1Rs 8.12; Êx 20.21). Por dentro era incrustado de ouro puro, mas por fora estava encoberto por uma cortina impenetrável. Contudo, depois que a cortina se rasgou (Mt 27.51), o mundo inteiro vê a salvação de Deus e tem participação na sua comunhão.

Todas as dimensões são regidas pelo número doze. Assim, preserva-se novamente a correlação com a história de Deus no âmbito da antiga humanidade. O início diminuto, muitas vezes com



aparência de pequena seita, atingiu amplitude mundial. Do grão de mostarda, que é a menor de todas as sementes, formou-se a árvore dos mundos (Mt 13.32).

- 17 É medida também a altura do muro, totalizando 70 metros. **Mediu também a sua muralha, cento e quarenta e quatro côvados.** Comparada com os 2.200 km de altura da cidade, essa medida é extremamente baixa, como se emoldurássemos a base de uma alta torre de igreja com um friso de rodapé. Por que esse muro teria, conforme o v. 12, uma altura impressionante? Lutero e outros explicam que a medição desse muro se referiria à sua espessura (cf. NVI, BLH, BV), ao passo que sua altura coincidiria com a do cubo. Contudo, dessa maneira a concepção do muro é transformada numa parede cúbica, o que dificilmente poderia ter sido a idéia de João. Provavelmente será melhor que não nos deixemos desviar, pela altura da cidade, da impressão que a altura de um muro de 70 metros causa não só numa pessoa da Antigüidade, mas também sobre a pessoa de hoje.

Muito se tentou decifrar a informação sucinta de que os números são indicados segundo a medida de um ser humano, que é a medida usada por um anjo. Talvez não resida nenhum sentido mais profundo nessa circunstância. A medida utilizada pelo anjo é igual ao côvado, conforme o usam as pessoas. Ele fundiu dados inconcebíveis em conceitos humanos. O mesmo vale, em seu sentido, para as informações seguintes.

#### 4. Os materiais de construção, 21.18-21

- 18 A estrutura da muralha é de jaspe; também a cidade é de ouro puro, semelhante a vidro límpido.
- 19 Os fundamentos da muralha da cidade estão adornados de toda espécie de pedras preciosas. O primeiro fundamento é de jaspe; o segundo, de safira; o terceiro, de calcedônia; o quarto, de esmeralda;
- 20 o quinto, de sardônio; o sexto, de sárdio; o sétimo, de crisólito; o oitavo, de berilo; o nono, de topázio; o décimo, de crisópraso; o undécimo, de jacinto; e o duodécimo, de ametista.
- 21 As doze portas são doze pérolas, e cada uma dessas portas, de uma só pérola. A praça (“rua”) da cidade é de ouro puro, como vidro transparente.

- 18 Em seu comprimento imenso, o muro é feito de puras pedras preciosas, sendo o material transparente como jaspe (cf. a explicação em Ap 21.11). **A estrutura da muralha é de jaspe** (“E o material de sua muralha era jaspe” [tradução do autor]). Contudo, acima desse ofuscante filete de prata ergue-se, gigantesca e dourada, a cidade reluzente, de ouro maciço e depurado. **Também a cidade é de ouro puro, semelhante a vidro límpido** (“E a cidade – ouro puro, como puro cristal” [tradução do autor]).

A ênfase não recai, p. ex., sobre a riqueza material representada por essas substâncias, mas sobre o fato de que ambos os materiais são transparentes. O jaspe é límpido como água e o ouro duplamente purificado é depurado e translúcido como nenhum outro ouro na terra. Ou seja, esses materiais de construção não encobrem a glória de Deus que habita na cidade, referida no v. 11, mas a expõem de modo perfeito ao que a contempla. Cumpru-se o anseio do povo de Deus por condições que não obscureçam mais a Deus.

- 19 Em direção à sua base, a muralha tornava-se rica em cores, e dessa maneira talvez também um pouco mais escura, embora não perdesse a transparência. Persiste a impressão da luz radiante. **Os fundamentos** (“as rochas do alicerce”) **da muralha da cidade estão adornados de toda espécie de pedras preciosas.** Doze gigantescos blocos de pedra preciosa formavam a base dos doze trechos de muro. Uma vez que a maior gema que conhecemos pesa ao todo 74 gramas, João está descrevendo sua visão com conceitos dilatados e irrealis.
- 20 Os orientais estão muito mais familiarizados com gemas que nós, sendo versados nas especialidades. Por isso, aos olhos deles, os dados seguintes projetam imediatamente um quadro de cores abundantes. Na verdade trata-se, p. ex., de pedras arroladas por Êx 28.17-20; 39.10-13 como jóias sacerdotais, i. é, pedras *sagradas*, que de forma alguma visam extasiar o ouvinte com sensações mundanas. *O primeiro alicerce era um jaspe, o segundo uma safira, o terceiro uma calcedônia, o quarto uma esmeralda, o quinto um sardônio, o sexto uma cornalina, o sétimo um crisólito, o oitavo um berilo, o nono um topázio, o décimo um crisópraso, o undécimo um jacinto, o duodécimo uma ametista* [TEB].

Ao longo dos séculos e nos diversos países esses nomes mudaram de significado, às vezes até trocando-o entre si, de modo que em parte não conseguimos mais obter idéias precisas deles. Reluzem, lado a lado, o branco mármoreo, o azul profundo salpicado de ouro, o cinza claro e o verde vivo, o amarelo de traços vermelhos e o vermelho vivo, o amarelo dourado e o azul marinho, o verde pálido e o amarelo opaco, o vermelho azulado e o violeta. Essa coleção adiciona à homogeneidade e à simetria vistas até aqui também o elemento da pluralidade. Unidade e diversidade intensificam o louvor de Deus e espelham a sua glória.

- 21 As doze portas são doze pérolas, e cada uma dessas portas, de uma só pérola** (“E os doze portões eram doze pérolas, cada um dos portões era de uma única pérola” [tradução do autor]). Pelo fato de que somente na época de João a pérola (cf. o comentário a Ap 17.4; 18.12) surgiu como adorno, ela ainda não aparece no AT. Novamente a figura da pérola é dilatada para o irreal. Diz-se expressamente que cada um dos portões era uma preciosidade, como uma única pérola.

**A praça (“rua”) da cidade é de ouro puro, como vidro transparente (“cristal límpido”).** O singular *rua* pode referir-se à rede viária toda, caso em que pode ser traduzido adequadamente com “ruas”. Contudo, talvez devamos imaginar a figura impressionante de uma única avenida para procissões, um acesso largo que leva dos doze portões ao centro da cidade, ao trono da graça de Deus (cf. Ap 21.24-26; 22.1,2; cf. também o comentário a Ap 11.8). De acordo com essa visão ela não está coberta de sujeira, como normalmente são as ruas no Oriente, mas sim translúcida e purificada como a cidade toda. Nenhum metro de glória minguante e debilitada! Essa via de salvação evoca a adoração na entrada do santíssimo, inserindo-se, pois, muito bem na caracterização da nova Jerusalém feita até aqui.

## 5. O interior da cidade, 21.22,23

- 22 Nela, não vi santuário (“Templo”), porque o seu santuário (“Templo”) é o Senhor, o Deus Todo-Poderoso, e o Cordeiro.**

- 23 A cidade não precisa nem do sol, nem da lua, para lhe darem claridade, pois a glória de Deus a iluminou, e o Cordeiro é a sua lâmpada (“candelabro”).**

Para o ponto alto da visão de Jerusalém que começa aqui é significativo que do presente versículo até Ap 22.5 não falta o fundo do AT para nenhum versículo. Palavras e expressões da mais venerável profecia avolumam-se nos lábios de João quando tenta descrever o que está vendo. Pontos culminantes similares encontramos em Ap 7.15-17 e 21.1-8 (cf. também as observações preliminares a Ap 5.12-14.)

Vista de lado, uma cidade da Antigüidade mostrava quase somente muros e portões, atrás dos quais a maior parte das moradas desaparecia. Em contraposição, era impossível não ver as edificações dos templos, que sobrepujavam o todo. P. ex., a torre de Etemenanki na Babilônia media 91 metros de altura e tinha uma largura imponente. Por isso não causa estranheza que João descreva a cidade pormenorizadamente sem citar bairros residenciais, porém era de se esperar uma palavra a respeito do templo. Ademais, também Ezequiel, a quem a visão recorre constantemente, havia depositado a maior ênfase no templo da nova Jerusalém. O judaísmo conferia enorme peso a essa profecia. Para ele a expectativa pela reconstrução de Jerusalém estava ligada de maneira decisiva com um templo insigne, cuja riqueza opulenta de ouro e prata e de decorações em púrpura e cujos utensílios e rituais são descritos com minúcias.

- 22** Por isso João ouve a pergunta impaciente do mundo ao seu redor: e o Templo? Afinal, quando é que vais falar do essencial? Como se tivesse a intenção de responder a isso, ele começa: **Nela, não vi santuário** (“E um templo – não o vi nela” [tradução do autor]). Essa frase representa um choque profundo para os ouvidos judaicos. Contudo, a segunda metade do versículo anuncia que a profecia de Ezequiel sobre o templo (ou também de Dn 8.14) de forma alguma está descartada, porque, na verdade, a cidade vista por ele possui um Templo:

**Porque o seu santuário (“Templo”) é o Senhor, o Deus Todo-Poderoso, e o Cordeiro.** Aquela nota de ausência constitui uma deficiência apenas aparente. É somente por equívoco que a cidade poderia ser chamada, por essa razão, de cidade não santa. O v. 27 refutará de modo expresso esse equívoco. Na realidade, a profecia para o Templo se cumpre na nova Jerusalém de maneira tão impressionante que nem os próprios profetas do AT ousaram imaginar.

Santuários em forma de templo proclamam duas verdades. Primeiramente evidenciam que a área restante da cidade não é sagrada. As demais casas e a vida cotidiana não são mais lugar de encontro entre Deus e ser humano. Unicamente esse recinto separado, recortado, é santo. Ao mesmo tempo, porém, o templo também está numa cidade como sinal da fidelidade de Deus. O santo Deus não voltou inteiramente as costas à terra profana, mas deixou um penhor de sua volta, um dedo indicador levantado. Deus quer retornar e quer santificar novamente a cidade toda, a terra toda e o mundo inteiro.

Por meio de uma grandiosa alteração na configuração, a criação inteira deve voltar a ser lugar da sua revelação. “Pois a terra se encherá do conhecimento da glória do Senhor, como as águas cobrem o (chão do) mar”; “todos os confins da terra verão a salvação do nosso Deus” (Hc 2.14; Is 11.9; 52.10). Como a água penetra em todos os cantos, em cada fenda, correndo para todos os declives e não deixando nada fora, assim Deus será tudo em todas as coisas (1Co 15.28). Ele penetra em tudo com densidade inimaginável e com consistência ininterrupta. Esse é o mistério da nova criação. Por isso ela é um mundo sem contradição, sem discórdia e aflição, mas também sem tédio e qualquer monotonia. Uma humanidade unificada louva a Deus sem esmorecer, ama-o sem se cansar e contempla-o sem fim.

Esse é o motivo mais profundo pelo qual os moradores da nova cidade não vêem nenhum templo: vêem a Deus! (Ap 22.4). Nessa situação não cabe nenhum templo como santuário à parte. Um templo é típico para o mundo velho, embora seja também testemunha de um novo mundo. Essa testemunha pode retirar-se quando aparece aquele que foi testemunhado, quando Deus está presente como “testemunha” de si próprio, ou seja, como “templo”. Em decorrência, o desaparecimento do templo constitui justamente o sinal do cumprimento do conceito do templo.

Seguramente essa é uma interpretação muito ousada das profecias de Ezequiel acerca do templo, e o judaísmo provavelmente a rejeitou, ofendido. No entanto, ela constitui uma explicação do próprio Deus a João, e converge com todo o NT.

Enquanto Deus aqui é mencionado, com solenes pormenores, como **o Senhor, o Deus Todo-Poderoso**, consta apenas, como breve apêndice, **e o Cordeiro**. No presente livro basta essa breve lembrança. É óbvio que em nenhum instante Deus pode ser imaginado sem o Cordeiro. Em todos os casos, mesmo que o Cordeiro não fosse mencionado, ele é o Deus que se revela em Jesus Cristo. Essa verdade vale precisamente para o cumprimento da linha do templo. Pois o fato de Deus acampar na nova humanidade e ser contemplado por ela (Ap 22.3,4) tem seu ponto de irrupção no início da era cristã. Já na Palestina Deus acampou entre a sua propriedade e foi notado em sua glória (Jo 1.14). Aquele evento já foi o começo da nova Jerusalém. A consumação em Ap 21,22 não pode ser separada desse começo, ou seja, do Natal, da Sexta-Feira da Paixão e da Páscoa. Foi lá que aconteceu o verdadeiro nascimento do sol, ainda que permanecesse envolto por nuvens de neblina e lutasse contra fumaça e sombras. O presente capítulo traz a concretização total. Somente com esse entendimento é que a igreja cristã fala da nova Jerusalém, a saber, ela fala cristologicamente.

- 23 A cidade não precisa nem do sol, nem da lua, para lhe darem claridade.** O texto sobre a consumação em Ap 7.15-17 já anunciou o fim da radiação solar. Isso acontece no exato sentido de Is 60.19,20; cf. 24.23, em que o brilho do sol e da lua é entendido como algo supliciante, pois o trecho termina anunciando: “os dias do teu luto findarão”. Contudo o Ap não se prende a uma única maneira de utilizar as ilustrações. Aqui o sol e a lua aparecem numa frase construída de forma totalmente paralela ao v. 22, demandando por isso uma interpretação paralela. Trata-se novamente da idéia de que algo que fazia parte da constituição básica e não eliminável do mundo velho foi agora cumprido e abolido. Sol e lua são entendidos aqui no sentido de Gn 1.16, como “governantes” do dia e da noite. Toda a vida da primeira criação vivia debaixo do sol e da lua, sob seu domínio sobre dia e noite, vazante e maré, verão e inverno, plantio e safra, dia de trabalho e lazer, morte e vida. Nessa função esses governantes sem dúvida representavam o senhorio de Deus, que os “fizera” e “colocara” (Gn 1.16,17). Tratava-se, porém, de um senhorio de Deus por meio de intermediários. Esse tempo dos intermediários e da soberania mediada de Deus passou. Deus ingressa diretamente em sua criação e governa e apascenta tudo que tem vida. A nova humanidade não está mais submetida a tutores, mas tornou-se livre para a “gloriosa liberdade dos filhos de Deus” (Rm 8.21 [BLH]). **Pois a glória de Deus a iluminou, e o Cordeiro é a sua lâmpada.**

- <sup>24</sup> **As nações andarão mediante a sua luz, e os reis da terra lhe trazem a sua glória.**  
<sup>25</sup> **As suas portas nunca jamais se fecharão de dia, porque, nela, não haverá noite.**  
<sup>26</sup> **E lhe trarão a glória e a honra das nações.**  
<sup>27</sup> **Nela, nunca jamais penetrará coisa alguma contaminada, nem o que pratica abominação e mentira, mas somente os inscritos no Livro da Vida do Cordeiro.**

A visão exposta mostrou que Deus ama a plenitude, a magnitude e a beleza. Agora ressalta-se qual, em última análise, é seu objetivo: ele ama os humanos.

- 24 As nações** (“os povos”) **andarão mediante a sua luz**, i. é, a luz da cidade. O grupo semântico “andar”, “caminhar”, “perambular” (em grego *patein*) não define uma troca de lugar com um alvo definido, mas “a permanência andante num lugar determinado”. Demarca uma esfera de vida em que se desenrola a vida. É por isso que no presente texto não temos de apelar à imagem de uma peregrinação das nações. João está vendo os povos que levam sua vida em redor da cidade de Deus e sobre a nova terra, o que não exclui seu livre acesso à cidade (v. 27).

Essa pequena observação secundária no contexto da visão da nova Jerusalém protege contra o erro de imaginarmos a cidade dentro de uma paisagem lunar desnuda. Pelo contrário, expande-se ali a nova terra de Ap 21.1, habitada e preenchida com vida movimentada, agrupada em torno de seu centro, o “tabernáculo de Deus” (Ap 21.3).

Lutero havia traduzido erroneamente, aqui e em Ap 22.2, “povos” (em grego *éthne*) por “gentios”. No entanto, não se deve pensar em pessoas afastadas de Deus, impuras e não-salvas, que ainda estão buscando a purificação e santificação. O v. 27 depõe contra esse entendimento, pois todos eles já vivem do lado de cá da nova criação de Ap 21.1,5 e são os consolados de Ap 21.4.

Agora eles levam sua vida **mediante a sua luz**, a saber, a luz irradiada pela cidade. A afirmação não é que eles andam em direção dessa luz, tendo ainda de adentrar essa luz ou segui-la. Agora a terra não está mais coberta de trevas e os povos não estão mais na escuridão (segundo Is 60.2), mas as ondas de luz da Nova Jerusalém iluminam o espaço de vida de todos os povos sobre a nova terra. Eles andam sob a luz e florescem e se desenvolvem através de Jerusalém.

Com alegria e disposição eles manifestam sua gratidão por intermédio de seus representantes. **E os reis da terra lhe trazem a sua glória** (“E os reis da terra levam sua glória para dentro dela” [tradução do autor]). Em Ap 6.15; 17.2,18; 18.3,9; 19.19 os reis da terra eram sistematicamente inimigos de Cristo e ajudantes da besta. Será que aqui aparece o mesmo círculo de pessoas (como opina Rissi)? Acaso estão saindo do charco de fogo, a fim de, na cidade de Deus, demonstrar arrependimento e obter clemência diante do trono da graça? Com essa leitura, porém, não são poucas as coisas acrescentadas ao texto. P. ex., que o reinado do velho mundo se mantém até no novo mundo, que as mesmas pessoas voltam a assumir seus tronos e que imediatamente do lado de fora dos muros de Jerusalém se abre o charco de fogo, de modo que cada um que nesta terra entrar nele, na vindoura novamente sairá dele.

A exegese não deve ignorar o corte decisivo de Ap 21.1. Esses reis que prestam reverência são um reinado novo sobre uma terra nova entre novos povos. Seus portadores, antes de entrar pelos portões, já eram pessoas cujos nomes constavam no livro da vida. Do contrário não teriam obtido acesso conforme o v. 27. Para compreendermos corretamente os atuais versículos, tomemos distância suficiente, a fim de focar os grandes quadros opostos: de um lado a Babilônia com povos e reis que prestam reverência (Ap 17.2,15; 18.3,9) e de outro a nova capital Jerusalém com seus reis e povos em reverência. Essa contraposição descarta a idéia de que se trata dos mesmos reis.

Na Antigüidade, quem realizava uma visita em honra a alguém lhe depositava presentes valiosos (cf. Sl 72.10). É dessa maneira que os reis estão colocando sua glória aos pés da glória de Deus e do Cordeiro (v. 24). Expressam que seu esplendor real (Mt 6.29) está à disposição do reinado de Deus e Cristo, assim como sua luz se nutre da luz que ele dá.

- 25 As suas portas** (“portões”) **nunca jamais se fecharão de dia**. No presente caso os portões abertos não atestam que não haja perigos para a cidade. Essa indicação seria inútil depois de Ap 21.1, uma vez que a possibilidade de um assalto está fora da perspectiva. Pelo contrário, a questão é a acessibilidade da cidade para os povos e seus reis (cf. Is 60.11). Deus nunca mais deseja fechar-se diante de sua humanidade. Ele é seu Deus, e eles serão os seus povos, dizia o texto de Ap 21.3, ininterrupta e infinitamente. Continuamente eles chegam carregados com sua própria glória e saem

carregados com a glória dele. Esse dar e receber, esse ser abençoado e ser uma bênção fluem para dentro e para fora, em uma correnteza ininterrupta (cf. também o exposto sobre Ap 22.2).

O adendo **porque, nela, não haverá noite** é um eco genérico, mas novamente sem exatidão, do texto de Is 60.11. Lá a subdivisão em dia e noite continua existindo, enquanto aqui está abolida em consequência do v. 23 (cf. Zc 14.7). Em contraste com o charco de fogo, imaginado como em trevas, reluz um mundo sem lusco-fusco.

**26** Os reis, no entanto, não trazem apenas sua dignidade real (“glória”, v. 24) para dentro da cidade, mas também o orgulho e o esplendor dos povos na forma de bens da nova terra. **E lhe trarão a glória e a honra das nações** (“E serão levadas para dentro dela a glória e a honra das nações” [tradução do autor]). “Honra” significa, no presente caso, um objeto de valor concreto. Talvez devamos pensar em contribuições para o templo, assim como no passado foram trazidos por Israel do país inteiro para Jerusalém. O objetivo é comparecer com elas diante de Deus no templo e celebrar como povo de sua propriedade. Em consonância, João vê os povos da terra inteira em movimentação litúrgica: povos livres que servem livremente a seu Redentor sobre uma terra livre. Esse acontecimento já era apontado por Ap 21.3.

**27** O v. 27 flameja uma advertência. **Nela, nunca jamais penetrará coisa alguma contaminada** (“impuro” [NVI, TEB, BLH, VFL]). “Mesmo com portões abertos e brilhante luz do dia, qualquer um não pode entrar, ter de Deus a companhia.” De acordo com o v. 25, os portões de fato não estão fechados, porém são vigiados, conforme o v. 12. Para percebê-lo, é preciso sentir a linguagem metafórica. Não se pode depreender da afirmação que ainda aparecem pessoas indignas diante desses portões, pedindo admissão e sendo rejeitadas. Pelo contrário, ela constata em termos positivos a pureza do novo mundo. Ela contém no máximo uma rejeição diante de pensamentos e desejos que se movem no leitor do Ap daquele tempo e de hoje.

O uso do termo *impuro* é bem conhecido dos leitores da Bíblia a partir de At 10.14,15; 11.8,9. Trata-se do que é impuro para o culto, que não pode ser admitido às celebrações. No presente texto chama atenção a forma gramatical neutra, enquanto os paralelos do AT falam de *peessoas* impuras (Is 35.8; 52.1; Ez 44.9). Será que aqui se está pensando nas contribuições e oferendas do v. 26? A continuação fala igualmente de pessoas que não são toleradas na cidade, a saber, **o que pratica abominação** (“atos hediondos”) e **mentira**. São os adeptos da besta e do profeta de mentira que a si mesmo se endeusam. A eles são contrapostos pelo Ap, tanto aqui como em diversas outras ocasiões, aqueles que estão anotados no livro do Cordeiro (cf. o exposto sobre Ap 13.8).

## 7. O trono de Deus no meio da cidade, 22.1-5

- <sup>1</sup> **Então, me mostrou o rio da água da vida, brilhante como cristal, que sai do trono de Deus e do Cordeiro.**
- <sup>2</sup> **No meio da sua praça (“rua principal”), de uma e outra margem (“daqui e de lá”) do rio, está a árvore da vida, que produz doze frutos, dando o seu fruto de mês em mês, e as folhas da árvore são para a cura dos povos.**
- <sup>3</sup> **Nunca mais haverá qualquer maldição. Nela, estará o trono de Deus e do Cordeiro. Os seus servos o servirão** (como sacerdotes),
- <sup>4</sup> **contemplarão a sua face, e na sua frente está o nome dele.**
- <sup>5</sup> **Então, já não haverá noite, nem precisam eles de luz de candeia, nem da luz do sol, porque o Senhor Deus brilhará sobre eles, e reinarão pelos séculos dos séculos.**

A repetição da introdução do anjo (“o anjo também me mostrou” [BLH]) anuncia algo especial. A parte principal do livro desde o cap. 4 chega ao alvo. Assim como ela foi iniciada por uma visão do trono, assim ela também é encerrada por uma visão do trono. De fato esse trono é o elemento constante no tempo e na eternidade, a figura central do Ap (cf. o exposto sobre Ap 3.21). De acordo com essa constância, Ap 22.1-5 não retorna simplesmente aos cap. 4,5, por mais que os paralelos devam ser observados, pois o trono aparece ao vidente agora não mais no céu, mas sobre a nova terra. Também hão de se evidenciar outras mudanças.

No mais, o novo trecho trata sem mudança do tema da nova Jerusalém. Embora falte o termo “cidade”, sem dúvida os pronomes no v. 2 (“sua rua”) e no v. 3 (“trono de Deus nela”) a pressupõem. Igualmente o número doze volta a reger as afirmações (v. 2). O avanço substancial das idéias



consiste meramente no fato de que agora os conceitos da luz e da santidade são completados pelo da vida. Conforme a teologia de João, luz e vida formam um conjunto. “A vida estava nele e a vida era a luz dos homens” (Jo 1.4). Contudo, de que maneira João haveria de contemplar essa “vida” numa visão? Isso acontece por meio das figuras paradisíacas da água da vida e da árvore da vida.

Dessa forma a antiga expectativa do paraíso no fim dos tempos desemboca na expectativa da nova Jerusalém (não, p. ex., na expectativa do milênio!). Há muito ambas haviam sido fundidas profundamente no mundo ao redor de João, de modo que essa visão convergente não causava mais espécie. Ambas as grandezas da salvação – o paraíso e Jerusalém – significam a comunhão perfeita entre Deus e o ser humano, ou que o ser humano, sem qualquer perturbação, está em casa junto de Deus. É por isso que o judaísmo descrevia o paraíso, p. ex., com as qualidades características de uma cidade, a saber, com muralhas e portões. Até o próprio Ezequiel já conjuga Jerusalém e o paraíso, um fato que forçosamente exercia uma influência justamente sobre os pensamentos de João.

- 1 De forma análoga como em Ap 21.1-8 ou 21.22-27, o presente trecho subdivide-se em descrição da visão (v. 1,2) e interpretação profética (v. 3-5). **Então, me mostrou o rio da água da vida.** O termo **rio** intensifica à plenitude máxima a expressão já conhecida do livro, da água da vida (Ap 7.17; 21.6). Justamente no Oriente, que é quente e pobre de lagos e rios, o valor inestimável da água era algo diretamente evidente. Água significava oásis e constituía a condição básica para a vida vegetal, animal e humana. A riqueza de água é o fundamento do paraíso. Em Gn 2.10-14 o profeta dos tempos iniciais vê quatro potentes rios paradisíacos brotarem do jardim de Deus para todos os quadrantes, abraçando e regando a criação. Em decorrência, a riqueza de água também faz parte da esperança escatológica (nota 1046). Além disso, o leitor do Ap, ao ouvir o som da palavra rio, podia lembrar-se do dilúvio destruidor de Ap 12.15, ao qual agora é contraposta a imagem contrária.

A expressão **rio da água da vida** tem um único paralelo em Jo 7.38. Também na presente passagem ela nos leva a pensar no Espírito Santo, de forma que essa visão final adquire um enorme peso trinitário: Deus e o Cordeiro e, saindo de ambos, o Espírito Santo, como portador da vida. O aspecto da água, **brilhante como cristal**, evoca o mar de vidro que conforme Ap 4.6 se estende diante do trono de Deus. Ao que parece, agora ele começou a fluir.

Conforme o AT, a fonte da água da vida é o templo em Jerusalém (Ez 47.1; Jl 3.18; Zc 13.1; 14.8). Aqui, porém, refuta-se, de acordo com Ap 21.1,2, qualquer equívoco relativo à profecia do AT: essas passagens não nos dizem que devemos esperar por um novo culto no templo, mas pela pessoa salvadora do próprio Deus, pois essa água **sai do trono de Deus e do Cordeiro**. Em Ap 4.5 raios e trovões, a saber, juízos, partiam desse trono. Isso está no passado. Os juízos foram cumpridos, e incessantemente Deus faz jorrar vida para dentro de seu mundo.

No âmbito do Ap, somente os versículos 1 e 3 trazem a locução completa **trono de Deus e do Cordeiro**. Tecnicamente, no cap. 5 o trono de Deus já havia se tornado também trono do Cordeiro (cf. Ap 3.21), mas agora essa verdade se manifesta com clareza máxima. Esse trono é o centro do qual jorra tudo. É nele que o mundo encontra sua essência, não em si próprio.

João observa o rio junto do trono de Deus, a saber, brotando **no meio da sua praça** (“rua principal” [BLH]). A posição central sempre é muito significativa no Ap (cf. o comentário a Ap 4.6; 5.6). Aqui ela se refere ao trono de Deus com sua emanção de salvação e vida. O meio provavelmente é marcado pelo ponto de cruzamento dos doze acessos ao trono, que levam à cidade através dos doze portões. Então teríamos uma única via diante do trono (cf. o exposto sobre Ap 21.21).

- 2 Além disso, João viu **de uma e outra margem do rio... a árvore** (“madeira”) **da vida**. Visto que em Ez 47.7,12 há fileiras de árvores ao longo das margens, deve-se pressupor também aqui que o rio verte para os arredores da cidade, sim, sobre a terra inteira. As nações vivem das folhas das árvores, que margeiam ambos os lados do rio e estão sempre atingíveis, assim como os povos também vivem da luz que irradia de Jerusalém sobre a terra toda (Ap 21.24).

Em Ez 47.12 Ezequiel fala de uma série mensal de frutos das árvores. Aqui, no entanto, menciona-se expressamente o número doze (cf. o exposto sobre Ap 21.12). A madeira **produz** (“faz”) **doze** (vezes) **frutos**, ao frutificar a cada mês. Em decorrência, a profusão de água enfatizada no v. 1 beneficia os povos na forma dessa plenitude de frutos. Com vistas a Ap 7.17; 21.6, chama atenção o fato de que na presente visão não se diz nada sobre beber a água da vida. Contudo, isso depõe em favor da autenticidade da visão e de que seu relato é confiável.



A autonomia da visão igualmente se torna evidente na utilização das árvores. Ao contrário de Ap 2.7; Gn 3.3 e Ez 47.12 não são os frutos, cuja abundância acaba de ser enaltecida tanto, mas sim as folhas das árvores que beneficiam os povos. **As folhas da árvore** (“madeira”) **são para a cura dos povos**. Em Ez 47.9 lê-se: “e sararão, e viverá tudo por onde quer que entrar esse ribeiro” (RC).

Acaso não constatamos nessa passagem um forte indício de que o texto de Ap 22.1-5 ainda não descreve a nova criação plena prometida em Ap 21.5? Afinal, pessoas saudáveis não precisam do remédio. Logo, pressupõe-se pacientes.

É agora a ocasião para retomarmos a preocupação do EXCURSO 20c, i. é, de abordarmos com disposição e sensatez a forma metafórica dos capítulos da consumação. Em Ap 21.1 João atestou da forma mais clara possível que ele viu a nova criação, na qual nada mais é velho. O mar não existe mais, o primeiro realmente passou (v. 4). Que significado terão, diante disso, passagens como Ap 21.4,6,27; 22.2? Será que com elas João realmente teve a intenção de dizer que na nova terra pessoas aos prantos correm de um lado ao outro (Ap 21.4), sedentas (Ap 21.6), atormentadas por doenças (Ap 22.2) e que pessoas impuras, blasfemas e mentirosas aparecem diante dos portões da cidade de Deus (Ap 21.27), pedindo para entrar? Que sentido teria o testemunho da nova terra, se nela se voltasse a derramar as velhas lágrimas e a sofrer os velhos males? Será que com a nova criação também os velhos males foram renovados?

Pelo contrário, essas metáforas inserem-se na série de notas de ausência que caracterizam os dois capítulos (nota 1030). Assim como depois da nova criação não existe mais mar, morte, lamento, grito e dor, nem templo, necessidade da luz dos astros, fechamento dos portões, banimento ou noite, assim também não há mais lágrimas, sede, impureza nem enfermidade. Todas essas coisas justamente *não* sobreviveram ao desaparecimento total do velho mundo em Ap 20.11. Quanto à importância pastoral dessa nota de ausência, cf. o comentário a Ap 21.1. Basta repassar essas correlações de todos os lados, para reconhecer o sentido unívoco do discurso metafórico. Os orientais talvez se espantariam ao ver quanta imperfeição nós ocidentais encontramos nesses capítulos de perfeição e como somos capazes de deixar de ouvir um testemunho tão radiante sobre o novo mundo de Deus e do Cordeiro.

Voltamo-nos agora à análise exaustiva do próprio texto. **Os povos** (“nações” [NVI, TEB, BJ, VFL, BV]), que segundo Ap 21.24 usufruem a luz da cidade de Deus, segundo o presente versículo usufruem do mesmo modo da sua vida. Um conceito aprofunda o outro (cf. a observação preliminar ao trecho). Acontece que não recebem a vida eterna como uma propriedade, que agora repousa nelas próprias e do qual de agora em diante poderão usufruir desvinculadas de Deus. A nova vida, pelo contrário, é dependência perene. Da plenitude que flui e que jorra do trono no centro, elas recebem graça sobre graça. Conforme a Bíblia, a vida eterna não é vida estática, mas sim um movimentado dar e receber, presentear e ser presenteado (cf. o exposto sobre Ap 21.25). Nesse processo, a plenitude de vida do rio se transmite às árvores em suas margens, que deitam suas raízes dentro dele. A ilimitada fertilidade dessas árvores, por sua vez, transmite-se às pessoas, que consomem as suas folhas. Dessa maneira os beneficiados não murcham nem envelhecem, e tampouco definham com qualquer enfermidade. Essa é uma nítida superação do primeiro paraíso, no qual ainda não se podia comer da árvore da vida (Gn 3.22).

No presente local, no entanto, impõe-se mais uma vez com força a pergunta de como João diverge dos modelos do AT. Aqui na verdade não consta nada sobre comer os frutos, como em Gn ou Ez 47.12: “Suas folhas não murcharão e seus frutos não acabarão; a cada mês darão uma nova colheita, porque a água da torrente sai do santuário. Seus frutos servirão de alimento, e suas folhas, de remédio” (TEB). Terá algum significado o fato de que essa visão omite elementos tão óbvios?

Na realidade o Ap também faz uso do outro aspecto da figura, a saber, no oráculo do vencedor em Ap 2.7. Será que tem algum significado a distribuição dos frutos e das folhas entre a igreja e as nações, respectivamente? Em todo caso, Ap 21.22 distingue nitidamente entre nova cidade e nova terra (Ap 21.1,2), entre o sacerdócio (Ap 22.3) e as nações (Ap 21.24,26; cf. 21.3), as quais naturalmente se encontram numa relação abençoada com a cidade e participam, como os sacerdotes, na vida litúrgica.

Considerando, pois, que a eficácia de cura das folhas se refere justamente às nações, não portanto à igreja noiva, poderia residir nisso uma indicação de que esses povos, que até a parusia eram gentios, ficaram curados do paganismo. Demasiadas vezes a Bíblia fala de forma metafórica de enfermidades, de cegueira moral e espiritual, de surdez e paralisia, do respectivo tropeçar ou da lepra para que essa linha não pudesse ser conjecturada aqui. O gentio é aquele ser humano que diante de

Deus está gravemente enfermo. Assim compreendida, essa nota de ausência significa: não existem mais gentios, não existe mais uma humanidade retorcida, deturpada, perdida e infrutífera.

- 3 A partir do v. 3 principia o discurso profético, prolongando a linha da superação do paraíso. **Nunca mais haverá qualquer maldição** (“E não haverá na cidade nada que esteja debaixo da maldição de Deus” [BLH]; “E tudo que está debaixo da maldição [toda maldição] não existirá mais” [tradução do autor]). *Esse* paraíso não tem serpente nem ameaça de morte, nem algo que fira a santidade de Deus.

Deus não poderia morar onde ainda houvesse uma maldição. “Não serei mais convosco, se não desarraigardes o anátema do meio de vós” (Js 7.12 [RC]). Visto, porém, que a terra se apresenta sem merecer qualquer punição, o céu pousou sobre ela (Ap 21.2,3) e ela se tornou lugar da entronização de Deus.

É a esse eixo que se referem os últimos versículos. **Nela, estará o trono de Deus e do Cordeiro. Os seus servos o servirão** (“adorarão”) como sacerdotes. Em torno do trono desenrola-se atividade litúrgica. Os servos de Deus e do Cordeiro aparecem como o que já eram desde Ap 1.5,6 e continuam sendo ininterruptamente desde a parusia (Ap 20.4,6), a saber, sacerdotes. A palavra para *servir* usada no presente versículo foi tomada na Bíblia como termo fixo para o serviço sacerdotal, com o auge especial da adoração. Esse serviço significa ser definitivamente liberto de qualquer domínio estranho por parte do pecado, da morte e do diabo (cf. o comentário a Ap 7.15). Conseqüentemente, nesse serviço o ser humano todo revive. Finalmente o ser humano é ser humano e serve a Deus de todo o coração, de toda a alma, com todas as suas forças e com todo o entendimento.

É esse o “descanso” em que o povo de Deus entrará segundo a carta aos Hebreus. Ele descansa de suas fadigas (Ap 14.13), não porém de seu serviço. O descanso consiste no movimento contínuo do serviço, sem transtornos. De acordo com as promessas de Deus, mas também de acordo com tudo que move o coração e os desejos de seus servos, esse serviço terá continuidade na consumação. Nem morte nem ressurreição, nem juízo nem nova criação os separarão do serviço a Jesus. Nunca mais sua existência se desprenderá do senhorio de Deus e do Cordeiro. “Porque, se vivemos, para o Senhor vivemos; se morremos, para o Senhor morremos” (Rm 14.8).

A frase “o adoração” traz o pronome no singular, que pelo contexto se refere a *Deus e ao Cordeiro*, ou seja, a uma dupla. Dessa maneira atesta-se a unidade inseparável, não das pessoas, mas seguramente das funções. Deus aparece com o Cordeiro, de maneira inseparável, como *um só* senhorio. Isso já foi dito em Ap 3.21 e constitui o fundamento de todo o livro. Na visão da consumação, essa formulação se acumula (quatro vezes). Justamente ao atingir o seu alvo o Ap se distancia extremamente de um Deus “em si”. Ele aparece na comunhão eterna com aquele personagem de sacrifício. A ele, ao Cordeiro, ele entregou tudo. Cada pessoa terá de dirigir-se a ele. O Cordeiro representa integralmente a Deus, e o senhorio de Deus é o senhorio do Cordeiro.

- 4 Para os servos de Deus desdobra-se a promessa de um servir futuro ainda mais. Eles **contemplarão a sua face**. Não somente têm o direito de esperar pela continuação do serviço, mas também por um serviço melhor. Ainda não estão vendo face a face àquele a quem servem. Por essa razão ainda não estão servindo tão bem como deveriam servi-lo. Mesmo quando têm boa intenção não executam sempre um serviço bom, e sobretudo falta-lhes a necessária alegria e liberdade. Quando, porém, virem a sua face, seu serviço assumirá forma perfeita, motivo pelo qual também a glória de Deus e do Cordeiro brilhará plenamente. Dessa forma concretiza-se o alvo da criação pelo próprio Deus: uma humanidade que lhe serve e que o glorifica.

Esse alvo não foi atingido na primeira criação. A respeito dela Ap 20.11 diz, em síntese, que ela fugiu da presença de Deus (cf. Ap 6.16). A essa precipitação no nada contrapõe-se, depois da nova criação, a permissão de que pessoas renovadas vejam essa mesma face.

A continuação concretiza a plenitude desse novo culto a Deus: **e na sua frente está o nome dele** (“E seu nome será visível na testa deles” [tradução do autor]). Bengel escreve: “De maneira muito formosa estão sendo colocadas lado a lado a face de Deus e as testas dos servos. Como se espelhará, então, a glória de Deus!”

O culto desses servos de Deus não se limita a uma realização unilateral, mas um reflexo do Senhor glorificado recai sobre seus servos. “Se alguém me servir, o Pai o honrará”, prometera Jesus (Jo 12.26). Como cumprimento dessa promessa e também dos oráculos dos vencedores em Ap 2.17; 3.12 agora o nome de Deus torna-se legível em suas frentes.

Com toda a certeza o nome de Deus não aparece em testas impróprias. Quando ele reluz torna-se manifesto simultaneamente que a imagem de Deus nesses servos foi verdadeiramente restaurada. Os

que levam o seu nome serão “semelhantes a ele”. Essa expressão de 1Jo 3.2 não soa muito diferente de Gn 3.5: “você será como Deus!” (BLH). Contudo, as afirmações formalmente similares estão a mundos de distância uma da outra. Em uma ocasião a verdade “o ser humano foi feito à semelhança de Deus” é distorcida pela serpente no sentido de que ser como Deus é igual a ser pessoalmente Deus e ocupar o trono. Em contrapartida, o “ser semelhante a ele” de João significa: combinar com ele, ser criado e redimido para a comunhão com ele.

No versículo final (v. 5) o paraíso dos tempos iniciais mais uma vez é excedido. O cumprimento escatológico traz consigo um paraíso sem a expulsão de Gn 3.24, um paraíso ininterrupto e infinito. Para atingir esse propósito, João parece contentar-se com repetições dos cap. 21. Já lemos em Ap 21.25 que não existe mais noite, e Ap 21.23 já dizia que não há mais necessidade da luz do sol e da lua. Contudo, novamente um olhar mais atento será profícuo.

- 5 **Então, já não haverá noite, nem precisam eles de luz de candelabro** (“candelabros” [BLH]), **nem da luz do sol**. A afirmação aparece num contexto diferente de Ap 21.23,25. O que lá era relacionado com a cidade de modo geral, aqui vale expressamente para os servos de Deus. Nesses últimos versículos dissipam-se as ilustrações da cidade e do jardim de Deus, cedendo à imagem do Santíssimo e da comunhão direta no culto a Deus. Dessa forma cada palavra obtém um brilho ainda mais vivo, um ardor ainda mais profundo.

**Porque o Senhor Deus brilhará sobre eles.** Não está mais em pauta algo qualquer relativo a Deus, nem mesmo sua glória, antes o próprio Deus vem ao encontro deles face a face. E sua face **brilhará sobre eles**. Em Ap 21.23 encontramos a noção física de que a glória de Deus ilumina a cidade. Agora, porém, formam-se um calor e uma plenitude especiais pela evidente alusão à antiquíssima bênção abraâmica de Nm 6.24-26 (conforme a LXX): “O Senhor te abençoe e te guarde; o Senhor faça resplandecer o rosto sobre (em grego *epi*) ti e tenha misericórdia de ti; o Senhor sobre (em grego *epi*) ti levante o rosto e te dê a paz.”

Aquilo por que Israel durante milênios suplicou ao céu e por intermédio dos seus sacerdotes em suas horas mais sagradas, agora é concedido plenamente. Ademais, não desce nenhum crepúsculo sobre esse presente, a saber, de poder saciar-se com a contemplação da imagem de Deus. Não haverá noite, não haverá necessidade de deixar o lugar, mas unicamente um “eterno falar eternamente com Jesus”.

**E eles reinarão regamente pelos séculos dos séculos.** Novamente somos auxiliados pelo pano de fundo do livro de Gênesis. Que significa aqui *reinar*? “Agora vamos fazer os seres humanos, que serão como nós, que se parecerão conosco. Eles *terão poder*... E os abençoou, dizendo: – Tenham muitos e muitos filhos; espalhem-se por toda a terra e a dominem. E *tenham poder* sobre os peixes do mar, sobre as aves que voam no ar e sobre os animais que se arrastam pelo chão” (BLH). Essa citação detalhada deverá eliminar a idéia de que o exercício do poder pelos seres humanos pressupõe desde sempre também pessoas dominadas. Em Gn 1.26-28 trata-se nitidamente do domínio do ser humano sobre a natureza. Deus, o Senhor sobre toda a criação, escolhe o ser humano como seu representante (imagem), que em nome de Deus deve exercer poder sobre a natureza inferior. No mundo antigo, que considerava a natureza como algo divino, isso era uma descoberta sem comparação.

Conseqüentemente, os servos de Deus no novo paraíso não regem sobre as “nações” de Ap 21.24,26; 22.2. Isso sem dúvida seria conveniente para o velho Adão em nós, para o qual é tão difícil compreender a nova estrutura de Jesus: “*um só* é vosso Mestre, e vós todos sois irmãos” (Mt 23.8,10). “Como sabeis, os chefes das nações as mantêm sob seu poder... Não deve ser assim entre vós” (Mt 20.25,26 [TEB]). Logo, nada feito com a dominação do homem sobre o homem. Isso não seria condizente com o AT nem com o NT, antes seria gentílico. Seria novamente “Egito”, e jamais “paraíso”.

Os presentes versículos, no entanto, rebatem de forma ainda mais direta os desejos de dominação. Os v. 3,4 já descrevem mais de perto a função dos servos de Deus diante do trono, ou seja, o reinado com ele. Consiste do serviço sacerdotal. Desse modo fica definido o conteúdo de seu reinado diante da nova criação. Em Ap 20.4,6, assim como também em Ap 5.10, a troca dos termos “reinar” e “ser sacerdote” chamou atenção.

Quanto tempo os sacerdotes permanecerão entre Deus e a criação? **Pelos séculos dos séculos** (“Até as eras das eras” [tradução do autor]). Ao aspecto ininterrupto de seu reinado, evidenciado pela primeira metade do versículo, agrega-se o aspecto infinito dele: são sacerdotes para todo o sempre. Sendo esse o futuro que os espera, seria bom que hoje já se preparassem para ele. Tornar-nos

sacerdotais – esse é o programa de nossa vida atual. Para isso é preciso ser redimido (Ap 1.5,6), porém também é necessário reestruturar nosso ser até nos fundamentos, reprogramar todas as intenções e sentimentos.

## XIV. EPÍLOGO

### A PALAVRA FINAL DO APOCALIPSE

#### 22.6-21

Surgem dificuldades para definir a estrutura dos últimos dezesseis versículos do Ap. Parece que se encontram numa “desordem inextricável” (P. Boismard, citado por Brüttsch). Ouvem-se cinco vozes distintas (Cristo, anjo, João, Espírito e noiva), ainda numa alternância aleatória, a ponto de que em alguns lugares não se pode definir com certeza quem está falando. A subdivisão resultará de acordo com as suposições dos comentaristas, caso deva ser feita com base nas vozes. Por isso é recomendável subdividir segundo critérios temáticos. O epílogo sublinha inicialmente a autoridade divina do livro (v. 6-9), depois sua atualidade (v. 10-17) e finalmente sua vigência normativa na igreja (v. 18-21). Em cada trecho ressoam diversas vozes e sobretudo a poderosa declaração do próprio Senhor: “Eis, eu venho sem demora (‘numa rapidez’!)” (v. 7,12,20). O vocábulo “vir” se acumula mais para o final (sete vezes, cinco das quais nos v. 17,20), de maneira que ele praticamente martela nos ouvidos o tema do livro.

É inegável que o texto estabelece conexão com a abertura do livro. Como uma moldura, ele abraça, com Ap 1.1-3, o conteúdo do livro, proporcionando assim uma grande coesão objetiva. No trecho final, porém, os temas de Ap 1.1-3 retornam intensificados e enriquecidos.

#### 1. A autoridade do livro, 22.6-9

- <sup>6</sup> **Disse-me ainda: Estas palavras são fiéis e verdadeiras. O Senhor, o Deus dos espíritos dos profetas, enviou seu anjo para mostrar aos seus servos as coisas que em breve devem acontecer.**
- <sup>7</sup> **Eis que venho sem demora. Bem-aventurado aquele que guarda as palavras da profecia deste livro.**
- <sup>8</sup> **Eu, João, sou quem ouviu e viu estas coisas. E, quando as ouvi e vi, prostrei-me ante os pés do anjo que me mostrou (todas) essas coisas, para adorá-lo.**
- <sup>9</sup> **Então, ele me disse: Vê, não faças isso; eu sou conservo teu, dos teus irmãos, os profetas, e dos que guardam as palavras deste livro. Adora a Deus.**

**6,7** Toma a palavra o “anjo mostrador” de Ap 1.1. **Disse-me ainda: Estas palavras são fiéis e verdadeiras** (“E ele me disse: Essas palavras são fiéis e verdadeiras” [tradução do autor]). Por meio dessa formulação, usada agora pela terceira vez em afirmações do Ap (ainda em Ap 21.5 e de forma abreviada em Ap 19.9), o livro é declarado como sendo palavra de Deus. De certo modo está embebido pela natureza de Deus, pois “fiéis e verdadeiros” são os próprios Deus e Cristo (Ap 3.14). Essas palavras estão de pé com Deus, motivo pelo qual jamais cairão. Nelas se decidem salvação e perdição (v. 7).

O caráter divino do livro, que antecede qualquer apreciação humana, também está ligado à sua origem divina. **O Senhor, o Deus dos espíritos dos profetas, enviou seu anjo.** Ao contrário de Ap 1.1, ressoa agora uma expressão extensa e solene para Deus. Ele é o Senhor das diversas manifestações do Espírito *único* aos profetas durante os milênios. Esse mesmo Senhor, que já despertou a Moisés, Samuel, Isaías, Jeremias, Ezequiel ou Zacarias, também entra em ação no presente livro do Ap. O escrito tem origem na mesma fonte, razão pela qual faz parte da mesma correnteza. Os leitores não devem colocá-lo de lado ou mesmo abaixo da Bíblia.

O anjo tem a incumbência de **mostrar aos seus servos as coisas que em breve devem acontecer** (“o que deve acontecer numa rapidez”). Essa frase repete textualmente Ap 1.1, mas de imediato recebe uma poderosa explicação: **Eis que venho sem demora** (“venho numa rapidez”)! Está, pois, sintetizado tudo o que precisa acontecer conforme os desígnios de Deus. Na vinda de Jesus a profecia bíblica chega ao alvo, e retorna a soberania exclusiva de Deus. Isso inclui a vinda das visões

relatadas no presente livro e do juízo final, bem como a nova criação. Os v. 12 e 20 reiteram essa síntese (quanto à expectativa cristã imediata, cf. q1 34-52).

Também a bem-aventurança de Ap 1.3 se repete aqui, embora alçada a um nível superior pela anterior plenificação expressa do conceito “palavra da profecia”. **Bem-aventurado aquele que guarda as palavras da profecia deste livro** (“Feliz o que guarda as palavras proféticas deste livro” [TEB]).

**8,9 Eu, João, sou quem ouviu e viu todas estas coisas.** Também em Ap 1.1,9 João ainda acrescentou sua própria autoridade. Imediatamente, porém, ele se submete à mensagem anunciada por ele próprio. **E, quando as ouvi e vi, prostrei-me ante os pés do anjo que me mostrou todas essas coisas, para adorá-lo** (“venerá-lo”). **Então, ele me disse: Vê, não faças isso; eu sou conservo teu, dos teus irmãos, os profetas, e dos que guardam as palavras deste livro. Adora a Deus.**

Em instante algum João aceita a idéia de admirar-se a si mesmo pela mensagem, pois, afinal, ela não nasceu das suas qualidades. Involuntariamente ele tenta dirigir sua veneração àquele que a transmitiu a ele, ou seja, ao anjo mostrador. Este, porém, é vigilante e de imediato transfere a adoração ao nível mais alto, onde é cabível, a saber, a Deus.

Em Ap 7.14 um anjo de alta categoria tolera que seja tratado de “Senhor!” Contudo, por mais elevado que esteja, nenhum anjo pode obstruir a honra de Deus. Por isso o anjo do presente texto dá lugar a Deus, para que o mensageiro não seja confundido com o emissário da mensagem e fature os efeitos da mensagem em benefício próprio.

Essa é a atitude do verdadeiro servo. Assim como João se mostrou como verdadeiro servo quando não caiu na admiração de si próprio nem buscou conquistar admiração na igreja, assim o anjo não fica para trás. Por isso João e o anjo são **conservos**. Não há como afirmar que João tenha sido promovido, como se alçado ao nível do anjo. Pelo contrário, cada um deles ocupou decentemente seu lugar a serviço da profecia, de sorte que a mensagem chegou pura e verdadeira e com autoridade divina na igreja.

A frase acrescentada contém, sem que seja pronunciada, a exortação a que todos os destinatários do Ap imitem João e o anjo e sejam aprovados também como “conservos”. O anjo fala dos irmãos de João, **os profetas e daqueles que guardam** (“cumprem”) **as palavras deste livro**. Não faria sentido contrapor de um lado profetas e de outro aqueles que cumprem as palavras deste livro. Portanto, o “e” não tem significado aditivo, mas explicativo: “a saber, enquanto cumprem as palavras deste livro”. Além de um sacerdócio geral na igreja João também tem ciência de um profetismo geral (nota 91).

Os irmãos cristãos de João, que são todos “profetas”, são submetidos, pois, a uma disciplina especial. Assim como o mediador da mensagem, também os que a recebem devem precaver-se de galgar para si mesmos posições, fama ou adeptos. Adore a Deus!

## 2. A atualidade do livro, 22.10-17

<sup>10</sup> **Disse-me ainda: Não seles as palavras** (“não faça segredo das palavras”) **da profecia deste livro, porque o tempo** (de acontecerem essas coisas) **está próximo.**

<sup>11</sup> **Continue o injusto fazendo injustiça, continue o imundo ainda sendo imundo; o justo continue na prática da justiça, e o santo continue a santificar-se.**

<sup>12</sup> **E eis que venho sem demora, e comigo está o galardão que tenho para retribuir a cada um segundo as suas obras.**

<sup>13</sup> **Eu sou o Alfa e o Ômega, o Primeiro e o Último, o Princípio e o Fim.**

<sup>14</sup> **Bem-aventurados aqueles que lavam as suas vestiduras [no sangue do Cordeiro], para que lhes assista o direito à árvore da vida, e entrem na cidade pelas portas.**

<sup>15</sup> **Fora ficam os cães, os feiticeiros, os impuros, os assassinos, os idólatras e todo aquele que ama e pratica a mentira.**

<sup>16</sup> **Eu, Jesus, enviei o meu anjo para vos testificar (todas) estas coisas às igrejas. Eu sou a Raiz e a Geração de Davi, a brilhante Estrela da manhã.**

<sup>17</sup> **O Espírito e a noiva dizem: Vem! Aquele que ouve, diga: Vem! Aquele que tem sede venha, e quem quiser receba de graça a água da vida.**

O anjo muda de assunto. Frase por frase, até o v. 17, passa a ser explicável a partir da proximidade da vinda de Jesus. Foi no sentido dessa expectativa da proximidade que todo o livro foi escrito (cf. qi).

- 10 Disse-me ainda: Não seles as palavras da profecia deste livro, porque o tempo está próximo.** A frase justificativa acerca da proximidade do tempo distingue radicalmente o Ap do apocalipsismo judaico. Nele “Enoque” ou “Abraão” ou outro patriarca escolhido (qi 32) olham para um futuro distante e nebuloso, vislumbrando atrás de intrincados e encobertos processos históricos o dia do Senhor. Seus escritos respiram submissão, e constantemente submissão à história, mas jamais essa alegria pré-nupcial da noiva como em João. Tampouco o livro de Daniel participa dessa expectativa cristã da proximidade da parusia: “Preserva a visão (em segredo), porque se refere a dias ainda mui distantes”, afirma-se em Dn 8.26, e em Dn 12.4 consta: “Sela este livro até o tempo do fim!” (TEB). Ele não deve ser comentado e profanado prematuramente por pessoas incompreensíveis, mas deve permanecer bem guardada até mais tarde, para ficar à disposição como um presente bem-vindo.

Como um contraste proposital soa aqui a instrução do anjo. João não deve privar a atualidade e a opinião pública de seu livro. Pequenos círculos internos, que se agrupam em torno dessa mensagem e que permanecem sendo pequenos círculos fechados, são desobedientes. A mensagem deve ser anunciada na igreja toda e defendida perante o mundo inteiro (cf. o comentário a Ap 1.3). Diante da preocupação sobre as conseqüências dessa atitude, o presente trecho do livro significa uma única exortação à obediência. Um cristianismo que deixa o último livro da Bíblia repousando entre as duas capas do volume é, sem sabê-lo, cego, alienado do mundo e ridículo.

- 11** Diante de uma exigência radical em geral três grupos formam-se entre nós humanos: um pequeno grupo que obedece, outro grupo igualmente pequeno que se opõe abertamente, enquanto a maioria tende para o campo intermediário das meias respostas, para a terceira via. Contrariamente, ressoa agora um poderoso “*tertium non datur*”: Uma terceira opção não existe! Frentes claras! **Continue o injusto fazendo injustiça, continue o imundo ainda sendo imundo; o justo continue na prática da justiça, e o santo continue a santificar-se.**

Obviamente o presente versículo não contém nenhuma solicitação geral para que se continue pecando. Temos de observar seu contexto sólido. A igreja ouviu o livro numa preleção de cerca de uma hora e meia. João havia entregue tudo o que recebera, numa luta inaudita contra medo, dúvidas, incertezas, leviandade, amor ao mundo e temor diante do sofrimento. Agora é a vez dos ouvintes traçarem o balanço. Não se discute infinitamente. “Quem não se deixa conquistar por esse livro, não será conquistado” (Bengel).

Portanto, que agora sejam tomadas as decisões. Desocupem o campo intermediário! Passem a limpo cada intenção, cada pensamento, cada palavra e cada ação – de uma forma ou outra! “Quem dera fosses frio ou quente!” já se ouviu na mensagem à igreja em Ap 3.15. Essa determinação pela clareza vai ao ponto de que até o desobediente é desafiado a levar sua linha de conduta à conseqüência plena (cf. EXCURSO 4c): continua a praticar a injustiça! Prossegue, se não estás disposto a aceitar advertências! Num certo estágio Deus solta o obstinado e o deixa escapar para sua obstinação com todas as conseqüências, para que grasse a injustiça (Mt 24.12; Rm 1.24-32). Portanto, que cada qual se torne exatamente o que é, e reconheça o que é, e experimente um susto salutar diante de si próprio.

Em decorrência, o presente versículo se apresenta como a última, a mais severa forma do chamado ao arrependimento. O v. 14 demonstra que também a solicitação de que os maculados continuem se maculando é um chamado à conversão no sentido mais profundo. Segundo esse versículo, os maculados devem lavar suas roupas.

- 12** Como impulso para o arrependimento (EXCURSO 1d) a exclamação **E eis que venho sem demora** (“numa rapidez!”) ressoa no presente contexto. Em contraposição, a afirmação: “Meu Senhor ainda demorará muito tempo” extirparia toda a força espiritual e deixaria a pessoa afundar-se, sem esperança, em si própria. Isto acontece porque com a vinda de Jesus também vem seu **galardão** (“recompensa”) **que tenho para retribuir a cada um segundo as suas obras** (“segundo a sua obra” [RC]). Depois que o Ap apregoeou incansavelmente o parâmetro das obras (por último em Ap 20.12), segue-se aqui uma expressão de síntese. Em lugar de “obras” Jesus fala da obra no singular (cf. RC e BJ), da prática da vida toda. Não interessa a vida intencionada ou ideologicamente transfigurada, mas sim a vida vivida. Cristo entrará como advogado da realidade e dará fim ao domínio das aparências.



Por diversas vezes já abordamos que a *recompensa* de modo algum é paga por obrigação, mas muito antes por graça (Rm 4.4). Essa conclusão surge logo que consideramos de que consiste a recompensa, de acordo com a Bíblia. Uma referência especialmente clara é Gn 15.1: “Eu sou o teu escudo, e teu galardão será sobremodo grande”. Portanto, recompensa não é um acerto com isso ou aquilo, depois do qual as pessoas se separam pacificamente, mas pelo contrário, é a comunhão profunda e plena com Deus como um eterno permanecer em convivência. Contudo, já entre seres humanos a comunhão não é uma moeda com a qual se paga. Ela é doação, e precisamente a forma final da comunhão com Deus será um presente puro.

**13** O “eu” do Juiz vindouro do v. 12 é preenchido pelas mais solenes formulações. **Eu sou o Alfa e o Ômega, o Primeiro e o Último, o Princípio e o Fim.** De Ap 1.8; 21.6 já conhecemos essas três expressões duplas como afirmações da realidade de Deus. Aqui elas servem para anunciar a majestade do Cristo vindouro. Ele e o Pai são um só.

**14** Como em Ap 21.6, agregam-se a essa confissão palavras de promessa e advertência. **Bem-aventurados aqueles que lavam as suas vestiduras**, começa a última das sete bem-aventuranças (nota 103). O nexos do pensamento evoca fortemente 1Jo 3.2,3: “Haveremos de vê-lo como ele é. E a si mesmo se purifica todo o que nele tem esta esperança, assim como ele é puro.” Se estiver tudo em ordem com nossa esperança, não podemos simplesmente aguardar o senhorio vindouro de Cristo. Quem tem esperança se purifica. Purifica-se da paz falsa que porventura tenha acordado com a realidade e a situação vigente. Na fé em Jesus ele renova a cordial descrença em todas as promessas que não procedem da boca de Deus. Torna a respeitar o fato de que o mundo foi cruzado pela cruz de Cristo, nos termos de Gl 6.14.

No Ap é usada sob diversos aspectos a metáfora das roupas limpas. Uma vez as roupas estão limpas pelo fato de que são lavadas no sangue do Cordeiro (Ap 7.14), outra vez pelo fato de que nem chegam a ser manchadas (Ap 3.4). De acordo com Ap 3.18, roupas limpas são recebidas no arrependimento, e conforme Ap 6.11 além da linha divisória da morte (cf. Ap 19.8).

O bem de salvação prometido, que faz recordar os prêmios estabelecidos nas mensagens às igrejas, consiste de uma dupla “autoridade” (segundo o v. 19, um duplo “quinhão”): **para que lhes assista o direito à árvore da vida, e entrem na cidade pelas portas** (“Pois sua autoridade será sobre a madeira da vida, e entrarão pelos portões na cidade” [tradução do autor]) (para os detalhes, cf. o exposto sobre Ap 21.9–22.5).

**15** No entanto, ao lado da promessa encontra-se novamente a palavra de advertência. **Fora ficam** (“lá fora estão”) **os cães, os feiticeiros, os impuros** (“imorais”), **os assassinos, os idólatras e todo aquele que ama e pratica a mentira.** Também Ap 18.4 falou de uma cidade, sendo que, de um lado, havia os que a habitavam e, do outro, os que tinham de ficar fora dela. Aqui, porém, está tudo ao contrário. Os que foram expulsos daquela cidade estão em casa nesta cidade (cf. Ap 3.12), enquanto os que a habitavam agora estão do lado de fora. Não somente estão fora dos muros da cidade, mas, segundo certa expressão corrente, estão “lá fora, nas trevas” (Mt 25.30).

À semelhança de Ap 21.8,27, os expulsos estão marcados de muitas maneiras, sendo que as expressões novamente se sobrepõem. O sentido simbólico de **cães** poderia ser coincidente com o de **impuros** (“imorais”). Rapazes e homens, que em templos gentílicos se entregavam a outros homens como honra aos ídolos, a troco de um “salário de cachorro” (Dt 23.18), às vezes eram chamados de cães. Num sentido genérico, no entanto, as pessoas de orientação carnal e que viviam sem respeitar prescrições alimentares, sobretudo pessoas gentílicas em Israel (Mt 7.6; 15.26; Fp 3.2; 2Pe 2.22) também eram chamadas com desprezo de “cães”. Na origem da expressão está o cão vira-lata da Palestina, que vagueia sem dono e come carniça. Desse modo o termo se aproxima da expressão “os hediondos” em Ap 21.8,27. As referências dadas já evidenciam que nesse versículo não aparecem seis grupos distintos, uma vez que as características se fundem.

A última expressão vale novamente para todos os expulsos (cf. Ap 21.8). Todos eles haviam optado pela mentira, a saber, pela ilusão da idolatria ao invés da verdade do Deus vivo. Fizeram-no de todo coração, de toda a alma e com todas as forças. Uma pessoa assim não apenas **pratica a mentira**, mas também a **ama**. Não somente a ama nos outros, mas também a pratica.

Na verdade essa profundidade de perdição pressupõe um contato com Cristo. “O julgamento é este: que a luz veio ao mundo, e os homens amaram mais as trevas do que a luz” (Jo 3.19). É por isso que temos de temer menos por aqueles aos quais a verdade de Jesus nunca brilhou um segundo sequer, e mais por nós mesmos.

**16** O trecho sobre a atualidade do livro é encerrado no v. 16 por meio de um novo poderoso testemunho pessoal do Senhor Jesus Cristo: por trás do “eu, João” do v. 8 de certo modo ressalta-se o “eu, Jesus”. Com isso o Senhor faz algo extraordinário, a fim de tornar premente a mensagem de seu servo. **Eu, Jesus, enviei o meu anjo para vos testificar estas coisas às igrejas** (cf. nota 1101). **Eu sou a Raiz e a Geração de Davi, a brilhante Estrela da manhã** (“Eu, Jesus, mandei o meu anjo anunciar todas essas coisas a vocês perante as igrejas. Eu, sim, eu sou o Rebento e a geração de Davi...” [TEB]). Em comparação com Ap 5.5 essa designação messiânica foi enriquecida (quanto à exegese, cf. o comentário correspondente). Ele também é **a brilhante Estrela da manhã**, uma metáfora para poder vitorioso. Diante do texto de Ap 2.28 ocorre agora um uso aprofundado. Ele não apenas concede essa estrela, mas ele mesmo é essa estrela. Ele faz surgir o Dia de Deus, o dia sem noite (Ap 21.25; 22.5).

**17** O v. 17 demonstra que a condição de noiva da igreja também já é realidade presente (quanto ao termo, cf. o exposto sobre Ap 19.7; 21.2,9). Ela não se torna noiva apenas pela parusia (contra Holtz), mas por meio do Espírito Santo. **O Espírito e a noiva dizem: Vem** (“Venha”)! O Espírito a desperta para ser vigilante. Nas mensagens às igrejas era essa a sua função básica. Pelo fato de que a igreja espera pelo Senhor ela demonstra que é sua propriedade, ou seja, sua noiva. O “grande mistério” de sua ligação a ele, do qual fala Ef 5, portanto, revela-se necessariamente nas suas palavras. De modo insuperável ela percebe a correnteza e os sons desse “venha!” O Espírito Santo lhe proporcionou um aperitivo tão gostoso da glória futura de Cristo, que nenhuma realidade atual lhe “apetece” mais, nenhuma outra glória a ofusca mais e nenhuma vida confortável a faz adormecer. Quando, porém, a esperança se cansa e o relacionamento com Jesus se esgota em lembranças dele, então começam para a igreja as grandes deformações. Ela volta a ser um pedaço do mundo.

Esse “venha!” produzido pelo Espírito Santo não é menos poderoso que o “vem!” bem diferente, em Ap 6.1,3,5,7, procedente do trono, e que fez entrar na história inicialmente o cavaleiro branco e depois os demais cavaleiros apocalípticos. Também esse segundo chamado dirige-se a um cavaleiro branco, mas à imagem oposta ao de Ap 19.11. Próximo do fim dos tempos ele se torna especialmente poderoso, perfazendo um dos impulsos mais importantes da história (cf. o comentário a Ap 8.2-5).

Sempre existirá essa igreja plena do Espírito Santo e à espera do Senhor dos senhores. As portas do inferno poderão persegui-la com malefícios ou benefícios, porém não serão capazes de esmagar sua espera perseverante por Jesus. Ela está de pé, ereta, no meio do dormitório do mundo, vigia e ora, até que surja a “estrela da manhã”. Outra questão, no entanto, é se membros isolados dessa igreja noiva não estão abafando o Espírito Santo. Por isso **aquele que ouve** a presente mensagem **diga** na reunião da igreja: **Vem** (“Venha”)! O ouvinte deve ser todo ouvidos para a voz do Espírito, que se levanta, p. ex., nas mensagens às igrejas (EXCURSO *Ie*). É assim que se forma nele o chamado “venha!”. Ele também poderia endurecer-se e tornar-se surdo. Tal abafamento do Espírito reverte em falta de esperança e logo também em falta de fé e de amor.

O verbo “vir” ressoa pela terceira vez no presente versículo, e em nítida consonância com as duas primeiras vezes, agora porém usado de maneira peculiar. Agora é Jesus que espera por esse vir.

**Aquele que tem sede venha, e quem quiser receba de graça a água da vida.** Jesus espera pela vinda espiritual daqueles que esperam pela vinda dele e que têm sede de seu reino e sua face.

Ter sede e fome fazem parte da antiquíssima linguagem simbólica da Bíblia. Comer e beber viabilizam a contemplação de Deus e a comunhão plena com ele. Por isso sentar-se à mesa com Deus e Jesus é o alvo final do povo de Deus. No sentido de um alvo final também é dito em Ap 2.7 que o Senhor concede um manjar com frutos da vida, e em Ap 21.6, que ele sacia a sede nas fontes da vida.

Todavia não ocorre aqui o sentido de que o sedento deva esperar por beber mais tarde, mas ele deve vir no presente e beber agora, desde que queira. Tudo isso é válido *antes* da parusia e antes da descida da cidade de Deus e do jardim de Deus, no qual corre o rio da vida. Sem dúvida a expressão está em estreita correlação com Jo 7.37,38: “levantou-se Jesus e exclamou: Se alguém tem sede, venha a mim e beba”. Do seu corpo (de Jesus) fluem rios de água viva. De acordo com o versículo explicativo subsequente, o próprio Jesus é o portador e o mediador do Espírito, portanto, a fonte da nova criação. Ele faz com que seus discípulos sejam portadores do Espírito, multiplicando assim os rios de água viva.

De acordo com o exposto existe uma nova Jerusalém e um paraíso que já penetram na atualidade. É verdade que o todo ainda não está presente, mas com certeza o seu centro. O centro de vida da

nova Jerusalém já é o centro de vida da igreja de hoje. Nessa fonte atual da água da vida são esperados todos os que estão sedentos pelo Novo.

Causa surpresa quando não comparecem. Existem trabalhos que ocuparam uma vida toda a respeito de textos escatológicos da Bíblia, consumindo incontáveis horas noturnas, recorrendo a muitas traduções, dicionários, tabelas e demais materiais, e tudo isso sem a vinda espiritual para a graça e plenitude atual de Jesus. Quem age assim não sabe o que faz e ainda não compreendeu a quem está esperando. Quem não conhece em si próprio essa fuga diante do presente para junto de palavras, idéias, formulações e, sobretudo, do ativismo? Repetidamente Adão se esconde atrás dos arbustos, consciente de sua culpa, sentindo-se afastado da presença daquele que está vivo. Mas o Cordeiro chama: “Venha!” Com a sua morte o paraíso foi reaberto e a expulsão acabou. Estamos sendo esperados. Ele distribui por pura graça – **de graça** – a graça.

### 3. A validade canônica do livro, 22.18-20

- <sup>18</sup> **Eu, a todo aquele que ouve as palavras da profecia deste livro, testifico: Se alguém lhes fizer qualquer acréscimo, Deus lhe acrescentará os flagelos escritos neste livro;**  
<sup>19</sup> **e, se alguém tirar qualquer coisa das palavras do livro desta profecia, Deus tirará a sua parte da árvore da vida, da cidade santa e das coisas que se acham escritas neste livro.**  
<sup>20</sup> **Aquele que dá testemunho destas coisas diz: Certamente, venho sem demora. Amém! Vem, Senhor Jesus!**

**18,19** O reaparecimento enfático desse “eu”, **eu... testifico**, depois do “eu, Jesus” no v. 16 com certeza significa que o próprio João volta a usar da palavra. Depõe em favor dessa leitura também o modo pelo qual é feita menção de Deus nos v. 18,19. O sentido desses versículos, afinal, reside no fato de que aquele que violar a mensagem de João, fere a majestade de Deus.

Se alguém... fizer qualquer acréscimo a tudo isso, Deus lhe acrescentará os flagelos (“as pragas”) escritos neste livro; e, se alguém tirar qualquer coisa (“algo”) das palavras do livro desta profecia, Deus tirará a sua parte (“o seu quinhão”) da árvore da vida (“da madeira da vida”) da cidade santa e das coisas que se acham escritas neste livro (“e da cidade santa, os quais estão descritos no presente livro”). A comparação com Dt 4.2; 12.32; Jr 26.2; Pv 30.6; Ec 3.14 mostra que João fez uso de uma fórmula consolidada e muito conhecida, a chamada fórmula canônica. Por meio dela um acervo de palavras é declarado como intocável. Como texto sagrado, deve ser “observado” assim como é (Ap 1.3; 22.7). Ai dos revisores posteriores que o alteram, tratando-o como outros textos e seu autor como um igual a eles. Deus está pessoalmente por trás do presente autor. Como tal, o autor não é um parceiro de discussão que traz a sua contribuição, eventualmente retirando-a novamente, para voltar a oferecê-la, modificada, ao debate. Seu escrito apresenta-se como autoridade e norma. Quem não o cumpre como tal causa o mais grave dano à igreja, porque faz com que ela e todos os seus diálogos percam a orientação.

A sensibilidade moderna contra tudo o que é autoridade com certeza tem seus motivos. Por isso não deveríamos contradizê-la irrefletidamente. Talvez se tenha falado por tempo demasiadamente longo de Deus, o “Paí”, sem ao mesmo tempo distingui-lo enfaticamente de pais terrenos, que de fato são maus (Mt 7.11); ou do “Senhor” Jesus Cristo, sem destacá-lo diante de senhores terrenos que exercem poder (Mt 20.25-28). Isso significaria, porém, que no fundo o protesto não se dirige tanto contra a verdadeira autoridade de Deus e o senhorio de Cristo, pois por meio dessas distorções praticamente não se pôde visualizá-los. Pelo contrário, o ser humano está cansado da autoridade oriunda de seu próprio mundo sem Deus. Por isso, tem tanto maior necessidade do senhorio libertador de Deus e do Cordeiro.

Originalmente “cânon” é a vara de medir ou o fio de prumo, no caso dos operários da construção. Depois o termo foi aplicado a valores intelectuais: “cânon” como medida de avaliação que não engana, como critério, p. ex., em Gl 6.16. A disputa sobre a doutrina e vida genuinamente cristãs, uma disputa que começou cedo, demandou normas compromissivas. A partir da metade do século IV tornou-se usual chamar de “cânon” a coletânea (basicamente já definida desde o ano 200) de escritos bíblicos, diferenciando-a de outros escritos religiosos. O “cânon” era considerado “palavra de Deus” em sentido proeminente. Nele tinha de ser medido tudo o que visava ser verdadeiramente divino, espiritual e cristão.

O último escrito do NT é o único que já afirma sua validade canônica com todas as formalidades. João não tem reservas ao levar integralmente a sério a primeira frase de seu livro: “Revelação de *Jesus Cristo*, que Deus lhe deu para mostrar aos seus servos as coisas que em breve devem acontecer”. Nesse livro são iluminadas validamente de uma vez por todas a natureza e a configuração do tempo entre a Ascensão e a parusia. Contradizer essa visão significaria profecia falsa e um posicionamento fora da igreja cristã.

Propositadamente falamos de uma *fórmula* de canonização. Assim como um marco limítrofe não substitui a divisa nem uma placa de trânsito substitui o caminho, assim uma fórmula não isenta de uma reflexão penetrante e sensata. Irrefletido e insensato seria, p. ex., no presente caso, condenar todo copista que por engano exclui uma palavra do original, todo tradutor da Bíblia que acrescenta um termo explicativo, ou todo comentarista que explica uma seleção do Ap. Pelo contrário, os vv. 18,19 incidem sobre a falsificação intencional da *mensagem*. Sem dúvida essa mensagem não pode ser separada do acervo de palavras, e por isso requer-se de fato todo o cuidado para copiar, traduzir e interpretar. Não obstante, a conexão entre conteúdo e forma não é mecânico e rígido. Cada tradutor precisa necessariamente verter todo o acervo terminológico para dentro de outro corpo lingüístico, para que justamente desse modo a mensagem torne a evidenciar-se com clareza.

Assim, seria um equívoco grosseiro usar a advertência de João contra as citadas alterações, deficiências e falhas. O resultado apenas seria o oposto do que o anjo deseja no v. 10: pelo mero temor de cometer erros o livro não seria mais tocado, nem explicado, nem divulgado.

No entanto, continua sendo essencial a advertência a todos os intérpretes uma vez tocados pela mensagem profética desse livro, que não tentem ser mais “evangélicos”, “cristãos” ou “bíblicos” que esse João. Um acredita que entende mais de amor e ameniza as afirmações de juízo do livro. Outro acredita conhecer melhor a natureza do mundo e exhibe um quadro não tão sombrio, abrandando os juízos severos. Ou o comentarista simplesmente se afasta com um gesto brusco de uma mensagem assim, porque nossa época, afinal, pede um otimismo ousado e elegante. Nesses casos e em outros semelhantes não sucede algo insignificante, pois esses momentos da mais íntima infidelidade não nos demitem da verdade desse livro. Quem teve um encontro com esse livro permanece acoplado a ele, para salvação ou perdição. Ao que quebrar essa palavra, ela o quebrará, assim como ela guardará ao que guardar essa palavra (Ap 3.10).

- 20 Mais uma vez o Senhor Jesus Cristo declara que ele mesmo é responsável por esse livro, repetindo pela última vez o tema básico que soou por todos os seus capítulos. **Aquele que dá testemunho destas coisas diz: Certamente** (“Sim”), **venho sem demora** (“venho numa rapidez”). Por meio do **sim** de intensificação ele quebra toda e qualquer objeção. A promessa está patente de modo radiante. Ele vem com certeza.

É provável que na sua resposta João tenha esperado que toda a igreja fale em coro: **Amém! Vem, Senhor Jesus!** A asserção hebraica **Amém** coincide, em seu sentido, com o **sim** aqui pronunciado pelo Senhor. Ambas as fórmulas de asserção se encontram juntas em Ap 1.7, precisamente nos lábios de João. Agora surgem separadas, distribuindo-se ao Senhor e à igreja que responde. Trazem uma consonância na palavra e na resposta, uma confluência e imbricação profundas: Sim, eu venho – sim, vem, Senhor!

No cristianismo primitivo não apenas o “Amém” hebraico detinha conotação de fórmula. Também a breve frase seguinte “Vem, Senhor Jesus!” fazia parte, na forma do *maranata* aramaico, do linguajar litúrgico. O pedido é de suma gravidade. Nas passagens referidas ele consistentemente denota a característica de uma palavra de advertência contra o cristianismo falsificado e adaptado por conta própria. A expressão significa o chamamento do Juiz e na prática solicita, com o desaparecimento do presente mundo, que também termine o cristianismo em sua forma historicamente constituída. Por isso, quem ora dessa maneira, em boa parte também ora contra si próprio. Pois que restará quando vier o Senhor? Essa questão requer ser avaliada inclusive com o juízo nela contido referente à própria pessoa. É por isso que não é tão fácil pronunciar o **sim** ao *maranata*. Somente o poder do Espírito Santo poderá produzi-lo em nós (cf. o comentário ao v. 17).

#### 4. Encerramento de cunho epistolar, 22.21

<sup>21</sup> A graça do Senhor Jesus seja com todos.

**21** Em conjunto com a saudação de abertura em Ap 1.4 o final **a graça do Senhor Jesus seja** (“esteja” [BJ, BLH, VFL]) **com todos** emoldura o livro, dando-lhe o cunho de uma autêntica carta. Ele evoca os versículos finais de diversas cartas do NT. Enquanto, porém, os votos daquelas são enriquecidos de uma ou outra forma, o presente destaca-se por seu tom lacônico.

Em lugar do “convosco” na saudação de abertura aparece agora “com todos”. Nesse detalhe pode residir uma ampliação intencional além das sete igrejas arroladas em Ap 1.11, de forma muito análoga com o que já ocorreu nos ditos de gravação das mensagens às igrejas e em passagens como Ap 2.23. João saúda “todos os santos”, como acrescenta um manuscrito. Seu voto de bênção abençoa muito mais pessoas do que João poderia ter diretamente diante de si. Toda pessoa que foi capaz de ler até esse último versículo tem o direito de saber que é procurada e tocada pela graça do Senhor Jesus Cristo, que é, que era e que virá.

Será que o tom da graça não se fez um pouco de rogado, depois de tantas e implacáveis exortações ao arrependimento? Não se deve pôr atadura em feridas enquanto ainda houver impureza nelas. Em consequência, curvamo-nos em todos os aspectos ao serviço profético de João. “Bem-aventurado aquele que guarda (“cumpre”) as palavras da profecia deste livro”.

1

---

<sup>1</sup>Pohl, A. (2001; 2008). *Comentário Esperança, Apocalipse de João; Comentário Esperança, Apocalipse* (4). Editora Evangélica Esperança; Curitiba.